

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ANDRÉ AZOURY VARGAS**

**TERRITÓRIO E ALIMENTAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE  
INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA – RIO DOCE (LINHARES-ES)**

**VITÓRIA, ES  
2021**

ANDRÉ AZOURY VARGAS

**TERRITÓRIO E ALIMENTAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE  
INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA – RIO DOCE (LINHARES-ES)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Geografia pelo Departamento de Geografia, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Paulo César Scarim.

VITÓRIA, ES  
2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

V297t Vargas, André Azoury, 1991-  
Território e alimentação : estudo de caso da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria – rio Doce (Linhares-ES) / André Azoury Vargas. - 2021.  
428 f. : il.

Orientador: Paulo César Scarim.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Geografia Humana. 2. Território. 3. Alimentação. 4. Indígenas. I. Scarim, Paulo César. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

---

André Azoury Vargas

**“TERRITÓRIO E ALIMENTAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA  
– RIO DOCE (LINHARES-ES)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em 22 de março de 2021.

Comissão Examinadora:

**Prof. Dr. Paulo César Scarim (UFES)**  
Orientador e Presidente da Comissão

**Prof. Dr. Carlo Eugenio Nogueira (UFES)**  
Examinador Interno

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Raquel Batista Ferreira (UFES/CEUNES)**  
Examinadora Externa

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine de Azevedo (UFES)**  
Examinadora Externa





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
SIMONE RAQUEL BATISTA FERREIRA - SIAPE 2718616  
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES  
Em 22/03/2021 às 13:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/162225?tipoArquivo=O>



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
ELAINE DE AZEVEDO - SIAPE 1870490  
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN  
Em 22/03/2021 às 18:20

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/162558?tipoArquivo=O>



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
CARLO EUGENIO NOGUEIRA - SIAPE 1095225  
Departamento de Geografia - DG/CCHN  
Em 23/03/2021 às 16:59

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/163231?tipoArquivo=O>



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
PAULO CESAR SCARIM - SIAPE 2290603  
Departamento de Geografia - DG/CCHN  
Em 26/03/2021 às 08:04

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/164681?tipoArquivo=O>

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Beth, Paulo e Caio, minha família, pelo apoio incondicional e pelo afeto cotidiano, sem vocês esse trabalho não seria possível.

A meu orientador, Paulo César Scarim, obrigado pelos ensinamentos constantes, pela paciência, parceria e espírito incansável.

A meus amigos, que me acompanham na vida e me impulsionam a continuar caminhando lado a lado, trilhando novas utopias. Um agradecimento especial à Ludovico, Pedro, Iago, Tiago, Ladislau, Léo e tantos outros amigos e amigas que carrego no peito, vocês me estimulam a crescer e são fundamentais em minha vida.

A Isabela, pelo companheirismo, amizade e acompanhamento da pesquisa por diferentes ângulos e intensidades. Obrigado pelas contribuições diretas na pesquisa, sempre disposta a ajudar e a cuidar daqueles que lhe rodeiam, você foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

A toda equipe do GEQA (Grupo de Estudos da Questão dos Alimentos), pelas contribuições, amizades e trocas de conhecimento regadas a comensalidade.

A equipe do OCCA (Observatório dos Conflitos no Campo), entre os anos de 2013 e 2017. Em especial à Simone, companheira de pesquisa que tanto me ensinou e continua a contribuir com minha trajetória intelectual. Os trabalhos coletivos realizados junto ao grupo foram inspiradores e essenciais para a realização do presente trabalho.

A Flora, pela amizade e críticas construtivas em relação aos mapas elaborados.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Espaço de luta, formação política e debates geográficos, tão importantes para minha jornada pessoal. Um agradecimento especial à Seção Local Vitória-ES e seus membros.

Ao programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, agradeço a todos os professores e à equipe da secretaria integrada (SIP).

Aos moradores da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, pelo acolhimento, ensinamentos, troca de saberes e por me ensinarem a sempre R-existir!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pelo fornecimento de bolsa para realização desta pesquisa.

Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza existe também uma por consumir subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado.

Ailton Krenak

## RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre território e alimentação, tomando como estudo de caso a Comunidade Indígena Botocudo (*Borum*) e *Tupinikim* de Areal e Santa Maria; localizada na região da foz do rio Doce, que fica no município de Linhares (Espírito Santo – Brasil). Os Povos e Comunidades Tradicionais da foz do rio Doce sofrem com os impactos decorrentes do processo hegemônico de desenvolvimento capitalista desde o período colonial. O ambiente da foz do rio Doce encontra-se bastante fragilizado em decorrência dos impactos socioambientais sofridos ao longo dos anos, com destaque para o desmatamento da floresta nativa (Mata Atlântica); implementação de canais de drenagem na planície costeira; exploração petrolífera; e contaminação do rio Doce por rejeitos de mineração após o rompimento da barragem de Fundão - pertencente à Samarco S.A (Vale/ BHP Billiton). A partir deste cenário de conflito e disputas territoriais, se buscou analisar os processos de transformação do modo de vida tradicional e dos hábitos alimentares da Comunidade de Areal e Santa Maria entre a segunda metade do século XX e o ano de 2020. A metodologia utilizada envolveu revisão bibliográfica e documental, estudo de caso e entrevistas qualitativas. O trabalho se encaminhou teoricamente por meio dos conceitos geográficos: *território, meio, habitat, gênero/ modo de vida e complexos alimentares*, pautando reflexões sobre a alimentação, referenciadas nos autores clássicos da Geografia moderna e contemporânea, bem como em autores da Sociologia, Antropologia e História da Alimentação. A partir da reflexão multidisciplinar e multidimensional em torno da questão do acesso e do consumo de alimentos, se pôde compreender as relações de poder materiais e simbólicas presentes na região da foz do rio Doce. Os resultados demonstraram que as mudanças dos hábitos alimentares e a perda da soberania alimentar da Comunidade de Areal e Santa Maria estão diretamente vinculadas aos impactos supracitados e aos processos complexos de natureza global-local.

Palavras-chave: território; alimentação; modo de vida; Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria.

## ABSTRACT

This work addresses the relationship between territory and food, taking as a case study the Botocudo (*Borum*) and *Tupinikim* indigenous community of Areal and Santa Maria; located in the region of the mouth of the Doce river, which is in the municipality of Linhares (Espírito Santo – Brazil). The Traditional Peoples and Communities at the mouth of the Doce river suffer from the impacts resulting from the hegemonic process of capitalist development since the colonial period. The environment at the mouth of the Doce river is very fragile as a result of the social and environmental impacts suffered over the years, with emphasis on the deforestation of the native forest (Atlantic Forest); implementation of drainage channels in the coastal plain; oil exploration; and contamination of the Doce river by mining tailings after the collapse of the Fundão dam - belonging to Samarco SA (Vale/ BHP Billiton). From this scenario of conflict and territorial disputes, we sought to analyze the processes of transformation of the traditional way of life and eating habits of the Community of Areal and Santa Maria between the second half of the 20th century and the year 2020. The methodology used involved a review bibliographical and documental, case study and qualitative interviews. The work proceeded theoretically, through geographical concepts: *territory, milieu, habitat, gender/ way of life and food complexes*, guiding reflections on food, referenced in the classic authors of modern and contemporary Geography, as well as in authors of Sociology, Anthropology and History of Food. From the multidisciplinary and multidimensional reflection on the issue of access to and consumption of food, it was possible to understand the material and symbolic power relations present in the mouth of the Doce river. The results showed that changes in eating habits and the loss of the food sovereignty of the Areal e Santa Maria community are directly linked to the aforementioned impacts and complex processes of a global-local nature.

Keywords: territory; food; way of life; Indigenous Community of Areal and Santa Maria

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Cadeia Estrutural do Agronegócio.....	98
<b>Figura 2-</b> As grandes empresas da indústria de alimentos.....	110
<b>Figura 3-</b> Mapa das áreas alimentares do Brasil.....	130
<b>Figura 4-</b> Mapa da Fome 2020 (Dados relativos à 2017-2019).....	138
<b>Figura 5-</b> Povoação de Linhares às margens do Rio Doce em 1819.....	181
<b>Figura 6-</b> Vista aérea da cidade de Linhares-ES (01).....	186
<b>Figura 7-</b> Vista aérea da cidade de Linhares-ES (02).....	186
<b>Figura 8-</b> Antigo Farol de Regência.....	190
<b>Figura 9-</b> Progressão de Instalação do Povoamentos no Litoral de Linhares...	191
<b>Figura 10-</b> Embarcações de médio porte no atracadouro de Regência (ES)...	192
<b>Figura 11-</b> Localização do Porto e Farol de Regência (Fotografia aérea).....	193
<b>Figura 12-</b> Pesca Artesanal no rio Doce (Regência-ES).....	193
<b>Figura 13-</b> Tartaruga-de-Couro ( <i>Dermochelys coriácea</i> ) em desova junto à vegetação de restinga próximo à foz do rio Doce.....	195
<b>Figura 14-</b> Foto de Bernardo José dos Santos (Caboclo Bernardo).....	197
<b>Figura 15-</b> Festa do Caboclo Bernardo – na vila de Regência-ES.....	197
<b>Figuras 16 e 17-</b> Vestígios arqueológicos de potes cerâmicos encontrados próximos à Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, enterrados em área à margem do Rio Preto e Lagoa Boa Vista.....	203
<b>Figura 18-</b> Potes de cerâmica utilizados para armazenar água na casa de moradora de Areal e Santa Maria.....	205
<b>Figura 19-</b> Placa de Identificação da Aldeia Areal produzida e instalada pelos próprios moradores.....	207
<b>Figura 20-</b> Moradores de Areal e Santa Maria e equipe do OCCA durante oficina de Mapeamento Participativo realizada na sala de aula da Escola Unidocente Municipal de Areal.....	214
<b>Figura 21-</b> Painel didático de alfabetização numérica presente na Escola de Areal com ilustração de indígenas navegando em canoas.....	214
<b>Figura 22-</b> Oca utilizada para reuniões e conversas.....	215
<b>Figura 23-</b> Sistema de captação de água da chuva conectado a Caixa d'água na casa de um morador da Comunidade de Areal e Santa Maria.....	216
<b>Figura 24-</b> Representação dos indígenas Botocudos e uso de botoques.....	219
<b>Figura 25-</b> Retrato de Botocudos ( <i>Borum</i> ) - Krenaks.....	220
<b>Figura 26-</b> Mapa de referências geográficas para a história dos Botocudos, século XIX.....	222

<b>Figura 27-</b> Mapa das nações indígenas existentes no Espírito Santo durante o século XIX.....	223
<b>Figura 28-</b> Jovens “Botocudos” ( <i>Borum</i> ) utilizando instrumentos para feitura de fogo por fricção de varetas de madeira. Barra do rio Pancas entre Colatina e Barbados (ES) em 1909.....	224
<b>Figuras 29 e 30-</b> Arco e flechas e Botocudos caçando na barra do rio Pancas entre Colatina e Barbados (ES), em 1909.....	225
<b>Figura 31-</b> Ilustração de tipos de <i>Moquém</i> , estrutura de madeira utilizada para assar alimentos sobre o fogo.....	226
<b>Figura 32-</b> Dança dos NÉP-NÉP (Pancas).....	228
<b>Figuras 33 e 34-</b> Mulher carregando criança em suas costas e homens caçando na barra do rio Pancas, entre Colatina e Barbados (ES), em 1909.....	229
<b>Figura 35-</b> O Rio Doce em 1815 (Gravura do príncipe Maximilian Alexander Philipp Wied-Neuwied, Fundação Biblioteca Nacional).....	232
<b>Figura 36-</b> Botocudos fotografados por Walter Grabe na barra do rio Pancas (ES) em 1909.....	233
<b>Figura 37-</b> Distrito e Divisão Militar do Rio Doce e Diretoria do Rio Doce.....	235
<b>Figura 38-</b> O desmatamento da Mata Atlântica representado por Rugendas (1820).....	246
<b>Figura 39-</b> Croqui dos Canais do DNOS nas várzeas do Riacho em 1978.....	251
<b>Figura 40-</b> Localização do delta do rio Doce e do Vale do Suruaca – ES.....	253
<b>Figura 41-</b> Representação da hidrografia na porção sul da foz do rio Doce no século XIX.....	256
<b>Figura 42-</b> A cobertura florestal no município de Linhares-ES (2007-2008 / 2012 - 2015).....	260
<b>Figura 43-</b> Pastagem e Gado da Fazenda Boa Vista (Pandolfi), próximo à área de Cabruca e à Comunidade de Areal e Santa Maria.....	263
<b>Figura 44-</b> Faixa de plantação de Eucalipto próximo à lagoa Parda.....	264
<b>Figura 45-</b> Moradores de Areal e Santa Maria no Canal Caboclo Bernardo.....	266
<b>Figura 46-</b> Desvio de água do rio Doce para o Canal Caboclo Bernardo.....	266
<b>Figura 47-</b> Terminal de Regência (TEREG) – Toneis da Petrobras dentro da REBIO de Comboios.....	276
<b>Figura 48-</b> Cavalo mecânico de extração de petróleo e gás da Petrobrás, localizado próximo à Comunidade de Areal e Santa Maria (Linhares-ES).....	278
<b>Figura 49-</b> Rede de gasodutos comunicando com a UPGN – Lagoa Parda (Linhares-ES) .....	278
<b>Figura 50-</b> Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) – Lagoa Parda (Linhares-ES) .....	279

<b>Figura 51-</b> Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas - UTGC (Linhares-ES) .....	279
<b>Figura 52-</b> Dutos de petróleo e gás que atravessam a Comunidade de Areal e Santa Maria.....	282
<b>Figura 53-</b> Moradores de Areal e Santa Maria ao lado do poço de petróleo e gás da Petrobras que explodiu no ano de 1983.....	283
<b>Figura 54-</b> Registro de vedação de poço de petróleo e gás da Petrobrás, situado defronte à escola da comunidade Areal e Santa Maria, numa distância aproximada de 100 metros.....	283
<b>Figura 55-</b> Estado de conservação da base do registro de vedação (enferrujada) do poço de petróleo e gás da Petrobrás em frente à comunidade de Areal e Santa Maria.....	284
<b>Figura 56-</b> Vista aérea de Bento Rodrigues-MG pós impacto dos rejeitos de mineração da Samarco S/A.....	287
<b>Figura 57-</b> Barcos de pesca na margem do rio Doce contaminado por rejeitos de mineração (Comunidade de Pescadores Artesanais de Mascarenhas – Baixo Guandu-ES) – 2015.....	290
<b>Figura 58-</b> Barco de Pesca – Oceano Atlântico contaminado por rejeitos de mineração - Praia de Povoação (Linhares-ES) – 2015.....	291
<b>Figura 59-</b> Fotografia Aérea – Registro da chegada dos rejeitos de mineração no oceano Atlântico – Foz do rio Doce, Vila de Regência (Linhares-ES) – 2015.	292
<b>Figura 60-</b> Peixes mortos no rio Doce pós contaminação por rejeitos de mineração – 2015.....	293
<b>Figura 61-</b> Mapa amostral das campanhas de monitoramento ecotoxicológico na porção capixaba do Rio Doce, estuário e lagoas adjacentes, realizadas na campanha 1 e campanha 2.....	301
<b>Figura 62-</b> Base Cartográfica do <i>Open Street Maps</i> – 2020 – Lagoas Boa Vista e Areal nomeadas de “Areão” e “Piabanha”.....	302
<b>Figura 63-</b> Água contaminada por rejeitos de mineração da Samarco: poço da casa de moradora de Areal e Santa Maria - 2016.....	310
<b>Figura 64-</b> Amostras de água coletada da Lagoa do Areal e das moradias da Comunidade de Areal e Santa Maria - 2016.....	311
<b>Figura 65-</b> Lagoa Boa Vista contaminada com os rejeitos de mineração da Samarco (Vale/BHP) - 2016.....	312
<b>Figura 66-</b> Número aproximado de casas na Comunidade de Areal e Santa Maria (Linhares-ES) 2007-2019.....	314
<b>Figura 67-</b> Perspectiva do Parque Estadual dos Sete Salões e rio Doce vista da Terra Indígena Krenak (Resplendor – Minas Gerais).....	318



<b>Figura 68-</b> Ato público durante a Caravana Territorial da Bacia do rio Doce em abril de 2016 – Governador Valadares (MG).....	321
<b>Figura 69-</b> Usina Hidrelétrica de Mascerenhas (Baixo Guandu-ES) - Rio Doce contaminado por rejeitos de mineração - 2015 (Visita à campo pela Expedição UFES Rio Doce).....	322
<b>Figura 70-</b> Apresentação da Banda de Congo <i>Beatos de São Benedito</i> (Vila Velha-ES) durante o 4º Encontro de Cultura Ancestral de Areal em 2019.....	324
<b>Figura 71-</b> Lagoa Encantada.....	333
<b>Figura 72-</b> Lagoa Dourada.....	333
<b>Figura 73-</b> Lagoa Cacimbas.....	333
<b>Figura 74-</b> Lagoa Redonda.....	334
<b>Figura 75-</b> Lagoa Parda.....	334
<b>Figura 76-</b> Lagoa do Areal.....	334
<b>Figura 77-</b> Mapa de Identificação Territorial elaborado pelos moradores de Areal e Santa Maria durante oficina de Mapeamento Participativo - 2015.....	336
<b>Figura 78-</b> Plantação de Cacau sombreado na mata ciliar do rio Doce (Cabruca).....	345
<b>Figura 79-</b> Moradora caminhando na Cabruca e abrindo a trilha com facão....	348

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1-</b> Localização da área de Estudo – Comunidade de Areal e Santa Maria (Linhares-ES).....	22
<b>Mapa 2-</b> Povos e Comunidades Tradicionais da foz do rio Doce – ES.....	171
<b>Mapa 3-</b> Localização da Bacia Hidrográfica do rio Doce.....	172
<b>Mapa 4-</b> Mapa de Divisão Regional do Espírito Santo - Microrregiões de Planejamento.....	184
<b>Mapa 5-</b> Mapa do município de Linhares-ES e divisões distritais.....	185
<b>Mapa 6-</b> Mapa de Localização e Fases de Ocupação da Vila de Regência (Foz do rio Doce – Linhares-ES) .....	189
<b>Mapa 7-</b> Uso e Ocupação Atual do Solo – Comunidade de Areal e Santa Maria (Foz do rio Doce – Linhares-ES).....	217
<b>Mapa 8-</b> Sertão do rio Doce (Áreas Proibidas).....	231
<b>Mapa 9-</b> Sistemas deposicionais identificados na costa norte do Espírito Santo.....	254
<b>Mapa 10-</b> Hidrografia Comparada Século XIX – Pós DNOS.....	257
<b>Mapa 11-</b> Mapa de Concentração Fundiária na Porção Sul da Planície Deltaica do Rio Doce (ES).....	259
<b>Mapa 12-</b> Mapa de Uso e Cobertura da Terra (2015) – Linhares-ES.....	261
<b>Mapa 13-</b> Mapa de Uso e Cobertura da Terra - Porção Sul da Planície Deltaica do Rio Doce (ES).....	262
<b>Mapa 14-</b> Macroperspectiva da Área de Estudo – Canais de Drenagem na Porção Sul da Planície Deltaica do rio Doce e Comunidades Tradicionais.....	268
<b>Mapa 15-</b> Unidades produtivas de petróleo e gás natural e faixas de dutovia na foz do rio Doce (Linhares-ES).....	277
<b>Mapa 16-</b> Mapa de dispersão dos rejeitos de mineração da Samarco S/A na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.....	288
<b>Mapa 17-</b> Mapeamento dos Impactos Socioambientais e Uso e ocupação dos projetos Desenvolvimentistas no Território da Foz do Rio Doce (Linhares-ES)..	327
<b>Mapa 18-</b> Fluxos de Acesso à Alimentação na Escala Local: Territorialidade e Modo de Vida Tradicional da Comunidade de Areal e Santa Maria – Foz do rio Doce (Linhares-ES) – Até a década de 1970.....	338
<b>Mapa 19-</b> Impactos e Mudanças na Alimentação – Escala Local: Comunidade de Areal e Santa Maria – Foz do rio Doce (LINHARES-ES) (2020).....	372
<b>Mapa 20-</b> Fluxos de Acesso/ Compra de Alimentos: Dados Referentes à Comunidade de Areal e Santa Maria – Foz do rio Doce (Linhares-ES) (2020)....	383

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Fluxograma: Organização da dissertação por grandes áreas e temáticas.....	27
<b>Quadro 2-</b> Número de Terras Indígenas no Brasil (2020) – Etapas de Demarcação.....	157
<b>Quadro 3-</b> Terras Indígenas demarcadas pela Funai no estado do Espírito Santo - Brasil.....	157
<b>Quadro 4-</b> Relação de Povos e Comunidades Tradicionais localizadas na foz do rio Doce - ES.....	170
<b>Quadro 5-</b> Classificação histórico-territorial dos impactos e conflitos na foz do rio Doce.....	244
<b>Quadro 6-</b> Estações amostrais da campanha dulcícola referente ao monitoramento ecotoxicológico do Anexo 1.....	301
<b>Quadro 7-</b> Relação de animais de caça dos quais a Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria se alimentava no passado.....	340
<b>Quadro 8-</b> Relação de animais de criação domesticados pela Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria.....	342
<b>Quadro 9-</b> Relação de peixes que eram pescados pela Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria.....	343
<b>Quadro 10-</b> Relação de agricultura e cultivos produzidos pela Comunidade de Areal e Santa Maria no passado.....	349
<b>Quadro 11-</b> Relação de frutas coletadas pela Comunidade de Areal e Santa Maria.....	349
<b>Quadro 12-</b> Relação de Plantas Medicinais utilizadas pela Comunidade de Areal e Santa Maria em práticas de cura.....	352
<b>Quadro 13-</b> Sistematização Geohistórica dos impactos de sujeitos territoriais da foz do rio Doce sobre a alimentação tradicional da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria (Linhares-ES).....	364

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Tipos de alimentos agrupados pela participação (%) total de calorias consumidas pela população brasileira com dez ou mais anos de idade em 2017-2018.....	115
<b>Gráfico 2-</b> Evolução da prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares – Brasil 2004/2018.....	128
<b>Gráfico 3-</b> Diferença proporcional entre pequeno, médio e grande estabelecimento no volume da produção de importantes alimentos consumidos no Brasil – 2006.....	147
<b>Gráfico 4-</b> Genealogia Familiar da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria.....	211

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Dados demográficos da população indígena no Brasil.....	162
--	-----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACP	Ação Civil Pública
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANP	Agência Nacional do Petróleo
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ASCOFAM	Associação Mundial de Luta Contra a Fome
ASPER	Associação de Pescadores de Regência
BHP	Broken Hill Proprietary Company Limited
CBH-DOCE	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIF	Comitê Inter federativo
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
COFAVI	Companhia Ferro e Aço de Vitória
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPRN	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD	Companhia Vale Do Rio Doce
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DMRD	Divisão Militar do Rio Doce
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DRD	Diretoria do Rio Doce
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EFVM	Estrada de Ferro Vitória-Minas
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENP	Energy Platform
EUM	Escola Unidocente Municipal
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCP	Fundação Cultural Palmares

FEST	Fundação Espírito-Santense de Tecnologia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GAPB	Guia Alimentar para a População Brasileira
GEPEDES	Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo
GeQa	Grupo de Estudos da Questão dos Alimentos
HGL	Hospital Geral de Linhares
IA	Insegurança Alimentar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INN	Instituto Nacional de Nutrição
ITC	Instituto de Terras e Cartografia
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimentos Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAGO	Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares
OCCA	Observatório dos Conflitos no Campo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ORGANON	Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Programa de Indenização Mediada
PMBA	Plano de Monitoramento da Biodiversidade Aquática
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD)
PNAE	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNB	Programa Nutrição Brasil
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNS	Programa de Nutrição em Saúde
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PSA	Programa de Suplementação Alimentar
RRDM	Rede Rio Doce Mar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Saps	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SINDVEG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOFI	Estado da segurança alimentar e nutrição no mundo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TI	Terra Indígena
TRANSPETRO	Petrobras Transporte S.A
TTAC	Termo de Transação de Ajustamento de Conduta
UEAM	Universidade Estadual do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPGN	Unidade de Processamento de Gás Natural
USDA	United States Department of Agriculture
UTGC	Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas
WFP	Programa Mundial de Alimentos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>31</b>
<b>1. GEOGRAFIA E ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DAS NOÇÕES DE MEIO, GÊNERO/MODO DE VIDA, HABITAT E TERRITÓRIO.....</b>	<b>37</b>
1.1. O LUGAR DA ALIMENTAÇÃO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO MODERNO.....	37
1.1.1. Associação dos seres vivos: os conceitos de meio, gênero/ modo de vida, habitat e território.....	39
1.1.1.1. Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização (TDR) e Multiterritorialidade.....	63
<b>2. AS METAMORFOSES DA ALIMENTAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>68</b>
2.1. ENTRE O GOSTO DA TERRA E O TEMPERO DO TEMPO.....	68
2.2. UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS COMPLEXOS ALIMENTARES.....	74
2.2.1. As raízes do Brasil: uma análise sociocultural da mandioca nas obras de Câmara Cascudo e Josué de Castro.....	79
2.3. A INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AS TRANSFORMAÇÕES DOS HÁBITOS ALIMENTARES NO BRASIL.....	90
2.3.1. O agronegócio e o negócio da comida: a mundialização dos sistemas alimentares.....	97
2.3.2. Breve apresentação e discussão dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil.....	114
2.4. SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: DESAFIOS E DIREITOS NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO.....	117
2.4.1. Breve histórico do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - uma leitura através da FAO e Banco Mundial.....	117
2.4.2. As políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar no Brasil.....	122
2.4.3. As contribuições de Josué de Castro para pensar a problemática da fome no Brasil.....	129
2.4.4. As políticas de combate à fome no Brasil: Programas técnicos e de assistência social a partir da década de 1930.....	134
2.4.5. Dados da FAO sobre a fome a nível mundial.....	136
2.4.6. “Receitas para acabar com a fome”: caminhos, críticas e alternativas.....	139



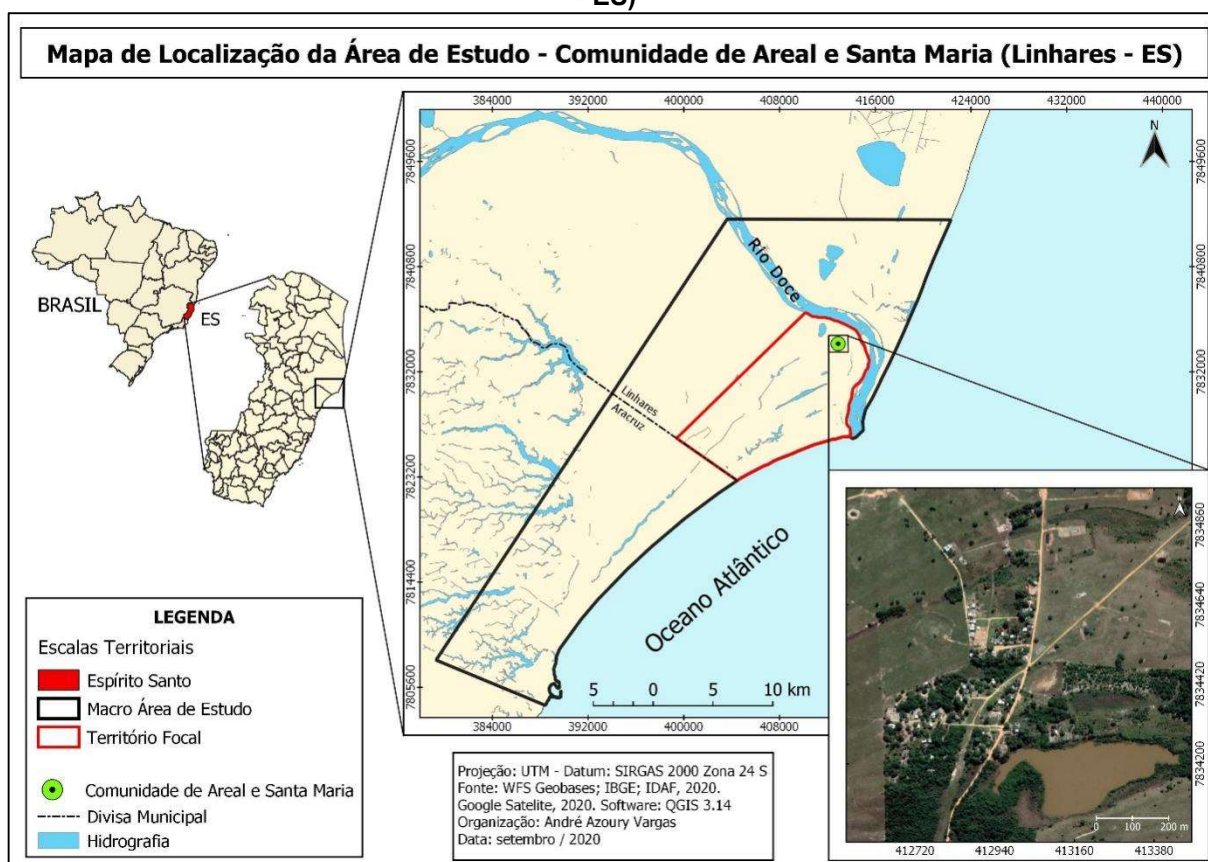
<b>3. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS - ENTRE A ETNOGÊNESE, AUTOATRIBUIÇÃO DE IDENTIDADE E R-EXISTÊNCIA TERRITORIAL.....</b>	<b>151</b>
3.1. A CATEGORIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	151
3.2. DADOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL E NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	156
3.3. A AUTOATRIBUIÇÃO DE IDENTIDADE INDÍGENA E O FENÔMENO DA ETNOGÊNESE NO BRASIL.....	158
3.4. OS PROCESSOS DE R-EXISTÊNCIA TERRITORIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE AO MODELO HEGEMÔNICO MODERNO-COLONIAL.....	165
<b>4. POPULAÇÕES TRADICIONAIS E IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS: FORMAÇÃO TERRITORIAL DA FOZ DO RIO DOCE (ES).....</b>	<b>169</b>
4.1 OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA FOZ DO RIO DOCE-ES.....	169
4.2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE E MUNICÍPIO DE LINHARES-ES.....	172
<b>4.2.1. Caracterização da Bacia Hidrográfica do rio Doce.....</b>	<b>172</b>
<b>4.2.2. Ocupação colonial e desenvolvimento industrial na bacia hidrográfica do rio Doce.....</b>	<b>173</b>
<b>4.2.3. Histórico de formação do município de Linhares e da vila de Regência.....</b>	<b>179</b>
4.2.3.1. <i>Formação territorial do município de Linhares-ES.....</i>	179
4.2.3.2. <i>Caracterização da vila de Regência: aspectos históricos e socioculturais.....</i>	188
4.3. APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA.....	199
<b>4.3.1. Construção coletiva da Identidade étnica indígena e processo de reconhecimento e demarcação territorial pela Funai.....</b>	<b>200</b>
<b>4.3.2. Genealogia e requerimentos de posse da terra nas décadas de 1930 e 1960 .....</b>	<b>209</b>
<b>4.3.3. População, Estruturas e acesso a Serviços Públicos.....</b>	<b>213</b>
4.4. O HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO E EXPROPRIAÇÃO DOS INDÍGENAS BOTOCUDOS (BORUM) NA FOZ DO RIO DOCE: ENTRE CONFLITOS E R-EXISTÊNCIAS .....	218
<b>4.4.1 Botocudos (<i>Borum</i>): Modo de vida e hábitos alimentares.....</b>	<b>223</b>
<b>4.4.2 As políticas de extermínio e aldeamento dos indígenas Botocudos (<i>Borum</i>) no vale do rio Doce (ES) durante o século XIX.....</b>	<b>230</b>
4.5. DA EXPLORAÇÃO DESENFREADA DA NATUREZA ÀS MACROESTRUTURAS DE (DES)ENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO: OS IMPACTOS NA ESCALA LOCAL.....	243
<b>4.5.1. Desmatamento da cobertura florestal da Mata Atlântica para a produção de carvão e celulose no século XX.....</b>	<b>245</b>

<b>4.5.2. Implementação de canais de drenagem na região da foz do rio Doce e disponibilização de suas áreas para a pecuária.....</b>	<b>249</b>
<b>4.5.3. O Canal Caboclo Bernardo.....</b>	<b>265</b>
<b>4.5.4. A chegada da Petrobrás e as atividades da indústria petrolífera na foz do rio Doce.....</b>	<b>274</b>
<b>4.5.5. O rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG) e a contaminação do rio Doce por rejeitos de mineração da Samarco (Vale/ BHP Billiton).....</b>	<b>286</b>
<i>4.5.5.1. O ambiente dulcícola da foz do rio Doce e sua contaminação por rejeitos de mineração da Samarco (Vale/ BHP Billiton) – Dados e Resultados do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) – Rede Rio Doce Mar (RRDM).....</i>	<i>298</i>
<i>4.5.5.2. Escalas de impactos dos rejeitos de mineração na Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria.....</i>	<i>310</i>
<i>4.5.5.3. A dimensão simbólica do impacto dos rejeitos de mineração da Samarco sobre o povo Botocudo (Borum) da Terra Indígena Krenak (MG).....</i>	<i>317</i>
<i>4.5.5.4. Participação em trabalhos de pesquisa e articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais do rio Doce na luta por direitos frente aos rejeitos de mineração.....</i>	<i>320</i>
<b>4.5.6. Mapeamento do histórico de impactos socioambientais na foz do rio Doce-ES.....</b>	<b>325</b>
<b>5. COMUNIDADE INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA: MODO DE VIDA TRADICIONAL, TERRITORIALIDADE E ALIMENTAÇÃO.....</b>	<b>331</b>
5.1. MODO DE VIDA TRADICIONAL E TERRITORIALIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE ALIMENTAÇÃO E USO COMUM DOS RECURSOS DA NATUREZA.....	331
5.2. MEMÓRIAS DAS PRÁTICAS DE CAÇA E PESCA NAS LAGOAS, RIOS E MATAS.....	339
5.3. ATIVIDADES AGRÍCOLAS, MORADIAS E MANEJO COMUM DE RECURSOS DA NATUREZA.....	344
5.4. PLANTAS MEDICINAIS, SAÚDE, RELIGIOSIDADE E FESTEJOS.....	350
5.5. NARRATIVAS MÍTICAS, ENCANTAMENTOS E DESENCANTAMENTOS DO MUNDO.....	358
<b>6. MODO DE VIDA TRADICIONAL EM “XEQUE” E AS MUDANÇAS DOS HÁBITOS ALIMENTARES NA COMUNIDADE INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA (LINHARES-ES).....</b>	<b>362</b>
6.1. MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES E DESLOCAMENTOS TERRITORIAIS EM AREAL E SANTA MARIA (LINHARES-ES).....	362
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>392</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>395</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>419</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar reflexões integradas sobre Povos Tradicionais, territorialidade e alimentação a partir do estudo de caso da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria. A comunidade está situada no estado do Espírito Santo - Brasil, na região da foz do rio Doce, no município de Linhares e se autoidentifica como indígena Botocudo (*Borum*) e *Tupinikim*.

**Mapa 1: Mapa de Localização da Área de Estudo - Comunidade de Areal e Santa Maria (Linhares - ES)**



Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.

O rio Doce é o maior e um dos principais rios do Espírito Santo, constituindo uma referência marcante na paisagem e na memória coletiva social. Através dele, se pode entender muito sobre o processo de formação territorial capixaba. Até o século XX, o rio Doce foi considerado uma das principais fronteiras e barreiras geográficas para a expansão da ocupação colonial no interior do estado. Neste período, alguns Povos Originários historicamente associados ao rio, estabeleceram uma relação bastante específica com o mesmo, tomando-o como espaço de reprodução da vida, permeada por construções simbólicas e materiais que levaram à defesa dos territórios

a ele associados. A marcha colonial de ocupação do território norte-capixaba desde o século XVI até o século XX, foi pautada por diversos conflitos e massacres contra os Povos Originários (indígenas).

A região da foz do Rio Doce abriga uma pluralidade de Povos Originários e Comunidades Tradicionais, sobretudo, dos povos indígenas que ali se territorializaram desde tempos anteriores ao processo colonial e de povos de outras origens, de matriz africana e europeia. Dentre os povos indígenas presentes na região, destacam-se os chamados Botocudos (*Borum*), que compreendiam grupos do tronco linguístico Macro-Jê; os *Tupinikim*; além dos *Guarani Mbya*, vindos do sul do Brasil para o Espírito Santo já na segunda metade do século XX. Entre as comunidades tradicionais presentes na região, encontram-se ribeirinhos, pescadores artesanais, camponeses e quilombolas (OCCA, 2017).

A partir do século XX, a região da foz do rio Doce foi marcada por uma série de transformações resultantes dos processos típicos do desenvolvimento capitalista hegemônico. Tais processos passaram a promover diferentes formas de ocupação e sobreposição aos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais locais. Destacam-se, nesse sentido, o corte progressivo da floresta nativa para produção de carvão e exportação de madeira; implementação de canais de drenagem na planície costeira, por parte do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), na década de 1960; ocupação das áreas drenadas, por fazendas de gado de corte a partir de 1960; chegada da Petrobrás e instalação de poços de exploração de petróleo e gás na década de 1970; e mais recentemente, em 2015, a contaminação do rio Doce por rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG), controlada pela empresa de mineração Samarco S.A (Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton).

Esse quadro geográfico, carregado de tensões e conflitos, colocou uma questão para reflexão: de que modo esses impactos locais, oriundos do modelo de desenvolvimento capitalista, afetaram o modo de vida e os hábitos alimentares dos Povos e Comunidades Tradicionais da foz do rio Doce e, em especial, os da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria? Essa foi uma das questões centrais que motivaram a realização do presente trabalho.

A relação de pesquisa com as comunidades da foz do rio Doce, por parte do presente autor, começou a ser estabelecida no ano de 2013, através de trabalhos realizados como integrante do Projeto de Extensão - Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA)<sup>1</sup>. Naquele ano, fomos convidados a acompanhar um conflito territorial na margem direita da foz do rio Doce, onde a comunidade ribeirinha e camponesa de Entre Rios estava sofrendo ameaças de expropriação de seu território tradicional por parte de uma empresa do ramo da metalurgia, a União Engenharia S/A.

O OCCA realizou um estudo acerca deste conflito e em agosto de 2014, publicou o relatório técnico/científico com o título de: **Relatório de Identificação do Território Tradicional Ribeirinho da Foz do rio Doce (2014)**<sup>2</sup>. O trabalho realizado teve como objetivo identificar o uso e a ocupação tradicional ribeirinha daquele território, no intuito de contribuir com a luta pela garantia de sua continuidade e permanência, frente às ameaças de expropriação.

Durante o processo de pesquisa realizado pelo OCCA junto à comunidade de Entre Rios, em 2013, alguns moradores de Areal e Santa Maria (comunidade indígena vizinha, localizada na margem direita da foz do rio Doce) foram até a comunidade de Entre Rios e participaram das oficinas de Memória e de Mapeamento Participativo do território propostas pelo OCCA. Após conhecerem o trabalho que estava sendo realizado junto à comunidade ribeirinha, os moradores de Areal e Santa Maria despertaram interesse e fizeram um convite ao OCCA para visitar sua comunidade e realizar estudos similares a respeito de seu território. A partir daí, passamos a fazer visitas a Areal e Santa Maria, onde os moradores locais nos contaram um pouco de sua história e suas demandas sociais. O grupo nos relatou que estava em processo de pleitear seu reconhecimento junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) enquanto comunidade indígena. A partir de então, passamos a realizar mais visitas a Areal e Santa Maria e, em 2015, iniciamos o trabalho de pesquisa na comunidade. Como resultado deste trabalho, o OCCA publicou em 2017 o relatório de pesquisa intitulado:

---

<sup>1</sup> O OCCA, é um projeto de Extensão vinculado historicamente ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) até o ano de 2016 e posteriormente, ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES), sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Raquel Batista Ferreira. O OCCA atua na Extensão associada à Pesquisa, nas linhas temáticas do campesinato, conflitos territoriais e Povos e Comunidades Tradicionais.

<sup>2</sup> Fizeram parte do processo de investigação e elaboração deste trabalho a professora Simone Raquel Batista Ferreira (Coordenadora) e os estudantes André Azoury Vargas, Janete de Oliveira, Miguel Chaves Saldanha, Priscila Krause de Almeida, Sebastião Rafael Inácio da Cruz e Vinícius Lima Lemes.

**Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, Rio Doce (Linhares-ES)** (OCCA, 2017). Ambos os relatórios foram apresentados às comunidades e disponibilizados aos moradores em formato impresso e digital.

A participação ativa na elaboração destes dois relatórios e as vivências em campo junto às comunidades tradicionais da foz do rio Doce me inspiraram a escrever minha monografia de Bacharelado, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Raquel Batista Ferreira e apresentada no ano de 2016 junto ao Departamento de Geografia da UFES, sob o título: **Mapeamento participativo e processos de construção da identidade indígena da Comunidade de Areal e Santa Maria – rio Doce, Linhares-ES** (VARGAS, 2016).

Anteriormente às pesquisas realizadas pelo OCCA, nenhum outro trabalho acadêmico ou técnico havia sido feito a respeito da Comunidade de Areal e Santa Maria, de maneira que se considera bastante pertinente reconhecer a importância de realizações de outras e mais amplas pesquisas sobre os Povos e Comunidades Tradicionais da região da foz do rio Doce. As experiências de pesquisa realizadas conjuntamente com o OCCA foram fundamentais para o presente Mestrado. A partir das visitas de campo, da realização de oficinas, escrita coletiva de relatórios e participação dos grupos semanais de estudo, surgiu inspiração e motivação para continuar refletindo sobre a territorialidade dos Povos e Comunidades Tradicionais da foz do rio Doce.

O presente trabalho tem como proposta fundamental dar continuidade à trajetória de pesquisas realizadas nos últimos anos e, deste modo, entende-se que é importante focar sobre aspectos e questões que não foram completamente esgotadas nas pesquisas anteriores, como por exemplo, a discussão sobre a questão dos hábitos alimentares da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria no contexto das dinâmicas capitalistas de natureza global-local.

O estudo sobre a alimentação é central no presente trabalho e a partir desta questão, estabelecemos uma lente para olhar e compreender certas mudanças na sociedade, recorrendo a alguns conceitos clássicos e contemporâneos das Ciências Humanas e Naturais, especialmente da Geografia, para buscar refletir sobre os processos de territorialização das populações e o universo dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

A conexão com a temática da alimentação se realizou de maneira mais profunda através da participação das atividades junto ao GeQa<sup>3</sup> - Grupo de Estudo da Questão dos Alimentos (CNPq - UFES), do qual somos integrante.

O envolvimento e participação nas atividades do GeQA me estimularam a trabalhar de maneira mais próxima com o debate em torno da questão dos alimentos e, devido a isso, meu Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura teve como mote central a discussão dos hábitos alimentares de alunos do 6.º ano da Escola São Geraldo, localizada em Cariacica-ES. O trabalho teve como título: **O que (como) comem: geografando hábitos alimentares na geração Z (2017).**<sup>4</sup>

Através da participação nos grupos de estudo do GeQa, nos aproximamos do debate sobre alimentação na História do Pensamento Geográfico, buscando entender o modo como a alimentação é abordada nas obras dos autores clássicos da Geografia moderna - Humboldt, Ritter, Reclus, Ratzel, La Blache, Brunhes, Sorre - e de que forma ela ocupa um lugar de fundamento nas análises geográficas. Para abordar a alimentação na história do pensamento geográfico, realizando conexões com a sociedade contemporânea, foi proposto na presente dissertação, discutir a relação entre territorialidade e alimentação através do estudo de caso sobre a Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria (Linhares-ES).

Como forma de ilustrar a estrutura da dissertação, apresentamos a seguir um fluxograma que ajuda a compreender as escalaridades do trabalho, referenciando grandes áreas de abordagem teórica, a partir de uma tríade temática envolvida pela alimentação (ver Quadro 1 a seguir).

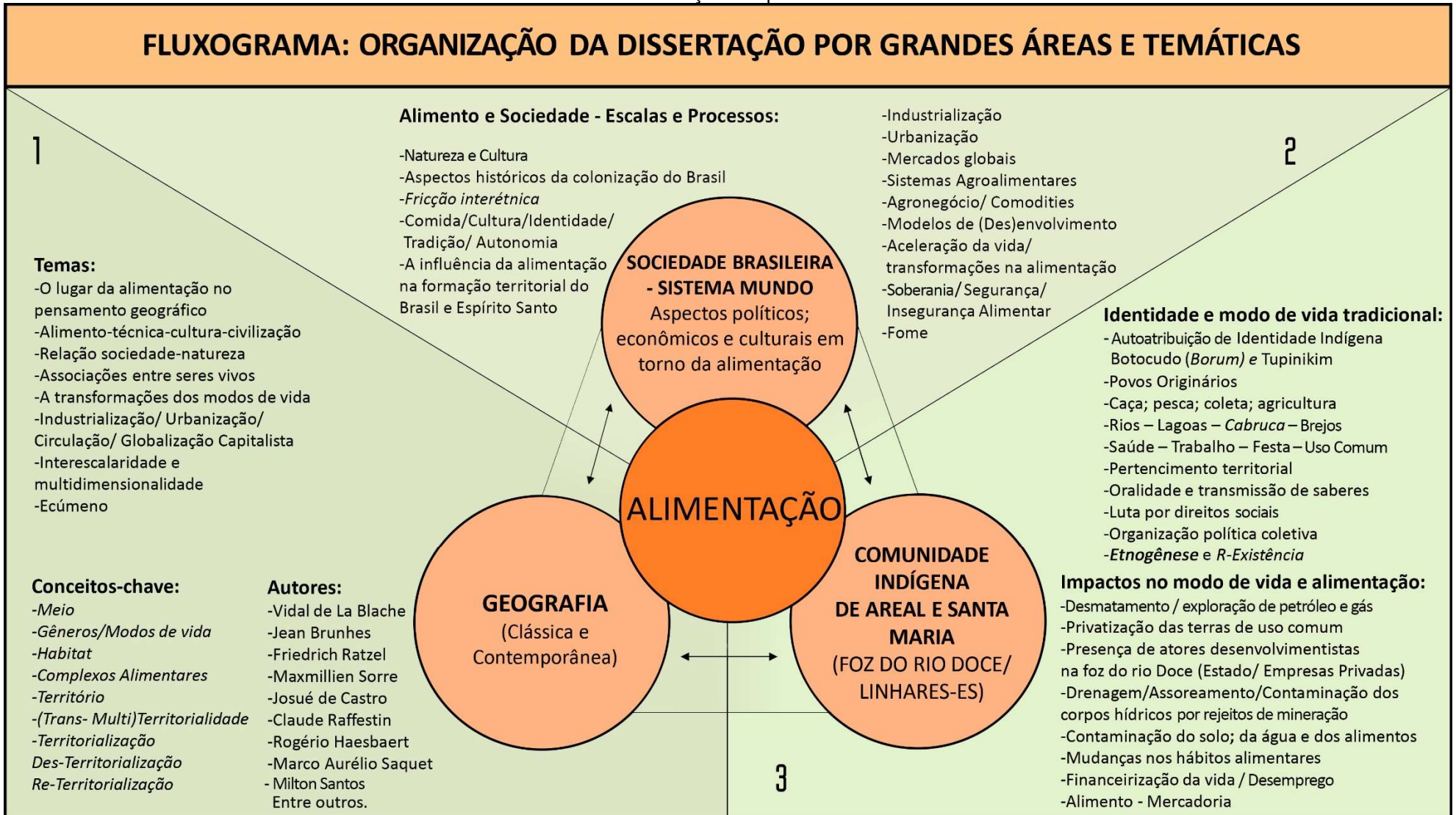
---

<sup>3</sup> Durante os anos de 2015 e 2017, atuei como monitor do Programa de Extensão Laboratório de Estudos Territoriais (LATERRA) e, a partir de 2017, passei a participar mais ativamente do GeQa, projeto atualmente coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim, que articula pesquisa, ensino e extensão e está vinculado ao LATERRA. Fazem parte do projeto, estudantes de graduação, mestrandos, doutorandos e profissionais de diferentes campos de atuação, incluindo as áreas da Geografia, Sociologia, Nutrição, Biologia, Artes, Economia, entre outros. O GeQa realiza periodicamente reunião de estudos, colóquios e simpósios, com o objetivo de discutir as variadas escalas de influência do alimento na sociedade, desde o consumo, passando pela produção, hábitos, dietas, gosto, paladar, saúde, entre outras perspectivas.

<sup>4</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação, Política e Sociedade, do Centro de Educação da UFES, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia. Autores: André Azoury Vargas, Cintia Soares de Araújo, Djeana Rocha Almeida, João Wellington Freire e Raiana Pereira Barbara. Orientador: Prof. Me. Eder Lira.



Quadro 1: Fluxograma: Organização da dissertação por grandes áreas e temáticas  
Elaboração: Próprio autor.





Deste modo, o desenvolvimento deste trabalho foi orientado a partir do objetivo geral: Investigar a relação entre territorialidade, alimentação e sociedade, a partir do estudo de caso da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, no que se refere às mudanças ocorridas nos hábitos alimentares desta comunidade a partir da segunda metade do século XX, considerando os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento hegemônico implantado na região da foz do rio Doce (Linhares-ES).

Considerando os propósitos dessa investigação foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar revisão bibliográfica de obras de autores da Geografia moderna e contemporânea buscando analisar o modo como a alimentação é abordada na história do pensamento geográfico através dos conceitos: *meio, habitat, gênero de vida/ modo de vida, território e complexos alimentares*.

2. Investigar as dinâmicas e processos da formação territorial da foz do rio Doce (Linhares-ES), com ênfase nos novos arranjos territoriais observados na região a partir da segunda metade do século XX.

3. Avaliar as mudanças ocorridas nos hábitos alimentares da sociedade brasileira frente às novas dinâmicas econômicas e socioculturais para compreender a realidade da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria no contexto das dinâmicas capitalistas de natureza global-local.

Como forma de atender a esses objetivos, o trabalho foi organizado em seis capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado **Geografia e alimentação através das noções de meio, gêneros/modos de vida, habitat e território**, pôde se observar, como a alimentação era abordada enquanto fundamento na Geografia através das obras dos autores: Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel, Jean Brunhes e Maximilien Sorre a partir das noções de *gêneros/ modo de vida, meio, habitat e território*. Através dos autores: Friedrich Ratzel, Robert Sack, Claude Raffestin, Marco Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert, se pôde refletir sobre a multidimensionalidade e multiescalaridade do conceito de *território* e suas variações.

No segundo capítulo, intitulado **As metamorfoses da alimentação na sociedade brasileira**, apresentamos reflexões sobre o conceito de *complexos*

*alimentares* em Max Sorre e realizamos imersões nos complexos alimentares brasileiros desde o período colonial, a partir das obras de Josué de Castro e Câmara Cascudo. A partir de leituras integradas com outros autores da história, sociologia, antropologia e nutrição apresentamos aspectos referentes à comida enquanto cultura, a partir do teor simbólico e identitário vinculado aos hábitos alimentares, tradições culinárias e rituais de comensalidade. Foi ainda possível discutir a modernização da agricultura, o agronegócio e a indústria alimentar, de modo a estabelecer conexões com a mundialização dos sistemas alimentares e suas consequências atuais sobre o perfil dos hábitos alimentares da população brasileira. Apresentamos também as contribuições da obra de Josué de Castro para pensar a problemática da fome no Brasil e suas correlações com os conceitos de segurança e soberania alimentar. Por fim, foram apresentadas ações de movimentos que anunciam perspectivas e caminhos possíveis para erradicação da fome e garantia de uma alimentação mais justa e saudável.

O terceiro capítulo, **Povos e Comunidades Tradicionais: entre a etnogênese, autoatribuição de identidade e R-existência territorial**, aborda discussões sobre a categoria de Povos e Comunidades Tradicionais, a partir das obras de Antônio Carlos Diegues e Alfredo Wagner Berno de Almeida, de modo a caracterizar as particularidades dos modos de vida e formas de territorialidade desses grupos sociais, desde os povos indígenas até as comunidades de pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, entre outros. Em sequência, são apresentados dados sobre a população indígena do Brasil e sobre as Terras Indígenas do Espírito Santo, de modo a contextualizar a discussão sobre os *sujeitos de direitos* e *autoatribuição de identidade étnica*, com destaque ao fenômeno da *etnogênese* no Brasil. Por fim, discute-se os processos de *R-existência* territorial dos Povos e Comunidades Tradicionais frente ao poder hegemônico colonial.

No quarto capítulo, **Populações Tradicionais e impactos socioterritoriais: formação territorial da foz do rio Doce (ES)**, apresentamos o arranjo de Povos e Comunidades Tradicionais localizados na região da foz do rio Doce-ES: Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, Terra Indígena de Comboios, Comunidade Ribeirinha e Camponesa de Entre Rios, Comunidade Quilombola e Pesqueira de Degredo, e Comunidades de Pescadores Artesanais da vila de Regência, da vila de Povoação e de Barra do Riacho. Em sequência, discutimos a formação territorial da

foz do rio Doce a partir do município de Linhares-ES e a relação com a história dos indígenas Botocudos (*Borum*). Abordamos ainda o histórico de impactos relativos ao modelo de desenvolvimento capitalista na região da foz do rio Doce, com destaque para o desmatamento da floresta nativa; a implementação de canais de drenagem da planície costeira; a chegada de fazendeiros da pecuária de corte; a chegada da Petrobrás; e por fim, o desastre-crime socioambiental da Samarco que contaminou o rio Doce e zona costeira com rejeitos de mineração.

O quinto capítulo, intitulado: **Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria: modo de vida tradicional, territorialidade e alimentação** aborda o modo de vida tradicional da comunidade indígena de Areal e Santa Maria no que se refere à sua territorialidade (material e simbólica), evidenciando as formas de associação com o meio natural; os saberes tradicionais; as práticas de pesca, caça, cultivos; o uso de ervas medicinais; os festejos, encantamentos e complexos produtivos com os quais se relacionavam no passado.

No capítulo seis, **O modo de vida tradicional em “xeque” e a mudança dos hábitos alimentares na Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria (Linhares-ES)**, buscamos fazer uma discussão sobre a situação atual da comunidade, estabelecendo paralelos entre a mudança dos hábitos alimentares e o histórico dos impactos territoriais sofridos, discutindo os deslocamentos territoriais na sua relação com as escalas global e local.

Por fim, apresentamos as **Considerações Finais**, onde fazemos um breve balanço acerca das questões abordadas e conclusões retiradas das análises levadas a efeito ao longo desta dissertação, bem como a identificação de possibilidades para a ampliação e aprofundamento destes estudos.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento desta pesquisa de Mestrado envolveu os seguintes procedimentos metodológicos: revisões bibliográfica e documental; estudo de caso; trabalho de campo; entrevistas qualitativas, elaboração de mapas e escrita em gabinete.

Para a consecução dos objetivos propostos, realizamos revisão bibliográfica de obras da Geografia moderna e contemporânea que trabalham os conceitos de *território, habitat, meio, gênero de vida e complexos alimentares*. Com destaque para os autores: Vidal de La Blache (2012 [1911]; 1954 [1921]), Friedrich Ratzel (1990 [1882]; 2019 [1903]), Jean Brunhes (1962 [1910]), Max Sorre (2018 [1951]), Josué de Castro (1935; 1937; 1984 [1946]), Milton Santos (1985; 1994; 2002; 2006), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006a; 2006b), Ruy Moreira (2015), Robert Sack (1986), Claude Raffestin (1993 [1980]), Rogério Haesbaert (1997; 2002; 2003; 2004a; 2004b; 2007), Marco Aurélio Saquet (2003; 2015a; 2015b), entre outros.

Para além dos autores da Geografia, também nos aportamos em autores da Sociologia, Antropologia e História, com ênfase em debates sobre alimentação: Jean-Pierre Poulain (2004), Michael Pollan (2014), Câmara Cascudo (2012 [1947]; 2016 [1986]), Henrique Carneiro (2003), Jean-Louis Flandrin (1998), Massimo Montanari (2013), Arioaldo Franco (2010), Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010), Elaine de Azevedo (2017; 2019a; 2019b), Ester Vivaz Esteve (2017), entre outros.

Como forma de abordar a temática dos Povos e Comunidades Tradicionais, identidade étnica e *etnogênese*, nos pautamos conceitualmente nos autores Antônio Carlos Diegues (2000; 2001; 2008), Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004), Simone Raquel Batista Ferreira (2009; 2010; 2016), Fredrik Barth (2000 [1969]), Manuela Carneiro da Cunha (1986 [1979]; 2012) e Luciano Baniwa (2006).

Para a discussão acerca da formação territorial do rio Doce no município de Linhares e a história dos Botocudos (*Borum*), consultamos os trabalhos de Maria Lucia Zunti (1941), Ney Strauch (1955), André Coelho (2007; 2009), Francieli Marinato (2007; 2008), Paul Ehrenreich (2014 [1887]), Maximiliano Wied-Neuwied (1989), Carlo Eugênio Nogueira (2020), entre outros.

Como forma de discutir as transformações dos hábitos alimentares na sociedade brasileira e os temas correlacionados à Fome, Segurança, Insegurança e Soberania Alimentar, foram consultados os trabalhos de Josué de Castro (1935; 1937; 1984 [1946]), Renato Maluf e Marcio Reis (2013), Walter Belik (2012), José Raimundo Ribeiro Junior (2015), entre outros. Foram também analisados os dados publicados nos seguintes relatórios e documentos: Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018 (IBGE, 2019a; 2020a; 2020b), Guia Alimentar para a População Brasileira - GAPB (BRASIL, 2014a), Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (BRASIL, 2014b) e Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no mundo (FAO, 2020).

Por fim, foram consultadas artigos, dissertações e relatórios publicados por pesquisadores que discutem em seus trabalhos os impactos socioambientais no rio Doce e nas comunidades localizadas em sua foz. Dentre eles, destacamos: Flávia Leonardo (2014), João Paulo Izoton (2017; 2018), Thaishi Silva (2014), Wanderson Rebello (2012), Hauley Valim (2008), Miguel Saldanha (2015; 2018), Luiz Duarte (2018), OCCA (2014; 2017), ORGANON (2015), Rede rio Doce Mar (2019a/2019b), entre outros.

A partir destas contribuições teóricas, pretendeu-se refletir sobre a relação entre territorialidade, alimentação e sociedade, a partir do estudo de caso da comunidade tradicional de Areal e Santa Maria, no que se refere às mudanças ocorridas nos hábitos alimentares desta comunidade a partir da segunda metade do século XX, considerando os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento hegemônico implantado nesta região e suas implicações no período atual. Consoante a esta abordagem, foi realizado levantamento de informações junto à comunidade, como forma de avaliar as consequências do processo de desenvolvimento local-global sobre o território e de que forma a realização do modo de vida tradicional desta população junto ao seu território está posta em “xeque”.

O levantamento de informações a respeito da alimentação e modo de vida tradicional da comunidade referente ao tempo passado foi realizado através da consulta de fontes secundárias - com destaque para as informações presentes no relatório: **Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, Rio Doce (Linhares-ES)** (OCCA, 2017), do qual participamos como pesquisador.

Utilizamos o relatório do OCCA (2017): **Estudo territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, rio Doce - Linhares (ES)**, como referência empírica e teórica no diálogo com a realidade da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria (Linhares-ES), aproveitando do conjunto de informações anteriormente levantadas pelo OCCA, através das metodologias participativas da *História Oral* e *Cartografia Social*, para a contextualização com as novas informações obtidas no presente trabalho.

O relatório de pesquisa citado foi elaborado entre 2015 e 2017 pelo Projeto de Extensão da UFES: Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA). A equipe<sup>5</sup> de pesquisa responsável por este trabalho foi formada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Batista Ferreira (Coordenadora), e por estudantes de Geografia e Serviço Social da UFES, incluindo o próprio autor. O relatório teve como objetivo não só registrar de modo formal o resultado dos estudos realizados localmente, mas principalmente, fortalecer a luta da comunidade pelo reconhecimento de sua identidade indígena oriunda dos Botocudos (*Borum*) e *Tupinikim*, junto à Funai e ao Estado Brasileiro, e o acesso aos direitos daí decorrentes.

O levantamento de informações atuais sobre a Comunidade de Areal e Santa Maria foi realizado, no presente Mestrado, através da metodologia do *estudo de caso*. Para tanto, realizamos visitas à campo, consulta bibliográfica e entrevistas com lideranças da comunidade para o levantamento de dados qualitativos e informações específicas sobre territorialidade, hábitos alimentares, modo de vida, identidade, ancestralidade e organização política.

O *estudo de caso* enquanto metodologia permite a realização de pesquisas aplicadas a casos concretos, problemas sociais e políticas públicas. Representa uma estratégia para responder questões do tipo 'como' e 'por que', em situações que o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos analisados e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em contextos da vida real (YIN, 2001). Para o autor,

---

<sup>5</sup> Fizeram parte do processo de pesquisa e elaboração do relatório: **Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, rio Doce - Linhares (ES)** (OCCA, 2017) a professora/ pesquisadora Dr<sup>a</sup> Simone Raquel Batista Ferreira (Coordenadora do OCCA) e os estudantes/ pesquisadores: André Azoury Vargas, Diego Leandro Monteiro, Isabel Benincá Gonçalves, Miguel Chaves Saldanha, Priscila Krause de Almeida, Thamyris Schneider e Vinícius Lima Lemes.

[...] o estudo de caso contribui para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. [...] Em todas essas situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas **[ou rurais]**, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 21, **[grifo nosso]**).

Antonio Carlos Gil (2002, p. 138) define o *estudo de caso* como um estudo aprofundado sobre objetos que podem ser um indivíduo, uma organização, um grupo ou um fenômeno e que pode ser aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento. Sua utilização maior é em estudos exploratórios e descritivos, mas também pode ser importante para fornecer respostas relativas a causas de determinados fenômenos.

Como parte integrante da metodologia de estudo de caso, foram realizadas no presente trabalho, entrevistas qualitativas com moradores da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria. Em decorrência da pandemia da COVID-19, as entrevistas tiveram de ser realizadas por telefone, com um número menor de moradores do que anteriormente planejado. Como parte do cronograma da presente pesquisa, tínhamos planejado, desde 2019, realizar um último campo junto à comunidade para a execução de entrevistas na segunda quinzena do mês de março de 2020. Esta data foi sugerida pelos próprios moradores locais, pois eles estavam com reunião e visita técnica da Funai marcada para o início do mês de março. Como forma de absorver os desdobramentos da visita da Funai, marcamos a realização do campo em data posterior.

No entanto, como sabemos, fomos atravessados pela pandemia da COVID-19 em 2020, situação que ainda é presente e apresenta riscos diretos à saúde de toda sociedade. A pandemia da COVID-19 impôs condições de reorganização das relações sociais em uma escala global e local. Após o surgimento dos primeiros casos no Brasil e aumento vertiginoso no Espírito Santo a partir de março de 2020, nos vimos obrigados a encontrar outros meios para realizar a pesquisa, sem a execução do último trabalho de campo previsto. Por sensibilidade, ética e resguardo das pessoas envolvidas na pesquisa - ou seja, os moradores da Comunidade de Areal e Santa Maria e o pesquisador - passamos a buscar outras estratégias para viabilizar as entrevistas e coleta de informações.

A alternativa encontrada foi a realização de entrevistas por telefone. Anteriormente, tínhamos a pretensão de realizar reuniões coletivas e entrevistas com um espectro maior de moradores. No entanto, em decorrência da situação delicada e atípica, tivemos que reduzir o número de entrevistados.

A entrevista por telefone apresenta limitações quando comparada à presencial. De modo a não modificar o escopo da pesquisa pela mudança da linguagem de entrevista, decidimos entrevistar as lideranças da comunidade, para que através delas pudéssemos ter um panorama geral das questões que afetam a comunidade.

Desta forma, em conversa com os moradores, combinamos de entrevistar 04 lideranças da comunidade, com diversidade de gênero e idade, 2 homens e 2 mulheres com idades entre 30 e 77 anos. No dia marcado para uma das entrevistas, uma das moradoras mais velhas que havia sido selecionada não estava se sentindo bem de saúde e decidimos, então, não realizar a entrevista<sup>6</sup>. Por fim, entrevistamos 3 lideranças - 2 homens e 1 mulher - com idades entre 30 e 65 anos.<sup>7</sup> Apesar de parecer um arranjo reduzido de entrevistados, entendemos que por se tratarem de lideranças, as informações levantadas atendem o objetivo e a escala de análise pretendida, considerando que outras entrevistas já haviam sido feitas junto aos moradores em 2015 pelo pesquisador, conjuntamente com a equipe do OCCA. Devido ao fato de o número de moradores entrevistados ter sido reduzido em comparação ao planejamento anterior, as perguntas referentes aos hábitos alimentares foram feitas em uma escala para além dos detalhes do perfil individual, com uma perspectiva também coletiva, de modo a abranger informações gerais da comunidade.

Após a etapa das entrevistas, realizamos transcrição das falas e organização por temáticas (hábitos alimentares atuais/ mudanças no modo de vida recentes/ territorialidade/ relações de trabalho/ tradições culinárias/ impactos locais/ organização política e identidade/ luta por direitos/ locais e perfil de consumo de

---

<sup>6</sup> Infelizmente, a mesma não resistiu ao quadro delicado de saúde e veio a falecer dias após o contato. Deixamos aqui nossas condolências e homenagem à dona Helena Carlos, anciã portadora de muitas histórias e sabedorias.

<sup>7</sup> O roteiro de entrevista utilizado na pesquisa pode ser consultado na parte dos Anexos ao fim do trabalho. Devido ao fato de as entrevistas terem sido realizadas por telefone, as respectivas autorizações, por parte dos entrevistados, para uso das informações colhidas no presente trabalho encontram-se registradas em arquivos de áudio e transcrições.



alimentos, entre outros). As informações levantadas nas entrevistas foram fundamentais para a percepção das transformações ocorridas historicamente no território e a caracterização do modo de vida atual da comunidade.

Ao longo da pesquisa, realizamos três visitas em campo. Em abril de 2019, para conversar informalmente com moradores, atualizar notícias e realizar registros fotográficos; e em novembro de 2018 e 2019, para participar do III e do IV Encontro de Cultura Ancestral de Areal.

Para a organização dos quadros e a elaboração dos mapas contidos no presente trabalho, nos pautamos nas informações levantadas pelo OCCA (2017), nas visitas a campo e entrevistas realizadas entre 2018 e 2020. Foram produzidos, ao todo, 10 mapas. Para sua elaboração, utilizamos o *software* digital de mapeamento QGIS 3.14 e acessamos bancos de *shapes* de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) disponibilizados por órgãos públicos - estaduais e federais: Geobases, IDAF, IEMA, INCRA, ANA e IBGE.

A partir dos mapas produzidos, se fez possível apresentar aspectos da territorialidade de Areal e Santa Maria ao longo do tempo; os novos fluxos de acesso à alimentação; a localização das comunidades da foz do rio Doce; a caracterização de uso e ocupação do solo; a concentração fundiária; bem como visualizar os processos de sobreposições territoriais entre atores sociais na região da foz do rio Doce e seus impactos a partir do século XX.

# 1. GEOGRAFIA E ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DAS NOÇÕES DE MEIO, GÊNERO/MODO DE VIDA, HABITAT E TERRITÓRIO

## 1.1. O LUGAR DA ALIMENTAÇÃO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO MODERNO

Como forma de estabelecer uma base conceitual para as discussões subsequentes relacionadas ao tema deste trabalho, faremos inicialmente um resgate das discussões realizadas pela Geografia moderna entre os séculos XIX e XX, buscando compreender suas matrizes, fundamentos e tradições, dando atenção aos elementos específicos que são chave para entender o lugar da alimentação no pensamento geográfico moderno. Desta maneira, foram selecionados autores Geografia moderna como Friedrich Ratzel (1844 - 1904), Paul Vidal de La Blache (1845 - 1918), Jean Brunhes (1869 - 1930) e Maximilien Sorre (1880 - 1962), para se entender de que forma a questão da alimentação é discutida em suas obras. Para isso, se faz necessário realizar uma viagem na história do pensamento geográfico, buscando resgatar os paradigmas e elementos epistemológicos vigentes em diferentes períodos.

O período de transição entre os séculos XIX e XX é interpretado como um momento singular, onde muitos acontecimentos marcaram a história da humanidade em um curto espaço-tempo. Este período é importante para entender a relação homem-meio e o lugar da alimentação na Geografia. Neste contexto, os geógrafos buscavam responder duas diferentes perguntas: *O que é o mundo?* e *o que é a Geografia?* Desta forma, propomo-nos a tentar responder essas questões de diferentes maneiras: como interpretamos o mundo através da alimentação e de que forma pensar a alimentação nos ajuda a entender a Geografia.

O pensamento geográfico moderno passou por diferentes momentos e transformações ao longo da história. Considerando sua trajetória desde o século XVII - XVIII a partir de Bernhard Varenius (1622 - 1650) e Immanuel Kant (1724 - 1804), encontramos diferentes perspectivas de análises e perguntas a serem respondidas. Varenius desempenhou um papel importante na história do pensamento geográfico, sendo considerado por alguns como o precursor da Geografia moderna a partir da sua obra **Geografia Geral** (1650). Varenius trouxe em seus estudos a ideia de *totalidade*

e *particular*. A noção de corografia<sup>8</sup> e topografia (descrição detalhada dos lugares e pequenas regiões) para se pensar o mundo, sendo também influenciado pelo Humanismo e conseqüentemente, pela Revolução Científica (Séc XVI – XVIII) protagonizada anteriormente a Varenius por Copérnico, Kepler e Galilei e posteriormente por Bacon, Descartes e Newton. Pode-se dizer que as transformações dos paradigmas científicos vinham sendo absorvidas pelo início da Geografia dita moderna (sobretudo europeia) e que neste momento (séc XVII-XVIII), o pensamento geográfico, de Varenius principalmente, estava orientado, com maior ênfase, pelo substrato inorgânico, físico-mecânico e geológico.

Desde a precoce morte de Varenius, aos 28 anos em 1650, até o século XIX, o fazer geográfico esteve, de forma geral, ancorado à concepção matemática hegemônica da Física de Isaac Newton (1643 - 1727). É a partir de novos questionamentos e descobertas científicas - como a Segunda Lei da Termodinâmica de Rudolf Clausius (1822 - 1888), a Microbiologia e Química de Louis Pasteur (1822 - 1895) e a Teoria da Evolução de Charles Darwin (1809 - 1882) - que a Geografia começa a estabelecer maior diálogo com o meio orgânico e social (MOREIRA, 2015). A Geografia, mesmo que de forma tardia, começa a se pautar nos preceitos da Biologia, da Química e da Sociologia para pensar o mundo como um organismo complexo de seres vivos. Partindo dessa premissa, começamos a entrar no campo da Geografia permeada pela discussão da vida, que estava interessada em interpretar não só as paisagens da superfície terrestre, mas também as ações humanas pelo globo, os seres e suas formas de vida em geral.

No final do século XVIII, surgem dois grandes nomes que elevam a Geografia a um patamar de maior visibilidade dentre as ciências: Alexander Von Humboldt (1769 - 1859) e Karl Ritter (1779 -1859) são autores consagrados na história da Geografia e revolucionaram o método das pesquisas geográficas. Humboldt é um geógrafo viajante/ caminhante que defende a necessidade da utilização de instrumentos geográficos em campo e oferece contribuições riquíssimas para se pensar a corografia das paisagens através do estudo da Botânica, em seu **Ensaio sobre a Geografia das Plantas** (1805). Ritter é responsável pela transformação da Geografia em uma ciência acadêmica, se inspira nas fundamentações de Kant e investe na

---

<sup>8</sup> O termo *corografia*, do grego (khōros; "lugar" + graphein "descrever), refere-se à descrição e classificação taxonômica das regiões, e foi amplamente utilizado entre os séculos XVII e XVIII.

interpretação da *corografia* das paisagens através de mosaicos (*corologia*), com seu método comparativo. A partir das produções desses dois autores, observa-se uma maior influência naturalista na Geografia, transformando a ótica/ linguagem para se pensar os elementos da natureza em afinidades e conexões biológicas.

Com o advento das revoluções científicas e o aprimoramento das técnicas, novas ferramentas de pesquisa e análise foram desenvolvidas, e dentre elas chamamos a atenção para o microscópio. Através deste equipamento, o olhar alcançou outras escalas e passou a considerar a existência de outros seres vivos microbiológicos, até então inacessíveis a olho nu. Esse aperfeiçoamento técnico permitiu ao geógrafo olhar para a natureza de outra forma, pois à medida que se muda a escala, muda-se também o paradigma sobre a realidade. Há uma perspectiva da História Natural por trás dos pesquisadores da Geografia Clássica; o estudo da Química passa a ser fundamental na Geografia do século XVIII em diante e esse marco da revolução química estabelece um perfil diferenciador claro entre a Geografia na forma como era pensada por Varenius e a que era praticada por Humboldt, por exemplo (BERDOULAY, 2017).

Na transição do século XIX para o XX, a Geografia, já institucionalizada enquanto ciência, começa a se ramificar em subáreas por influências positivistas e é nesse contexto que se observa a divisão da ciência entre Geografia Física e Geografia Humana (MOREIRA, 2015).

Após essa breve introdução e apontamento de algumas características desta ciência ao longo da história, o que se pretende aqui é preparar o terreno para que possamos entender como a alimentação está inserida no seio do pensamento geográfico moderno.

### **1.1.1. Associação dos seres vivos: os conceitos de meio, gênero/ modo de vida, habitat e território.**

A Geografia Humana do século XIX e XX trata a figura humana enquanto centralidade nas análises geográficas, porém ainda considera o ser humano como um

organismo vivo em conexão com outros seres. Para Jean Brunhes<sup>9</sup> (1869 - 1930), a Geografia Humana seria o estudo dos conjuntos dos fatos de que participa a atividade humana. Ele sugere que os geógrafos são conduzidos a estudar a “[...] ação do homem na Natureza – sem a separar, nunca, do estudo da Geografia natural ou Geografia Física” (BRUNHES, 1962 [1910], p. 41). Para ele, a Geografia do século XIX não deve se contentar com a descrição dos fenômenos; ela deve pretender explicá-los, orientada por duas ideias capitais: a ideia de atividade e de conexão, tendo como fim observar, classificar e explicar os efeitos das forças atuantes e os efeitos complexos destas forças associadas (BRUNHES, 1962 [1910], p. 42). O princípio da conexão de Brunhes, o estudo dos fatos geográficos de forma interligada através de múltiplas conexões, está próximo à ideia de unidade terrestre, estudo das influências das forças geológicas e biológicas como forma de entender os ciclos e processos naturais da Terra, de Vidal de La Blache - ideias que constituíam a fonte da noção de espírito geográfico da escola francesa (BERDOULAY, 2017).

Para Max Sorre<sup>10</sup> (1880 - 1962), “A primeira função da Geografia Humana consiste no estudo do homem considerado como um organismo vivente submisso a condições determinadas de existência e que reage aos estímulos recebidos do meio ambiente” (SORRE, 2018 [1951], p. 10). Sorre se refere às formas primitivas essenciais da atividade da humanidade, mas no fim o que está em questão é que a humanidade também compõe inevitavelmente a rede de associações entre os seres no contato com o meio, e uma dessas associações se estabelece indiscutivelmente através da alimentação.

---

<sup>9</sup> Jean Brunhes (1869 - 1930), nascido em Toulouse na França, foi professor de História e Geografia e um dos expoentes nomes da Geografia Humana. Discípulo de Vidal de La Blache, Brunhes através da interdisciplinaridade com a Antropologia, História e Ecologia publicou monografias e ensaios sobre a relação dos grupos sociais com o meio, na França e na região do semiárido Mediterrâneo. Publicou sua mais reconhecida obra **Geografia Humana** em 1910, onde dissertou sobre as dinâmicas das sociedades humanas na Terra e o processo de ocupação (produtiva; improdutiva e destrutiva), chamando atenção para os *princípios da atividade e da conexão* (MOREIRA, 2015; CASTILHO, 2017).

<sup>10</sup> Nascido em 1880 em Rennes na França e falecido em 1962, Maximilien Sorre foi um geógrafo pertencente a escola vidalina de La Blache. Sua Geografia Humana relaciona-se com a Sociologia e com a Biogeografia. A partir do enfoque na Ecologia Humana, Sorre ficou popularmente conhecido como o criador da Geografia Médica. Suas principais obras são: **Os Fundamentos da Geografia Humana** (3 vols., 1943-1952) e **O Homem na Terra** (1961). A visão ecológica de Sorre alinha-se com a discussão dos *gêneros de vida, habitat e ecúmeno*, presentes nos clássicos da Geografia (MOREIRA, 2003).

De acordo com Brunhes, o abrigo e a habitação são o princípio e embrião de fato da Geografia Humana, e ele complementa dizendo que a “Alimentação, habitação, vestimenta, tais são os três fundamentos essenciais de toda a Geografia dita econômica” (BRUNHES, 1962 [1910], p. 49). Brunhes, no segundo capítulo de sua obra **Geografia Humana** (1962 [1910]), classifica os fatos da Geografia Humana por ordem de complexidade crescente. A primeira a ser apresentada é a Geografia das necessidades vitais básicas (comer, dormir, vestir-se). De acordo com ele:

Incessantemente, o homem tem necessidade de se alimentar: várias vezes por dia, deve renovar as forças de seu organismo, comendo e bebendo. [...] Quanto a nossa alimentação, é constituída de produtos vegetais ou animais, produtos provenientes, em sua totalidade, de seres que ocupam um lugar na superfície do globo. Melhor ainda: os animais terrestres, de que se nutrem os homens, nutrem-se de vegetais onde outros animais se nutrem por sua vez, de vegetais. Na origem e no princípio, através de transformações mais ou menos distantes, devemos reencontrar uma parcela do revestimento vegetal da terra em quase todo alimento humano. [...] E, do mesmo modo, os homens que se alimentam de peixes colhem para suas refeições quotidianas, indiretamente, uma porção mais ou menos grande desta *pastagem* orgânica do mar, o *plankton*. [...] Assim os homens estão ligados, por meio de relações materiais, regulares e periodicamente regulares, a múltiplos fatos de superfície, que por sua vez estão em íntima dependência das condições gerais e locais do solo, do oceano, do clima (BRUNHES, 1962 [1910], p. 46-47).

Para dar prosseguimento a esta discussão que se coloca como central na Geografia Clássica, cabe abordar as noções sobre o conceito de *meio*, que se faz fundamental para pensar sobre o *habitat*, *gênero de vida* e *território* na relação entre Geografia e alimentação.

O conceito de *meio* tem origem na área da Ecologia e é bastante empregado pelos naturalistas. Na Geografia Humana, este conceito remete à noção de ambiente, que é o espaço de coabitação, conexão e associação dos seres vivos. Para Vidal de La Blache<sup>11</sup>, havia uma ideia essencialmente geográfica: um meio dotado de uma

---

<sup>11</sup> Nascido em Hérault na França, Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918) foi um dos grandes nomes da Geografia moderna e na constituição da Geografia Humana entre o século do século XIX e XX. Marcado como um geógrafo acadêmico, fundador da Escola Francesa de Geografia, La Blache vai ser o primeiro professor regular de Geografia em uma universidade francesa, estabelecendo diversos contatos e conexões com a geografia alemã de Karl Ritter e Friedrich Ratzel. No interior da Escola Francesa de Geografia, desenvolveu conceitos e métodos para pensar a relação dos grupos sociais com o meio, ficando bastante conhecido pela a divulgação e desenvolvimento de conceitos como *unidade terrestre*, *gênero de vida* e *região*. Um dos principais livros de sua obra é **Princípios de Geografia Humana**, com sua versão completa publicada postumamente, em 1922, por Emmanuel de Martonne, seu genro e discípulo (MOREIRA, 2015; BERDOULAY, 2017).

potência, uma capacidade que pode agrupar e manter juntos seres heterogêneos em coabitação e correlação recíproca. La Blache dá um interessante exemplo para pensarmos o meio como ambiente de conexão e associação de seres, ele nos sugere a escala da fenda de um rochedo:

Está ao nosso alcance ver em elaboração esse esforço de acomodação a um espaço dado: uma fenda de um rochedo, ainda que por pouco tempo lá se tenha introduzido um nada de poeira, atapetasse de alguns musgos, junto dos quais, ao acaso dos germes trazidos pelo vento, se instalam plantas diversas; e, a volta destes vegetais, não tarda que um mundo zumbidor de insetos afluja (LA BLACHE, 1954 [1921], p. 156).

Desta forma vale aqui ressaltar que a noção de *meio* está para além da ideia de espaço físico geométrico ou topográfico. O *meio* é, sobretudo, químico/ fisiológico, um “microcosmo” de afinidades e pode se configurar como um laço geográfico, o ambiente onde ocorre a cena da vida. Um caminho possível para se compreender a ideia de *meio* na Geografia Humana é através do geógrafo francês Max Sorre. Para ele, o *meio* é um *complexo* e pode ser dividido em diferentes categorias compostas, que ele apresenta através de três complexos: climático, vivo e social (SORRE, 1984).

O complexo climático seria caracterizado pelo estudo dos componentes físico-químicos do meio natural, os compostos biológicos, envolvendo a atmosfera, escalas de temperatura, umidade do ar, radiação, pressão, entre outros. O complexo vivo diz respeito aos seres vivos, humanos, animais, plantas e seres microbiológicos como fungos, bactérias e parasitas. No interior do complexo vivo, Sorre introduz outros complexos, pensando no ser humano: seriam eles os complexos patogênicos e alimentar, que serão detalhados mais à frente. Por fim, como forma de caracterizar a ideia de *meio*, Sorre apresenta o complexo social, sendo composto pelo humano, o animal social e seus *gêneros de vida*.

A concepção de *gênero de vida* está diretamente ligada ao meio e ao espaço habitado (*habitat*). Esta noção foi inicialmente trabalhada pelo filósofo alemão Johann Gottfried von Herder (1744 - 1803) e posteriormente por influência do mesmo, desenvolvida por Vidal de La Blache. Gênero de vida é uma noção bastante pertinente para se pensar os modos de adaptação do homem ao meio e de que forma seus hábitos e conjunto de técnicas compõem os regimes alimentares de determinado grupo social. Para Sorre (1984 [1952]),

A noção de gênero de vida é extremamente rica, pois abrange a maior, senão a totalidade, das atividades do grupo humano [...]. Não é exagerado considerar os gêneros de vida, pelo menos inicialmente, como combinação de técnicas (p. 99-100).

Os gêneros de vida dos povos são plurais, podem ser considerados enquanto práticas, atividades humanas na relação com o meio (técnicas) e estão diretamente relacionados com o fator geográfico de cada lugar. De acordo com La Blache (1954 [1921]):

O homem criou para si gêneros de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para o seu uso. Caçador, pescador, agricultor – ele é tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa à criação (p. 172).

Dessa forma, conclui-se que os *gêneros de vida* são orientados por hábitos e costumes que se materializam através de um conjunto de técnicas, diz respeito à forma em que cada grupo social se realiza no espaço ao longo do tempo, são seus modos de existência. Vidal de La Blache traz como exemplos de *gênero de vida* os grupos coletores, pescadores, caçadores, pastores, agricultores, entre outros. O gênero de vida marca a atividade que é mais destacada em cada grupo, aquela que desempenha maior importância, garantindo a identidade dos variados grupos através de seus hábitos e modos de existência.

La Blache, em seu segundo artigo sobre os *Gêneros de vida* na Geografia Humana (1911), estabelece que alguns gêneros de vida passam por processos de evolução. Ao contrário da coleta; caça e pesca, que tendem a ser mais restritos e confinados, os gêneros da agricultura e pecuária tendem a se ampliar e estender seus domínios, “dando lugar a variedades e subgêneros cujas diversas ramificações penetram até as partes mais inóspitas dos continentes” (LA BLACHE, 2012 [1911], p. 160). Sobre a agricultura, ele destaca que esse gênero de vida é influenciado pela seleção das espécies a serem cultivadas, propagação e dispersão dos principais cereais úteis à alimentação dos povos, como o trigo, milho e arroz. A partir dessa exemplificação, percebemos como a alimentação é abordada com centralidade nos gêneros de vida e não à toa La Blache considera os meios de alimentação como



fundamento dos mesmos (LA BLACHE, 2012 [1911]). Sendo assim, podemos pensar os processos de formação cultural através dos gêneros de vida, sendo o alimento um importante elemento para se pensar a cultura dos povos.

Ruy Moreira (2015), no livro **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**, estabelece diálogo com diversas obras da Geografia Clássica. Ao abordar o conceito de *gênero de vida* na obra **Princípios da Geografia Humana** (1921), de Vidal de La Blache, afirma que:

A civilização pode ser vista como um todo de gêneros de vida. No âmbito da civilização, cada gênero de vida se distingue e se identifica por aspectos essenciais como a habitação, o vestuário, o armamento, o regime de alimentação. O regime da alimentação é o mais sobressalente desses aspectos essenciais conferidos pelo gênero de vida às civilizações. Forma mútua de relação de adaptação ambiental, mais tenaz e mais permanente que outras como o vestuário, o armamento, a habitação, todas criadas a partir do material recolhido do meio local, o regime alimentar não está sujeito como aquelas outras a modificar-se pela influência dos intercâmbios comerciais. Mais que a forma de habitação, por exemplo, o regime alimentar se firma e se entranha no temperamento do hábito, a ponto mesmo de tornar-se um critério de classificação das civilizações (MOREIRA, 2015, p. 63).

Sobre as evoluções dos gêneros de vida, Sorre (1952) propõe as seguintes categorias de diferenciação:

**Gêneros de vida rurais** (Agrícolas):

- Primitivos (Coleta, Pesca e Caça)
- Tradicionais (Agricultura, pecuária, pastoreio nômade, entre outros)
- Especializados (Ex: Monocultivo para comercialização)
- Mistos (Associação de ocupações agrícolas e industriais)

**Gêneros de vida urbanos** (Modos de existência no espaço urbano, descolados do *habitat* rural)

Fonte: "A noção de gênero de vida e sua evolução". In: **Os Fundamentos da Geografia Humana** - Livro III (1952) (SORRE, 1984 [1952]) Organização: Próprio autor.

Ao longo do texto, Sorre indica a transformações dos gêneros de vida através da presença de ocupações industriais no meio rural, circulação, crescimento urbano e introdução de novos elementos na divisão territorial do trabalho, que em seu conjunto reestruturam e desmembram os gêneros de vida mais tradicionais (SORRE, 1984 [1952]). Ele observa que:

[...] nos gêneros de vida antigos, a atividade do grupo compreende a satisfação da totalidade das necessidades, tanto alimentares quanto de instrumentos e abrigo – aqui também compreendido o vestuário. Na França, já há muito tempo a camponesa não fia mais lã nem linho. E também não assa mais o seu pão. [...] Ao mesmo tempo o grupo perde sua autonomia, torna-se mais dependente dos grupos que praticam atividades complementares. A própria noção de gênero de vida se transforma (p. 108).

Ao comentar sobre a evolução dos gêneros de vida, Sorre introduz a noção de *circulação* e novos *modos de existência*, como características decorrentes do processo de modernização das relações socioespaciais.

Todas as mudanças dos gêneros de vida aparecem como que ligadas à atividade da circulação. A circulação faz o grupo humano participar de uma vida mais geral, trazendo-lhe os germes da renovação que vêm fecundar os antigos modos de existência. Ela faz nascer novos modos de existência portadores e organizados com vistas a seus próprios fins (SORRE, 1984 [1952], p. 112).

Em decorrência dos movimentos expansionistas de colonização da Europa sobre os demais continentes, que Sorre intitula de “grandes descobertas” o “[...] campo dos transportes alargou-se a ponto de abarcar o globo. Toda a Terra entra no ecúmeno da circulação [...]. Este evento, por si só implica consequências imensas” (SORRE, 1984 [1952], p. 113). Através da citação a seguir, Sorre fornece exemplos sobre os processos de expansão dos gêneros de vida europeus associados ao colonialismo e suas consequências sobre os gêneros de vida tradicionais:

Primeiro, os grupos brancos dispersando-se para além da Europa, implantaram em toda parte os elementos essenciais de seu gênero de vida. [...] Na América do Norte os emigrantes europeus transportaram o seu **modo de existência** incluindo as formas do habitat [...]. Na faixa intertropical, os europeus criaram com todos os detalhes, um tipo até então desconhecido, baseado na **economia de plantations**. Seus caracteres essenciais são a cultura de plantas transportadas para fora do seu país de origem (cana, café, cacau etc.), com vista a uma produção de luxo escoada para mercados da metrópole, por meio de uma mão-de-obra servil arrancada de sua própria pátria distante: tríplex ligação de dependência, do ponto de vista da circulação. Esse sofreria mudanças profundas com a supressão da escravidão, com a expansão do capitalismo e desenvolvimento das culturas industriais [...]. O que acontece com os gêneros de vida antigos? Os mais arcaicos estão condenados a desaparecer, rápida ou lentamente. Às vezes desaparecem juntamente com o grupo que os praticava, em face do ritmo de conquista do **modo de existência** dos brancos. [...] Todas as zonas do globo foram tocadas por essa imensa

transformação [...] A circulação é um instrumento de uniformização do globo (SORRE, 1984 [1952] p. 113 **[grifo nosso]**).

A partir do contexto da citação em Sorre, identificamos abertura para promover outras reflexões e algumas relações conceituais. A forma como a expressão “modos de existência” é empregada no texto, nos remete à aproximação com a noção “modos de vida”. A economia de *plantations* é um exemplo de sistema de produção, que nos leva a refletir sobre a discussão do *meio-técnico* presente na obra de Milton Santos (1985): “desde que a produção se tornou social, pode se falar em meio-técnico. Esse meio técnico vem sofrendo transformações sucessivas e, segundo os períodos, com diferentes intensidades nas diversas partes do mundo” (SANTOS, 1985, p. 34). Ao falar sobre *circulação* enquanto instrumento de uniformização do globo, Sorre nos dá pistas para refletir sobre o ecúmeno e a expansão do capitalismo junto ao processo de globalização.

Sorre faz uma diferenciação entre gêneros de vida tradicionais e especializados, e essa diferenciação é feita sobretudo pelo viés da interpretação do valor técnico empregado a cada gênero. Um exemplo dado por ele é o caso dos produtores de vinho na França. Ele classifica como “vinhateiros” aqueles que estão ligados ao método mais tradicional de cultivo de vinhas associado a outras culturas, e os “viticultores” aqueles que realizam produção unificada e em larga escala para distribuição, neste caso, de acordo com o autor, um gênero de vida mais especializado (SORRE, 1984 [1952]). Essa transformação se dá especialmente pelo advento da *circulação*, utilizando como exemplo a expansão da malha ferroviária na França. “[...] o escoamento mais fácil dos produtos, sua colocação num mercado ampliado estimulam a produção e podem vincular a economia de uma região à especialização” (SORRE, 1984 [1952], p. 115).

Podemos identificar neste caso ilustrado por Sorre um exemplo claro da modernização técnica no campo. Este processo sugere uma série de transformações nos modos de produção agrícola, substituindo “modos de existência baseados na policultura e essencialmente voltados para o consumo local” (SORRE, 1984 [1952], p. 115) em gêneros de vida baseados na monocultura industrial para abastecimento de mercados externos. Sorre denomina esse último caso como um exemplo de “gêneros de vida mistos, que associam a prática dos gêneros de vida industriais aos da cultura

do solo [...]. A condição de sua existência encontra-se na produção de um excedente exportável” (SORRE, 1984 [1952] p. 115).

Ao comentar sobre as grandes áreas industriais, Sorre identifica que elas são caracterizadas “[...] pela riqueza da rede que as serve. As facilidades de fornecimento de matérias-primas ou de energia, as comodidades de escoamento dos produtos são condições indispensáveis para sua manutenção” (SORRE, 1984 [1952], p. 116). Desta forma, observamos mais uma vez a presença da *circulação* como agente de integração territorial através da logística de transportes, com fins de possibilitar a produção e o escoamento de produtos. Esse arranjo técnico propicia o surgimento de novos gêneros de vida ligados à *circulação* e conseqüentemente, ao meio urbano. De acordo com Sorre: “A circulação não se limita a agir sobre os gêneros de vida já existentes para transformá-los, desenvolvê-los ou especializá-los. Ela faz surgir novos gêneros de vida, ligados diretamente à sua existência” (SORRE, 1984 [1952], p. 116).

Ao tratar da evolução dos *gêneros de vida*, Sorre o denomina como complexo de hábitos, associando diretamente a força criadora da *circulação* ao processo de expansão urbana. É preciso analisar as condições de existência das cidades, seus traços fisionômicos e seu desenvolvimento histórico como forma de interpretar os *gêneros de vida* urbanos, dominados pelo agente transformador/criador da *circulação*. Ao contrário dos *gêneros de vida* rurais, não tão diretamente influenciados por ele (SORRE, 1984 [1952]). Sorre identifica que ao passo da especialização, alguns atributos dos *gêneros de vida* como a autonomia e estabilidade, estão se enfraquecendo progressivamente. “A atividade rural que depende dos mercados perdeu sua segurança” (SORRE, 1984 [1952], p. 119). Sem mencionar explicitamente, Sorre estava já chamando atenção para a importância de se refletir a segurança e soberania alimentar (Temas desenvolvidos com maior densidade a seguir no presente trabalho).

Ao referir-se sobre as metrópoles urbanas, Sorre chama atenção para um arranjo de aspectos importantes, os *gêneros de vida* urbanos ligados às profissões, sua falta de autonomia e dependência de outras atividades:

Na própria análise desses monstros urbanos característicos de nossa época, a especialização de certos bairros no interior da aglomeração leva a definir gêneros de vida secundários em relação ao nível da vida e à profissão, pois é sempre necessário voltar-se para a profissão e para a marca que ela imprime. Podemos reunir em poucas palavras

os traços destes gêneros de vida. Eles não são mais autônomos, mas dependem, para seu funcionamento, de regiões que serão tanto mais extensas, quanto mais importante for a aglomeração. Eles só podem subsistir aproveitando-se de uma dupla coordenação: coordenação interna entre as atividades da cidade e coordenação externa com as atividades das regiões de que a cidade depende (SORRE, 1984 [1952] p. 121).

A interpretação dos *gêneros de vida* urbanos por Sorre leva em consideração um aspecto importante, de como que nesse contexto os *gêneros de vida* vão se especializando pela força da *circulação* e se individualizando nos sujeitos, aproximando-se cada vez mais da ideia das profissões e da categoria *trabalho*. No entanto, Sorre nos alerta que esse é um momento em que precisamos ter cautela, pois encontra-se aí uma linha tênue no interior do conceito que está prestes a ser rompida. Para Vidal de La Blache, o fundamento dos *gêneros de vida* está relacionado sobretudo à coletividade e não à escala do indivíduo. Sorre (1984 [1952]), ao dissertar sobre a extensão e compreensão original da noção de *gênero de vida*, traz elementos elucidativos sobre a questão:

A expressão pertence ao vocabulário corrente e, como tal, aplica-se tanto à conduta individual de um homem – determinada por seu caráter, posição social e costumes profissionais – quanto aos hábitos do grupo. A partir do momento em que o geógrafo se apossa dele, restringe seu emprego ao comportamento do grupo. Para os geógrafos, não há gênero de vida que não seja coletivo. Quaisquer que sejam as mudanças de sentido da expressão, ela deverá sempre satisfazer a esta exigência fundamental [...] Não é sem razão que Vidal de La Blache emprega a palavra “cimentado” para qualificar este complexo de costumes (p. 117).

Eis um desafio posto, como não romper com a escala coletiva, em uma sociedade contemporânea cada vez mais diversa, dinâmica, conectada e ao mesmo tempo individualizada. Estabeleceremos uma estratégia alternativa como forma de não romper deliberadamente com os atributos do conceito de *gênero de vida* para pensar o mundo atual e os grupos de comunidades tradicionais. Para tanto, é necessário realizar algumas aproximações conceituais entre a Geografia, Economia e Sociologia.

Percebemos que a evolução dos *gêneros de vida* caminha junto com a evolução de um novo tipo de sociedade, com o modo de produção capitalista industrial e conseqüentemente, com a expansão da sociedade urbana. Ao analisarmos a estrutura do conceito de *gênero de vida*, identificamos três principais elementos que

o constituem: o ser humano (grupos sociais) o meio (ambiente) e a técnica. Ou seja, os gêneros de vida se constituem como um complexo de hábitos que os seres humanos estabelecem para com o meio através da técnica. No entanto, os gêneros de vida não são regidos exclusivamente pelo aspecto material da técnica (modo de produção), são também regidos pelo aspecto simbólico, o “modo de existência”, para usar a mesma expressão que Sorre. Marx e Engels, em **A Ideologia Alemã** (1998 [1932]), ao trabalharem com o conceito de modo de produção, estabelecem as seguintes aproximações:

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (p. 11).

A partir desta leitura feita por Marx e Engels, representando a Ciência Política, Economia e Sociologia, encontramos um caminho para dar continuidade à reflexão. Se o modo de produção é o elo da técnica com o meio (meio-técnico), o modo de existência pode ser lido pela relação cultural, de pertencimento, de hábitos e identidade (meio-cultural). Partindo do princípio de que os gêneros de vida são estabelecidos entre a ligação de meio, técnica e cultura, e que a noção de *modo de vida* também é estabelecida por essa relação, qual seriam suas diferenciações e por que não utilizar *modo de vida* para pensar o mundo atual?

Um caminho analítico possível é explorar a gênese do conceito de *gênero de vida*, no intuito de identificar suas principais características. Observamos que os exemplos mais clássicos de *gênero de vida* trabalhados por La Blache e Sorre, focam a relação homem-meio através de um elemento comum: a alimentação. Quando é que a alimentação deixa de ser essencialmente o elemento de mediação dos *gêneros de vida*? Ao nosso ver, principalmente quando ele começa a se especializar e começa a ser observado pela perspectiva urbana. A perspectiva urbana não se refere apenas à paisagem metropolitana verticalizada, mas também aos modos de produção a ela atrelados, ou seja, o modo de produção capitalista industrial e atualmente o regime de

acumulação flexível. Esse fenômeno é crucial para que consigamos estabelecer um perfil diferenciador entre os *gêneros de vida* rurais mais tradicionais, em que grupos sociais se relacionavam com o meio com objetivo de satisfazer suas necessidades vitais essenciais, e os *gêneros de vida* urbanos.

Os gêneros de vida urbanos se descolam dessa mediação com a alimentação e passam a realizar outras mediações. Essas outras mediações são incorporadas pela Sociologia do Trabalho, na dimensão das profissões, nas especializações técnicas fragmentadas produzidas pelo modelo de reprodução capitalista industrial. Ou seja, a especialização dos modos de existência produzida pela divisão territorial do trabalho faz com que a relação homem-meio mediada pela alimentação se encontre mais restrita ao espaço rural. O modo de produção capitalista e a divisão social do trabalho acaba por transformar os *gêneros de vida* urbanos em profissões, é uma especialização progressiva das relações sociais para com o meio. Sobre esta discussão, Sorre (1984 [1952]) comenta:

Muitos estudiosos pensaram que a noção de gênero de vida, tão fecunda em se tratando de sociedades primitivas, perdia nas mãos dos geógrafos, toda a eficiência quando se passava a tratar do mundo moderno. Ela apresentava interesse mais para o sociólogo. Dentre os elementos que a compõem, há um que ganha dos outros: o nível da vida, característico das classes sociais. E ele mais ou menos apaga os outros. A transferência do plano geográfico para o social torna-se legítima. Há certamente, algo de fundamento nessas observações (p. 122)

Ainda assim, Sorre defende que o conceito de gênero de vida não é desprovido de eficácia para o estudo geográfico do mundo moderno (SORRE, 1984 [1952]). É inevitável que o fundamento dos *gêneros de vida* mais tradicionais esteja mais vinculado a uma realidade rural específica, e para nós não se trata de negligenciar a categoria devido a isso. A nossa proposta é estabelecer um caminho híbrido entre *gênero de vida* e *modo de vida* para a leitura geográfica da sociedade contemporânea, seja ela urbana ou rural. No entanto, o que iremos perceber nas discussões a seguir, é que cada vez mais a realidade rural está atravessada pelo modo de vida urbano, e estabelecer diferenciações totalizantes sob este prisma é um exercício cada vez mais desafiador.

O aspecto material-simbólico dos *gêneros de vida* nos conduz a realizar aproximações com a dimensão simbólico-cultural presente na noção de *modo de vida*,

de maneira a estabelecer uma relação dialética entre as dimensões material/concreta e simbólica-cultural. Desta forma, ao utilizarmos a categoria *modo de vida*, estaremos considerando as influências dos *gêneros de vida* internamente a ela. Consideramos que a categoria *modo de vida* carrega a conjunção das perspectivas de modo de produção, meio técnico, cultura e gênero de vida internamente, sem negligenciá-los ou abandoná-los na leitura do mundo contemporâneo. Desta forma, nos capítulos a seguir, ao utilizarmos a expressão *modo de vida* no contexto dos povos originários e comunidades tradicionais, estaremos considerando a influência direta dos *gêneros de vida* como componente de significação dos mesmos.

De modo a dar prosseguimento à discussão dos conceitos, cabe aqui apresentar as noções de *habitat* e *território*, que consideramos fundamentais para entender o lugar da alimentação na Geografia moderna. O conceito de *habitat* é bem trabalhado pela escola francesa e alemã de Geografia no século XX. De acordo com Moreira (2015):

O *habitat* (a disposição da cidade, da aldeia, das quintas, das casas) é para Vidal de La Blache um elemento descritivo essencial da relação do homem com o meio geográfico. E ao mesmo tempo, o elemento que confere identidade às formas de vida dos grupos humanos. [...] O sítio é o primeiro elo de correspondência do *habitat* com o meio geográfico, os gêneros e os modos de vida. O sítio relaciona-se ao modulado do terreno, aos recursos naturais e à extensão (p. 70).

O *habitat* refere-se à habitação, local de moradia e onde se desenvolvem as formas de vida, que pode ter diferentes escalas e dizer respeito a diferentes seres; os *habitats* humanos significariam a tradução do meio junto à técnica. O *habitat* se aproxima e se mistura à ideia de ecúmeno, o espaço onde os organismos vivos se constituem, o espaço habitado. Atualmente, podemos considerar o planeta Terra como um grande ecúmeno. De acordo com Ratzel (2019 [1901]):

Com efeito, o espaço é algo que está fora do organismo e, no entanto, cada organismo vivo está vinculado ao seu espaço e associado com seu espaço. Se uma espécie está ampla ou estritamente difundida, isso faz parte de sua característica de vida [Lebenseigenschaft]. Para a humanidade, o grande significado de seu espaço de vida [Lebensraum] – ao qual se empregou o termo ecúmeno –, é considerado absolutamente essencial. Mas também deste modo cada espécie de planta e animal tem seu ecúmeno. É o espaço que esta [espécie] ocupa sobre a Terra e de cujo tamanho e forma depende uma parte de sua faculdade de viver [Lebensfähigkeit]. Ainda que não tenhamos uma compreensão precisa desse espaço, fica evidente que este [espaço] pertence à planta, ao animal, às pessoas [Volk] (p. 128).



O termo *território* e o seu emprego nas ciências têm origem no campo das Ciências da Natureza, como a Biologia e Zoologia, sendo cunhado originalmente a partir dos estudos ligados à Etologia<sup>12</sup>. No entanto, como discutido anteriormente, a Geografia estabelece uma intensa relação com outros campos da ciência e não à toa, veio reivindicar o uso do *território* como uma das categorias-conceitos chave para pensar a espacialidade humana no seio de sua disciplina (TERRA, 2009).

Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, deriva de *terra* e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado jus terrendi como pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político administrativa (HAESBAERT, 2004a). Na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir*<sup>13</sup> e *territoire*, este último representando o prolongamento do corpo do príncipe, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes (ALBAGLI, 2004). Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no *territorium* são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva *apropriação* (HAESBAERT, 2007).

As significações etimológicas sobre a palavra *território* apresentam de antemão múltiplas perspectivas de entendimento sobre o conceito. Refletir sobre o território pressupõe perceber que o mesmo é mais do que uma simples área, está envolto de fatores histórico-culturais, econômicos, políticos, ambientais, e sobretudo sociais (ALBAGLI, 2004).

As reflexões mais pontuais sobre a correlação conceitual em torno do *território* no campo da Geografia vêm sendo realizadas desde o século XIX por autores

---

<sup>12</sup> Ciência responsável pelo estudo do comportamento animal.

<sup>13</sup> Conceito cultural e identitário, referente ao conjunto de terras exploradas por uma coletividade rural constituída por relações familiares, tradições comuns e laços de solidariedade. Não se reduz tão somente à noção de terreno ou solo, mas inclui os atributos que distinguem e agregam valor aos produtos de uma dada região ou localidade (ALBAGLI, 2004)

clássicos do pensamento geográfico. A ideia sobre o conceito de território não é única e apresenta diferentes interpretações ao longo da história do pensamento.

Friedrich Ratzel (1844 – 1904), discípulo de Karl Ritter, publicou em 1882, o primeiro volume de uma de suas principais obras, a **Anthropogeographie**. Esta obra contribuiu de forma marcante com os estudos da Geografia Humana e apresentou campos e abordagens fecundas no que se refere ao método biológico e o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Ratzel teceu importantes discussões sobre a relação homem-meio e foi um dos primeiros autores a utilizar a expressão *território* como categoria na história do pensamento geográfico.

Para ele, toda sociedade só pode ser concebida com o território que lhe pertence, e as relações desta sociedade com o território são influenciadas principalmente pelas suas necessidades de habitação e alimentação. De acordo com o autor:

Em meio a muitas variações que se sobrepõem, as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e alimentação. A necessidade de habitação é de natureza tão simples que em qualquer época estabeleceu entre o homem e os solos as mesmas relações. [...] A *alimentação* representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade, pois as obrigações que impõe tanto a esta quanto a aquele precedem a todas as outras (RATZEL, 1990 [1882], p.74).

As sociedades se apropriam do solo para suprir suas necessidades. As necessidades básicas são a alimentação e a moradia - e a alimentação é considerada a necessidade mais premente, que determina até mesmo o local de moradia. Quanto mais este território satisfaz as necessidades sociais, mais ele será defendido pelo grupo (RATZEL, 1990 [1882]).

Quando uma sociedade se organiza para defender este território, ela se transforma em Estado. O Estado é entendido neste momento como sinônimo de sociedade, grupo social, comunidade ou como organismo vivo, onde cada um deve desempenhar seu papel para que o organismo funcione. Para Ratzel, é inconcebível pensar em um Estado sem território e sem fronteira. Desta forma, o *território* seria a simbolização da identidade dos povos sobre o solo, a união entre o homem e terra (Ratzel, 1990 [1882]). No entanto, defende que não só as sociedades sedentárias e

fixas são dotadas de território, ele argumenta que mesmo os nômades que se encontram em constante mobilidade estão também ligados a um território.

Ratzel aborda o *território* através de diferentes escalas e perspectivas, e dentre elas, as mais comumente destacadas são a visão naturalista e a política. No entanto, cabe aqui dizer que as reflexões ratzelianas sobre o território não se limitam a essas duas perspectivas materialistas, mas também dialogam com a lógica simbólica do vínculo afetivo e pertencimento territorial. Pelo perfil naturalista, a ideia de *território* se mistura ao entendimento de *meio*, sendo significado como uma parcela de palco ou substrato para a efetivação da vida humana, sinônimo de terra ou solo, ambiente físico ou superfície, fundamental a todos os povos. Pelo viés da Geografia Política, o *território* estaria diretamente relacionado à ideia de Estado: a primeira relação que cria o Estado, segundo Ratzel, é a organização de uma determinada sociedade para proteger seu território contra violações vindas de fora, que podem provocar sua redução. Quando uma sociedade se organiza para defender/ proteger seu território, ela se transforma em Estado (RATZEL, 1990 [1882]). É válido destacar que a defesa do território pela sociedade ocorre em grande medida pela busca e garantia de condições de alimentação e moradia, fundamentais à própria existência.

O Estado nasce, em primeiro lugar, para proteger o território; e depois, para promover o progresso e o incremento territorial - aumento do Espaço Vital. O desenvolvimento de uma civilização implicaria na necessidade de um maior Espaço Vital, que representa a relação mais elevada entre o Estado e seu território (RATZEL, 1990 [1882]).

Identificamos na obra de Ratzel uma proximidade entre os termos *território*, *espaço*, *solo* e *Estado*, onde o significado destas noções por muitas vezes se misturam e se confundem como sinônimos, a depender da forma como são empregados e interpretados no texto. Essa proximidade de significados acaba por ser também ampliada através das traduções da obra original (alemão) para outras línguas. Sobre isto Jörn Seeman (2019) comenta:

Traduzir Ratzel para outra língua é um desafio por várias razões. O alemão escrito de Ratzel se baseia no vocabulário e estilo do fim do século XIX. que difere do alemão comum do século XXI. Ninguém escreve mais desta forma hoje em dia. Termos como *sichinseinsleben* carecem de uma palavra equivalente em qualquer outra língua. Além disso, como erudito, Ratzel expressava suas ideias de uma maneira

muito complexa, nem sempre elegante. Escrevia frases demasiadamente longas, contendo frases subordinadas dentro de frases subordinadas (p. 144).

De toda forma, vale ressaltar que a utilização do termo *território* na obra de Ratzel, ocupa diferentes posições de sentido. Em determinado momento, pode ser interpretado como propriedade territorial; em outro, como propriedade jurídica da terra, como posse, como *meio*, como terra (solo), como área delimitada ou também como espaço de poder político-estatal.

As considerações feitas por Ratzel sobre o *espaço vital*, as influências que o solo exerce sobre a humanidade e a concepção de território interrelacionada com a perspectiva naturalista e política do Estado, são um caminho possível para pensarmos a temática da alimentação na Geografia. No entanto, apesar disso, estes mesmos temas foram tomados por outros autores para criticar Ratzel, rotulando-o às vezes de “pai” do Determinismo ambiental e/ou acusando-o de precursor da Geopolítica que serviu de inspiração para o regime nazista da Alemanha, décadas depois de sua morte, sobretudo a partir da concepção de *espaço vital* [*Lebensraum*] como princípio de expansão e conquista territorial (SEEMAN, 2019). De acordo com Jörn Seeman (20019):

Seria fácil condenar Ratzel como imperialista, racista e “homem mau” na história do pensamento geográfico. Portanto, e isso não é uma defesa das suas ideias, ele foi um produto da sua época, reproduzindo ideias sobre cultura e raça, visões políticas e valores da sociedade alemã, dentro do contexto e do cenário geopolítico da Europa no fim do século XIX. Historiadores do pensamento geográfico da atualidade podem correr o risco de se esquecer de que a leitura do passado ocorre sempre sob a lente do presente, daí a necessidade de contextualizar (p. 140).

Ratzel, que viveu de 1844 a 1904, presenciou a formação do moderno Estado alemão, fato que influenciou seu pensamento e formulações teóricas, sendo potencialmente inspirado a dar foco na perspectiva política com que relaciona homem, território e Estado (MORAES, 1990, p. 19). É inegável que a leitura que Ratzel realiza sobre território na obra **Antropogeographie** (1990 [1882]) tem maior aderência à esfera natural e política, em detrimento da cultural-simbólica; porém se faz necessário perceber as particularidades de sua obra, contextualizando-a a seu tempo. Apesar das críticas, não se deve desconsiderar as contribuições de Ratzel referentes à

formulação conceitual acerca do território, relacionado tanto à questão da alimentação, quanto à espacialidade das relações de poder.

Por fim, cabe dizer que Ratzel é uma referência clássica na história do pensamento geográfico e suas reflexões interdisciplinares abrem caminho para outras formas de abordagens do *território* ao longo da história, sem necessariamente descredibilizar a consistência teórica de suas contribuições. O debate sobre *território* é amplo e compõe diversas perspectivas, não só na Geografia, mas como também em outras áreas de conhecimento. De acordo com Haesbaert (2004a):

O geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza, a concepção de Estado); a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (p. 37).

Apesar de considerar que a discussão sobre *território* esteja presente em diferentes áreas do conhecimento, para os objetivos aqui pretendidos, buscaremos focalizar as noções de *território* no interior do campo da Geografia. Rogério Haesbaert, professor do departamento de Geografia da UFF (Universidade Federal Fluminense) é uma referência no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo e traz importantes contribuições para se pensar a complexidade do conceito *território*. Em sua obra: **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade** (2004a), ele apresenta uma leitura histórica sobre as diferentes concepções e variações interpretativas em torno do conceito. De forma a distinguir suas particularidades, Haesbaert (2004a) inicialmente apresenta quatro abordagens básicas de interpretação do território, são elas:

a. Território político ou jurídico-político: aborda o território como espaço-poder institucionalizado; espaço delimitado e de controle, sendo comum sua associação com a ideia de Estado-Nação.

b. Território cultural ou simbólico-cultural: considera o caráter subjetivo de apropriação do lugar; o cotidiano; a identidade e a valorização simbólica dos grupos para com o espaço-vivido.

c. Território econômico: trata da divisão territorial do trabalho; o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

d. Território natural ou naturalista: baseia-se nas relações entre sociedade e natureza, refere-se ao comportamento “natural” dos homens em seu ambiente físico.

Ao considerar os processos de integração socioespacial diversos em que estamos inseridos no momento histórico atual, é difícil pensar um território a partir de uma única forma de abordagem (político; econômica; cultural; natural). Seguindo essa linha argumentativa, Marco Aurélio Saquet (2015a) considera que:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; *ideia* e *matéria*; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade (p. 24).

Rogério Haesbaert (2004a), a partir desta exposição geral de abordagens anteriormente citadas, propõe uma classificação teórica mais ampla do conceito *território*, a partir de duas perspectivas filosóficas interrelacionadas: **materialista** e **idealista**. Para ele, a perspectiva materialista (concreta) e idealista (imaterial) acerca do território são indissociáveis. Segundo Haesbaert (2004a):

Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações (p. 42).

A perspectiva materialista abrange as abordagens: política, econômica e naturalista. Já na perspectiva idealista, o território é visto enquanto espaço de apropriação simbólica, dotado de signos de identidade cultural. Os povos e comunidades tradicionais, por exemplo, estabelecem uma íntima relação com a representação simbólica no que se refere aos sentimentos que o território inspira para aqueles que o compõem e o produzem através de seu modo de vida tradicional, havendo um reforço da ideia de *território* enquanto representação do poder do laço territorial a partir de valores éticos, espirituais, simbólicos, afetivos e identitários.

Haesbaert ainda aborda o *território* em outras duas perspectivas: **integradora** e **relacional**. A perspectiva *integradora* investe leitura sobre o *território* como um espaço que não pode ser considerado exclusivamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Sugere que o território seja concebido através de uma perspectiva híbrida que analise as dimensões material/ideal e sociedade-natureza de maneira conectada (HAESBAERT, 2004a).

O autor ainda afirma que a concepção de *território* a partir da experiência integrada, só é possível de ser considerada através da articulação em rede das múltiplas escalas que se estendem do global ao local ou vice-versa. Não havendo nesse sentido, *território* sem uma estruturação em rede que conecte malhas, pontos e linhas. Ele argumenta que: “antes vivíamos sob o domínio da lógica dos “territórios zona”, que mais dificilmente admitiam sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos “territórios-rede” (HAESBAERT, 2004a, p. 79). Nos territórios-zona prevalece a lógica política areal (área local); já nos territórios-rede prevalece a lógica econômica (globalizada). Os territórios-rede são espacialmente descontínuos, dinâmicos, conectado por pontos e mais suscetíveis a sobreposições por múltiplos territórios (HAESBAERT, 2004a).

A perspectiva *relacional* pressupõe levar em consideração as relações social-históricas e a dimensão de *poder* sobre o território. Saquet (2003) afirma que cada espaço vive seu tempo e cada tempo, o seu espaço. Nesse contexto, o autor enfatiza a importância de se conhecer a história dos lugares, os processos de mudanças e transformações percebidas em cada espaço, evidenciando assim a necessidade de considerar a relação de temporalidade e escalaridade na compreensão do território. Segundo Haesbaert (2004a):

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx (p. 82).

O sentido relacional de território “não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação ou fronteira” (HAESBAERT, 2004a, p. 82). Essa perspectiva o concebe através do movimento, fluidez, interconexão, em um sentido mais amplo, através da temporalidade (HAESBAERT, 2004a).

Nessa perspectiva, uma das características fundamentais a ser levada em consideração na leitura do território é a dimensão de *poder*. O filósofo francês Michel Foucault (1979) concebe o poder como uma relação e não como um objeto-coisa, estando o mesmo em toda parte (não há um centro unitário de onde emana o poder, como o Estado). O poder é produzido nas relações, em cada instante; não é uma instituição, mas o nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade. Como uma rede de relações variáveis e multiformes, exercido no campo relacional historicamente, assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais (HAESBAERT, 2004a; SAQUET, 2015a).

Para Marco Saquet (2015<sup>a</sup>, p. 32), “mudam os significados de território conforme se altera a compreensão das relações de poder”. A leitura da multidimensionalidade do *poder* nas relações sociais na segunda metade do século XX marca na História do Pensamento Geográfico uma reestruturação teórico-metodológica do conceito de *território*, apresentando novas leituras e interpretações por parte de alguns autores.

O movimento de renovação crítica do pensamento geográfico a partir da década de 1960-70 reacende a discussão em torno do *território* e incorpora novas perspectivas de análise junto ao conceito. O *conceito* reemerge de forma complexa, levando em consideração as noções de relações de poder, identidades, ancestralidade, relações sociais, redes de circulação, base de produção econômica e comunicação (TERRA, 2009). Ainda de acordo com esse autor:

Com o advento da Geografia Crítica calcada no materialismo histórico dialético, esse conceito foi retrabalhado com base na proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. Ou seja, emerge na Geografia uma grande preocupação em compreender as contradições sociais, as transformações econômicas e políticas, assim como a reorganização territorial do espaço mundial (TERRA, 2009, p. 22).

Os autores da Geografia deste período vieram a fazer um contraponto crítico à noção de *território* até então em vigor, passando a associá-lo ao uso e à apropriação simbólico-material do espaço no contexto dos conflitos sociais, enxergando as relações de poder para além da perspectiva política dos Estado-Nação (SAQUET, 2015a).



Para entendermos este movimento de forma mais precisa, é fundamental trazer à tona os atores (autores) protagonistas deste processo. Fazem parte deste movimento de renovação da Geografia nomes como Pierre George, Pierre Mombeig, Yves Lacoste, David Harvey, Paul Claval, Jean Gottman, Massimo Quaini, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Manuel Correia de Andrade, entre outros. Embora nem todos tenham tomado o conceito de *território* como tema central de seus estudos, de certo modo um novo conceito para o termo território permeia seus trabalhos, sendo colocado ora com maior ou menor proeminência. Daremos destaque à Claude Raffestin.

Claude Raffestin é um geógrafo suíço com contribuições relevantes no campo epistemológico da Geografia. Participou do movimento de renovação crítica da Geografia (1960-70), destacando-se não exatamente pela influência diretamente marxista, mas pela discussão dos conceitos de *território* e *territorialidade* através da noção de *poder* referenciada em Michael Foucault. Em seu livro **Por uma Geografia do Poder** (1993 [1980]) Raffestin destaca que “o território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (p. 58). De acordo com o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Uma das importantes contribuições teórico-metodológicas de Raffestin na relação entre *espaço-tempo*, *território* e *poder*, é a noção de *territorialidade*, que remete ao “vivido territorial” - a qualidade que o território ganha, de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano. Para ele:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial, por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Desta forma, Raffestin concebe o *território* como formado historicamente a partir do espaço através das relações sociais efetivadas entre atores, organizados como um sistema territorial. A produção do sistema territorial ocorre de maneira relacional e multidimensional a partir das distintas territorialidades e suas múltiplas imbricações com as *redes* e *nós*. Redes essas que sustentam as práticas espaciais tanto econômicas, quanto políticas e culturais na produção territorial (RAFFESTIN, 1993).

As elaborações e discussões sobre *territorialidade* são também encontradas na obra **Territorialidade Humana** (1986) de Robert Sack. Geógrafo americano, Sack, em sua obra defende a *territorialidade* como controle de área e estratégia para manter certo controle social e que está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK, 1986, p. 2). Sack afirma que as mudanças de funções da *territorialidade* nos ajudam a entender as relações entre a sociedade, o espaço e o tempo e classifica três facetas como bases de significado essenciais de *territorialidade*: a) a classificação ou definição de áreas (zona); b) a comunicação (fronteira); e c) uma forma de controle social (relações de poder) (SACK, 1986).

Percebemos em Sack, uma concepção de território mais pautada na perspectiva areal (território-zona), permeada por noções que circulam entre a demarcação, fronteira, controle e autoridade. Desta forma, o sentido de *território* em Sack (1986) remete à área delimitada por alguma autoridade individual ou por grupo social, e *territorialidade* volta-se para o controle de determinada área, com fim de manter a ordem social. Ao mesmo tempo, afirma ao fim de sua obra que:

A territorialidade, como um componente do poder, não é somente um meio de criar e manter a ordem, mas é um mecanismo para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e damos sentido a ele (SACK, 1986, p. 277).

Desta forma, embora Sack priorize a dimensão política da territorialidade, não menospreza o viés econômico e cultural de sua constituição. Já em Raffestin observamos uma perspectiva mais voltada ao território-rede, e em ambos encontramos a *historicidade* como elemento fundamental para pensar a *territorialidade*.

Encontramos em Sack (1986) e Raffestin (1993 [1980]) perspectivas que se cruzam e se divergem ao mesmo tempo. Os dois foram grandes referências no debate sobre *território* e *territorialidade* na virada crítica epistemológica da Geografia nos anos 1960-80. Suas contribuições estabeleceram uma nova fase de discussão desse conceito na Geografia, estimulando um movimento de novas pesquisas empíricas e discussões-teórico metodológicas dispostas ao debate do *território*.

Fruto conseqüente deste movimento, novos autores passam a também contribuir com a evolução do debate conceitual em torno do *território* e *territorialidade*. O autor brasileiro Marco Aurelio Saquet é um destes importantes nomes. Influenciado diretamente pela tradição da Geografia italiana de Giuseppe Dematteis e Massimo Quaini, Saquet torna-se uma referência teórica na abordagem territorial e traz importantes reflexões contemporâneas sobre o conceito. Como forma de aproveitar sua apresentação, vale trazer suas contribuições para pensarmos a *territorialidade* de forma integrada com as contribuições supracitadas.

De acordo com Marco Aurelio Saquet, a territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo e pode ser compreendida em quatro níveis interligados:

- a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades;
- b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não;
- c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades;
- d) como práticas espaço-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...) (SAQUET, 2015b, p. 107-108).

Para Saquet (2015b), as territorialidades estão diretamente relacionadas com as identidades e alteridades, com o sentimento de pertencimento e identificação territorial através da prática cotidiana de dominação concreta e apropriação simbólica do espaço habitado. Envolve relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação, entre outros componentes que indicam relações sociais entre sujeitos e seus territórios.

A partir das contribuições expostas, iremos nos pautar na ideia de que todo *território* é espaço social e historicamente produzido, apropriado por relações de poder, instituído por sujeitos ou grupos sociais que se afirmam por meio dele (identidade) através de práticas territoriais (territorialidades) simbólico-culturais e político-econômicas. De acordo com Haesbaert (1997):

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenamento do espaço com forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Assim, associar o controle físico ou a dominação objetiva do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social (p. 42).

Desta forma, assumir o território como *relacional* supõe considerar seu aspecto multidimensional (natural, econômico, cultural-simbólico, jurídico-político) e multiescalar (zona-rede), permeado por dinâmicas relações de *poder* materiais e imateriais, de dominação e apropriação ao mesmo tempo, sempre o considerando em um determinado contexto histórico. Tais dinâmicas envolvem processos de territorialização; desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004a).

#### *1.1.1.1. Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização (TDR) e Multiterritorialidade*

Sob a influência de um mundo contemporâneo globalizado, pautado sobretudo pelo modo de produção capitalista, vivemos hoje “hiper-conectados” por redes, malhas e nós resultantes de processos econômicos, políticos e culturais. Caracterizada pela transformação da técnica e da sociedade, a globalização vem provocando uma compressão do espaço-tempo através do acelerado desenvolvimento tecnológico e crescimento do aspecto virtual nas relações de poder. O *território* está envolvido nessas variadas dinâmicas, em constante construção e desconstrução, e é formado, desintegrado e reconstituído por processos político-sociais na esfera das relações de *poder* em múltiplas escalas e dimensões.

Para tratar destas dinâmicas, iremos abordar os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) como forma de interpretar o contexto

das *multiterritorialidades* a partir do pensamento de Rogério Haesbaert (1997; 2002; 2003; 2004a; 2004b; 2007).

O autor denomina *territorialização* como: “as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais de poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT, 2004a, p. 339). Influenciado pelo pensamento de Gilles Deleuze e Felix Guattari, Haesbaert se pautou nos conceitos de “desterritorialização e reterritorialização” presentes nas obras: **Mil Platôs** (1980) e **O que é a filosofia?** (1991) de Deleuze e Guattari, de modo a trazer a reflexão sobre os processos TDR do campo da Filosofia para a Geografia. De acordo com Deleuze, em entrevista concedida à Claire Parnet entre os anos 1988 e 1989:

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte (DELEUZE, 1995, n.p)

Como afirma Haesbaert (2003; 2007), é necessário reconhecer a grande importância da obra de Deleuze e Guattari para a Geografia, principalmente através do conceito de desterritorialização.

Geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização [...] O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialidade no e pelo movimento (HAESBAERT, 2007, p. 20).

O que Haesbaert propõe através desta afirmação é para que se tome cuidado para não considerar unicamente o fenômeno da desterritorialização como sinônimo de destruição de territórios, sem considerar ao mesmo tempo a dialética de reconstrução de novas territorialidades através da reterritorialização. Conforme aponta Haesbaert (2004a), a temática da desterritorialização tem sido discutida com maior ênfase nas ciências políticas e sociais desde o início da década de 1990, conjuntamente com as análises sobre a globalização e seus efeitos no âmbito social.

Ao debater o processo de desterritorialização, Haesbaert procura inicialmente identificar como o conceito é abordado nas obras de outros autores das ciências

políticas e sociais. A partir deste exercício, ele identificou diferentes vertentes de interpretação:

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132).

Haesbaert (2004b) identifica de forma mais coesa, três diferentes dimensões pela qual a desterritorialização vem sendo abordada na ciência política e social: econômica, política e cultural/simbólica:

Para alguns, a problemática que se coloca é a mobilidade crescente do capital e das empresas - a desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica; para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais - a desterritorialização seria assim um processo primordialmente de natureza política; enfim, para os mais "culturalistas", a desterritorialização estaria ligada, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural correspondente (HAESBAERT; RAMOS, 2004b. p. 26).

Sob as perspectivas econômica e política, uma leitura que se destaca é aquela que analisa a desterritorialização através das relações de mobilidade do capital, com ênfase na globalização econômica/financeira como agente de destruição das barreiras físicas, decretando o fim dos Estados-Nações e permeabilidade de suas fronteiras. No contexto da Globalização, os efeitos da modernização técnica e difusão de novas tecnologias, a hegemonia do capital de acumulação flexível, o domínio de grupos corporativos internacionais que atuam com o discurso neoliberal de um mundo sem fronteiras e sem barreiras para a livre circulação do capital compõem a perspectiva político-econômica da desterritorialização.

No mundo globalizado atual, onde a mobilidade é um componente fundamental dos processos da dinâmica territorial, somos levados a privilegiar a perspectiva territorial de leitura de mundo mais voltada para o território-rede, conectado através

de fluxos, (redes) e nós sobrepostos hierarquicamente. No entanto, não devemos descartar ou desconsiderar a perspectiva de território-zona, pois não se trata de uma dicotomia excludente entre zona e rede, mas sim uma correlação de perspectivas e escalas integradas (HAESBAERT, 2004a).

A desterritorialização sob uma perspectiva cultural sugere uma ideia de que o mundo estaria culturalmente desenraizado, com identidades territoriais enfraquecidas e não claramente definidas ou delimitadas. Entre as expressões que emergem como forma de traduzir esse processo estão: culturas desterritorializadas, hibridismo cultural e não-lugar (HAESBAERT, 2003, p. 8). No entanto, nem todo hibridismo cultural é desterritorializante; Haesbaert (2004a) defende que há também processos de reterritorialização através do hibridismo cultural, como o exemplo da identidade latino-americana, claramente composta por bases culturais híbridas e diversas.

Para além da importância da leitura da sociedade contemporânea pelo enfoque da desterritorialização, é importante também considerar que estão em curso processos de reterritorialização, em diferentes escalas e dimensões.

Marco Saquet, ao trabalhar os processos TDR a partir da análise da obra de Haesbaert (2004a), afirma que:

[...] a desterritorialização está diretamente vinculada à modernização e à globalização. Processos eminentemente dinâmicos, de mobilidade e inerentes ao período técnico-científico do pós-1960. Sucintamente, a desterritorialização significa a destruição de antigos territórios e/ou *desintegração* de *novos* espaços, em rede; a (re)territorialização, por sua vez, corresponde à constituição e *novos* territórios com uma *nova* apropriação, política e/ou simbólica do espaço (SAQUET, 2015a, p. 126).

Considerando a relevância do debate sobre os processos TDR, Haesbaert propõe o conceito de *multiterritorialidade* como forma de entender a realidade do mundo contemporâneo, para ele podemos afirmar que sempre vivemos uma multiterritorialidade:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes

territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade" (HAESBAERT, 2004a, p. 344).

O autor complementa que:

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo a forma dominante, contemporânea ou "pós moderna", da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial (HAESBAERT, 2004a, p. 338).

A partir das reflexões teóricas sobre o conceito de território e suas múltiplas dimensões aqui apresentadas, podemos estabelecer a relação entre modos de vida, alimentação e povos tradicionais sob uma nova ótica, que afinal é o que nos interessa mais diretamente neste trabalho. Partindo da premissa de que a comida corresponde a uma necessidade básica para a sobrevivência, podemos refletir sobre as características da territorialização dos indivíduos, seus modos de vida e particularidades na relação de contato e apropriação da natureza com vistas à alimentação.

Para isso, nos próximos capítulos se buscará refletir sobre os processos de transformação dos hábitos alimentares na sociedade brasileira, em conjunto com o estudo de caso da comunidade indígena de Areal e Santa Maria (Linhares-ES), aportando-se o conceito de *território* e suas derivações como método de leitura e análise das geometrias de poder interrelacionadas com esta comunidade.



## 2. AS METAMORFOSES DA ALIMENTAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Este capítulo tem como objetivo discutir a alimentação em suas múltiplas formas de abordagem. Em uma trajetória histórica, abordaremos as transformações da relação sociedade e natureza, com foco na alimentação. Ao longo do capítulo, relacionaremos leituras geográficas, históricas, sociológicas, antropológicas, econômicas e nutricionais, como forma de analisar as mudanças dos hábitos alimentares na sociedade brasileira.

### 2.1. ENTRE O GOSTO DA TERRA E O TEMPERO DO TEMPO

Quando pensamos na palavra alimentação, o que vem em nossa imaginação? O ato de comer, ingerir alimentos, cear, realizar refeições, plantar, colher, comprar, mastigar, digerir, nutrir, alimentar. Uma palavra pode nos sugerir diversas interpretações e linhas de pensamento, que nos transportam a diferentes lugares, que ativam memórias e resgatam experiências. Para o antropólogo Roberto DaMatta (1986),

[...] nem tudo que alimenta é sempre bom ou socialmente aceitável. Do mesmo modo, nem tudo que é alimento é comida. Alimento é tudo aquilo que pode ser ingerido para manter uma pessoa viva, comida é tudo que se come com prazer, de acordo com as regras mais sagradas de comunhão e comensalidade. Em outras palavras, o alimento é como uma grande moldura; mas a comida é o quadro, aquilo que foi valorizado e escolhido dentre os alimentos; aquilo que deve ser visto e saboreado com os olhos e depois com a boca, o nariz, a boa companhia e, finalmente, a barriga... (p. 36-37).

Explorando a flexão da língua, é possível alcançar outras derivações a partir do universo etimológico das palavras. Em *latim*, “alimento” deriva de “*alere*”, que significa nutrir, alimentar, sustentar, cuidar, curar, medicar, tratar, zelar - em outros sentidos, para além do significado de ingerir alguma comida, a qual conclusão podemos chegar? Podemos interpretar o alimento enquanto vida, ciclo, abastecimento de energia do organismo individual, mas também coletivo, pensando nas sociedades e suas formações culturais e identitárias através da alimentação (VARGAS et al.,

2017). Em uma célebre frase, Hipócrates, uma das referências intelectuais da Grécia antiga, considerado posteriormente como “pai da Medicina”, afirmou: “*Que seu alimento seja seu remédio, que seu remédio seja o seu alimento*” (Hipócrates, 360 a.C – 470 a.C).

A partir desta reflexão inicial, como pensar os hábitos e estratégias destinados à alimentação da humanidade, desde o seu princípio até o tempo atual? Se consideramos que os hominídeos se estabeleceram no mundo há cerca de 2,5 milhões de anos, a partir dos primatas *Australopithecus* na África Oriental, podemos ter uma noção geral sobre como os modos de alimentação foram se transformando ao longo do tempo. Durante a maior parte de sua história, a humanidade sobreviveu através da coleta de frutos, raízes e outras espécies vegetais, captura de insetos, caça de animais de pequeno porte e aproveitamento de restos da proteína animal descartados por predadores carnívoros. Somente há 400 mil anos, a espécie humana passou a caçar animais de grande porte e há apenas 100 mil anos, o *Homo sapiens* passou a ocupar o “topo” da cadeia alimentar (FLANDRIN; MONTANARI, 1998; MAZOYER; ROUDART, 2010).

O domínio do fogo pela espécie humana modificou para sempre sua relação com o meio e seus hábitos alimentares. Estima-se que o fogo seja utilizado diretamente de diversas formas há cerca de 500 a 400 mil anos, podendo ser considerado como a primeira característica fundamental de diferença da espécie humana em relação aos outros seres. Inicialmente, o fogo foi utilizado como forma de proteção e segurança, afastando potenciais predadores e aquecendo os povos contra o clima frio. Além de propiciar a iluminação noturna, o fogo possibilitou aos humanos uma prática que revolucionou seu modo de vida: a ação de cozinhar alimentos (FLANDRIN; MONTANARI, 1998; LÉVI-STRAUSS, 2004; POLLAN, 2014).

Assim, o controle do fogo impôs um marco na história da alimentação, transformando radicalmente a cultura dos povos. Se antes éramos exclusivamente crudívoros, através do fogo passamos a mudar a nossa dieta para um perfil mais complexo, incluindo diferentes etapas de preparo dos alimentos, como defumados, cozidos e assados. O fogo mudou também o ritual da alimentação, possibilitou que o ato de comer se caracterizasse enquanto uma prática coletiva. Se anteriormente os coletores e caçadores se alimentavam sozinhos ou em menor número, no próprio local onde se obtinha o alimento, o ato de cozinhar possibilitou que os indivíduos se

reuniram-se ao redor de uma fogueira e se alimentavam coletivamente, transformando o rito social (POLLAN, 2014).

Outro fator fundamental para se compreender as transformações dos hábitos alimentares na sociedade se refere à história da agricultura, que começa no período Neolítico, há cerca de 10 mil anos. Segundo Mazoyer e Roudart (2010), foi a partir de evolução biológica, técnica e cultural que a humanidade começou a cultivar as plantas e criar animais, através da domesticação e associações, transformando os ambientes e ecossistemas naturais originais em *ecossistemas cultivados*. A partir de então, a agricultura humana se espalhou pelo mundo, tornando-se o principal fator de transformação do meio. De acordo com os autores:

Desde que se tornou agricultor, o homem se alimenta cada vez menos de matérias orgânicas tiradas de espécies selvagens, e cada vez mais de matérias orgânicas derivadas das espécies domésticas, propagadas pelos seus cuidados em todos os tipos de ecossistemas cultivados (MAZOYER; ROUDART, 2010. p. 77).

Ou seja, antes de se tornar uma espécie agricultora, a humanidade se alimentava mais especificamente de elementos do próprio meio natural, como carnes de caça, pescados, ervas, grãos, raízes e frutos. Com a revolução do período Neolítico, marcado pela agricultura, a humanidade estabelece uma relação de “associação-domesticação” com os seres do meio, criando através da técnica, situação favorável para o cultivo de vegetais e a criação de animais, de modo a saciar suas necessidades vitais e suas vontades culturais. No entanto, uma prática não é excludente da outra (extrativismo – agricultura), como esclarece Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006a):

O advento da agricultura, entre 11.000 e 8.000 anos atrás, se deu em diversas regiões do planeta de modo independente. A espécie humana, embora biologicamente a mesma, diferenciou-se pela cultura. A prática da agricultura e da pecuária não substituiu o extrativismo (caça, coleta e pesca) como uma visão evolucionista. [...] Na verdade, a combinação da agricultura com terras de uso comum, seja para pasto, seja como fonte de coleta de madeira, de ervas medicinais e de outros, foi a prática mais difundida em todos os continentes (p. 208).

A alimentação se destaca no âmbito da cultura humana material como o aspecto mais importante das estruturas da vida cotidiana. A alimentação é objeto crucial do saber socioantropológico, significada como aquilo que se tem que reciclar diariamente como forma de energia vital, mas também como aquilo que estabelece

diferenciações e identidades culturais. Ou seja, a alimentação é um exemplo de associação entre a natureza e a cultura, podendo ser interpretada como elo da cultura humana material ao campo simbólico, cultural e identitário (CARNEIRO, 2003; POULAIN, 2004).

A partir dessas considerações, pode-se dizer que a discussão acerca da alimentação pode ser contextualizada em diferentes escalas e perspectivas, tanto do ponto de vista físico-material, biológico-nutricional, quanto simbólico cultural. Desta forma, cabe realizar aproximações entre as áreas da Geografia, Sociologia, Antropologia e História, para que possamos discutir tais abordagens de forma integrada, correlacionando perspectivas múltiplas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Pedro Henrique Gomide Lucci (2013), em sua dissertação intitulada de **Geografia dos Alimentos no Espírito Santo**, ao abordar a discussão da alimentação na história da humanidade, afirma que:

O alimento compreende, assim como o ar e a água, elemento de primeira necessidade para qualquer ser humano, independente de cor, sexo, etnia ou classe. Sem exceções. Não por mera coincidência, a história da humanidade se mescla íntima à história da alimentação dos homens, onde a conquista pelo alimento diário – recurso vital para sobrevivência e reprodução da espécie - desde sempre consistiu uma necessidade comum para todos os indivíduos e sociedades. [...] Essa explanação coloca o alimento como elemento central ao pensar sobre as bases de uma relação entre a sociedade e a natureza, na qual desde a pré-história, das primeiras civilizações até os dias de hoje, a alimentação representa o principal elo entre o homem e o seu meio natural (p. 24-25).

Outra perspectiva para se pensar a alimentação para além do ponto de vista biológico, enquanto elemento necessário para a reprodução da vida, é sob o aspecto sociocultural: quem come, aonde e o que come? É importante perceber como que os hábitos alimentares, os modos/técnicas de produção, preparação e consumo dos alimentos são diversificados nas diferentes regiões do mundo. De acordo com Porto-Gonçalves (2006a), a alimentação é uma questão-chave para a reprodução das espécies, pois toda evolução da vida se dá por meio das cadeias alimentares e tróficas, assim como da constituição dos habitats e hábitos, territórios e cultura.

De acordo com Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol, a partir do segundo volume da obra: **A invenção do cotidiano** (1996): “comer serve não só para manter a máquina biológica do nosso corpo, mas também para concretizar um modo

de relação entre as pessoas e o mundo, desenhando assim uma de suas referências fundamentais no espaço-tempo” (p. 250). Segundo Antônio Candido (2010 [1954]):

Os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das “relações culturais”, desenvolvidas sob o estímulo das “necessidades básicas”. Em nenhuma outra parte, vemos isto melhor que na alimentação, que é o recurso vital por excelência. [...] A alimentação ilustra o caráter de sequência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores de sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica (p. 33).

Michael Pollan (2014) comenta, a partir de Claude Lévi-Strauss, que o ato de cozinhar marca o surgimento da cultura nas civilizações. Para ele, o ato de cozinhar servia como uma metáfora da transformação humana da natureza crua para a cultura cozida, estabelecendo uma possível fronteira de diferença entre os animais e humanos (POLLAN, 2014). A transformação do alimento do cru ao cozido foi interpretada por Lévi-Strauss como o processo de transição da humanidade, da condição biológica para a social (LÉVI-STRAUSS, 2004). Márcia S. de Carvalho (2005) reafirma esta posição:

Comer é um ato social, enquanto nutrir-se é uma atividade biológica. Por isso, o consumo de alimentos não se prende apenas à necessidade, mas à sociabilidade, à cultura, às crenças e tabus, à tecnologia e hábitos construídos por um grupo social (p. 96).

Certeau, Giard e Mayol (1996) defendem uma perspectiva distinta, ao afirmarem que tanto quanto os outros elementos da vida material, a alimentação não se apresenta à humanidade *in natura*. Mesmo cru e colhido diretamente da árvore, o fruto, para eles, já é um *alimento culturalizado*, antes de qualquer tipo de preparo, pelo simples fato de ele ser comestível. Desta forma, para os autores, a técnica envolvida na escolha e seleção de determinado alimento, classificando-o como comestível, já é um exemplo de associação cultural. Quando determinado grupo estabelece sua dieta alimentar a partir da seleção de víveres específicos em detrimento de outros, ele se diferencia culturalmente de outro grupo que têm escolhas e hábitos alimentares distintos.

Nesse sentido, é válido aproximar-se da ideia dos hábitos alimentares, que podem também ser entendidos de diferentes maneiras. Em 1945, Mead e Guthe, citado por Garine (1987, p. 67), definiram os hábitos alimentares como “o estudo dos

meios pelos quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, respondendo a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos disponíveis”. Para Dutra (2001), citado por Leonardo (2009, p. 2) os hábitos alimentares são como os “tipos de escolha e consumo de alimentos por um indivíduo, ou grupo, em resposta às influências fisiológicas, psicológicas, culturais e sociais”. Woortmann (1978, p. 4), entende os hábitos alimentares a partir de outras perspectivas. Para ele, importa “não somente os alimentos habitualmente consumidos, mas também as condições que fazem com que sejam habituais e consumidos, tais como condições de acesso à natureza, ao emprego e ao mercado”. Sendo assim, os hábitos alimentares estão atrelados aos diferentes costumes, gostos, tradições e modos de vida dos povos, que estabelecem junto ao alimento e outros elementos a construção da sua própria identidade.

Um caminho possível para discussão relacional dos hábitos alimentares e identidade é através da *culinária*. De acordo com Valentina Brena (2017), falar de culinária implica se referir a um conceito complexo que une indissociavelmente, nutrientes e sentidos. Incluindo a formação social do gosto, os sentimentos de pertencimento gerados a partir da comida, o modo que se prepara, serve e se consome. Ela explica a diferença entre comida e alimento também proposta por Roberto DaMatta supracitado:

Existe uma diferença substancial entre comida e alimento. Os seres humanos são onívoros e estão fisiologicamente aptos para digerir uma ampla gama de nutrientes (alimentos). No entanto, os grupos humanos costumam considerar comestível uma fração limitada dos recursos alimentícios que temos à nossa disposição (comida); e é justamente a partir desta lacuna que surgem as particularidades culinárias dos povos (BRENA, 2017, p. 19).

Para as autoras Ana Maria Canesqui e Rosa Wanda Diez Garcia (2005), o ato de comer envolve processos de seleção, escolhas e rituais; articula-se com a sociabilidade, com ideias, significados e experiências. Para serem comidos, ou comestíveis, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados pela culinária, e tudo isso é matéria cultural. As autoras ainda pontuam, amparadas no pensamento de Claude Fischler (1990), que;

[...] pelo fato de sermos onívoros, a incorporação da comida é sempre um ato com significados, fundamental ao senso de identidade. Se as técnicas, as disponibilidades de recursos do meio, a organização da produção/distribuição na sociedade moderna imprimem as

possibilidades, cada vez mais ampliadas, de produzir e consumir alimentos, cabe à cultura definir o que é ou não comida, prescrever as permissões e interdições alimentares, o que é adequado ou não, moldar o gosto, os modos de consumir e a própria comensalidade (CANESQUI; GARCIA, 2005. p. 9).

De acordo com Montanari (2013), a comida é expressão da cultura não só quando produzida, mas também quando preparada e consumida. Embora a espécie humana possa comer de tudo, não come qualquer coisa; ela tem o hábito de escolher por meio de critérios culturais a sua própria comida. Os critérios relacionados ao perfil dessa escolha estão ligados às dimensões geográficas, econômicas, nutricionais, políticas, químicas e simbólicas. Por meio de tais dimensões, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos principais instrumentos de sua expressão.

Esta leitura socioantropológica da alimentação feita pelos autores e autoras anteriormente citados, nos leva a refletir sobre o processo de formação cultural e identitária dos povos, suas diferenças e sincretismos, que podem ser lidos através da significação simbólica dos alimentos, dos espaços de preparo da comida, dos hábitos culinários e da comensalidade<sup>14</sup>. Para Canesqui e Garcia (2005):

As cozinhas e as artes culinárias guardam histórias, tradições, tecnologias, procedimentos e ingredientes submersos em sistemas socioeconômicos, ecológicos e culturais complexos, cujas marcas territoriais, regionais ou de classe lhes conferem especificidade, além de alimentarem identidades sociais ou nacionais (p. 11-12).

Sendo assim, a obtenção, preparação e consumo dos alimentos e a sua comensabilidade são atividades simbólico-culturais que permitem perceber as identidades sociais de um grupo e suas complexidades através das tradições e influências culinárias.

## 2.2. UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS COMPLEXOS ALIMENTARES

Max Sorre (1880 – 1962) foi um geógrafo francês pertencente à escola vidaliana, responsável por uma forma característica de pensamento, a Geografia Ecológica. A partir desta temática, ele se dedicou à discussão do *princípio biológico* e propôs uma Geografia Médica. Max Sorre faz uma revisão histórica sobre a Ecologia

---

<sup>14</sup> O termo *comensalidade* refere-se as formas de comer e compartilhar a comida. É a dimensão ritualística que envolve o ato de comer em conjunto.

Humana, pensando o corpo e os demais seres e elementos ao seu redor. Ele organiza seu pensamento na Geografia através de complexos, buscando integrar a todo o momento a Geografia Física e Humana.

Sobre o pensamento geográfico de Max Sorre, Moreira (2003) comenta:

O modo como vê os fenômenos é o dos complexos. Nenhum fenômeno é isolado. A técnica é um complexo técnico. A cultura é um complexo cultural. A alimentação é um complexo alimentar. Os complexos interagem dentro do real, de modo que o todo é uma rede de complexos. Além de complexos relacionais, os fenômenos estão em permanente movimento, como um fluxo constante, à exemplo dos complexos patogênicos (p. 135)

Os complexos, para Max Sorre, se agregam nos meios viventes naturais e possuem sua Ecologia global – *sinecologia*<sup>15</sup>.

Cada um deles possui também suas condições de equilíbrio interno, expressão de luta pela vida entre seus membros, cada um deles luta contra os outros pela conquista do espaço, - não de um espaço geométrico, abstrato, mas do espaço vivente (SORRE, 2018 [1951], p. 12).

Dentre esses complexos, vale destacar os complexos patogênicos, que estão ligados a outros complexos vivos e agrupamentos de seres, incluindo o homem. Os complexos patogênicos estabelecem associações e simbioses entre parasitas e humanos, cuja atividade pode produzir processos de adoecimento. Os complexos patogênicos dizem respeito à forma de associação entre seres microbiológicos e os seres humanos, questão passível de ser considerada especialmente a partir das revoluções químicas e dos aprofundamentos da Medicina. O objetivo de Sorre foi analisar esses complexos patogênicos de forma geográfica, introduzindo nesta investigação as características relacionais entre a Geografia e a Medicina. No entanto, Sorre não considera a Medicina exclusivamente através da doença, mas também a interpreta pelo viés da saúde, com consequentes desdobramentos na alimentação. Sendo assim, discutiremos aqui os complexos alimentares e seus regimes.

O complexo alimentar é organizado através dos regimes alimentares e diz respeito aos hábitos e perfis da dieta de cada povo. Estes estão diretamente relacionados com as necessidades fisiológicas, o costume, o gosto e a disponibilidade de comida. Os costumes alimentares não são simplesmente vinculados à necessidade

---

<sup>15</sup> Inter-relações entre as comunidades dos seres vivos e o meio ambiente.



fisiológica, mas se traduzem também sob a influência das tradições, através da história e da passagem de saberes culturais. Para Sorre (2018 [1951]), o regime alimentar de um grupo é:

[...] a combinação de alimentos, produzidos por seu território ou trazidos por trocas, que asseguram sua existência cotidiana ao satisfazer seus gostos e garantem sua persistência em um conjunto de condições de vida determinado. [...] Entre os elementos do regime, há alguns essenciais: são os alimentos básicos cujo grupo é caracterizado (p. 22).

Os regimes alimentares são variados, dotados de diferentes atributos e características de povo para povo. Alguns regimes alimentares se ancoram, por exemplo, na restrição de certos alimentos na dieta, decorrente de crenças e tabus religiosos; outros regimes fundam-se na caça e pesca, e outros, na agricultura e criação de animais. Max Sorre tenta estabelecer uma classificação dos regimes alimentares para cada região do mundo, levando em consideração as diferentes civilizações e as características geográficas com as quais as mesmas estão associadas.

Nessa linha de raciocínio, Max Sorre apresenta uma variável que tem de ser levada em consideração, que é como o processo de industrialização causa alterações nos regimes alimentares tradicionais, modificando sua essência e transformando os hábitos das populações em várias partes do mundo. De acordo com o autor:

Dizer que o modo de se alimentar dos homens em uma região é uma das características essenciais de seu tipo de vida parece quase um truísmo. Todavia, podemos ler excelentes monografias regionais sem encontrar nada mais do que indicações fragmentadas e superficiais sobre o que os homens comem. Sem dúvida, a industrialização crescente da agricultura leva o camponês a consumir somente parte dos produtos do seu solo, principalmente desde o momento em que ele não fabrica mais o seu próprio pão (SORRE, 2018 [1951], p. 46).

Ao se contextualizar a relação do homem com a natureza, percebe-se que o alimento surge como um importante agente de mediação ao longo dos diferentes períodos históricos. Por se tratar de um elemento fundamental para a sobrevivência dos povos, o alimento comparece como parte importante de grande parte das revoluções e transformações das formas de relação entre homem e meio. Pensando nas sociedades nômades, nas sedentárias e nas primeiras civilizações, as formas de relação espacial ao longo da história sempre tiveram imbrincadas à disponibilidade e

às possibilidades de acesso aos alimentos. Ao se pensar nos *gêneros/modos de vida* e no desenvolvimento das técnicas enquanto habilidades ou formas de aperfeiçoar a criação/ utilização de recursos, muitas destas técnicas estavam relacionadas à produção, extração e obtenção de alimentos na luta diária contra a fome.

Um dos precursores teóricos da questão da fome no Brasil foi o médico-geógrafo Josué de Castro, que tratou o tema sob uma perspectiva geográfica e política, produzindo trabalhos pioneiros sobre o assunto. Castro é diretamente influenciado pela tradição da escola francesa de Geografia e encontra em Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Max Sorre referências de método para pensar a questão alimentar no Brasil, como comenta a seguir:

Para tal fim pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de La Blanche, Criffith Taylor e tantos outros (CASTRO, 1984 [1946], p. 34).

E complementa:

Não queremos dizer com isto que o nosso trabalho seja estritamente uma monografia geográfica da fome, em seu sentido mais restrito, deixando à margem os aspectos biológicos, médicos e higiênicos do problema: mas, que, encarando esses diferentes aspectos, sempre o faremos orientados pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície da terra. É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome. Por outras palavras, procuraremos realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de “Ecologia”, ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio. Nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam, do que o fenômeno da alimentação — o estudo dos recursos naturais que o meio fornece para subsistência das populações locais e o estudo dos processos através dos quais essas populações se organizam para satisfazer as suas necessidades fundamentais em alimentos (CASTRO, 1984 [1946], p. 34-35).

Josué de Castro, em **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana** (1937) recorreu ao método geográfico regional para apresentar um mapa preliminar das áreas alimentares do Brasil. Antes já havia realizado um inquérito pioneiro através do ensaio: **As condições de vida das classes operárias no Recife** (1935), relacionando a produtividade com a alimentação do trabalhador, uma das bases para a posterior formulação do salário mínimo, onde passou a chefiar uma comissão de estudos das condições de vida dos operários brasileiros. Josué ainda realizou uma cartografia da fome no Brasil a partir de uma de suas mais relevantes obras, a **Geografia da Fome** (1984 [1946]), que abordamos com maior nível de detalhamento no subcapítulo 2.4.3.

Como observado anteriormente, a alimentação é um elemento essencial para se compreender a relação entre sociedade e natureza ao longo da história da humanidade. Para que possamos entender as dinâmicas desta relação é importante que se leve em consideração os modos de vida dos povos, suas formas de territorialidade, as tradições culinárias, hábitos, regimes e complexos alimentares. Os complexos alimentares brasileiros, por exemplo, são dotados de grande diversidade, resultado dos múltiplos cruzamentos étnico-culturais de sua formação histórica.

Henrique Carneiro, autor da obra **Comida e Sociedade: uma história da alimentação** (2003), amparado nas contribuições de classificações regionais da alimentação brasileira fornecidas por Câmara Cascudo, Josué de Castro e Gilberto Freyre, propõe uma classificação do Brasil em dois grandes complexos alimentares coloniais: o litorâneo da mandioca e do peixe e, o sertanejo interiorano, do milho e do porco, tendo como protagonistas duas farinhas principais: a da mandioca e a do milho (CARNEIRO, 2003).

Como forma de comentar sobre os complexos alimentares brasileiros, analisaremos a história da *mandioca*<sup>16</sup> no Brasil através das obras: **História da Alimentação Brasileira** (2016 [1967]), de Câmara Cascudo, e **Geografia da Fome** (1984 [1946]), de Josué de Castro. Poderíamos aproveitar essa proposta de divisão de Henrique Carneiro (2003) e também dedicar análise sobre o complexo interiorano,

---

<sup>16</sup> A mandioca (*Manihot Esculenta Crantz*) também conhecida em outras regiões brasileiras como macaxeira, aipim e maniva é uma planta arbustiva pertencente à família das *Euphorbiaceae*. Sua raiz é a parte mais nutritiva e mais comumente consumida. A mandioca é um exemplo de espécie já cultivada pelos povos originários brasileiros antes da colonização portuguesa.

significado pelo milho e suas relações com os grupos sociais, a partir das obras: **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida** (2010 [1954]), de Antônio Candido, e **Caminhos e Fronteiras** (1957), de Sérgio Buarque de Holanda. Poderíamos também pensar em outro complexo alimentar a partir da economia açucareira do Nordeste, a partir das obras **Açúcar** (1939) e **Nordeste** (1951), de Gilberto Freyre. No entanto, daremos prioridade específica neste momento à discussão do complexo alimentar litorâneo a partir da análise sociocultural e histórica da mandioca, por julgarmos que estabelece maior conexão com as tradições indígenas e formação sociocultural dos hábitos alimentares da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, objeto de nosso estudo focal.

### **2.2.1. As raízes do Brasil: uma análise sociocultural da mandioca nas obras de Câmara Cascudo e Josué de Castro**

O livro **História da Alimentação no Brasil**, de Luís da Câmara Cascudo, escrito entre 1962-1963, com primeira edição publicada em 1967, é um dos maiores registros historiográficos e sociológicos sobre a culinária brasileira. Através dessa obra, ele faz um levantamento das tradições alimentares brasileiras, resultado da miscigenação entre povos originários do Brasil (indígenas), dos povos da África Ocidental (sudaneses e bantos) e dos colonizadores portugueses.

Câmara Cascudo relata, no prefácio de seu livro, que desde 1943 vinha realizando pesquisas, colhendo relatos e informações sobre a temática da história da alimentação no Brasil. Chegou até a fazer proposta a Josué de Castro para que escrevessem um livro em colaboração, unindo a Sociologia e Etnografia à Geografia e Nutrição, em torno da história da cozinha brasileira. No entanto, tal parceria não foi efetivada diretamente na escrita conjunta, que, segundo Cascudo, poderia ter sido pelo fato de Josué de Castro estar analisando a fome e ele, a comida.

Historiador, folclorista e antropólogo, Luís da Câmara Cascudo (1898 – 1986 Natal – Rio Grande do Norte) apresenta em sua obra o resultado de um vasto trabalho etnográfico sobre as origens e fusões dos hábitos alimentares na formação cultural da sociedade brasileira. O primeiro volume da obra **História da Alimentação no Brasil** é dividido em três grandes partes: Cardápio Indígena, Dieta Africana e Ementa Portuguesa. Com relação aos hábitos e tradições culinárias indígenas, o autor buscou

pesquisar as constantes e permanências alimentares, sólidas e líquidas, técnicas, recursos, condimentos e de que forma se davam as influências da tradição da culinária indígena na comida nacional (CASCUDO, 2016 [1967]).

Um exemplo claro sobre essa perspectiva é o estudo da *mandioca*, ingrediente fundamental da dieta alimentar ancestral de grupos indígenas e presente com expressividade na formação pluriétnica do Brasil. Intitulada por Cascudo (2016 [1967]), como a “Rainha do Brasil”, no subcapítulo do “Cardápio Indígena”, o estudo sociocultural a partir da presença da mandioca nos regimes alimentares brasileiros, rende grandes reflexões: as variadas técnicas tradicionais de preparo e conservação (saberes ancestrais); o considerável valor nutritivo, responsável direto no perfil da saúde e no combate à fome; o seu caráter econômico; seu perfil simbólico central na cultura alimentar brasileira; os mitos a ela envolvidos, dentre outras.

Estudos arqueológicos apontam que, antes da chegada dos europeus nas Américas no século XV, os ameríndios já domesticavam a mandioca há cerca de 8.000 anos. Através desse longo período histórico, ela foi disseminada por uma área que abrangia a América Central, as Antilhas e quase todo o litoral da América do Sul, tornando-se um elemento central de subsistência e alimentação locais (SILVA; MURRIETA, 2014). A teoria de que a origem geográfica da mandioca seja na América do Sul e, mais precisamente no Brasil, é bem aceita pela comunidade científica e, de acordo com a Embrapa, 80% das espécies silvestres de mandioca (*Manihot*), são encontradas no Brasil (EMBRAPA, 2006).

A mandioca está presente nos relatos de Pero Vaz de Caminha, em sua primeira carta enviada ao Rei de Portugal em 1500, ano do início da presença portuguesa e colonização no Brasil. Pero Vaz de Caminha, ao se referir aos hábitos alimentares dos indígenas Tupiniquim, relata:

“Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam” (in CASCUDO, 2016 [1967], p. 72).

O “inhame” a que Pero Vaz de Caminha se referia tratava-se da mandioca, ainda não conhecida pelos portugueses, mas que se aproximava das características do inhame por eles já conhecido na África. A carta de Caminha é um dos primeiros depoimentos escritos sobre os hábitos de alimentação indígena, caracterizado em

outros relatos pelo consumo de mandioca, palmito, frutos, sementes, peixes, camarões, moluscos e carnes de caça assadas em *moquém* (CASCUDO, 2016 [1967]).

O *moquém* consiste numa grelha de varas de madeira, apoiada sobre quatro estacas no solo e montada em cima de um braseiro. O processo de moquear significa defumar as carnes de caça e pesca a partir deste instrumento, como forma de assá-las e conservá-las por mais tempo (CASCUDO, 2016 [1967]). O *moquém* é um interessante exemplo de técnica associando natureza e cultura, através do preparo de alimentos na tradição indígena. Podemos dizer que tal instrumento e técnica são exemplos de práticas ancestrais que dão origem à cultura de variados pratos e iguarias consumidos até os dias atuais, como por exemplo a *moqueca* de peixe.

A moqueca é um exemplo de prato tradicional na culinária do Espírito Santo e das regiões Nordeste e Norte do Brasil, que mistura influências e fusões culturais das tradições indígenas, portuguesas e africanas. As teorias sobre as origens da moqueca são variadas e controversas, mas no fim, acreditamos que se complementam. Os indígenas já tinham o costume de cozinhar peixes embrulhados em folhas largas na brasa, peixes assados e defumados no *moquém*, e também o uso de louças e potes de cerâmica de barro era bastante comum nos povos da costa. A panela de barro, objeto símbolo da moqueca, deriva desta tradição. Com relação ao costume e técnica de preparar peixes embrulhados em folhas largas, cozidos próximos a um braseiro, dá-se o nome de *po'kêka* (Tupi). No dialeto Kimbundo, do grupo etnolinguístico Bantu, que corresponde geograficamente à região de Angola, *mu'keka* quer dizer ensopado; guisado ou caldeirada de peixe. Os africanos têm costume tradicional de preparar pratos ensopados, os portugueses também já eram bem familiarizados com as peixadas e caldeiradas de peixe. Desta forma, as teorias mostram que Moqueca deriva destas múltiplas influências linguísticas, contatos interétnicos e modos de preparo variados (CASCUDO, 2016 [1967]).

Com relação à regionalidade e uso de ingredientes para a preparação da moqueca no Brasil, daremos destaque a duas variáveis: no Espírito Santo, a moqueca é tradicionalmente preparada com peixe e/ou outros mariscos, cebola, tomate, coentro, sal, limão, pimenta e urucum (colorau) e o cozimento é feito no suco dos próprios ingredientes, na panela de barro; na Bahia, além dos temperos acima, adiciona-se azeite de dendê e leite de coco, ingredientes de forte influência da cultura

africana. Outro prato que costumeiramente acompanha a moqueca é o *pirão* de peixe. Este é feito com o caldo do cozimento da cabeça de peixe, utiliza-se os mesmos ingredientes da base da moqueca e adiciona-se farinha de mandioca para engrossar.

A mandioca é o alimento essencial na cultura brasileira e sua origem é carregada de lendas e histórias mágicas. Cascudo fornece em seu livro uma das versões míticas por trás da origem mandioca:

[...] a filha de um chefe indígena engravidara sem contato masculino, como em sonho comunicara um homem branco ao pai furioso que se acalmou. Nasceu uma menina deslumbrante, de nome Mani, morta ao fim de um ano, sem doença e sem dor. Do túmulo surgiu arbusto novo. A terra fendeu-se, como mostrando o corpo da morta. Encontraram raízes que eram as primeiras mandiocas, fortificantes e poderosas. Mandioca, de Mani-oca, a casa de Mani (CASCUDO, 2016 [1967], p. 96).

A presença da mandioca na dieta alimentar dos povos indígenas é permeada por uma diversidade de técnicas complexas. De acordo com Cascudo (2016 [1967]),

A farinha é o primeiro conduto alimentar brasileiro pela extensão e continuidade nacional [...] Para o indígena a farinha seria a *uí-pon*, *uí-puba*, farinha puba, amolecida pela infusão, farinha-d'água, e a *uí-atã*, farinha de guerra, seca, dura, resistente, comum. Feita de mandioca crua, raspada e espremida à mão ou no cilíndrico *tipiti*, a prensa de palha contráctil, tecida e sensível. Ambas, notadamente a primeira, que atualmente possui o menor uso, faziam os pratos tradicionais, orgulhos da mesa popular: farinha seca, farofa, pirão, mingau, papa [...] (p. 96).

O processo técnico para fazer a farinha de mandioca envolve variadas etapas: plantio, colheita, seleção, retirada da casca, ralação, prensagem, esfarelamento, peneiragem e torragem. O modo tradicional indígena de realizar a prensagem é feito através do *tipiti* (*tipi* = espremer e *ti* = líquido, na língua Tupi), cilindro de palha trançada que, ao ser esticado com a massa da mandioca dentro, comprime e expulsa o excesso de líquido venenoso da massa, denominado de *manipuera*. A manipuera contém ácido cianídrico em sua composição, não podendo ser ingerida sem antes passar por processos de fervura prolongada (dias). Uma das formas de uso da manipuera na alimentação é no preparo do tucupi, caldo bastante presente na culinária regional do extremo norte brasileiro (CASCUDO, 2016 [1967]).

A mandioca poder se dividida em dois grandes grupos: *Amarga* ou *Brava*, mais utilizada para fazer farinha, beiju e goma, e a mandioca *Doce* ou *Mansa*, também conhecida como *aipim* e *macaxeira*. A mandioca *Brava* possui alto teor de ácido

cianídrico, tóxico a humanos e animais, tendo que passar por processo de ralação e prensagem para desintoxicação, antes de ser consumida em forma de goma, farinha, fécula. Já a mandioca *Mansa* possui menor índice de toxidade e sabor mais adocicado, podendo ser consumida após processo de fervura ou fritura, comumente utilizada para fazer bolos, pudins, purês e cozidos (SILVA, 2008).

A mandioca é composta por três partes: a raiz, o caule e as folhas. A raiz, comentada anteriormente, é a parte mais nobre, rende maior teor nutritivo e possibilita diferentes tipos de preparos. A maior parte deles se encontra presente na dieta dos brasileiros: farinha, polvilho, farofa, pirão, purê, paçoca, bolo, pudim, pão, biscoito, beiju, mingau, bobó, tapioca. O caule, conhecido como *maniva*, é a parte utilizada para replantio, podendo também ser utilizado na alimentação animal. A folha, também conhecida como *maniva ou maniçoba*, rica em cálcio, ferro e Vitamina A, é utilizada tradicionalmente no norte e nordeste do Brasil no preparo do prato homônimo. São necessários dias para o preparo da maniçoba, em que as folhas são fervidas seguidas vezes para expulsão do ácido cianídrico e, após chegarem em estado próprio para consumo, são misturadas em forma de guisado (ensopado) com linguiça, partes de carne bovina e suína, tornando-se uma iguaria popularmente conhecida como feijoada sem feijão (CASCUDO, 2016 [1967]). No Espírito Santo, as folhas são utilizadas como ingrediente da *multimistura*, que é um complemento alimentar feito com elas, pó de casca de ovo, semente de abóbora tostada, dentre outros ingredientes, utilizado na alimentação de crianças, sobretudo pelas pastorais da Igreja Católica. Depois de preparada, a *multimistura* vira uma farinha e costuma ser consumida junto ao feijão.

A mandioca foi também utilizada como base da alimentação nas campanhas de exploração do interior do território, no período colonial. Tropeiros, bandeirantes, mineradores e viajantes exploradores se alimentavam da paçoca de mandioca e de milho, que eram levadas pelas tropas em suas expedições. Pelo fato de resistir longo período de tempo sem perecer, a paçoca era comumente empregada nos longos trajetos e percursos de viagens. Segundo Cascudo (2016 [1967]):

A paçoca, de *paçoc*, esmigalhar, desfiar, esfarinhar, é o alimento preparado com carne assada e farinha de mandioca, piladas conjuntamente, constituindo uma espécie de conserva mui própria para as viagens do sertão, define Teodoro Sampaio, concluindo: Era o farnel dos bandeirantes. No Nordeste, acompanha bananas. Café, na Bahia. Em Minas Gerais a farinha é de milho. As paçocas de farinha com castanhas (de-caju ou do-pará, *Bertholletia excelsa* H. B. K.), com



açúcar, dizemos no Nordeste “farinha de castanha ou de milho”. São guloseimas e não alimentos do trivial, como a verdadeira paçoca, carne e farinha socadas em pilão (p. 155).

O cultivo de mandioca no Brasil foi bastante impulsionado no período colonial, uma vez que a farinha de mandioca e seus derivados representavam a base de alimentação para grande parte dos indígenas e africanos escravizados, sendo também incorporada na dieta alimentar dos colonizadores europeus. Devido à impossibilidade de produzir trigo em regiões tropicais, os hábitos alimentares dos colonizadores tiveram de ser forçadamente modificados, o que fez com que a farinha de mandioca desempenhasse papel fundamental nesta substituição. Josué de Castro, em **Geografia da Fome** (1984 [1946]), fornece relatos sobre esse processo:

O trigo importado nos primeiros séculos de colonização era de tão má qualidade, chegando ao consumidor em tão mau estado de conservação, que todos acabaram por preferir o pão da terra — a mandioca — ao pão de trigo mofado e rançoso. Até os holandeses, tão presos a seus hábitos europeus, tão impermeáveis aos costumes da terra, se foram habituando ao uso da mandioca, conforme nos deixou relatado Joan Nieuhof (op. cit.): *“A raiz de mandioca é originária do Brasil; daí transplantada para outras regiões americanas e para a África. É com sua farinha que os brasileiros bem como portugueses, holandeses e negros crioulos fazem pão, que depois do trigo, é de todos o melhor. Tanto assim que os nossos soldados preferiram receber em nossos celeiros sua ração em pão de mandioca a recebê-la de trigo”* (p. 137).

A mandioca foi chamada de “*pão da terra*” pelos primeiros colonizadores, por corresponder a um dos principais elementos da dieta alimentar indígena e devido ao seu considerável valor nutritivo associado a outros víveres. A mandioca foi empregada como o principal alimento para saciar a fome, tanto dos indígenas, dos colonizadores portugueses despossuídos, quanto dos escravos. Os negros africanos arrancados de sua terra, tornados escravos e enviados para o trabalho forçado nas Américas, recebiam no interior dos navios negreiros, ração composta principalmente de farinha de mandioca, aipim, milho fresco ou assado, salpreso e laranja para evitar contrair escorbuto (CASTRO, 1984 [1946]; CASCUDO, 2016 [1967]; VIOTTI, 2019). Segundo Luiz Felipe Alencastro, no livro **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul** (2000), no século XIX os navios negreiros saíam da Bahia e do norte do Espírito Santo abastecidos com farinha de mandioca que era utilizada como alimentação da tripulação e como alimentação das pessoas escravizadas durante a viagem de retorno; e também como moeda de troca por essas pessoas da África que seriam escravizadas. A produção da farinha de mandioca não foi central na economia

colonial, mas foi importante para manter o tráfico negreiro. Além disso, a produção da farinha de mandioca abastecia vilas, povoados e fazendas produtoras de monocultivos sob o sistema da *plantation*, como por exemplo, a cana de açúcar.

Ao analisar a fome no Nordeste açucareiro, Josué de Castro concluiu que o desequilíbrio nutricional dos regimes alimentares nesta região tinha como principal responsável o monocultivo de cana de açúcar, que dominou todos os solos e excluiu radicalmente a policultura de alimentos no litoral nordestino. Sobre o Nordeste açucareiro, Josué de Castro 1984 [1946], comenta:

Poucas regiões do mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano. Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente: região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seu atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar (p. 113)

Durante os séculos XVII e XX, a introdução do monocultivo de cana no Nordeste foi tão expansiva e agressiva que acabou por destruir quase que completamente o revestimento vivo, vegetal e animal da região. Outros tipos de cultura de alimentos foram subalternizados e abandonados para dar espaço exclusivo aos monocultivos da cana. De acordo com Josué de Castro, o processo colonial pautado na monocultura de cana de açúcar causou sérios prejuízos para a estrutura biológica dos grupos humanos a ela vinculados pelo trabalho, segundo ele:

[...] a cana se mostrou mais uma vez, como já se tinha mostrado antes, capaz de dar muito lucro, mas de exigir sempre muita coisa em compensação. De exigir uma escravidão tremendamente dura, não só do homem mas também da terra a seu serviço. [...] Já afirmou alguém, com razão, que a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida (CASTRO, 1984 [1946], p. 117).

Inicialmente, como forma de se obter provisões e se adaptar ao quadro geográfico nordestino, o colonizador europeu incentivou o cultivo de mandioca, aipim e outros víveres associados às frutas silvestres e à caça, como forma de garantir a segurança de sua alimentação. Enquanto durou o ciclo de exportação do *Pau-Brasil*

(séc XVI), foi desenvolvida uma policultura de plantios de alimentos de subsistência na colônia. No entanto, o sistema de policultura, iniciada de forma promissora, logo foi abandonado e entrou em decadência pela inserção da monocultura de cana-de-açúcar no Nordeste, sendo preservados somente aqueles pomares próximos à Casa Grande dos engenhos, para uso exclusivo da elite branca colonial (CASTRO, 1984 [1946]).

Com o desprezo pelas roças de mandioca, a farinha foi se tornando cada vez mais escassa, chegando ao ponto de haver verdadeira fome de farinha no período de ocupação holandesa no Nordeste, durante o século XVII, o que representou severa ameaça à prosperidade dos engenhos, pois sem alimentos básicos para garantia da saúde e energia dos trabalhadores escravizados, não haveria trabalho. Josué de Castro (1984 [1946]), citando relato de Joan Nieuhof, comenta que neste período, “o Grande Conselho baixou ordens rigorosas para que cada habitante da zona rural, de acordo com as suas possibilidades, plantasse - sob penalidades severas - cerca de mil covas de mandioca por ano” (p. 130).

O referido autor (1984 [1946]) comenta ainda que essa medida foi uma das únicas iniciativas tomadas pelos holandeses como forma de amenizar a fome coletiva da população. No entanto, sabe-se que tal medida foi tomada, não enquanto uma política de amparo e bem estar social, preocupada com a saúde dos trabalhadores escravizados, mas sim enquanto uma política de manutenção da energia do trabalho braçal, indispensável para o desenvolvimento e prosperidade lucrativa da economia açucareira no Nordeste, sobretudo porque esta força de trabalho era também uma mercadoria do senhor de terras.

Outro aspecto relacionado à mandioca, no contexto colonial, refere-se ao processo de sua monetização e sua transformação em mercadoria. Como a farinha de mandioca representava grande importância na dieta alimentar dos povos da costa brasileira durante todo período colonial (Século XVI – XIX), foi largamente utilizada como moeda de troca e de compra de produtos diversos, terras, outros víveres e inclusive de gente africana que seria escravizada (SILVA, 2008).

A questão sociocultural e econômica ligada à mandioca no Brasil está intimamente relacionada com o *modo de vida* ancestral dos povos originários, com o processo de expansão colonial promotora do extermínio indígena e com a história da

escravidão dos povos africanos. Podemos observar atualmente, no que se refere ao perfil dos povos originários e comunidades tradicionais, que a produção artesanal de farinha de mandioca é característica não só dos grupos indígenas, mas também de algumas comunidades *quilombolas*.

Um exemplo de como podemos pensar essa relação no Brasil e mais especificamente no estado do Espírito Santo, é através da análise do processo histórico de formação das comunidades *quilombolas* do *Sapê do Norte*<sup>17</sup> (FERREIRA, 2009; 2010).

Encontra-se no norte do estado do Espírito Santo uma grande concentração de comunidade quilombolas territorializadas na área do Sapê do Norte. Simone Raquel Batista Ferreira (2009) discute de maneira bem detalhada, em sua tese de Doutorado: **“Donos do Lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES, como as comunidades quilombolas do Sapê do Norte estão vinculadas à produção de farinha de mandioca desde o período colonial até os dias atuais, e de que forma o pertencimento territorial destes grupos sociais está diretamente relacionado à construção da identidade ancestral quilombola por meio da alimentação, religiosidade e *campesinidade* (FERREIRA, 2009). De acordo com a autora, em suas pesquisas de campo e contato com as comunidades, foram registradas 21 variedades de mandioca e 9 variedades de aipim no Sapê do Norte, cada um com características específicas. Estas variedades indicam processos culturais de experimentações e cruzamentos de manivas, de modo que não só o processamento e os subprodutos da mandioca significam o diálogo entre natureza e cultura, mas também através do próprio cultivo.

Os quilombos foram formados historicamente por grupos étnicos descendentes de africanos negros escravizados, que constituíram territórios de refúgio como forma de sobrevivência e resistência ao processo de colonização e escravidão no Brasil. Atualmente, os termos *quilombolas* e *comunidade remanescente de quilombo* significam mais do que uma classificação de comunidade negra rural ou urbana, representam uma identidade étnica e cultural autoatribuída pelos sujeitos e grupos

---

<sup>17</sup> “*Sapê do Norte* é Identificação atribuída por comunidades negras e camponesas a uma vasta extensão dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra (Norte do estado do Espírito Santo) ao longo dos vales dos rios Cricaré e Itaúnas” (FERREIRA, 2010, p. 1).

sociais, que travam uma luta histórica pelo reconhecimento e demarcação de seus *territórios tradicionalmente ocupados* (AGÊNCIA BRASIL, 2018; ALMEIDA, 2004).

Estima-se que existam hoje no Brasil mais de 3.200 comunidades quilombolas espalhadas pelo território nacional; mas no entanto, menos de 7% dos territórios foram reconhecidos e titulados pelo Estado brasileiro (AGENCIA BRASIL, 2018). As comunidades quilombolas são assistidas e representadas institucionalmente pela Fundação Cultural Palmares (FCP), atualmente ligada ao Ministério da Cidadania, do Governo Federal Brasileiro.

Atualmente, a cadeia produtiva da mandioca no Brasil está principalmente associada às pequenas propriedades agrícolas familiares e camponesas, sendo também representativas em comunidades indígenas e quilombolas que produzem a farinha e derivados, pautadas pela lógica da subsistência e pelo sistema de abastecimento de cooperativas e pequenas indústrias que realizam o processamento e a comercialização da produção (SILVA, 2008). De acordo com Souza; Silva; Silva (2012):

A mandiocultura apresenta inúmeras características favoráveis ao cultivo pela agricultura familiar, como na alimentação humana e animal. Pode ser colhida em praticamente todos os meses do ano e apresenta grande rusticidade, ou seja, pode ser cultivada com o uso de poucos insumos externos. Por isso, faz parte da realidade produtiva da agricultura familiar em praticamente todas as regiões brasileiras, sendo esse segmento socioprodutivo responsável por 76% da produção nacional de mandioca (p. 74).

A mandioca desempenha um papel importante na garantia da segurança alimentar da população das áreas produtoras, devido à sua capacidade de rendimento, versatilidade de usos, valor nutricional e importância sociocultural. A mandioca ainda é um dos elementos mais populares na dieta alimentar dos brasileiros e representa papel relevante na formação da identidade cultural e pertencimento territorial no Brasil, com maior destaque nas regiões Norte e Nordeste (NOGUEIRA PINTO, 2016). Observaremos em capítulo a seguir, no contexto dos hábitos tradicionais da comunidade indígena de Areal e Santa Maria, que a mandioca ocupava um lugar de protagonismo na dieta alimentar e no modo de vida local.

A discussão dos complexos alimentares com foco na mandioca é um exemplo possível de como podemos analisar as dinâmicas territoriais na história do Brasil de modo multidimensional, integrando os aspectos naturais, econômicos, políticos e

simbólico-culturais. Seja a partir dos povos originários e comunidades tradicionais, que estabelecem com o meio um modo de vida mais equilibrado do ponto de vista ecológico e social, seja a partir dos grupos hegemônicos de poder, que estabelecem modos de vida e existência pautados na exploração capitalista da terra e do trabalho. Ambas as situações estão intimamente relacionadas e associadas ao debate acerca da alimentação.

Desta forma, pensar a questão do alimento envolve refletir a respeito das dinâmicas territoriais dos grupos sociais e suas relações de poder, seus modos de vida, sua segurança alimentar, as características geográficas do meio, os processos de transporte-armazenamento-beneficiamento, hábitos culturais, regionalismos e identidades. A disponibilidade, oferta e produção de alimentos estão diretamente ligadas a esses elementos. Assim, refletir sobre a questão do alimento pressupõe entrar nas discussões que dizem respeito às transformações do sistema-mundo.

Durante grande parte da sua história, a dieta do ser humano foi composta por alimentos que estavam próximos de si, através da coleta, caça, pesca e agricultura. No entanto, outras lógicas em torno da alimentação passaram a compor o perfil dos hábitos alimentares no mundo, e um destes destaques é consequência do processo de desenvolvimento técnico industrial na produção e na distribuição dos alimentos. A possibilidade de transporte e comercialização de alimentos pelo mundo transformou as relações sociais em torno do alimento, fazendo com que hoje vivamos uma etapa particular deste processo: onde parte significativa do que nos alimentamos não somos nós diretamente que produzimos, nem temos total controle e conhecimento sobre a origem e composição daquilo que ingerimos. O que significa pensar o alimento não apenas enquanto um elemento da natureza, mas também enquanto uma mercadoria. O fetichismo da mercadoria incorpora o capital nos elementos, transformando-os em mercadoria, no sistema capitalista, é imperativo que tudo o que for possível se transforme em mercadoria, inclusive os alimentos (MARX, 2010 [1867]).

O estudo da questão alimentar se configura como um fator que está imerso em diversas vertentes de análise acerca da rotina humana. O processo de industrialização e, conseqüentemente da urbanização, acabou condicionando novas formas de relacionamento da sociedade com os *territórios* e também com o próprio alimento.

Para Poulain (2004, p. 29), “o alimento moderno está deslocado, desconectado de seu enraizamento geográfico e das dificuldades climáticas que lhe eram tradicionalmente associadas”. Ou seja, se anteriormente a sociedade estava determinada fortemente pela lógica dos *territórios-zona*, vinculada à disponibilidade de certas condições, para garantia e disponibilidade de alimentos, na sociedade contemporânea esta relação se modifica substancialmente através da compreensão das *multiterritorialidades* e suas redes globais de interações econômicas, políticas e socioculturais (HAESBAERT, 2004a). A modernização tecnológica da agricultura, a intensificação da produção para atender demandas do mercado externo, a industrialização do alimento, somadas à dinamização dos meios de transportes e internacionalização dos mercados, transformaram radicalmente os modos de vida e a forma como as populações se realizam com a alimentação no mundo contemporâneo.

### 2.3. A INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AS TRANSFORMAÇÕES DOS HÁBITOS ALIMENTARES NO BRASIL

O início da era moderna é marcado pela Revolução Industrial e a introdução de novos elementos nas dinâmicas políticas e econômicas globais, que determinaram o desenvolvimento e expansão do capitalismo e, conseqüentemente, a forma de produzir, distribuir e consumir os alimentos, criando novas relações entre o homem, os sistemas produtivos, de consumo e o meio. O decurso dessas transformações é significativo para se compreender as mudanças nos perfis da sociedade e as mudanças de hábitos alimentares a partir da globalização. Nas últimas décadas, foi possível observar mudanças significativas nos hábitos alimentares da população mundial, o que, em larga medida, reflete a complexidade dos atuais modelos de consumo e dos fatores que os determinam.

Neste contexto, os hábitos de alimentação dos brasileiros, têm sido constantemente transformados a partir do surgimento da indústria agroalimentar e marcados pelo consumo excessivo de produtos processados, principalmente nos grandes centros urbanos, em detrimento de alimentos *in natura*, regionais e com tradição cultural, preparados de modo mais artesanal. Para se compreender o momento atual, é necessário caracterizar o modelo de industrialização no Brasil, que teve seu início no século XIX.

O início da industrialização no Brasil teve como base a economia cafeeira da região sudeste no século XIX. Nesse período, a cafeicultura era marcada pela herança colonial, caracterizada pela monocultura de exportação, instalada em grandes latifúndios com utilização/exploração de mão-de-obra escrava. A produção era voltada principalmente para atender o mercado externo da Europa e Estados Unidos. O auge de desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil ocorreu entre o século XIX e início do XX, representando cerca de 70% das exportações nacionais até o fim desta década (LUSTOSA, 2012, p. 30).

A macroeconomia brasileira começa a se diversificar a partir dos impactos econômicos da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e com a crise econômica mundial de 1929. Parte do capital excedente da economia cafeeira é voltado para o desenvolvimento de indústrias de manufatura, para atender o mercado interno e criar autonomia em alguns setores de bens de consumo. Um exemplo é o significativo crescimento da indústria têxtil no início do século XX. A partir de 1930, período de governo de Getúlio Vargas, as indústrias de base<sup>18</sup> começaram a serem desenvolvidas no Brasil. São criadas as indústrias de grande porte, como: Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938; Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941; Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1943; Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945 e Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A), em 1953.

A reprodução do modelo industrial no Brasil, com destaque para industrialização da agricultura e expansão dos latifúndios/ empresas rurais, contribuiu com o aceleração do processo de urbanização e com o deslocamento de grande parte da população do meio rural para o urbano. Nas décadas de 1960-70, em termos numéricos, como fruto desse processo, a população brasileira deixou de ser majoritariamente rural e passou a ser predominantemente urbana (GIRARDI, 2008).

Outra consequência direta desse processo é a industrialização dos alimentos que ocorreu principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a transição do *período industrial* (1870 – 1945) para o *período tecnológico (técnico-científico)* (SANTOS, 1985). Nesse período, a indústria se expandiu e ampliou seus mercados, transformando a indústria da guerra em um modelo de comércio e

---

<sup>18</sup> As indústrias de base, também conhecidas como indústrias de bens de produção, são responsáveis por transformar matérias primas em produtos para outras indústrias. Os principais exemplos no Brasil são as indústrias de siderurgia, petroquímica, extração de minério de ferro, hidrelétricas, dentre outras.



distribuição capaz de alcançar as demandas alimentares cotidianas da sociedade (FRANCO, 2010).

Conforme Franco (2010), pode-se dizer que o desenvolvimento da indústria de alimentos esteve diretamente ligado à história das guerras. Para que as tropas pudessem se alimentar por um longo período de tempo, era necessário que os alimentos tivessem maior durabilidade, que não pudessem perecer com rapidez. No início do século XIX, em 1809, o francês Nicolas Appert, participou de um concurso financiado por Napoleão Bonaparte, que premiaria quem inventasse a melhor técnica de conservação de alimentos, com o objetivo de fornecer melhores provisões de alimentação para o exército francês. Appert desenvolveu uma técnica de conservação em garrafas de vidro hermeticamente fechadas com rolha de cortiça e seladas com cera. O processo consistia em ferver os alimentos dentro da garrafa, garantindo assim uma maior conservação dos mesmos. Esse processo de conservação foi precursor para o futuro dos alimentos processados em conservas, popularmente conhecidos posteriormente como enlatados.

Desde o século XIX, mas principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial no século XX, os alimentos enlatados foram introduzidos em larga escala na sociedade, ampliando o mercado de alimentos industrializados e mudando definitivamente os hábitos de consumo da população, sobretudo a urbana. Conforme aponta Lustosa (2012):

Vivia-se no século XIX um grande processo científico, encampando vários desafios em uma sociedade cada vez mais urbana, comercial e industrial. A mesma Revolução Industrial, que havia esvaziado o campo, transformou a fabricação de alimentos. Além das tecnologias de enlatamento e engarrafamento, surgiram as linhas de montagem, a refrigeração mecânica, uma rede crescente de estradas de ferro, caminhões, linhas de navios (p. 36).

Voltando para a realidade do Brasil, pode-se afirmar que o perfil da sociedade brasileira mudou consideravelmente entre 1950 e 1970. Para Sorre (1984 [1952]) O desenvolvimento industrial, junto à evolução das redes de distribuição, transporte, logística e *circulação*, contribuíram sobremaneira com as transformações dos gêneros/ modos de vida e hábitos alimentares da população. De acordo com Lucci (2013):

Com efeito, se observa uma alarmante situação de vulnerabilidade alimentar na população, seja relativo aos preços, à disponibilidade e à

qualidade dos gêneros alimentícios, além do vínculo de dependência rapidamente firmado para com os novos estabelecimentos comerciais, tendo em vista que as residências urbanas deixaram de produzir qualquer parcela da alimentação doméstica, para adquiri-la, em sua totalidade, a partir dos mercados (p. 18).

Essa transição transformou as formas de acesso aos alimentos. Anteriormente, a população brasileira era predominantemente rural e a maior parte das famílias produziam seus próprios alimentos para o consumo. Ao se tornarem urbanas, perdem parte dessa autonomia e passam a ter acesso aos alimentos predominantemente por meio da compra. Como afirma Esther Vivas Esteve:

Comer é um ato político! [...] o que comemos é mercadoria (!) que realiza valor no ato de compra-consumo, e o alimento que colocamos no prato é proporcional ao dinheiro que o compra, alienando a mercadoria-alimento. Resultado: também nos transformamos em “mercadoria”, uma vez que somos o que compramos e consumimos. Essa lógica capitalista na qual o alimento está inserido é a mesma que produz as desigualdades econômicas e sociais (p. 7).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de urbanização/ industrialização contribuiu sobremaneira com a transformação do alimento/ sujeito em mercadoria. A expansão da industrialização pelo mundo atingiu diferentes escalas e passou a protagonizar mudanças nos modelos de produção. Um exemplo é a mecanização da agricultura, fenômeno que também contribuiu com o êxodo rural e conseqüentemente, com a expansão da urbanização.

Com o contexto de urbanização no Brasil, os alimentos industrializados ganharam mais espaço na dieta alimentar da população, ocorrendo um processo de substituição gradativa do consumo de alimentos *in natura* por alimentos processados e ultraprocessados (LOUZADA et al., 2015).

Outro aspecto que impulsionou a disseminação dos alimentos industrializados na sociedade foi a proliferação do *marketing* e propaganda destes produtos através dos veículos de comunicação, induzindo a novos hábitos de consumo e criação de novas necessidades. De acordo com Maria Leonardo (2009):

A massificação da cultura alimentar se aplica na extensão da urbanização onde as pessoas se aglomeram, na industrialização dos produtos alimentares e em seu *marketing* de oferta, e na mídia imposta na implantação dos produtos ora colocados no mercado como obrigatoriedade de aquisição (p. 1).

Dessa forma, pode-se considerar que as mudanças dos hábitos alimentares no Brasil estiveram, em grande medida, associadas aos processos de homogeneização

cultural produzido pela expansão da globalização capitalista, fazendo com que muitos dos hábitos alimentares regionais fossem substituídos pelo consumo de alimentos industrializados. Nesse contexto, Suzana Inez Bleil (1998) afirma que,

[...] a alimentação de diferentes culturas está sendo transformada muito rapidamente em todo o mundo, como parte de uma cultura que também se modificou. Dentro de um processo mais amplo, qual seja o desenrolar da civilização industrial ocidental, a alimentação, dentre as inúmeras expressões culturais, também tem sido influenciada por este processo acelerado (p. 6).

Essas transformações estão também relacionadas com a dinâmica de aceleração do tempo cotidiano, pautada pela lógica dos negócios, da competitividade do mercado de trabalho e da produção vinculada ao sistema capitalista. Tais mudanças têm ocorrido mais rapidamente ao longo das décadas, afetando diretamente a rotina da alimentação. Pelo fato de o alimento necessariamente fazer parte da rotina diária, ele acabou por ser adaptado conforme a imposição de um novo modelo de consumo e relacionamento entre as pessoas, e destas, com a própria mercadoria alimento (FRANCO, 2010).

Ao considerar que a rotina social é cada vez mais veloz, onde não existe tempo a ser perdido, qual o tempo da/ para a alimentação? Que lugar ela ocupa em nossas vidas? A resposta do mercado é a criação de novos tipos de alimentação que possam ser adaptados ao cotidiano acelerado como, por exemplo, os alimentos ultraprocessados, as comidas prontas congeladas, os *self-services* e os *fast-food's*.

Paralelamente, a indústria de eletrodomésticos e as redes de supermercados acompanharam esta mudança nos hábitos alimentares. De acordo com Ariovaldo Franco (2010), ao surgirem os alimentos processados e ultraprocessados, prontos para serem consumidos, grande parte das refeições passaram a ser feitas fora de casa, estimulando o processo de transformação da culinária, dos hábitos alimentares e da estrutura doméstica. Carvalho (2005) comenta que:

[...] há um outro tipo de mudança de padrões alimentares, iniciada na década de 1970 nos grandes centros urbanos brasileiros. Ela poderia ser definida pela introdução e generalização das lojas de *fast-food*, o afastamento dos locais de moradia e as despesas com o transporte até o local de trabalho, o horário exíguo para o almoço, e o estímulo das propagandas para este cardápio, além da inserção da mulher no mercado de trabalho. A relação entre comida, nutrição e fatores culturais está se modificando na atualidade e seus resultados são a ampliação de franquias dessas redes, o consumo de alimentos

bastante calóricos, doenças decorrentes dessa alimentação e estilo de vida sedentário (p. 109).

Sobre esse contexto, podemos nos apropriar de uma expressão do sociólogo George Ritzer (1996), utilizada por Esther Vivas Esteve (2017), que é a *mcdonaldização* das nossas sociedades. Para Esteve:

Um importante fato neste contexto alimentar é que vão nos impondo uma comida cada vez mais padronizada. Além da “*mcdonaldização*” das nossas sociedades e do consumo global de Coca-Cola, a ingestão mundial de alimentos depende cada vez mais de algumas poucas variedades de culturas. Ou seja, avançamos para um mundo com mais alimentos, mas com menor diversidade e segurança alimentar (p. 8).

Na contemporaneidade, a alimentação é caracterizada pelo estilo de vida moderno, marcado pela escassez de tempo para o preparo e consumo de alimentos, o que leva à emergência de alimentos do tipo *fast-food's*, que emprega técnicas de conservação química e rapidez de preparo ao mesmo tempo que produz simplificação, homogeneização dos processos culinários e desritualização da refeição (FRANCO, 2010).

Além da inserção dos *fast-food's* na rotina alimentar da população urbana, outros tipos de alimentos processados e ultraprocessados também ganham enorme espaço, em detrimento dos *in natura* e minimamente processados, na dieta dos brasileiros. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) (2014), os alimentos processados e ultraprocessados são aqueles que passam por mais etapas de processamento e transformação até chegarem ao consumidor. São carregados de substâncias químicas, que de maneira geral, são prejudiciais à saúde. Porém, tem sido cada vez mais adotados pela população, devido a sua “praticidade de preparo e consumo” e por muitas vezes, serem mais baratos.

O GAPB apresenta um rico conjunto de informações e orientações no campo da alimentação e tem como objetivo promover a educação alimentar e nutricional das famílias brasileiras. Se configura como um importante instrumento institucional no perfil das diretrizes nutricionais, direitos à segurança alimentar, com a função de ajudar as pessoas a fazerem escolhas alimentares mais saudáveis. Os alimentos *in natura* e minimamente processados, são caracterizados pelo GAPB da seguinte maneira:

Alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais (como folhas e frutos ou ovos e leite) e adquiridos para

consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza. Alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos a alterações mínimas. Exemplos incluem grãos secos, polidos e empacotados ou moídos na forma de farinhas, raízes e tubérculos lavados, cortes de carne resfriados ou congelados e leite pasteurizado (BRASIL, 2014a, p. 25).

Os alimentos *in natura* e minimamente processados, principalmente de origem vegetal, são os mais indicados pelo GAPB para compor a base de uma alimentação nutricionalmente balanceada, além de serem socialmente mais justos e menos estressantes para o ambiente físico. Para o GAPB:

O consumo de arroz, feijão, milho, mandioca, batata e vários tipos de legumes, verduras e frutas tem como consequência natural o estímulo da agricultura familiar e da economia local, favorecendo assim formas solidárias de viver e produzir. Contribuindo para promover a biodiversidade, reduzir o impacto ambiental da produção e distribuição dos alimentos (BRASIL, 2014a, p. 31).

Como forma de compreender melhor a diferenciação entre estas categorias, aponta-se como exemplo o milho. O milho em espiga colhido diretamente do pé é caracterizado como *in natura*, a pamonha é considerada como *minimamente processada*, o milho enlatado é caracterizado como *processado* e o *chips* de milho em pacote, *ultraprocessado* (BRASIL, 2014a).

Esta divisão e classificação dos alimentos é feita segundo o nível de processamento industrial aos quais os alimentos foram submetidos antes de sua aquisição. Atualmente a classificação compreende quatro grupos: *alimentos in natura* ou *minimamente processados*; *ingredientes culinários processados*; *alimentos processados*; e *alimentos ultraprocessados*.

Os *ingredientes culinários processados* são caracterizados como substâncias usualmente consumidas e utilizadas como itens de preparações culinárias. Extraídas diretamente de alimentos *in natura* ou minimamente processados, essa categoria abrange ingredientes como: sal, açúcar de mesa, mel, óleo e gorduras, féculas e vinagre (IBGE, 2020a). Por fim, os alimentos *ultraprocessados*, de acordo com o GAPB:

[...] são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e

carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem e pré-processamento por fritura ou cozimento (BRASIL, 2014a, p. 41).

Os exemplos de alimentos ultraprocessados incluem: salgadinhos de pacote, temperos prontos, realçadores de sabor, macarrão instantâneo, sorvete, pizza, hambúrguer e lasanha congelados, nuggets, salsicha, refrigerantes, alimentos produzidos com gordura hidrogenada e outros (BRASIL, 2014a).

O Ministério da Saúde (MS), através do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB), recomenda que uma alimentação equilibrada e saudável deva ser baseada em uma grande variedade de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Orienta que ingredientes culinários processados e alimentos processados devem ser usados em pequenas porções de quantidade nas preparações culinárias. Por fim, o GAPB alerta que o consumo de alimentos ultraprocessados deve ser evitado, pois são nutricionalmente desbalanceados, favorecem o consumo excessivo de calorias e tendem a afetar negativamente a cultura, a vida social e o ambiente (BRASIL, 2014a).

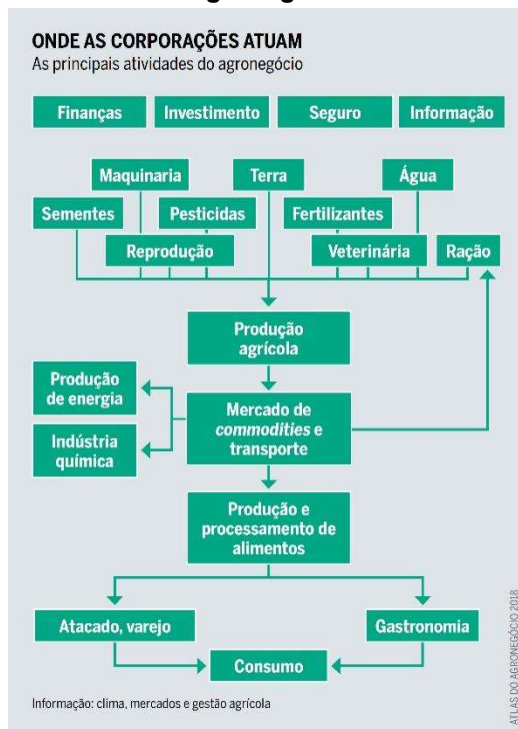
### **2.3.1. O agronegócio e o negócio da comida: a mundialização dos sistemas alimentares**

É importante destacar que a indústria dos alimentos processados e ultraprocessados no Brasil está diretamente inserida na cadeia estrutural do agronegócio. Esse é atualmente caracterizado por um complexo-rede, que envolve 04 grandes segmentos:

- 1- Produção agropecuária voltada principalmente para o setor de exportação (mercado de commodities);
- 2- Indústria agroquímica, biotecnológica e mecânica (Agrotóxicos, Sementes Transgênicas e Maquinaria);
- 3- Produção, processamento e comercialização de alimentos (Indústria Alimentícia, supermercados, redes varejistas, restaurantes, entre outros);
- 4- Modelo econômico de especulação por meio de compra e venda de ações na bolsa de valores (Mercado Financeiro).

Desta forma, o agronegócio se refere às diferentes atividades econômicas relacionadas ao comércio de produtos agropecuários (ver Figura 1).

**Figura 1: Cadeia Estrutural do Agronegócio**



Fonte: Santos; Glass, 2018.

A utilização de instrumentos mecanizados, insumos químicos, espécies geneticamente modificadas e pouca mão de obra empregada na terra, são características do modelo de produção agropecuária deste complexo-rede. Pode se dizer que o modo de produção do agronegócio no Brasil, tem suas origens calcadas desde o período colonial, pela concentração fundiária e produção voltada para a monocultura de exportação. Para Bernardo Mançano Fernandes (2004):

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem (p. 1).

Para que se possa compreender a estrutura do modelo do agronegócio na contemporaneidade é preciso analisar as influências históricas da Revolução Verde, movimento iniciado nos Estados Unidos pós Segunda Guerra e adotado posteriormente em países em desenvolvimento. A Revolução Verde, inserida no Brasil

nas décadas de 1960 e 1970, durante o período militar, foi associada às modernizações tecnológicas da agricultura e mudança da política de créditos rurais para produtores. O objetivo era obter maior produtividade da terra e, para isso, investiu-se na utilização de agrotóxicos<sup>19</sup>, mecanização do campo, fertilização química do solo, pesquisa e manipulação genética de sementes e intensificação do uso do solo (SANTILI, 2009).

A Revolução Verde se inicia efetivamente no fim da década 1940, nos Estados Unidos, como forma de aproveitar comercialmente o desenvolvimento de tecnologia e produtos do setor industrial da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Dentre os segmentos mais desenvolvidos neste período destaca-se a indústria química, uma vez que terminada a guerra era necessário que se encontrasse demanda de consumo para as descobertas deste setor. A produção de agentes químicos antes utilizados como armas biológicas de guerra, passam a ser introduzidos no setor agroalimentar sob a forma de fertilizantes e agrotóxicos (herbicidas; fungicidas; inseticidas). A Revolução Verde é caracterizada pela introdução de três setores industriais no meio agrário: químico (fertilizantes; agrotóxicos); mecânico (tratores; caminhões; colheitadeiras) e biológico (sementes transgênicas; hormônios) (LAZZARI; SOUZA, 2017; SANTILI, 2009).

O discurso por trás da Revolução Verde estava intimamente ligado com a promessa da erradicação da fome mundial, através do aumento da produtividade agrícola e promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países de terceiro mundo. No entanto, verificou-se na história que sua implantação fracassou para estes propósitos e acabou por incrementar desigualdades e conflitos sociais no campo por meio da exploração intensiva da terra, degradação do meio ambiente, expansão dos latifúndios e expropriação territorial de pequenos agricultores e povos tradicionais (LAZZARI; SOUZA, 2017). De acordo com as autoras:

A Revolução Verde após ser inserida na agricultura do Brasil traz em seu seio inúmeras contradições. A promessa de emprego cai por terra, uma vez que as máquinas invadem o campo e a produção familiar diversificada passa a ser plantação de monocultura. O aumento da produção de alimentos para o mercado interno foi ínfimo, uma vez que os grandes campos de uma só cultura destinavam-se à exportação. O êxodo rural pautado no desemprego facilitou a solidificação do latifúndio e o surgimento da periferia na zona urbana. O alimento

---

<sup>19</sup> Agrotóxico é uma das inúmeras denominações dada a um grupo de substâncias químicas destinadas a controlar pragas (animais e vegetais) e doenças de plantas (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003).



orgânico dá espaço ao alimento sem segurança alimentar. A terra fértil passa por processos de desertificação (LAZZARI; SOUZA, 2017, p. 5).

É neste cenário que a lógica do agronegócio se fortalece no Brasil, estando diretamente vinculado com a transformação da agricultura em agroindústria empresarial, pautado na substituição das policulturas pela monocultura e produção de commodities, com o falso discurso de produzir alimentos. De acordo com Celso Oliveira (2015), o ponto de partida “oficial” do agronegócio no Brasil deriva da Revolução Verde, movimento que compreende a *modernização conservadora do campo*:

Período de desenvolvimento da agricultura brasileira que ocorreu durante o regime militar e teve como base uma política de modernização do setor agrícola, a partir de tecnologias provenientes da indústria, sem que fossem realizadas maiores modificações na estrutura fundiária (p. 21).

O período da *modernização conservadora* abre caminho para o processo de reestruturação técnica e científica do campo, por meio da formação do Complexo Agroindustrial do Brasil (CAI).

De acordo com o geógrafo Milton Santos (2002), o aprofundamento da técnica e sua dispersão global, significada pela mecanização do espaço geográfico e modernização da agricultura, marcam a instituição do meio-técnico-científico-informacional, característico no meio urbano e rural, tanto em países ricos como nos mais pobres. Para Santos, um modelo de agricultura que tem referência planetária, pode ser chamar de agricultura científica globalizada, sendo também influenciada por leis que regem os aspectos de outras produções econômicas. A agricultura científica globalizada, nas palavras de Santos (2002, p. 88-89), “é exigente de ciência, técnica e informação [...]. Por sua natureza global, conduz uma demanda extrema do comércio. O dinheiro passa a ser uma informação indispensável”. Ainda de acordo com o autor:

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizante, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também, implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação colheita, armazenamento, empacotamento, transporte e comercialização [...] (SANTOS, 2002, p. 89).

A modernização agrícola conservadora, que inaugura a agricultura científica, é a base do modelo econômico do agronegócio. Este se configura como um modelo de

economia estruturado em um complexo-rede multiescalar e multiterritorial (HAESBAERT, 2004a), ligado a cadeia produtiva da agropecuária capitalista local, e vinculado ao setor do comércio de commodities global. A esse complexo-rede local-global dá-se o nome de *agronegócio* ou *agribusiness*. De acordo com Fernandes (2004):

Agronegócio é uma palavra nova, [...] é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. [...] A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (p. 1).

Para Eduardo Girardi (2008), o agronegócio é o que fundamenta o modelo de agricultura neoliberal, organizado como um complexo de sistemas, caracterizado pela diminuição do controle da produção pelo agricultor, criando maior dependência deste para com o mercado e empresas que fornecem insumos, máquinas e sementes, alongando os circuitos de distribuição (exportação) e diminuindo os lucros e autonomia do agricultor. De acordo com Welch e Fernandes (2008) o agronegócio:

[...] é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento deste complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais (p. 165).

Segundo Girardi (2008), os modos de reprodução do agronegócio são ditados em boa parte pelo capital transnacional através das grandes corporações. Para Horacio Carvalho (2013), os conglomerados empresariais do agronegócio buscam ampliar a sua acumulação capitalista por meio da espoliação e concentração particular da terra. O modo de operacionalização deste modelo produtivista envolve a exploração do setor agropecuário como modelo de negócio, estruturado no sistema de monocultivo, uso intensivo de fertilizantes, de hormônios, de herbicidas e de sementes transgênicas. Além da exploração da terra, esse modelo promove desprezo sociocultural pelos povos do campo e expropriação territorial dos camponeses (CARVALHO, 2013). Sobre isto, Girardi (2008), destaca que:

Os resultados da revolução verde e o processo de comoditização dos produtos agropecuários, ocasionado pelo modelo neoliberal, têm intensificado os problemas da questão agrária através do estímulo à expansão do agronegócio. A expansão do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa causa intensos danos socioambientais

devido ao caráter concentrador e predatório desse modelo agrícola. Este quadro, globalmente estabelecido, configura o novo contexto de expropriação do campesinato, contra o qual ele deve lutar para não ser desintegrado (p. 115).

No que se refere aos danos e impactos ambientais destacam-se a alta demanda de água para irrigação dos plantios; uso intensivo do solo que gera erosão, compactação e perda de fertilidade; danos à biodiversidade; contaminação dos alimentos, solo, lençol freático e intoxicação dos agricultores pela utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos. De acordo com Porto; Rocha; Pacheco (2015):

A agricultura industrial capitalista esconde inúmeros impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e de saúde, ao mesmo tempo em que invisibiliza e desvaloriza os séculos de conhecimento acumulado pela agricultura familiar camponesa. O modelo hegemônico compete por terras e busca eliminar ou subordinar a agricultura familiar e camponesa à sua lógica. Além de concentrar renda, gerar conflitos por terra com inúmeras violências associadas, dificultar a reforma agrária, afetar a segurança e soberania alimentar, e expulsar agricultores do mundo rural, este modelo produz inúmeras ameaças à sustentabilidade ambiental e de saúde, associadas às iniquidades sociais que vulnerabilizam diferentes territórios e populações na sua condição de trabalhadores e moradores de áreas afetadas (p. 134).

Fica claro que, para além do impacto ambiental, o modelo do agronegócio gera impactos sociais e na saúde, pois tem ampliado cada vez mais suas fronteiras, se territorializando com maior rapidez e gerando processos de desterritorialização da agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento do pequeno agricultor e o desemprego estrutural acabam por gerar processos de reterritorialização, em forma de ocupações de terras subutilizadas pelo agronegócio, como única saída de R-existência por parte das famílias e movimentos socioterritoriais camponeses (FERNANDES, 2004, PORTO-GONÇALVES, 2006a).

De acordo com o **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**, organizado por Maureen Santos e Verena Glass, lançado pela Fundação Rosa Luxemburgo e Fundação Heinrich Böll no Brasil em 2018:

O Brasil possui 453 milhões de hectares sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional. [...] Dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, 16 contam com mais 80% de suas terras em propriedades privadas. [...] A concentração de terras em grandes propriedades é uma característica marcante da região Centro-Oeste, cujo tamanho médio dos imóveis rurais é de 339 hectares, contra uma média nacional de 79 hectares. [...] O processo

de ocupação e uso da terra no Brasil se tornou mais estruturado e vem progressivamente se integrando às cadeias globais de valor, muitas vezes em associação ao capital transnacional. Grande parte da produção brasileira de commodities agrícolas está vinculada a conglomerados de estrutura verticalizada, que controlam do plantio à comercialização. SLC Agrícola (404 mil hectares), Grupo Golin/Tiba Agro (300 mil ha), Amaggi (252 mil ha), BrasilAgro (177 mil ha), Adecoagro (164 mil ha), Terra Santa (ex-Vanguarda Agro, 156 mil ha), Grupo Bom Futuro (102 mil ha) e Odebrecht Agroindustrial (48 mil ha) são algumas das empresas que exploram o mercado de terras, tanto para produção de commodities, quanto para especulação financeira (SANTOS; GLASS, 2018, p. 14-15).

Desta forma, quanto menos terras disponíveis, maior a tensão e conflitos pela ocupação de novas áreas. A tendência à concentração de terras e capital nas mãos de poucos proprietários é inerente ao modelo agropecuário brasileiro. A partir desta lógica, segundo o **Atlas do Agronegócio**, resta saber se esse esgotamento “levará o Estado a realizar a tão esperada reforma agrária, com um uso aperfeiçoado das terras improdutivas, ou se presenciaremos nas próximas décadas a uma explosão de conflitos no campo” (SANTOS; GLASS, 2018, p. 15).

De acordo com Girardi (2008), os *movimentos socioterritoriais camponeses*, formados por camponesas e camponeses sem terra ou com pouca terra, ameaçados pelo modelo agrícola dominante, se organizaram na América Latina, no Brasil e no mundo entre as décadas de 1980 e 1990, na luta pela terra, busca por direitos e garantia de exercer seu modo de vida tradicional. Os movimentos socioterritoriais camponeses propõem uma via alternativa de *desenvolvimento*, fundada na crítica ao modelo agrícola neoliberal que intensifica a desintegração e desterritorialização do campesinato. No Brasil, o principal movimento socioterritorial camponês é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), fundado na década de 1980 e integrante da articulação internacional da *Via Campesina*.

Para o MST, a questão agrária brasileira não é somente uma questão de terra; ela apresenta diversos outros problemas atuais como a questão de gênero, democracia, meio-ambiente (água, florestas e biodiversidade), direitos humanos, alimentos transgênicos, agronegócio e agricultura ecológica. O MST, através de suas ações, luta pela solução dos problemas concernentes à questão agrária, questionando o governo, as grandes empresas, os fazendeiros e a sociedade acerca das práticas socialmente injustas e ambientalmente predatórias disseminadas no campo pelo modelo agrícola dominante – o agronegócio. O MST luta por um desenvolvimento que considere a diminuição da desigualdade e da pobreza no *campo*, na *cidade* e na *floresta* a partir da resolução dos problemas da questão agrária (GIRARDI, 2008, p. 114).

A Via Campesina é um movimento internacional fundado em 1992 que articula organizações camponesas, diversos movimentos sociais, mulheres rurais, comunidades indígenas e negras na América, África, Ásia Europa e regiões emergentes. No Brasil, fazem parte, entidades como o MST; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Pescadores Artesanais; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM); Escola Latino Americana de Agroecologia; entre outros (VIA CAMPESINA, 2020).

A Via Campesina se autodefine como,

um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas, um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação política, econômica ou de outro tipo (VIA CAMPESINA, 2020, n.p.).

Os objetivos do movimento envolvem a promoção da soberania alimentar junto à agroecologia, através de um sistema de produção diversificado (biodiversidade, respeito à capacidade produtiva das terras, valor cultural e identitário, preservação dos recursos naturais, defesa da terra, água e territórios). A luta pelos direitos das camponesas e camponeses caminham junto com a noção de justiça climática e ambiental como via de desenvolvimento alternativo. A Via Campesina se mobiliza na luta contra as empresas transnacionais, agronegócio e capital internacional do livre comércio globalizado. Por fim, o movimento reivindica a alimentação como um direito humano, e não como mercadoria (VIA CAMPESINA, 2020; VIEIRA, 2008).

Os movimentos socioterritoriais camponeses e outras organizações que compõem a Via Campesina participam da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida<sup>20</sup>. De acordo com dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO (2015), o Brasil é, desde 2008, o país que mais consome agrotóxicos no mundo. Em 2002, a comercialização desses produtos era de 2,7 quilos por hectare e, em 2012, o número chegou a 6,9kg/ha. O uso dos agrotóxicos está

---

<sup>20</sup> A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida tem o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil. Além, promove a agroecologia como modelo de produção de alimentos que coloca a vida em primeiro lugar (<https://contraosagrototoxicos.org/>)

diretamente relacionado à “modernização conservadora” da Revolução Verde, que dita a política agrícola hegemônica do país desde a década de 1960 (CARNEIRO, 2015).

Dados de 2015 mostraram que as lavouras de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão representaram 80% do consumo total das vendas do setor de agrotóxicos no Brasil. Somente a soja, consumiu em 2015, 52% do total das vendas no Brasil. Os estados que mais consomem respectivamente são: Mato Grosso (23%); São Paulo (13%); Paraná (13%); Rio grande do Sul (13%) e Goiás (9%) (SINDIVEG, 2015).

Nota-se que as maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com os estados de maior intensidade de monoculturas de soja, milho e cana. São estes estados que tem a maior presença da agricultura estruturada no modelo do agronegócio. A utilização dos agrotóxicos no Brasil tem trazido sérias consequências, tanto para o meio ambiente como para a saúde de populações como a dos trabalhadores rurais, especialmente os camponeses e suas famílias (ABRASCO, 2015).

De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG, 2015), em 2014, foram comercializados 12,2 bilhões de dólares em agrotóxicos no Brasil. Este mercado até 2016 era concentrado principalmente em sete grandes empresas transnacionais: Monsanto (EUA), Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), DuPont (EUA), Dow Chemical (EUA), Basf (Alemanha) e ChemChina (China). Recentemente, a partir de 2016, três grandes fusões passaram a controlar ainda mais o mercado: A fusão entre as americanas Dupont e Dow deu origem à Corteva Agriscience, a estatal ChemChina comprou a Syngenta, e em 2018, a Bayer comprou a Monsanto por US\$ 63 bilhões. Formaram-se assim três grandes conglomerados que devem dominar mais de 60% do mercado de sementes e de agrotóxicos, controlando a produção e comercialização de quase todas as plantas geneticamente modificadas do mercado (SANTOS; GLASS, 2018).

Sobre o controle de sementes pelas empresas, variedades de espécies, e produção de alimentos no mundo, Esther Esteve (2017) afirma que:

Há 150 anos a humanidade se alimentava com produtos de 3 mil espécies vegetais, sendo 90% delas produzidas e consumidas em seus países de origem. Mas isso mudou radicalmente nos últimos anos. Entre 1970 e 2008 houve redução em 30% da biodiversidade no

mundo. E, desde essa data, passamos a consumir 50% mais recursos naturais que nossa capacidade de produção. É o período da implementação da “revolução verde” – uso intensivo dos agroquímicos na agricultura. Em 2003, apenas 15 espécies respondiam por 90% dos alimentos vegetais, e apenas quatro cultivos – milho, trigo, arroz e soja – respondiam por 70% do consumo. Atualmente, são 58 empresas que controlam a produção de alimentos no mundo. Outras 6 empresas controlam 60% das sementes utilizadas na agricultura; se voltarmos no tempo, em 1980 nenhuma empresa de sementes chegava a dominar 1% do mercado mundial (p. 16).

De acordo com o **Atlas do Agronegócio**, as maiores produtoras de sementes do mundo são originárias da indústria química: Monsanto, DuPont, Syngenta, Dow e Bayer. Esta última, após a fusão com a Monsanto se tornou a maior fabricante de agrotóxicos e sementes transgênicas do mundo (SANTOS; GLASS, 2018).

Essas mesmas grandes empresas que controlam o mercado dos agrotóxicos e sementes transgênicas, atuam no ramo da indústria farmacêutica, como é o caso da Bayer. Essa estrutura de oligopólios acaba por criar um vínculo cruel de dependência produtiva, onde grande parte do investimento de produção dos agricultores se destina a compra combinada de sementes e agrotóxicos (ABRASCO, 2015; SANTOS; GLASS, 2018).

A Monsanto (atual Bayer), líder mundial em venda de agrotóxicos, é fabricante do herbicida mais utilizado no mundo, o *glifosato*, agrotóxico duramente criticado por ambientalistas, médicos e cientistas pelo seus comprovados danos à saúde e ao ambiente, sendo apontado como causador de inúmeros casos de intoxicação aguda e crônica em trabalhadores rurais e consumidores indiretos (ABRASCO, 2015). A respeito da relação entre agrotóxicos e intoxicações, o **Atlas do Agronegócio** afirma que:

As intoxicações agudas por agrotóxicos afetam principalmente as pessoas expostas em seu ambiente de trabalho e são caracterizadas por efeitos como irritação da pele e dos olhos, coceira, vômitos, diarreias, dificuldades respiratórias, convulsões e morte. Já as intoxicações crônicas podem aparecer muito tempo após a exposição e afetar toda a população, pois são decorrentes da presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos e no ambiente, geralmente em doses baixas. Os efeitos associados à exposição crônica incluem: infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer. O campeão de vendas glifosato foi classificado pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer, da Organização Mundial da Saúde (IARC/OMS), como provável cancerígeno para os seres humanos (SANTOS; GLASS, 2018, p. 22)

De acordo com a ABRASCO, o Ministério da Saúde tem notificado, nos últimos anos, cerca de 5000 casos de intoxicações agudas por ano causadas por agrotóxicos, o que faz com que esse uso deixe de ser uma questão relacionada especificamente à produção agrícola e se torne um problema de saúde pública (ABRASCO, 2015).

Muitos dos agrotóxicos amplamente utilizados no país são proibidos em outros lugares do mundo, devido a pesquisas que atestam os danos à saúde e ao meio ambiente. No entanto, os órgãos reguladores brasileiros ainda não baniram a utilização desses produtos, apesar dos atestados riscos à saúde da população tanto por manuseio, por consumo de alimentos, quanto pela contaminação do solo e das águas. Ao contrário, mais recentemente, só no ano de 2019, foram aprovados registros de utilização de 475 novos agrotóxicos no Brasil de acordo com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Para que um agrotóxico seja aprovado no país, ele precisa passar por avaliação de três instâncias institucionais: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Caso alguma instância não emita parecer favorável, o agrotóxico não é liberado para uso e comercialização no país.

Nos últimos anos, principalmente após 2016, quando o Projeto de Lei 6299/2002, que flexibiliza o registro de agrotóxicos, foi aprovado, o número de agrotóxicos liberados aumentou vertiginosamente no Brasil, tal processo deve-se, em boa parte, às pressões do *lobby* político ligado ao agronegócio presente no poder legislativo e executivo. O *lobby* do agronegócio é operado no Congresso Nacional principalmente a partir dos membros da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), criada sob esse nome em 2008, popularmente conhecida como Bancada Ruralista. As formas de atuação deste grupo político investem contra os interesses públicos, privilegiando seus interesses individuais e das grandes empresas que controlam o setor do agronegócio. Suas ações se direcionam contra a reforma agrária, desqualificação da questão indígena, dos movimentos socio territoriais e povos tradicionais (SANTOS; GLASS, 2018). De acordo com Elaine de Azevedo (2019a), as práticas de *lobbies* alimentares são atividades políticas desempenhadas legalmente para influenciar “o congresso, as agências federais e o governo, no sentido de proporem leis que beneficiem as companhias alimentares e os grupos de commodities agrícolas” (p. 54).



Os lobistas são também atuantes na área nutricional e na medicina. Sabe-se que inúmeras pesquisas sobre o que faz bem ou não para saúde são financiadas pelas próprias empresas agroalimentares. Tais retóricas “científicas” visam privilegiar determinados tipos de alimentos, impulsionando o mercado dos setores financiadores. As inúmeras e controversas conclusões sobre os benefícios do leite, do ovo e da carne bovina para a saúde humana, em grande parte são exemplos de relações de poder praticadas pelos lobbies alimentares. Desta forma, Azevedo (2019a) afirma:

Não é um conhecimento novo que a indústria alimentar influencia o que comemos e, como consequência disso, interfere nas decisões e nos conselhos de especialistas em saúde coletiva e na nossa saúde. As questões éticas que envolvem tal fato são bastante complexas, mas as empresas alimentares não são agências que prestam serviço público e não assumem nenhum tipo de comprometimento com a promoção da saúde. Seu foco é o lucro. A interferência das indústrias alimentares nas políticas de alimentação e nutrição chama-se “lobby alimentar” e é um tema ainda pouco estudado no âmbito da academia no Brasil (p. 54).

No que se refere à produção e exportação do agronegócio, as principais commodities produzidas pelo complexo agroindustrial do Brasil são a soja; milho; e cana-de-açúcar. A flutuação dos preços destas matérias-primas no mercado global, determina em boa medida se serão vendidas como alimentos, agrocombustíveis ou ração para animais. A maior parte dessa produção é destinada aos mercados externos. A China é o principal importador das commodities agrícolas brasileiras, em seguida os Estados Unidos e União Europeia. A produção de soja no Brasil na safra 2018/19 foi de 120,8 milhões de toneladas, em uma área plantada correspondente à 36,9 milhões de hectares. Cerca de 70% da soja produzida é exportada sob a forma de grãos; farelo e óleo, só a China, absorve 80% do total das exportações brasileiras desta matéria prima (SANTOS; GLASS, 2018; EMBRAPA, 2019; IBGE, 2020c).

A soja é utilizada em diversos setores industriais: produção de biocombustíveis, rações para animais, indústria farmacêutica e alimentícia. Grande parte da produção é destinada para a produção de ração animal, ou seja, ao comermos carne animal, indiretamente também comemos soja. É válido trazer aqui uma referência de Jean Brunhes, da qual Jean Pierre Poulain se inspirou para afirmar que, “comer é incorporar um território” (2004, p. 247). De acordo com Brunhes (1962):

Quanto ao nosso alimento, ele é constituído de produtos vegetais ou animais, produtos que provém todos os seres que ocupam um espaço na superfície do globo. Ou seja, os animais terrestres dos quais se

alimentam os homens se alimentam de vegetais ou de outros animais que se alimentam eles mesmos de vegetais [...]. Devemos encontrar em quase todo alimento humano uma parcela da cobertura vegetal da terra. As ingestões de um ser humano, representam, então, de uma maneira direta ou indireta, a tosa de uma extensão mais ou menos estreita da cobertura vegetal, natural ou cultivada (p. 19).

Essa reflexão de Jean Brunhes é inspiradora para pensarmos em escalas territoriais e redes de relações. Desta forma, ao nos alimentarmos de animais ou vegetais, estamos indiretamente consumindo aquilo que eles também consomem. Ao refletirmos sobre essa relação escalar, podemos concluir que à medida que nos alimentamos de produtos do agronegócio, estamos também alimentando o seu modo de produção. Assim, conectamos produção e consumo para refletir o uso de agrotóxicos, degradação ambiental e conflitos sociais no campo como resultado do modelo do agronegócio.

Na indústria alimentícia, a soja, junto do milho, trigo e açúcar, são as principais bases de composição de alimentos processados e ultraprocessados, ao mesmo tempo que se configuram como símbolos da agricultura de exportação (BRASIL, 2014a). As importações e exportações de commodities agrícolas no mundo são controladas principalmente por 4 empresas: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company. Elas são conhecidas como o “grupo ABCD”, formado por 3 empresas americanas e 1 holandesa (Louis Dreyfus). Essas corporações atuam na comercialização, transporte e processamento de diversas commodities. Possuem sua própria infraestrutura de logística e produção (navios, portos, ferrovias, refinarias, silos, moinhos e fábricas). Juntas, representam 70% do mercado mundial de commodities agrícolas. Mais recentemente, a *trader*<sup>21</sup> de grãos chinesa COFCO<sup>22</sup> tem disputado o mercado com o grupo “ABCD” e, atualmente, é a principal importadora da produção de soja e milho do Brasil (SANTOS; GLASS, 2018).

Como observado, o modelo do agronegócio é mundializado e atende a interesses de grandes corporações da indústria dos alimentos. O milho, a soja, o açúcar e derivados do leite são alguns dos principais elementos que compõem a base dos produtos da indústria alimentícia. Outro segmento que compõe a indústria do alimento é a pecuária, responsável pela produção em grande escala de carnes

---

<sup>21</sup> Atuante no comércio de importações e exportações.

<sup>22</sup> “COFCO” é a abreviação de “China Oil and Foodstuffs Corporation”, companhia estatal chinesa que atua como maior processadora, fabricante e comerciante de alimentos da China.

(galináceos, bovinos, suínos e outras) para o processamento industrial. A cadeia produtiva da indústria alimentícia é dividida em 03 grupos de etapas: produção; processamento e comercialização. Para abordar as etapas de processamento e comercialização precisamos conhecer outros atores do complexo-rede do agronegócio, que são os oligopólios industriais de alimentos e as redes de supermercados (ver Figura 2).

**Figura 2: As grandes empresas da indústria de alimentos**



Fonte: Santos; Glass 2018.

Cada vez mais concentradas, as empresas do ramo alimentício competem para controlar o mercado e, principalmente a partir dos anos 2000, uma série de fusões e incorporações foram realizadas no setor. Um exemplo é o mercado de cerveja. No Brasil, apenas três grupos controlam 95% do mercado, com maior predominância do grupo InBev (ex Ambev). De acordo com o **Atlas do Agronegócio**, no Brasil, “entre 60 e 70% das compras de uma família são produzidas por dez grandes empresas, entre elas Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola” (SANTOS; GLASS, 2018, p. 30). Em 2001, ao publicar material de propaganda corporativa, a empresa americana de produção e processamentos de alimentos, Cargill, se autodefiniu como:

Somos a farinha no seu pão, o trigo no seu macarrão, o sal na sua batata frita. Nós somos o milho em suas tortilhas, o chocolate na sua sobremesa, o adoçante em seu refrigerante. Nós somos o óleo no seu molho de salada e a carne bovina, suína ou de frango que você come no jantar. Nós somos o algodão na sua roupa, o forro do seu tapete e o fertilizante na sua plantação (SANTOS; GLASS, 2018, p. 28).

Fica claro, através dessa autodefinição, como o complexo-rede do agronegócio está presente na dieta alimentar social e como o mercado de alimentos está cada vez mais concentrado em poucas empresas. De acordo com Esther Esteve (2017):

O atual sistema alimentar globalizado transformou o alimento em mercadoria, concentrando o modelo de produção, distribuição e consumo em algumas transnacionais (do agronegócio, das redes varejistas, dos supermercados). O preço dos alimentos é determinado nas bolsas de valores. [...] Neste modelo, se você não pode comprar você não conta. O fundamental é vender (p. 15-16).

Sobre esse sistema alimentar globalizado, que vincula a nossa alimentação aos interesses econômicos dos oligopólios, é importante considerar também a expressiva influência das redes varejistas de supermercados. Sobre este segmento, Esther Esteve (2017) afirma que:

O poder dos grandes varejistas é enorme e nossa alimentação está sujeita a seus interesses econômicos. São essas empresas que determinam o preço a pagar ao agricultor por seus produtos e qual o custo a ser cobrado no “super”. Dando-se o paradoxo de que o camponês cada vez recebe menos dinheiro pelo que vende, e nós, como consumidores, pagamos cada vez mais. Fica claro quem ganha. Trata-se de um oligopólio, em que poucas empresas controlam o setor, que empobrece a atividade rural, homogeneiza o que comemos, precariza as condições de trabalho, acaba com o comércio local e promove um modelo de consumo insustentável e irracional (p. 173).

Os primeiros supermercados surgem nos Estados Unidos na década de 1930, a rede “King Kullen”, do empresário Michael Kullen, foi a primeira precursora do ramo. Sua proposta foi concentrar a comercialização de alimentos e produtos de outros gêneros em um mesmo estabelecimento com a inserção do auto-serviço. Inicia-se o processo de incorporação de vários mercados, absorvendo o comércio oferecido até então por lojas especializadas ou equipamentos tradicionais como mercearias, quitandas, açougues, armazéns, padarias, empórios, feiras em um único espaço.

No Brasil, a implementação dos supermercados data do início da década de 1950. Os primeiros estabelecimentos deste novo tipo foram instalados em bairros nobres dos grandes centros metropolitanos e eram considerados como um símbolo de modernidade e progresso. O primeiro supermercado do Brasil tinha como nome: “Sirva-se”. Ao contrário dos Estados Unidos, que ofereciam média de preço inicialmente inferior às lojas especializadas, no Brasil os supermercados eram considerados mais caros e voltados para a população de alta renda (KNOKE, 1963; ESTEVE, 2017).

Uma das principais mudanças ocorridas com a implementação dos supermercados é o serviço de oferta, compra e venda de produtos. Nas lojas especializadas o ritual de compra é feito pelo contato direto entre cliente e vendedor, onde o responsável pela loja se encarrega de pegar os produtos solicitados pelo cliente. Já nos supermercados esse ritual se modifica, o cliente passa a desempenhar o auto-serviço, ou *self-service*, tendo acesso direto às gondolas e prateleiras, escolhendo seus produtos, juntando-os em uma cesta ou carrinho para só ao fim, no check-out, estabelecer contato direto com o funcionário responsável pela finalização da compra (KNOKE, 1963).

O modelo de venda a varejo baseada no auto-serviço (supermercados) se generalizou ao longo da década de 1970 e se estabeleceu definitivamente nas décadas de 1980 e 1990 pelo mundo. Hoje os supermercados exercem um domínio hegemônico no setor de distribuição, compra e venda de bens de consumo diário. De acordo com Lepsch (1999) e Wilder (2003) no início da década de 1980, os supermercados eram responsáveis por 75% dos bens de consumo diário comercializados no país, ao final da década por 82,6%, e ao fim de 1990 respondiam por 86,1% do volume de vendas de bens de consumo diário no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), no ano de 2019, o setor supermercadista registrou um crescimento de 6,4% em relação ao ano de 2018, apresentando faturamento de R\$ 378,3 bilhões, o que representou 5,3% do Produto Interno Bruto do país (ABRAS, 2020).

A instalação de supermercados transforma radicalmente o arranjo territorial onde é incorporado, o fechamento e afastamento do pequeno comércio local ao seu entorno é uma das consequências observadas. De acordo com Esteve (2017), existem estudos que indicam que a instalação dos super mercados promovem declínio e encerramento de lojas do comércio local, causando uma consequente diminuição de postos de trabalho locais. De acordo com a autora:

A grande distribuição varejista comercial (supermercados, hipermercados, redes de desconto etc.) tem experimentado, nos últimos anos, um forte processo de expansão, crescimento e concentração empresarial. As principais empresas de varejo se tornaram parte do ranking das maiores transnacionais no mundo e se tornaram um dos atores mais importantes no processo de globalização capitalista. Seu surgimento e desenvolvimento mudaram radicalmente a nossa forma de comer e de consumir, submetendo nossas necessidades básicas a uma lógica comercial e aos interesses

econômicos das grandes empresas do setor. Produz-se, distribui-se e come-se aquilo que é considerado mais rentável (p. 169).

O setor do varejo é dominado mundialmente por grandes companhias como o Walmart (EUA), Carrefour (França) e Tesco (Reino Unido). As duas primeiras, junto do Grupo Pão de Açúcar, são as principais representantes de domínio hegemônico do mercado brasileiro (ABRAS, 2020). Com a crescente expansão do autosserviço das grandes redes de supermercados entre 1980 e 1990, no Brasil, os supermercados permaneceram voltados para o atendimento da demanda dos bairros das classes dominantes onde se tinha maior poder de compra. No entanto, a partir dos anos 2000, as grandes redes de supermercados passam a se territorializar também fora dos grandes centros, criando redes comerciais descentralizadas como forma de aproveitar a dinâmica de crescimento e potencial de consumo das regiões periféricas (LUCCI, 2013).

As redes de supermercados impõem uma nova lógica de abastecimento, oferta, relação social e *marketing* de venda de produtos que se diferenciam dos equipamentos tradicionais como: feiras livres, empórios e armazéns, mercearias, açougues e padarias. Um dos exemplos é a escala de circuitos - se a oferta de produtos dos equipamentos tradicionais é principalmente referenciada pelo abastecimento de alimentos *in natura* e processados produzidos na escala local e regional, os supermercados ampliam seus circuitos ao imporem uma escala global de oferta de produtos em suas prateleiras. Essa migração do consumo para os supermercados estabelece um processo de transformação do perfil dos hábitos e regimes alimentares dos consumidores. Segundo Gomes Junior; Pinto; Leda (2016):

Se no circuito do varejo convencional, a qualidade, sanidade e segurança dos produtos estavam hipotecadas ao proprietário vendedor – fosse ele feirante, açougueiro, padeiro ou dono de empório, armazém ou mercearia –, nos supermercados, essa responsabilidade ou confiança se encontraria na bandeira da rede. [...] À noção de modernidade que o autosserviço incorporou, seguiram-se modismos alimentares representados pelo consumo acentuado de produtos a requerer pouco tempo de preparo, embora isso implique o ultra-processamento e suas inevitáveis adições de componentes artificiais destinados a realçar sabores, intensificar cores e aromas e, principalmente, estender a validade desses alimentos (p. 66).

Um efeito desta tendência, de acordo com o **Atlas do Agronegócio**, é que os hábitos alimentares não estão mudando apenas nos países desenvolvidos, mas também nos países emergentes e em desenvolvimento. Os alimentos não

processados estão sendo substituídos cada vez mais por refeições altamente processadas e prontas, o que vem causando graves consequências na saúde e na soberania alimentar da população brasileira (SANTOS; GLASS, 2018).

Para que possamos analisar o perfil dos hábitos alimentares nacionais e suas possíveis transformações na contemporaneidade, discutiremos brevemente os dados apresentados pela recente **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018): Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil**, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde (MS).

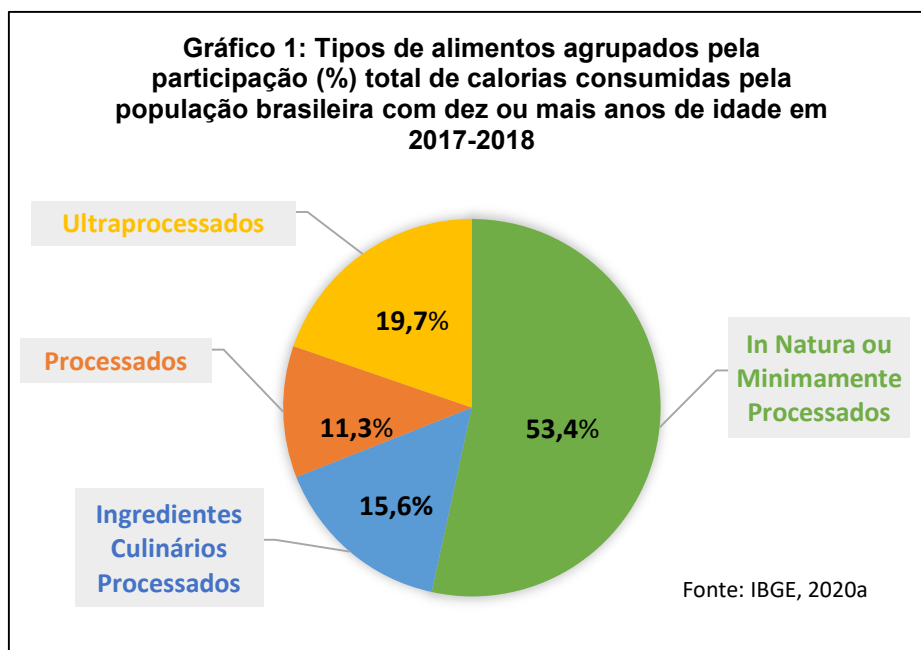
### **2.3.2. Breve apresentação e discussão dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil**

O principal objetivo das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) é apresentar informações sobre a composição orçamentária doméstica e condições de vida da população, alimentando base de dados para estudos sobre o perfil nutricional dos brasileiros. As coletas de dados atualmente são feitas em todas as regiões do país, os resultados apresentaram informações quantitativas segundo os recortes geográficos (regiões), situação rural e urbana e classes de rendimento. As POF's contam com duas edições anteriores (2002-2003) e (2008-2009) e a pesquisa mais atual coletou dados entre (2017-2018) e teve como destaque a apresentação de dados do Consumo Alimentar Pessoal (IBGE, 2020a).

Os dados mais recentes da **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Primeiros Resultados** apontaram que a alimentação representa a terceira principal despesa de consumo monetário e não monetário das famílias brasileiras. A principal despesa é a habitação, que corresponde à (36,6%), em seguida os gastos com transporte (18,1%), alimentação (17,5%), assistência à saúde (8,0%), educação (4,7%) e outros (15,2%). O estudo aponta que as famílias com até 1,9 mil de renda mensal (até 2 salários mínimos) destinam 61,2% de seus gastos à alimentação e habitação no Brasil (IBGE, 2019a).

A pesquisa do POF 2017-2018 sobre a **Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil**, publicada em 2020, apresenta dados sobre a ingestão alimentar individual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, idade, renda familiar

mensal, situação urbana ou rural e por grandes regiões. A pesquisa POF 2017-2018 apontou que para o total da população brasileira, 53,4% das calorias consumidas são provenientes de alimentos *in natura* ou minimamente processados, 15,6% de ingredientes culinários processados, 11,3% de alimentos processados e 19,7% de alimentos ultraprocessados (Consultar Gráfico 1) (IBGE, 2020a).



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil (IBGE, 2020a). Adaptação: Próprio autor.

Dentre os alimentos *in natura* e minimamente processados consumidos em domicílio, o arroz correspondeu a 11,1% das calorias totais, vindo, a seguir, a carne bovina com 7,4%, o feijão com 6,6%, a carne de aves com 5,4%, as frutas com 3,1%, o macarrão com 2,8% e o leite com 2,5%. Dentre os alimentos ultraprocessados, a margarina correspondeu a 2,8% das calorias totais, vindo, a seguir, o biscoito salgado e salgadinho "de pacote" com 2,5%, os pães com 2,1%, os biscoitos doces com 1,7% e os frios e embutidos com 1,6% (IBGE, 2020a, p. 62).

Os principais resultados da POF 2017-2018, comparado ao POF 2008-2009, apontam que o consumo alimentar ainda combina a dieta tradicional brasileira à base de arroz e feijão com alimentos de teor reduzido de nutrientes e de alto teor calórico (processados e ultraprocessados). Porém, observou-se que entre o POF 2008-2009 e o POF 2017-2018, houve redução do consumo de arroz e feijão e aumento do consumo de sanduíches, o que não significa afirmar que um ocupou diretamente o



lugar do outro na dieta alimentar. O consumo de refrigerantes também reduziu em todas as classes econômicas, porém sua quantidade de consumo continua elevada (67,1 g/dia) (IBGE, 2020a).

Em relação ao total calórico, a porcentagem de consumo de alimentos ultraprocessados teve maior expressividade entre o grupo dos adolescentes (26,7%), intermediária entre adultos (19,5%) e menor entre idosos (15,1%). Em análises comparativas das últimas pesquisas observou-se que o consumo de ultraprocessados segue crescendo no país. Na edição do POF 2002-2003, representavam 12,6% das calorias, em 2008-2009 chegaram a 16%, e na mais recente pesquisa de 2017-2018 atingiram 19,7%. Entre o período de 2002 e 2018 observou-se um aumento de 7 pontos percentuais no valor total de calorias oriundas de alimentos ultraprocessados consumidos pelos brasileiros (IBGE, 2020a).

Ao analisarem os dados do POF 2008-2009, Maria Laura da Costa Louzada et al. (2015), no artigo **Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta do Brasil**, concluíram que o perfil nutricional da dieta dos brasileiros em geral apresentou elevado índice de ingestão de alimentos ultraprocessados, característica que gera impactos negativos na saúde e na qualidade da alimentação da população. De acordo com os autores, as dietas de consumo incorporadas de alimentos ultraprocessados apresentam carências em fibras e potássio e acabam por aumentar a densidade energética, os teores de açúcar, de gordura saturada e de gordura trans no organismo. Dietas com esse perfil elevam o risco de ganho excessivo de peso e aumentam a morbimortalidade por doenças cardiovasculares. A ingestão insuficiente de fibras e potássio aumentam o risco de obesidade, diabetes, hipertensão arterial e vários tipos de câncer (LOUZADA et al., 2015).

Desta forma, os autores concluíram que os resultados da POF 2008-2009 indicaram que a tendência crescente no Brasil de substituir refeições tradicionais baseadas em alimentos *in natura* ou minimamente processados por alimentos ultraprocessados causam significativos prejuízos à saúde. Amparados pelo GAPB, os autores reafirmam a recomendação para que se evite o consumo dos alimentos ultraprocessados (LOUZADA et al., 2015).

Os resultados da mais recente POF 2017-2018, no que corresponde ao índice de consumo de alimentos ultraprocessados pela população brasileira, seguiu a

tendência indicada na POF 2008-2009, porém com um aumento significativo do percentual calórico relativo total aos demais alimentos consumidos (19,7%). Fica evidente que a dieta alimentar brasileira é composta majoritariamente por alimentos *in natura* ou minimamente processados (53,4%), indicados pelo GAPB como os principais alimentos na garantia de uma dieta saudável. No entanto, essa mudança no padrão dos hábitos alimentares, que substitui alimentos *in natura* por ultraprocessados, observado com maior expressividade nas áreas urbanas, mas com crescente evolução nas áreas rurais, gera preocupações nas esferas das políticas de saúde e nutrição, pois este perfil de consumo acaba por provocar o aumento da insegurança alimentar e do número de doenças crônicas como diabetes e hipertensão arterial na população (IBGE, 2020a).

No entanto, temos que tomar cuidado para não cairmos em uma tendência de discurso elitista, ao considerar que as populações que têm o hábito de ingerir alimentos ultraprocessados são inferiores ou de menor cultura a aquelas que têm hábitos de alimentação mais saudáveis. Sabemos que as mudanças nos hábitos de consumo são transformações processuais e lentas e que a conscientização entre a formação do desejo e a possibilidade de consumo de alimentos saudáveis são questões a serem construídas coletivamente pela sociedade. As campanhas de educação alimentar, programas de combate à fome, transferência de renda e de apoio à agricultura familiar são caminhos possíveis e recomendados, porém para que a soberania alimentar e práticas de alimentação mais justas e saudáveis sejam possíveis, se faz necessário realizar reformas estruturais na produção, no acesso e no consumo de alimentos.

## 2.4. SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: DESAFIOS E DIREITOS NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO

### 2.4.1. Breve histórico do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - uma leitura através da FAO e Banco Mundial

A propagação do termo *Segurança Alimentar*, de acordo com Marques (2010), deriva da primeira metade do século XX, utilizada no contexto militar pelos países capitalistas durante as grandes guerras mundiais (1914-1945). A segurança alimentar

estava associada, neste momento, ao papel estratégico dos alimentos como “armas militares” na garantia da ordem, defesa territorial e soberania nacional.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO) é criada após a 2ª Guerra Mundial, em 1945, enquanto uma agência ligada a Organização das Nações Unidas (ONU). Seus principais objetivos eram erradicar a fome, a pobreza e fomentar o progresso econômico. O conceito de segurança alimentar, neste momento, estava bastante associado às crises de fome no planeta. Josué de Castro foi um dos responsáveis pela fundação da FAO, atuando entre 1952 e 1956 como presidente do Conselho Executivo. Desempenhou papel importante na denúncia da fome enquanto fenômeno da ordem político-econômica. Afirmava que as motivações da fome mundial não eram de origem técnica ou natural, mas sim de origem política, fabricada pelos homens contra outros homens (CASTRO, 1984 [1946]; ANDRADE, 1997).

Em 1974, a FAO organiza a I Conferência Mundial sobre Alimentação com o objetivo de discutir os problemas da fome a nível mundial. Como resultado desta conferência, chegou-se à conclusão, por parte das nações capitalistas dominantes (EUA e Europa), que as causas da fome eram derivadas dos baixos estoques de alimentos nos países, ou seja, que a problemática da fome estava diretamente relacionada com a baixa produção e disponibilidade de alimentos para a população mundial. A garantia da segurança alimentar era pautada neste contexto, pelos países capitalistas, a partir da disponibilidade e oferta de alimentos, apostando no processo de produção e aumento dos estoques como saída para a amenização das crises de fome. Como efeito deste discurso, influenciados em parte pela teoria (neo)malthusiana, os países desenvolvidos começaram a aplicar políticas liberais de comércio para fortalecimento da produção e mercantilização de alimentos, amparados nas novas tecnologias agrícolas e uso intensivo da terra (RIBEIRO JUNIOR, 2015).

A teoria (neo)malthusiana se fortaleceu ao fim da 2ª Guerra Mundial com a explosão de natalidade nos países em desenvolvimento. Thomas Malthus (1776-1834) defendia a teoria demográfica, em que a sociedade estaria caminhando para um colapso de fome e inanição. De acordo com ele, a população mundial crescia em progressão geométrica, enquanto a produção e oferta de alimentos cresciam em progressão aritmética. Para resolução deste problema teórico, Malthus defendia a implementação de políticas de controle de natalidade, baseado em preceitos cristãos

de abstinência sexual e planejamento familiar. A teoria (neo)malthusiana, pós 2ª Guerra Mundial, passa a também defender o aumento da produtividade da terra com uso intensivo de novas tecnologias (mecanização, maquinário e indústria química). Como abordamos anteriormente, a partir do uso das novas tecnologias, ocorreram drásticas transformações no modo de produção da agricultura mundial a partir da implementação da Revolução Verde, que tinha como discurso acabar com a fome, mas acabou aprofundando-a nos países em desenvolvimento.

A teoria (neo)malthusiana reconhecida e defendida pela sociedade burguesa do século XIX e XX, se demonstrou ultrapassada e incoerente, primeiro porque a população não cresceu em progressão geométrica como se previa, segundo porque a falta de alimentos no mundo não estava relacionada com sua baixa produção ou com o crescimento populacional, mas sim com a sua concentração nos países ricos e cerceamento de acesso aos países pobres. Se existe fome no mundo hoje não é pelo que Malthus alertava, mas por consequência de ações de quem nele se baseava ideologicamente.

Na década de 1970 o conceito de segurança alimentar e sua definição estavam relacionados à política de *oferta* e produção de alimentos, já na década de 1980 a política de *acesso* aos alimentos começa a ser pautada, pois a simples oferta não garantiria diretamente o acesso e consumo dos mesmos para a superação das crises de fome (RIBEIRO JUNIOR, 2015; SEN, 1981) No entanto, José Raimundo Ribeiro Junior (2015) chama a atenção de que essa nova compreensão não é tão distinta da anterior se analisada pelo viés das relações sociais capitalistas. Para o autor, o mito da escassez (neo)malthusiana de alimentos é cooptada pelo discurso capitalista com a objetivo de introduzir o poder de compra como saída única para resolução da problemática da fome mundial e possibilidade de acesso aos alimentos.

Ainda de acordo com Ribeiro Junior (2015), o Banco Mundial na década de 1980, passa a associar a noção de insegurança alimentar ao poder de compra das famílias e nações. Segundo o relatório (Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries), publicado pelo Banco Mundial, em 1986,

A análise das causas da insegurança alimentar conclui que a principal causa não é a falta de oferta ou mesmo os altos preços. A causa principal é o fraco poder de compra de alguns domicílios e nações (WORLD BANK, 1986, p. 13 apud RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 23).

Desta forma, o Banco Mundial associa diretamente a ideia de insegurança alimentar à noção de extrema pobreza e, a partir de 1990, passa a atuar conjuntamente com a FAO nas políticas de segurança alimentar e no plano de metas para erradicação da fome mundial. Observa-se, nesse período, como que o termo *fome* foi gradualmente substituído por *insegurança alimentar*, por parte das agências e instituições internacionais. Ribeiro Junior (2015), observa que, neste contexto, o projeto neoliberal caminhava junto com o perfil das políticas sociais e que as organizações supracitadas desempenhavam estratégias paliativas para o combate à fome, sem propor reais reformas estruturais nas políticas de acesso à alimentação. Tais ações pautaram-se em políticas neoliberais, focando no poder econômico de compra e transformação dos cidadãos em consumidores como principais estratégias de saída para as crises de fome no mundo.

O Banco Mundial passou a estabelecer, naquele momento, como ponto de corte para mensurar as populações em situação de extrema pobreza, e consequentemente suscetíveis à fome, aquelas que recebiam menos de U\$ 1,00 por dia. Ou seja, passou a considerar a existência da fome no mundo através da escala de renda, medida pelo poder de compra (RIBEIRO JUNIOR, 2015).

O instrumento utilizado pela FAO para mensurar a quantidade de pessoas que passam fome no mundo é, até hoje, o indicador de prevalência de desnutrição, que mede o percentual calórico energético correspondente a quantidade de alimento consumido. A FAO reconhece que a linha de extrema pobreza utilizada pelo Banco Mundial como instrumento para mensurar a fome, apresenta limites e é insuficiente para seu objetivo, pois podem existir casos de fome fora desta escala, bem como existir casos de segurança alimentar dentro desta escala (RIBEIRO JUNIOR, 2015). A partir de 1996, a FAO passa a se orientar pela política de segurança alimentar e nutricional definida pelo Plano de Ação aprovado na Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em Roma – Itália. O objetivo principal deste plano era reduzir o número de pessoas subnutridas no mundo pela metade até 2015, focando também em questões referentes à qualidade dos alimentos e aos padrões de consumo alimentar (BELIK, 2012). A noção de Segurança Alimentar apresentada pela Cúpula Mundial de Alimentação contava com a seguinte definição:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros nutritivos e

suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã (FAO, 1996, n.p.).

A cúpula Mundial de Alimentação se apresentou como um marco nas políticas de segurança alimentar à nível mundial, passando a contemplar a escala individual, do domicílio e das nações. Desta forma, definiu-se quatro dimensões de atuação de políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar: a disponibilidade, o acesso, a estabilidade e a utilização dos alimentos. Sobre isto, Walter Belik (2012), destaca que há nessa declaração da Cúpula Mundial de Alimentação, uma relação clara entre pobreza e subnutrição, atribuindo ao Estado a responsabilidade pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

No entanto, apesar da FAO se orientar nestas quatro dimensões, para definição de sua política de segurança alimentar, ela continua “estabelecendo metas e quantificando a insegurança alimentar a partir de cálculos que consideram somente o “déficit de energia”, ou seja, a ingestão de calorias abaixo daquilo que seria recomendado” (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 26).

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior (2015), em sua tese de doutorado **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**, argumenta que os instrumentos de mensuração da fome adotados tanto pelo Banco Mundial (renda), quanto pela FAO (prevalência de desnutrição por déficit de energia calórica), são insuficientes para abarcar a real existência de fome no mundo, pois de acordo com o autor, esses medidores subdimensionam a fome ao considerarem somente a existência da fome na escala de insegurança alimentar grave ou severa, desconsiderando os casos de fome crônica ou oculta (CASTRO, 1984 [1946]), travestidas de insegurança alimentar leve.

No Brasil, desde a década de 1930, a discussão da fome enquanto problema político e econômico é realizado, de forma precursora, por Josué de Castro. No entanto, a utilização do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), só começou a ser utilizado no rol das políticas públicas a partir dos anos 1980. Josué de Castro nomeava a questão pelo seu verdadeiro nome: *Fome*. É importante realizar análise de como que a nomenclatura *Insegurança Alimentar* foi aos poucos ocupando o lugar do termo *Fome* nos documentos e relatórios institucionais e questionar os

eufemismos que marcam o debate, de forma a problematizar como o termo Insegurança Alimentar vem sendo utilizado, como forma de diminuir o tamanho ou real sentido da fome no mundo, escamoteando-a da linguagem oficial (BELIK, 2012; RIBEIRO JUNIOR, 2015).

Não se trata aqui, através desta análise, desconsiderar ou desacreditar a importância e pertinência dos trabalhos desenvolvidos pelas agências e instituições internacionais ligadas à ONU, na promoção da SAN e no combate contra a fome mundial, aliás, a sua existência é mais do que necessária. Nem é essa também a intenção de Ribeiro Junior (2015), autor a qual nos referenciamos para aprofundamento de tais análises. Porém, se faz necessário realizar críticas pontuais à forma como tais políticas são desenvolvidas atreladas à agenda neoliberal das grandes potências mundiais (empresas e Estados), a fim de trazer à tona pontos fundamentais no debate de propostas de avanço das ações e políticas de erradicação da fome à nível mundial.

#### **2.4.2. As políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar no Brasil**

No Brasil, as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), derivam em grande parte das pautas e diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), através da FAO. Em 2006, a partir da reivindicação da sociedade civil organizada que atuava no campo da alimentação e políticas de combate à fome, foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei Orgânica nº 11.346, de 15 de setembro, que pauta a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). O artigo 2º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) dispõe que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, n.p.).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se baseia, no direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para a garantia da saúde e bem estar da população. A concepção de SAN vai para além da produção e disponibilidade de alimentos e se configura como política pública de seguridade social, ligada a outros direitos essenciais tais como moradia, educação e saúde. A prática da SAN envolve também a promoção do respeito à diversidade cultural e da sustentabilidade econômica e social (MALUF; REIS, 2013).

Desta forma, a SAN se refere ao direito de todo cidadão estar seguro contra a fome e a desnutrição, em consonância com a preservação da sua cultura alimentar. Ou seja, “o objetivo da SAN engloba não apenas comer regularmente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade e adequados aos hábitos culturais, que estejam baseados em práticas saudáveis e que valorizem a dimensão do prazer” (MALUF; REIS, 2013, p. 17). A garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) é dever do Estado e envolve o respeito à diversidade de culturas e de hábitos dos povos, pessoas, famílias e grupos sociais, como requisito para se alcançar a Soberania Alimentar (MALUF; REIS, 2013).

O conceito de Soberania Alimentar é balizado por processos de construção política popular na luta contra a exclusão e desigualdades sociais, parte do princípio do direito de os povos definirem de maneira soberana suas próprias estratégias de produção e consumo de alimentos. A definição de soberania alimentar, resultante do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana – Cuba em 2001, é:

O direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, n.p.).

A soberania alimentar surge como um princípio político que realiza contraponto à SAN, diz respeito à autonomia e soberania dos povos sobre o direito do que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Para os movimentos socioterritoriais do campo e pequenos agricultores, a essência da soberania alimentar reside em



poder decidir o que cultivam, que tenham acesso à terra, à água, às sementes. De acordo com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como a Via Campesina Internacional, a soberania alimentar é mais que um conceito,

[...] é um princípio que orienta a luta camponesa. É uma proposta alternativa de produção e consumo, que apoia os povos em sua luta contra o agronegócio e as políticas neoliberais promovidas por intuições financeiras e transnacionais (MPA, 2016, n.p.).

Para Rita Zanotto (2017), o movimento em torno da soberania alimentar vai além da segurança:

Ser soberano é produzir, comercializar localmente, vinculado à cultura, ao modo de vida de cada povo, afastando a dependência dos grandes mercados que veem os alimentos, na água, na natureza como mercadorias. Segundo esta concepção, a soberania passa pela saúde humana e da natureza, e, portanto, a diversidade nos cultivos é que dá o equilíbrio entre os seres (p. 52).

A promoção da SAN, com respeito à soberania, demanda ações diretas na garantia de acesso aos territórios tradicionais, aos bens da natureza de maneira equilibrada, incluindo acesso às sementes e à água para produção e consumo de alimentos. Este caminho envolve o fortalecimento da agricultura familiar, da produção orgânica e agroecológica, da proteção dos sistemas agroextrativistas, de ações específicas para povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais. Desta forma, a promoção da soberania alimentar se diferencia da SAN, à medida que a sua pauta se posiciona para além da esfera de acesso à alimentação, mas sim ao acesso e direito à terra e territórios para produção de alimentos.

A construção histórica da SAN, Soberania Alimentar e DHAA envolve a atuação e engajamento de diversas redes locais, nacionais e globais, articuladas principalmente pelos movimentos socioterritoriais e conselhos de política alimentar. No Brasil, o principal órgão institucional responsável por ações e políticas de desenvolvimento da SAN é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Criado em 1993, no governo de Itamar Franco, pelo Decreto 807/1993, na busca de soluções para o problema da fome e miséria, teve inicialmente curta duração, uma vez que foi extinto e substituído, em 1995, pelo Programa Comunidade Solidária, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal interrupção

prejudicou o desenvolvimento e aprofundamento das ações de combate à fome. No entanto, destaca-se no ano de 1994, a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), organizada pelo Consea em parceria com a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que tinha como um de suas lideranças o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, um dos ícones brasileiros no combate à fome, que ficou nacionalmente conhecido por sua forte atuação junto aos movimentos sociais, na luta pelos direitos humanos e pelo lema - *Quem tem fome, tem pressa* (MALUF; REIS, 2013).

Como resultado da I CNSA, foi produzido um documento programático com proposta para realização de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, cujo objetivo era:

Ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; e assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis (MALUF; REIS, 2013, p. 37).

Em 2003, na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Consea é reinstituído como órgão colegiado brasileiro atuando na formulação, monitoramento, avaliação e garantia das políticas públicas de SAN e DHAA nas escalas nacional, estadual e municipal, em conjunto com a sociedade civil. As inúmeras ações produzidas e articuladas no CONSEA foram reconhecidas, em 2014, pelas Nações Unidas, como responsáveis pela saída do Brasil do Mapa da Fome, publicado pela FAO.

No entanto, no dia 1º de janeiro de 2019, uma das primeiras ações do novo presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, foi extinguir o Consea, através da Medida Provisória (MP nº 870). Tal medida representa um grave retrocesso nas políticas de segurança alimentar e combate à fome, inviabilizando a participação direta da sociedade civil na garantia do DHAA e da aplicação da SAN à nível nacional.

Atualmente a fome e a insegurança alimentar são definidas e quantificadas no Brasil através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que utiliza como referência a metodologia empregada pela FAO. A EBIA realiza classificações, de modo a hierarquizar a intensidade da segurança alimentar nas famílias brasileiras, através de uma escala psicométrica, que avalia as dimensões da segurança alimentar

e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome (MDS, 2014). A metodologia utilizada pela EBIA é fruto da adaptação do indicador *Cornell*, desenvolvido nos Estados Unidos e empregado pelo seu Departamento de Agricultura (*United States Department of Agriculture - USDA*) e pela FAO, desde 1990, para avaliação da (in)segurança alimentar familiar. A metodologia *Cornell*, classifica a (in)segurança alimentar em 04 diferentes níveis escalares (BRASIL, 2014b):

- 1) Segurança alimentar no domicílio (equivale a SA)
- 2) Insegurança alimentar em nível domiciliar (equivale a IA leve)
- 3) Insegurança alimentar entre adultos da família (equivale a IA moderada)
- 4) Insegurança alimentar entre crianças (equivale a IA grave/ severa)

No Brasil a aplicação da EBIA é promovida, desde 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)<sup>23</sup>, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Os dados mais recentes sobre (in) segurança alimentar no Brasil, referentes aos anos de 2017 e 2018, migraram da PNAD e passaram a ser publicados através da POF.

De acordo com a classificação da EBIA:

Conceitualmente, a SA [Segurança Alimentar] reflete o pleno acesso dos moradores dos domicílios aos alimentos, tanto em quantidade suficiente como em qualidade adequada. Nesta circunstância de acesso pleno, a pessoa entrevistada sequer relata preocupação ou iminência de sofrer qualquer restrição alimentar no futuro próximo. Os domicílios são classificados como em situação de IA leve quando aparece referência à preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e já se verifica comprometimento da qualidade da alimentação no domicílio e moradores ou os adultos da família assumem estratégias para manter uma quantidade mínima de alimentos disponível aos seus integrantes. Nos domicílios com IA moderada os moradores, sobretudo os adultos da família, passaram a conviver no período de referência com restrição quantitativa de alimentos. O nível de IA grave significa que, além dos membros adultos, as crianças, quando presentes, também passaram por privação severa no consumo de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais aguda, a fome (IBGE, 2020b, p. 27-28)

Desta forma, de acordo com a classificação da EBIA, a fome só é considerada em casos de insegurança alimentar grave, quando há privação de alimentos entre

---

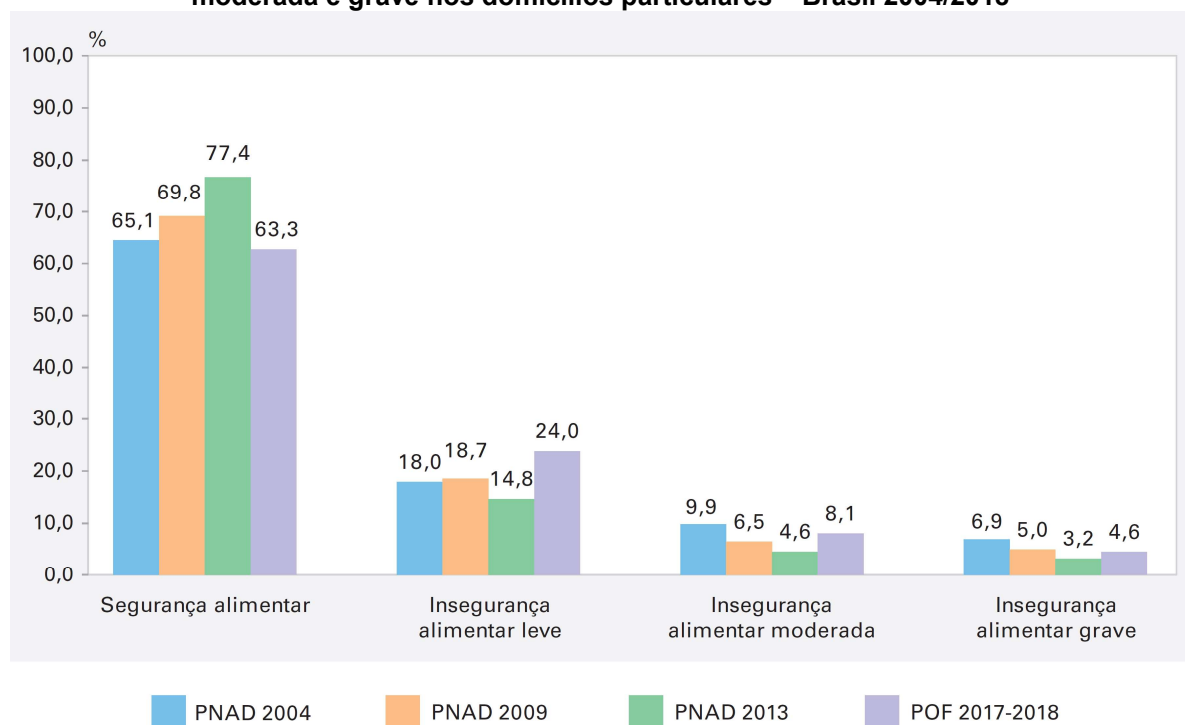
<sup>23</sup> O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi incorporado ao Ministério da Cidadania em 2019, pela atual gestão do Governo Federal Brasileiro.

adultos e/ou crianças em um mesmo domicílio. No entanto, Ribeiro Junior (2015) defende que a fome também deva ser considerada em casos de (in)segurança alimentar moderada, pois compreende que a restrição quantitativa de alimentos em um domicílio já se caracterize como exemplo de experiência de fome.

De acordo com os dados da POF 2017 – 2018: **Análise da Segurança Alimentar do Brasil**, publicados pelo IBGE em 2020, se identificou que dos 68,9 milhões de domicílios particulares no Brasil registrados pela pesquisa, 63,3% se encontravam em situação de Segurança Alimentar (SA) e 36,7% dos domicílios com algum grau de Insegurança Alimentar (IA). Dentre os diferentes graus de insegurança alimentar: 24,0% de domicílios foram considerados com Insegurança Alimentar Leve; 8,1% vivendo em situação de IA Moderada; e 4,6% (cerca de 3,1 milhões de domicílios) classificados com IA Grave, situação onde pelo menos uma pessoa moradora do domicílio reportou ter tido alguma experiência de fome nos últimos 3 meses antes da aplicação do questionário (IBGE, 2020b).

Ao analisar comparativamente os dados com as pesquisas anteriores, observa-se que entre 2004 e 2013 os índices de Segurança alimentar aumentaram de maneira proporcional com a queda da Insegurança alimentar leve, moderada e grave no país. No entanto, os dados mais recentes referentes a 2017 e 2018 mostram uma tendência inversa, com queda significativa no percentual de Segurança alimentar e aumento dos níveis percentuais dos diferentes graus de Insegurança alimentar nos domicílios brasileiros (ver Gráfico 2).

**Gráfico 2: Evolução da prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares – Brasil 2004/2018**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2020b)

Ainda de acordo com a pesquisa POF 2017-2018, a área rural concentra o maior número de moradores em domicílios particulares em situação de insegurança alimentar: 52,1% (21,9% IA moderada ou grave). Na área urbana, o percentual de Insegurança alimentar registrado foi de 39,1%, com 12,6% configurada como IA moderada ou grave (IBGE, 2020b). Tais índices refletem que a predominância da fome se encontra em maior peso nas áreas rurais, tendência observada não só no Brasil, mas também na escala global (MAZOYER; ROUDART, 2010; ESTEVE, 2017; FAO, 2020).

A situação de Insegurança Alimentar (IA), analisadas a partir das cinco Grandes Regiões brasileiras, demonstrou uma maior proporção percentual de IA nas regiões Norte, com 57,0% e Nordeste, 50,3%. Na Região Sudeste o percentual de domicílios em situação de IA foi 31,2%; na Região Sul 20,7%; e 35,2% no Centro-Oeste. Os índices de IA Grave (fome) seguem a mesma proporção de desigualdade observadas anteriormente, com índices de 10,2% e 7,1% para as regiões Norte e Nordeste

respectivamente. Nas regiões Sudeste e Sul, a prevalência de IA Grave foram de 2,9% e 2,2%, e na região Centro-Oeste, 4,7% (IBGE, 2020b).

### **2.4.3. As contribuições de Josué de Castro para pensar a problemática da fome no Brasil**

Como forma de discutir a questão da fome no Brasil de maneira mais aprofundada, é válido trazer as contribuições do geógrafo Josué de Castro, precursor dos debates sobre a fome e proponente de políticas públicas para sua erradicação. Foi Josué quem consolidou o estatuto político e científico da fome no Brasil, quando trouxe à tona a sua problemática e esforço para a quebra deste tabu social.

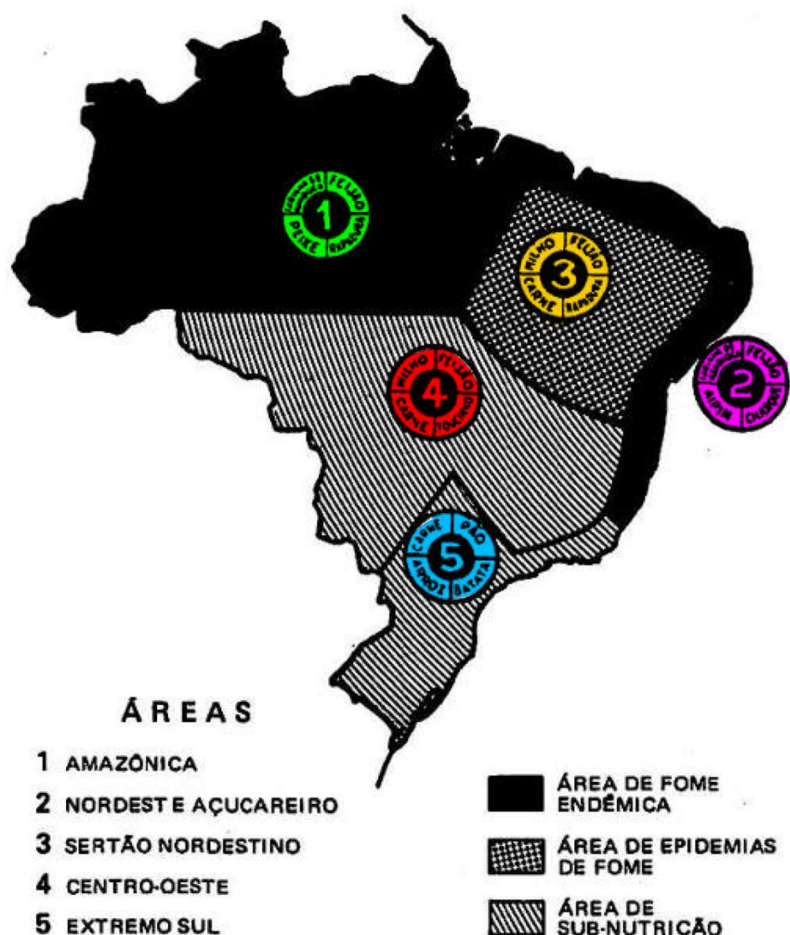
No livro **Geografia da Fome** (1984 [1946]), Josué de Castro trabalha o conceito de *Fome Oculta*, que significa a existência da fome em indivíduos mesmo quando há ingestão regular de alimentos. O que ele procura problematizar é que a fome não se mede exclusivamente pela ausência ou privação de consumo de alimentos, mas também pela qualidade nutricional daquilo que se come. O autor realizou uma classificação da fome no Brasil a partir de três pares conceituais: A fome como individual ou coletiva; endêmica ou epidêmica; parcial (oculta) ou total. Segundo ele, o objetivo trabalhado no livro **Geografia da Fome**, foi:

[...] analisar o fenômeno da fome coletiva — da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da **fome parcial**, da chamada **fome oculta**, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho (CASTRO, 1984 [1946], p. 37 **[grifo nosso]**).

Josué de Castro desempenhou papel fundamental em mostrar a generalidade do fenômeno da fome e como ela se comportava em diferentes áreas e, desta forma, propôs a espacialização da fome no Brasil (ver Figura 3) a partir de cinco áreas alimentares: Amazônia, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e

Extremo Sul, cada área apresentando um regime alimentar específico, condicionado por particularidades históricas, geográficas, econômicas, sociais e culturais.

Figura 3: Mapa das áreas alimentares do Brasil



Fonte: Castro, 1984 [1946], p. 41. Adaptação: Próprio autor.

As áreas alimentares da Amazônia e Nordeste Açucareiro são classificadas como áreas de fome endêmica, o Sertão Nordestino como de fome epidêmica, já o Centro-Oeste e Sul são classificados como áreas de fome atenuada ou de subnutrição. As *áreas alimentares* são concebidas por Josué como uma determinada região geográfica que dispõe de recursos típicos, baseada em determinados produtos regionais que influenciam o perfil biológico e sociocultural, a partir da dieta de seus habitantes (CASTRO, 1984 [1946]).

As *áreas de fome*, de acordo com o autor, são:

[...] aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam

estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome) (p. 59).

Por *áreas de subnutrição*, concebe uma determinada área geográfica em que “os desequilíbrios e as carências alimentares, sejam em suas formas discretas ou subclínicas, [...] atingindo grupos reduzidos, representantes de determinadas classes, e não massas inteiras de populações” (CASTRO, 1984 [1946], p. 69). Desta forma, as áreas de fome atenuada ou de subnutrição, são classificadas pelo autor, como exemplos de *fome oculta*, presente de forma constante em parcela da população, porém de forma parcial, diferente da *fome total*, que se refere a casos de inanição e fome severa.

Josué de Castro afirmou que, mais grave ainda que a fome aguda e total, é o fenômeno da fome crônica, parcial ou oculta, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo. Ao realizar, através de seu estudo, panorama geral sobre a alimentação brasileira na década de 1940, Josué de Castro (1984 [1946]) concluiu que:

A alimentação do brasileiro tem-se revelado, à luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos. Numas regiões, os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de **fome crônica**; noutras, são mais discretos e tem-se a **subnutrição**. Procurando investigar as causas fundamentais dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica (p. 58 **[grifo nosso]**).

Através da vasta obra de Josué de Castro e de suas contribuições sobre o tema da fome e da alimentação na Geografia, fica clara a sua preocupação em realizar análises integradas da realidade, considerando sempre as perspectivas da Geografia Física e as perspectivas ecológicas, políticas e sociais da Geografia Humana. Retomando a questão pelo viés conceitual, Josué de Castro coloca a questão do seguinte modo:

O primeiro obstáculo para se abordar cientificamente o estudo da alimentação é a vastidão do problema, a multiplicidade de perspectivas em que ele se pode apresentar. [...] Para ser estabelecida uma alimentação racional fundada sobre princípios rigorosamente científicos, alimentação que constitui a necessidade mais premente da vida e condição essencial para uma eficaz atividade produtiva de um povo, numa determinada região, são precisos, de um



lado, estudos aprofundados da fisiologia da nutrição, dos caracteres físicos e morais do povo dessa região, de sua evolução demográfica e de outro lado, estudo das condições físicas do meio, das suas condições econômicas, da organização social e dos gêneros de vida dos seus habitantes (CASTRO, 1937, p. 22).

Josué de Castro dá atenção para as características do meio, composição mineral do solo, clima, na busca de encontrar as variedades de elementos que poderiam caracterizar índices de carência nutricional dos vegetais cultivados/coletados (verduras, legumes, grãos, entre outros) que compõem as dietas dos regimes alimentares dos povos em cada região. Josué de Castro identifica que os solos da região Amazônica por exemplo, apresentam carência de ferro, cálcio e cloreto de sódio, devido aos processos de lixiviação e lateralização. Essa carência mineral do solo é transferida para os vegetais e conseqüentemente, para os grupos que deles se alimentam. No entanto, Josué de Castro identifica que o problema da fome no Brasil não está unicamente relacionado com o perfil da dieta dos povos e com as carências minerais dos solos, o cerne do problema é também político (CASTRO, 1984 [1946]).

Diante deste cenário, Josué de Castro apresenta ao fim da obra **Geografia da Fome** (1984 [1946]), conclusões gerais organizadas em 10 tópicos, a fim de sintetizar a problemática da fome e apontar caminhos para sua erradicação. Entre os tópicos, Josué destaca a necessidade de realização de reformas na estrutura econômica e fundiária do país, o que possibilitaria promover maior integração econômica e equilíbrio de distribuição de renda visando o bem estar social coletivo. De acordo com ele:

A dualidade da civilização brasileira, com a sua estrutura econômica bem integrada e próspera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo semicolonial, com manifesta tendência à monocultura latifundiária, é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro (CASTRO, 1984 [1946], p. 303).

E continua,

Nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado, daí a importância da meta "Alimentos para o povo", ou seja, "a libertação da fome". Esta dramática situação alimentar, expressão do subdesenvolvimento, nacional e das contradições econômicas que esta situação gera no país, [...] impõe a necessidade inadiável de uma política alimentar mais efetiva, que não seja apenas de paliativos e de

correção das falhas mais gritantes através de programas simplesmente assistenciais (CASTRO, 1984 [1946], p. 304).

Josué de Castro dirige severas críticas à má distribuição de renda no Brasil, insistindo no discurso de que a fome tem de ser tratada como um assunto urgente; de que é preciso quebrar o tabu, deixar de fingir que ela não existe e investir em políticas públicas sérias para que a mesma seja erradicada. Castro (1984 [1946]) questiona o fato de a fome ser tratada como um tabu até hoje em nossa sociedade e estabelece a seguinte análise sobre o tema:

A fome, no Brasil, é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa portanto da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante da saúde econômica da nação: a do pau-brasil, a da cana-de-açúcar, a da caça ao índio, a da mineração, a da lavoura nômade, a do café, a da extração da borracha, e finalmente a da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime da inflação. [...] Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (p. 146).

Josué de Castro enfatiza sua crítica a este tabu e discute a fome a nível mundial através da obra **Geopolítica da Fome**, publicada em 1951. Nesta obra, ele realiza também uma análise geográfica da fome, amparado no método regional, problematizando e apresentando dados qualitativos sobre a fome nos continentes da América, África, Ásia e Europa. Josué de Castro chega mais uma vez à conclusão que a problemática da fome está diretamente associada com a herança colonial, má distribuição das riquezas e dependência econômica dos povos, como fatores que geram pobreza e miséria ao longo do mundo.

Foi no livro **Sete palmos de terra e um caixão** (1965) que Josué fez sua maior condenação às causas da fome e suas relações políticas no Brasil. Escrito entre 1962 e 1964, quando Josué encontrava-se na Europa como embaixador brasileiro em Genebra, na Suíça, em abril de 1964 teve seus direitos políticos caçados pelo Ato

Institucional n.º 1<sup>24</sup> do regime Militar. Seu livro, que já se encontrava finalizado, foi lançado em 1965, denunciando às contradições das forças políticas do Nordeste na década de 1950, analisando os conflitos pela terra, as influências norte-americanas no Brasil e tecendo críticas à política agroindustrial da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), que para ele, deveria concentrar foco na agricultura de subsistência para o combate à fome, e não no desenvolvimento da agroindústria.

De acordo com ele, foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e política econômica da nossa chamada civilização ocidental que transformaram a fome em um tema proibido. Josué teve papel importante no movimento de internacionalização do debate da fome, entendendo que a mesma não é uma questão a ser tratada exclusivamente no âmbito nacional. Realizou, neste sentido, movimentações pela soberania de cada povo e estimulou a criação de agências e instituições internacionais, como a FAO e a ASCOFAM (Associação Mundial de Luta contra a Fome), com o objetivo de combater a fome no planeta e reduzir as desigualdades socioeconômicas.

#### **2.4.4. As políticas de combate à fome no Brasil: Programas técnicos e de assistência social a partir da década de 1930**

No campo das políticas alimentares ligadas a programas técnicos e de assistência social, ocorreram no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, a criação e de uma série de programas do Estado ligados à alimentação e nutrição.

Na década de 1930, destaca-se a criação do salário mínimo, política que contou com a participação direta de Josué de Castro. Na década de 1940, foram instituídos o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps - 1940); Comissão Nacional de Alimentação (CNA – 1945); o Instituto Nacional de Nutrição (INN – 1946) e a implementação de restaurantes populares nas áreas urbanas. A partir de 1950, foi

---

<sup>24</sup> Assinado em 09 de abril de 1964 pela Junta Militar, sob comando do General do Exército Artur da Costa e Silva, o Ato Institucional Nº1 decretava a suspensão por dez anos dos direitos políticos de todos os cidadãos vistos como opositores ao regime militar, além de convocar eleições indiretas para a Presidência da República Brasileira. Josué de Castro estava na lista de cassação, junto de nomes como Darcy Ribeiro (então Reitor da UnB) e Plínio de Arruda Sampaio (Deputado Federal relator do projeto de Reforma Agrária).

elaborado o Plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil, estabelecendo os primeiros inquéritos nutricionais no país. Em 1955, a Campanha de Merenda Escolar foi desenvolvida e permanece, até os dias atuais, sob o nome de Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (SILVA, 1995).

Na década de 1970, o Programa Nutrição Brasil (PNB) foi criado em convênio com o Banco Mundial no desenvolvimento de alimentos de baixo custo como política de combate à fome. Deriva-se daí a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Em 1975, foi iniciado o Programa de Nutrição em Saúde (PNS) com a proposta de distribuir, por meio das secretarias de saúde estaduais, alimentos básicos a gestantes, crianças e famílias de baixa renda. A partir de 1985 passou a se denominar como Programa de Suplementação Alimentar (PSA), contribuindo com redução de 40% da mortalidade infantil até 1990 (SILVA, 1995).

A partir de 1990, com exceção do Salário Mínimo, restaurantes populares e PNAE, todos os programas supracitados foram extintos. A implementação de novos programas sociais a partir de 1990, com objetivo de diminuição da extrema pobreza e erradicação da fome apresentaram relativo sucesso. Destacam-se, dentre eles, os programas federais Fome Zero e o Bolsa Família. Estes são frutos diretos da articulação da luta popular em busca do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e melhores condições de vida. O Fome Zero e o Bolsa Família, foram criados como programas de transferência de renda, desempenhando papel relevante na diminuição da extrema pobreza e fome no Brasil (BELIK, 2012).

É importante destacar que a implementação de tais programas só foi possível devido ao protagonismo da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses junto ao Consea e demais atores da sociedade civil. A saída do Brasil do Mapa da Fome (divulgado pela ONU) em 2014, deve-se em boa parte às políticas assistenciais de transferência de renda dos dois programas mencionados. No entanto, observa-se que os índices de fome no Brasil voltaram a aumentar em decorrência da retração econômica no país, o que põe em xeque a consistência das políticas neoliberais que vem sendo desenvolvidas com o objetivo de erradicação da fome no país, demonstrando que, de fato, precisamos caminhar para a execução de reformas estruturais mais profundas, a fim de proporcionar maior equidade entre os grupos sociais e soberania da classe trabalhadora.

#### 2.4.5. Dados da FAO sobre a fome a nível mundial

A FAO tem como meta acabar com a fome mundial e todas as formas de desnutrição até 2030. De acordo com o sumário executivo do Encontro Latino Americano: **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional – sistemas alimentares sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição** (2017), publicado pela FAO e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a América Latina possui alimentos suficientes para alimentar a sua população, mas o desafio é garantir uma oferta alimentar variada e saudável (FAO, 2017a). Desta forma, conclui-se que a problemática da fome não se encontra exclusivamente na disponibilidade de alimentos, mas na distribuição e acesso. No entanto, como observamos, não basta ter acesso aos alimentos, para alcançar a soberania alimentar, as populações devem ter direito a uma alimentação justa, saudável e que esteja alinhada com seus hábitos culturais e preferências de consumo.

Segundo o relatório da FAO, publicado recentemente: **Estado da segurança alimentar e nutrição no mundo (SOFI)**<sup>25</sup> (2020), redigido em colaboração com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa Mundial de Alimentos (WFP) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), 690 milhões de pessoas passam fome no mundo (2017-2019), o que corresponde a 8,9% da população mundial. Na América Latina e no Caribe, em 2017-2019, cerca de 47 milhões de pessoas passaram fome, registrando um aumento pelo quinto ano consecutivo. Segundo estimativas da FAO, esse número deve aumentar para 67 milhões de pessoas em 2030. No Brasil, em 2017-2019 registrou-se o número de 43,1 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada e grave (fome), no relatório de 2014-2016 esse número era de 37,5 milhões de brasileiros. Em termos percentuais, o número subiu, de 18,3% para 20,6% (FAO, 2020).

A ONU, através da FAO e WFP, divulga anualmente o *Mapa da Fome Mundial*, em que são considerados países de fome aqueles em que 5% ou mais da população se encontram com prevalência de desnutrição. Até 2014, o Brasil se encontrava no

---

<sup>25</sup> Título original em Inglês: *The State of Food Security and Nutrition in the World - 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets.*

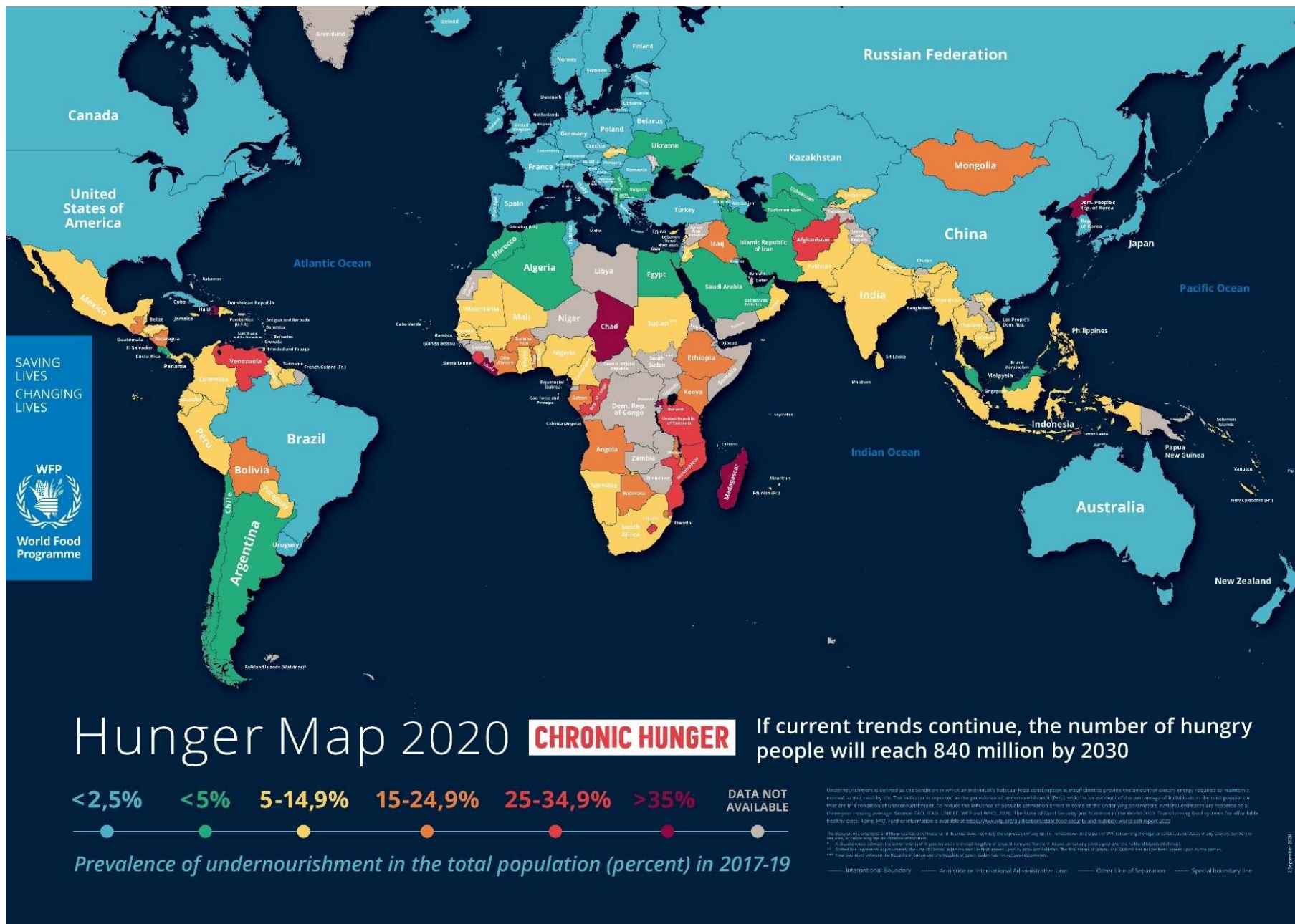
mapa da fome, sua “saída” foi um marco histórico e deveu-se muito ao relativo sucesso dos programas de transferência de renda mencionados anteriormente. No entanto, estudos e projeções de especialistas apontam que o Brasil, a partir de 2020, caminha a passos largos para voltar a compor o quadro de países presentes no Mapa da Fome Mundial.

O último mapa da fome, divulgado no mês de agosto de 2020, pela WFP, apresenta dados da FAO relativos aos anos de 2017 a 2019. O mapa apresenta escala de prevalência de desnutrição entre 2,5% ou menos até 35% ou mais. São considerados países com presença significativa de fome, aqueles que apresentam prevalência de desnutrição de 5% a mais (ver Figura 4).

A partir da análise do Mapa da Fome Mundial, percebe-se que a fome está territorializada com maior intensidade nos países africanos, asiáticos e latino-americanos. Não coincidentemente são esses mesmos países que foram historicamente explorados pelo colonialismo europeu. Dado que reforça ainda mais as reflexões de Josué de Castro (1984 [1946]), ao afirmar que a fome é um fenômeno político-social derivado da economia colonial e de Ribeiro Junior (2015), quando argumenta que a fome é produto e processo das relações sociais capitalistas. De acordo com a FAO (2020), se as tendências atuais continuarem, o número de pessoas com fome no mundo chegará a 840 milhões em 2030. Atualmente em países de renda baixa e média-baixa, cerca de 1 bilhão de pessoas não consomem alimentos suficientes.

**Figura 4: Mapa da Fome 2020 (Dados relativos à 2017-2019)**

Fonte: *The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI - FAO), 2020.* (Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI – FAO), 2020).



#### 2.4.6. “Receitas para acabar com a fome”: caminhos, críticas e alternativas

A saída recente e o possível retorno do Brasil ao Mapa da Fome, somado ao atual aumento considerável da fome mundial, como consequência das crises financeiras e políticas capitalistas, evidenciam que o desequilíbrio econômico (má distribuição de renda) é ainda o principal motivo por fazer com que milhares de pessoas se encontrem em situação de insegurança alimentar (fome) no mundo. Isso evidencia a fragilidade do sistema alimentar capitalista em vigor, onde o modo de acesso à alimentação é realizado majoritariamente por meio da compra, o que cada vez mais afasta a perspectiva ideal da soberania alimentar como política alimentar para a população mundial.

Elaine de Azevedo, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pesquisadora em Sociologias da Saúde, Ambiental e da Alimentação, aponta, em seu podcast “Panela de Impressão<sup>26</sup>”, diversos assuntos e debates relacionados à alimentação. Em seu episódio, intitulado “Receitas para acabar com a fome<sup>27</sup>”, Elaine de Azevedo aborda perspectivas e caminhos que julga prioritários para erradicação da fome mundial. Inicialmente, indica a necessidade de se cultivar hábitos e dietas à base de alimentos de origem vegetal, em detrimento da predominância de consumo de alimentos ricos em proteína animal. Posteriormente, levanta a urgência na redução do desperdício de alimentos, para além das questões estruturais de combate à desigualdade social e a urgência da reforma agrária.

O primeiro caminho é também apontado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira:

A opção por vários tipos de alimentos de origem vegetal e pelo limitado consumo de alimentos de origem animal implica indiretamente a opção por um sistema alimentar socialmente mais justo e menos estressante para o ambiente físico, para os animais e para a biodiversidade em geral. A diminuição da demanda por alimentos de origem animal reduz notavelmente as emissões de gases de efeito estufa (responsáveis pelo aquecimento do planeta), o desmatamento decorrente da criação de novas áreas de pastagens e o uso intenso de água. O menor consumo de alimentos de origem animal diminui ainda a necessidade de sistemas intensivos de produção animal, que são particularmente nocivos ao meio ambiente (BRASIL, 2014a, p. 30-31).

---

<sup>26</sup> Podcast disponível no aplicativo Spotify sob o nome “Panela de Impressão”.

<sup>27</sup> Episódio publicado em 25 de Agosto de 2020.



No que se refere ao desperdício de alimentos, em 2014, a FAO já afirmava que,

No âmbito mundial, entre um quarto e um terço dos alimentos produzidos anualmente para o consumo humano se perde ou é desperdiçado. Isso equivale a cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos, o que inclui 30% dos cereais, entre 40 e 50% das raízes, frutas, hortaliças e sementes oleaginosas, 20% da carne e produtos lácteos e 35% dos peixes. A FAO calcula que esses alimentos seriam suficientes para alimentar dois bilhões de pessoas (FAO, 2014, n.p.).

Ressalta ainda que, 30% de toda comida produzida no mundo vai parar no lixo, o que representa anualmente, 1,3 bilhão de toneladas de comida desperdiçada ou perdida ao longo das cadeias produtivas de alimentos (FAO, 2017a). E complementa que,

[...] 38% dos recursos energéticos consumidos pelo sistema alimentar global são utilizados para produzir alimentos perdidos ou desperdiçados. Isso se dá não apenas por ineficiências e limitações nos sistemas de produção e fornecimento de alimentos, mas também durante o consumo. [...] Atualmente, quase 30% das terras agrícolas do mundo são usadas para produzir alimentos que nunca serão consumidos, representando uma área semelhante à área total do continente antártico (FAO, 2019, n.p.).

Na Europa, considerada como o “modelo” de civilidade e sociedade desenvolvida, estima-se que 50% de alimentos comestíveis são desperdiçados em toda a cadeia alimentar - da produção ao consumidor (ESTEVE, 2017).

Ao analisarmos o Mapa da Fome Mundial (FAO, 2020), fica evidente a íntima relação entre fome e pobreza. Desta forma, para erradicação da fome de forma permanente é preciso concomitantemente combater as fontes de produção da pobreza. A desigualdade da distribuição de renda à nível mundial é uma tônica estrutural das relações capitalistas, no entanto, para que possamos avançar no combate a fome, precisamos pensar em políticas plenas de desenvolvimento social. A universalização do acesso à educação, políticas públicas de saúde, democratização do acesso às universidades, capacitação técnica e profissional são princípios básicos para o movimento de emancipação da situação de extrema pobreza. Sabemos que esse desafio não é simples, porém se faz necessário apresentar caminhos e saídas alternativas na diminuição das desigualdades socioeconômicas como um dos meios de combate à fome.

Além da democratização econômica, educacional e da saúde, para a realização plena de políticas de combate à fome, é preciso realizar reformas na estrutura

fundiária no país. No Brasil, a maior parte da extensão das propriedades de terras se encontra nas mãos de poucos proprietários. A isso dá-se o nome de latifúndio. O modelo de concentração latifundiária no Brasil não é uma novidade, se origina desde o início do período colonial, com a política de concessão de sesmarias, através da constituição das capitâncias hereditárias, em 1534. Tal política se perpetuou no tempo até 1822, com o processo da independência. O modelo latifundiário como conhecemos atualmente se reorganiza a partir da aprovação da lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, popularmente conhecida como Lei de Terras (OLIVEIRA, 2003). A promulgação da Lei de Terras, estabeleceu a base jurídica da propriedade privada da terra no Brasil.

A Lei de Terras, em seu artigo 1º, proibiu a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. No artigo 4º, revalidou as sesmarias que se achavam cultivadas; em seu artigo 5º, legitimou as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária. De acordo com Decreto n. 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a Lei de Terras, as sesmarias e as posses tinham prazo máximo de dois anos para serem medidas e registradas nos livros das casas paroquiais. Com esse procedimento legal, as sesmarias e as posses passaram a ser reconhecidas juridicamente. E a aquisição de terras devolutas passou a ser proibida por outro mecanismo que não fosse a compra e a venda em hasta pública (OLIVEIRA, 2003, p. 34-35).

A Lei de Terras se configurou como uma estratégia de favorecimento político dos grandes latifundiários possuidores de extensas áreas de terra, formado majoritariamente pela elite branca da sociedade escravocrata colonial. Grande parte do corpo político legislador neste momento era formado justamente por senadores que já controlavam o espaço agrário por meio das sesmarias e grandes posses, ou seja os próprios fazendeiros, barões e senhores de escravos (SILVA, 2015).

O acesso e direito à terra pela população indígena e negra foi definitivamente inviabilizado pela Lei de Terras. Os indígenas, tratados como selvagens, sofriam com o contínuo processo de extermínio e aculturação. A escravidão ainda vigorava no Brasil, vindo a ser abolida somente 38 anos depois, em 1888. Desta forma, os negros ainda eram escravizados e tratados como mercadoria pelos fazendeiros latifundiários. Não que essa relação tenha mudado imediatamente após a abolição. Na verdade, após a Lei Aurea assinada pela Princesa Isabel, que decretou o fim simbólico da escravidão em 1888, os negros descendentes de escravos foram completamente

abandonados e perseguidos pelo poder público, não tendo direito à terra, moradia digna, educação nem trabalho.

Ao mesmo tempo, os latifundiários já entendiam que a escravidão chegaria ao fim em algum momento e, para que não corressem o risco de ficarem sem mão-de-obra nos cafezais e outras *plantations*, apostaram na Lei de Terras como política de controle de terras e subordinação da mão-de-obra negra, mestiça e de futuros imigrantes europeus a seus serviços por baixos salários. De acordo com Márcio Both da Silva, o objetivo dos senhores de escravos e grandes posseiros através da Lei de Terras era,

[...]regularizar a questão da propriedade fundiária, dificultar o acesso fácil à terra, para, mediante a extinção do tráfico negreiro, garantir a mão de obra necessária ao funcionamento das fazendas, especialmente nas áreas onde a cafeicultura vinha se desenvolvendo (SILVA, 2015, p. 89).

Desta forma, os pequenos posseiros, expulsos de seus lotes pela impossibilidade de pagar as taxas previstas na Lei de Terras, também se tornariam mão de obra barata a serviço dos grandes latifundiários. Através da Lei de Terras, os senadores defendiam que o governo deveria fixar altos preços para a compra de terras públicas, impossibilitando, assim, que pequenos produtores e camponeses pudessem ter acesso à terra, inviabilizando sua autonomia e maximizando sua dependência em relação aos grandes posseiros.

Neste sentido, quem detinha condições de realizar medição e registro das terras como forma de obtenção de título de propriedade, não eram os pequenos posseiros, mas justamente a parte da população que já controlava as maiores porções de terra no período colonial através das sesmarias, a elite branca latifundiária.

Exposta essa passagem histórica, fica claro que a organização da estrutura fundiária no Brasil se fundou através do fortalecimento de privilégios e empoderamento da camada social com maior poder aquisitivo e político.

Esse padrão se perpetua até os dias atuais, de acordo com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No Brasil, 0,7% das propriedades têm área superior a 2.000 hectares (20 km<sup>2</sup>), mas somadas, ocupam quase 50% da zona rural brasileira. Em compensação, 60% das propriedades não chegam a 25 hectares (0,25km<sup>2</sup>) e cobrem apenas 5% do território agrário (AGÊNCIA SENADO, 2020).

De acordo com Márcio Both da Silva, a transformação da terra em mercadoria no Brasil não teve sua origem especificamente a partir da Lei de Terras, pois ela, terra, já era vendida e comprada antes mesmo da promulgação da lei. Contudo, a Lei de Terras possibilitou a institucionalização do discurso legal da mercantilização da terra. Essa virada institucional se revelou uma “jogada” política ideal para tornar a terra em propriedade privada, com limites e fronteiras “bem definidas” (território-zona) pelo Estado e pelo proprietário, apta para as reproduções socioeconômicas capitalistas, através da comercialização e exploração da renda da terra (OLIVEIRA, 2007). Essa forma de relação territorial é completamente diferente da maneira tradicional de apropriação da terra por parte de alguns povos indígenas, por exemplo, que se relacionam com o meio através de territórios dinâmicos e comuns, em movimento, para além da concepção de fronteiras políticas concebidas pelo Estado (SILVA, 2015; DIEGUES, 2008).

Para que possamos entender a questão agrária atualmente se faz necessário que apresentemos esse histórico. Se hoje muitos camponeses, trabalhadores rurais, povos originários e tradicionais não possuem direito à terra para reprodução de seu modo vida, deve-se em boa medida ao modelo histórico de exploração colonial, mas também ao projeto capitalista da Lei de Terras de 1850. Fica nítido que historicamente foi negado o direito à terra aos camponeses, povos originários, ex-escravos e seus descendentes. De acordo com Both da Silva (2015), a sociedade e o Estado têm uma dívida histórica com esses grupos. A concentração fundiária é um problema social, político e econômico presente em toda a história do Brasil, desde a Colônia até o momento atual (SILVA, 2015; AGÊNCIA SENADO, 2020).

É por este motivo que a pauta de realização da Reforma Agrária se faz tão urgente. Para garantir o direito de poder se relacionar com o meio, produzir alimentos com autonomia e exercer o modo de vida com soberania, é preciso democratizar o acesso e promover a redistribuição de terras no Brasil.

A reforma agrária pode ser caracterizada como um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral (STÉDILE, 2020, p. 17).

A reorganização da estrutura fundiária por meio da reforma agrária foi promovida na maior parte dos países desenvolvidos (EUA, Japão, países da União Europeia, entre outros) e é um projeto essencial para a promoção de uma sociedade mais justa e democrática, diminuindo as desigualdades sociais e étnicas raciais a partir da distribuição de terras improdutivas. No entanto, são exatamente os países desenvolvidos que praticam lobbies políticos, em grande medida através dos oligopólios ligados ao agronegócio, com o objetivo de estagnar as políticas da reforma agrária em países emergentes e como forma de manutenção da subalternidade das relações capitalistas no contexto geopolítico (AZEVEDO, 2019b; ESTEVE, 2017).

De acordo com Elaine de Azevedo:

Mais de quarenta países – capitalistas – já experimentaram projetos de redistribuição da posse da terra neste século – e nenhum deles permaneceu o mesmo depois disso. Quase a metade (46%) das terras brasileiras estão nas mãos de grandes latifundiários que não produzem comida, mas produtos de exportação, PIB e acumulação de riquezas. Impossível haver segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento socioeconômico onde há alta concentração de renda e desigualdades sociais. Sem abrir mão de privilégios, jamais acabaremos com a fome e com a pobreza (2019b, n.p.).

Ainda de acordo com Azevedo (2019b), a primeira condição para que tenhamos condições de erradicar a fome nacionalmente e ter acesso a uma *comida de verdade* é através de um Estado interessado em promover a reforma agrária. A autora conceitua *comida de verdade* como:

E o que é **comida de verdade**? É comida sem venenos, fresca, local e variada. Esta comida é produzida em sistemas agroalimentares familiares, orgânicos e de base agroecológica que cultivam alimentos saudáveis para todos: para quem planta, para quem colhe, para quem come, para os animais, as plantas e o planeta. Passou da hora de nos preocuparmos – e muito – sobre as repercussões do sistema agroalimentar moderno (ou, em outras palavras, a agropecuária convencional), responsável por graves impactos socioambientais. É preciso que a atenção se volte para sistemas de produção de alimentos que não poluam as águas, o ar, o solo e os próprios alimentos, que contribuam para o equilíbrio do clima e que respeitem a biodiversidade (2019b, n.p.).

Segundo a autora, muitos dos brasileiros que desejam produzir alimentos não possuem sua própria terra. Em grande medida porque “o Brasil libertou os escravos negros e nunca lhes ofereceu terra ou trabalho, forjando há décadas uma abolição não libertária” (AZEVEDO, 2019a, n.p.). O projeto de Reforma agrária tem íntima relação com agricultura familiar, que é responsável pela produção da maior parcela

da alimentação no Brasil e no mundo. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 80% de toda a comida do planeta é produzida pela agricultura familiar (ONU, 2019).

Maria Fernanda Espinosa, presidente da Assembleia Geral da ONU, realizada em Roma em 2019, declarou no evento que:

Os agricultores familiares, que estão na linha de frente dos esforços globais para combater a desnutrição e outras formas de má nutrição e promover uma alimentação saudável, precisam de um apoio mais forte frente ao crescimento da fome e da obesidade em todo o mundo [...] Em um mundo onde um terço da comida produzida é perdida ou desperdiçada e um terço da terra é usada para a produção pecuária, eles são atores socioeconômicos vitais que podem apoiar melhores meios de subsistência, criação de empregos, coesão comunitária e desenvolvimento rural (ONU, 2019, n.p.).

A agricultura familiar no Brasil também é a principal responsável pela produção dos alimentos *in natura* e minimamente processados que compõem a dieta dos brasileiros. A agricultura familiar se difere da monocultura do agronegócio por adotar plantio de alimentos variados, empregando mão de obra do núcleo familiar e produzindo alimentos em pequenas propriedades de terra. No Brasil, a agricultura familiar é categorizada e definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que trata das diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010), sobre o conceito de *agricultor familiar*, afirma que:

Essa conceituação tem sua origem no neoliberalismo. Nasceu com a intenção de apagar da memória e da história o conceito de camponês e o campesinato como sujeito social revolucionário do século XX. A função política desse volume é induzir a análise do campo pela lógica neoliberal, que esconde a dimensão dos estabelecimentos e, portanto, os indicativos analíticos da concentrada estrutura fundiária do país. Seu alvo preferencial são os movimentos sócio-territoriais em luta pela terra. Visou assim, retirar o seu mais potente elemento revelador da desigual distribuição da terra no Brasil (p. 1).

Mitidiero Junior; Barbosa; Sá (2017), amparados nas reflexões de Oliveira (2010), afirmam que a definição de agricultor familiar definida pela lei nº 11.326, desconsiderou todo um histórico de reflexões geográficas e antropológicas em torno do conceito de campesinato, e enquadrou a agricultura familiar nos moldes do neoliberalismo. Excluindo diversos sujeitos e modos de vida ligados ao conceito de campesinato, a própria não utilização da expressão *camponês* na lei é um reflexo desta opção neoliberal.

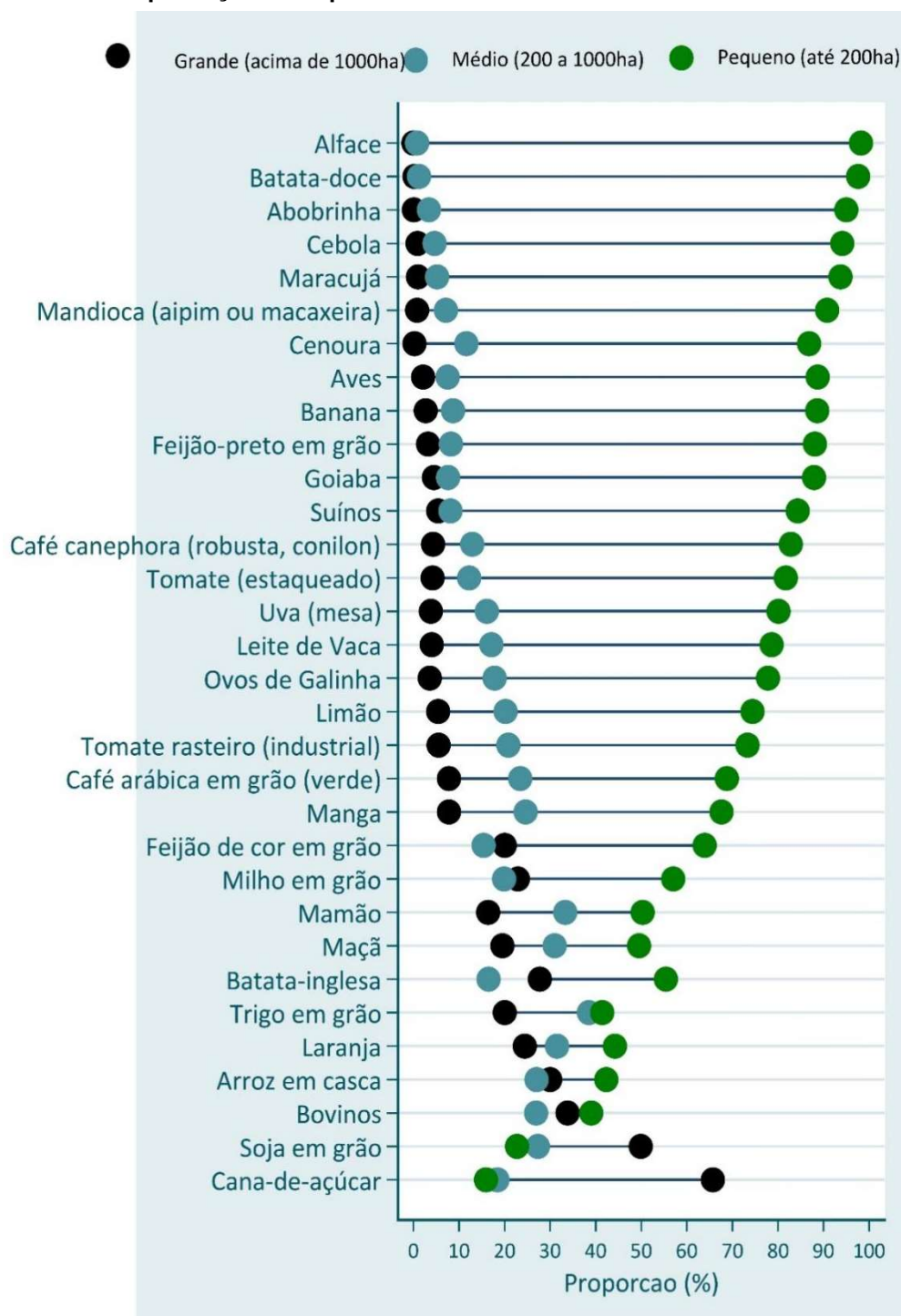
Apesar de considerarmos pertinente a problematização feita pelos autores Mitidiero Junior; Barbosa; Sá (2017) e Oliveira (2010), em torno da presença do conceito *agricultura familiar* em detrimento de *campesinato* na lei nº 11.326, não iremos nos aprofundar nesta seara no presente trabalho.

Como forma de dar prosseguimento na linha argumentativa, apresentaremos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, sobre a produção de alimentos pela agricultura familiar.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de

feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%) (IBGE, 2010a).

**Gráfico 3: Diferença proporcional entre pequeno, médio e grande estabelecimento no volume da produção de importantes alimentos consumidos no Brasil - 2006**



Fonte: Mitidiero Junior; Barbosa; Sá, 2017; Censo Agropecuário IBGE, 2006. Elaboração: Thiago Hérick de Sá.



O gráfico acima apresenta os percentuais de produção de alimentos segundo o Censo Agropecuário de 2006, a partir da classificação dos estabelecimentos por tamanho/hectare: (pequeno [0-200ha]; médio [200-1000ha]; grande [acima de 1000ha]). É importante destacar que nem todos os pequenos estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, de acordo com a lei nº 11.326. De toda forma, percebe-se que os pequenos estabelecimentos, onde estão inseridas as experiências de agricultura familiar, são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos, principalmente aqueles que compõem a base alimentar da população brasileira (feijão, arroz, mandioca, hortaliças, verduras, entre outros).

A metodologia de divulgação de resultados do Censo Agropecuário 2017 foi modificada em relação ao de 2006, não sendo possível comparar os dados relativos às produções de alimentos pela agricultura familiar entre os dois períodos. Oliveira (2010) tece severas críticas a metodologia de exposição dos dados agropecuários e alerta que, a partir do censo de 2006, os técnicos do IBGE deixaram de “divulgar a produção de vários produtos agrícolas por estrato de área total. Assim, impediram que se pudessem fazer estudos segundo esse critério” (OLIVEIRA, 2010. p. 1), impossibilitando a realização de comparações por linha histórica deste e de diversos outros segmentos.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar ocupa conjuntamente uma área de 81 milhões de hectares, o que corresponde a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A mesma é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas no campo (67% do total), sendo que os homens representam 81% dos produtores e, as mulheres 19%. A faixa etária de 45 a 65 anos é a que mais concentra agricultores e apenas pouco mais de 5% deles completaram o ensino superior (IBGE, 2019b).

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como sendo de agricultura familiar. A concentração desse tipo de produção é maior nas regiões norte e nordeste. Os estados de Pernambuco, Ceará e Acre possuem a maior concentração de agricultura familiar por área no país, enquanto os estados de São Paulo e da região Centro-Oeste são os que possuem menores níveis de concentração, justamente onde o setor do agronegócio está territorializado com grande força (IBGE, 2019b).

O modelo tradicional de produção de alimentos se diferencia das grandes produções do agronegócio, que produzem em massa um único gênero alimentar, como soja ou milho, destinado principalmente para a exportação (comodities) e para a alimentação de animais da pecuária em forma de ração. Segundo Mazetto; Maia; Simoncini (2011):

A produção agrícola do Brasil pode ser dividida entre a produção de mercadorias (commodities) e a produção de alimentos, destinada ao consumo interno. O primeiro tem a sua produção em grandes propriedades monocultoras, com base no paradigma da revolução verde (financiamentos, máquinas, agrotóxicos, etc). Esta produção pode ser para o consumo humano, como pode se transformar em farelo para bois, combustível, produtos cosméticos, dentre outros. O segundo predomina em cenários de produção familiar, que ocupa a maior parte dos imóveis do país, porém numa pequena parte do território. Estes também foram afetados pelas técnicas de produção e, em alguns casos, se utilizam de agroquímicos e agrotóxicos, porém vêm retomando a produção orgânica como forma de produção de alimentos. O destino destes tem sido a base alimentar do país (p. 14).

Nesse sentido, fica claro que quem produz alimentos saudáveis, recomendados pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014a), abastecem o mercado interno no combate à fome e em prol da soberania alimentar, não são os agentes do modelo do agronegócio, mas sim a agricultura familiar, composta por camponeses e pequenos agricultores, povos indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agrária, silvicultores, agrofloresteiros, ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais (AZEVEDO, 2019b).

A agricultura camponesa e familiar está também baseada em propostas como a agroecologia, que atua em sintonia com os agroecossistemas a partir da sabedoria camponesa, privilegiando os ciclos naturais e o uso de recursos internos como as sementes crioulas. Entretanto, o modelo de agricultura camponesa e familiar está sendo constantemente ameaçado, como exemplificado por Esteve (2017):

A globalização alimentar, concebida para beneficiar o agronegócio e os supermercados, privatizou os bens comuns. Está extinguindo aqueles que se preocupam em trabalhar a terra, e transformou os alimentos em um negócio. São políticas que, amparadas por instituições e tratados internacionais, acabam com os pequenos e médios agricultores e com as comunidades rurais (p. 13).

Em contrapartida, nota-se, a partir dos anos 1980 e 1990, o surgimento e fortalecimento de movimentos em resistência ao modelo do agronegócio e à indústria de alimentos processados, valorizando a preservação ambiental, a proteção das

áreas naturais e a produção de alimentos mais saudáveis. O ativismo alimentar coloca em evidência diversos movimentos de ação coletiva, por uma produção de alimentos e agricultura ecologicamente equilibrada. Os movimentos socioterritoriais (Via Campesina e associados) e a agroecologia junto aos sistemas agroflorestais, são alguns exemplos (AZEVEDO, 2017). Estes movimentos convergem na busca de construção de práticas ecológicas, sustentáveis, com respeito à diversidade e preservação dos ambientes, junto do resgate de valores tradicionais/ regionais de hábitos de alimentação, contribuindo na luta pela produção de alimentos saudáveis em prol da segurança e soberania alimentar.

Resolver o problema da fome envolve pensar na valorização de hábitos e padrões alimentares que incorporem alimentos saudáveis e tradicionais que, de maneira geral, são compostos por alimentos *in natura*, em detrimento de processados e ultraprocessados. Pelos dados da POF 2017-2018, observa-se que parte da população, principalmente da porção de alta renda, vem mudando seus hábitos de alimentação buscando uma dieta mais saudável. No entanto, ao mesmo tempo, observa-se um aumento do consumo de alimentos nutricionalmente desbalanceados nas demais faixas de renda. Para além do cultivo de hábitos saudáveis, a resolução do problema da fome envolve ações que busquem equilibrar as discrepâncias socioeconômicas e que possibilitem movimentos de soberania dos povos da terra, através do direito à territórios para produção de alimentos saudáveis, pautados em um sistema alimentar social e culturalmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2006).

Para que isso seja possível em grande escala, é mais do que urgente e necessário a implementação da reforma agrária, tema que já é presente na pauta das políticas de SAN. Desta forma, conclui-se que a problemática da insegurança alimentar (fome), como apontado por Ribeiro Junior (2015), é uma questão de classe e sobretudo resultado das relações sociais capitalistas.

### 3. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ENTRE A ETNOGÊNESE, AUTOATRIBUIÇÃO DE IDENTIDADE E R-EXISTÊNCIA TERRITORIAL

#### 3.1 A CATEGORIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Tanto os Povos Originários como as Populações Tradicionais são extremamente diversos em sua organização sociocultural, e em grande maneira são caracterizados e nomeados pela sua territorialidade (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2015b), na forma como se relacionam com o meio (BRUNHES, 1962 [1910]) para viverem e se afirmarem político, econômico e culturalmente no seu território (HAESBAERT, 2004a). O modo de organização das comunidades tradicionais e a forma como desenvolvem suas atividades cotidianas criam laços de ancestralidade e pertencimento com o seu território, espaço vital (RATZEL, 1990 [1882]) para a reprodução do seu gênero/modo de vida (LA BLACHE, 2012 [1911]; SORRE, 1984 [1952]). De acordo com Diegues (2008):

Na concepção mítica das sociedades primitivas **[originárias]** e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico (p. 63 **[grifo nosso]**).

*Povos Originários e Comunidades Tradicionais* são categorias distintas, mas que apresentam características em comum. A expressão *Povos Originários* dialoga com o espaço e com o tempo, e é empregada no contexto brasileiro para se referir aos povos que aqui se encontravam antes do período colonial. Segundo definição técnica das Nações Unidas, em conferência realizada em 1986:

As comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais (in LUCIANO, 2006, p. 27).

A interpretação das categorias *Populações Tradicionais* ou *Comunidades Tradicionais* é permeada nas Ciências Humanas, principalmente na Antropologia, por diferentes formas de entendimento e compreensão. Antônio Carlos Diegues, precursor no debate destas questões no Brasil, descreve que há certa confusão no uso dos termos *populações/ sociedades/ culturas/ comunidades tradicionais* para se

referir a grupos não indígenas. O autor estabelece que a relação entre homem-meio e o papel das Populações Tradicionais na conservação da natureza são características a serem levadas em consideração na interpretação destas diferenças (DIEGUES, 2008).

A partir disso, o autor estabelece cortes e critérios que podem orientar tais classificações, como: a) se são autônomos ou não em relação à sociedade capitalista e qual o grau de dependência; b) se a cultura está mais ou menos atrelada ao modo de produção capitalista ou à pequena produção mercantil; c) o grau de relação com a natureza, que define sua territorialidade; d) como, além do espaço de reprodução econômica e das relações sociais, o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico desses grupos (DIEGUES, 2008; CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014).

De acordo com Diegues (2008), em uma visão marxista de classificação das culturas tradicionais, as mesmas estão associadas à modo de produção pré-capitalistas, em que o trabalho não tenha se transformado completamente em mercadoria e onde haja grande dependência e vínculo com a natureza e seus ciclos. De forma que a dependência do mercado não seja predominante e onde o manejo dos recursos naturais não se vincule diretamente com a produção de lucros monetários, mas sim como a reprodução do modo de vida cultural. O autor complementa, afirmando que:

*Culturas tradicionais*, nessa perspectiva, são as que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil. Essas culturas se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes (p. 84).

Como forma de diferenciar às populações não-tradicionais das populações tradicionais, Diegues sugere exemplos de grupos e atores não-tradicionais: “os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, donos de empresas de beneficiamento, madeireiros, etc.” (DIEGUES, 2000, p. 22). Desta forma, o nível de relação capitalista na associação com o meio é um dos filtros de diferenciação entre um grupo ou outro.

Com base nesses critérios de diferenciação, Diegues aponta uma série de características que simbolizam as culturas e sociedades tradicionais. Para Diegues (2000), a noção de *Sociedades Tradicionais* abrange tanto os povos indígenas como as populações tradicionais, e ele a utiliza para se referir aos:

Grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (p. 22).

Como forma de ampliar o nível de detalhamento sobre os Povos e Comunidades Tradicionais, Diegues afirma que as *Sociedades Tradicionais* se caracterizam pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2008, p. 89-90).

Entre os variados grupos que compõem as *Sociedades Tradicionais* no Brasil, Diegues (2008) aponta exemplos empíricos como os: pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, campeiros, açorianos, quebradeiras de coco babaçu, marisqueiras, jangadeiros, seringueiros, pantaneiros, sertanejos, varjeiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, entre outros.

A partir das contribuições teóricas de Diegues (2008), na tentativa de diferenciar e não confundir as categorias que envolvem as culturas tradicionais, utilizaremos a expressão *Povos Originários* para nos referir aos povos indígenas e *Populações Tradicionais* para nos referir aos exemplos de Comunidades Tradicionais supracitadas. Ao utilizarmos a expressão *Povos e Comunidades Tradicionais* ou *Sociedades Tradicionais*, estaremos nos referindo a ambos os grupos, tanto às populações indígenas quanto às comunidades tradicionais.

A lista de itens apresentada acima por Diegues (2008) vincula-se a um “tipo ideal” de sociedades tradicionais, no entanto, o modo de vida das Comunidades Tradicionais, bem como dos Povos Originários, não fica totalmente cristalizado no tempo, está sujeito a modificações e adaptações. Para Diegues, nenhuma cultura tradicional existe em estado puro, pois sofrem atravessamentos diretos das culturas ocidentalizadas e reorganizações do sistema mundo capitalista. “Um dos processos desorganizativos dessas culturas **[tradicionais]** reside na globalização ou uniformização cultural produzida pelo capitalismo e pela sociedade de massas” (Diegues, 2008, p. 94). Dessa forma, existem grupos e comunidades com diferentes níveis de relações com a natureza, com o capital, trabalho, tecnologia e poder político. O que não necessariamente as descaracteriza totalmente ou as deslegitima enquanto sociedades tradicionais (DIEGUES, 2008).

As políticas públicas voltadas para os Povos e Comunidades Tradicionais são relativamente recentes no âmbito do Estado Brasileiro e tiveram como marco o reconhecimento da **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais**, através de sua ratificação em 2002 e homologação em 2004. No Brasil, as Comunidades Tradicionais passam a integrar a agenda de políticas de reconhecimento e políticas públicas do governo federal somente a partir do Decreto n.º 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)**.

De acordo com o Decreto n.º 6040, os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) são definidos como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

É importante ressaltar, que os Povos e Comunidade Tradicionais estão localizados e relacionados com maior expressividade no contexto rural; no entanto, há populações tradicionais que estão inseridas em contextos urbanos, como é o caso de quilombos, aldeias indígenas e comunidades pesqueiras artesanais localizadas em metrópoles regionais e nacionais. No presente trabalho, daremos foco aos Povos e Comunidades Tradicionais inseridos em áreas rurais, que se organizam através da apropriação e *uso comum* dos recursos, denominadas por Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004) como *terras tradicionalmente ocupadas*. No entanto, não desconsideraremos as escalas de influências urbanas pelas quais estes territórios tradicionais estão atravessados e submetidos.

Para Diegues (2008), um aspecto relevante na definição de Povos e Comunidades Tradicionais é o respeito aos ciclos naturais no manejo dos recursos do *meio* por esses grupos. Os *sistemas tradicionais de manejo* abrangem um complexo arranjo de conhecimentos ancestrais herdados pela transmissão de saberes através dos entes mais velhos, pela via da oralidade. Esses sistemas são ainda imbuídos de mitologias, simbologias e códigos de ética particulares, que levam à manutenção e ao uso sustentável dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 2008).

Um elemento fundamental na relação entre Povos e Comunidades Tradicionais e a natureza é a noção de *território*, definido como uma porção da natureza material e imaterial das relações coletivas, é *meio* e *corpo*, é cultural e simbólico, está sempre em agenciamento com o campo social, subjetivo e material (HAESBAERT, 2004a; SAQUET, 2015b).

Desta forma, a interpretação das relações territoriais de determinado grupo depende de uma noção conjunta do meio físico e das relações sociais existentes nesta associação. As fronteiras territoriais, para estes grupos, muitas vezes não são rígidas e bem delimitadas, a territorialidade se faz em marcas fluidas de posse, mas nunca



de cercamento físico, como a ideia capitalista da propriedade privada. Um interessante exemplo são as comunidades de pescadores artesanais, que dialogam com territórios marinhos dinâmicos. no estabelecimento de marcas de posse comum através do conhecimento sobre regiões marinhas onde potencialmente tem-se acesso a maior número de pescados, a depender da estação do ano, da fase da lua, do vento e da maré (DIEGUES, 2008).

Por fim, os Povos e Comunidades Tradicionais se reproduzem em associação com uma multiplicidade de *hábitats*: florestas, estuários, mangues, rios, lagoas, oceanos, áreas transformadas para fins agrícolas. O modo como se relacionam com esses diversos ambientes produz conhecimentos específicos acerca dos recursos naturais disponíveis; das temporalidades de reprodução das espécies; das técnicas para a captura de animais; de como preparar o solo para cultivo; de como selecionar espécies botânicas que lhes servem de alimento e medicamento. O conhecimento tradicional é produzido pelas relações territoriais entre o grupo social e o *meio* ao qual historicamente está integrado, o seu território tradicionalmente ocupado (DIEGUES, 2008. ALMEIDA, 2004).

### 3.2. DADOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL E NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

De acordo com a Funai, estima-se que antes do período colonial no século XVI, existiam na área geográfica que corresponde ao Brasil, cerca de 3 a 5 milhões de indígenas, de mais de 1000 etnias e falantes de mais de 1.300 línguas (FUNAI, 2013). Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa - IBGE o último Censo, realizado em 2010, revelou que a população indígena no Brasil é constituída de 817.962 mil pessoas, sendo 36,2% residentes em área urbana e 63,8% na área rural, deste total, 57,7% moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. Identificou-se também a existência de 305 etnias e 274 diferentes línguas indígenas (IBGE, 2010b).

Existem no Brasil cerca de 724 Terras Indígenas (TI), presentes em zonas rurais e urbanas, em diferentes etapas de demarcação, ocupando uma área de 13% do território brasileiro. A maior parte das áreas, 98,7% do total, encontram-se na

Amazônia Legal, região que engloba 09 estados brasileiros (Acre Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso) (FUNAI, 2020)

**Quadro 2: Número de Terras Indígenas no Brasil (2020) – Etapas de Demarcação**

Fase do Processo	Quantidade	Detalhamento da Fase do Processo
<b>Em Estudo</b>	120	Terras em estudo por grupo de trabalho nomeado pela Funai
<b>Delimitadas</b>	43	Terras com relatório de estudo aprovado pela presidência da Funai
<b>Declaradas</b>	74	Terras declaradas pelo Ministro da Justiça
<b>Homologadas e Reservadas</b>	487	Terras homologadas pela Presidência da República, adquiridas pela União ou doadas por terceiros
<b>TOTAL</b>	724	Em diferentes fases do procedimento demarcatório

Fonte: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 2020; Instituto Socioambiental (ISA), 2020. Organização: Próprio autor.

De acordo com dados do último censo do IBGE realizado em 2010 a população indígena no Espírito Santo era de 9.585 pessoas, destas, apenas 3.005 viviam em terras indígenas demarcadas e homologadas. Constata-se, portanto, que a maior parte da população indígena capixaba (69%) não reside em Terras Indígenas demarcadas. No entanto, nos últimos anos, vem se identificando no estado a organização de comunidades que reivindicam a identidade e ancestralidade indígena, em busca de demarcação de seus territórios tradicionais e a garantia de outros direitos específicos, previstos na legislação brasileira. São exemplos de organização por direitos e demarcações territoriais, a comunidade Indígena *Tupinikim* da Chapada do Á, localizada no município de Anchieta, no sul do estado, e a comunidade indígena Botocudo (*Borum*) e *Tupinikim* de Areal e Santa Maria, localizada em Linhares. O município de Linhares não possui, até o momento, Terras Indígenas demarcadas, porém isso não quer dizer que não existam populações indígenas na região. pois de acordo com o IBGE (2010b), 303 pessoas se autodeclararam *indígenas* no município.

No Espírito Santo existem 3 Terras Indígenas (TI) demarcadas, são elas a TI de Comboios; TI de Caieiras Velha II e TI Tupiniquim, localizadas no município de Aracruz, conforme apresentadas no quadro a seguir:

**Quadro 3: Terras Indígenas demarcadas pela Funai no estado do Espírito Santo - Brasil**

Terras Indígenas	Aldeias	Etnia	Área	Localização	Homologação e Registro
Terra Indígena <b>Comboios</b>	Comboios	<i>Tupinikim/Botocudo</i>	3.872 ha	Distrito de Vila do Riacho – Aracruz (ES)	14/12/1998
	Córrego do Ouro	<i>Tupinikim/Botocudo</i>			
Terra Indígena <b>Caieiras Velha II</b>	Boa Esperança	<i>Guarani</i>	57 ha	Distrito de Santa Cruz – Aracruz (ES)	20/04/2004
	Três Palmeiras	<i>Guarani</i>			

	Piraque-Açú	Guarani			
Terra Indígena Tupiniquim	Caieiras Velha	Tupinikim	14 .282 ha	Distrito de Santa Cruz – Aracruz (ES)	08/11/2010
	Pau Brasil	Tupinikim			
	Irajá	Tupinikim			
	Areal	Tupinikim			
	Olho D'água	Tupinikim/Guarani			
	Amarelos	Tupinikim/Guarani			
	Nova Esperança	Guarani			

Fonte: FUNAI, 2020; ISA, 2020. Organização: Próprio autor.

As Terras Indígenas fazem parte da gama de direitos conquistados historicamente pelos povos originários e que são previstos na Constituição Federal de 1988. As mesmas são consideradas territórios pertencentes ao Estado Brasileiro, cujo usufruto é exclusivo dos povos indígenas. A Funai (Fundação Nacional do Índio) é o órgão responsável pela gestão de políticas públicas, apoio, proteção e tratamento das questões indígenas no Brasil. Compete a esse órgão a identificação, demarcação e monitoramento de Terras Indígenas no território nacional (FUNAI, 2020).

### 3.3. A AUTOATRIBUIÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA E O FENÔMENO DA ETNOGÊNESE NO BRASIL

Atualmente, a definição e o reconhecimento de populações indígenas no Brasil vinculam-se diretamente com o processo da *autoatribuição de identidade étnica*. Para Diegues (2000):

Um dos critérios mais importantes para definição de culturas e populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade* (p. 24).

De acordo com Carneiro da Cunha (1986 [1979]), não se pode definir *grupos étnicos* exclusivamente a partir de sua cultura, mesmo que a cultura seja peça significativa da etnicidade:

[...] foram essas considerações que levaram antropólogos interacionistas como Moerman e Barth a definirem adequadamente a identidade étnica em termos de adscrição: assim é índio quem se considera e é considerado índio (p. 36).

A autoatribuição é, portanto, o principal conceito para se pensar a *identidade dos grupos étnicos*, para além dos perfis genéticos, biológicos e culturais. Fredrik Barth, no artigo **Os grupos étnicos e suas fronteiras** (2000 [1969]), realiza reflexões

acerca da autoatribuição da identidade enquanto estratégia organizativa de grupos étnicos frente a objetivos comuns e o empoderamento político daí decorrente. Para o autor:

Não importa quão diferentes sejam os membros em termo de seu comportamento manifesto: se eles dizem que são A, em contraste com outra categoria B da mesma ordem, desejam ser tratados e ter seu comportamento interpretado e julgado como próprio de A e não de B (BARTH, 2000 [1969], p. 33).

Desta maneira, o reconhecimento da identidade indígena deve partir do próprio indivíduo que se assume enquanto tal e do grupo ao qual pertence, não cabendo a grupos externos ou mesmo ao Estado a tarefa de classificá-lo etnicamente (CARNEIRO DA CUNHA, 1986 [1979]; BARTH, 2000 [1969]). É a partir desta prerrogativa política que a Funai se orienta:

Identidade e pertencimento étnico não são conceitos estáticos, mas processos dinâmicos de construção individual e social. Dessa forma, não cabe ao Estado reconhecer quem é ou não indígena, mas garantir que sejam respeitados os processos individuais e sociais de construção e formação de identidades étnicas (FUNAI, 2020, n.p.).

As ações da Funai na administração e promoção de políticas indigenistas no Brasil se baseiam na Constituição Federal e na **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais**. A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002 e promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004, inaugura a discussão acerca da *autoatribuição* como critério para o reconhecimento dos povos indígenas. Em seu artigo 1º e 2º afirma que:

1. A presente convenção aplica-se:

a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;

b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

2. A autoidentificação de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção (OIT, 1989, n.p.).

Dessa forma, os critérios utilizados na garantia de direitos, promoção de políticas públicas por parte da Funai, e conseqüentemente do Estado Brasileiro, baseiam-se na *autoidentificação indígena* por parte dos sujeitos e no reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem (FUNAI, 2020). De acordo com o Observatório dos Conflitos no Campo - OCCA (2017):

Adotar o princípio da *autoidentificação* para o reconhecimento dos povos indígenas implica considerar que esses sujeitos são os únicos que podem contar suas próprias histórias vividas, suas origens, suas memórias, as violências e expropriações sofridas. Significa deslocar o Estado e demais instituições do lugar hegemônico de dominação - física e cognitiva - dos povos originários, e da determinação de seus futuros. Implica, necessariamente, a desconstrução da postura colonial que inseriu esses povos no lugar de "inferiores", "relativamente incapazes" e, portanto, carentes da tutela e assistencialismo do Estado (p. 140).

A organização e consolidação do movimento indígena na década de 1970, associado às lutas sociais frente ao expansionismo, extermínio e expropriação territorial promovido pela Ditadura Militar no Brasil, foram decisivas para o reconhecimento e incorporação das demandas indígenas na Constituição Federal de 1988. Esse movimento ganhou força com a presença e o protagonismo dos indígenas no Congresso Nacional, durante a Assembleia Constituinte em 1987 e 1988 (BICALHO, 2010). Uma das lideranças indígenas cuja fala durante a assembleia constituinte ficou marcada na história da democracia e na luta da contemplação dos direitos indígenas na Constituição Federal, foi Ailton Krenak. Relembrando este momento, ele afirma em entrevista:

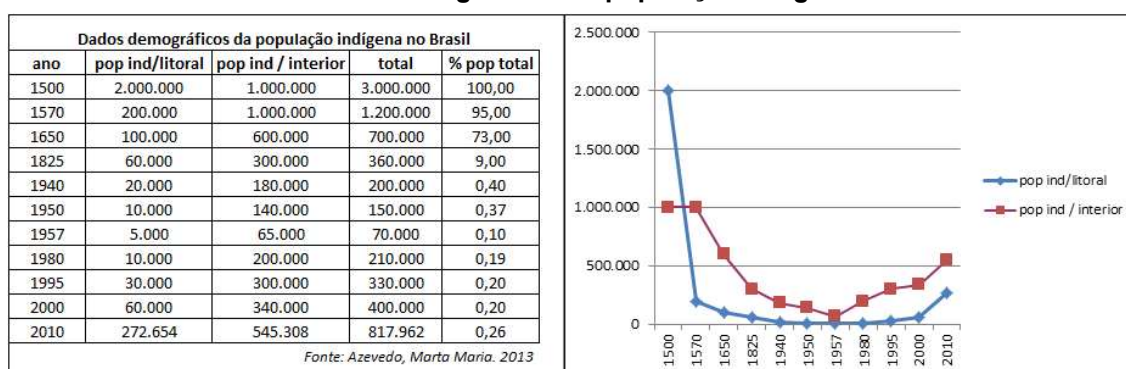
O movimento pelos direitos dos indígenas ocorreu no bojo de um movimento social mais amplo, de lutas pelas eleições diretas e pela democracia. [...] Foi uma grande articulação de setores da sociedade brasileira que apoiaram a inclusão de um capítulo exclusivo sobre os índios. E, claro, os povos indígenas, como Caiapós, os Xavante, os Guaranis e os Terena levaram centenas de pessoas pra Brasília, que ocuparam o Congresso, debateram e participaram das comissões. A minha presença ganhou destaque porque eu fiz a defesa pública dessa emenda dentro do plenário do Congresso Constituinte. Mas milhares de pessoas participaram desse processo (BELIEVE.EARTH entrevista Ailton Krenak, 2018, n.p.).

O movimento indígena brasileiro se organiza historicamente na formação de lideranças próprias, na articulação entre os povos, parceria com entidades de apoio e com o próprio Estado. Seus objetivos se direcionam na busca de políticas públicas que incluam o respeito e reconhecimento de sua diversidade cultural; a demarcação

de seus territórios; a conservação e fiscalização de áreas protegidas; o oferecimento de saúde, entre outras. Após a década de 1970, verifica-se no Brasil um aumento no número de pessoas que se identificam enquanto *indígenas*, e esse início de crescimento deriva diretamente das ações do movimento indígena organizado, na luta pela vida e direitos dos povos indígenas no Brasil. Ao mesmo tempo, não se ignora que os povos indígenas do Brasil têm uma história secular de resistências e consciência diante das diferentes formas de colonização a que foram submetidos (LUCIANO, 2006; BICALHO, 2010; CARNEIRO DA CUNHA, 2012).

Observando o gráfico de dados demográficos da população indígena no Brasil a seguir (Tabela 1), percebe-se que de 1500 até o ano de 1957, a população indígena decresceu vertiginosamente de 3.000.000 para 70.000 pessoas. O gráfico populacional descendente é explicado pela própria história colonial do Brasil, em que os indígenas sofreram políticas de extermínio por “Guerras Justas”, foram dizimados pela proliferação de doenças como a varíola - trazida pelos colonizadores portugueses - e pela contínua perseguição, assassinatos e invasões de seus territórios, frutos do processo de civilização moderno-colonial. Práticas essas que se perpetuam, em menor escala, até os dias atuais. Chegou-se a defender e acreditar que os indígenas deixariam de existir até 1980; no entanto, pelo contrário, a partir desta década, a população indígena passou a crescer exponencialmente, e esse crescimento não se refere exclusivamente ao aumento diferencial entre as taxas de natalidade e mortalidade, mas principalmente ao aumento do número de pessoas que passaram a se reconhecer enquanto *indígenas* (IBGE, 2016). Aliados ao desenvolvimento de políticas públicas que passam a visar a equidade, o respeito aos modos de vida tradicionais, o acesso aos territórios tradicionalmente ocupados e a garantia de outros direitos constitucionais, a população indígena passa a crescer em uma escala superior à média da população brasileira.

**Tabela 1: Dados demográficos da população indígena no Brasil**



Fonte: Azevedo, Marta Maria, 2013. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>)

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai):

A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6% (FUNAI, 2020, n.p.).

Percebe-se que a possibilidade de acesso aos direitos previstos pela Constituição Federal e o maior número de estudos referentes ao reconhecimento da identidade e à demarcações de TI's também contribuiu para que o perfil numérico das populações indígenas se alterasse. Soma-se a isso o processo de consolidação e ampliação do movimento indígena no Brasil nas décadas de 1970 e 80, a luta pela oferta e garantia de políticas públicas específicas, conjuntamente com a revalorização das culturas indígenas no âmbito nacional. De acordo com Luciano Baniwa (2006), essas práticas e movimentos históricos contribuíram para a retomada do orgulho étnico e reafirmação da identidade indígena no Brasil, através do fenômeno da *etnogênese*.

Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade

multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes. [...] O termo parente não significa que todos os índios sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global (LUCIANO, 2006, p. 30-31).

O fenômeno da etnogênese refere-se ao processo de afirmação da identidade étnica indígena no Brasil, principalmente a partir da década de 1980 e 90. Até os anos 1970, a categoria “índio” e “indígena” era empregada na sociedade de modo pejorativo. A partir do período colonial, os povos indígenas foram categorizados e interpretados enquanto sujeitos “atrasados”, “selvagens”, “preguiçosos”, “inábéis” e “ociosos” - categorias construídas a partir do pensamento hegemônico do mundo moderno colonial (eurocêntrico), no intuito de subalternizar e classificar esses povos enquanto “inferiores” em relação aos povos modernos, civilizados, de raça branca. Massacrados pelo processo colonizador, os indígenas passaram a ser impelidos a negar suas identidades para não serem submetidos às práticas de preconceito racial, subalternidade e hierarquia social da civilização moderno colonial (OCCA, 2017).

A partir deste cenário surge, como apontado por José de Souza Martins (1993) em Ratts (2003), a ideia de “dupla consciência” étnica, que trata da negação ou encobrimento de identidade por parte do sujeito, enquanto forma de se resguardar e se proteger em uma situação adversa (RATTS, 2003). O conceito de *caboclo* se fortalece neste contexto, como estratégia dos indígenas negarem suas identidades e suas origens como forma de autodefesa. A denominação de *caboclo* vincula-se fortemente com o processo de negação das identidades étnicas indígenas. De acordo com Luciano Baniwa, o termo *caboclo*:

Foi uma invenção daqueles que não queriam se identificar como índios, mas também não podiam se reconhecer como brancos ou negros (pois não pareciam), como se fosse uma identidade de transição de índio (ser inferior ou cultura inferior) para branco (ser civilizado e superior). Neste sentido, o caboclo seria aquele que nega sua origem nativa, mas que por não poder ainda se reconhecer como branco se identificava com o mais próximo possível do branco (LUCIANO, 2006, p. 32).

No entanto, apesar do processo de etnogênese, identificar-se enquanto indígena, ainda na contemporaneidade, significa carregar toda essa carga de preconceitos perpetuados pelo processo colonial. No entanto, também constitui um



ato de R-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006a), na desmistificação de preconceitos, como forma de organização política e apresentação para a sociedade de modo afirmativo, na busca de quebrar associações pejorativas, racistas e discriminatórias reproduzidas pelo senso comum (OCCA, 2017). A ideia de R-existência, simboliza mais do que reagir a uma ação externa, significa se reconstruir enquanto sujeito, a partir das próprias potencialidades, desta maneira, sobre a *etnogênese*, Luciano Baniwa (2006) afirma que:

Os povos indígenas, que por força de séculos de repressão colonial escondiam e negavam suas identidades étnicas, agora reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado brasileiro. [...] Neste sentido, eles representam hoje o segmento indígena mais ativo e mais combativo na busca por reconhecimento e visibilidade política, buscando marcar posição e fronteira étnica que lhes garantam um espaço sociocultural e político num mundo que ilusoriamente se pretende cada vez mais monocultural e global (p. 33).

Desta maneira, observa-se que o fenômeno da *etnogênese* promoveu um movimento de mudança da realidade sociocultural indígena na sociedade, fazendo com que um maior número de pessoas e grupos passassem a se reconhecer etnicamente como *indígenas* (processo de autoatribuição de identidade), e as tradições ancestrais originárias passassem a ser valorizadas no seio institucional como componentes cruciais no processo de oferta e garantia de políticas públicas referenciadas etnicamente. O processo de reafirmação das identidades étnicas articula-se também ao movimento estratégico de recuperação da auto-estima dos povos indígenas, bem como ao fortalecimento político coletivo na luta por direitos e interesses comuns dos povos etnicamente diferenciados (LUCIANO, 2006).

A Convenção 169 da OIT se direciona aos povos cujas culturas e modos de vida se diferem da população nacional, seja pelo modo de produzir, pela língua, costumes, organização social própria ou leis tradicionais. Desta forma, a OIT 169 enfatiza a necessidade de garantir o direito destes grupos continuarem a existir em seus *territórios tradicionalmente ocupados* (ALMEIDA, 2004), tendo como prioridade a sua forma particular de desenvolvimento econômico, social e cultural. Entre esses grupos, a OIT 169 aborda os povos indígenas, tribais e populações tradicionais. Uma diferenciação entre os grupos indígenas e populações tradicionais no Brasil é a perspectiva espaço-temporal. Os povos indígenas, por serem originários, possuem um elo histórico com o território, anterior ao período colonial brasileiro, já as

populações tradicionais possuem uma gênese histórico-geográfica diversificada, derivada da pluralidade étnica de povos de diferentes culturas e origens geográficas, que envolvem os de matriz africana, portugueses, alemães, italianos, entre outros povos chegantes e trazidos ao Brasil após o início da colonização (OIT, 1989; DIEGUES, 2000; OCCA, 2017).

#### 3.4. OS PROCESSOS DE R-EXISTÊNCIA TERRITORIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE AO MODELO HEGEMÔNICO MODERNO-COLONIAL

As sociedades tradicionais no Brasil foram historicamente marginalizadas e exploradas colonialmente no contexto da formação da “sociedade brasileira”. Segundo Ferreira (2009), *Povos Originários e Comunidades Tradicionais* são grupos sociais que se orientam por matrizes de racionalidade que se apresentam como contraponto em relação ao projeto moderno colonial hegemônico, do qual foram objeto de exploração e expropriação territorial e cognitiva. O conflito entre essas matrizes de racionalidade iniciou-se a partir da colonização e sua expansão territorial, efetivando um sofrido processo de dominação e expropriação desses povos de seus territórios.

De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006b) e Anibal Quijano (2005), os processos de dominação colonial sobre os povos tradicionais envolvem escalas do poder e do saber. Os autores trazem à tona conceitos como o da *colonialidade do saber e colonialidade do poder* para se pensar as relações de poder instituídas pelo colonialismo europeu sobre os Povos Originários da América Latina sob o aspecto territorial, corporal e cognitivo.

Com base na discussão conceitual apresentada pelos autores, identificamos que os projetos hegemônicos coloniais e capitalistas estabelecem uma lógica de territorialidade guiada por uma matriz de racionalidade específica, que visa a dominação territorial e exploração de seus recursos para geração de lucros e riquezas. Diferentemente, o projeto contra-hegemônico, representado pelos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, apresentam formas de territorialidade a partir de outras matrizes de racionalidade, de modo a estabelecer diálogos e lógicas de saber em associação equilibrada com o *meio*, produzindo um *saber com* a natureza, ao contrário dos atores desenvolvimentistas do projeto hegemônico capitalista, que

reproduzem uma lógica de *saber sobre* a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006b; OCCA, 2017).

Opondo-se à matriz de racionalidade dos povos e comunidades tradicionais, os processos territoriais dirigidos por interesses econômicos e políticos hegemônicos que mercantilizam a natureza com o objetivo de gerar a acumulação desigual de riquezas se perpetuam na história através de novos modelos e atores. Os projetos desenvolvimentistas capitalistas, por exemplo, permanecem invadindo os territórios tradicionalmente ocupados, se apropriando de sua natureza, gerando impactos sobre seus recursos vitais e fragilizando sua organização social e econômica (OCCA, 2017).

Desta forma, apesar do momento histórico colonial ter oficialmente se encerrado, as relações de poder do mundo contemporâneo continuam a produzir práticas de *colonialidade* (QUIJANO, 2005) através do domínio, exploração e *des-territorialização* (HAESBAERT, 2004a) dos povos e comunidades tradicionais (OCCA, 2017).

Apesar de diversos sistemas de povos e comunidades tradicionais terem sido desestruturados e fragmentados frente ao modelo capitalista hegemônico, muitas formas de R-Existência (PORTO-GONÇALVES, 2006b) vêm ocorrendo por parte destes grupos comunitários, que procuram se reestruturar e se organizar coletivamente como forma de resistir e reexistir em seus *territórios de uso comum e tradicionalmente ocupados* (DIEGUES, 2008; ALMEIDA, 2004).

Porto-Gonçalves (2006b) faz uma discussão conceitual a respeito dos processos de resistência dos povos originários frente à colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005), amparado nas contribuições de Catherine Walsh e Walter Dignolo, o autor propõe a ideia de R-Existência:

Catherine Walsh nos fala daqueles que se movem entre lógicas distintas, entre códigos, como é característico dos povos originários da América que há 500 anos convivem com a moderno-colonialidade. Mas essa moderno-colonialidade não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas sim em territórios (natureza + cultura) onde foram conformados padrões cognitivos próprios. Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo (PORTO-GONÇALVES, 2006b, p. 51).

As formas de R-Existência no mundo atual globalizado envolvem incessantes processos de reterritorialização entre as *multiterritorialidades* e suas relações de poder em múltiplas escalas (HAESBAERT, 2004a; PORTO-GONÇALVES, 2006b). As redes de apoio global e alianças locais entre povos e comunidades tradicionais na busca de direitos territoriais, visibilidade e reconhecimento identitário, autonomia política, acesso a políticas públicas e respeito ao seu modo de vida tradicional são exemplos desta dinâmica (OCCA, 2014). Os processos de R-Existência são movimentos originados através da vinculação simbólico-cultural e material com os territórios, que se encontram em constante processo de des-territorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004a). De acordo com Gianella (2009), é o território e suas bases teóricas que nos permitem interpretar a multiplicidade de relações, formas, vivências e sentimentos que caracterizam o mundo atual.

Comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, de pescadores artesanais e camponeses tradicionais se afirmam territorialmente através da sua identidade e mantêm uma relação intrínseca de vivência e diálogo com a natureza, a partir do qual produzem a própria existência material, simbólica e afetiva. A natureza para os povos indígenas, por exemplo, “nunca foi um recurso natural, foi sempre parte da sua própria natureza enquanto povos indígenas e assim a preservaram preservando-se, sempre que conseguiram escapar à destruição ocidental” (SOUSA SANTOS, 2002, n.p.). R-existiram desde então, criando estratégias de sobrevivência e de reprodução da sua vida social, baseada muitas vezes em cosmologias não ocidentais na relação com o seu território (MARACCI, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2006b; VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

A experiência territorial ou *territorialidade* é produzida no cotidiano e constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que permeiam as histórias de vida, selam afetos, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território (OCCA, 2014; SAQUET, 2015a). A territorialidade, nesta perspectiva, seria a mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social (GIANELLA, 2009). Segundo Marco Aurélio Saquet (2015a):

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas

também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade (p. 115).

Desta forma, entendemos os *territórios tradicionalmente ocupados* a partir da noção de *bem comum*, espaço das relações comunitárias e reprodução dos modos de vida e da própria R-existência. Sem território não existe patrimônio cultural dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais; o aspecto da tradição vincula-se diretamente com a territorialidade. Desta forma, propomos uma analogia metafórica, o exercício de pensar os *territórios tradicionalmente ocupados* não só como *casa*, mas como *cozinha*, espaço de afetos, pertencimento e reprodução da vida associada às escalas do alimentar - alimento - alimentação.

#### 4. POPULAÇÕES TRADICIONAIS E IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS: A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA FOZ DO RIO DOCE

Neste capítulo, apresentaremos a formação territorial da bacia hidrográfica do rio Doce, os processos de impactos desencadeados pelo modelo de desenvolvimento econômico ocorrido no território, bem como a caracterização da Comunidade de Areal e Santa Maria, situada na foz do rio Doce, no município de Linhares - Espírito Santo. Temos como perspectiva construir uma análise compreensiva dos processos locais e globais que atuam sobre esta comunidade de origem indígena. Para tanto, iniciaremos contextualizando o território onde insere-se esta comunidade, fazendo-se uma breve caracterização fisiográfica e econômica da região, evidenciando o processo histórico de ocupação da foz do rio Doce, no litoral Norte do Espírito Santo. Buscaremos, assim, identificar os principais fatores políticos, sociais e econômicos que implicaram alterações na rede de relações territoriais da Comunidade de Areal e Santa Maria, com atenção aos processos de transformações do modo de vida desta comunidade, especialmente no que diz respeito à sua relação cotidiana com o território local e nas mudanças promovidas nas suas formas de alimentação.

Para tal análise nos pautamos especialmente no relatório: **Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, rio Doce - Linhares (ES)**, produzido entre os anos de 2015 e 2017 pelo grupo de pesquisa e extensão *Observatório dos Conflitos no Campo* (OCCA - UFES), sob coordenação da professora/pesquisadora Dr<sup>a</sup> Simone Raquel Batista Ferreira. O mesmo relatório contou com participação direta do autor e se configurou como uma referência significativa para a realização do presente trabalho. Para além do relatório, também consultamos referências e aporte de leituras em trabalhos (artigos, monografias, dissertações e teses) de outros autores e grupos de pesquisadores.

##### 4.1. OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA FOZ DO RIO DOCE-ES

A região da foz do Rio Doce envolve uma pluralidade de Povos Originários e Comunidades Tradicionais, sobretudo, dos povos indígenas que ali se territorializavam desde tempos anteriores ao processo colonial e de povos de outras origens, de matriz africana e europeia (OCCA, 2017). Dentre os povos indígenas

presentes na região, destacam-se os chamados Botocudos, que compreendiam diversas etnias do tronco linguístico Macro-Jê e territorializavam-se ao longo das bacias do rio Doce (ES), Pardo (MG), Jequitinhonha (MG) e Mucuri (BA); os Tupinikim, com características territoriais mais relacionadas com a faixa costeira litorânea; e os Guarani Mbya, vindos do sul do Brasil para o Espírito Santo já na segunda metade do século XX.

Muitas comunidades tradicionais da foz do rio Doce derivam desse processo histórico de *fricção interétnica*, entre eles: indígenas, povos de matriz europeia e africana. Entre os povos e comunidades tradicionais presentes na região, encontram-se ribeirinhos, pescadores artesanais, camponeses, comunidades indígenas e quilombolas (OCCA, 2017) (ver Quadro 4 e Mapa 2).

Para Roberto Cardoso de Oliveira (1963), a *fricção interétnica* remete às relações de contato entre os diferentes grupos étnicos com a sociedade nacional na história da formação territorial do Brasil. O autor, através do conceito, chama a atenção de maneira mais focal para o contato colonial entre Indígenas e brancos, apontando que este encontro não foi essencialmente permeado por trocas culturais pacíficas, mas que envolveu e ainda envolve uma gama de processos conflitivos de valores/interesses antagônicos no nível econômico, social e político, produzindo disputas de poder assimétricas.

**Quadro 4: Relação de Povos e Comunidades Tradicionais localizados na foz do rio Doce - ES**

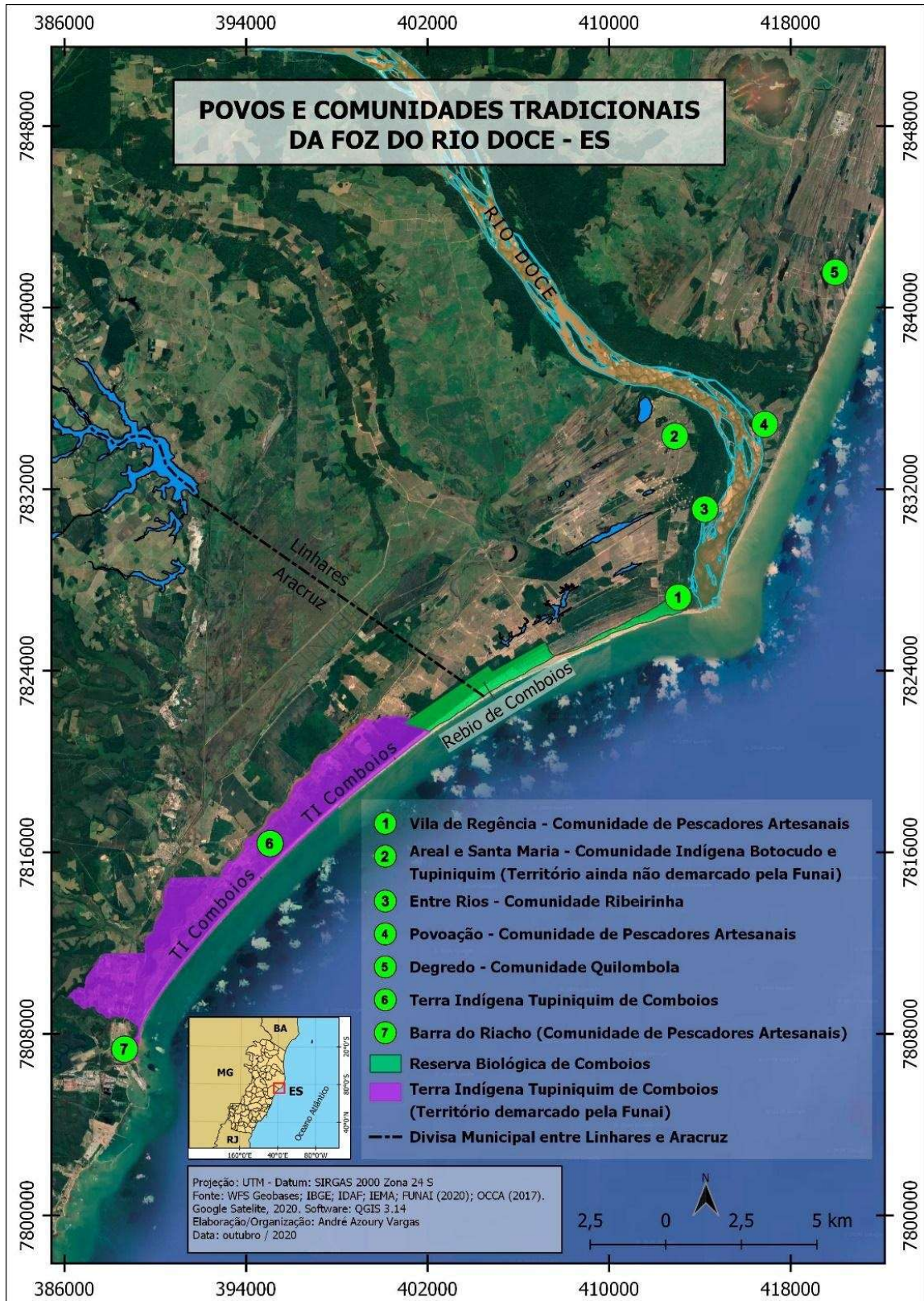
Povos e Comunidades Tradicionais da foz do rio Doce (ES)		Identidade/Atividade	Localização (Distrito/Município)
01	Vila de Regência	Pescadores Artesanais	Regência - Linhares
02	Comunidade de Areal e Santa Maria	Indígenas Botocudo e Tupinikim	Regência - Linhares
03	Comunidade de Entre Rios	Ribeirinhos e Camponeses	Regência - Linhares
04	Vila de Povoação	Pescadores Artesanais	Povoação - Linhares
05	Comunidade de Degredo	Quilombolas e Pescadores Artesanais	Povoação - Linhares
06	Terra Indígena de Comboios	Indígenas Tupinikim e Botocudo	Vila do Riacho - Aracruz
07	Barra do Riacho	Pescadores Artesanais	Vila do Riacho - Aracruz

Fonte: OCCA, 2017. Organização: Próprio autor.

Entre essas comunidades, existem diferentes tipos de relação, seja de consanguinidade, parentesco ou sociopolítica. Areal e Santa Maria, por exemplo, têm parentes nas Terras Indígenas Tupiniquim e Comboios (Tupinikim, Guarani e Botocudo); em Vila do Riacho, Povoação e vila de Regência (OCCA, 2017).



Mapa 2: Povos e Comunidades Tradicionais da foz do rio Doce – ES.



Fonte: OCCA, 2017. Elaboração e Adaptação: Próprio autor.



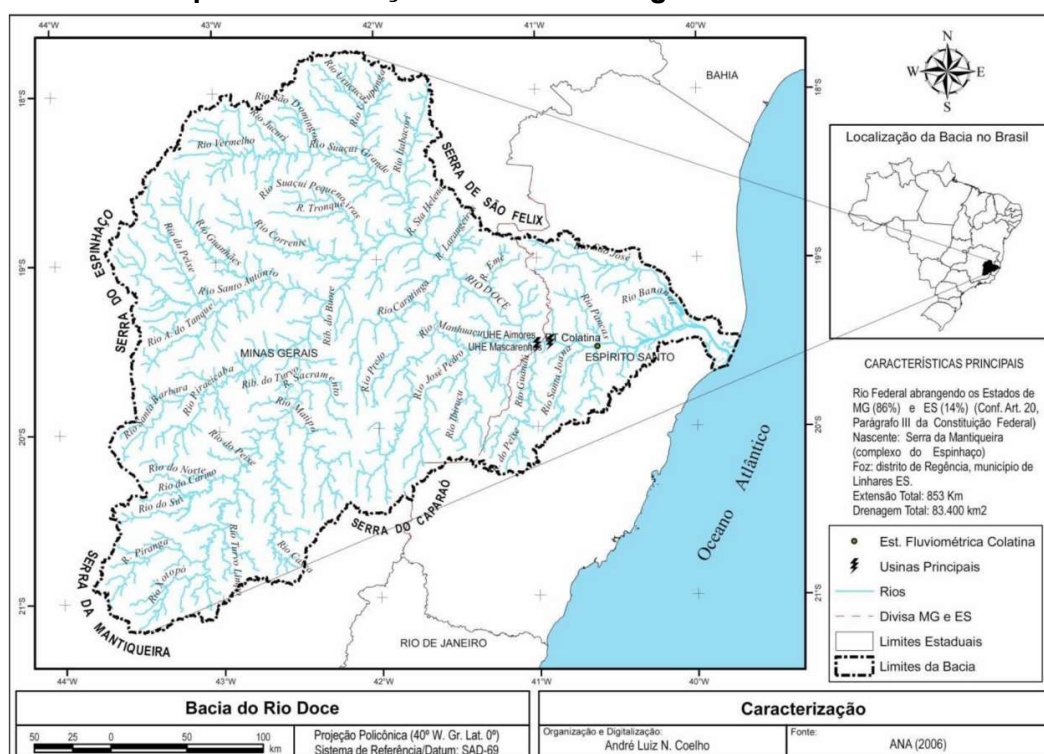
## 4.2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE E MUNICÍPIO DE LINHARES-ES

### 4.2.1 Caracterização da Bacia Hidrográfica do rio Doce

O Rio Doce é, sem dúvida, o elemento natural mais marcante na configuração do território objeto de nossa análise no presente trabalho. Constitui-se como um dos cursos d'água mais importantes da região Sudeste do Brasil. Suas nascentes situam-se na serra da Mantiqueira e do Espinhaço (MG), sendo que as suas águas percorrem 879 Km de extensão, banhando os estados de Minas Gerais e Espírito, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no município de Linhares, Espírito Santo (CBH-DOCE, 2020; ANA, 2018).

Sua bacia hidrográfica está totalmente incluída na região Sudeste e é considerada a quinta maior do Brasil. Possui área de drenagem de, aproximadamente, 83.400 km<sup>2</sup>, dos quais 86% pertencem ao estado de Minas Gerais e 14% ao Espírito Santo sendo, portanto, uma bacia de domínio federal. A bacia do rio Doce encontra-se em sua totalidade, inserida na Mata Atlântica, bioma do qual restam apenas 12,4% de floresta original (CBH-DOCE, 2020; ANA, 2018; SOS MATA ATLÂNTICA, 2020).

**Mapa 3: Localização da Bacia Hidrográfica do rio Doce**



Fonte: Coelho, 2007.

O regime pluviométrico da bacia é caracterizado por dois períodos bem distintos. O período chuvoso que se estende de outubro a março, com maiores índices no mês de dezembro, no qual a precipitação varia de 800 a 1.300 mm; e o período seco que se estende de abril a setembro, com estiagem mais crítica de junho a agosto, com precipitação variando entre 150 a 250 mm (ANA, 2013).

O deslocamento da frente fria no verão úmido provoca precipitações que alimentam os cursos de água por vários dias provocando as enchentes e inundações. Desta forma, a bacia possui suscetibilidade à ocorrência de cheias, principalmente, em zonas urbanas ao longo do curso do rio Doce e de alguns afluentes. Para a minimização deste problema foi criado, na década de 1990, o Sistema de Alerta de Enchentes na bacia do rio Doce operado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que monitora os rios Piranga, Piracicaba e Doce na minimização de prejuízos causados por cheias (ANA, 2013).

O desmatamento histórico e o mau uso dos solos têm conduzido a um intenso processo de erosão na região da bacia hidrográfica, cujos sedimentos resultantes tendem a assorear os cursos de água e modificar a capacidade de infiltração e armazenamento da água no solo.

#### **4.2.2. Ocupação colonial e desenvolvimento industrial na bacia hidrográfica do rio Doce**

O processo de ocupação colonial da bacia do rio Doce, segundo Strauch (1955), se deu em dois sentidos opostos em épocas diferentes: do planalto na direção do litoral; e desse para o interior. O primeiro movimento correspondeu à antiga corrente povoadora, consequência do ciclo minerador, enquanto o último é mais recente. O povoamento, no planalto, data dos primeiros anos do século XVIII (ciclo minerador), ocupando grande parte do Espinhaço e favorecendo o surgimento de municípios de Minas Gerais, como Ouro Preto, Mariana e Serro. Noutro sentido, no estado do Espírito Santo, o movimento colonizador (Principalmente de imigrantes alemães e italianos de Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa) desceu o vale do rio

Santa Maria do Doce<sup>28</sup>, atingindo em 1891 a região onde se localiza atualmente a cidade de Colatina. A ocupação (não indígena) ao longo de todo o canal principal do rio Doce e adjacências se deu de forma mais efetiva a partir de 1901, com o início da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) e intensificação da frente pioneira de ocupação das *áreas proibidas e sertões sem gente* (STRAUCH, 1955).

O processo de industrialização na bacia inicia-se na década de 1930, com a chegada da EFVM, no município de Itabira (MG), visando atender a exploração das minas de minério de ferro nas regiões próximas, cujo produto passou a ser escoado regularmente, na década seguinte (1940), em direção ao porto de Vitória. A existência da ferrovia aliada à economia minerária, favoreceu a implantação de empreendimentos voltados para a produção de aço, acabando por constituir um polo siderúrgico na região, chamado “Vale do Aço”. O primeiro grande empreendimento surgiu em 1937, com a instalação da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, situada às margens do rio Piracicaba e, em 1942, ocorre a criação da Companhia Vale do Rio Doce (antiga CVRD e atual Vale) em Itabira. No ano de 1953, foi inaugurada a siderúrgica Acesita. Já em 1975, com a instalação da Cenibra, voltada para a produção de celulose, teve início de outro segmento industrial que, juntamente com a siderurgia, contribuiu com o surgimento de outras estruturas de comércio e serviços ligados às atividades industriais (COELHO, 2007).

A porção da unidade do Baixo Rio Doce, próximo ao litoral capixaba, a economia apresentou-se diversificada entre a logística da indústria de mineração, pecuária, pesca, expansão da monocultura de eucalipto e arranjos de fruticultura, com destaque para o mamão, cacau, maracujá, abacaxi, coco e cana-de-açúcar. Na região da foz, destacaram-se o desenvolvimento das atividades de exploração petrolífera e pecuária, a serem apresentadas com maior nível de detalhes ao longo do capítulo.

A ocupação de natureza econômica do norte do Espírito Santo teve maior impulso nas primeiras décadas do século XX e ganhou novos contornos depois da construção da EFVM e da ponte de Colatina sobre o rio Doce - inaugurada em 1928. A economia capixaba contou com contingentes de migração de variadas regiões do país para aquela área, firmando o cultivo do café na região, monocultura que

---

<sup>28</sup> O rio Santa Maria do Doce, é um afluente do Rio Doce e possui 85 km de extensão. Sua nascente localiza-se no município de Santa Teresa, próximo do limite com Santa Maria de Jetibá, ambos pertencentes ao Espírito Santo, sua foz está localizada na cidade de Colatina (ES).

respondeu por 95% da receita fiscal do Espírito Santo em 1930. A leste da bacia, (unidade baixo rio Doce), processo semelhante foi notado, na década de 1950, com a construção da BR-101 (em direção a Salvador-BA), impulsionando o avanço da supressão da mata nativa para além dos limites da bacia, seguido do processo de urbanização, como observado no município de Linhares – ES (ESPINDOLA, 2005; COELHO, 2009).

No início do século XX, a configuração territorial do Espírito Santo era caracterizada por três principais polos de ocupação e desenvolvimento econômico, Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e Colatina. Na região Sul, Cachoeiro de Itapemirim, até a década de 1920, desempenhava papel de protagonismo no setor ligado aos negócios e escoamento de café para o Rio de Janeiro. Na região central, além da região serrana, forte produtora de café através dos povoamentos de imigrantes europeus ítalo-alemães, a cidade de Vitória no litoral, passou a desempenhar, após 1940, referência no setor logístico industrial portuário a partir da atuação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Com incrementos de infraestrutura, logística e operacionalização no complexo portuário ligado à ferrovia EFVM, Vitória, enquanto capital do estado, foi constituindo a sua centralidade no setor de exportação, atraindo novos fluxos de migrantes, capitais e mercadorias. No que se refere à região norte, a cidade de Colatina desempenhava a principal referência de concentração de pessoas e fluxos de capitais através do café entre 1930 e 1960, tal protagonismo se sucedeu em grande medida pela posição estratégica em relação a EFVM no escoamento de mercadorias, com destaque para o café (NOGUEIRA, 2020).

O processo de ocupação da bacia do Rio Doce e a dinâmica econômica que se sucedeu no território, verificado tanto nas primeiras décadas do século XX, quanto nos anos mais recentes, resultaram em graves impactos de ordem socioambiental. No século XX, o vale do rio Doce serviu de caminho para a EFVM, que impulsionou a urbanização e crescimento populacional de diversas localidades. No processo de ocupação e povoamento da bacia observou-se a crescente antropização do meio, marcada por processos de exploração desenfreada da natureza. Tais processos acabaram gerando consequências graves no equilíbrio ambiental e no próprio regime de funcionamento dos corpos hídricos. Em decorrência, sobretudo, da retirada da cobertura florestal do solo, provocando sua erosão sucessiva e comprometimento de diversas nascentes da bacia.

Esse movimento de crescimento populacional, industrialização e desenvolvimentismo na porção capixaba da bacia do rio Doce, foi promovido em grande parte entre 1930 e 1960, período que contou com duas gestões do governador Jones dos Santos Neves.

A gestão de Jones dos Santos Neves no Governo Estadual, ocorreu em dois períodos, entre 1943 e 1945 na condição de interventor federal precedido por Punaro Bley e, posteriormente, no período de 1951 e 1954 como governador regularmente eleito. O Governo de Santos Neves foi marcado por grandes intervenções nas infraestruturas de integração e logística no Espírito Santo. Amparado no discurso desenvolvimentista e industrial do governo de Getúlio Vargas, Santos Neves empreendeu movimentos de expansão e integração das regiões Norte, Sul e Noroeste do estado através de grandes obras de circulação como ferrovias, rodovias e pontes (NOGUEIRA, 2020).

Nas gestões de Santos Neves, foram empreendidos movimentos de expansão para a região norte e noroeste, com o discurso de ocupar os vazios demográficos, os *sertões sem gente*, Santos Neves estimulou a crescente ocupação e exploração dessas áreas ao implementar novas linhas de circulação rodoviária, interconectadas com as ferrovias e pontes sobre o rio Doce. A ampliação da malha de rodovias favoreceu novas ocupações e possibilitou o aumento da exploração da terra, implementação de monoculturas, industrialização e fluxo de mercadorias na região norte e noroeste. Esse movimento ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”, sob a retórica de levar o progresso e dinamismo econômico para essas regiões taxadas de “terras inúteis” e “vazios demográficos” (NOGUEIRA, 2020).

Em discurso feito na cidade de São Mateus em 1943, intitulado “O rio Doce na comunhão econômica do Espírito Santo”, Jones dos Santos Neves proferiu a seguinte narrativa:

Um simples relance ao mapa do Espírito Santo, e se descortina, de logo, o panorama nítido e insofismável de uma retalhação definitiva. A parte sul do “grande rio” povoada, enriquecida, próspera e satisfeita, vive a epopeia triunfal de um trabalho fecundo e progressista, enquanto, do lado oposto, uma população esparsa, desprotegida, inerte e sem conforto contempla, na passividade de uma resignação sem esperança, o drama angustiante do seu abandono. O Espírito Santo, como o Brasil, não cresceu igual. Há mesmo uma semelhança evidente na marcha ascensional da civilização de ambos, com se o pequeno estado procurasse amoldarse à silhueta do imenso País, a copiar, assim, a grande Federação [...]. O surto de progresso que segue rota vertical, partindo do sul, amortece e declina ao abeirar-se

do rio Doce, como se receasse vadeá-lo. E surgem, dentro dos limites de nossa fronteira, duas fisionomias diversas, duas estruturas econômicas opostas. É o sul que termina e o norte que começa. Lá, as chaminés fumegantes das indústrias, o esforço colonizador intensivo, a produção variada e crescente, os transportes e comunicação rápidas e fáceis; aqui, o primitivismo rude de uma raça forte a bracejar, indômita, contra a virgindade agressiva do solo, mourejando ao sol ardente, investindo sobre a floresta densa e intransponível, violando a selva bruta e inóspita, transpondo rios e percorrendo pântanos. O mesmo sentido heroico das bandeiras de outrora freme e palpita no ímpeto desbravador dos povoadores deste solo e a mesma seiva ardente de vida, herança de antepassados audazes, pulsa e lateja nas artérias moças da gente mateense, pioneira do progresso e sentinela avançada da civilização no extremo norte do Espírito Santo (NEVES, 2002, p. 47-48 apud NOGUEIRA, 2020, p. 10).

Através do discurso de Santos Neves, fica nítida a retórica dualista da formação do território espírito-santense, alçando a porção sul do território como modelo de desenvolvimento e civilização moderna e a região norte como atrasada, inexplorada e arcaica. O rio Doce é interpretado neste sentido como uma fronteira geográfica a ser superada e ao mesmo tempo como uma fronteira ideológica no discurso desenvolvimentista de Santos Neves, a concluir que existia duas grandes regiões no Espírito Santo, sul e norte, divididas espacialmente por um elemento geográfico de fronteira entre o progresso e o atraso (NOGUEIRA, 2020).

Carlo Eugênio Nogueira, nos fornece em seu recente artigo publicado pela revista Terra Brasilis, intitulado **Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo** (2020), substantivas contribuições em torno da formação territorial do Espírito Santo, com foco de análise no rio Doce e sua relação com este processo histórico geográfico. Ao resgatar e refletir sobre o discurso de Santos Neves, Nogueira (2020) identifica a existência de uma “mitologia bandeirante” em sua narrativa, como forma de resgate das incursões e expedições coloniais, no sentido de sugerir que o *homem* deveria vencer as agruras do meio e dominá-lo, explorá-lo economicamente, para alcançar o progresso e a civilização. Santos Neves, em seu discurso à população de São Mateus em 1943, promove uma propaganda política estadista (Governo Federal de Getúlio Vargas) e desenvolvimentista, ao afirmar que:

Durante muitos anos pelejou o povo desta terra – que também é minha – isolado e sozinho, o rude combate contra a natureza hostil. Pelas quebradas das montanhas, como nos brejais paludosos das planícies, muitos fortes sucumbiram na ânsia febricitante da conquista. Outros, porém, empunhavam o bastão e retomavam a marcha interrompida, no louco afã de suprimir os espaços vazios mal delineados ainda nas

cartas geográficas [...]. Norteados agora pela bússola infalível do Estado Nacional, redobrarão os nordestinos do Espírito Santo a acometida audaz de vencer a distância e dilatar a esfera da civilização. Mesmo porque, em seu ânimo aventureiro, já antessentiam sua missão histórica [...]. O esforço colonizador, porém, apenas começa. Sentimos a necessidade de, no Espírito Santo, acompanhar o Brasil, uno e indivisível, sob a alta inspiração de um só Chefe. A transmigração intensiva no sentido sul-norte, que se observa hoje para o milagre da renascença amazônica, deve servir de paradigma para o Espírito Santo. Precisamos criar também o “espaço social” dentro do “espaço político” delimitado pelas fronteiras do nosso estado. A mise-em-valeur desta extensa área, que representa quase precisamente a metade do nosso território, não pode mais ser protelada [...]. É dever indeclinável dos órgãos administrativos do estado integrar, definitivamente, o norte do rio Doce na comunhão econômica do Espírito Santo. Abrindo estradas, fomentando a produção, restabelecendo uma recolonização mais intensa, valorizando o elemento humano, provendo as suas necessidades e estimulando, enfim, o seu progresso (Neves, 2002, p. 48-49 apud NOGUEIRA, 2020, p. 11).

O conteúdo do discurso de Santos Neves é marcado pelas expressões: *recolonização de espaços vazios, progresso, conquista e integração*. O objetivo neste contexto seria integrar a região do norte do Espírito Santo ao sul, como prática necessária ao progresso unitário do território capixaba. No entanto, o discurso de Santos Neves desconsidera que nestes territórios ao norte do rio Doce existiam povos e comunidades com outras organizações socioterritoriais, que se relacionavam com o meio por uma ótica distinta, e encontravam na associação com a natureza preservada a sua forma de reprodução de vida, como exemplo os povos indígenas, que historicamente ocupam esses espaços e que foram invisibilizados, atropelados e quase exterminados pela marcha desenvolvimentista moderno colonial. Fica estabelecido desta forma uma fronteira ideológica entre o que se considera “desenvolvimento” para a sociedade moderna, com matrizes de racionalidade pautadas no modelo colonial, e as formas de organizações sociais tradicionalmente associadas ao seu território ancestral (ALMEIDA, 2005; DIEGUES, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2006b).

### 4.2.3. Histórico de formação do município de Linhares (ES) e da vila de Regência

#### 4.2.3.1. Formação territorial do município de Linhares (ES)

Do ponto de vista histórico e geográfico o rio Doce se configurou como um dos principais eixos-fluxos do processo de colonização e formação territorial dos atuais estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. No século XVIII, penetraram pelo seu vale, sertanistas e exploradores coloniais como Sebastião Fernandes Tourinho, Antônio Dias de Oliveira e Borba Gato. No século XIX, foi a vez de imigrantes europeus e pesquisadores como o príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied, Paul Ehrenreich, August Saint-Hilaire, Princesa Teresa de Baviera, Charles Frederick Hartt, William John Steains entre outros. Já no século XX foi o período em que o fluxo urbano-industrial percorreu o vale, criando diversas formas de ocupação e exploração ao longo do trajeto entre Espírito Santo e Minas Gerais (MAIA, 1902; NOGUEIRA, 2020).

Antes do período de expedições estrangeiras pelo rio Doce, toda a área do norte do Espírito Santo (a extensa área de floresta do Rio Doce até São Mateus, no Norte do estado) e parte de Minas Gerais já era habitada pelos indígenas *Borum*, do tronco linguístico Macro-Jê, chamados *Botocudos* pelos portugueses. A denominação *Botocudos* foi dada aos Krenak, Nac-nuc, Minia-jirunas, Gutcraques, Nac-requés, Pancas, Manhangiréns, Incutcrás, entre outros. Os mesmos formavam grupos aguerridos que frequentemente entravam em conflito com outros grupos indígenas vizinhos da região de São Mateus, como os Malalis, Cumanachos, Maconis, Maxacalis, Panhames, Capuchos e Pataxós (OCCA, 2017, EHRENREICH, 2014 [1887]).

Os *Botocudos*, também chamados de Aimorés pelos Tupis, resistiram à colonização portuguesa neste território, mas foram quase que completamente dizimados pela “*Guerra Justa*” decretada pela Coroa Portuguesa no século XIX. Abordaremos de forma mais detalhada a história dos Botocudos no subcapítulo 4.4 a seguir.

Alguns destes grupos indígenas sobreviveram até o século XX nas matas localizadas entre o rio Jequitinhonha, Mucuri e o vale do rio Doce, nos estados de

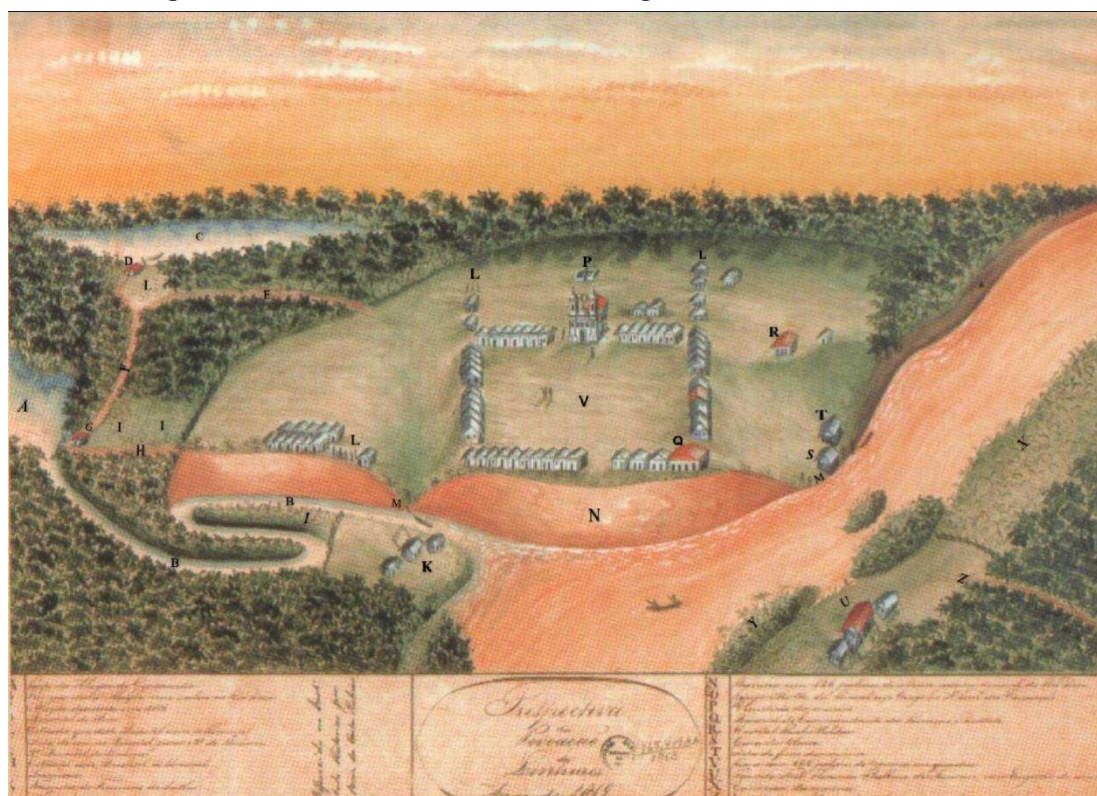


Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Os grupos do rio Doce, sobreviventes destituídos de suas terras e impactados pelo processo de contato e *fricção interétnica* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1963), em 1911 foram recolhidos a postos situados no Espírito Santo e em Minas Gerais. Eles começaram a “desaparecer” a partir de 1921, com o rápido desenvolvimento de Colatina e a sua emancipação política do município de Linhares. Esse “desaparecimento” entre aspas deve-se ao processo de extermínio sofrido, mas também ao fato de os indígenas terem sua identidade estrategicamente ocultadas, como tática de sobrevivência frente ao preconceito e discriminação étnico-racial, no contexto do crescimento dos povoados no século XX (ZUNTI, 1982; MARINATO, 2008; CARNEIRO DA CUNHA, 1986).

A região inferior do rio Doce foi tardiamente colonizada por razões estratégicas, pois o governo imperial temia que invasores pudessem utilizar o rio para alcançar a região das Minas Gerais, no período do ciclo econômico da mineração. Toda esta região do Rio Doce, contida no Espírito Santo, permaneceu pouco explorada pelos colonizadores portugueses até o início do século XIX, quando várias iniciativas de colonização passaram a ser incentivadas, buscando garantir o controle do acesso territorial e maior aproveitamento das possibilidades econômicas das áreas cobertas pela Mata Atlântica. Linhares foi um dos primeiros povoados nesse período (ZUNTI, 1982; OCCA, 2017).

Durante o ciclo da mineração no período colonial (séc XVII-XIX), a vigilância ao tráfico de ouro através do rio Doce deu origem ao povoado de Coutins, relativamente próximo à sua foz, onde, em 1800, foi implantado o quartel militar, com o mesmo nome, que fazia o controle da navegação do rio. Em 1809, este povoado foi destruído por ataques dos indígenas Botocudos, mas posteriormente outro povoado foi levantado no mesmo lugar, recebendo o nome de Linhares, em homenagem a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, que acabaria originando futuramente a cidade de mesmo nome (ZUNTI, 1982; MARINATO, 2007; SILVA, 2014; PML, 2020).

**Figura 5: Povoação de Linhares às margens do Rio Doce em 1819**



Legenda (Original):

A- Parte da Alagôa de Gypananã

B- Rio que desta Alagôa vem sahir no Rio Doce

C- Alagôa descoberta em 1816

D- Quartel de Aviz

E- Estrada que deste Quartel vem á Povoação

F- Dita do mesmo Quartel para o 2º. de Linhares

G- 2º. Quartel de Linhares

H- Estrada que deste vem á Povoação

I- Lavouras

K- Fazenda de Francisco Salles

L- Novas ruas

M- Portos

N- Barreira de 126 palmos de altura acima do nível do rio Doce

O- Igreja Matriz da Povoação cujo Orago hé N. Senr<sup>o</sup>. da Conceição

P- Cemitério da mesma

Q- Quartel do Commandante da Povoação e Destricto

R- Hospital Real Militar

S- Casa da Olaria

T- Dita do Forno da mesma

V- Praça com 622 palmos de largura em quadra

U- Fazenda de D. Florença Balbina de Amorim, com engenho de açúcar

X- Canaviaes da mesma

Z- Estrada que do Quartel de Aguiar vem sahir a esta Fazenda

Y- Ilhas com lavouras dos moradores da Povoação

Fonte: Reis (2000) in Marinato (2007). Original manuscrito da Biblioteca Nacional-RJ. 1819. Ilustrador não-identificado.

Até o século XIX, a região englobada por Linhares era coberta pela Mata Atlântica, que em decorrência dos desmatamentos durante os séculos XIX e XX, teve sua paisagem alterada, destacando-se o uso e ocupação por novos povoados, aldeamentos, pastagens e agricultura. O território do município de Linhares abrangia os que são hoje os municípios de Linhares, Rio Bananal, Colatina, Baixo Guandu, Pancas, São Gabriel da Palha, Sooretama, Santa Teresa, Itaguaçu e partes de Ibirapu (ZUNTI, 1982; PML, 2020).

No final do século XIX, a vila de Linhares enfrentou severas crises econômicas, enquanto o povoado de Colatina, que até então pertencia ao município de Linhares, passou a se destacar economicamente após a imigração de colonos italianos, o impulso da cafeicultura e pela localização estratégica no escoamento de mercadorias pela Estrada de Ferro Vitória – Minas (EFVM). Em 30 de dezembro de 1921, Colatina se emancipou de Linhares e foi alçada à condição de município, incorporando a cidade

de Linhares como distrito. Tal fato acabou contribuindo para o declínio político e econômico de Linhares nas duas décadas seguintes (PML, 2020).

Em 1930, se inicia na região de Linhares os trabalhos de construção da BR-101, interligando Vitória a Linhares e posteriormente, a São Mateus, o que acaba contribuindo para a retomada da atividade econômica local e recuperação do protagonismo da cidade. No dia 31 de dezembro de 1943, por decisão do Governo do Estado, administrado por Jones dos Santos Neves, Linhares foi desligado de Colatina e reestabelecido enquanto município, sendo nomeado como primeiro prefeito, Roberto Calmon (PML, 2020).

A partir de então, a cidade passou por ciclos graduais de expansão econômica e crescimento populacional, tornando-se uma das principais referências urbanas da região norte espírito-santense junto a Colatina e São Mateus, alcançando elevado índice de crescimento econômico, sobretudo no setor agropecuário e industrial. São exemplos atuais a atividade moveleira; a fruticultura (Cacau, Mamão, Banana, entre outras); a pecuária; o petróleo e gás; entre outros.

O crescimento populacional no município de Linhares se tornou mais expressivo a partir do fortalecimento da economia cacauceira nas décadas de 1930-40 e através da ampliação da malha rodoviária intermunicipal, que contou com a construção da ponte Getúlio Vargas sobre o rio Doce, inaugurada em 1954 e com o asfaltamento da BR – 101, na década de 1970. No período da gestão municipal de Joaquim Calmon (1951 – 1955), numerosas famílias italianas estabeleceram povoados no município; os baianos e mineiros, já presentes no território anteriormente, continuaram a migrar para Linhares nos anos seguintes, bem como pessoas vindas de outros estados brasileiros (PML, 2020).

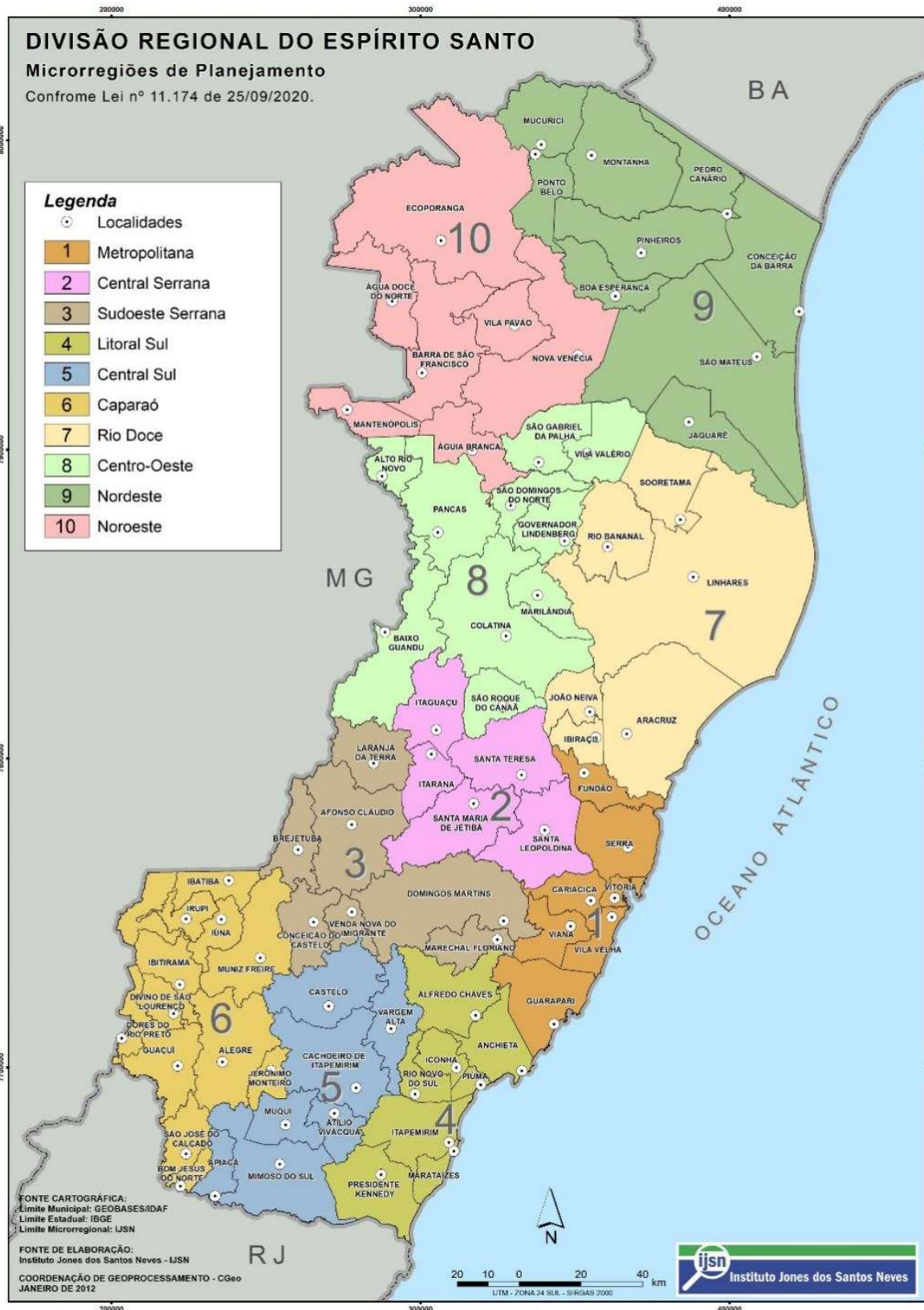
O município de Linhares é o de maior extensão territorial do estado do Espírito Santo, possuindo uma área de 3.496,263 km<sup>2</sup>. Além de ser banhado pelo Rio Doce, confronta-se também com o oceano Atlântico, configurando-se como o de maior extensão litorânea dentre os municípios capixabas (ver Mapa 4).

Próximo à cidade de Linhares localiza-se a lagoa Juparanã (na língua *Tupi* significa “mar de água doce”), que possui área de 63 000000 m<sup>2</sup> e é considerada uma das lagoas com maior volume de água do Brasil. Abrange, além de Linhares, os municípios de Sooretama e Rio Bananal. Linhares é o município do Espírito Santo que

possui maior número e extensão de espelhos d'água do estado, cerca de 84% do total. Oficialmente, Linhares tem 69 lagoas, mas de acordo com o biólogo Gilberto Barroso, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), pesquisas recentes mostram que esse número é maior, podendo chegar a noventa.

Localizado a 135 km da cidade de Vitória (capital do estado do Espírito Santo), o município de Linhares é cortado no sentido norte-sul pela rodovia BR-101. Sua população estimada em 2019 era de 173.555 habitantes e possui densidade demográfica de 40,33 hab/km<sup>2</sup>. Segundo dados do último censo demográfico do IBGE (2010), 86,7% da população reside em domicílios localizados em área urbana, enquanto 13,3% habitam na zona rural. O município atualmente conta com 9 distritos: Sede; São Rafael; Desengano; Quartel; Bebedouro; Povoação; Farias; Pontal e Regência (IBGE, 2020d) (ver Mapa 5).

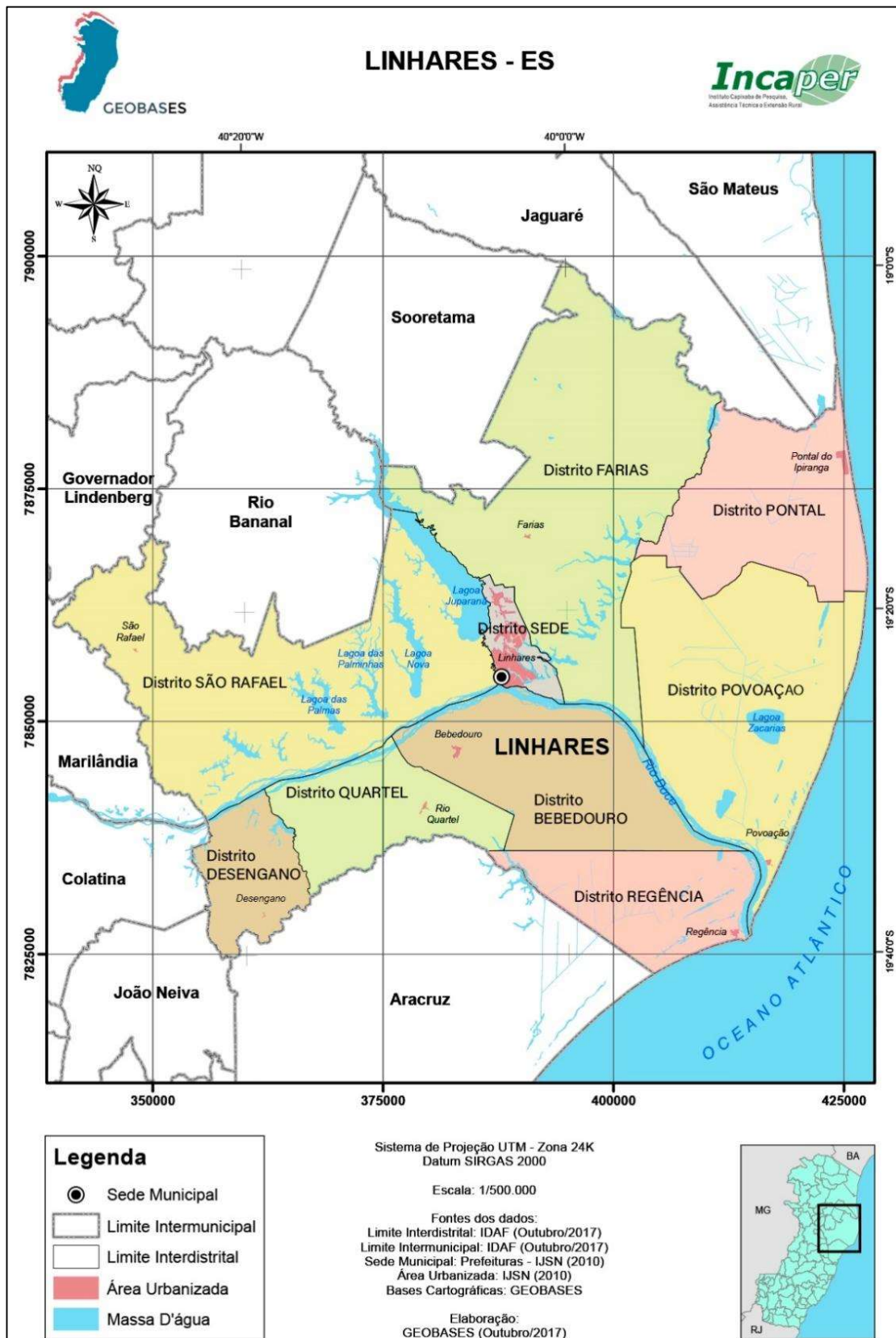
**Mapa 4: Mapa de Divisão Regional do Espírito Santo - Microrregiões de Planejamento**



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2020. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>



Mapa 5: Mapa do município de Linhares-ES e divisões distritais



Fonte: Geobases, 2017. Adaptação: Próprio autor. Disponível em: <https://geobases.es.gov.br/mapas-municipios-es>



**Figura 6: Vista aérea da cidade de Linhares-ES (01)**



Fonte: FamilySearch, 2020. Fotografia sem autoria. Adaptação: Próprio autor.

**Figura 7: Vista aérea da cidade de Linhares-ES (02)**



Fonte: PML, 2020. Fotografia: Felipe Reis.

As atividades econômicas do município de Linhares no século XX passaram por diferentes ciclos. Inicialmente, entre os séculos XIX e XX, foram marcadas pela fase de extração de madeira nativa. Posteriormente, o ciclo do cacau iniciado entre 1920-30, foi responsável pelo impulsionamento econômico do município, após o período de hegemonia da cafeicultura em Colatina, que entrou em crise após a década de 1940. O cultivo de cacau se encontra presente até os dias atuais na região, porém sofreu consideráveis quedas de produção a partir de 1990, em decorrência da praga *vassoura-de-bruxa*<sup>29</sup> nas plantações. As áreas de plantio se estendem pelas margens do rio Doce e em suas ilhas, com uma técnica de manejo sombreado associado às matas nativas de aluvião denominada de *Cabruca* (SILVA, 2014; PML, 2020).

Entre as décadas de 1950 e 1970, Linhares se destacou na atividade moveleira, aproveitando os altos índices de exploração de madeira nativa e agropecuária - com destaque para a monocultura e pastagens pós drenagem de áreas alagadas. O ciclo econômico sustentado por essas duas atividades ocasionou uma intensa degradação ambiental na região (LEONARDO, 2014).

Em 1960, o Governo Federal, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), construiu em Linhares, uma rede de canais artificiais de drenagem para escoamento das áreas inundáveis (brejos e lagoas) da planície deltaica do rio Doce. Após a implementação dos canais nas áreas anteriormente alagadas, verificou-se que as mesmas foram ocupadas pelo setor da pecuária e monocultura de alimentos - como o arroz. Desta forma, a planície litorânea passou a ser ocupada por grandes latifúndios, tendo a criação de gado como atividade principal (REBELLO, 2012; OCCA, 2017).

Na década de 1970, outro setor produtivo industrial se instala no território de Linhares, a exploração petrolífera por parte da Petrobrás. As jazidas de petróleo e gás descobertas nos últimos anos na faixa terrestre litorânea (planície costeira do baixo rio Doce), colocaram o município em destaque no setor energético estadual e nacional (LEONARDO, 2014).

---

<sup>29</sup> A doença popularmente conhecida como “vassoura-de-bruxa” é causada por um fungo chamado *Moniliophthora perniciosa*, é originária da Amazônia e considerada a principal praga do cacauzeiro do Brasil. A doença já ocorre na região produtora de cacau do Espírito Santo desde o final da década de 1980 e é a principal ameaça à cacauicultura no estado. O fungo é disseminado principalmente pelo vento, pela água e pelo material propagativo (hastes e mudas contaminadas). Quando não se adotam medidas de controle, pode causar redução na produção de até 90% (SOUZA et al., 2007).



O crescimento das atividades de caráter urbano-industrial ligadas ao setor de petróleo; gás; comércio e serviços resultaram na mobilização de grandes contingentes de trabalhadores para o litoral de Linhares. A partir de meados dos anos de 1990, a economia de Linhares apresentou altos índices de crescimento e passou por um período de transição na região, deixando de ser um município predominantemente agrícola para se tornar um município mais industrializado. Neste sentido, para além de Vitória, Linhares passou a desempenhar um papel de protagonismo no polo desenvolvimentista-industrial capixaba. Na esteira do perfil de desenvolvimento industrial, a partir de 1998 o município de Linhares se integrou à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o que contribuiu com a ampliação do polo moveleiro, energético, do setor da agroindústria e também com a instalação de indústrias metalmeccânicas no município (LEONARDO, 2014; SILVA, 2014).

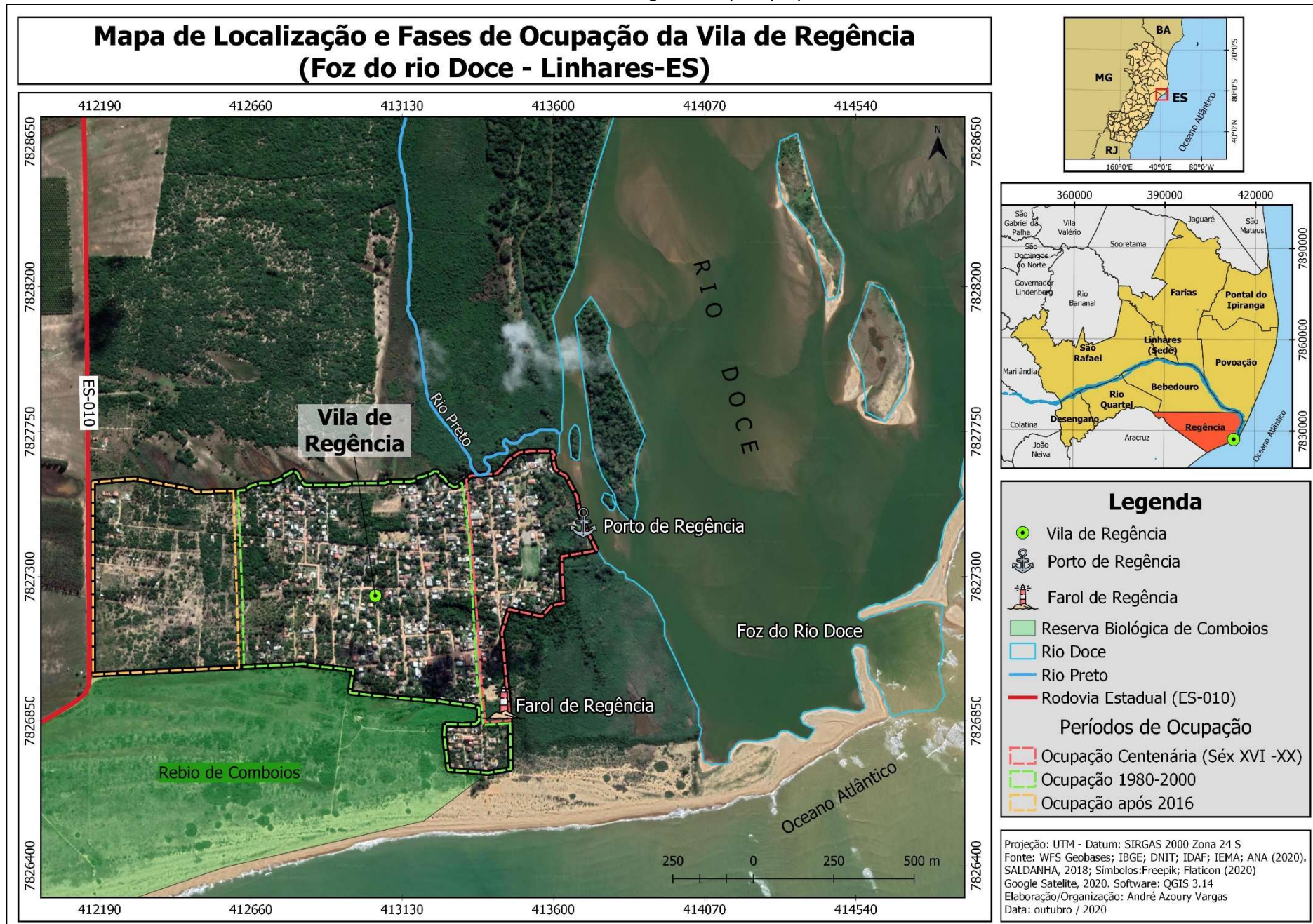
De acordo com Leonardo (2014), no início do século XXI, o município de Linhares foi marcado pelo dinamismo na esfera capital-econômica. Entre as atividades atuais encontradas na região, é possível destacar a produção de frutas, café, cacau, cana-de-açúcar, eucalipto, seringueira, indústria moveleira, indústria de confecções, setor metalmeccânico, agroindústrias, beneficiamento de rochas ornamentais, extração de petróleo e gás natural. É importante destacar que a maior parte dessa produção é destinada ao mercado externo através da exportação para outros países e a outra parte da produção alimenta os mercados consumidores do Espírito Santo e outros estados como o Rio de Janeiro e São Paulo.

#### *4.2.3.2. Caracterização da vila de Regência: aspectos históricos e socioculturais*

A vila de Regência está situada no quadrante sudeste do município de Linhares, junto a margem direita da foz do rio Doce, com área aproximada de 2.400 hectares e 1.300 habitantes (IBGE, 2020d). Sua população descende historicamente dos indígenas *Borum* e *Tupinikim* (nativos da região); colonos portugueses, negros de São Mateus, baianos e mineiros (vindos posteriormente). A vila faz fronteira com a Reserva Biológica de Comboios, com o Oceano Atlântico e com o rio Doce, localiza-se à aproximadamente 60 km da sede do município (Linhares) e à 125 km da capital do estado do Espírito Santo (Vitória). O acesso à vila se dá pela Rodovia Estadual ES-010.

Mapa 6: Mapa de Localização e Fases de Ocupação da Vila de Regência (Foz do rio Doce – Linhares-ES)

Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.





De acordo com a narrativa histórica da ocupação de Linhares, Regência foi considerada no período colonial o principal porto de escoamento produtivo da região, e uma importante referência para navegação marinha e fluvial. Até por volta de 1800, a ocupação colonial portuguesa na planície costeira de Linhares se restringia à duas pequenas aldeias situadas nas margens do rio Doce: a aldeia de Regência, instalada em 1572 na margem direita da foz do rio e, a aldeia de Nossa Senhora da Conceição (futura sede do município), instalada em 1593. Essas aldeias tinham a função de atracadouros de apoio às embarcações expedicionárias (GONÇALVES, 2014).

Em 1800, foi fundado na antiga aldeia, um quartel denominado de Quartel de Regência Augusta, em homenagem à Dom João VI, Príncipe Regente de Portugal. Sua função inicial foi de fortalecer militarmente o controle do acesso de embarcações no rio Doce e marcar posição estratégica de defesa em relação aos indígenas Botocudos. O porto de Regência desempenhava a função logística e comercial como um porto de referência entre a cabotagem na costa capixaba e a navegação fluvial no interior do rio Doce. No fim do século XIX, a vila de Regência se expande e passa a abrigar sedes de empresas de navegação e um farol (ver Figura 8), instalado próximo à desembocadura do rio Doce (ZUNTI, 1982 apud GONÇALVES, 2014).

**Figura 8: Antigo Farol de Regência**



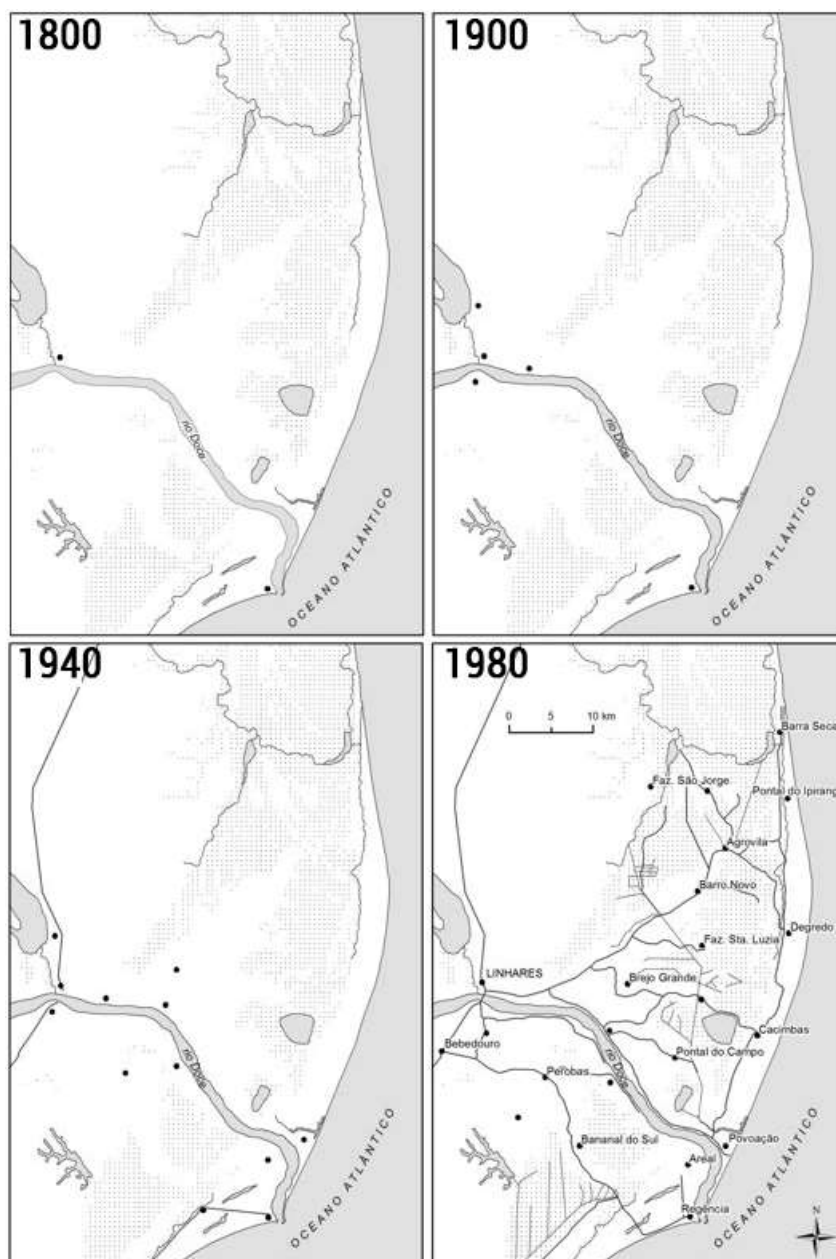
Fonte: Museu Histórico de Regência.

Disponível em: <http://www.fozdoriadoce.com.br/noticia/regencia/33/farol-do-rio-doce>

Devido à grande extensão de terras alagadas e pantanosas na região de Regência, a ocupação pós-colonial só se efetiva com maior substância a partir do início do século XX (ver Figura 9). No entanto, é a partir deste período que se observa

um declínio da atividade portuária de Regência, após a ferrovia Vitória – Minas ser inaugurada e passar a interligar o trecho Vitória x Colatina, em 1906. A criação de novas logísticas de escoamento de mercadorias por via terrestre acabou por diminuir a demanda do porto de Regência nos fluxos comerciais para Vitória (GONÇALVES, 2014).

**Figura 9: Progressão de Instalação do Povoamentos no Litoral de Linhares**



Fonte: GONÇALVES, 2014, p. 103-104.

As atividades comerciais portuárias em Regência, no século XX, se focam no desembarque (exportação) de madeiras extraídas no processo de abertura da frente

pioneira do noroeste do estado. Uma serraria é instalada no povoado e os produtos são exportados para Vitória, via navegação de cabotagem. Todavia, quando nos anos de 1930 é concluída a ligação por rodovia entre a vila de Linhares e a capital do estado, as madeiras passam a ser desembarcadas na vila de Linhares e exportadas para Vitória em caminhões (GONÇALVES, 2014; SILVA, 2014).

Nos anos seguintes, o porto de Regência, instalado desde o século XVI, passa a desempenhar mais exclusivamente o papel de apoio para a atividade pesqueira da região.

**Figura 10: Embarcações de médio porte no atracadouro de Regência (ES)**



Fonte: Leonardo, 2014.

A pesca historicamente faz parte do cotidiano e modo de vida de diversas famílias de Regência, tanto cultural como economicamente. O pescado (peixes e mariscos) se destacam como elemento central nos hábitos alimentares dos moradores locais. A construção da identidade da comunidade de Regência e seus habitantes nativos se relaciona intimamente com o contato com o rio Doce, o mar e a pesca. A vila de Regência guarda e conserva tradições do modo de vida ribeirinho e da pesca artesanal (LEONARDO, 2014; OCCA, 2017; DUARTE, 2018).

As populações pesqueiras artesanais se relacionam com a prática da pesca para além do vínculo profissional. De acordo com Bicalho (2012, p. 29), “a pesca



artesanal faz parte do cotidiano de diversas vilas pesqueiras, não só como fonte de alimento, mas também como modo de vida”.

**Figura 11: Localização do Porto e Farol de Regência (Fotografia aérea)**



Fonte: Galeria Foz do Rio Doce. Adaptação: Próprio autor.  
Disponível em: <http://www.fozdoridoce.com.br/regencia>

**Figura 12: Pesca Artesanal no rio Doce (Regência-ES)**



Fonte: Leonardo, 2014.

A partir da década de 1970 e 80, com a chegada das empresas Petrobrás e Transpetro (Petrobras Transporte S.A), ligadas à exploração de petróleo, no território da foz do rio Doce, se observa na vila um novo processo de ocupação e atração de novos moradores.

Em 1982, próximo ao período de início das instalações da Petrobrás na região, o Projeto Tamar cria sua primeira unidade no Espírito Santo no distrito de Regência, iniciando assim a chegada das políticas ambientais na região. A Petrobrás é a principal patrocinadora do Projeto Tamar, que realiza trabalhos de educação ambiental, estudos científicos de acompanhamento e preservação de espécies de tartarugas marinhas. Regência possui uma das mais importantes áreas remanescentes de restinga do Brasil e suas praias recebem periodicamente as desovas de tartarugas marinhas das espécies (*Dermochelys coriacea*) – conhecida como Tartaruga-de-Couro ou Gigante, localmente chamada de careba mole e a (*Caretta Caretta*) identificada como Tartaruga-Cabeçuda e localmente conhecida como careba dura (LEONARDO, 2014; PROJETO TAMAR, 2011).

A denominação de “careba” dada pelos nativos de Regência às tartarugas marinhas, deriva da língua tupi e relaciona-se diretamente com os hábitos tradicionais de alimentação da população local. Antes da chegada do Projeto Tamar na década de 1980, era bastante comum entre os moradores locais a prática da “carebada”. Segundo Dulce Suassuna (2005. p. 535), “a tartaruga marinha [...] representava para a população de Regência uma fonte de alimentação, era parte da tradição local – carebar –, ou seja, capturar à noite tartarugas que vinham à praia para desovar”. O consumo da carne de tartaruga e seus ovos entre os moradores locais era prática habitual e simbolizava um ritual identitário comum em torno da alimentação. Atualmente, a prática ancestral da “carebada” é estritamente proibida pelos órgãos de fiscalização ambiental e conservação da biodiversidade. A expressão “carebada” foi incorporada posteriormente pelas equipes de cientistas e ambientalistas do Projeto Tamar como forma de nomear as caminhadas noturnas para monitoramento, catalogação e proteção de ninhos e tartarugas em estágio de desova. A expressão também é utilizada na prática do turismo ecológico, em visitas guiadas para observação de tartarugas marinhas.

A presença do Projeto Tamar e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na região, a partir de 1980-90, acabou por

gerar conflitos e insatisfação entre os moradores de Regência e comunidades locais, que tiveram seus territórios de caça e coleta reduzidos pelos órgãos competentes. No entanto, é válido destacar a importância dos trabalhos do Projeto Tamar na conservação da biodiversidade local e na proteção de espécies marinhas em risco de extinção. Antigamente os impactos da caça no equilíbrio ecológico eram menores, porém com o desenvolvimento de práticas de sobrepesca predatória por grandes embarcações com redes de arrasto (diferente da pesca artesanal) e instalação de empreendimentos industriais na região, muitas espécies passaram a correr risco de extinção. Desta forma, a presença da Reserva Biológica de Comboios e do Projeto Tamar na região, foram positivas no aspecto da preservação da biodiversidade da fauna e flora local. No entanto, moradores relatam que a chegada do Ibama junto com o Projeto Tamar na região, alterou significativamente o modo de vida dos moradores locais no que tange às práticas tradicionais de alimentação (OCCA, 2017).

Segundo o Projeto Tamar, o litoral norte do Espírito Santo, próximo à foz do rio Doce, é a única área com concentração regular de desovas da tartaruga gigante ou de couro (*Dermochelys coriacea*) no Brasil. Segundo dados de 2011, apenas 5 a 15 fêmeas desovavam anualmente na região.

**Figura 13: Tartaruga-de-Couro (*Dermochelys coriacea*) em desova junto à vegetação de restinga próximo à foz do rio Doce**



Fonte: Projeto Tamar, 2020.

Disponível em: <https://www.tamar.org.br/tartaruga.php?cod=22>

As características ecológicas da faixa costeira do distrito de Regência e do município de Aracruz atraíram ações preservacionistas para a região a partir da década de 1980. “A praia de Comboios é considerada de extrema importância



biológica, o que a faz ser apontada como área prioritária para criação de novas unidades de conservação” (LEONARDO, 2014, p. 70). Desta forma, em 25 de setembro de 1984, é criada a Reserva Biológica (REBIO) de Comboios, com um total de 784,83 ha. e sob a atual administração do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio). A base Comboios do Projeto Tamar, encontra-se presente dentro da reserva e monitora a desova de tartarugas em uma faixa de 37 km de praias (PROJETO TAMAR, 2020).

Sob o aspecto cultural, Regência mantém importantes tradições que são frutos do contato de distintos grupos étnicos durante o processo de povoamento da região. De acordo com Zunti (1982), a conformação multiétnica em Regência se constitui pela miscigenação entre indígenas (Botocudos e Tupiniquim), negros vindos de São Mateus, e portugueses. Entre tantas festas e manifestações culturais que ocorrem anualmente na localidade, destacam-se o Carnaval, Festa dos Pescadores, Festa de São Benedito e Santa Catarina; e Festa do Caboclo Bernardo (LEONARDO, 2014).

O herói Bernardo José dos Santos (Caboclo Bernardo), pescador indígena da foz do rio Doce, vila de Regência, foi condecorado em 1887 pela Princesa Isabel com uma medalha de honra, por salvar 128 pessoas no naufrágio do navio Imperial da Marinha Brasileira, na barra do rio Doce. Falecido em 03 de junho de 1914, Caboclo Bernardo tornou-se símbolo de resistência, referência cultural e histórica na vila de Regência. Todo ano ocorre a festa do Caboclo Bernardo em sua homenagem. Moradores e turistas se unem em torno das rodas de congo, da dança, da culinária e autos teatrais para reverenciar Caboclo Bernardo, junto a São Benedito e Santa Catarina. O cortejo da festa tradicionalmente sai da casa da Dona Mariquinha (Matriarca da Banda de Congo de Regência) em direção à igreja de São Benedito, localizada na praça da vila. A festa do Caboclo Bernardo faz parte do Encontro das Bandas de Congo que ocorre na localidade há pelo menos duas décadas (VALIM, 2008; LEONARDO, 2014; SALDANHA, 2018).

**Figura 14: Foto de Bernardo José dos Santos (Caboclo Bernardo)**



Fonte: Domínio Público. Reportagem jornalística da década de 1940.

**Figura 15: Festa do Caboclo Bernardo – na vila de Regência (ES)**



Fotografia: Vitor Mendes Goulart, 2019.

A vila de Regência recebe um número regular de turistas ao longo do ano. Além das festas tradicionais e do turismo ecológico ligado ao Projeto Tamar, a vila também atraiu uma grande quantidade de visitantes interessados na prática do *surf*, a partir dos anos 2000. O mar de Regência e Povoação, próximos à foz do rio Doce, possuem uma formação de ondas tubulares bem característica e raras no Brasil. Essa condição acaba por atrair visitantes adeptos da prática do *surf* e atletas profissionais, que movimentam intensamente a vila principalmente nos finais de semana e nos dias com previsão de boas ondas. De acordo com Saldanha (2018), o *surf* é responsável por um intenso processo de especulação imobiliária na vila, notando-se, nos últimos anos, tanto um crescimento populacional quanto um aumento do número de loteamentos no local em decorrência deste tipo de turismo.

Desse modo, após os anos 2000, como consequência das atividades da indústria de petróleo, do gás e do turismo, verifica-se em Regência um novo movimento de crescimento populacional, em que a Vila passa a absorver demandas do mercado local em torno destas atividades.

Neste período foram abertos na comunidade diversos equipamentos de serviços e de moradia como: supermercado; mercearias; lanchonetes; restaurantes; pousadas; casas de veraneio. Assim os moradores nativos passaram a variar as suas formas de acesso à renda, na construção civil, em empreiteiras da Petrobrás e no setor de comércio e serviços local, sem, no entanto, abandonarem a prática da pesca artesanal. Segundo Silva (2014):

Apesar dos pescadores exercerem outras atividades, a pesca se faz presente no cotidiano da comunidade, principalmente nas refeições. Os “pescadores” que trabalham como pedreiros, guarda-vidas ou até mesmo prestando serviço para empreiteiras da Petrobrás pescam para garantir o peixe nas refeições e nas “festas” nos finais de semana (p. 37)

No final de 2015, essas práticas comuns na vila de Regência foram completamente alteradas com a chegada da carga de rejeitos de mineração pelo rio Doce. Os rejeitos de mineração, também denominados de “lama da Samarco” pela população local, foram provenientes do rompimento da barragem de Fundão controlada pela mineradora Samarco (Vale/ BHP), em Mariana-MG. O rompimento da barragem ocorreu no dia 05 de novembro de 2015, transferindo 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos industriais de mineração na bacia do rio Doce. A carga de rejeitos

chegou na foz do rio Doce entre os dias 21 e 22 de novembro do mesmo ano, causando danos inestimáveis ao meio ambiente (fauna, flora, microrganismos e corpos hídricos) e também no modo de vida das comunidades ribeirinhas do rio Doce e demais rios tributários da bacia (JUSTIÇA GLOBAL, 2016; LEONARDO et al., 2017).

A pesca nos corpos hídricos afetados pelo desastre-crime da Samarco foi proibida desde 2015 e continua interdita pelo poder público, nas áreas que abrangem o rio Doce; a faixa marinha entre Barra do Riacho (Aracruz) e Degredo (Linhares). A chegada da “lama” na comunidade de Regência causou uma transformação radical no modo de vida dos moradores que, para além do impacto na pesca, foram também impactados simbolicamente com a “morte” do seu rio.

O rio Doce, que já se encontrava bastante degradado, com extensas faixas de assoreamento, recebeu uma carga abrupta de rejeitos de mineração, provocando contaminação e morte de milhares de espécies que habitam o seu ecossistema fluvial, comprometendo de maneira imediata o acesso à água e o sustento de milhares de famílias que dele dependiam vital e economicamente.

Os impactos do desastre-crime da Samarco sobre as comunidades tradicionais da foz do rio Doce serão tratados com maior nível de detalhamento no subcapítulo 4.5.5.

#### 4.3. APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA

A Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria está localizada na margem direita da foz do rio Doce no município de Linhares-ES, a uma distância de 10 km da vila de Regência, a 54 km da cidade de Linhares e a 126 km da capital do estado, Vitória. A comunidade é reconhecida externamente pelo nome de “Comunidade do Areal” e se autodenomina internamente como “Aldeia Areal”. Como forma de considerar e respeitar a o processo de autoatribuição de identidade étnica dos moradores da comunidade, iremos neste trabalho, nos referir à comunidade como “Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria”, mesmo na ocasião em que por ventura suprimirmos a palavra “indígena” ao longo da escrita, não estaremos desconsiderando essa dimensão identitária associada à comunidade.

#### 4.3.1. Construção coletiva da Identidade étnica indígena e processo de reconhecimento e demarcação territorial pela Funai

A identidade indígena da Comunidade de Areal e Santa Maria é fruto da *etnogênese* e da relação de ancestralidade com o seu território. No processo de pesquisa realizado pela equipe do OCCA junto à comunidade no período entre 2015 e 2017, surgiram, durante a etapa de entrevistas, diversas falas de moradores que atestam o perfil da *autoatribuição da identidade indígena*, como apresentados nos trechos a seguir:

- [...], seu marido se identificava como?

- Índio, como índio também, né, ele morava aqui, nasceu e foi criado aqui.

- E a senhora se identifica como o que?

- Como índia também, botocuda ainda

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Fonte: OCCA, 2017).

- Eu e meu povo é tudo índio, eu sou filho de índio. [...] Minha descendência é de índio, eu acho que eu sou índio, eu acho que sou.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Atualmente é falecido. Fonte: OCCA, 2017).

- Eu tenho um pouquinho de raça dele também né, um pouquinho de índio também né, porque meu pai era índio, né, minha mãe é daqui mesmo, cabocla daqui mesmo.

- E o que é o caboclo?

- Caboclo eles falam que é, porque a gente tem a nação de caboclo, né, não sei que raça é esta, mas é a nação da gente.

- É parente do índio, será, o caboclo?

- Diz às vezes que o caboclo é parente do índio, é, caboclo. É raça do índio também. Parentesco. É a nação da gente.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Ao analisarmos os relatos feitos pelos moradores, encontramos diferentes linhas argumentativas em torno da autoatribuição de identidade. No primeiro relato, fica mais evidente a narrativa em torno do pertencimento histórico territorial: “nasceu e foi criado aqui”, como um vínculo com a terra. Ao afirmar que se identifica como “botocuda ainda”, isso fortalece esse aspecto, por reconhecer que historicamente

esse território foi ocupado por indígenas Botocudo (*Borum*). No segundo relato, destaca-se a perspectiva de consanguinidade e do vínculo de parentesco, “eu e meu povo é tudo índio, eu sou filho de índio, minha descendência é de índio”. No último relato essas perspectivas se misturam em torno das complexas categorias de *raça*, *nação* e *caboclo*.

A categoria de *raça* era, até o século XIX, bastante utilizada na ciência para sistematizar diferenciações e hierarquizações pela perspectiva étnica, genética e biológica entre os grupos étnicos. Alguns autores europeus, como Joseph Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso, defendiam que os negros e indígenas eram biologicamente inferiores aos brancos. Gobineau exerceu forte influência nas teorias raciais a partir do seu **Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas** (1855). Em sua linha argumentativa, afirmava que a mistura étnica produzia esterilidade e que a miscigenação era considerada um fator de degeneração social, a ser combatida com introdução a do branco/europeu na sociedade. Esse processo é acompanhado e fortalecido pelo movimento de eugenia, disseminado por Francis Galton no fim do século XIX. O mesmo apontava como único caminho possível para o progresso social, o processo de eugenia social, ou seja, a política de embranquecimento da população.

Surge desse movimento o racismo como construção social baseada em pressupostos científicos. A categoria de *raça*, neste contexto, era utilizada como forma de hierarquização dos grupos étnicos pelo perfil biológico, genético e cultural. No entanto, já no século XX,

[...] com o avanço das ciências biológicas e genéticas, os estudiosos deste campo chegaram à conclusão de que a raça como realidade biológica não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que: pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. Desta forma, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem, as diferenças não são suficientes para classificá-los em raças (SHUCMAN, 2010, p. 44).

A *nação* é interpretada pelo viés da identidade coletiva, no que tange à alteridade e diferença de demais organizações sociais, como o Estado-Nação e outras nações indígenas. Por fim, o *caboclo* é pensado com resultado do processo de *fricção interétnica* entre indígenas e europeus.

Na fala coloquial, o *caboclo* é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe.

Considerando a dimensão geográfica, o caboclo é reconhecido como um dos “tipos” regionais do Brasil. [...] o caboclo é também uma categoria de “mistura racial” e refere-se ao filho do branco e do índio (LIMA, 2009, p. 6).

Devido ao fato de a utilização coloquial da categoria *caboclo* remeter à mistura “racial” entre brancos e indígenas, a autoatribuição desta categoria em detrimento da indígena se configura como uma forma de defesa frente à reprodução de títulos discriminatórios direcionados historicamente aos indígenas, taxados pelos brancos de “selvagens”; “inferiores”; “preguiçosos”. Desta maneira, identifica-se que muitos indígenas ao longo da história passaram a se autodenominar *caboclos* como estratégia de sobrevivência em meio a uma sociedade racista. Na esteira deste processo, observa-se que a categoria *caboclo* remete a um conflito interétnico, e que foi apropriado pelos brancos na esteira de uma teoria racialista, para reproduzirem o discurso de que não existem mais indígenas em algumas localidades no Brasil, pois deixaram de ser “racialmente puros”. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (2012):

Durante muito tempo, pensou-se que a definição de um grupo étnico pertencesse à biologia. Um grupo étnico seria um grupo racial, identificável somática ou biologicamente. Grupo indígena seria, nessa visão, uma comunidade de descendentes “puros” de uma população pré-colombiana. Esse critério ainda é comum no senso comum popular. Ora é evidente que, a não ser em casos de completo isolamento geográfico, não existe população alguma que se reproduza biologicamente sem miscigenação com os grupos com os quais está em contato (p. 249).

De toda forma, cabe ressaltar que a categoria *caboclo* foi difundida por todo o Brasil e misturou-se a outras identidades e categorias de tipos tradicionais, como sertanejos, caiçaras, caipiras, e a modos de vida ligados a esses grupos, como: camponeses, pescadores, extrativistas (CANDIDO, 2010 [1954]).

A partir desta leitura, desmistifica-se a ideia de que os grupos étnicos estão isolados em fronteiras culturais cristalizadas, não se relacionando com outros grupos. A identidade desses grupos não é essencialmente genética e biológica; apesar desse contexto contribuir de alguma maneira com a sua construção via ancestralidade, não é essa perspectiva que a determina. A identidade é construída sobretudo pelo processo da alteridade, auto atribuição e por experiências histórico-culturais (BARTH, 2000 [1969]; CARNEIRO DA CUNHA, 2012).

O que busca-se apresentar, neste contexto, é que a autoatribuição de identidade indígena dos moradores de Areal e Santa Maria parte de múltiplas perspectivas, mas que se alinham coletivamente na construção comum da identidade indígena. A partir de 2010, os moradores da Comunidade de Areal e Santa Maria passaram a se organizar mais efetivamente em torno da construção coletiva de sua identidade indígena, se enxergando enquanto sujeitos de direitos na busca por políticas públicas e demarcação de seu território tradicional junto à Funai. O que não quer dizer que anteriormente a este período eles não se identificassem enquanto tal, mas foi a partir deste momento que a construção e organização coletiva se fortaleceu. O relato de uma moradora expressa esse sentimento:

- Sou nascida, criada, casada e vivida aqui. [...] Eu espero que a gente consiga aquilo que a gente merece, porque, como diz, eu acho que nós, como descendentes de índios, temos direito do que é nosso, né? Então a gente trabalha e tá buscando para ver se a gente consegue, né? Aquilo que a gente já perdeu.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015, quando possuía 55 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Um fato marcante no contexto da relação entre identidade, ancestralidade e pertencimento territorial vincula-se a vestígios de cerâmicas encontradas por uma moradora de Areal e Santa Maria, enterrados próximo ao rio Preto e à Lagoa Boa Vista, ocupada pela Fazenda Boa Vista (cujo atual dono é identificado pela comunidade como Pandolfi), localizada ao norte da comunidade. No ano de 2013, a equipe do OCCA teve acesso aos vestígios cerâmicos em campo, já bastante degradados, devido ao uso da terra para pastagem (OCCA, 2017).

**Figuras 16 e 17:** Vestígios arqueológicos de potes cerâmicos encontrados próximos à Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, enterrados em área à margem do rio Preto e lagoa Boa Vista



Fonte: OCCA, 2017. Fotografias: Simone Raquel Batista Ferreira, novembro de 2013.



Em visita ao local dos vestígios, a equipe do OCCA considerou a possibilidade de que poderia se tratar de antigas urnas funerárias indígenas, configurando um sítio arqueológico. Essa suspeição surgiu após o conhecimento sobre estudos realizados na região pelos arqueólogos Keniro Suguio e Celso Perota, nas décadas de 1970-80, e por João Luiz da Cunha Teixeira, em 2003, que foram apresentados em sua Dissertação de Mestrado: **A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso da planície litorânea do norte capixaba-Brasil** (2003).

Os arqueólogos e arqueólogas João Teixeira, Celso Perota, Cristiane Machado e Solange Caldarelli também contribuíram com trabalhos de identificação de sítios arqueológicos para os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) de empreendimentos da Petrobrás implantados na região a partir dos anos 2000, como a Unidade de Tratamento de Gás Cacimbas fase III e Usina Termoelétrica Mundi Linhares. Os sítios arqueológicos encontrados na região da foz do rio Doce e ao norte, no Vale do Suruaca, localizam-se próximo a lagoas e variam desde pré-cerâmicos, como os *sambaquis*<sup>30</sup>, até sítios cerâmicos históricos (CEA, 2011).

Através de relatos de moradores de Areal e Santa Maria, nas primeiras entrevistas realizadas pelo OCCA em 2013 e posteriormente em 2015, surgiram memórias sobre outros achados de potes e urnas cerâmicas na região. Sobre o conhecimento acerca dos potes cerâmicos enterrados, uma das anciãs mais velhas da comunidade afirmou: “Eu sei que tinha muito, era quando a gente ia cavar, achava muito era pedaço de panela e pote, um tanto assim enterrado [meio metro]”. Ao perguntarmos sobre os tamanhos dos potes, ela comentou:

- Era panela de barro, aquelas panelas de barro assim, ó... Minha mãe mesmo foi roçar uma vez e que quando ela meteu a enxada, foi em cima de uma panela, tava boazinha a panela, aí era duas, a outra tava enterrada, também era panela de barro, aí depois ela meteu a enxada

---

<sup>30</sup> *Sambaquis* (palavra de origem *Tupi* que significa: “monte de conchas”) são sítios arqueológicos monticulares formados por depósitos de material calcário (conchas de moluscos). Foram construídos pelo ser humano e possuem diferentes escalas de dimensão, podendo chegar a atingir impressionantes 70 metros de altura por 500m de comprimento. Os sambaquis eram construídos pelos povos da costa brasileira como monumentos ligados à memória e demarcação territorial, grande parte deles eram utilizados como lugar onde se enterravam os mortos. Os mesmos se configuram como uma das principais fontes históricas para estudos arqueológicos e fornecem informações sobre a idade de determinado grupo, seus hábitos de alimentação, instrumentos técnicos, entre outras. São encontrados em maior número ao longo da costa do Atlântico, principalmente na América. No Brasil os maiores sítios arqueológicos de sambaquis foram encontrados nas regiões Sul-Sudeste (principalmente Santa Catarina) e chegou a datar mais de 6000 anos (CARDOSO, 2019; DEBLASIS et al., 2007).

de novo e foi soltando a outra. Tem até hoje né, tem uns cacos aí enterrados, ainda tem, de panela, de pote.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de novembro de 2013, quando possuía 80 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Essa mesma moradora possui dois grandes potes de cerâmica em sua casa e os utiliza para guardar água. A respeito dos potes, um de seus irmãos lhe indagou: “Esses potes que você tem aí têm mais de 50 anos, não tem?” E ela respondeu:

- Ichi, tem muitos anos! Mas eu falo: “deixa aí”. Me perguntam: “pra que tu tem esses potes aqui, se hoje tem geladeira e tudo?” Eu falo: “não, antigamente não usava isso; era pote, né? Então, deixa os bichinho aí”

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de novembro de 2013, quando possuía 80 anos. Fonte: OCCA, 2017).

**Figura 18: Potes de cerâmica utilizados para armazenar água na casa de moradora de Areal e Santa Maria**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Próprio autor, maio de 2015.

A relação com os fragmentos cerâmicos, panelas e potes de barro, por parte dos moradores de Areal, reforça a perspectiva simbólica da ocupação tradicional de ancestrais indígenas na região, fortalecendo o vínculo da identidade com o território. Em entrevista realizada em 2015, uma moradora contextualizou a ocupação ancestral

indígena com sua a identidade, estabelecendo conexões com as panelas de barro enterradas que foram encontradas por seu pai (Talma Barcelos).

- Os primeiros que chegaram aqui foram os índios, primeirinho, primeirinho, que meu pai quando abriu aqui, que quando ele cavou, achou as panela de barro. Entendeu? Então eles foram os primeiros e depois foi meu pai. [...] Faz muitos anos que eles vieram porque eu acho que eu não tinha nem nascido ainda. [...] Aqui é terra de índio mesmo e aqui os índios somos nós, nós somos os índios, nós temos sangue de índio.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Os moradores de Areal e Santa Maria se autoidentificam como indígenas Botocudo (*Borum*), com ramificação *Tupinikim*. Em 10 de agosto de 2018, a comunidade entrou com um pedido formal de registro junto à Funai, requisitando uma visita técnica para início dos trabalhos de reconhecimento e demarcação territorial. A partir desta visita, foi gerado um Processo (n.º 08759.000488/2018-51) sob o qual tramita o procedimento do estudo e demarcação territorial. A partir de então, a Funai e o Ministério Público Federal passaram a reconhecer a comunidade de Areal e Santa Maria como indígena e a prestar assistência institucional à comunidade.

A porção de terra onde atualmente os moradores residem, é apenas uma parcela do território tradicionalmente ocupado historicamente, corresponde a porção de posse que os ancestrais, Talma Barcelos e Manoel Nobre, requereram junto ao Estado na primeira metade do século XX. Os moradores denominaram essa parcela territorial de moradia como “Aldeia Areal”. Uma das demandas da comunidade é que a porção maior do território de uso tradicional, que envolve as lagoas e a *Cabruca*, seja também contemplada no processo de demarcação territorial.

**Figura 19: Placa de Identificação da Aldeia Areal produzida e instalada pelos próprios moradores**



Fotografia: Próprio autor, abril de 2019.

A Funai já visitou oficialmente a comunidade e havia uma visita técnica agendada para março de 2020, que foi cancelada em decorrência da pandemia do Corona Vírus (COVID-19). Estava confirmada para essa reunião e visita técnica, a presença de lideranças das Terras Indígenas: *Tupinikim*, de Comboios; *Tupinikim* e *Guarani*, de Aracruz; *Krenak*, de Minas Gerais; e *Pataxó*, da Bahia. A presença de lideranças de outros territórios indígenas durante a visita técnica é uma forma de fortalecimento e respaldo ao reconhecimento externo da identidade indígena de Areal e Santa Maria. No momento, a comunidade aguarda novo agendamento de visita da Funai, provavelmente após a pandemia da COVID-19.

Esse processo de demarcação do território e garantia de direitos indígenas junto à Funai é detalhado por uma das lideranças da comunidade, em entrevista realizada em junho de 2020:

- Nós conseguimos o registro pela Funai.
- Certo. Aproveitando o gancho, você pode explicar como foi esse processo junto à Funai pra conseguir esse... como que é, “reconhecimento”?
- É, na verdade o reconhecimento já temos, porque quando a gente gera um número de protocolo e um número de processo dentro da Funai, a gente cria um “aviso” e, nesse “aviso”, tudo que é relacionado a nós passa por eles agora. Então, agora a gente é assistido tanto pela

Funai, a partir do ano passado, quanto o Ministério Público, porque todos os documentos que a gente recebeu, a gente protocola no Ministério Público. Então, nossa vida é montada tanto na Funai como no Ministério Público Federal.

- Você falou que são assistidos pela Funai. De que forma se dá essa assistência? É uma assistência... como você pode...?

- Então. Não houve um progresso por causa dessa pandemia. Porque na semana que antecedia a reunião aqui dentro da aldeia, eles acabaram cancelando porque houve o pico de contaminação do Covid-19. Então, eles cancelaram todos os compromissos com a gente. Então, posteriormente vai ser marcado, né? Então, assim, a assistida que a gente tem é a respeito de direitos, se a gente tomar qualquer partido de prevenção no Covid-19, eles vão estar dando orientações tanto por parte da Funai, né, como por parte do Ministério Público. Porque todas as atitudes que a gente toma é por orientação e intermédio de ambas as partes, tanto da Funai como do Ministério Público.

- Certo. Então essa é a assistência dentro do campo dos direitos, né, pra se cumprir a lei e tudo mais, dentro das garantias que vocês tem. Então, de alguma forma a Funai reconheceu a identidade indígena Botocuda da comunidade de Areal?

- Sim, porque foram eles mesmos que entregaram o documento à gente. A gente tem um documento do processo, inclusive foi entregue uma cópia ao Prefeito, ao município e a gente agora, em parceria com o município, a gente vai fazer a oficialização em breve. Com fé em Deus, dessa vez, a gente vai conseguir.

- Estão esperando no momento, então, que depois da pandemia a Funai volte a fazer a visita pra continuar tocando os trabalhos, né?

- Isso, isso aí.

- E aí, dentro desse processo de reconhecimento e tudo mais, né, de ação da Funai junto da comunidade, tem uma parte que se refere à demarcação territorial?

- Então, André, essa parte é um pouco delicada. A gente teve uma reunião com o Ministério Público. Então, é uma situação que falta amadurecer ainda, falta fazer outras reuniões. Então, assim, foi falado, mas superficialmente, e não foi aprofundado a respeito, não, entendeu? Então, assim, não tenho muito o que falar porque a gente vai deixar essa parte pra bem no final, entendeu?

- Entendo.

- Mas já foi falado, já foi ressaltado essa pauta na reunião.

- Então, no momento, a urgência, a demanda mais imediata é...

- É conseguir os direitos políticos em geral, entendeu? Educação, saúde... voltado mais pro indígena.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 30 anos, realizada em 10 de junho de 2020).

O processo de demarcação de Terras Indígenas (TI's), regulamentado pelo Decreto nº 17775/96, envolve diferentes etapas e é o instrumento administrativo utilizado para identificar, demarcar e registrar os limites dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas no Brasil. A Funai estabelece as seguintes etapas de enquadramento de demarcação das TI's: 1. Em Estudo; 2. Delimitadas; 3. Declaradas; 4. Homologadas; 5. Regularizadas. O processo da Comunidade de Areal e Santa Maria encontra-se na fase de complementação de estudo e delimitação.

Na fase de Estudo, a Funai envia uma equipe para realização de visita técnica, nomeando antropólogos e demais profissionais para fazerem estudos em campo na área pleiteada. Após elaboração de estudo antropológico, histórico, fundiário, cartográfico e ambiental que fundamentam a delimitação da TI, o mesmo passa por processo de aprovação pela Funai e é aberto para contestações de terceiros. Em caso de aprovação nesta etapa, a Funai encaminha para o Ministério da Justiça a solicitação de demarcação dos limites físicos territoriais da TI pleiteada. Por fim, na sequência do processo, a TI é homologada pelo Poder Executivo (Presidência da República) e regularizada com registro cartorial em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União (FUNAI, 2020).

#### **4.3.2. Genealogia e requerimentos de posse da terra nas décadas de 1930 e 1960**

A formação histórica e genealógica da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria deriva dos filhos de Claudina Alexandrina e José Lourenço Pinto Barcelos. São eles: Talma José Barcelos; Manoel Nobre Pinto Barcelos; Esmeralda Barcelos e Luís Eufrásio Barcelos. De acordo com o levantamento de pesquisa realizado pelo OCCA (2017), todos os filhos são nativos da região da foz do rio Doce. A informação sobre o local de nascimento de José Lourenço Barcelos e Claudina Alexandrina não é precisa, mas a partir das entrevistas com os netos do casal, alguns relatos indicaram que José Lourenço Barcelos nasceu em Ouro Preto (MG) e que Claudina Alexandrina é nativa da região da foz do rio Doce. De acordo com as entrevistas realizadas, os primeiros a construir moradias fixas no território de Areal e Santa Maria foram Talma José Barcelos (nascido em 1912) e Manoel Nobre Pinto Barcelos (nascido em 1915). Não se sabe precisamente o ano de chegada, porém sabe-se que todos os filhos de Talma e também de Manoel nasceram em Areal e Santa Maria. Levando em

consideração que o filho mais velho de Talma nasceu em 1932, subentende-se que a chegada dos primeiros moradores precede a esta data (OCCA, 2017).

De acordo com o relato de uma das filhas de Talma e sua esposa Maria Souza Barcelos, seus pais fizeram morada em Areal e Santa Maria após se casarem: “Quando meu pai casou, eles vieram pr’aqui, porque aqui não existia morador, isso aqui era *tapera*<sup>31</sup>, era mata” (Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de novembro de 2015, quando possuía 78 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Segundo os netos de Claudina Alexandrina, “ela é filha daqui mesmo”. De acordo com os relatos, ela nasceu na segunda metade do século XIX, na região da margem direita da foz do rio Doce e faleceu com mais de cem anos de idade (há cerca de 68 anos). Os netos de Claudina Alexandrina a conheceram e relataram um pouco suas características:

- Ela era baixinha, era morena, caboclada. [...] Eu conheci ela, era uma índia talvez. [...] Magrinha, cabelinho curtinho, era meio amorenada. [...] Usava um vestido comprido. [...] O paletó dela era só de manga cumprida, podia tá sol, podia tá chovendo, era só manga cumprida, dia e noite, a roupa dela era uma só

(Entrevista realizada com netos de Claudina Alexandrina, em 10 de maio de 2015. Fonte: OCCA, 2017).

Através do gráfico genealógico a seguir (ver Gráfico 4), elaborado pela equipe do OCCA entre 2015 e 2016, pode-se observar a configuração de parentescos entre os moradores mais antigos da comunidade. Não se pretendeu neste esquema ilustrado mapear todas as gerações existentes na comunidade, mas sim dar foco às primeiras gerações. No presente trabalho, o gráfico genealógico é utilizado como forma de apresentar a história da comunidade a partir dos vínculos de parentesco, sua temporalidade histórica e suas origens.

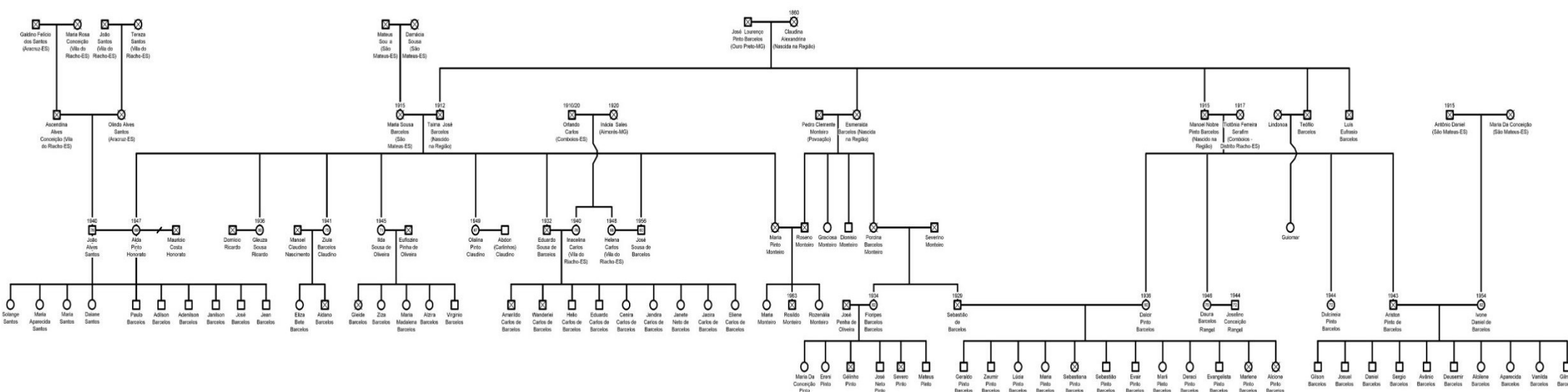
---

<sup>31</sup> *Tapera* é uma palavra indígena da língua Tupi, significa lugar, povoação ou casa abandonada, ocupada por mato.

# Gráfico 4: Genealogia Familiar da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria

Fonte: OCCA, 2017.

## Genealogia Familiar Comunidade (AREAL e SANTA MARIA)



**LEGENDA**

- HOMEM
- MULHER
- FILHO(A)
- CASAMENTO
- SEPARAÇÃO
- ⊗ FALLECIDO(A)

**EXEMPLO:**

1860 — ANO DE NASCIMENTO

⊗ Claudina Alexandrina — NOME

(Nascida na Região) — LOCAL DE NASCIMENTO

Fonte: Oficina de Genealogia Familiar realizada na Comunidade de Areal e Santa Maria (Linhares-ES) em: mai/nov 2015 e mai 2016.  
Organização de André Azoury Vargas a partir dos dados coletados em campo pelo Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA).  
Data: ago/2016



A existência da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria até os dias atuais é fruto de um longo processo de R-Existência em defesa de seu território tradicionalmente ocupado. Os irmãos Talma e Manoel Nobre (nativos da região), filhos de Claudina Alexandrina (nativa da região), tiveram que requerer junto ao Estado uma porção da terra que tradicionalmente ocupavam com suas moradias fixas e suas famílias. Nos levantamentos documentais realizados pela equipe do OCCA junto aos moradores mais antigos ainda vivos na comunidade, se verificou que no final dos anos de 1960, os irmãos Talma e Manoel requereram formalmente duas porções de terras ao Estado do Espírito Santo, que foram denominadas: Sítio Santa Maria (pertencente a Talma, com 15 hectares) e Sítio Areal (pertencente a Manoel, com 25 hectares).

Ainda em documentação levantada pelo OCCA (2017), relativa à propriedade fundiária da comunidade, constam diversos recibos de pagamentos de imposto territorial ao Estado, com datas posteriores e anteriores ao referido requerimento da década de 1960. O documento mais antigo encontrado foi um recibo de pagamento de Imposto Territorial pago por Manoel Nobre Pinto Barcelos à Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo no ano de 1934, referente a uma propriedade denominada Areal, com área de 25 hectares - dentre os quais 10 cultivados (consultar Anexos 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

Conforme constata o relatório do OCCA (2017), todos estes documentos atestam o estabelecimento dos irmãos Talma e Manoel na região. No entanto, entre 1934 e 1967 – período relacionado aos documentos referentes ao pagamento de imposto territorial – há uma grande variação no tamanho das áreas, o que reflete uma falta de precisão relacionada ao reconhecimento das terras efetivamente ocupadas. O pagamento dos impostos territoriais respectivos às áreas de moradia fixa que a população de Areal tradicionalmente ocupava foi importante para a garantia institucional do território que habitam atualmente. Caso contrário, corriam o risco de perder o direito de posse até sobre a porção territorial ocupada e identificada no Mapa 7, no subcapítulo a seguir. Os documentos que atestam o pagamento de Imposto Territorial e o requerimento de posse pelos irmãos estão disponíveis na parte dos Anexos, ao final deste trabalho.

Observou-se, a partir da pesquisa documental e da realização de entrevistas pelo OCCA com os moradores da comunidade, a existência de uma faixa de terra junto à margem do rio Doce, cuja posse era conferida a Maria de Sousa Barcelos

(Esposa de Talma). Essa faixa de terra de 7 hectares, é formada por sedimentos argilosos depositados pelo rio Doce e denominada de “barro” pelos moradores, se diferenciando do solo predominantemente arenoso das outras áreas. Compreende a região denominada Cabruca, onde tradicionalmente as famílias realizam o cultivo de cacau, à sombra da mata ciliar do rio Doce (consultar Anexo 7).

#### **4.3.3. População, Estruturas e acesso a Serviços Públicos**

Atualmente, a comunidade conta com um número próximo de 60 famílias que representam aproximadamente 200 pessoas<sup>32</sup>, descendentes diretos desses núcleos familiares, e de “chegantes” mais recentes. Areal e Santa Maria também possui vínculos de parentesco com moradores das Terras Indígenas Tupinikim e Comboios; Vila do Riacho; vila de Regência e Povoação. A comunidade possui atualmente cerca de 50 a 60 residências feitas de alvenaria e madeira - uma mudança em relação às técnicas de construção antigas, quando as casas eram feitas de *estruque* - estrutura de entrelaçamento de varas de madeira amarradas com cipó e preenchidas com barro (OCCA, 2017).

A comunidade possui uma Escola Municipal, denominada Escola Unidocente Municipal de Areal (EUM Areal), construída entre os anos de 1980 e 1990, e que funciona em dois turnos: no período da manhã, o Ensino Fundamental (1.º ao 5.º ano), e à tarde, a Educação Infantil. Conta com um quadro de 2 professores no período da manhã e 1 professor e 1 monitor no período da tarde, que residem na cidade de Linhares e na vila de Regência, respectivamente. Em 2020, a escola atendia uma média de 50 alunos, da própria comunidade e da vila de Regência. A mesma possui duas salas de aula, uma cozinha, um almoxarifado e um pátio de areia descoberto. O currículo utilizado é fornecido pela Secretaria de Educação Municipal de Linhares (OCCA, 2017; INEP, 2020).

---

<sup>32</sup> Dados fornecidos por moradores e presidente da Associação de Moradores de Areal.

**Figura 20: Moradores de Areal e Santa Maria e equipe do OCCA durante oficina de Mapeamento Participativo realizada na sala de aula da Escola Unidocente Municipal de Areal**



Fotografia: Próprio autor, setembro de 2015.

**Figura 21: Painel didático de alfabetização numérica presente na Escola de Areal com ilustração de indígenas navegando em canoas**



Fotografia: Próprio autor, setembro de 2015.

Após o quinto ano, os alunos são encaminhados para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Regência (EEEFM Regência), que possui apenas as etapas do Ensino do Fundamental 2 (6º ao 9º ano). Para cursar o Ensino Médio, os alunos de Regência e Areal precisam se deslocar até a cidade de Linhares.

A respeito do acesso aos serviços de saúde pública, a comunidade recebe um médico da Saúde da Família, que realiza atendimentos básicos aos moradores uma vez a cada mês. Em casos de emergência, telefona-se para a Central de Ambulâncias (192) e a Unidade Móvel, que fica em Regência, vai até Areal e Santa Maria, e

encaminha o paciente para o Hospital Geral de Linhares (HGL). Quando a Unidade Móvel não está em Regência, ela demora de uma hora e meia até duas horas para chegar em Areal e Santa Maria. Considerando que se trata de emergências, esse intervalo de tempo pode ser crucial para a saúde dos pacientes. Em razão dessa oferta de serviço de saúde, uma das principais reivindicações dos moradores é a construção de uma Unidade de Saúde, com a contratação de equipe de profissionais de saúde da família, para atendimento diário (OCCA, 2017).

Areal e Santa Maria possuem uma Associação de Moradores sem sede fixa e, atualmente, outras estruturas também fazem parte da comunidade, tais como: pequenas mercearias, igrejas evangélicas, campo de futebol de areia, parquinho e uma estrutura coberta de uso comum, nomeada de “Oca” pelos moradores locais (ver Figura 22). Atualmente, essa estrutura de uso comum está sendo reformada e ampliada por uma empresa prestadora de serviços da Petrobrás.

**Figura 22: Oca utilizada para reuniões e conversas**



Fotografia: Próprio autor, abril de 2019.

A comunidade passou a ter acesso à energia elétrica apenas a partir de 2004 e de acordo com relatos de moradores, antigamente a iluminação funcionava à base de lampião a óleo. O acesso à água para consumo, preparo de alimentos, higiene e irrigação é feito por poços que captam água do subsolo e por sistemas de captação de água da chuva que abastecem caixas d'água e cisternas (ver Figura 23). Com o impacto da chegada dos rejeitos de mineração da Samarco e a contaminação das águas subterrâneas na comunidade, a mesma passou a ser abastecida com galões

de água mineral pela Fundação Renova. Adentraremos de maneira mais detalhada neste tema no subcapítulo 4.5.5.2.

A comunidade não é ligada à rede de saneamento e esgoto, as águas cinzas são dirigidas para o próprio solo e o esgotamento sanitário é direcionado para fossas comuns – sumidouro.

**Figura 23 – Sistema de captação de água da chuva conectado a Caixa d'água na casa de um morador da Comunidade de Areal e Santa Maria**

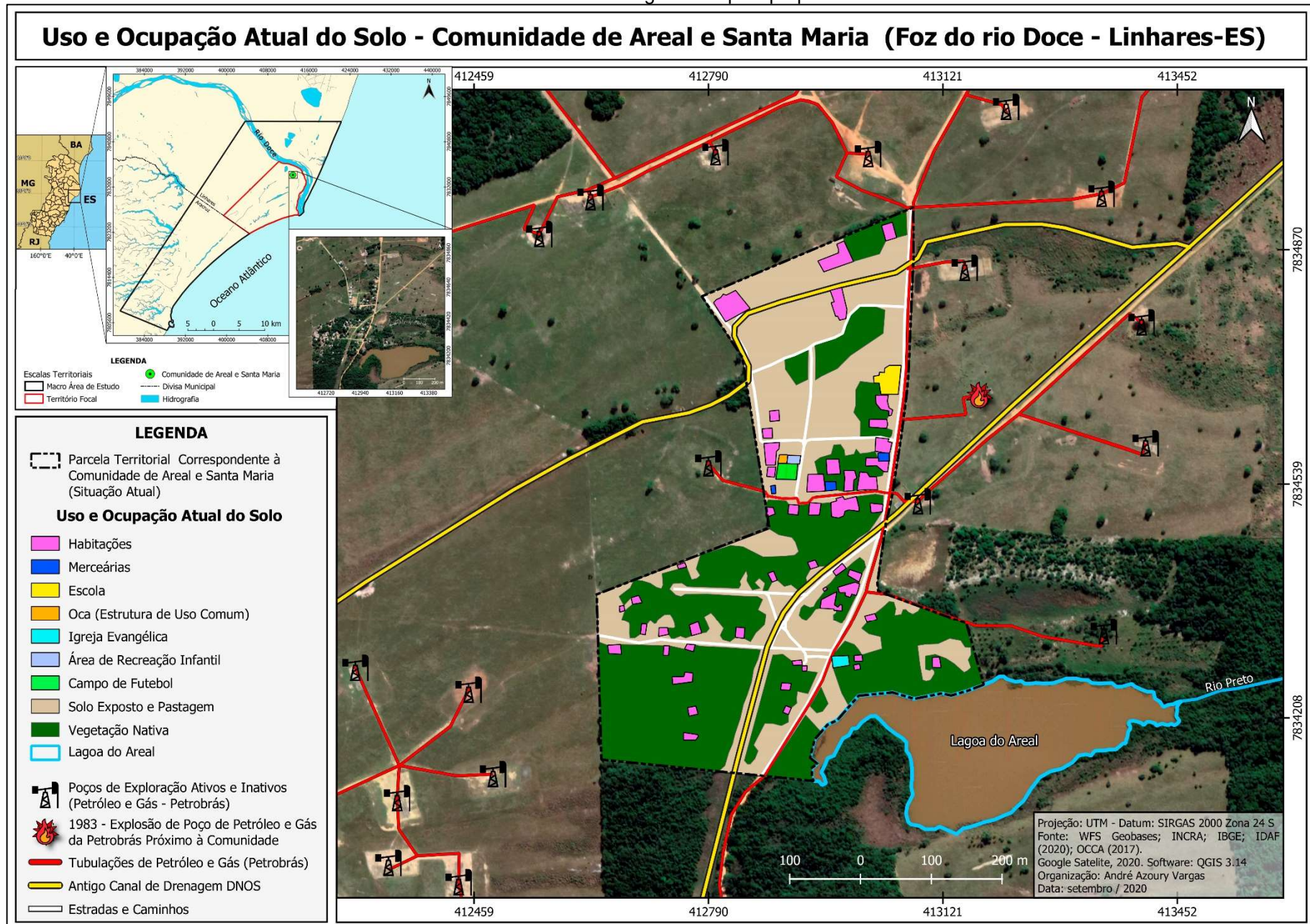


Fotografia: Próprio autor, 21 de abril de 2019.



**Mapa 8: Uso e Ocupação Atual do Solo – Comunidade de Areal e Santa Maria (Foz do rio Doce – Linhares-ES).**

Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.



#### 4.4. O HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO E EXPROPRIAÇÃO DOS INDÍGENAS BOTOCUDOS (BORUM) NA FOZ DO RIO DOCE: ENTRE CONFLITOS E R-EXISTÊNCIAS

O vale do rio Doce, no Espírito Santo, envolve uma pluralidade de comunidades tradicionais, originárias dos povos indígenas que aí se territorializavam desde os tempos anteriores ao processo colonial. Dentre os povos indígenas presentes na região, destacam-se os *Tupinikim*, tradicionalmente territorializados próximos à linha da costa e os chamados Botocudos (*Borum*), com territorialidade mais interiorana. Os Botocudos, pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê, eram “grupos nômades e de tradições guerreiras, vivendo de caça e coleta em extensas áreas da Mata Atlântica [...] nas regiões circundantes dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce e Pardo” (DUARTE, 2002, p. 270).

Em virtude de sua forte resistência à expropriação territorial durante o período colonial, os Botocudos tornaram-se alvo de duras investidas e políticas oficiais de extermínio a partir do século XIX. Classificados como “ferozes”, “canibais (antropófagos)” e “selvagens”, os Botocudos foram perseguidos e massacrados de maneira expressiva pelos atores da frente colonial.

A dominação colonial colocava os portugueses como uma sociedade superior à dos povos originários e como atores principais na tarefa de “civilizá-los”. A redução dos povos originários à categoria de “selvagens” e “não humanos” justificava sua destruição pelo grupo social (auto) definido como padrão civilizatório, branco e colonial (OCCA, 2017, p. 24).

Os europeus consideravam a sua sociedade como superior à dos povos indígenas e, para isso, era necessário civilizar em nome do progresso, fazendo com que o indígena se despossuísse de sua cultura e aceitasse o modo de vida do colonizador. O movimento colonizador trouxe consigo pestes epidêmicas, como a varíola<sup>33</sup>, que dizimaram povos indígenas inteiros, gerando redução sucessiva de seus territórios, pela morte e pela expulsão/ “civilização” daqueles que conseguiam escapar do massacre bio-patológico (OCCA, 2017).

---

<sup>33</sup> Varíola é uma doença infecciosa transmitida por vírus e foi considerada erradicada em 1980 por meio de desenvolvimento de vacina. Estima-se que durante o século XX, a varíola, apelidada de “peste branca”, tenha causado entre 300 e 500 milhões de mortes no mundo. Disseminada na Ásia, Oriente Médio, Europa e África, chegou às Américas a partir da colonização europeia. Das sequelas deixadas entre os que sobrevivem à doença, destacam-se a cegueira e as cicatrizes corporais (SÁ, 2008).

A origem do nome “Botocudo” deriva de uma visão genérica e preconceituosa dada pelos colonizadores portugueses. Tal expressão se tornou comum para se referir aos grupos indígenas pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, da região do vale do rio Doce e das bacias do Jequitinhonha, Mucuri e Pardo. Esses grupos indígenas, em sua maioria, tinham a tradição de utilizar botoques labiais e auriculares feitos de madeira. Os botoques eram discos brancos de diâmetro variável, geralmente feitos com a madeira leve da barriguda (*Bombax* ou *Chorisia ventricosa*) (MARINATO, 2007; EHRENREICH, 2014 [1887]).

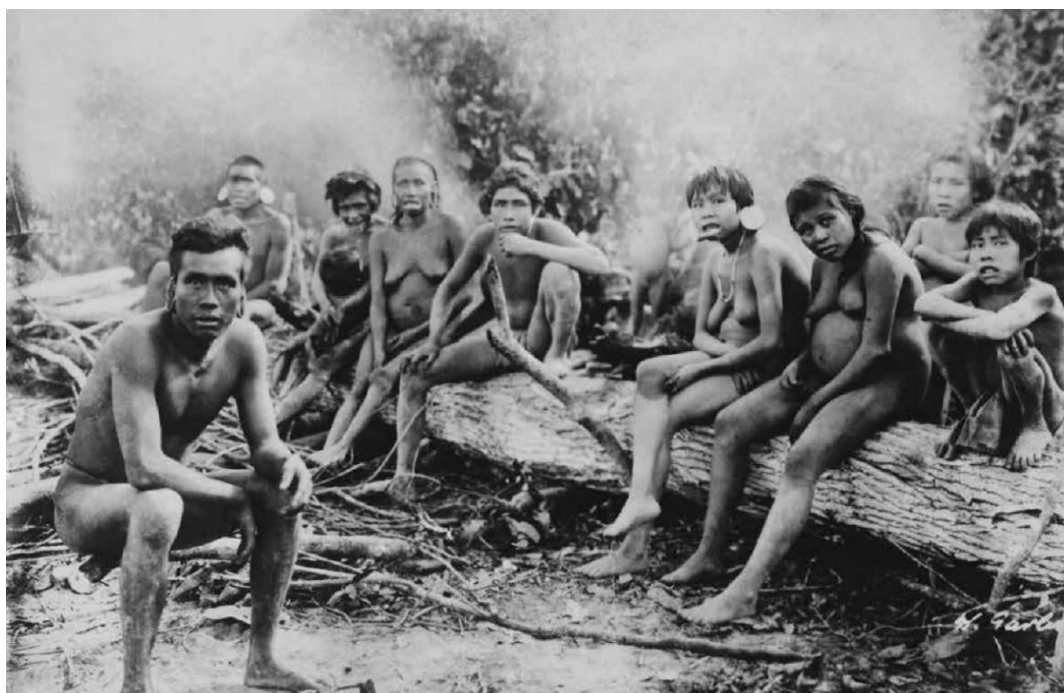
**Figura 24: Representação dos indígenas Botocudos e uso de botoques**



Ilustrador: Johann Moritz Rugendas. Disponível em:  
<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18363/botocudos>



**Figura 25: Retrato de Botocudos (*Borum*) - Krenak**



Fonte: Acervo Plínio Ayrosa/ USP. Fotografia: Walter Garbe Disponível em: [https://img.socioambiental.org/v/publico/Krenak/krenak\\_2.jpg.html](https://img.socioambiental.org/v/publico/Krenak/krenak_2.jpg.html)

A partir do século XIX, diversos viajantes pesquisadores, etnólogos e naturalistas europeus percorreram o vale do rio Doce para a realização de pesquisas e registros científicos. Muitos deles tiveram contatos diretos com os indígenas Botocudos, como o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1782 - 1867), August de Saint-Hilaire (1779 – 1853), Charles Frederick Hartt (1840 -1878), Paul Ehrenreich (1855 – 1914) e o próprio imperador Dom Pedro II (1825 – 1891).

De acordo com Paul Ehrenreich, autor do livro **Índios Botocudos do Espírito Santo no Século XIX**, publicado em português em 2014, com revisão e organização do historiador Júlio Bentivoglio, no Espírito Santo, os indígenas Botocudos autodenominavam-se de Bürũ (*Borum*), e derivavam-se em troncos e grupos com nomes específicos como: Näk-nenuk; Näk-erehä; Etwet; Takruk-krak e Nép-ñep (EHRENREICH, 2014 [1887]).

Segundo Marinato (2007), muitos dos viajantes e colonos que visitaram e exploraram o rio Doce espírito-santense, ao longo da colonização, classificaram os chamados Aimorés, Puris e Pataxós como “tribos Tapuias”. Segundo Solthey, os Aimorés do rio Doce foram considerados pelos padres jesuítas “os mais ferozes de todos os tapuias” (apud WIED-NEUWIED, 1989, p. 285).

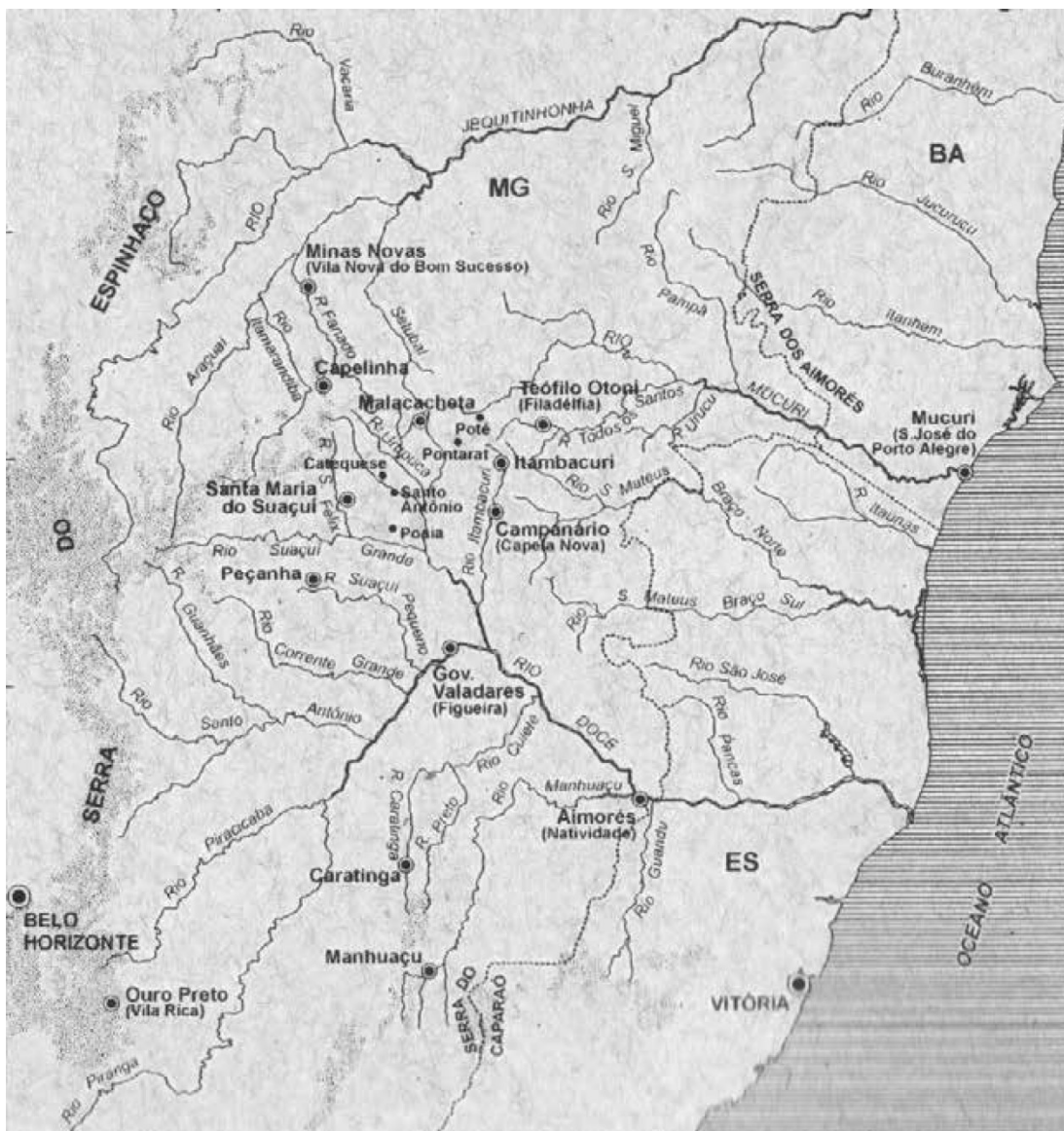
Desta forma, as alcunhas de *Botocudos*, *Aimorés*, *Tapuias* e *bugres* eram todas produzidas por agentes externos aos grupos, como os colonizadores portugueses e outras nações indígenas como os Tupi. Posteriormente, as categorizações se tornaram ainda mais genéricas, classificando os povos indígenas como “índios”, “caboclos” ou “mestiços” (OCCA, 2017).

Ao longo deste capítulo, ao nos referirmos aos indígenas Būrū (*Borum*), iremos seguir à mesma forma escrita utilizada nas referências bibliográficas consultadas, que optam pela nomenclatura “Botocudos”, expressão mais difundida e referenciada ao longo da história. No entanto, levantamos a importância de se resgatar e associar as nomenclaturas autoatribuídas pelo próprio grupo, por interpretar que tais expressões dialogam com os processos de construção e fortalecimento de sua identidade. Desta forma, quando possível empregaremos conjuntamente a nomenclatura *Borum*, acompanhada de *Botocudos*.

A territorialidade dos Botocudos (*Borum*) esteve historicamente associada às áreas cobertas pela Mata Atlântica, desde à região do Baixo Recôncavo Baiano, até o vale do rio Doce no Espírito Santo e Minas Gerais.

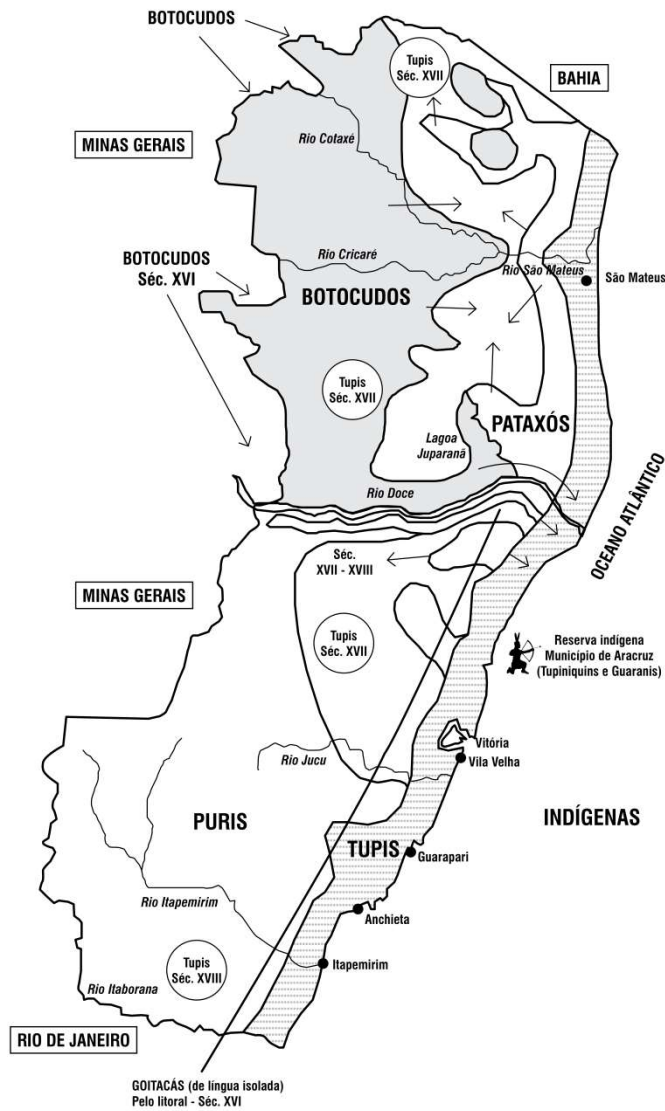
O território ocupado pelos Botocudos compreendia grandes faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata na direção leste-sudeste, constituídas de florestas latifoliadas tropicais, cujos limites prováveis seriam o vale do Salitre, na Bahia, e do rio Doce no Espírito Santo. Desconhecemos se tal ocupação foi processada simultaneamente ou se — em decorrência da intensa migração dos vários grupos, acentuada pelo contato belicoso com a sociedade dominante — a referida ocupação deu-se nos vários pontos em momentos históricos diferentes [...] a zona tornou-se o refúgio privilegiado dos grupos indígenas que se mantiveram nas matas interiores, afastados do processo de expansão da sociedade nacional (PARAÍSO, 1992, p. 413 apud MARINATO, 2007).

Figura 26: Mapa de referências geográficas para a história dos Botocudos, século XIX



Fonte: Ehrenreich, 2014 [1887].

**Figura 27: Mapa das nações indígenas existentes no Espírito Santo durante o século XIX**



Fonte: Ehrenreich, 2014 [1887].

Entendemos que as fronteiras territoriais expostas no segundo mapa não são fixas e imóveis, mas sim fluidas. Tal mapeamento corresponde a uma aproximação representativa das ocupações territoriais das nações indígenas no Espírito Santo até o século XIX e é um interessante modelo ilustrativo da dispersão e ocupação dos grupos indígenas neste intervalo histórico.

#### 4.4.1. Botocudos (*Borum*): Modo de vida e hábitos alimentares

Os Botocudos (*Borum*) tradicionalmente viviam da pesca, caça e coleta. De acordo com os relatos de Maximilien Wied-Neuwied (apud Ehrenreich (2014 [1887])),

as suas casas variavam entre os grupos mais sedentarizados (aldeados) e os nômades. Nessas, as casas eram de rápida feitura, coberturas simples, feitas de pequenos troncos de madeira, colocados enviesados, atados com cipós e cobertos com folhas de palmeira encostadas aos pares.

A partir de relatos de Maximiliano Wied-Niwied, os povos Botocudos não desenvolviam utensílios de cerâmica e tinham maior relação com cascas de frutas e vegetais, como a *Sapucaia* e o *Bambu*, utilizados como recipientes para ferver água e outros líquidos. A feitura do fogo era a partir da técnica de fricção de brocas de madeira sobre outra superfície vegetal, e era transportado sobre tocos em brasa e tochas de madeira envolvidas em cera de abelha.

**Figura 28: Jovens “Botocudos” (Borum) utilizando instrumentos para feitura de fogo por fricção de varetas de madeira. Barra do rio Pancas, entre Colatina e Barbados (ES), em 1909**

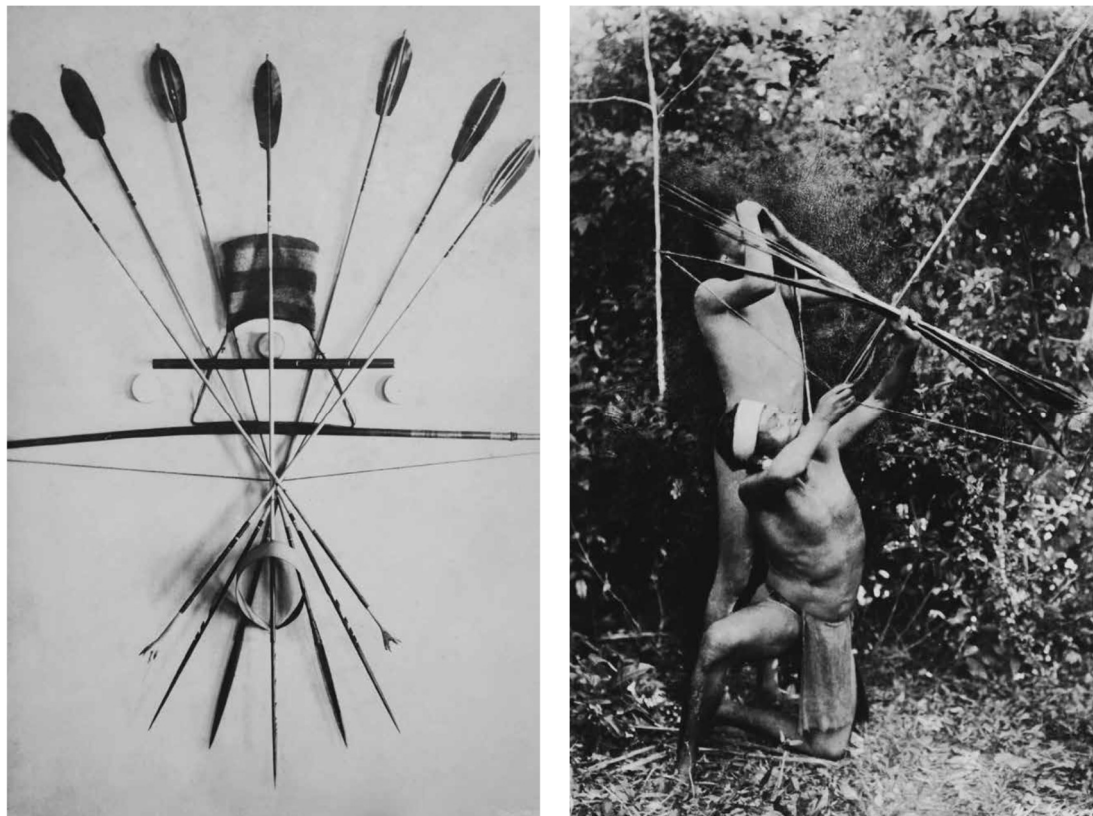


Fonte: Ehrenreich, 2014 [1887]. Fotografia: Walter Garbe.

A fabricação de arcos e flechas era feita a partir de uma “madeira pesada da brejaúva ou coqueiro airi (*Astrocaryum airi*), de quatro a seis pés de comprimento e de uma corda feita de fibras de várias plantas, como a cecrópia, xylopia ou diversas espécies de malva ou bambu” (EHRENREICH, 2014 [1887], p. 81). Fabricavam três diferentes tipos de flechas que eram utilizadas especificamente para combates e caças de pequeno à grande porte. Relatos também apontam a presença de machados

de pedra afiada, utilizados em tarefas cotidianas e cortes de cabelo. Os utensílios de ferro, como caldeirões e facas, eram conseguidos por meio de trocas e ataques a fazendas e colonos viajantes (EHRENREICH, 2014 [1887]).

**Figuras 29 e 30: Arco e flechas e Botocudos caçando na barra do rio Pancas entre Colatina e Barbados (ES), em 1909**



Fonte: Ehrenreich, 2014 [1887]. Fotografias: Walter Garbe.

O modo de vida dos Botocudos estava bastante associado às práticas de caça e pesca, como observa Ehrenreich (2014 [1887]):

Que os Botocudos não se encontram atrás de qualquer tribo caçadora no que se refere à habilidade para obter a sua caça, isso é confirmado por todos os observadores. Desde a juventude aprendem a espreitar e esgueirar-se atrás das presas na densidade de suas florestas aparentemente impenetráveis, atraem os animais pela simulação de suas vozes, trepam nas mais altas árvores à procura de ovos e frutas, matam peixes com a flecha ou envenenando a água, colhem o mel das abelhas silvestres, etc (EHRENREICH, 2014 [1887], p. 86).

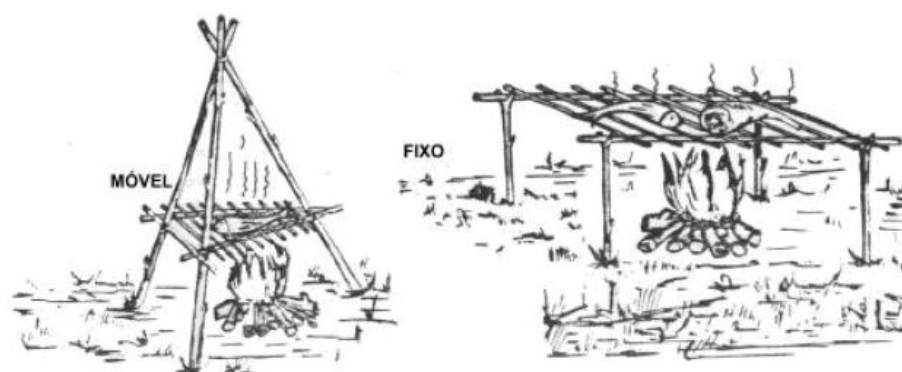
Os hábitos alimentares dos Botocudos (*Borum*) eram variados e se concentravam com maior foco em castanhas e nas proteínas animais, como “mamíferos da mata, tais como o veado, a anta, o quati, a capivara e todos os pássaros possíveis, também não rejeitavam as rãs, lagartos e principalmente as cobras” (EHRENREICH, 2014 [1887], p. 88). Não dispensavam também as larvas de

besouros que surgem no interior de troncos de madeira oca ou podre, como da *Taquara*, hábito alimentar este, similar ao dos indígenas Kaingang no sul do país, que também são do Tronco Macro-Jê, e denominam essas larvas de “corós”. Quanto à pesca, os peixes eram capturados com flechas ou por envenenamento com o extrato da *Paullinia* (cipó Timbó). Devido ao contato com os colonos, o povo *Borum* também passou a adotar os anzóis de metal como utensílio de pesca (EHRENREICH, 2014 [1887]).

De acordo com Ehrenreich (2014 [1887]), os Botocudos não utilizavam sal nos preparos culinários, assim como diversas outras etnias indígenas, porém os mesmos tinham o costume de praticar a *geofagia*, que consistia na ingestão de porções de terra e plantas com teores de sal em meio aos preparos de alimentos. Isso, em boa medida, substituía a função do sal e incorporava outros minerais e nutrientes à dieta alimentar. O consumo de bebidas destiladas como a cachaça e do fumo de rolo (tabaco) data-se de período posterior ao contato com os portugueses; ou seja, foram hábitos adquiridos através do contato interétnico.

O preparo dos alimentos variava entre o cru, o assado (moqueado) e o cozido. Utilizavam o *moquém* para assar nacos de carnes e peixes em espetos de madeira ou enrolados em folhas (semelhante à *pokeka* tupi). Frutas e tubérculos, como bananas, batatas e carás eram assados envolvidos nas cinzas de fogueira ou braseiro. A fervura da água é mencionada principalmente em aldeias onde existiam panelas adequadas. Era bem comum que levantassem durante à noite para ingerir algum alimento (EHRENREICH, 2014 [1887]).

**Figura 31: Ilustração de tipos de Moquém, estrutura de madeira utilizada para assar alimentos sobre o fogo**



Ilustrações de Sebastião da Silva Vieira. Disponível em:  
<http://moqueio.blogspot.com/>

Muito se argumenta sobre o feitiço dos Botocudos ao canibalismo (antropofagia). De fato, essa prática não é um mito completamente inventado, porém foi exacerbado e utilizado pelos portugueses como discurso para promover perseguição e chacina aos povos Botocudos (*Borum*) através da “Guerra Justa”. De acordo com relato do etnólogo Paul Ehrenreich (2014[1887]), os Botocudos, assim como os Tupinambás, tinham costume de consumir carne humana apenas em circunstâncias específicas. Não era um hábito que compunha a dieta alimentar regular dos mesmos, mas era sim uma prática de demarcação territorial e ritualística para com os inimigos mortos em batalhas.

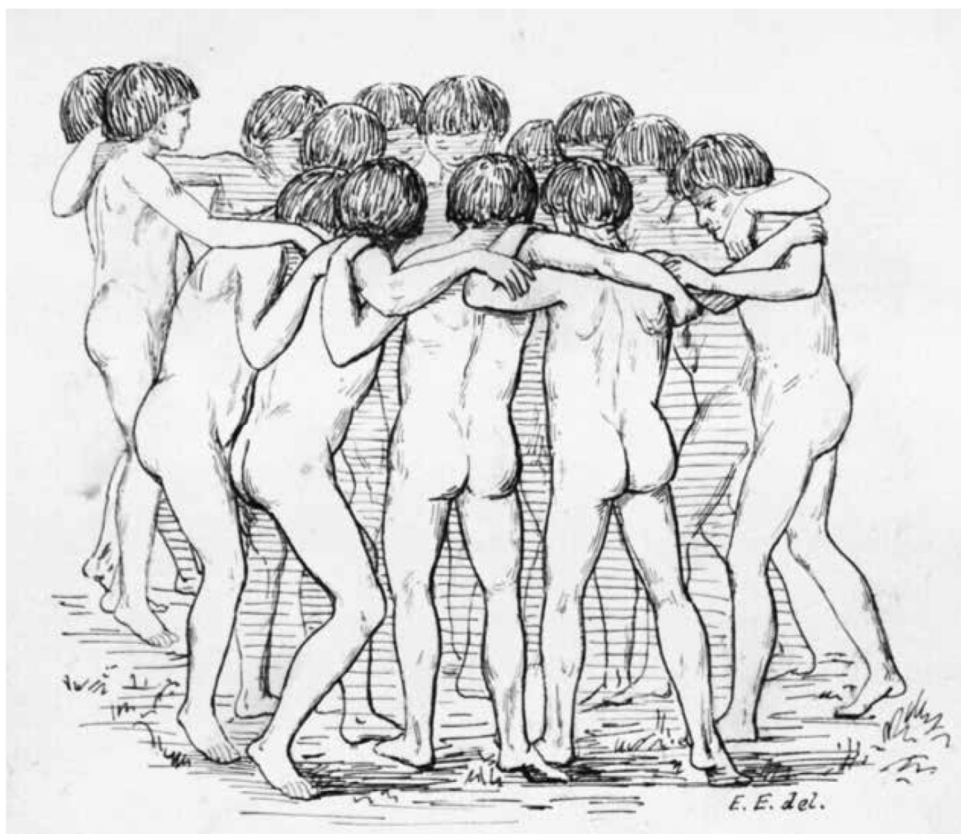
Por muitas vezes, interpretamos as práticas antropofágicas entre os povos indígenas com repulsa e como sinal de inumanidade. No entanto, devemos perceber que tais interpretações, de nossa parte, estão embebidas de olhares ocidentalizados e de dogmas religiosos. Os modos de vida dos povos originários são compostos por cosmologias e perspectivas de mundo distintas do pensamento ocidental e, desta forma, faz-se importante analisar os elementos culturais etnográficos com maior cuidado, respeito e sensibilidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

Os rituais de festa entre os Botocudos estiveram bastante relacionados com a alimentação. Comemoravam, por exemplo, a fartura e o sucesso nas caçadas. Nestas ocasiões,

[...] toda a tribo se reúne à noite para dançar em volta da fogueira. Homens e mulheres, estas com seus filhos pequenos nas costas, formam um círculo em fileira colorida, em que cada dançarino coloca seus braços em volta da nuca do companheiro ao lado; todo o círculo começa a virar para a direita ou para a esquerda, enquanto todos pisam forte ao mesmo tempo com o pé correspondente ao lado do giro, tirando o outro rapidamente. Logo se aproximam mais e mais uns dos outros com as cabeças baixas para em seguida afrouxar o círculo. [...] ouvem-se canções curtas improvisadas, em que são cantadas as ocorrências do dia, os objetos de sua alegria e outros acontecimentos. Por exemplo, “hoje tivemos uma caça boa”, “matamos esse ou aquele animal”, “agora temos alimento”, “a carne é saborosa”, “cachaça é gostosa”, etc. (EHRENREICH, 2014 [1887], p. 94).



**Figura 32: Dança dos NÉP-ÑEP (Pancas)**



Fonte: Ehrenreich, 2014 [1887].

A divisão das tarefas por gênero se estabelecia da seguinte forma, de acordo com Ehrenreich: os homens eram responsáveis pela caça, pesca e preparação das armas, já as mulheres se responsabilizavam também pela pesca, coleta, pelo cuidado aos filhos (transportando-os nas costas em caminhadas), construção das choças, artesanato (bolsas, utensílios, tangas), transporte de volumes (EHRENREICH, 2014 [1887]).

**Figuras 33 e 34: Mulher carregando criança em suas costas e homens caçando na barra do rio Pancas, entre Colatina e Barbados (ES), em 1909**



Fonte: Ehrenreich, 2014 [1887]. Fotografias: Walter Garbe.

Quanto às práticas de sepultamento e rituais funerários, os Botocudos enterravam seus mortos próximo aos acampamentos, nus e geralmente desacompanhados de objetos simbólicos. Fechavam a cova com terra bem batida para proteger o espírito do ente falecido e para que este não vagueasse à noite, atormentando os seres viventes. Há indícios, nos relatos dos viajantes, que apontam que os Botocudos não realizavam incursões e caçadas noturnas, por temerem espíritos que vagueavam à noite pelas matas. Sob o aspecto religioso, os Botocudos não creem numa personificação do mal como o “diabo” da Teologia Cristã, por exemplo. Há relatos em Ehrenreich, Maximiliano Wied-Neuwied (1989) e Saint-Hilaire (1988) que apontam que os Botocudos veneravam os corpos celestes como a lua e o sol, e eventos naturais sonoros e luminosos, como trovões e relâmpagos (EHRENREICH, 2014 [1887]).

Sobre as doenças e meios de cura entre os Botocudos, Ehrenreich relata que os mesmos eram resistentes a doenças endêmicas (locais), como a malária, mas muito suscetíveis a contrair doenças epidêmicas, trazidas pelos colonizadores portugueses, como a varíola, doença essa responsável por grande parte dos óbitos

indígenas durante o período colonial. Há registros em Marinato (2007) que demonstram que os portugueses lançavam roupas de enfermos contaminados por varíola nos Botocudos, com o objetivo de também infectá-los, sendo uma das variadas formas de extermínio praticadas pelos colonizadores contra o povo Botocudo.

#### **4.4.2. As políticas de extermínio e aldeamento dos indígenas Botocudos (*Borum*) no vale do rio Doce (ES) durante o século XIX**

A colonização oficial do vale do rio Doce, no início do século XIX, tinha como objetivo a exploração econômica do território, “o domínio das terras habitadas por povos nativos, disponibilizando-as para a expansão, e, finalmente, a assimilação – ou eliminação – desses resistentes povos, os índios Botocudos” (MARINATO, 2007, p. 15). Em decorrência da colonização tardia do vale do rio Doce, o seu território era considerado como a última *fronteira* da sociedade luso-brasileira no Espírito Santo, na qual imperavam densas florestas (Mata Atlântica) sob domínio dos indígenas *Borum*, genericamente denominados como “Botocudos” (MARINATO, 2007).

O vale do rio Doce era um amplo reduto natural de tribos indígenas consideradas “arredias” ao contato. Era um território originalmente povoado por numerosos grupos, alguns deles rivais, marcado por delimitações imaginárias, mas claramente definidas na linguagem do xamanismo e do universo sociossimbólico nativo. Com o avanço decisivo do colonizador, houve uma progressiva desestruturação desse território e interferência nas relações nativas, o que contribuiu para exasperar conflitos internos e redefinir a lógica das associações e identidades indígenas. Guerras internas entre os grupos indígenas e destes com o colonizador inflamaram-se ainda mais, e os interesses explicitaram-se: aqueles, com o objetivo de manter seu espaço vital, ou visceral; estes, com o propósito de agregar o território à economia colonial (MARINATO, 2007, p. 21).

Neste momento histórico, percebe-se um conflito de interesses e matrizes de racionalidade entre os povos nativos e os colonizadores. Os Botocudos se organizavam para defender seu território, o seu meio, espaço habitado para a reprodução do seu modo de vida tradicional; e em contrapartida, os atores coloniais pressionavam e avançavam sobre este território, em busca de explorá-lo economicamente e dominá-lo politicamente.

A colonização “tardia” do norte do Espírito Santo deveu-se a uma estratégia da Coroa Portuguesa em proteger e dificultar o acesso às Minas Gerais, bem como

controlar o contrabando de ouro através da artéria natural do rio Doce nos séculos XVII e XVIII (OCCA, 2017).

A estratégia da Coroa foi isolar as zonas produtoras de ouro para evitar o contrabando e dificultar a invasão estrangeira. [...] desde 1701, estabeleceu severas restrições de acesso às regiões mineradoras, sobretudo pelo rio Doce e seus afluentes. [...] Delimitou-se, assim, uma parcela do território português como “Áreas Proibidas” (ESPÍNDOLA, 2008, p. 71)

No início do século XIX, as “áreas proibidas” eram conhecidas como Sertão do Rio Doce (ver Mapa 8). Mesmo proibidas pela Coroa, estas áreas já vinham sendo exploradas paulatinamente durante o século XVIII e XIX, e eram cobiçadas como potenciais fontes de riquezas (OCCA, 2017).

**Mapa 8: Sertão do rio Doce (Áreas Proibidas)**

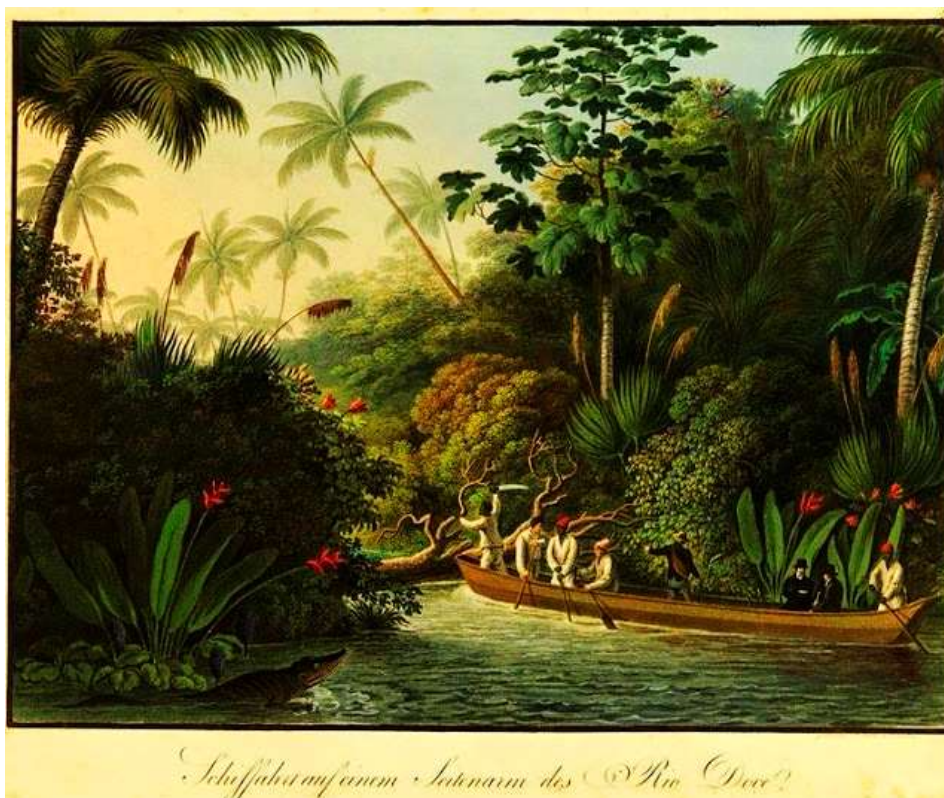


Fonte: Langfur, 2006.

De acordo com traduções realizadas por Reinaldo Santos Neves de relatos do etnógrafo explorador inglês William John Steains, viajante que realizou incursões no rio Doce em 1885 e apresentou relatórios de viagem à Royal Geographical Society em 1888, em Londres, a região do rio Doce apresentava:

[...] imensas florestas virgens que cobrem, com grandiosidade sem par, quase a totalidade da área banhada pelo rio Doce e seus numerosos afluentes. Em ambas as margens do rio e durante a maior parte do seu curso, essas belas florestas, abundantes em uma centena de espécies da melhor madeira, chegam até à beira d'água, formando uma muralha quase impenetrável da vegetação tropical mais esplendidamente natural que possa ser imaginada (STEAINS, 1984 [1888]).

**Figura 35: O rio Doce em 1815 (Gravura do príncipe Maximilian Alexander Philipp Wied-Neuwied, Fundação Biblioteca Nacional)**



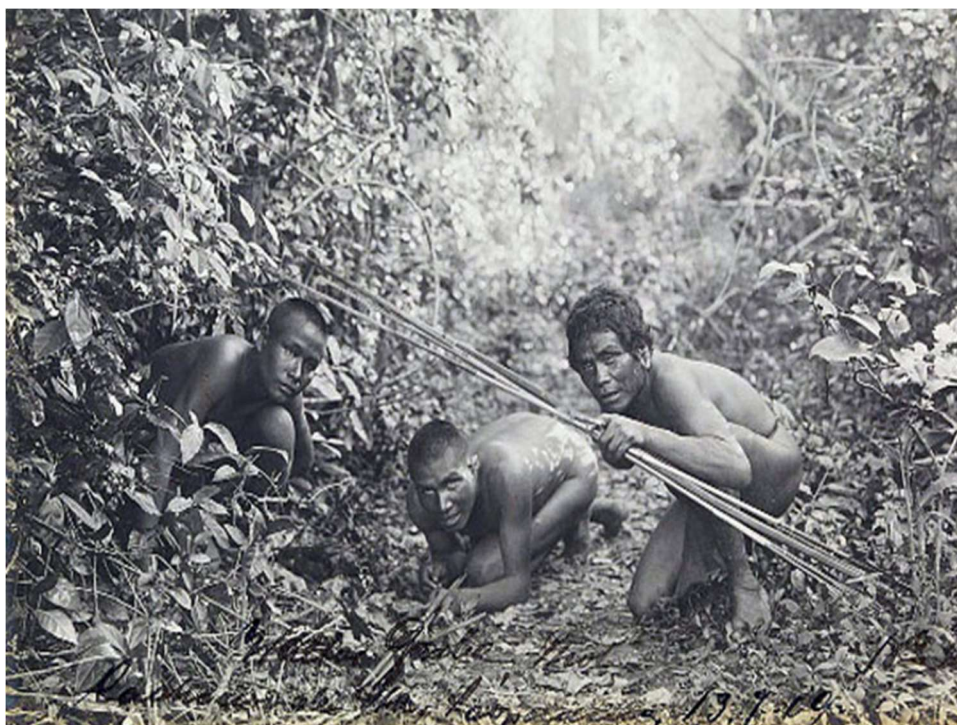
Fonte: Estação Capixaba, 2016. Disponível em:  
<http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/a-exploracao-do-rio-doce-e-seus.html>

Entre as árvores e plantas medicinais identificadas no *sertão do rio Doce* por William Steains (1984 [1888]), destacam-se o Jacarandá, a Peroba, a Maçaranduba, o Ipê, a Sapucaia, o Angico, o Angelim Pedra, o Pau Brasil, a Braúna, dentre outras. A partir do século XIX, grande parte da vegetação nativa da região foi desmatada e comercializada com fins de construção de embarcações, casas, marcenaria, mobiliário, dormentes de estrada de ferro, produção carvoeira.



O processo de exploração do *sertão do rio Doce*, por parte dos colonizadores, se confrontou com obstáculos advindos das dificuldades de circulação dentro da floresta e a resistência dos indígenas Botocudos. Por conhecerem bem as matas, seu território, os Botocudos construíram uma forte resistência à expropriação. Como resposta, a Coroa avançava com extrema violência a partir da guerra desigual entre armas de fogo contra arcos e flechas (OCCA, 2017).

**Figura 36: Botocudos fotografados por Walter Grabe na barra do rio Pancas (ES) em 1909**



Fonte: Ehrenreich, 2014 [1887]. Fotografia: Walter Garbe.

Essa relação de disputa territorial era dominada pela forte presença militar no empreendimento colonial, que se organizava e avançava pelo vale do rio Doce, construindo uma rede de quartéis com soldados e colonos que recebiam autoridade e privilégios do Governo. O papel militar na condução de políticas indigenistas e no processo de conquista de novas terras se configurou como tônica da colonização do rio Doce na porção capixaba (MARINATO, 2007).

Desta forma, a iniciativa de explorar a região ao norte do rio Doce contou com a participação direta de Antônio Pires da Silva Pontes Paes Leme e Camargo (governador da Capitania do Espírito Santo entre os anos de 1801 a 1804), que foi responsável por garantir o domínio desta região por meio do processo de “civilização” dos indígenas que ali viviam (NASCIMENTO, 2001; OCCA, 2017).

Silva Pontes se encarregou de construir pontos de demarcação e defesa territorial entre os limites das capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais. Com isso, durante o início do século XIX construiu o Quartel do Porto de Souza (atual cidade de Baixo Guandu), na divisa com Minas Gerais, e outros destacamentos militares ao longo do rio Doce, com o objetivo de combater os Botocudos e garantir segurança ao comércio colonial (MARINATO, 2007; EHRENREICH, 2014 [1887]; OCCA, 2017).

Como forma de oficializar o massacre e extermínio dos Botocudos, a Coroa Portuguesa passou a acusá-los de antropofagia, atribuindo-lhes o rótulo de “selvagens”, “monstros”, “desumanos” como forma de justificar a decretação de uma “Guerra Justa” contra seu povo. Com isso, no ano de 1808, após se estabelecer fixamente no Rio de Janeiro, Dom João VI (Príncipe Regente de Portugal) institucionalizou o extermínio dos Botocudos como política colonial, por meio da *Carta Régia* de 13 de maio de 1808:

[...] deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorar de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das Leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis, como já o são as imensas variedades de índios que nestes meus vastos Estados do Brasil se acham aldeados [...]. Que sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os índios Botocudos que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo Comandante por dez anos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo ele empregá-los em seu serviço particular durante este tempo e conservá-los com a devida segurança, mesmo em ferros, enquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e antropofagia (ALVES; ALVES, 2008, p. 4).

Através da implementação da Guerra Justa proclamada pela Coroa Portuguesa por meio das Cartas Régias assinadas pelo Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro em 13 e 24 de agosto, e 2 de dezembro de 1808, os grupos Botocudos passaram a ser perseguidos, combatidos e aldeados por militares em vários pontos dos atuais estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo (OCCA, 2017).

Os territórios indígenas, à medida que iam sendo ocupados pelos colonizadores, eram confiscados e distribuídos como sesmarias aos colonos que se destacavam na guerra ofensiva. As Cartas Régias apontavam a necessidade de se formarem aldeamentos, que eram distribuídos entre fazendeiros e colonos, permitindo

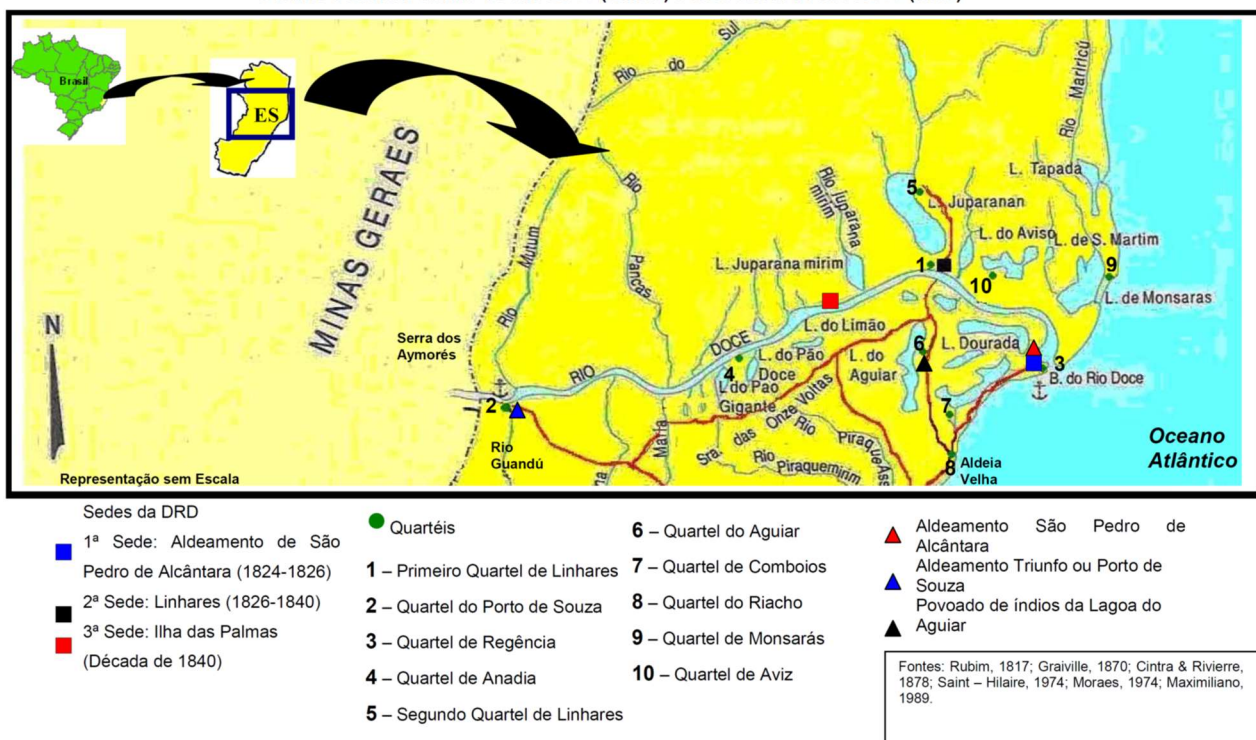
a exploração da mão de obra indígena a seus serviços particulares. Desta forma, os prisioneiros de guerra tornavam-se cativos para prestação de serviços aos colonizadores, até provarem que haviam se tornado “civilizados” e não ofereciam mais perigo (MARINATO, 2008; OCCA, 2017).

Através dessa *guerra ofensiva*, pretendia-se transformar os bravos Botocudos em “vassalos úteis” à ordem real e colonial, como já vinha acontecendo através dos aldeamentos constituídos pelas missões jesuíticas, que tinham como objetivo domesticar os *índios bravos* e livres dos *sertões*. Desta maneira, consagrava-se a classificação dos diversos grupos indígenas, que se tornavam *mansos* e *domesticados* quando aldeados e inseridos na ordem colonial, ou *tapuias*, *insurgentes* e *selvagens*, quando conseguiam manter sua resistência à expropriação territorial (OCCA, 2017, p. 38).

Na figura a seguir, pode-se visualizar a ocupação do território do rio Doce no Espírito Santo através das sedes da Diretoria do Rio Doce (DRD), dos aldeamentos e da presença de destacamentos militares (quartéis) frente aos Botocudos, a partir de 1800. Os principais quartéis criados no entorno do rio Doce foram: Regência Augusta; Coutins (1º Quartel de Linhares); 2º Quartel de Linhares; Porto do Souza; Aviz; Lorena; Cuieté; Anadia e Riacho. De acordo com Zunti (1982), os quartéis do Aguiar e de Comboios tinham a função de apoio para tropas viajantes.

**Figura 37: Distrito e Divisão Militar do Rio Doce e Diretoria do Rio Doce.**

Distrito e Divisão Militar do Rio Doce (DMRD) e a Diretoria do Rio Doce (DRD)



Fonte: Marinato, 2007.



Ao analisar a imagem, pode-se perceber como os quartéis e aldeamentos foram consolidados no território, com a perspectiva de defesa territorial contra potenciais corsários invasores e como forma de domínio militar sobre os povos indígenas. Diversos aldeamentos e quartéis deram origem a ocupações atuais como a Cidade de Linhares (Quartel do Coutins) e Baixo Guandu (Quartel e Aldeamento do Porto de Souza); vila de Regência (Aldeamento São Pedro de Alcantara) e Vila do Riacho (Quartel do Riacho). É importante destacar que a história desses locais não se iniciou especificamente com os aldeamentos e quartéis; antes eram territórios já ocupados pelos grupos indígenas e foram apropriados e transformados em áreas de controle pelo poder colonial.

O processo de expansão colonial ao longo do rio Doce também envolveu práticas de acultramento e escravização dos povos indígenas. No Espírito Santo, os povos *Tupinikim*, por se territorializarem predominantemente na costa, foram os que primeiro sofreram com esse processo a partir da catequização e políticas de aldeamento. De acordo com Perrone-Moisés (1992) citado por Marinato (2007), a legislação e política indigenista apresentavam um corte distinto em relação aos “índios amigos” ou aos “gentios bárbaros”, demonstrando que existiam diferentes políticas indigenistas para cada categorização. Os Tupi, de modo geral, eram considerados aliados pela Coroa; já os Botocudos eram considerados inimigos, por sua resistência em não abrirem mão de seus territórios e não se sujeitarem ao acultramento colonial. De acordo com Perrone-Moisés (1992):

Aos aliados e amigos, a liberdade foi garantida durante todo o processo; quanto aos índios inimigos, foi sempre assegurado o direito de escravizá-los com base na “guerra justa” e no “resgate” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123 apud MARINATO, 2007, p. 31).

Consideramos importante, a partir dessa citação, fazer uma ressalva. Apesar de os indígenas considerados “aliados” não terem sido escravizados ao longo do processo colonial, não significa dizer que lhes era assegurada a liberdade. Os trabalhos realizados em acordo com os interesses coloniais configuravam-se como uma imposição e, muitas vezes, a única alternativa cabível para estes povos naquele momento. Liberdade refere-se sobretudo ao direito de escolha e não apenas ao direito de sobreviver.

De acordo com Marinato (2007), a separação entre índios “aliados” e índios “inimigos” feita pelos portugueses foi representada pelas designações generalizantes:

*Tupi* e *Tapuia*. O termo *Tupi* identificava os grupos pacíficos, aldeados e aliados; já o rótulo de *Tapuia* qualificava os povos que se mostravam resistentes aos contatos portugueses e procuraram o afastamento das áreas colonizadas. Os Aimorés, primeira denominação específica dada aos povos que mais tarde ficaram conhecidos como Botocudos, estavam entre os diversificados grupos identificados como *Tapuias* pelos portugueses. *Aimorés* e *Tapuias* são expressões provenientes da língua *Tupi*, com a qual os portugueses primeiro tiveram contato e incorporaram na comunicação pela colônia.

A partir das políticas de aldeamento empregadas pela Diretoria do Rio Doce (DRD), algumas famílias indígenas passaram a viver ou sob este novo regime territorial, ou junto de colonos, formando pequenas aldeias próximas às lagoas e aos quartéis. Um dos aldeamentos importantes a ser destacado trata-se do *Aldeamento de São Pedro de Alcântara*, na foz do rio Doce, junto ao Quartel de Regência:

O primeiro aldeamento formado pela Diretoria do Rio Doce foi o de São Pedro de Alcântara, localizado à margem direita do rio próximo à sua foz. Já em maio de 1824 o aldeamento reunia 47 Botocudos (MARINATO, 2008, p. 53).

Apesar das políticas de aldeamento, grande parte dos Botocudos recusava-se à sedentarização e manteve-se nos focos de resistência ao processo de expansão colonial, espalhando-se pelos sertões, promovendo assaltos, correrias e ataques às fazendas, quartéis e povoados. Destaca-se neste sentido, diversos ataques feitos ao Quartel do Porto de Souza [atual cidade de Baixo Guandu], durante o início do séc XIX, e ao 2º Quartel de Linhares [lagoa Juparanã], entre 1829 e 1830. O primeiro Quartel de Linhares, denominado Coutins [atual cidade de Linhares], foi destruído em um ataque feito pelo Botocudos em 1808. Esta resistência se fazia como enfrentamento à violência que sofriam, como a exploração para trabalhos compulsórios e os massacres praticados por fazendeiros, as chacinas militares e a infestação de doenças (MARINATO, 2007; OCCA, 2017).

De acordo com relatos de correspondências oficiais entre comandantes da Divisão Militar do Rio Doce (DMRD), a Diretoria do Rio Doce (DRD) e altos comissários da Capitania do Espírito Santo e Minas Gerais, presentes em Marinato (2007; 2008), diversos ataques e aproximações de Botocudos em relação aos quartéis, fazendas e povoados se davam em função da busca por alimentos e após a invasão do território nativo pelos colonizadores. Segundo Marinato (2007):

Mais do que ataques revanchistas, os índios buscavam suprir suas necessidades alimentares ao atacar as roças do quartel. Quando o comandante afirma que estão “todas as noites com os índios à beira da roça”, parece-nos claro que o interesse desses era simplesmente garantir alimentos mais facilmente. Com as matas invadidas e freqüentemente patrulhadas, as movimentações e a utilização dos seus tradicionais meios de obterem víveres certamente ficaram limitadas (p. 50-51).

De acordo com Paraíso (1992) citado por Marinato (2007), a fome entre os Botocudos, principalmente após 1816, foi uma das consequências do processo de contato com os colonizadores e uma das razões de aproximação de alguns grupos Botocudos aos quartéis, fazendas e povoados. Segundo Marinato (2007):

Os quartéis militares eram centros de moradia e provisão de alimentos. A maior parte deles tinha roças de mandioca e milho ao redor para servir de sustento aos homens destacados e, algumas vezes, a suas famílias. Sendo assim, as roças transformavam os quartéis em grandes pontos de atração dos índios. Muitos contatos foram estabelecidos desde o início da atuação das forças militares, não como ataques sanguinários de uma ou outra parte, mas como aproximação dos Botocudos atraídos pelas lavouras. No entanto, pela análise dos documentos, percebemos que as aproximações dos nativos eram sempre interpretadas como ofensivas e, logo após, seguiam-se bandeiras militares de perseguição, argumentando-se a necessidade de revanche. No início da colonização, chegou-se a proibir o plantio de mandioca para não atrair os índios. A medida parece ter contribuído para a total estagnação e miséria dos colonos nos primeiros tempos, com a falta de um produto vital na dieta alimentar. No governo de Francisco Alberto Rubim (1812-1819), momento em que se fomentou o desenvolvimento da agricultura no Espírito Santo, principalmente no rio Doce, esta proibição foi anulada (p. 51).

Como forma de demonstrar sua insatisfação com as políticas de aldeamento e com a fome, os Botocudos espalharam-se por todo o território do Espírito Santo e um grupo marchou até a capital da Província (Vitória), em outubro de 1824, para protestar contra a políticas de aldeamento forçado e extermínio de seu povo. Permaneceram organizados, porém sob cárcere na Ilha do Príncipe, em negociação com o governo durante quatro meses. Os Botocudos mostravam-se contrários ao processo “civilizador” que lhes era imposto e que lhes tirava o direito de definir e desfrutar do seu próprio território (MOREL, 2020; MARINATO, 2007; OCCA, 2017). O período de negociações resultou em um acordo estabelecido entre o Governo e os Botocudos:

Somente em 31 de janeiro de 1825 esvaziou-se a tensão em Vitória: as autoridades capixabas conseguiram negociar uma solução com as tribos que ainda se encontravam na Ilha do Príncipe. Os índios

receberam consideráveis provisões de milho e mandioca e se retiraram para o rio Doce (MOREL, 2002, p. 103).

A partir destes relatos, entre ataques, contatos e protestos, percebe-se como o elemento *alimento* era central nas estratégias de organização e nas relações de conflito territorial entre o povo Botocudo e os colonizadores.

Relatos em Marinato (2007) mostram que alguns indígenas Botocudos optaram, em determinado momento, por cederam às políticas de aldeamento para escaparem da fome. A territorialidade e os modos de vida tradicionais junto à mata para aquisição de alimentos foram desestabilizados com as investidas coloniais no interior das florestas e, desta forma, os Botocudos se organizavam para adquirir alimentos não só nas matas, mas também nas roças dos colonos, aldeamentos e junto aos destacamentos militares.

Nota-se também como a alimentação foi um elemento central na retórica de “Guerra Justa” promovida pelos portugueses contra os Botocudos. A acusação de que os mesmos tinham hábitos antropofágicos foi uma das principais justificativas utilizadas na institucionalização da chacina dos Botocudos. Ou seja, utilizaram uma característica ritualística que envolvia comensalidade para associar os indígenas à selvageria e forçar o processo de extermínio e “civilização” dos mesmos.

De acordo com Marinato (2007), na administração de João Antônio Lisboa (1826-1839) na Diretoria do Rio Doce (DRD), a alimentação, a distribuição de roupas e “brindes” – ferramentas, espelhos, miçangas, por exemplo – foram utilizadas como meios de aproximação dos Botocudos às políticas indigenistas. A atração dos indígenas pelo oferecimento de roupas, alimentos e quinquilharias tinha o papel simbólico de selar a paz, e “apresentá-los à civilização”, introduzindo aos povos da floresta objetos e elementos que desempenhavam o elo material da acumulação de bens, característica do modo de vida sedentário da dita “civilização”. A distribuição de roupas para o uso indígena estabelecia um corte cultural entre o mundo indígena e o mundo colonial, pois o uso de vestimenta desempenhava também o papel de retirar o aspecto “selvagem” dos indígenas, que comumente andavam nus, costume que causava desgosto e ojeriza, e ao mesmo tempo desejo e fantasia, por parte dos portugueses (MARINATO, 2007).

Muitos bens materiais passaram a ser recebidos e solicitados com frequência pelos grupos indígenas Botocudos. Entre eles, encontravam-se ferramentas,

alimentos, armas e utensílios. Essa prática fortalecia as políticas de domínio da DRD, estimulando a mudança dos costumes indígenas e o vínculo de dependência dos Botocudos em relação ao “mundo civilizado”, através do contato com os aldeamentos, povoados e quartéis. Segundo Marinato (2007), neste contexto do século XIX, entre os itens materiais solicitados pelos Botocudos à DRD, constavam:

- Alimentos: carne seca, peixe seco, feijão, farinha, aguardente, carne fresca (adquirida na povoação);
- Ferramentas: facões, facas, moscadinhas, pederneiras, machados, machadinhas, enxadas, foices e ferro em chapa para fazer facões;
- Vestuário e objetos: pano de algodão, camisas, calças, barretes, lenços, rolos de fumo de tabaco, dinheiro, esteiras, espelhos, miçangas, rosários de miçangas, cachimbos, tesouras, pentes, anzóis, alfinetes, panelas de barro e fornos de fazer farinha (p. 109).

O príncipe Maximiliano Wied-Neuwied (1989), que esteve no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia entre 1815 e 1817, e realizou expedições científicas na região do rio Doce neste período, menciona a aproximação frequente dos indígenas Botocudos, atraídos pelas roças dos quartéis e colonos, fazendo menção à “fome insaciável” que os fazia atacar as lavouras. Dessa forma, Marinato (2007) observa que no período imperial, a garantia de sustento e a distribuição de ferramentas e outros objetos pela DRD aos indígenas foram se colocando como elos estratégicos nas políticas de domínio, “tornando-se uma condição fundamental para a preservação da comunicação e de um laço mínimo de confiança nessas relações” (MARINATO, 2007, p. 111).

Marinato (2007) observa que a provisão de gêneros alimentícios e outros produtos nas unidades da DRD e Divisão Militar do Rio Doce (DMRD) era fundamental para o funcionamento das políticas de atração e pacificação dos Botocudos. A autora destaca dois produtos que foram sendo fornecidos aos Botocudos e que causaram uma grande dependência entre os indígenas: a aguardente (cachaça) e o dinheiro. A cachaça acabou por introduzir um vício entre os indígenas, causando diversas consequências na organização social dos grupos. A partir de relatos de Saint-Hilaire (1988), Marinato (2007) afirma que os

Militares e colonos souberam aproveitar os males e confusões gerados pela bebida no interior dos grupos indígenas em favor da exploração da mão-de-obra e usufruto de mulheres e crianças. Acreditamos que a cachaça foi utilizada como moeda de troca em

negociações que envolviam crianças Botocudos, chamadas de kurukas (p. 112).

O dinheiro foi introduzido com fins destinados à tentativa de inserção dos Botocudos na lógica comercial. A posse e utilização do dinheiro era concebida como forma de estreitar as relações entre indígenas e colonos, por meio da compra e venda de alimentos. Para a DRD, o dinheiro garantiria a “liberdade” dos indígenas de fazerem aquisição do que necessitavam com os colonos (MARINATO, 2007). Como forma de ilustrar essa relação, destaca-se na citação a seguir, a inserção do dinheiro e o oferecimento de alimentos aos Botocudos, feitos pelo secretário da DRD entre 1824 e 1827, Carlos Augusto Nogueira da Gama:

[Carlos Augusto Nogueira da Gama] não lhes dava de sustento mais do que eu, nem nenhum dos que tem ocupado este lugar; porque eles lhes davam aguardente, tabaco, bananas, farinha, e feijão com carne quando a tinham, e quando a não tinham feijão só: e eu lhes dou aguardente, tabaco, bananas, farinha e feijão com carne quando a tenho, e quando a não tenho bem como agora, dou a cada um quarenta reis para comprarem peixe, ou aquilo que quiserem, e comerem com o feijão; e desta maneira evitei que eles furtassem aos habitantes milho, batatas, carás, e outras mais coisas que eles plantarão pelas suas roças; porque então como não tinham dinheiro iam furtar, e agora como o têm vão comprar (APE-ES, FG/SA, L. 30, fl. 157. 12/2/1827 apud MARINATO, 2007, p. 112).

Marinato (2007) alerta que apesar destes relatos apresentarem a ideia de generosidade e fartura no tratamento com os indígenas Botocudos, é preciso tomar cuidado com conclusões ingênuas e precipitadas, pois tanto a DRD e os Botocudos “foram submetidos inúmeras vezes a longos períodos de escassez e privações de todo tipo, principalmente alimentar” (p. 113).

A partir desta revisitação de fatos históricos, percebe-se como as políticas de “civilização” e domínio do povo Botocudo também ocorreram através das relações entre o modo de produção capitalista e o acesso aos alimentos, transformando o modo de vida dos grupos indígenas e seus hábitos alimentares, a partir da relação de dependência com o dinheiro para sua sobrevivência.

Segundo Vânia Louzada Moreira (1999), muitos Botocudos foram introduzidos na sociedade colonial no século XIX como mão-de-obra em fazendas escravistas:

Progressivamente, portanto, Puri e Botocudo que sobreviviam ao contato, passaram a engrossar a categoria genérica de ‘índios’ e ‘caboclos’ da região [...] e que [...] estavam sendo incorporados ao sistema produtivo local. [...] Quando os índios eram empregados na

fazenda, [...] eram tratados como se fossem parte da propriedade dos fazendeiros e recebiam como recompensa aos trabalhos realizados geralmente a cachaça, alguma comida e objetos de menor valor. [...] Certo número de Botocudos começou a fazer parte da sociedade em expansão. [...] Outra parte, contudo, permaneceu nos aldeamentos e outros tantos morriam de fome, doenças, chacinas e guerras intertribais nas matas (p. 105-110).

Ao longo deste processo foram, no mínimo, cento e quarenta anos de história de contato e conflito nas regiões do vale do rio Doce e somente em 1940, o “problema indígena” foi considerado superado no Espírito Santo. Na ocasião, entendeu-se que o problema estava superado porque os vestígios da presença indígena naquele território haviam supostamente desaparecido. Porém, observamos que ainda há presença indígena com auto atribuição de identidade Botocudo (*Borum*) no Espírito Santo e Minas Gerais, como é o caso da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria em Linhares-ES; Terra Indígena de Comboios em Aracruz-ES e Terra Indígena Krenak, no município de Resplendor-MG (OCCA, 2017).

Os indígenas Krenak são descendentes de múltiplos grupos étnicos *Borum*, como exemplifica Ailton Krenak em entrevista à Marco Antônio Tavares Coelho (2009).

- Ailton Krenak: [...] Então, há uns chamados, por exemplo, Naknanuk. Nak é terra; até hoje no dialeto *borum* (índio na língua dos Krenak). Kren é cabeça. Então, somos os cabeças da terra. Esse grupo nosso é remanescente dos cabeças da terra. Mas há também os outros, uns refugiados que foram sobrando no meio de nossas famílias. São, por exemplo, chamados de Nakrehé, e tem os outros Pojixá e os Gutkrak (COELHO; KRENAK, 2009, p. 196).

No contexto do Espírito Santo, o caráter seminômade dos indígenas dos *sertões do rio Doce* e sua territorialidade interiorana no contato com as matas, protegendo-se da onda colonizadora, além da porção populacional indígena aldeada sob controle do Estado, contribuíram, em grande medida, para que se forjasse a ideia, por parte do Estado, de que a porção norte do estado do Espírito Santo fosse identificada como um “vazio demográfico” ou “sertões sem gente”. Como forma de promover a ocupação colonial e o desenvolvimento territorial nesta região foram implementadas múltiplas estratégias de ocupação durante o século XIX e XX. Neste sentido, destaca-se o incentivo ao estabelecimento de povoamentos a partir da migração italiana, polonesa e germânica por toda a região serrana e interiorana do estado (NOGUEIRA, 2020).

Como resultado desta política de desenvolvimento e ocupação territorial, os imigrantes europeus recém chegados no Espírito Santo a partir de 1870 receberam terras devolutas do Estado como incentivo à ocupação colonial, no entanto, muitas terras classificadas como “devolutas”, na realidade eram terras de uso comum, territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas e quilombolas.

A guerra ofensiva aos Botocudos (*Borum*), nos séculos XIX e XX, reduziu significativamente sua população e algumas fontes decretam que os mesmos foram até extintos. No entanto, houve resistência e continuidade da existência de grupos derivados do tronco linguístico Macro-Jê em Minas Gerais e Espírito Santo. Atualmente, a presença indígena na região da foz do rio Doce se encontra disseminada não só nas terras indígenas demarcadas (TI Tupinikim de Comboios; TI Tupinikim e Caieiras Velha II), como também em outras comunidades que remetem suas origens e parentesco a famílias indígenas, como Areal e Santa Maria, e a vila de Regência (OCCA, 2017).

#### 4.5. DA EXPLORAÇÃO DESENFREADA DA NATUREZA ÀS MACROESTRUTURAS DE (DES)ENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO: OS IMPACTOS NA ESCALA LOCAL

Neste subcapítulo apresentaremos o histórico de impactos sofridos pelas populações da foz do rio Doce, com ênfase na Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, como consequência do modelo de (des)envolvimento praticado pelos atores das macroestruturas econômicas capitalistas a nível global e local. Para isso, abordaremos por meio de uma linha histórica, os principais movimentos e acontecimentos que marcaram a região da foz do rio Doce pela exploração da natureza e dos seres, apropriação de terras e territórios, e suas consequências para as comunidades tradicionais na escala local.



**Quadro 5: Classificação histórico-territorial dos impactos e conflitos na foz do rio Doce**

<b>Temporalidade</b>	<b>Impactos territoriais</b>
<b>Séc XVI – XX</b>	- Políticas de extermínio e aldeamento das populações Indígenas <i>Tupinikim</i> e “Botocudo” ( <i>Borum</i> )
<b>1910-1960</b>	- Desmatamento da floresta nativa para venda de madeira e produção de carvão
<b>1960-1990</b>	- Implementação dos canais de drenagem do DNOS nas áreas alagadas e ocupação desta região por fazendas de gado
<b>1970-</b>	- Chegada da Petrobrás e exploração de petróleo e gás na região da foz do rio Doce
<b>2000-</b>	- Abertura do Canal Caboclo Bernardo e captação de água do rio Doce pela Aracruz Celulose
<b>2015-</b>	- Contaminação do rio Doce e lagoas por rejeitos de mineração da Samarco (Vale/BHP)

Organização: Próprio autor.

A região da foz do rio Doce sofreu, nos últimos anos, uma drástica transformação conforme a evolução dos ciclos produtivos estabelecidos sobre aquele local. A implantação de projetos (des)envolvimentistas na região provocou nítidas alterações no território, suas relações de poder e formas de gestão.

A implementação desses projetos (des)envolvimentistas levaram a planície do rio Doce a um estágio avançado de desequilíbrio socioambiental. Várias das lagoas foram drenadas, desmatadas e secaram em decorrência destes projetos; e o rio Doce, que historicamente já vinha sendo assoreado, agora, após o depósito dos rejeitos da mineração, encontra-se em um estágio ainda mais delicado do ponto de vista ambiental. Considerando que as lagoas e o rio Doce desempenham um papel fundamental para a soberania alimentar de várias populações tradicionais da região, no que tange, por exemplo, à prática da pesca e ao acesso à água, pergunta-se como essas comunidades vêm enfrentando esses impactos e de que forma esses processos promovem mudanças nos hábitos alimentares, relações territoriais e no perfil do *modo de vida* destas populações.

#### **4.5.1. Desmatamento da cobertura florestal da Mata Atlântica para a produção de carvão e celulose no século XX**

O modelo desenvolvimentista de crescimento econômico no Espírito Santo se fortaleceu na segunda metade do XX. A economia do estado foi marcada, até 1990, por dois ciclos econômicos. O primeiro teve suas bases nos cultivos da cana, mandioca (principalmente na região Norte, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus) e do café, que permaneceu como principal fonte econômica do estado até 1950. O segundo ciclo refere-se à industrialização, através dos chamados “Grandes Projetos”, com inserção de capital internacional e investimentos do governo federal, tendo como principais exemplos a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST/ Arcelor Mittal), a Aracruz Celulose (atual Suzano Papel e Celulose S/A), a Petrobrás e a Samarco (ZORZAL E SILVA, 2010; LEONARDO, 2014 apud OCCA, 2017).

A economia capixaba foi marcada, a partir de 1960, por um processo de transição e crescimento de uma economia até então sustentada pela produção familiar do café, para um modelo industrial baseado nas indústrias siderúrgicas, de extração mineral e produção de celulose - atividades voltadas para a exportação. Para sua reprodução, o contexto de expansão industrial capixaba passou a incorporar outro olhar sobre as fontes energéticas. A partir da década de 1950, a cobertura vegetal da bacia do rio Doce, que já era explorada com intensidade desde o século XIX, passaria a ser ainda mais, para a produção de carvão destinado às siderurgias e de lenha para fornos e trens movidos a vapor (OCCA, 2017).

Conforme relata Strauch (1955), o processo de exploração mais intenso da mata na região da bacia ocorreu inicialmente na unidade Baixo Rio Doce, próximo de Linhares e Colatina. Para a extração da madeira, eram utilizadas técnicas rudimentares de derrubada das árvores a machado e transportadas por junta de bois através de picadas abertas na mata, até as margens do rio, quando os troncos eram jogados na água para que descessem até a comunidade de Povoação e Regência, na foz do Rio, onde eram embarcados em navios.

**Figura 38: O desmatamento da Mata Atlântica representado por Rugendas (1820).**



Fonte: Cia. Vale do Rio Doce (2002).

O ciclo madeireiro na região, a partir de 1910 até o final da década de 1960, foi bastante intenso, com a construção de inúmeras serrarias, inicialmente nas proximidades das matas e posteriormente em outras localidades, em função de outros métodos mais rápidos de corte e transporte. Em dado momento, na sede do município de Aracruz, chegou a haver mais de 40 grandes serrarias, dado ao volume de madeira retirada das matas da região do vale do rio Doce e norte do Espírito Santo. A atual vila de Regência contou também com uma grande serraria no início do século XX, operando até 1940. A sua localização na foz do rio Doce era estratégica, pois articulava-se ao porto de Regência no transporte das madeiras por cabotagem até Vitória. A abertura da frente pioneira no noroeste do estado, a partir de 1900, acabou por ampliar consideravelmente o desmatamento da Mata Atlântica para a comercialização de madeiras de lei, obtida através do corte de árvores de grande porte, como: Peroba, Cedro, Jacarandá, Ipê, Jequitibá, Pau-Brasil, Paraju, Guararema (BORGOS; ROSA; PACHECO, 1996, SILVA, 2014; SALDANHA, 2018; ZUNTI, 1982).

O ciclo madeireiro se fortaleceu no início do século XX, quando as primeiras ferrovias entre as zonas litorâneas e a região interiorana da bacia do Rio Doce começaram a ser construídas. Dentre elas, a Estrada de Ferro Vitória-Minas teve papel crucial no desmatamento da floresta: iniciada em 1903 (Vitória), atingiu o rio Doce em 1905 (Colatina) e Itabira (MG) em 1944, movimentada pelo transporte de café e madeira. A partir de 1945, como propriedade da Companhia Vale do Rio Doce

(CVRD – atual Vale), passou a servir ao transporte de minério de ferro em grande escala, favorecendo a implantação de um parque siderúrgico na região. A produção do carvão vegetal para a siderurgia provocou a ocupação e devastação da floresta no médio vale do rio Doce, de forma ainda mais intensa do que a exploração destinada às serrarias (OCCA, 2017).

A exploração madeireira na região norte do estado, vinculada aos movimentos de expansão do capital, apresentou-se como um dos mais rentáveis negócios da época. Essa exploração foi responsável pelo desmatamento de florestas primárias, provocando a perda de territórios e devastação de diversos recursos naturais indispensáveis para a reprodução do modo de vida das comunidades originárias e tradicionais da região (OCCA, 2017).

De acordo com Ruschi (1954), a exploração e queima da madeira de lei para a produção de carvão vegetal proporcionou:

O avanço da devastação florestal para a instalação de pastagens para o desenvolvimento da pecuária, sem o aproveitamento da madeira de lei, pois tudo é queimado, inclusive o habitat dos animais e aves, bem como as plantas indígenas, frutíferas e medicinais que [os indígenas] utilizam, já lhes trazem certas apreensões, pois sua falta cresce dia-a-dia (RUSCHI, 1954, p. 33).

O avanço da indústria automobilística e a priorização do transporte rodoviário em detrimento do hidroviário e ferroviário, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), alteraram ainda mais a forma da exploração econômica da região Norte do Espírito Santo. A construção das estradas de grande porte, com destaque à BR-101, a construção da ponte de Linhares sobre o rio Doce em 1954 e o crescente uso de caminhões fizeram com que os outros meios de transporte fossem progressivamente substituídos, contribuindo ainda mais com a devastação das florestas nativas da região (OCCA, 2017).

Nos anos de 1940, a implantação da empresa Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), que recebeu do Governo Estadual 10.000 hectares de terras pertencentes aos indígenas *Tupinikim*, no município de Aracruz, foi um marco da intensificação do processo de expropriação territorial dessas comunidades e da destruição das matas nativas na metade do século XX.

Em 1967, a Aracruz Florestal, que em seguida se tornaria a multinacional Aracruz Celulose S. A (atual Suzano Papel e Celulose S/A), recebeu do Governo

Estadual os 10 mil hectares de terra anteriormente explorados pela COFAVI, para implantação do plantio extensivo da monocultura de eucalipto para a produção de celulose. A sua primeira fábrica foi instalada em 1978, a segunda em 1991 e a terceira em 2002, tendo posteriormente se expandido para outros estados do Brasil. A implementação da planta industrial da Aracruz Celulose junto às extensas áreas apropriadas para o monocultivo de eucalipto inaugurou um processo acelerado de desmatamento e conflitos através da ocupação de territórios indígenas (ANAÍ, 2010; VICENTE, 2014).

A implantação da Aracruz Celulose S.A no território indígena comprometeu diretamente as condições necessárias para reprodução dos modos de vida dos *Tupinikim*. Obrigados a reorganizar novamente suas formas de vida e ocupação de espaços, iniciou-se um processo contínuo de reterritorialização por meio da luta por direitos territoriais (VICENTE, 2014). Sobre a desterritorialização dos indígenas *Tupinikim* provocada pela Aracruz Celulose, Glediana Vicente (2014) comenta que:

Além da expulsão dos indígenas de Aracruz de suas terras, também houve a destruição de suas aldeias. Do total das 40 aldeias existentes no território indígena no município de Aracruz-ES, 37 delas foram destruídas, inclusive a aldeia dos Macacos, onde se estabeleceu a empresa, restando, assim, apenas três aldeias: Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Comboios- que serviram de abrigos para os índios, sendo que muitos deles foram obrigados a se espalhar para as vilas, como Barra do Riacho, e cidades, como a sede de Aracruz ou os municípios de Colatina, Linhares e Vitória<sup>34</sup> (VICENTE, 2014, p. 35).

A supressão das florestas nativas, substituídas por monocultivos de eucalipto, causou um conjunto de impactos ambientais e sociais junto aos *Tupinikim* e também aos *Guarani* que nesta época retornavam à região, em uma caminhada orientada pela *Xamã Tatãtim Yva Retê* (CICCARONE, 2001 apud MARACCI, 2008). A redução da diversidade biológica do meio representou, para esses povos, a escassez do alimento (caça, pesca, coleta), dos medicamentos e dos recursos antes utilizados para a construção das moradias, instrumentos de trabalho e estruturas produtivas. Junto a isso, o território indígena *Tupinikim* e *Guarani* também passou a sofrer com o esgotamento dos recursos hídricos, oriundo do elevado consumo de água efetuado

---

<sup>34</sup> Aldeias existentes antes da implementação da Aracruz Celulose: Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil, Comboios, Amarelo, Olho D' Água, Guaximdiba, Porto da Lancha, Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Areal, Sauê, Jimuúna, Macaco, Piranema, Potiri, Morcego, Sahy Pequeno, Sahy Grande, Santa Joana, Água Boa, Córrego do Ouro, Peixe Verde, Morobá, Baiacu, Laginha, São Bento, Rio Quartel, Concehira, Sauaçú, Garoupas, Rio da Minhoca, Rio da Prata, Ambú, Lagoa Suruaca, Cavalinho, Jurumim, Destacamento. Fonte: Barcellos, 2008, p. 172.

pelos monocultivos e também pelas fábricas de celulose, além da contaminação de suas terras e águas, oriunda da utilização dos agrotóxicos nos plantios de eucalipto. Esses processos acabaram por desestruturar profundamente o modo de vida *Tupinikim* e *Guarani*, antes sustentado por relações simbióticas com o meio (CIMI, 1996; OCCA, 2017).

A introdução da monocultura do eucalipto, tanto na parte média quanto na unidade do Baixo Rio Doce, provocou severas alterações sobre o meio natural (fauna, flora, solos) como também trouxe efeitos diretos para as populações localizadas nestas áreas, promovendo um intenso movimento de migração para os centros urbanos.

Como forma de alimentar as caldeiras onde são cozidos os cavacos de eucalipto, a empresa Aracruz Celulose monopolizou a água da bacia hidrográfica do rio Riacho e transformou-a numa obra de engenharia hidráulica, com barragens, reservatórios e inclusive, reversão do fluxo de alguns córregos. Essas alterações provocaram um enorme dano junto à comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho, situada na foz desse rio. Em decorrência da baixa vazão do rio Riacho, aumentou o processo de sedimentação marinha junto à sua foz e esses pescadores passaram a conviver com o assoreamento e fechamento da barra do rio, tendo que exigir da Prefeitura Municipal de Aracruz dragagens periódicas para reabrir a passagem e assim, poderem sair com suas embarcações ao mar (VIEIRA, 2012; OCCA, 2017).

Assim como os povos indígenas *Tupinikim* e *Guarani*, a comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho e a Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria também sofreram os impactos provocados pelo desmatamento na região. Associado à construção de canais de drenagem na planície de inundação do rio Doce, o desmatamento das densas florestas contribuiu para provocar a escassez do alimento e de outros recursos delas extraídos (OCCA, 2017).

#### **4.5.2. Implementação de canais de drenagem na região da foz do rio Doce e disponibilização de suas áreas para a pecuária**

O processo de drenagem das áreas pantanosas e alagadiças próximas à foz do rio Doce, entre os limites dos municípios de Linhares e Aracruz (ES), foi fruto da obra de engenharia do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) entre os anos de 1960 e 1990.

A criação do DNOS deriva da Comissão Estadual de Saneamento do Rio de Janeiro, extinta em 1902, sendo substituída posteriormente, em 1930, pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. Os trabalhos dessas comissões tinham como objetivo principal o combate à malária e febre amarela, eliminando seus principais focos, as áreas pantanosas, por meio de obras de engenharia (REBELLO, 2012; OCCA, 2017).

O objetivo das Comissões de saneamento estava ligado ao aproveitamento das áreas que seriam saneadas, para uso de atividades econômicas, como a agricultura, transporte de mercadorias e também, como serviço de higiene pública (BVAMBIENTE – UERJ, 2020, n.p.).

Em 1940, essa função foi transferida e incorporada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), criado durante o governo de Getúlio Vargas. Com o DNOS, nasceu a ideia de se valorizar o solo urbano e rural mediante a melhoria de suas condições de salubridade e de uso, através de obras de infraestrutura arquitetadas para a contenção de enchentes, canalização de córregos e drenagens (CEOPS, 2020; OCCA, 2017).

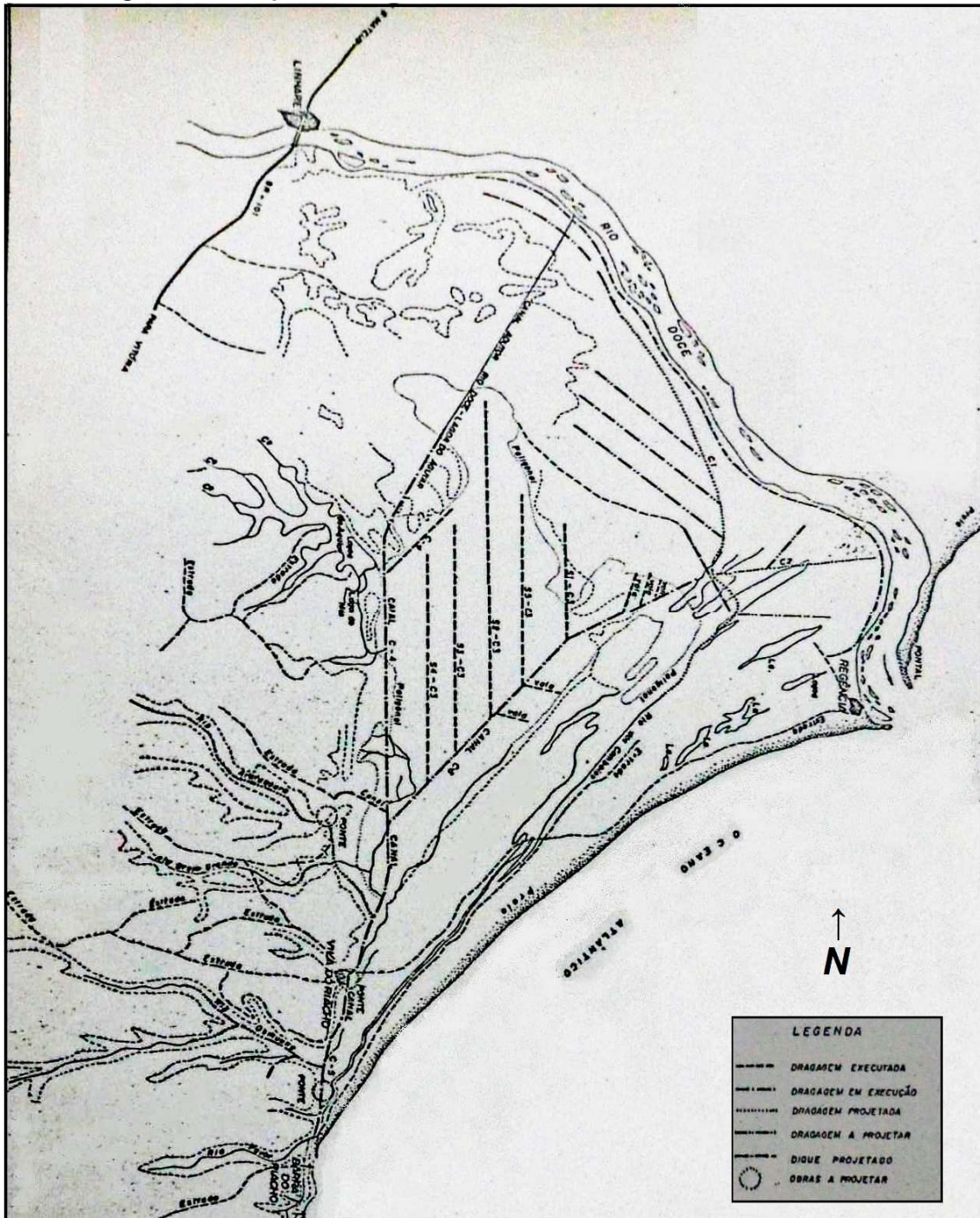
Em 1962, o DNOS foi transformado em uma autarquia federal com âmbito nacional de atuação, a partir da Lei nº 4.089. Esse órgão foi responsável pela intervenção em grandes áreas, através de obras de grande porte em pontos estratégicos, segundo a política de modernização do território vigente no contexto do início do período industrial brasileiro (REBELLO, 2012).

De acordo com Rebello (2012), os trabalhos do DNOS iam para além das obras de saneamento, atuando também como órgão de planejamento geográfico, dada a amplitude de atuação legal. O DNOS, enquanto autarquia federal, não se limitava a realizar trabalhos de interesse exclusivo do Estado, mas atuava também em função da promoção do capital privado. O DNOS foi extinto durante o governo Collor em 1990, através da Medida Provisória nº 151, juntamente com vários outros órgãos, como consequência do rearranjo político voltado para a nova política de modernização, segundo o contexto neoliberal (REBELLO, 2012).



A construção de canais de drenagem pelo DNOS, entre 1960 e 1990, na planície costeira do rio Doce (ver Figura 39), se alinhou com o plano de modernização nacional do governo federal, incluindo o Espírito Santo na perspectiva da lógica desenvolvimentista em que o Brasil buscava se inserir, através da execução do modelo de modernização conservadora da agropecuária capixaba (REBELLO, 2012).

Figura 39 - Croqui dos Canais do DNOS nas várzeas do Riacho em 1978



Fonte: Rebello, 2012.



A obra de engenharia dos canais de drenagem foi projetada visando tornar as áreas alagadiças próximas à foz do rio Doce, passíveis de serem utilizadas para a produção agrícola modernizada, visando a introdução de culturas alimentares que requeriam a irrigação controlada, em busca da ampliação da produtividade agrícola na área (REBELLO, 2012).

Uma outra perspectiva relacionada aos objetivos da obra dizia respeito aos problemas de saneamento e a restauração da salubridade nos territórios afetados e/ou propícios à proliferação de doenças endêmicas, como a malária e a febre amarela. Segundo Carneiro (2003) e Rebello (2012), o saneamento das áreas “insalubres” acabou sendo tomado como discurso para os propósitos da valorização e especulação fundiária. A classificação de uma área como insalubre se dava em função da presença natural da água no solo, fator este que dificultava um tipo específico de ocupação e exploração do mesmo. Fosse pelo risco real de contaminação por doenças presentes nestes ambientes (malária; febre amarela; tifo - comuns nos séculos XVII e XIX), ou mesmo pela impossibilidade de expansão das atividades agropecuárias e outros tipos de ocupação sobre as áreas alagadas.

De acordo com Netto (apud CARNEIRO, 2003):

A atuação do DNOS permitia e legitimava a expansão das atividades agropecuárias na região. Utilizava-se um discurso de “recuperação da área”, como se em um dado momento histórico as atividades agropecuárias tivessem perdido as terras para as águas, quando na verdade o que havia era o fenômeno inverso. Então o discurso do DNOS era de “recuperar” estas terras, como se estas terras tivessem sido perdidas, em alguma época, para as águas e estivessem sendo reintegradas às atividades econômicas (p. 43).

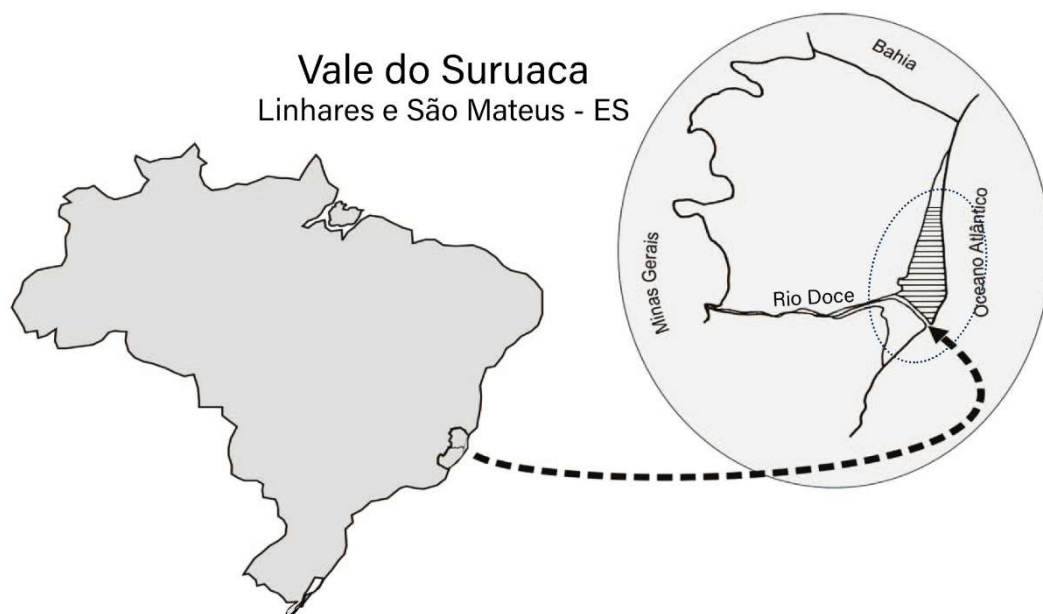
Com base no pensamento produtivista de se propor uma “melhoria” das áreas de brejos e alagados, o DNOS abriu inúmeros canais de drenagem para secar a região da planície sedimentar costeira do rio Doce (SALDANHA, 2018). Embora as tentativas de drenagem desta região datem do início do século XX, com o objetivo de disponibilizá-las para o plantio de mandioca e a criação de búfalos (ZUNTI, 1982), a atuação do DNOS nos anos 1960 intensificou radicalmente essas transformações no ambiente. Além de drenar o solo, o DNOS foi também responsável pela abertura de estradas para o fluxo da produção agropecuária local (REBELLO, 2012; OCCA, 2017):

Desde o início do século passado houve tentativas de drenagem desta área para aproveitamento agrícola através das obras de engenharia. A princípio, somente as áreas mais elevadas eram ocupadas, a partir

dos anos 50, o DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) realizou estudos e obras de drenagem para viabilizar a exploração da área com atividades agropecuárias. Tais estudos permitiram a construção de vários quilômetros de canais de drenagem e de estradas para a implantação de grandes fazendas voltadas também para a criação de gado, o que viabilizou a exploração de uma imensa baixada inundada periodicamente por enchentes do rio Doce (CBH-DOCE, n.p, 2009 apud OCCA, 2017, p. 95).

No lado norte da foz do rio Doce, uma outra área que também sofreu intervenções de drenagem do DNOS foi o *Vale do Suruaca* (ver Figura 40), uma grande área de planície costeira com predominância de solos hidromórficos<sup>35</sup> fluviais, lagunares e marinhos (LANI et al., 2009) (ver Mapa 9). O Vale do Suruaca era também conhecido como o *Pantanal Capixaba* – “alagadiços entre o baixo rio São Mateus e o baixo rio Doce” (SARMENTO-SOARES; MARTINS-PINHEIRO, 2014 apud OCCA, 2017), com uma fauna bastante rica e margeada por restinga e floresta atlântica. “Esta foi uma das últimas áreas do sudeste brasileiro a ser colonizada em razão de ser pantanosa, de difícil acesso e com alta incidência de febre amarela” (LANI et al., 2009, p. 147).

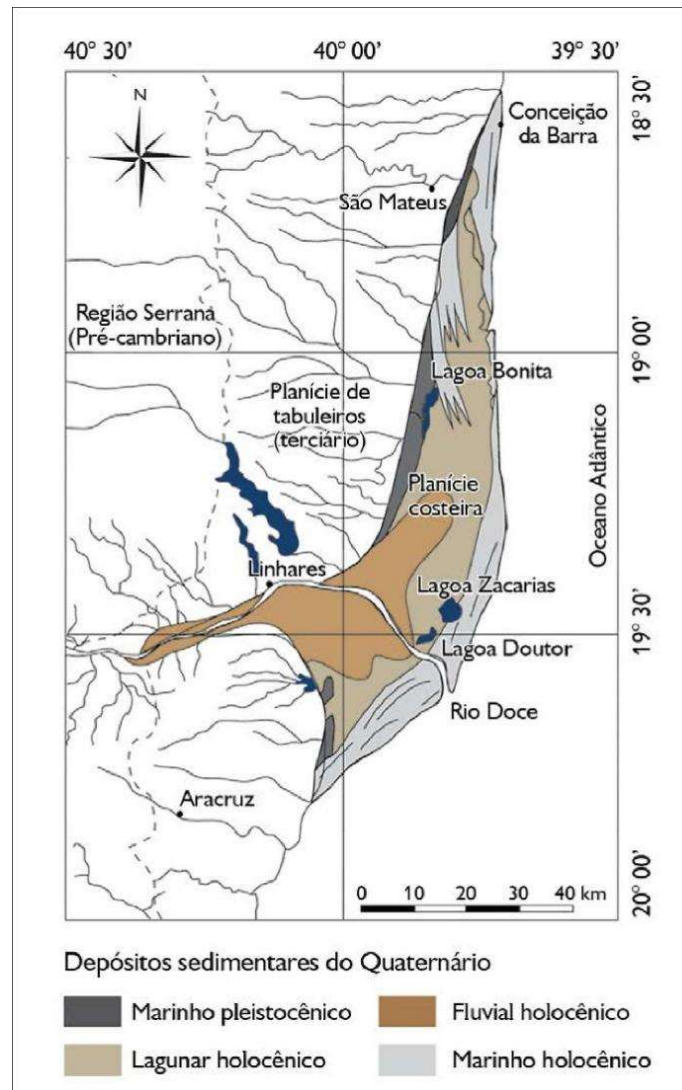
**Figura 40: Localização do delta do rio Doce e do Vale do Suruaca - ES**



Fonte: Lani et al., 2009. Adaptação: Próprio autor.

<sup>35</sup> Solos cuja gênese tem influência de processos de hidromorfismo (excesso de umidade) Ex: Organossolos e Gleissolos.

**Mapa 9: Sistemas deposicionais identificados na costa norte do Espírito Santo**



Fonte: Villagran et al., 2018.

O Vale do Suruaca era originariamente caracterizado por extensas áreas de brejos, sob influência de várias lagoas em sistema de várzeas que apresentavam uma rica fauna e flora endêmicas e que alimentavam diversas nascentes de rios da região, como os que desaguam em Barra Seca, Barra Nova e Urussuquara, nos municípios de Linhares e São Mateus. O Suruaca,

[...] tratava-se de uma grande extensão pantanosa, com lagoas litorâneas de tamanho muito expressivo e biodiversidade exuberante. [...] O Vale do Suruaca era, até a década de 1960, um grande pantanal localizado na porção norte da planície deltaica do rio Doce, de um valor muito significativo para o equilíbrio ambiental de todo o estado e o sul da Bahia (PORTUGUEZ; NÉSPOLI, 2009, p. 430).

Embora fosse considerado como *Pantanal Capixaba* ou *Pantanal do Sudeste* (PORTUGUEZ; NÉSPOLI, 2009), com uma rica biodiversidade preservada, o Vale do Suruaca seria também drenado pelo antigo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) em 1968, fazendo com que a região passasse a servir aos anseios dos grandes fazendeiros que vinham em ascensão ao longo do século XX (OCCA, 2017).

A área era conformada em sua maior parte por terras devolutas e o objetivo da drenagem das áreas alagadas também se vinculava aos interesses de desenvolvimento e expansão da economia agropecuária na região, priorizando a disponibilização das áreas para pastagens (pecuária) e plantio de arroz, como afirmam Lani et al. (2009): “o retirar das águas e a viabilidade econômica do número de cabeças de gado que poderiam ali ser criadas e os sacos de arroz que poderiam ser colhidos nortearam o projeto” (p. 147).

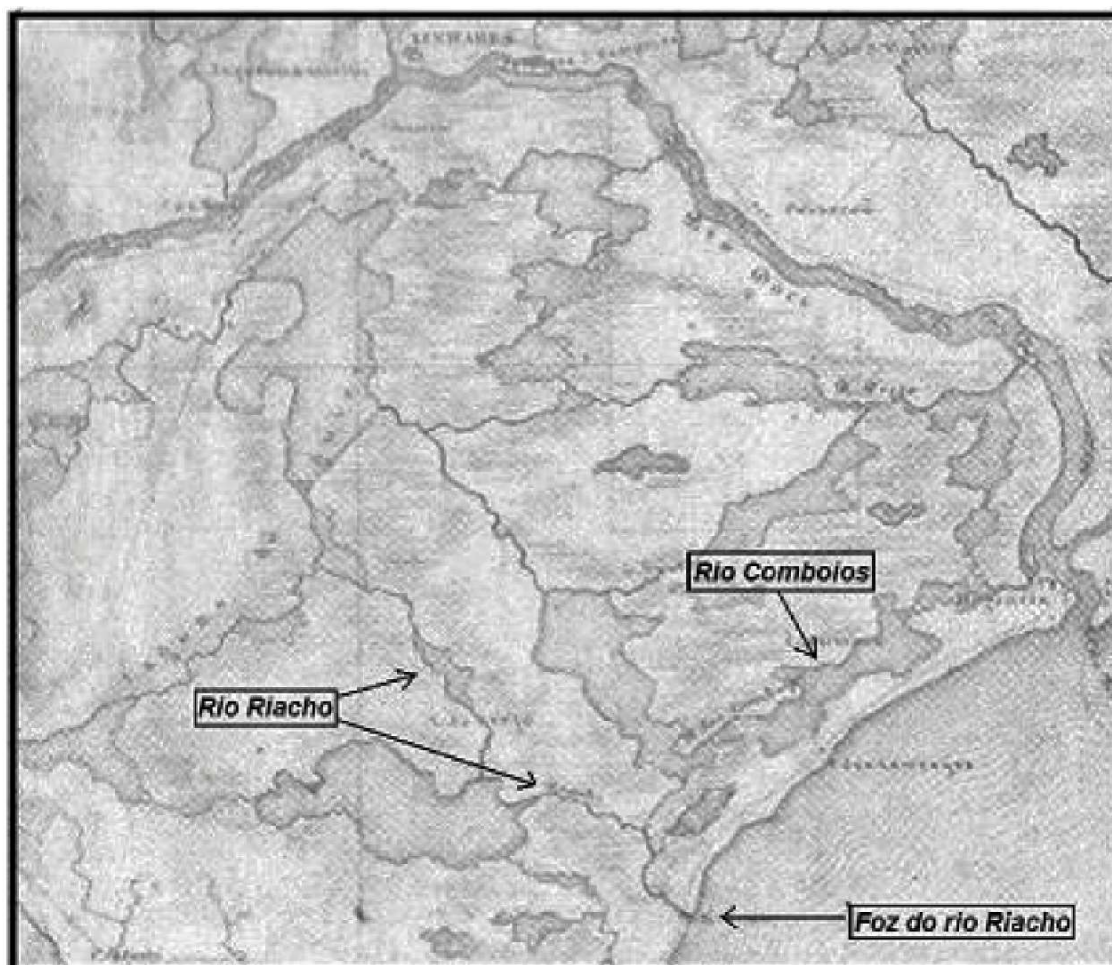
Ximena Villagran et al. (2018) apontam, a partir de Perota (1971) e Teixeira (2003), a realização de pesquisas arqueológicas a partir da década de 1960, que possibilitaram a descoberta de um grande sítio arqueológico de *sambaquis* por toda a planície deltaica do rio Doce, principalmente na região do Vale do Suruaca. “As idades obtidas para estes sambaquis indicaram que a cronologia para a ocupação humana da área apresenta-se em torno dos 4500 a 3000 anos AP” (VILLAGRAN et al., 2018, p. 575) A descoberta destes sambaquis comprovam a ocupação histórica de povos originários (indígenas) vivendo nesta região, em associação com as áreas pantanosas, há um longo período de tempo, o que nos leva a concluir que a região apresentava um rico potencial de biodiversidade e fonte de recursos de alimentação para manutenção do modo de vida destes povos.

Um outro impacto observado no Vale do Suruaca, após a drenagem das áreas alagadas, foram os processos de desertificação. De acordo com Fernanda Krakovics, no artigo *Drenagem cria deserto no Espírito Santo*, publicado na Folha de São Paulo, em 2001, os impactos das obras de drenagem do DNOS na região atingiram uma área de 32,870 hectares e expuseram o solo a um processo químico de acidificação, impossibilitando o desenvolvimento e a sobrevivência de plantas. “Segundo a agrônoma da Seama (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) Giovana Kill, o solo da região é rico em enxofre, que foi oxidado com a exposição causada pela drenagem, transformando-se em ácido sulfúrico” (KRAKOVICS, 2001, n.p.).

Após 1960, observou-se tanto ao norte, quanto ao sul do rio Doce, a implementação de diversos canais de drenagem, que alteraram a dinâmica de cheias periódicas e o regime hídrico local. De acordo com a Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce, “este processo alterou significativamente a hidrografia da região, causando o desaparecimento quase total de algumas lagoas na foz do rio” (CBH- DOCE, 2009, n.p, apud OCCA, 2017, p. 96) (ver Figura 41 e Mapa 10). Este processo se somou aos desmatamentos anteriormente relatados na área da bacia hidrográfica do rio Doce, provocando um alto grau de assoreamento no rio:

O processo de degradação que vem ocorrendo ao longo do rio Doce, tem provocado o assoreamento do mesmo, diminuindo sua profundidade, e isso também pode ser observado na sua foz, como o surgimento de novas ilhas, que por sua vez são ocupadas e utilizadas como áreas para implantação de atividades agrícolas (CBH-DOCE, 2009, n.p. apud OCCA, 2017, p. 96).

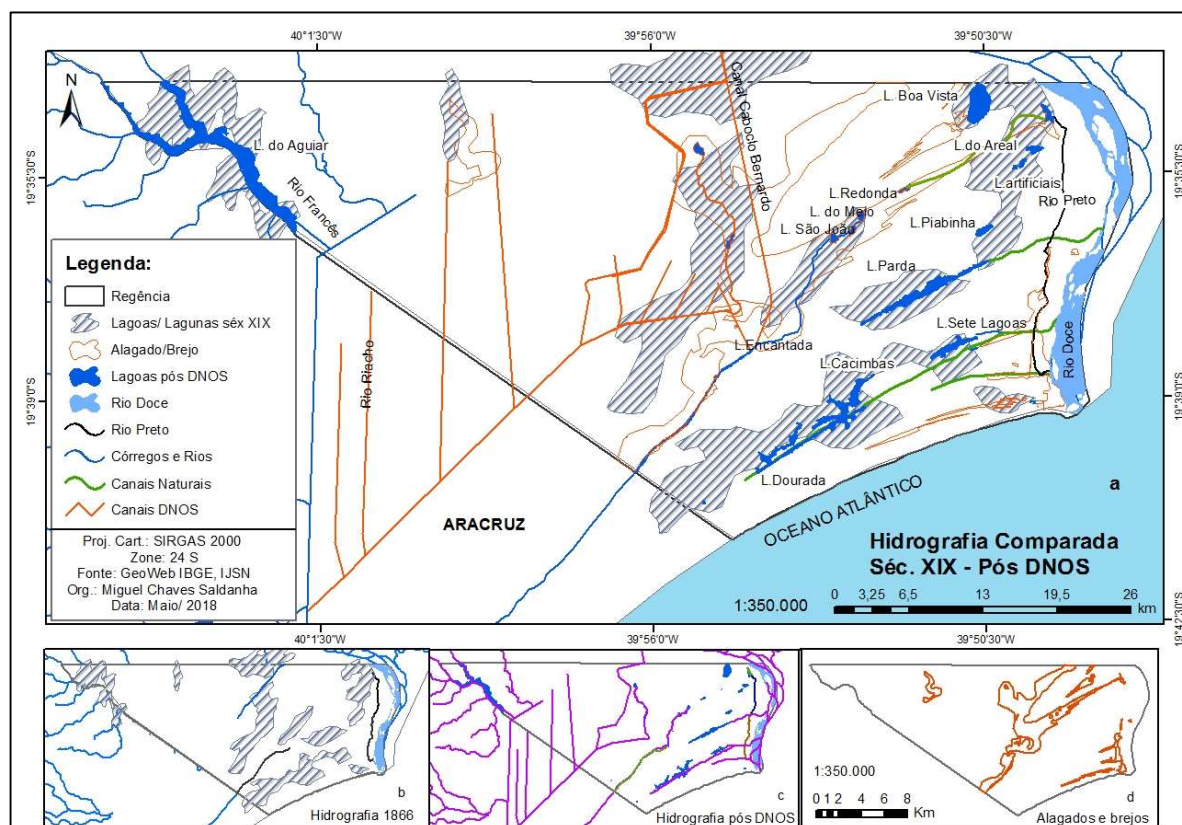
**Figura 41: Representação da hidrografia na porção sul da foz do rio Doce no século XIX**



Fonte: Rebello, 2012. Adaptado de: Companhia Vale do Rio Doce, 2002.



**Mapa 10: Hidrografia Comparada. Século XIX – Pós DNOS**



Fonte: Saldanha, 2018.

A partir da análise da Figura 41 e do Mapa 10, pode-se estabelecer um perfil comparativo do arranjo dos corpos hídricos na porção sul da planície sedimentar costeira da foz do rio Doce, antes e depois da implementação dos canais de drenagem do DNOS. A redução do perímetro das áreas alagadas após os anos 1960 fica bastante nítida neste contraste. De toda forma, não se pode negar que as obras do DNOS cumpriram um papel importante no que diz respeito às políticas sociais de promoção da saúde e salubridade, a partir da redução dos índices de malária e febre amarela na região. No entanto, a implementação dos canais de drenagem pelo DNOS através do discurso sanitaria de propor melhorias nas áreas de brejos naturalmente alagáveis, causou diversos danos socioambientais e processos de conflitos socioterritoriais na região (SALDANHA, 2018).

A intervenção radical no meio natural transformou a região de alagados férteis em pastos e monoculturas, disponibilizando essas terras ao uso agropecuário e favorecendo a concentração fundiária, com a formação de grandes fazendas na região, como o exemplo das fazendas: Agril; Bananal do Sul; Progresso; São João;

Guaianases; Parajú; Boa Vista, dentre outras. Esse processo desestabilizou de forma significativa o equilíbrio ecológico local, afetando diversas espécies de seres vivos e comprometendo as fontes de subsistência e soberania alimentar das comunidades tradicionais locais (SALDANHA, 2015; 2018; OCCA, 2017).

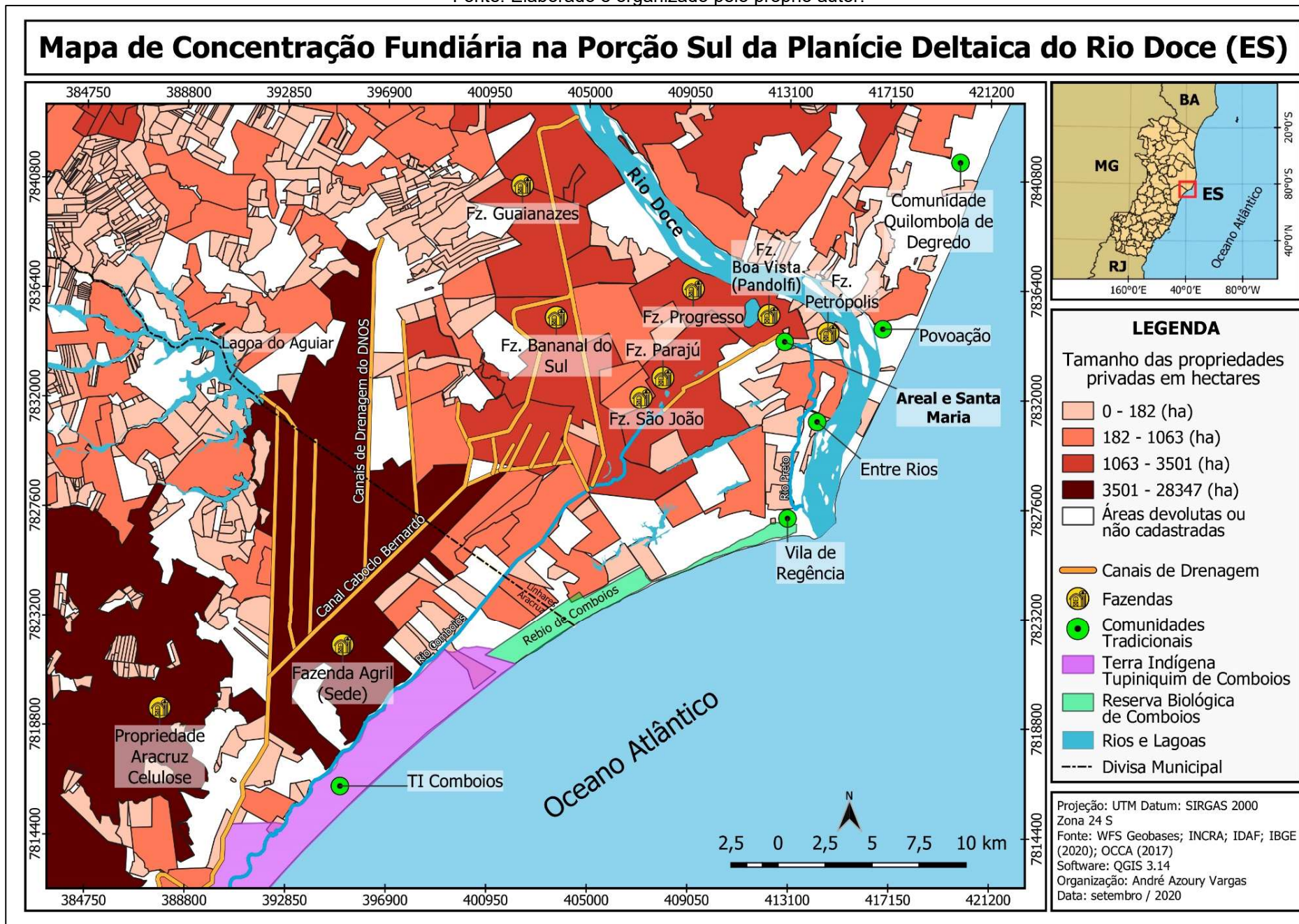
A disponibilização dessas terras ao uso agropecuário, após a drenagem da planície deltaica do rio Doce, favoreceu a concentração fundiária na região, promovendo a formação de grandes fazendas de gado e cacau. Segundo Leonardo (2014):

De acordo com os moradores da região, esse processo ocorre já no início dos anos de 1970, com a formação de vários latifúndios na região, ocasionando um amplo processo de expropriação das terras, outrora ocupados pelas famílias de Regência e adjacências. Nesse contexto, os moradores relatam a ocorrência de um intenso desmatamento na região, com a retirada ilegal de madeira e a implantação de pastagens em áreas de mata (p. 94).

A seguir, apresentamos um mapeamento da concentração fundiária atual da porção sul da foz do rio Doce (ver Mapa 11). Através da leitura das informações espacializadas no mapa, percebe-se como que as grandes fazendas estão localizadas exatamente nos territórios drenados pelos canais do DNOS, englobando as lagoas e áreas anteriormente alagadas.

Mapa 11: Mapa de Concentração Fundiária na Porção Sul da Planície Deltaica do Rio Doce (ES)

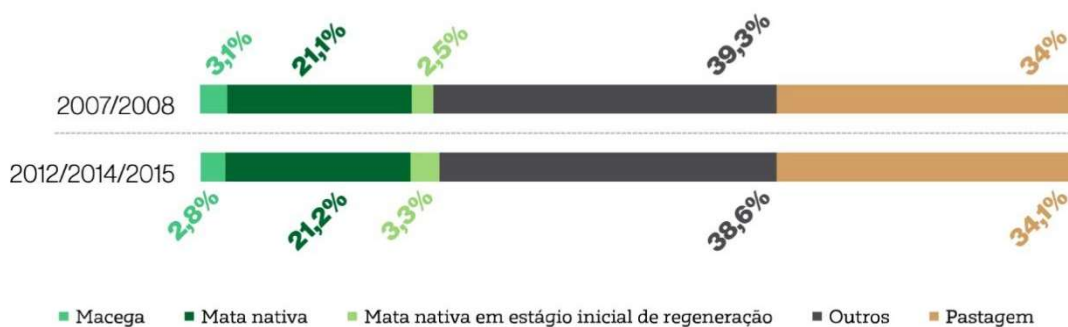
Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.





De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a pecuária é a principal atividade econômica rural do município de Linhares. A cobertura do solo por áreas de pastagens ocupa individualmente a maior parte do território do município de Linhares (34,1%) (SEAMA, 2018).

**Figura 42: A cobertura florestal no município de Linhares-ES (2007-2008 / 2012 - 2015)**



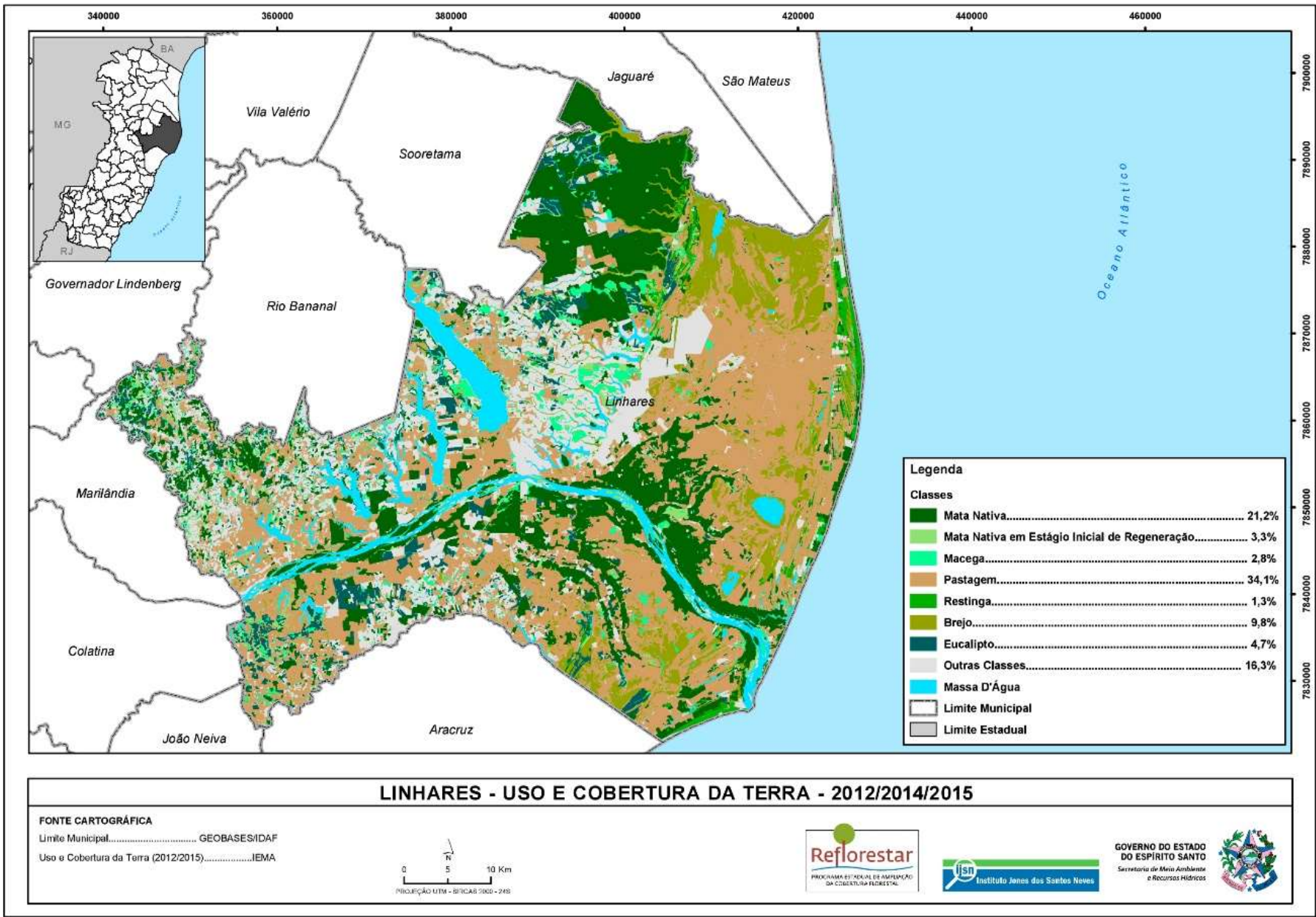
Fonte: Seama, 2018. Atlas da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo 2007 - 2008 / 2012 - 2015

Segundo os dados do IBGE – Cidades de 2018 e do Censo Agropecuário 2017, o município de Linhares possui o segundo maior número de cabeças de gado do estado (139.382), ficando atrás de Ecoporanga (200.097). Em relação à extensão de área em quilômetros quadrados, Linhares é o maior município do Espírito Santo (com área de 3.496,263 km<sup>2</sup>); no entanto, quando se analisa o ranking da pecuária bovina por número de estabelecimentos, Linhares fica apenas em 14º lugar, com 646 estabelecimentos, frente a 1.592 estabelecimentos em Ecoporanga. O que sugere que as grandes e médias propriedades são responsáveis por abrigar grande parte do número de cabeças de gado no município de Linhares, o que evidencia a concentração fundiária no mesmo.

Os dois mapas a seguir demonstram as características do uso e cobertura da terra no município de Linhares até o ano de 2015 (Mapa 12) e na área do estudo focal (porção sul da foz do rio Doce), no ano de 2012 (Mapa 13).

### Mapa 12: Mapa de Uso e Cobertura da Terra (2015) – Linhares-ES

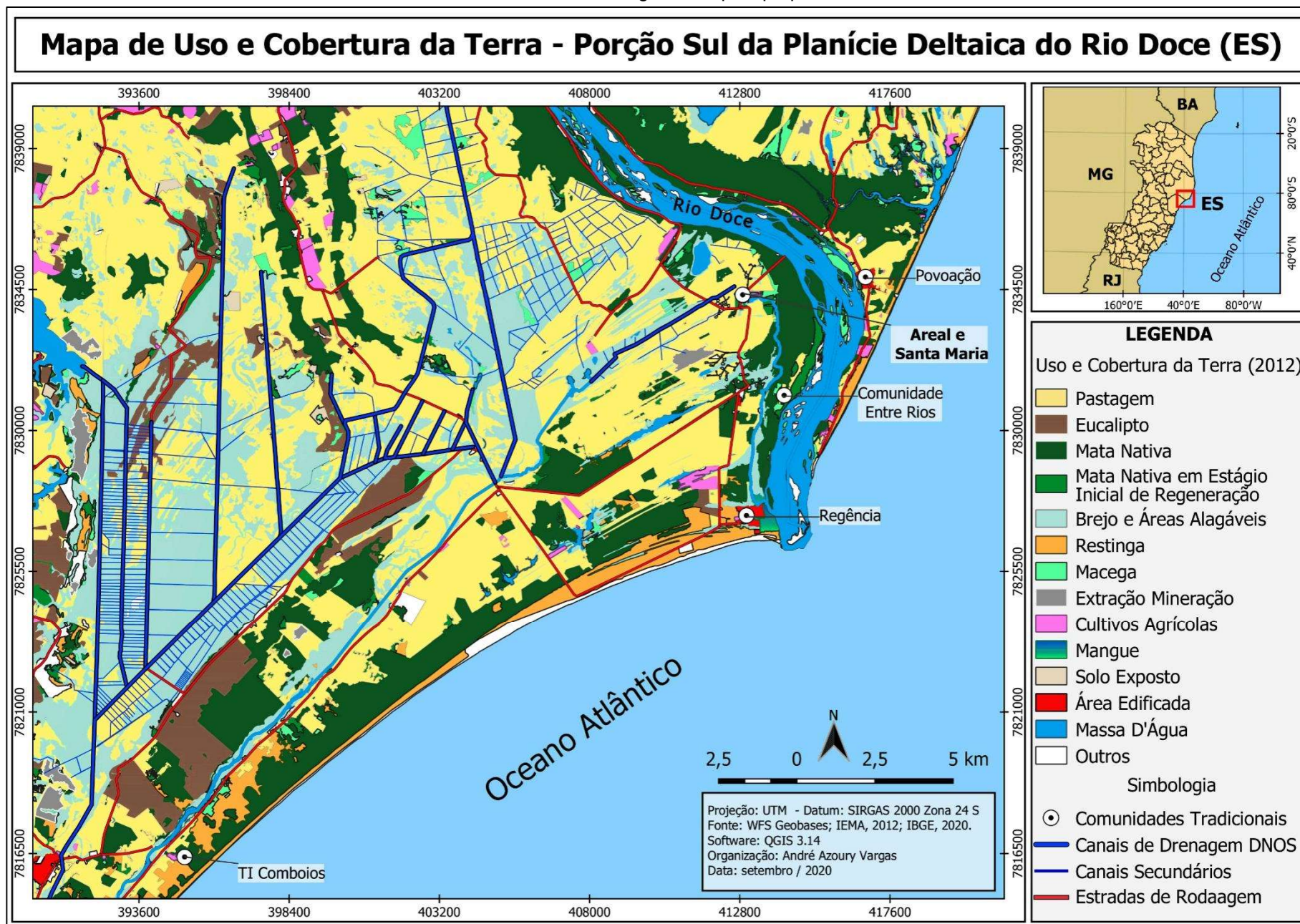
Fonte: Atlas da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo 2007 - 2008 / 2012 - 2015 (IEMA; IJSN; SEAMA, 2018)





Mapa 13: Mapa de Uso e Cobertura da Terra - Porção Sul da Planície Deltaica do Rio Doce (ES)

Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.



A partir da análise dos mapas de uso e cobertura da terra do município de Linhares-ES e da área focal de estudo, pode-se perceber como a cobertura de mata nativa foi suprimida e como as pastagens passaram a predominar na paisagem. É válido destacar que as áreas onde as pastagens encontram-se mais concentradas é justamente na região onde foram realizadas as obras de drenagem das áreas alagadas pelo DNOS, que foram em seguida ocupadas por fazendas, com destaque para a planície deltaica do rio Doce e o Vale do Suruaca.

**Figura 43: Pastagem e Gado da Fazenda Boa Vista (Pandolfi), próximo à área de Cabruca e à Comunidade de Areal e Santa Maria**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Próprio autor, 15 de novembro de 2015.

As áreas de monocultivo de eucalipto, que em 2015 ocupavam 4,7% do território de Linhares, vem se ampliando e se constituindo como a segunda maior atividade rural do município. Em 2017, a área de eucalipto plantado no município correspondia a 14.178 hectares e em 2018, passou para 15.198 hectares<sup>36</sup> (IBGE CIDADES, 2020).

---

<sup>36</sup> Dados consultados no portal do IBGE Cidades (Linhares-ES). Série histórica disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/linhares/pesquisa/16/12705?tipo=grafico&indicador=47331>



**Figura 44: Faixa de plantação de Eucalipto próximo à lagoa Parda**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Próprio autor, 15 de novembro de 2015.

A implementação de canais de drenagem na planície deltaica do rio Doce e sobre as várzeas do Riacho estão historicamente relacionadas com a produção de celulose pela Aracruz Celulose S.A (Atual Suzano Papel e Celulose S/A).

O processo de implantação da empresa **[Aracruz Celulose S/A]** ocorreu paralelamente aos trabalhos de construção dos canais do DNOS, quando ainda ela teve iniciado seus trabalhos no Espírito Santo através da Aracruz Florestal - Arflo - em 1967, que fez os primeiros plantios de eucalipto no município de Aracruz. Em 1972 ocorreu a implantação da planta industrial da Aracruz Celulose - Arcel -, da qual a Arflo se tornou subsidiária. Em 1978 foi inaugurada a fábrica A da Arcel, seguida da fábrica B em 1991 e da fábrica C em 2002 (REBELLO, 2012 p. 60 **[grifo nosso]**).

Em 1990, após a extinção do DNOS, o poder público não assumiu a administração e manutenção dos canais abertos, o que possibilitou que os mesmos fossem apropriados pela iniciativa privada. A utilização dos canais foi incorporada principalmente pela Aracruz Celulose S/A na captação de água para a produção de celulose (MARACCI, 2008; REBELLO, 2012).

Fundada em 1972, a Aracruz Celulose S/A passou por diversas fusões com outras empresas em sua história. Em 2009, foi incorporada pelo grupo Votorantim Celulose e Papel (VCP) e passou a atuar sob o nome de Fibria, configurando-se como uma das maiores empresas do setor de papel e celulose no Brasil. Em 2019, a empresa se fundiu à Suzano Papel e Celulose S/A, tornando-se a maior produtora de

polpa de celulose branqueada do mundo, com um valor de mercado estimado em R\$ 79 bilhões. Atua nas bolsas de valores de São Paulo, Madrid e Nova York e com operações globais em mais de 60 países (ESBRASIL, 2020).

O perfil de atuação internacional da Suzano Papel e Celulose S/A é um claro exemplo de territorialidade-rede em escala global, ou de *transterritorialidade* (HAESBAERT, 2004a), onde atores situados fora do Espírito Santo e do Brasil controlam e definem quais são as formas de gestão e produção territorial local.

#### **4.5.3. O Canal Caboclo Bernardo**

Entre os vários canais construídos na porção sul da planície deltaica do rio Doce, um se destaca: o Canal Caboclo Bernardo. Este canal, o maior entre os demais, foi construído em 1999 pela própria Aracruz Celulose e passou a se interligar com o antigo sistema de canais construídos pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). O mesmo foi apropriado e reativado pela empresa Aracruz Celulose no início dos anos 2000 com o objetivo de captar e transpor as águas do rio Doce para a bacia do rio Riacho e Comboios, como forma de utilizá-la em seu processo produtivo de celulose em Aracruz-ES<sup>37</sup>. Diferente dos tradicionais canais do DNOS, que foram construídos para drenar as áreas alagadas, o Canal do Caboclo Bernardo é utilizado para captar água do rio Doce e direcioná-la para a empresa.

As águas da bacia hidrográfica do rio Riacho já eram completamente monopolizadas pela empresa para o abastecimento e resfriamento das caldeiras de cozimento de eucalipto para a produção de celulose destinada à exportação. A ativação do Canal do Caboclo Bernardo configurou mais um impacto para as comunidades tradicionais locais, uma vez que continuou a drenar as áreas inundáveis – o que interfere na dinâmica das lagoas – e também consome água do rio Doce, que

---

<sup>37</sup> A execução da obra não contou com nenhum EIA/RIMA, conforme determina a Resolução do Conama nº 001, de 23.01.86, artigo II, parágrafo 8, o que é muito grave por se tratar de uma transposição de bacia hidrográfica federal (do rio Doce) para bacias estaduais (Riacho e Comboios). As populações locais também não foram consultadas nem indenizadas pelos danos causados, o que fere a Lei Estadual de Meio Ambiente em sua seção IV, artigo 187 (MARACCI, 2008; REBELLO, 2012; VIEIRA, 2012).

já se encontra em elevado estado de contaminação, degradação e assoreamento (MARACCI, 2008; VIEIRA, 2012; OCCA, 2017).

Denominado *Caboclo Bernardo* - em alusão a um personagem heroico da história de Regência, que em 1887 teria salvo cerca de 128 pessoas de um naufrágio na foz do rio Doce - este canal faz chegar água do rio Doce às caldeiras da empresa e uma pequena parte é encaminhada para o rio Comboios e desse, para a foz do rio Riacho, no intuito de que essa foz não seque por completo - numa suposta “resposta” aos pescadores de Barra do Riacho, que atribuem à empresa o prejuízo dos constantes fechamentos da foz do rio Riacho por sedimentos marinhos, em decorrência do baixo volume de água doce no rio (OCCA, 2017, p. 99).

**Figura 45: Moradores de Areal e Santa Maria no Canal Caboclo Bernardo**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Isabel Benincá, novembro de 2015.

**Figura 46: Desvio de água do rio Doce para o Canal Caboclo Bernardo**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Isabel Benincá, novembro de 2015.

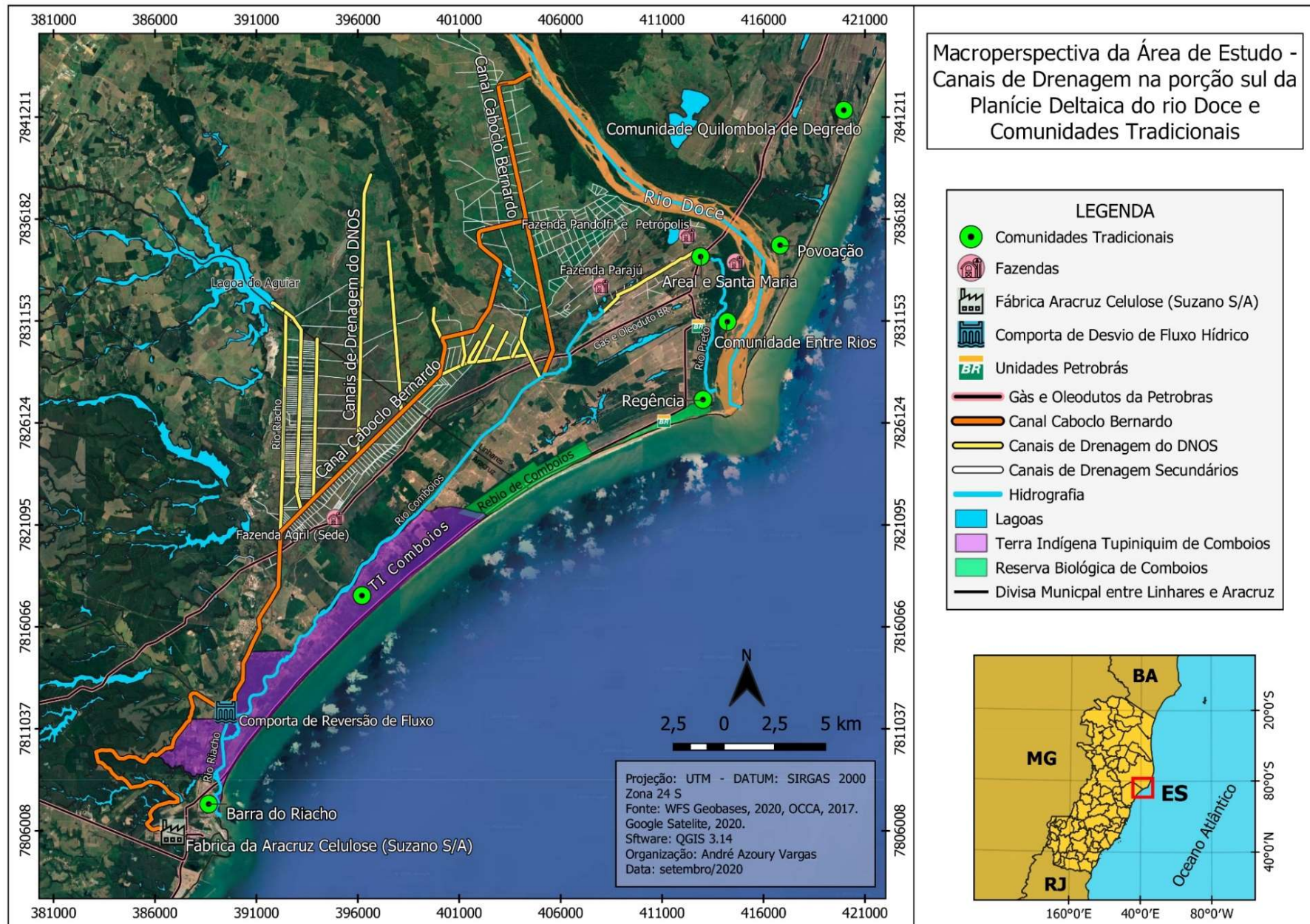
O Canal Caboclo Bernardo capta água do rio Doce e antes de chegar à empresa da Aracruz Celulose, desvia parte da carga hídrica para rio Comboios e rio Riacho como forma de controlar suas vazantes. Ao passar pelo rio Comboios, as águas do rio Doce trouxeram a poluição/contaminação e a diminuição dos peixes, fato que prejudicou a comunidade *Tupinikim* da Terra Indígena de Comboios, que faz uso direto do rio para reprodução do seu modo de vida. Além disso, “o nível do rio Comboios passou a ser controlado pela empresa através de um sistema de comportas que não respeita o movimento natural de cheias e vazantes, que era aproveitado pelos *Tupinikim* para os cultivos nas várzeas” (OCCA, 2017. p. 99).

O Mapa 14, a seguir, apresenta a extensão e trajeto do Canal Caboclo Bernardo, dos canais do DNOS e suas derivações secundárias. Foram apresentados também no mapa outros arranjos de elementos que compõem a paisagem, entre eles: a fábrica da Aracruz Celulose (atual Suzano S/A), unidades da Petrobrás e sua rede de gás e oleodutos, as fazendas e comunidades tradicionais presentes na região.



**Mapa 14: Macroperspectiva da Área de Estudo – Canais de Drenagem na Porção Sul da Planície Deltaica do rio Doce e Comunidades Tradicionais**

Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.



Wanderson Rebello, através de sua dissertação de Mestrado intitulada: **O papel dos canais do DNOS nas várzeas do Riacho (ES) : estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba** (2012), buscou problematizar o significado dos canais do DNOS como parte do processo de materialização da constituição do período técnico científico informacional (SANTOS, 2002) na configuração territorial capixaba, visando investigar como os canais do DNOS se integraram ao movimento desenvolvimentista em uma parte do território capixaba através do processo de modernização interescalar: contexto global de modernização tecnicocientífica - Brasil - Espírito Santo - planície deltaica do rio Doce.

Rebello (2012) chega à conclusão de que o discurso de promoção de melhorias sanitárias e recuperação das áreas alagadas da várzea do Riacho para a produção de alimentos através da lógica de modernização da agricultura, que supostamente atrairiam ou fixariam o homem no campo, face ao êxodo rural que vinha ocorrendo em função da crise do café, não se confirmou da maneira como foi propagado.

No panorama da agricultura, quem se beneficiou diretamente com a implementação dos canais de drenagem na década de 1960 foi a Fazenda Agril, que utilizou o sistema dos canais de drenagem para a produção de arroz com alta tecnologia, como exemplifica Rebello:

O projeto para a produção de arroz, elaborado pela Cofai, implantado na fazenda Agril, com financiamento do Provárzeas-ES, permitiu o desenvolvimento de um padrão de atividade agrícola altamente tecnificada de arroz irrigado, com alta utilização de modernos equipamentos agrícolas, contando, inclusive, com uso de avião. Destaca-se o emprego de aproximadamente 50 trabalhadores assalariados na produção existente em mais de 2000 hectares de área da citada fazenda. Tal número de trabalhadores, em vista da área ocupada pela fazenda (que pode ter chegado a quase 9 mil hectares nos anos 90), pode ser tomado como inexpressivo diante dos números estimados por Peruzzo (1984) sobre êxodo rural dos anos 60/70, de aproximadamente 150 mil habitantes que ocupavam cerca de 167 mil hectares com pequenas propriedades (REBELLO, 2012, p. 124).

A fazenda Agril empregava cerca de 50 trabalhadores com assalariamento temporário na propriedade do então fazendeiro Ângelo Coutinho<sup>38</sup>. A fazenda possuía cerca de 2.000 hectares<sup>39</sup>, com utilização da metade para plantio e processamento de arroz e o outro restante utilizado para pecuária (REBELLO, 2012). O sistema de cultivo de Arroz na Fazenda Agril era extremamente tecnificado e, segundo Rebello (2012), utilizavam maquinário diversificado (trator; plantadeira; avião), correção e adubação química do solo, herbicidas, capina química, controle de pragas e doenças por pulverização aérea de agrotóxicos e processamento do arroz através de equipamentos e maquinário industriais. A água represada e utilizada para plantio e irrigação era captada a partir dos canais de drenagens do DNOS. “A produção era destinada ao abastecimento de supermercados e pequenas mercearias, situados no Espírito Santo e alguns pontos de comércio em Minas Gerais” (REBELLO, 2012, p. 87).

A Agril posteriormente parou de produzir arroz, já na década de 1990, dedicando-se à pecuária e posteriormente à silvicultura, quando foi comprada pela Aracruz Celulose (atual Suzano S/A). Durante a sua pesquisa, Rebello (2012) teve a oportunidade de realizar entrevistas com antigos trabalhadores da fazenda Agril e um deles relatou que:

- Um dia, cedo, o Coutinho chegou pra mim e disse: - [...] vou parar de mexer com o arroz. Vou é encher a fazenda de gado, o gado dá menos trabalho. Vou arrendar a parte do arroz para outro tocar essa parte da fazenda.

- Rapaz, ele parou porque ganhou muito dinheiro, cansou de ganhar dinheiro, o Coutinho ganhou muito dinheiro com o arroz. Era arroz que não acabava mais, muito mesmo. Tinha até avião que jogava o veneno e a semente. A gente processava o arroz ali do outro lado. A gente enchia o caminhão de saco de arroz e saía cedinho, vendendo. A

---

<sup>38</sup> Ângelo Coutinho, após atuar no ramo da produção de arroz, focou na pecuária. A família Coutinho foi fundadora da **Luz e Força Santa Maria** (Companhia de Distribuição de Energia Elétrica) e do **FRISA – Frigorífico Rio Doce S.A.**, produtor de derivados da pecuária bovina, atuando como um dos frigoríficos capixabas pioneiros no ramo de exportação de carnes congeladas e ultraprocessadas. Ângelo Coutinho Atuou como presidente do FRISA por um período, mais recentemente no ano de 2016, o grupo FRISA, que possuía unidades de processamento em Colatina (ES), Nanuque (MG), Teixeira de Freitas (BA) e Niterói (RJ), foi comprada pela empresa paulista **Minerva Foods S/A**, a terceira maior exportadora de carnes do Brasil atrás da JBS S/A e Marfrig Global Foods S/A (REBELLO, 2012; GAZETA DO NORTE, 2016; BEEFPOINT, 2020).

<sup>39</sup> Seguindo dados fornecidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2006 a fazenda Agril possuía 8.980 hectares, sendo que apenas 3.700 hectares estão regularmente registrados no INCRA e o restante seria formado por áreas públicas ou terras devolutas (BERNARDES, 2006 apud REBELLO, 2012, p. 86)

gente parava em um monte de lugar, em Aracruz, Nova Almeida... a gente ia até Minas Gerais entregando arroz, ali na divisa.

- Aí o Coutinho arrendou tudo e parou de mexer com arroz. E gado também tinha muito, muito mesmo. Olha, tem bem pra lá de vinte anos que não produz mais arroz aqui. Tá vendo aquele monte de casa ali? Morava um monte de gente aqui. Essas casas que sobraram era onde morava os encarregado da fazenda. É tudo casa boa, casa com laje, tamanho bom (Entrevista com antigo trabalhador da Fazenda Agril in REBELLO, 2012, p. 88).

A partir do relato de um dos antigos trabalhadores da fazenda, fica claro que o papel social desempenhado pela Agril estava muito mais voltado para a produção de riqueza do que propriamente a produção de alimentos. Desta forma, é válido reforçar que o discurso de melhorias das áreas alagadas, através da implementação dos canais do DNOS, privilegiou apenas os grandes produtores rurais, como o caso da Fazenda Agril, em detrimento dos pequenos produtores e comunidades tradicionais da região. Nesse Sentido, Rebello (2012) comenta que:

Fica evidente que o apelo à modernização da agricultura, como elemento de atração do homem ao campo, sobretudo através das áreas “beneficiadas” pelos canais do DNOS, apesar de constituir um pomposo discurso de cunho social, tinha como principal intenção a inserção de novas relações capitalistas no campo, beneficiando os grandes proprietários de terra, tal como, no exemplo da Agril, Ângelo Coutinho, proprietário também de outros negócios de grande porte no Espírito Santo. Para além de todo o contexto associado à origem da construção dos canais para a promoção da produção de alimentos, observa-se que os mesmos foram ulteriormente submetidos a um propósito radicalmente distinto, qual seja, o de servir como instrumento de fundamental importância ao fornecimento de água indispensável ao processo produtivo da Aracruz Celulose (atual Fibria), macroator que contou com grande apoio do Estado para a apropriação dos canais do DNOS, através da implantação do canal Caboclo Bernardo, controlado pela empresa (p. 124).

De acordo com Rebello, a compra da Fazenda Agril pela Aracruz Celulose (atual Suzano) foi estratégica, pois a localização da fazenda, cortada pelos canais do DNOS, despertou interesse na empresa em função da abertura do canal Caboclo Bernardo. “Como alguns canais passavam pela propriedade, desde a época em que produzia arroz, a fazenda tornou-se uma importante área para a empresa, que além de adquirir a área, passou a plantar eucalipto na mesma” (REBELLO, 2012, p. 88).

Desta forma, a fazenda Agril, que era produtora de alimentos, passou a produzir eucalipto para a Aracruz Celulose. De acordo com o mesmo entrevistado por Rebello (2012), a Aracruz Celulose:

“ - [...] veio aqui querendo comprar tudo, por causa dos canais, para fazer o canal novo que suga água lá do rio Doce [...]. - A gente produzia arroz, agora é só eucalipto. O arroz era pra comer, né, vender no supermercado; a gente tinha emprego, vivia gente disso aqui, do arroz, do gado, vinha um monte de gente trabalhar no arroz. Agora é só eucalipto, a Aracruz vai encher tudo de eucalipto. Anda aí com seu carro e você não acha nem gente, é só eucalipto. Antes era comida pra mesa dos outros e agora é eucalipto pra a fábrica, só pra ela. Só tem eucalipto aqui, só vai ter eucalipto daqui uns anos (p. 88).

Com o entendimento de que a Fazenda Agril deixou de cumprir o seu papel social, à medida que abandonou a produção de arroz e passou a investir exclusivamente na monocultura do eucalipto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizou protestos e ocupações na fazenda em 2005, 2015 e 2016, como parte da luta em defesa de Reforma Agrária, do fortalecimento do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do INCRA (SÉCULO DIÁRIO, 2016).

Em 2015 e 2016, os protestos e ocupações contaram com 150 famílias de camponeses sem terra e pescadores artesanais, que ocuparam a fazenda por um curto período de tempo antes de serem expulsos por ação judicial. De acordo com representantes do MST, é um absurdo uma fazenda que possui 8.000ha de terras improdutivas, que poderiam abrigar 80% das famílias de camponeses que vivem em acampamentos no Espírito Santo, ser utilizada apenas para controle de águas desviadas do rio Doce pelo Canal Caboclo Bernardo e para o monocultivo de eucalipto, responsável por acentuar os problemas socioambientais, com a escassez hídrica e a falta de políticas públicas para a população rural (SÉCULO DIÁRIO, 2016).

De acordo com reportagem do Século Diário, sobre o MST, a ocupação da fazenda Agril, controlada pela Aracruz Celulose, além de denunciar a degradação ambiental promovida pela empresa nos locais onde estão seus extensos plantios de eucalipto no Estado, também pretendeu alertar para o elevado consumo de água utilizada para a produção de celulose (matéria-prima de exportação). Segundo o jornal Século Diário, amparado nos relatórios da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Câmara de Linhares, para investigar o desvio de água do rio Doce pela Aracruz Celulose através do Canal Caboclo Bernardo, “o consumo diário das usinas da Aracruz Celulose, por meio do canal Caboclo Bernardo, seria suficiente para abastecer 2,6 milhões de pessoas, o equivalente à população da Grande Vitória” (SÉCULO DIÁRIO, 2015, n.p.).

Na verdade, esse valor representa quase um terço a mais que a real população da Região Metropolitana da Grande Vitória que, segundo dados de 2020, do IBGE, possui 2.006.486 de habitantes.

Segundo o MST, a fazenda Agril, controlada atualmente pela Aracruz Celulose, se apropriou de terras devolutas e não possui a titulação de toda a sua área regulamentada. De acordo com Adelson Lima, integrante da Coordenação Estadual do MST, “A grande maioria das terras da empresa **[Aracruz Celulose]** foi adquirida de forma irregular, através de grilagem e outros meios escusos” (SÉCULO DIÁRIO, 2016, n.p.).

Percebe-se, desta forma, a força da Aracruz Celulose como um dos atores hegemônicos no território, utilizando seu processo produtivo de celulose para exportação, o grande beneficiado do uso dos canais, em detrimento dos interesses da maior parte da população local, a exemplo da população indígena de Comboios, Pau Brasil, Caieiras Velha, Três Palmeiras, Areal, bem como os pescadores artesanais da Barra do Riacho e Regência (REBELLO, 2012).

A partir da apropriação do Canal Caboclo Bernardo, a Aracruz Celulose passou a exercer controle do fluxo de água de duas bacias hidrográficas, a do Riacho, completamente, e do rio Doce, parcialmente. O poder de controle que a empresa exerce sobre o fluxo de água das bacias da planície deltaica do rio Doce e os conflitos daí derivados, deixa evidente as contradições de uso dos recursos do território, permeado por uma complexa teia de relações, que envolvem diferentes atores com distintas formas de *territorialidade* e *matrizes de racionalidade* (OCCA, 2017; SALDANHA, 2018).

Para Porto-Gonçalves (2006b), as formas de *territorialidade* estão vinculadas a distintas matrizes de racionalidade, que diferenciam os projetos hegemônicos e contra-hegemônicos, conforme as relações de apropriação e/ ou dominação do espaço que efetivam: no espaço vivido pelas comunidades tradicionais, produz-se um saber-fazer, um “saber com” a natureza; enquanto no espaço dominado por grandes empreendimentos capitalistas, há um “saber sobre” a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006b; OCCA, 2017).

Através desta problematização histórica e amparo em pesquisas correlacionadas ao tema, podemos perceber que os canais de drenagem na planície deltaica do rio Doce proporcionaram a apropriação privada dos recursos naturais, das



terras e dos territórios tradicionais, provocando profundos impactos no modo de vida das comunidades locais.

#### **4.5.4 A chegada da Petrobrás e as atividades da indústria petrolífera na foz do rio Doce**

O início das pesquisas petrolíferas no Espírito Santo deu-se em 1957. A primeira descoberta ocorreu em 1969 e o início da produção deu-se em São Mateus, em 1973. A primeira exploração de gás na foz do rio Doce ocorreu no ano de 1978, no campo terrestre denominado Lagoa Parda, local onde havia, na época, o predomínio da agricultura, caça e pesca em pequena escala, atividades realizadas pelos moradores de Regência, Areal e comunidades adjacentes. Atualmente, encontra-se instalada próximo à lagoa a Unidade de Processamento de Gás Natural Lagoa Parda (UPGN-Lagoa Parda), responsável pelo processamento de parte do gás produzido na Bacia do Espírito Santo. A infraestrutura de transporte – oleoduto e gasoduto – começou a operar na região em 1981. A Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN – Lagoa Parda), por sua vez iniciou suas atividades em 1983. O primeiro fornecimento de gás foi feito em 1982, para a Aracruz Celulose. Em dezembro de 1993, o Estado deu a concessão para a distribuição de gás canalizado, com exclusividade à BR-Distribuidora. Desde o fim dos anos 1990 ocorreram, no Espírito Santo, descobertas de novos campos, como Fazenda Alegre, Inhambu, Cancã e Jacutinga. Em agosto de 1996 e maio de 1997, novas descobertas foram feitas na foz do rio Doce (LEONARDO, 2014, OCCA, 2017; PETROBRÁS, 2020).

Na parte marítima foram descobertos os campos de Camarupim, Canapu e Peroá, cuja produção de gás destinava-se para o mercado nacional. A primeira produção de óleo em águas rasas teve início em 1978, com o campo de Caçã, e a primeira descoberta em águas profundas foi o campo de Golfinho, em 2002, com óleo leve e gás associado (PETROBRÁS, 2020).

O Espírito Santo possui cerca de 30 campos de exploração terrestres (*onshore*) na costa capixaba, totalizando aproximadamente 300 poços de petróleo perfurados em atividade. Desse total, os poços com maior produção em terra estão localizados no campo da Fazenda Alegre, no município de Jaguaré. Atualmente, as operações de exploração e produção no estado respondem por aproximadamente 15% da produção

de óleo e gás da companhia no país. A produção *onshore* conta com poços localizados nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré e Linhares (PETROBRÁS, 2017).

Com o advento das atividades de prospecção de petróleo e gás na região da foz do rio Doce a partir da década de 1970, diversas áreas foram impactadas pelo desmatamento, perfurações de solo, sísmica, contaminação de corpos hídricos, além da expropriação de moradores e apropriação particular de áreas de preservação e uso tradicional (OCCA, 2017). Segundo o *Plano de Manejo da Reserva Biológica de Comboios*, a empresa *Petrobrás* e sua subsidiária *Transpetro*<sup>40</sup> começaram a ocupar e desmatar a então Reserva Estadual da Ilha de Comboios (hoje Reserva Biológica de Comboios) para a construção de estradas e instalações do Terminal de Regência (TEREG) na década de 1970, que, atualmente se encontra desativado, mas com toda sua estrutura ainda presente no local (ver Figura 47). Por estar inserido numa área sensível ecologicamente, a estrutura do TEREG impacta diretamente a desova das tartarugas marinhas e demais animais que vivem em associação com o ecossistema da REBIO. Em 2012, o Ministério Público Estadual e Federal entraram com uma ação civil pública na Justiça Federal pedindo a retirada das estruturas do TEREG da REBIO de Comboios, no entanto, a subsidiária da Petrobrás e proprietária do TEREG, a *Transpetro*, recorreu da ação e o processo corre na Justiça (LEONARDO, 2014; JUSBRASIL, 2014).

---

<sup>40</sup> A *Transpetro* é subsidiária da *Petrobras* e responsável pelas atividades de transporte e armazenamento de petróleo e derivados, como álcool, biocombustíveis e gás natural.



**Figura 47: Terminal de Regência (TEREG) – Toneis da Petrobras dentro da REBIO de Comboios**



Fonte: Leonardo, 2014.

O conjunto de atividades energéticas atuantes no litoral de Linhares se divide em: atividades extrativas de petróleo e gás natural (Poços e Cavalos Mecânicos); atividades de processamento de gás natural (UPGN – Lagoa Parda e UTG Cacimbas); atividades de estocagem e escoamento associadas (TEREG e dutovias); e atividades de geração de energia elétrica de origem térmica (UTE – Linhares) (OCCA, 2017).

**Mapa 15: Unidades produtivas de petróleo e gás natural e faixas de dutovia na foz do rio Doce (Linhares-ES)**



Fonte: ANP (2011) ORTOFOTOMOSIACO IEMA 2007/2008. Elaborado por: Gonçalves, 2011.

O mapa acima apresenta as unidades de exploração de petróleo e gás na região da foz do rio Doce, onde cada ponto rosa representa um poço de petróleo. Os que estão em operação são ligados a um cavalo mecânico de exploração (ver Figura 48) e conectados por uma rede de dutovias (ver Figura 49) que interconectam os poços às unidades de processamento e distribuição da Petrobrás.

**Figura 48: Cavalo mecânico de extração de petróleo e gás da Petrobrás, localizado próximo à Comunidade de Areal e Santa Maria (Linhares-ES)**



Fotografia: Próprio autor, novembro de 2019.

**Figura 49: Rede de gasodutos comunicando com a UPGN – Lagoa Parda (Linhares-ES)**



Fonte: Leonardo, 2014.

As atividades de tratamento de gás natural, instaladas pela Petrobrás no município de Linhares, realizam o processamento de toda a produção de gás natural proveniente dos campos terrestres e marítimos localizados na Bacia Sedimentar do Espírito Santo, que podem chegar a 18 milhões de metros cúbicos por dia. O complexo de exploração é constituído por redes de gasodutos terrestres e marítimos que fazem



a ligação dos campos de produção ao complexo de processamento formado pela Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda (UPGN - Lagoa Parda) e pela Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC) (PETROBRÁS, 2009; GONÇALVES, 2011; OCCA, 2017).

**Figura 50: Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) – Lagoa Parda (Linhares-ES)**



Fonte: Leonardo, 2014.

**Figura 51: Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas - UTGC (Linhares-ES)**



Fonte: Aguiar, 2020. Disponível em:  
<http://www.alvaroaguiar.com.br/obras/unidade-de-tratamento-de-gas-de-cacimbas-utgc-para-a-petrobras>

Sobre as unidades de tratamento e processamento de gás, Gonçalves (2011) contextualiza que:

Devido ao fato de a Unidade de Tratamento de Cacimbas representar um ponto nodal da produção de gás natural da Bacia do Espírito Santo, essa zona se configura como área de convergência e de dispersão de redes de gasodutos. Para a zona, convergem redes de gasodutos que escoam o gás natural proveniente dos campos de produção terrestres e marítimos. Da Unidade de Cacimbas, o gás tratado segue por dois ramais principais para os consumidores finais: um para o sul até Vitória e, posteriormente, para o estado do Rio de Janeiro, interligando-se à malha de gasodutos da região Sudeste; e outro para norte, até o recôncavo baiano, ligando-se à malha de gasodutos da região Nordeste (p. 104).

A Unidade de Processamento de Gás Natural - UPGN de Lagoa Parda opera desde o início da década de 1980. Está situada na porção sul da foz do rio Doce, localizada próximo à Comunidade de Areal e Santa Maria, à Comunidade de Entre Rios e a poucos quilômetros da vila de Regência. A Unidade de Tratamento de Gás – UTGC de Cacimbas iniciou suas operações em 2006 e está situada ao norte da foz do rio Doce, no distrito de Povoação - região do Vale do Suruaca - próximo à Comunidade Quilombola de Degredo (PETROBRÁS, 2019; OCCA, 2017).

Desde 2018, diversos campos de exploração da parte terrestre da Bacia do Espírito Santo vêm sendo desinvestidos pela Petrobrás, leiloados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e adquiridos por outras empresas do setor energético. No fim de 2019, o grupo *Imetame* comprou o direito de exploração de três campos pertencentes ao Polo Lagoa Parda (Lagoa Parda; Lagoa Parda Norte e Lagoa Piabanha). A exploração apresenta produção média de 113,5 barris de óleo por dia (bpd) e 1,7 mil m<sup>3</sup>/dia de gás natural (PETROBRÁS, 2019).

No mês de novembro de 2020, a empresa *Energy Platform (EnP)* anunciou a aquisição junto a *Petro-Victory Energy*, da participação de 50% dos campos do Polo Lagoa Parda e demais blocos exploratórios *onshore*. A EnP e Imetame vão trabalhar conjuntamente na reativação de 29 poços na região com o objetivo de aumentarem a produção de óleo para 700 barris por dia. A UPGN - Lagoa Parda, que tem capacidade de processamento de 1,25 milhão de m<sup>3</sup> de gás natural por dia, foi também recentemente adquirida pela EnP, que pretende reativá-la e fazer parcerias com terceiros (EPBR, 2020).

A partir disso, verifica-se um novo ciclo de exploração dos recursos naturais da foz do rio Doce por parte das indústrias petrolíferas. Importante destacar que esse novo movimento é protagonizado por empresas não estatais, demonstrando como a privatização e terceirização de atividades de exploração dos setores energéticos vêm crescendo no Brasil, fragilizando dessa forma a autonomia e controle de seus recursos.

A região da foz do rio Doce, que já se encontrava saturada de práticas exploratórias, receberá mais uma onda de impactos em nome do desenvolvimento econômico. O mercado petrolífero representa uma atividade energética com estruturas e formas de organização complexas, onde são empregadas diversas fases de produção, exploração, tratamento e distribuição. Tais processos transferem uma carga de impactos sobre o meio, seja pelo uso do solo e das águas, seja pelas estruturas físicas das unidades de processamento e rede de dutovias. O modo de relação com o meio por parte do setor industrial petrolífero cria uma série de conflitos com o modo de vida das comunidades locais. De acordo com OCCA (2014):

O cenário apresenta uma realidade de dados pouco debatido pelas empresas, observa-se uma série de danos, prejuízos e restrições na convivência, coexistência com o espaço geográfico habitado. Os impactos verificados na região são: modificação do solo (aterros), contaminação do solo (cavalos mecânicos), contaminação das águas, do ar, os desmatamentos, as drenagens, a intensificação de caminhões, as empreiteiras, a mobilidade (dezenas de tubos atravessam a região), entre muitos outros (p. 63).

O complexo-rede de exploração, armazenamento e transporte de petróleo e gás na região da foz do rio Doce vem historicamente sobrepondo e expropriando os territórios tradicionalmente ocupados na região, à exemplo da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria e dos ribeirinhos da comunidade de Entre Rios.

Os impactos por parte da presença dos atores da indústria do petróleo nos territórios tradicionais envolvem múltiplas escalas. A Comunidade de Areal e Santa Maria convive diariamente, desde a década de 1970-80, com as estruturas produtivas da Petrobras em seu território. A área de ocupação atual da comunidade é rodeada por poços de exploração (Cavalos Mecânicos) e literalmente cortada por tubulações de petróleo e gás (Cacimbas x Vitória) que cerceiam o uso da terra, contaminam o solo/ lençol freático e expõem a comunidade a sérios riscos (OCCA, 2017).

**Figura 52: Dutos de petróleo e gás que atravessam a Comunidade de Areal e Santa Maria**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Próprio autor, novembro de 2015.

Os impactos da presença do setor de exploração de petróleo e gás sobre o território da Comunidade de Areal e Santa Maria são diversos, e neste contexto destaca-se um grave episódio ocorrido em 1983. Neste ano, ocorreu a explosão de um poço de exploração dentro da comunidade, a aproximadamente 100 metros de distância das casas e da escola (ver Figura 53). Segundo relato de uma moradora da comunidade:

Foi uma explosão feia, Deus me livre! Um tanque estourou, foi um barulhão, daqui nós ouvimos, morreu gente e foi pertinho de nós, parecia uma bola de fogo! A gente ficou com medo de passar perto, de mexer porque gás tem uma força, né gente! Na época que isso aconteceu, tinha até uma conhecida minha, ela foi embora e até ela nunca mais voltou aqui

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria em 10 de maio de 2015. Fonte: OCCA, 2017).

Esta explosão causou a morte de um funcionário da Petrobras, que trabalhava na tentativa de controlar o incidente. Os moradores tiveram que sair de suas residências e se alojar na casa de parentes na vila de Regência, até segunda ordem. Quando retornaram, ficaram dias sem poder cozinhar e temerosos de permanecer em suas casas com receio de novas explosões. Abaixo, seguem fotos do poço que



explodiu e que se encontra desativado, porém com claros sinais de corrosão e mal estágio de conservação (OCCA, 2017).

**Figura 53: Moradores de Areal e Santa Maria ao lado do poço de petróleo e gás da Petrobras que explodiu no ano de 1983**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Próprio autor, novembro de 2015.

**Figura 54: Registro de vedação de poço de petróleo e gás da Petrobrás, situado defronte à escola da comunidade Areal e Santa Maria, numa distância aproximada de 100 metros**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Próprio autor, novembro de 2015.



**Figura 55: Estado de conservação da base do registro de vedação (enferrujada) do poço de petróleo e gás da Petrobrás em frente à Comunidade de Areal e Santa Maria**



Fonte: OCCA, 2017. Fotografia: Próprio autor, novembro de 2015.

A presença da Petrobrás e suas subsidiárias na região da foz do rio Doce deu origem a diversos processos de violações de direitos e impactos no modo de vida da Comunidade de Areal e Santa Maria, em decorrência da exploração e transporte de petróleo e gás. A comunidade recebeu quantias irrisórias como forma de indenizações pelos danos sofridos.

Um documento do ano de 1982, um ano antes da explosão de um dos poços, atesta que Manoel Nobre teria autorizado a empresa a “ingressar na propriedade denominada Sítio Lagoa do Areal, situada no município de Linhares, Estado do Espírito Santo, para construção de um gasoduto interligando a estação da fazenda Cedro ao Campo de Lagoa Parda” (Anexo 8). O documento traz o nome de Manoel Nobre manuscrito, porém não assinado. Em outro momento, no ano de 2005, um Recibo, no valor de R\$ 693,15 (seiscentos e noventa e três reais e quinze centavos) atestaria “a indenização plena pelos danos causados no imóvel denominado Sítio Areal, [...] em decorrência dos trabalhos de prospecção sísmica” (Anexo 9). Em outro documento processual de 2005, fica registrado por ordem do Juizado de Direito da 3ª vara cível da comarca de Linhares, que a Petrobrás deveria pagar a importância de R\$ 4.689,91 como indenização pela servidão administrativa de passagem dos gasodutos da Petrobrás no imóvel denominado Lagoa do Areal (OCCA, 2017).

Os dutos que atravessam esse território tradicionalmente ocupado limitam o usufruto das comunidades, indispensável para a continuidade da resistência e bem-estar das gerações que ali vivem e que estão por vir. As atividades de pesquisa e prospecção do petróleo atingiram diretamente as fontes de alimentação da comunidade de Areal e Santa Maria; a realização de pesquisa por sísmica na lagoa do Areal afetou a reprodução dos peixes, como relata uma moradora da comunidade:

Essa lagoa aqui tinha muito peixe, descendo aqui tem uma lagoôna dentro da terra nossa, é a lagoa do Porto (Também conhecida como lagoa do Areal) [...] a gente chegava ali, sentava e pegava moqueca de peixe. Depois que a Petrobras andou botando uns negócio de bomba, para procurar onde tinha petróleo aqui, eles explodiram umas três bombas ali dentro da lagoa, morreu muito peixe. Aí não sei o que aconteceu que agora você chega ali, você pode jogar o anzol, que não vem nada. Então eles destruíram até isso da gente, até as coisas que a gente tinha de alimentação

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Outro impacto mencionado pelos moradores de Areal e Santa Maria refere-se à contaminação do lençol freático e conseqüentemente, da água captada pelos poços utilizados pelos moradores locais. Segundo relato de uma moradora:

Na minha casa, lá é cano furado, poço artesiano, e o de cá é diamante fincado no chão. [...] antigamente, cavava no chão um buraco assim pra pegar, mas antigamente não é que nem hoje; você podia chegar na beira daquela lagoa ali, cavava um buraco e fazia um poço, saía uma água que era uma beleza, clarinha, não tinha gosto de nada. Hoje em dia, liga a bomba lá pra você ver a catinga de água que sai; depois de duas horas é que vai saindo aquela catinga de água e vai voltando ao normal, mas quando fica parada na caixa, ninguém aguenta perto dela porque tem um cheiro muito forte, fica coberto daquela “nata” por cima

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Outros moradores fazem relatos sobre esta “nata” nas caixas d’água e suspeitam que seja derivada da exploração do petróleo pela Petrobrás, que estaria contaminando a água. De acordo com os moradores, nunca nenhum órgão competente realizou estudos na comunidade para atestarem se existe contaminação da água captada dos poços, em decorrência das atividades de prospecção de petróleo e gás na região (OCCA, 2017).

#### 4.5.5. O rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG) e a contaminação do rio Doce por rejeitos de mineração da Samarco (Vale/ BHP Billiton)

Se em Mariana (MG) a lama surgiu em forma de onda, no estado do Espírito, ela chegou lenta. Desceu, mansa, pelo rio: uma grande corrente marrom que, pelos veios do Doce, alcançou, em 21 de novembro de 2015, o oceano Atlântico. Muitos são os capixabas que nem imaginavam que aquela barragem, lá em Minas Gerais, poderia fazer um estrago tão grande em suas vidas. Mas fez. Isso porque é próprio da natureza trabalhar na lógica da conexão, em dinâmica bem resumida por João dos Santos, pescador de São Mateus, norte do Espírito Santo: “a água une a gente”.

Sim Seu João. São pelos cursos d’água que pessoas e territórios são costurados, que se fez e que se faz a história dessa porção de terra chamada “Bacia do rio Doce”. Um monte de gente conectada – hoje, pelo desastre, mas muito antes dele, pela força de um rio. [...] A água que une, que dá curso ao desastre, que faz do território “bacia” é o espírito adoecido, mas ainda vivo, de Watu – entidade sagrada do Doce (A SIRENE, 2018, p. 29)

No dia 05 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, cuja estrutura pertencia ao complexo minerário de Germano, localizado no município de Mariana, em Minas Gerais. A barragem de Fundão é de propriedade da Samarco Mineração S/A<sup>41</sup>, empresa controlada pelas acionistas paritárias - Vale S.A (Brasileira) e BHP Billiton (Anglo-Australiana). O rompimento da barragem liberou aproximadamente 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração (minérios de ferro combinados com arsênio, chumbo, cádmio, mercúrio, manganês, cobre e zinco) sobre os rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. O *desastre-crime* provocado pelo rompimento da barragem de mineração da Samarco é considerado como o de maior proporção e impacto na história do Brasil (SEDRU, 2016; JUSTIÇA GLOBAL, 2016; FERREIRA, 2016; LEONARDO et al., 2017).

A carga de rejeitos de mineração foi sendo transportada pelos rios, desde o alto curso da bacia hidrográfica do rio Doce até a sua foz no encontro com o oceano Atlântico, percorrendo ao todo cerca de 663,2 quilômetros. Os rejeitos levaram 16 dias até chegarem na foz do rio Doce, no distrito de Regência - ES. Os primeiros povoados a serem atingidos pela carga de rejeitos foram Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo

---

<sup>41</sup> Fundada em 1977, a Samarco é uma joint venture, controlada em partes iguais por dois acionistas: a anglo-australiana BHP Billiton e a brasileira Vale S.A. Seu principal produto são pelotas de minério de ferro, produzidas a partir da transformação de minerais de baixo teor em um produto de alto valor agregado, e comercializado para a indústria siderúrgica mundial (JUSTIÇA GLOBAL, 2016 p. 5).

(Mariana-MG) e Gesteira (Barra Longa-MG), onde 19 pessoas, em sua maioria trabalhadores terceirizados da Samarco, morreram soterradas pela a onda de “lama<sup>42</sup>” de rejeitos de mineração (LEONARDO et al., 2017; LACTEC, 2017) (ver Figura 56 e Mapa 16).

**Figura 56: Vista aérea de Bento Rodrigues-MG pós impacto dos rejeitos de mineração da Samarco S/A.**



Fotografia: Christophe Simon, 2015. Fonte: AFP.

---

<sup>42</sup> Logo após o rompimento da barragem de Fundão, controlada pela empresa de mineração Samarco S/A, a utilização da expressão “lama” ou “lama da Samarco”, para se referir aos 62 milhões metros cúbicos de rejeitos de mineração despejados no rio Doce se popularizou e passou a ser utilizada pelos veículos midiáticos de comunicação e pelos próprios atingidos. A coloração alaranjada turva e a textura pegajosa dos rejeitos criaram no imaginário social similitudes com o material argiloso denominado popularmente de “lama”. Neste trabalho, utilizaremos a expressão “lama” entre aspas para nos referir aos rejeitos da mineração. Entendemos que tal associação acaba por mascarar os reais componentes químicos minerais do rejeito (partículas de solo associadas ao minério de ferro, arsênio, cádmio, mercúrio, manganês, cobre, chumbo e zinco). Desta forma, quando possível, procuraremos evitar a expressão “lama” e privilegiar as expressões “rejeitos de mineração” ou “pluma de rejeitos”.



Mapa 16: Mapa de dispersão dos rejeitos de mineração da Samarco S/A na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Fonte: Eduardo Barcelos, 2015.



Considerado o maior desastre socioambiental da história do Brasil e do mundo envolvendo barragem de mineração, a enxurrada de rejeitos de mineração despejadas no rio Doce gerou impactos de diversas ordens, provocando a destruição de moradias e infraestruturas, e afetando direta e indiretamente milhões de pessoas em Minas Gerais e no Espírito Santo. Áreas de vegetação nativa, territórios tradicionalmente ocupados por indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares foram arrasados (JUSTIÇA GLOBAL, 2016; LEONARDO et al., 2017; ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019).

No ano de 2019, três anos após o rompimento da barragem de Fundão, a Vale esteve implicada em mais um desastre-crime socioambiental no Brasil. No mês de janeiro daquele ano, a barragem de rejeitos de mineração da Mina do Córrego do Feijão (Vale S.A), localizada no município de Brumadinho (MG), se rompeu, liberando 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração e provocando a morte de 270 pessoas. Os impactos ambientais foram menores se comparados ao rompimento da barragem de Fundão em 2015, mas os danos sociais, levando em conta o número de mortes, foram significativamente maiores.

Entre os inúmeros danos socioambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG), destacam-se: a morte de pessoas; morte de milhares de peixes e microrganismos; isolamento de áreas habitadas; desalojamento de comunidades; destruição de moradias e estruturas urbanas; fragmentação de habitats; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortandade de animais de produção e impacto à produção rural; inviabilização e restrição da pesca; restrições à agricultura, perda de lavouras; mortandade de animais domésticos; mortandade da fauna silvestre; inviabilização da prática de lazer e esportes aquáticos; comprometimento das atividades ligadas ao turismo; impacto na geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas; crises de abastecimento de água e produção de alimentos; violação da soberania alimentar; perda de tradições ligadas ao território e abalos emocionais; alteração da qualidade e quantidade de água; impacto no abastecimento público e dessedentação de animais; aumento dos gastos com água e alimentação, comprometimento da renda; impactos na saúde da população atingida; violação de direitos dos povos e comunidades tradicionais; exposição de mulheres e crianças à violência doméstica e sexual; tratamento desigual às mulheres nas compensações indenizatórias; êxodo e inchaço populacional;

conflitos internos em comunidades atingidas; entre outros (IBAMA, 2015; ORGANON, 2015; LEONARDO; IZOTON, 2018; FERREIRA, 2016; ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019).

**Figura 57: Barcos de pesca na margem do rio Doce contaminado por rejeitos de mineração (Comunidade de Pescadores Artesanais de Mascarenhas – Baixo Guandu-ES) – 2015**



Fotografia: Próprio autor, 02 de dezembro de 2015.

A escala do desastre-crime provocado pela Samarco foi de grande proporção e a Defesa Civil classificou-o como de nível IV, o que significa um “desastre de muito grande porte”. A Samarco é apontada como culpada e responsável no âmbito civil, penal e administrativo, pela ruptura da barragem de Fundão:

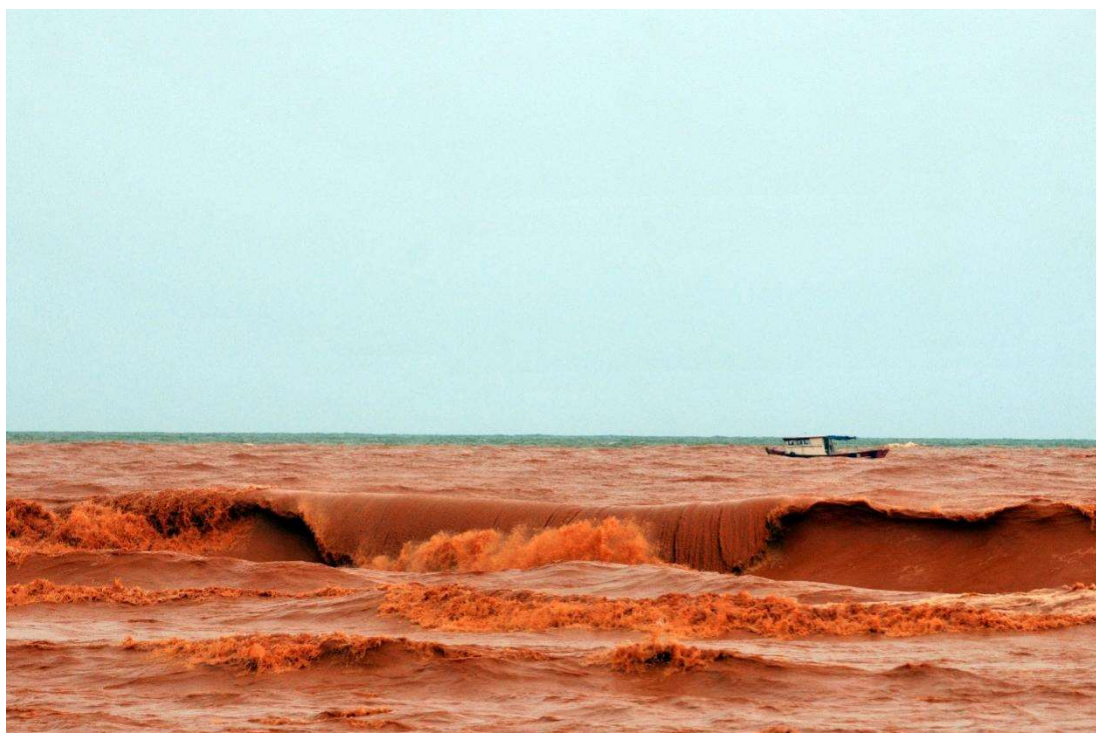
De acordo com o relatório final da comissão externa da Câmara dos Deputados, criada para acompanhar e avaliar os desdobramentos do rompimento da barragem na região de Mariana (MG), a Samarco é apontada como sendo a responsável nos âmbitos civil, penal e administrativo pela tragédia e seus desdobramentos. As investigações conduzidas pelo Ministério do Trabalho e pela Polícia Civil a respeito da causa do rompimento da barragem de Fundão indicaram uma somatória de fatores, entre eles: a sobrecarga das estruturas, a existência de trincas no corpo da barragem e de falhas na drenagem, além de falhas no monitoramento, realizado com aparelhos ausentes, defeituosos ou inoperantes (VIEIRA, 2019, p. 69).

Após cinco anos do ocorrido, as cidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, as mais devastadas pela carga de rejeitos em Minas Gerais, ainda não foram reconstruídas por parte da empresa responsável (Samarco S/A) pela reparação dos danos. Segundo matéria realizada pelo Projeto Colabora, os

moradores destas comunidades atingidas ainda “permanecem em casas alugadas pela Fundação Renova, entidade criada pelas mineradoras e governos estaduais e federal para reparar os danos do desastre” (PROJETO COLABORA, 2020, n.p.).

Além da escala de impactos aos moradores locais e seres vivos associados à bacia do rio Doce, os rejeitos de mineração também contaminaram o ambiente marinho. No dia 21 de novembro de 2015 os rejeitos chegaram à foz do rio Doce (vila de Regência – Linhares-ES), atingindo o oceano Atlântico e se espalhando por quilômetros, tanto ao norte quanto ao sul, ampliando a extensão do desastre-crime a áreas de conservação da vida marinha, como a APA Costa das Algas; Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, e a diversas outras comunidades litorâneas localizadas no Espírito Santo.

**Figura 58: Barco de Pesca – Oceano Atlântico contaminado por rejeitos de mineração - Praia de Povoação (Linhares-ES) – 2015**



Fonte: G1 – Espírito Santo, 2015. Fotografia: Fernando Madeira. Disponível em: <http://glo.bo/1XbvoM5>



**Figura 59: Fotografia Aérea – Registro da chegada dos rejeitos de mineração no oceano Atlântico – Foz do rio Doce, vila de Regência (Linhares-ES) – 2015**



Fonte: El País, 2015. Fotografia: Enrico Marcovaldi (EFE). Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/23/album/1448301345\\_943414.html#foto\\_gal\\_1](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/23/album/1448301345_943414.html#foto_gal_1)

Ao contaminar as águas do rio Doce com rejeitos da mineração, o rompimento da barragem de Fundão provocou não só a destruição da vida biológica presente na fauna e flora, mas também destruiu *territórios tradicionalmente ocupados* por comunidades campesinas, indígenas, quilombolas, pescadoras e ribeirinhas. Para elas, o próprio rio se constitui enquanto um *território*, ou seja, espaço apropriado para a reprodução da existência material, simbólica e afetiva (HAESBAERT, 2004a; ALMEIDA, 2004; OCCA, 2017).

A devastação produzida pelos rejeitos de mineração em contato com o ambiente natural foi enorme, englobando também impactos diretos nas atividades humanas da pesca e agricultura. No entanto, observa-se que os impactos também se estenderam no âmbito cultural e simbólico, afetando o modo de vida e hábitos alimentares de populações, seus saberes e práticas tradicionalmente construídas em diálogo com o rio e com o mar (OCCA, 2017).

A população da vila de Regência, composta por pescadores artesanais e várias pessoas vinculadas à pesca, direta ou indiretamente, que vivem do/no rio e mar,

recebeu a chegada da “lama da Samarco”/ rejeitos de mineração com grande temor e apreensão. Antes que os rejeitos chegassem na vila, foram feitas diversas ações pela comunidade, em busca de mitigar possíveis danos à biodiversidade local. Entre as ações, destacamos a articulação entre os pescadores, moradores, pesquisadores e o Projeto Tamar na tentativa de preservação das espécies de peixes do rio Doce. Um grande número de espécies de pescados do rio Doce foi transferido para a Lagoa Parda, a maior lagoa próxima à foz, na tentativa de salvar e preservar as espécies da contaminação dos rejeitos que se aproximavam (LEONARDO et al., 2017; SILVA; TORRES, 2018).

Após a chegada da pluma de rejeitos em Regência, milhares de peixes apareceram mortos ao longo do rio Doce (cerca de 14 toneladas foram recolhidas ao longo de todo o rio, de acordo com o Ibama). Inseguros e sem saberem nada sobre o nível da qualidade da água, os pescadores interromperam a prática da pesca; e mesmo que continuassem pescando, não conseguiriam vender seus peixes, pois a rede de comércio de pescados por todo o rio Doce encontrava-se paralisada, nem os peixes congelados, pescados antes da chegada da pluma, estavam sendo comprados por clientes: a desconfiança sobre a qualidade dos pescados permeava tanto os pescadores, quanto os potenciais consumidores (IBAMA, 2015; ORGANON, 2015).

**Figura 60: Peixes mortos no rio Doce pós contaminação por rejeitos de mineração – 2015**



Fonte: BRASIL 247, 2015. Fotografia: Paulo Emílio. Disponível em: <https://www.brasil247.com/geral/ibama-ja-recolheu-9-toneladas-de-peixes-mortos-do-rio-doce>

Devido às incertezas sobre a possível contaminação dos pescados e do impacto da pesca sobre a fauna estuarina e marinha fragilizada pela contaminação, em 22 de fevereiro de 2016 a pesca no rio Doce e próximo à foz foi oficialmente proibida e interdita por meio da Ação Civil Pública (ACP) encaminhada pelo Ministério Público Federal e Procuradoria da República dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – Força Tarefa rio Doce, que apresentaram as medidas de proibição e documentos que davam base para a interrupção. A ACP determinou a interdição da pesca no rio Doce e no mar, na faixa entre a Barra do Riacho (Aracruz-ES) e Degredo/Ipiranguinha (Linhares-ES), dentro de 25 metros de profundidade, por tempo indeterminado (MPF, 2016; SILVA; TORRES, 2018).

Em junho de 2016, os limites de proibição da pesca marinha sofreram reduções, passando de 25 metros de profundidade para 20 metros. De acordo com a ACP, a medida de interdição da pesca visa proteger a saúde de quem consome pescados da região e a sobrevivência de espécies prejudicadas pelos rejeitos de mineração. Desta forma, a interdição garantiria também a conclusão dos trabalhos técnicos de pesquisa que buscam diagnosticar a escala de impactos dos rejeitos de mineração no ambiente marinho e fluvial (SILVA; TORRES, 2018).

Com a contaminação do rio Doce, a interdição na pesca e o medo de consumir pescados da região, a população de Regência sofreu um impacto severo na sua relação com o rio, através da inviabilização do trabalho e fonte de renda associados à pesca e ao turismo; da interrupção do lazer; das violações e impactos no modo de vida tradicional; e das mudanças dos hábitos alimentares associados ao consumo de pescados (LEONARDO et al., 2017; SILVA; TORRES, 2018).

Como medida compensatória pelos impactos gerados pelo desastre-crime, a Samarco, Vale e BHP Billiton foram obrigadas a indenizarem os sujeitos e populações atingidas pelos rejeitos de mineração, desde Minas Gerais até o Espírito Santo. Como resultado deste processo, foi criado um **Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC)** via Ação Civil Pública (ACP) da União, ajuizada em dezembro de 2015, e do Ministério Público Federal (MPF), ajuizada em maio de 2016. A ACP da União estimou um valor de R\$20 bilhões para os gastos das mineradoras (Samarco, Vale, BHP Billiton) nos processos de reparação dos prejuízos gerados pelo desastre; já a ACP do MPF cobrou das empresas o valor de R\$155 bilhões para a reparação dos danos gerados ao ambiente e às populações atingidas (VIEIRA, 2019).

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é usado pelos órgãos públicos como um instrumento de resolução de conflitos. No presente caso, o Termo de Transição de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado entre as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton, União e os governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo. O objetivo do TTAC é orientar as ações de reparação, mitigação, compensação e indenização dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019).

Tais ações estão organizadas em programas divididos nas áreas socioeconômica e socioambiental, e a gestão e execução destes programas encontram-se sob responsabilidade da Fundação Renova, criada especificamente para cumprir os acordos determinados no TTAC (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019). De acordo com Diovana Renoldi Vieira (2019):

A Fundação Renova é um dos frutos dos acordos e negociações judiciais e extrajudiciais firmados entre entidades governamentais e as mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Sua concepção foi oficializada em 02 de março de 2016, por meio da assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), seu estatuto criado em 28 de junho de 2016 e suas atividades iniciadas em 02 de agosto de 2016. A Fundação Renova é definida como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional, o que concede grande poder à instituição, visto que é responsável pela distribuição dos aportes financeiros a ela destinados, bem como por gerenciar diretamente todos os projetos previstos no TTAC (p. 78).

A Fundação Renova, neste acordo, ficou responsável pela elaboração dos estudos e diagnósticos que subsidiam as ações de elaboração e execução dos programas definidos pelo TTAC. Entre as obrigações da Fundação Renova, encontram-se a execução de programas socioeconômicos e socioambientais. No escopo dos programas socioeconômicos, compete à Fundação Renova realizar levantamento e cadastro dos atingidos; ressarcimento e indenização dos atingidos; auxílio financeiro emergencial para às populações que tenham tido sua renda comprometida em decorrência dos impactos; e outros programas que envolvem recuperação de estruturas físicas de comunidades atingidas e demais reparações de danos sociais (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020).

O **Programa de Indenização Mediada (PIM)** foi criado pela Fundação Renova como forma de ressarcimento e indenização dos atingidos, que, para serem

contemplados pelo programa e terem acesso às indenizações, precisam participar da etapa de Levantamento e Cadastro, para que a Renova avalie se o requerente se enquadra nos parâmetros de elegibilidade enquanto *atingido*. De acordo com Vieira (2019):

Este processo ao qual as comunidades são submetidas consiste em um trâmite moroso e burocrático, que fica sob responsabilidade da Fundação Renova e dos funcionários que trabalham a seu serviço, e representa um dos principais motivos de conflitos e contestações, visto que é porta inicial para o recebimento de indenizações ou auxílios financeiros por parte da Renova. Muitos lutam até hoje para serem reconhecidos como atingidos e outros, já reconhecidos, pleiteiam seu direito de reparação financeira (p. 91).

A política de indenizações através da transferência de quantias em dinheiro em conta bancária pelo PIM ficou popularmente conhecida como “Cartão da Samarco” entre os atingidos. De acordo com Vieira (2019), amparada no relatório produzido pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (2017), tal cartão criou nas comunidades uma indústria de indenizações que provocou um “desastre dentro do próprio desastre” (p. 90).

A lógica de reparação dos impactos por meio da política de indenizações acabou gerando diversas escalas de conflitos comunitários, pelo fato de algumas pessoas receberem indenização e outras não. As estruturas de poder intracomunitárias passaram a se pautar fortemente na relação com o cobiçado “Cartão da Samarco”. Atrelados aos impactos diretos do desastre-crime na vida das populações atingidas, outras problemáticas consequentes vieram à tona, como a depressão, traumas psicológicos, estresse, aumento do uso de álcool e drogas ilícitas, aumento do número de casos de violência doméstica contra a mulher, aprofundando ainda mais a desigualdade de gênero enraizada na sociedade (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2017; LEONARDO et al., 2017; VIEIRA, 2019).

Em 2017, como resultado das negociações e acordos previstos pelo TTAC a partir das ACP's do MPF e da União e estados de MG e ES, criou-se o **TAC-Governança**, que na visão do MPF, confere maior protagonismo aos atingidos na gestão e no acompanhamento das ações de reparação, possibilitando maior transparência, inclusão e eficiência no cumprimento das políticas de reparação de danos e indenização dos atingidos. No entanto, até hoje muitos atingidos não foram

contemplados pelos programas de indenização, continuam a aguardar respostas e lutam na justiça pela garantia de seus direitos (BRASIL, 2019).

Segundo Vieira (2019), existem severas críticas à Fundação Renova, no que diz respeito à falta de clareza nas informações e morosidade nas respostas às demandas dos atingidos. Zorzal e Silva; Cayres; Souza (2019), também argumentam que o desenho institucional do TTAC a partir da criação da Renova sugere um aspecto contraditório, pois a execução dos programas de reparação de danos encontram-se sob controle das próprias empresas (Samarco; Vale; BHP Billiton), e não propriamente do poder público. De acordo com as autoras:

[...] a imprecisão do TTAC quanto à participação, diálogo e controle social da sociedade civil e da população atingida, reforçou a insegurança e ampliou os níveis de desconfiança em relação ao cumprimento dos termos do acordo. O que ficou evidente nas análises realizadas até aqui é que grande parte dos questionamentos em relação ao TTAC e sobre a forma pouco transparente como vem sendo implementados os programas definidos, deriva do fato de que ele foi elaborado e negociado sem qualquer tipo de participação das populações atingidas, portanto sem chances de poder influenciar na definição dos termos em que o acordo se daria. Ademais, as questões apontadas revelam instrumentos e práticas que demonstram o quão distante está o processo de reparação e compensação dos danos do desastre socioambiental da barragem da Samarco/Vale/BHP do Brasil, em Fundão-Mariana de ações adequadas ao tratamento de danos e agravos interdimensionais, altamente complexos, quando não caóticos, que gerou transgressão aos direitos humanos, com lesões às presentes e futuras gerações (ZORZAL E SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019, p. 484).

De acordo com o TTAC, os programas da Fundação Renova vinculados à recuperação socioambiental envolvem: Avaliação de impacto dos rejeitos; Recuperação das áreas e tratamento dos sedimentos; Recuperação da vegetação e regularização de calhas e margens dos rios impactados; Recuperação de APP's degradadas; Recuperação de nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Recuperação e conservação da fauna aquática impactada na Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Análise do impacto do rompimento da barragem nas espécies ameaçadas de extinção; Construção de sistemas alternativos de captação e melhoria das estações de água; Desenvolvimento de programa de monitoramento permanente de água e sedimentos; Monitoramento dos programas socioambientais, incluindo sistemas de informação e banco de dados (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020).

Entre os programas de recuperação socioambiental da Fundação Renova, destacamos o Plano de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA). Este plano é previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) que estabelece os 42 programas de reparação e compensação dos danos oriundos do rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco/Vale-BHP.

O PMBA é orientado pelo Comitê Interfederativo<sup>43</sup> (CIF) e pela Câmara Técnica de Biodiversidade<sup>44</sup> (CTBio). O PMBA está sendo executado pela **Rede Rio Doce Mar (RRDM)**, constituída pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST), em parceria com outras universidades e entidades científicas. A contratação da Rede Rio Doce Mar para a realização do PMBA foi fruto da indicação da própria CTBio (RRDM, 2020).

#### *4.5.5.1. O ambiente dulcícola da foz do rio Doce e sua contaminação por rejeitos de mineração da Samarco (Vale/ BHP Billiton) – Dados e Resultados do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) – Rede Rio Doce Mar (RRDM)*

A Rede Rio Doce Mar (RRDM) nasceu com a finalidade de apoiar ações reparatórias de interesse público relacionadas ao impacto causado na biodiversidade aquática em ambientes continentais (rios, estuários, lagos) e marinhos (praias, costa e mar), devido ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015. O início da atuação da RRDM no desenvolvimento de pesquisa, se deu a partir de julho de 2018 por meio da celebração do Acordo de Cooperação Técnico-Científica firmado entre a Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST) e a Fundação Renova para a execução do *Programa de Monitoramento da*

---

<sup>43</sup> O Comitê Interfederativo (CIF) tem como função orientar e validar os atos da Fundação Renova, para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes do rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG). CIF é presidido pelo Ibama e composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados, das pessoas atingidas, da Defensoria Pública e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (RRDM, 2020).

<sup>44</sup> O Câmara Técnica de Biodiversidade (CTBio) é uma instância que assessora tecnicamente o Comitê Interfederativo (CIF), responsável por fiscalizar as ações da Fundação Renova. Ela é coordenada pelo ICMBio, tendo também representantes de outras autarquias ambientais federais, como o Ibama, e estaduais, como os institutos ambientais do Espírito Santo e Minas Gerais (Iema/Seama e IEF), além de instituições afins, como Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, Ministério Público Federal e Defensoria Pública (RRDM, 2020).

*Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente (PMBA)*, que tem a coordenação institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O PMBA é responsável por dar subsídios para a tomada de decisão das ações de conservação da biodiversidade da região impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG).

A execução do PMBA conta com a colaboração de uma rede de profissionais (Pesquisadores, Técnicos, Estudantes Bolsistas) vinculados a universidades e outras instituições de Ciência e Tecnologia públicas brasileiras. O programa de biomonitoramento desenvolvido pela RRDM, engloba tanto a dosagem de metais em diferentes matrizes ambientais (água, sedimento e biota) até a avaliação dos impactos causados por estes elementos em sistemas biológicos, através de ensaios toxicológicos e da utilização de biomarcadores.

Em novembro de 2019, a RRDM publicou relatórios anuais apresentando resultados do monitoramento ecotoxicológicos relacionados à pesquisa do PMBA. Os dados, coletados em 2018 e 2019, são os mais recentes sobre a qualidade da água no trecho capixaba do rio Doce e no litoral do Espírito Santo. Como forma de resguardar a saúde dos pesquisadores envolvidos na PMBA, as coletas de amostras foram temporariamente interrompidas em 2020, devido à pandemia do COVID-19. Em sua fase de execução, o PMBA teve como objetivos:

- (a) investigar os efeitos causados pela exposição aguda e crônica ao sedimento e à água de regiões dulcícolas, estuarinas e marinhas, através de ensaios de toxicidade em laboratório utilizando organismos dulcícolas, estuarinos e marinhos como bioindicadores;
- (b) determinar as concentrações de metais na água, no sedimento e em organismos dulcícolas, estuarinos e marinhos de diferentes níveis da cadeia trófica, incluindo os produtores primários (fitoplâncton) e secundários (zooplâncton), e os recursos pesqueiros (peixes e crustáceos) das regiões dulcícola, estuarina e marinha, bem como a avifauna estuarina, de manguezais e costeira;
- (c) analisar biomarcadores de exposição e efeito de metais em organismos dulcícolas, estuarinos e marinhos de diferentes níveis da cadeia trófica;
- (d) avaliar a composição da microbiota e detectar bioindicadores de impactos ambientais no sedimento e na água na Área Ambiental 1 e na região costeira adjacente à foz do Rio Doce, bem como em corais de recifes próximos ao sul do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, e em recifes-controle fora de possíveis rotas de dispersão dos sedimentos oriundos do rompimento da barragem em Mariana (MG) (RRDM, 2019a, p. 111).



Durante o primeiro e segundo semestre do PMBA, o plano de trabalho do monitoramento ecotoxicológico foi organizado por malha amostral em períodos sazonais: (inverno/período seco e verão/período chuvoso, campanhas 1 e 2 respectivamente). Os relatórios publicados referem-se à descrição dos resultados obtidos, a partir das análises das amostras de água, sedimento e biota coletadas no período seco (setembro-outubro/2018) e chuvoso (janeiro-fevereiro/2019) (RRDM, 2019a).

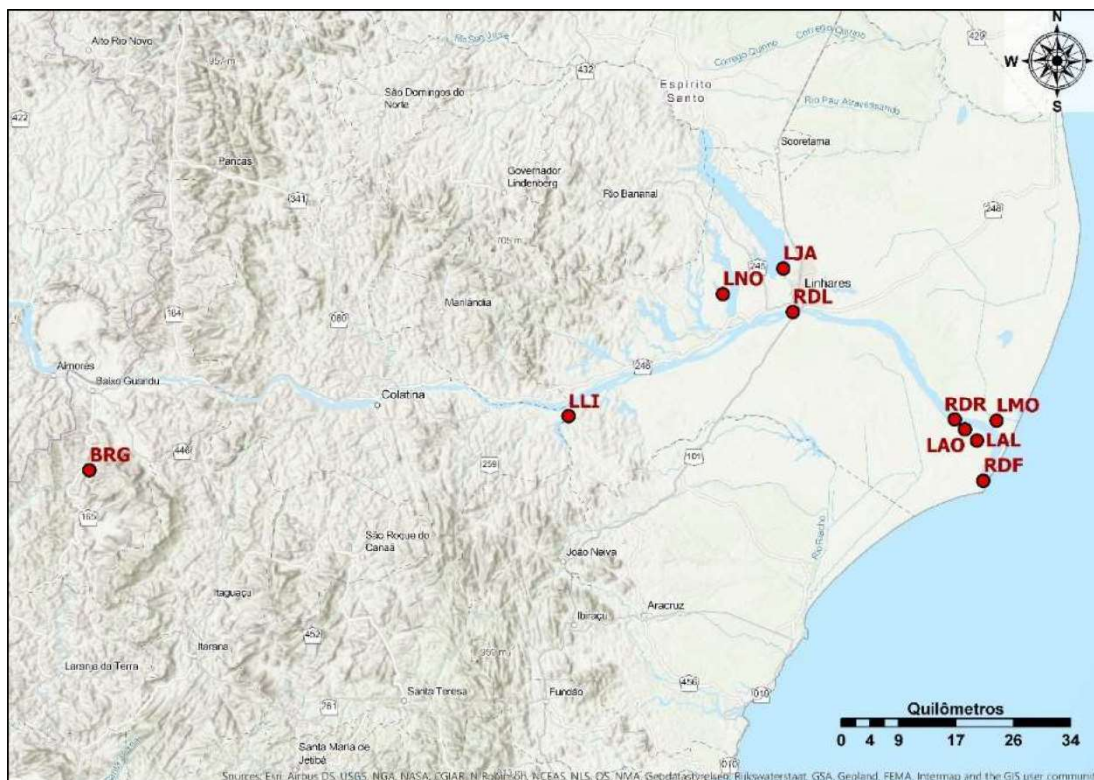
Como forma de dialogar mais diretamente com o objeto e recorte geográfico do presente trabalho, iremos focar na apresentação e discussão dos dados do PMBA referentes mais especificamente ao ambiente dulcícola da porção sul da foz do rio Doce<sup>45</sup>. Neste sentido, selecionamos como referência para discussão de dados, dois relatórios publicados pela Rede Rio Doce Mar em 2019 através do *Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente* (PMBA). São eles: **Relatório Anual: Anexo 1 – Monitoramento ecotoxicológico dos impactos causados pela lama oriunda do rompimento da barragem de Mariana (MG) em regiões dulcícolas, estuarinas e marinhas** (2019a); e **Relatório Anual: Anexo 3 – Análise abiótica e biótica no Ambiente Dulcícola Discussão Integrada** (2019b).

As análises feitas pelo PMBA no Ambiente Dulcícola da porção capixaba da bacia do rio doce, envolveram a coleta de dados em estações amostrais expostas na Figura 62 e Quadro 6 a seguir.

---

<sup>45</sup> Os dados completos dos relatórios semestrais e anuais publicados pela Rede Rio Doce Mar sobre o *Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente*, estão disponíveis no link: <http://www.ibama.gov.br/cif/notas-tecnicas/ct-bio/relatorios-da-rede-rio-doce-mar>

**Figura 61: Mapa amostral das campanhas de monitoramento ecotoxicológico na porção capixaba do rio Doce, estuário e lagoas adjacentes, realizadas na campanha 1 (setembro/outubro de 2018) e campanha 2 (janeiro/fevereiro de 2019)**



Fonte: Rede Rio Doce Mar (RRDM, 2019a, p. 114).

**Quadro 6: Estações amostrais da campanha dulcícola referente ao monitoramento ecotoxicológico do Anexo 1**

NOME DA ESTAÇÃO AMOSTRAL	CÓDIGO DA ESTAÇÃO	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COORDENADAS UTM (datum SIRGAS 2000)	
			LATITUDE	LONGITUDE
17 - Rio Guandu	BRG	-	7828746,17	288351,08
18 - Lagoa do Limão	LLI	-	7837447,02	355688,84
19 - Lagoa Nova	LNO	-	7855827,03	377287,60
20 - Lagoa Juparanã	LJA	-	7859664,14	385766,88
21 - Rio Doce	RDL	-	7853249,98	387144,67
22 - Rio Doce	RDR	-	7837309,00	410025,62
23 - Lagoa do Areão	LAO	-	7835831,65	411472,58
24 - Lagoa do Areal	LAL	-	7834176,33	413154,34
25 - Lagoa Monsarás	LMO	-	7837161,08	415912,93
26 - Foz do Rio Doce	RDF	-	7828234,12	414079,86

Fonte: Rede Rio Doce Mar (RRDM, 2019a, p. 114).

Devido ao recorte geográfico do presente trabalho, iremos nos ater com maior nível de detalhes às informações que correspondem aos pontos 21 e 22 (Rio Doce); 23 (Lagoa do Areão); 24 (Lagoa do Areal) e 26 (Foz do Rio Doce).

É importante neste momento fazer uma observação: ao entrarmos em contato com os resultados publicados no relatório em análise, observamos que a equipe da Rede Rio Doce Mar denominou a estação amostral 23 (UTM: X:7835831,65 Y:411472,58) como “Lagoa do Areão”. No entanto, essa nomenclatura apresenta conflitos com informações coletadas em campo pelo Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA junto aos moradores da Comunidade de Areal e Santa Maria, entre os anos de 2015 e 2017.

No processo de pesquisa realizado conjuntamente com a equipe do OCCA neste período, notamos que nas entrevistas realizadas com os moradores, na oficina de Cartografia Social e Mapeamento Participativo e nos percursos em campo, os moradores de Areal e Santa Maria se referiram à lagoa em questão como *Lagoa da Boa Vista*, e não como *Lagoa do Areão*. Ao consultar a Carta Topográfica do Espírito Santo na escala de 1:100.000 (Disponível no site do IBGE e Geobases-ES) e outras bases cartográficas online como *Open Street Maps*, notamos que a lagoa em questão consta em ambas bases cartográficas com o nome de *Lagoa do Areão*. Nesta busca, percebemos também que a *Lagoa do Areal*, contígua à comunidade homônima, está denominada como *Lagoa Piabanha* (ver Figura 62 a seguir).

**Figura 62: Base Cartográfica do Open Street Maps – 2020 – Lagoas Boa Vista e Areal nomeadas de “Areão” e “Piabanha”**



Fonte: Open Street Maps, 2020. Edição/Adaptação: Próprio autor.

Supomos que possa ter havido um equívoco por parte do IBGE no processo de nomeação das lagoas da foz do rio Doce durante a elaboração das cartas topográficas referentes ao Espírito Santo e, que esse equívoco tenha se reproduzido desde então.

Diante de tais conflitos, não culpabilizamos a Rede Rio Doce Mar (RRDM), pois entendemos que o corpo de pesquisadores a ela pertencente, tenham se pautado nos documentos e mapeamentos do IBGE e reproduzido a nomenclatura “Lagoa do Areão” em seus relatórios. No entanto, entendemos que a narrativa das comunidades que estão historicamente associadas ao complexo de lagoas da foz do rio Doce deve ser privilegiada neste contexto. Desta maneira, ao citarmos a *Lagoa do Areão*, conforme consta nos relatórios do RRDM, estaremos nos referindo à *Lagoa Boa Vista*, como consta no relatório do OCCA (2017) e nos mapas apresentados no presente trabalho.

As informações e dados apresentados a seguir se pautam nos Anexos I e III dos relatórios do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente (PMBA).

De acordo com os relatórios produzidos pela Rede Rio Doce Mar (RRDM), as análises da qualidade e nível de contaminação do ambiente dulcícola da foz do rio Doce por rejeitos de mineração envolvem o levantamento da concentração de metais na **água**, no **sedimento** e na **biota**, desta forma, organizamos um quadro guia, contendo o nome dos elementos químicos mencionados a seguir e seus respectivos símbolos.

Símbolo	Elemento Químico
Al	Alumínio
As	Arsénio
Cd	Cádmio
Cr	Cromo
Cu	Cobre
Fe	Ferro
Mn	Manganês
Ni	Níquel
Pb	Chumbo
Zn	Zinco

Segundo os trabalhos de pesquisa da Rede Rio Doce Mar (RRDM), as profundidades médias nas estações amostrais nas lagoas *Areão* e *Areal* foram de 2,5m e 1,5m, respectivamente. A *Lagoa do Areão* possui maior transparência, menor

turbidez e concentração de material particulado em suspensão. Já a *Lagoa do Areal* apresenta reduzida transparência da água, maior turbidez e concentrações elevadas de material particulado em suspensão (RRDM, 2019b).

Por ocasião das maiores vazões do rio Doce em janeiro de 2016, em decorrência dos períodos de chuvas na porção do alto e médio curso da bacia, houve intrusão dos rejeitos de mineração nas lagoas do Areão e do Areal. Conforme aponta o relatório referente à PMBA, a intrusão afetou a totalidade do ecossistema das duas lagoas. No que tange aos metais na água, se avaliados pela legislação, as lagoas apresentaram elevada inconformidade frente aos limites estabelecidos para Fe (dissolvido) e Mn (total), tendo 68% e 47% de amostras não conformes, respectivamente, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 357/05. Quanto aos metais no sedimento, para Fe, Al e Mn, os valores de concentração foram superiores aos encontrados no rio Doce. Além disso, os níveis de concentração de metais pesados no sedimento se mostraram mais elevados nos lagos e lagoas, em especial para As, Cr, Ni, Pb e Cu (RRDM, 2019b).

No caso do rio Doce, a análise da concentração de contaminantes no sedimento foi realizada através da comparação temporal dos dados obtidos pelo PMBA com os dados de monitoramentos pretéritos<sup>46</sup> ao rompimento da barragem de Fundão e chegada da pluma de rejeitos na região. A partir disto, os resultados indicaram que na calha principal do rio Doce, especialmente no trecho próximo à área urbana de Linhares (RDL)<sup>47</sup>, as concentrações de Cr e Mn no sedimento permaneceram mais elevadas do que as concentrações encontradas na região anteriormente à chegada da pluma de rejeitos (RRDM, 2019a).

Em uma perspectiva espacial, que concerne os ambientes dulcícolas associados a bacia do rio Doce no território capixaba, os maiores valores de concentração de metais investigados no sedimento foram encontrados nos pontos Rio Doce – Linhares (RDL), Lagoa do Areão (LAO) e Lagoa do Areal (LAL). Estes resultados demonstraram que “estes ambientes podem ser considerados como

---

<sup>46</sup> Os dados pretéritos utilizados para esta comparação foram obtidos pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente do Espírito Santo (IEMA) e pelo Programa de Monitoramento Quali-quantitativo Sistemático de Água e Sedimento (PMQQS) (RRDM, 2019a).

<sup>47</sup> Tais siglas referem-se aos códigos das estações de coleta de amostras conforme apresentado na Figura 62 e Quadro 6.

regiões críticas (*hotspots*) de acumulação de metais no sedimento” (RRDM, 2019a, p. 832).

De acordo com os resultados obtidos pelas pesquisas comparativas temporais do PMBA, a maior problemática da contaminação por metais está associada ao sedimento, ou seja, as partículas de material decantadas, associadas à matéria orgânica e suspensas na água. Desta forma, os ambientes das lagoas podem funcionar como um reservatório ou sumidouro de metais, no entanto “mesmo após quatro anos da chegada da pluma de rejeitos, concentrações elevadas de metais associados a esta matriz **[sedimento]** permanecem no ambiente das lagoas” (RRDM, 2019a, p. 833). De acordo com a equipe de pesquisa do RRDM (2019a):

Nossos resultados indicam uma maior abundância de metais no sedimento do Rio Doce e nas lagoas mais próximas à região da foz, que se destacam por serem ambientes com menor profundidade e menor volume de água. Levando em consideração que estas lagoas estão conectadas à calha do Rio Doce, e que nos picos de vazão do rio nos períodos chuvosos ocorre um aporte de água e sedimento em suspensão para dentro destes ambientes, somado ao baixo dinamismo destas lagoas, o que favorece a deposição de material particulado mais fino, é possível categorizar estes ambientes como locais críticos à contaminação ambiental e consequente bioacumulação na biota aquática (p. 833).

Segundo o PMBA, a biodiversidade aquática dos ambientes dulcícolas apresentou um conjunto de padrões que indicou que o ecossistema foi altamente impactado pela presença de metais no sedimento e pelos efeitos agudos e crônicos causados à biota aquática pela passagem do rejeito de mineração. Nos sedimentos, foi observado um aumento de bactérias das famílias *Pirellulaceae* e *Anaerolineaceae*, relacionado à alta biodisponibilidade de metais e nitrogênio no ambiente dos corpos lênticos (lagos e lagoas) (RRDM, 2019b).

Os resultados de concentração de metais nos organismos dulcícolas de diferentes níveis tróficos indicaram um aumento temporal na bioacumulação destes elementos quando comparado a dados pré-rompimento. A seguir serão apresentados os resultados de análise de contaminação da biota dos ambientes dulcícolas, com destaque para o plâncton<sup>48</sup>, camarão e peixes (RRDM, 2019a).

---

<sup>48</sup> O plâncton é formado por microrganismos, incluindo algas e protozoários, são encontrados em grande número em ambientes dulcícolas e salinos e compõem a dieta alimentar de peixes e outros organismos maiores. O plâncton é formado pelo fitoplâncton e pelo zooplâncton, que são plantas e animais microscópicos.

Com relação ao plâncton, identificou-se que as concentrações de As (Arsénio) nas amostras coletadas nas estações da Lagoa do Areão (LAO), *Lagoa Monsarás* (LMO), Rio Doce – Regência (RDR), e Rio Doce – Foz (RDF) estão cerca de 5 a 10 vezes mais elevadas do que as concentrações detectadas anteriormente à chegada do rejeito. O nível de contaminação da comunidade planctônica por Cd, Cu, Fe e Mn, também se destacaram com concentrações superiores às condições pretéritas à chegada do rejeito de mineração (RRDM, 2019a).

Para os camarões, os resultados de bioacumulação indicaram maiores valores de As, Cd, Cr e Fe nos pontos mais próximos à foz, *Lagoa do Areão* (LAO), Rio Doce – Regência (RDR) e Rio Doce – Foz (RDF). Os elementos As, Fe e Mn, apresentaram maiores níveis de acumulação em camarões coletados na campanha 2 (jan/fev 2019 – estação chuvosa). Observou-se também que os níveis de Fe nos camarões coletados no ponto Rio Doce - Foz (RDF) foram superiores aos valores máximos de Fe encontrados em camarões da mesma família coletados em outros ambientes impactados (RRDM, 2019a).

Como observado para os camarões, a comunidade de peixes também mostrou uma variação temporal nos níveis teciduais de metais. Desta forma, os maiores níveis de acumulação de As, Fe e Mn em peixes foram observados na campanha 2 (jan/fev 2019 - estação chuvosa), com destaque para os organismos coletados na Lagoa do Areão (LAO), Lagoa Monsarás (LMO) e Rio Doce – Regência (RDR) (RRDM, 2019a).

Os principais efeitos adversos observados na biota aquática da porção capixaba da bacia do Rio Doce foram evidenciados pelo aumento nos níveis de danos em macromoléculas, danos em DNA, e pelo aumento no conteúdo de *metalotioneínas*<sup>49</sup> (MTs) no organismo de peixes. Relacionado a isto, destaca-se a grande incidência de alterações morfológicas nos tecidos branquiais e hepáticos dos peixes coletados em todas as estações amostrais investigadas (RRDM, 2019a). De acordo com o relatório do PMBA (2019a):

A alta incidência de alterações morfológicas encontradas no fígado e nas brânquias de peixes, com destaque para as alterações irreversíveis, como a necrose tecidual, podem indicar um efeito crônico e relacionado à exposição a altas concentrações de metais no

---

<sup>49</sup> *metalotioneínas* são proteínas que contribuem para a detoxificação de metais no organismo. Essas proteínas vêm sendo identificadas em vários órgãos de peixes expostos a metais, sendo o fígado o órgão no qual tem sido encontrada em maiores concentrações.



ambiente tanto em momentos pretéritos a este monitoramento como também no atual cenário de exposição (p. 837).

Por fim, ao considerar os dados referentes à calha principal do rio Doce na porção capixaba, os valores de toxicidade apresentados pelas amostras coletadas, indicaram que a região estuarina (Foz), apresentou maior nível de impactado em relação aos outros pontos à montante. De acordo com o relatório da PMBA, “a maior toxicidade do ponto Rio Doce - Foz (RDF) está associada ao seu sedimento, o que, possivelmente, está relacionado ao maior teor de matéria orgânica neste compartimento e, portanto, maior concentração de metais” (RRDM, 2019a, p. 840).

É importante frisar que a elevada presença e concentração de metais no rio Doce não se origina exclusivamente do rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG). A presença histórica do complexo de atividades de mineração no alto e médio curso da bacia (Minas Gerais) já era responsável pelo depósito regular de metais em seu leito principal e tributários do rio Doce, com destaque para o Ferro (Fe), a partir do século XX. No entanto, a partir do rompimento da barragem de Fundão e consequente liberação de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, o índice de concentração de metais no rio Doce aumentou radicalmente, gerando impactos, contaminações em maiores escalas e com maior nível de imediatismo (COELHO, 2007; JUSTIÇA GLOBAL, 2016, RRMD, 2019a).

Não se pode negar que o rio Doce, anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG), já se encontrava degradado fisicamente por assoreamento; retirada de mata ciliar; erosão de suas margens; e quimicamente por contaminações derivadas do uso de pesticidas na agricultura; descarga de efluentes industriais/domésticos e pela própria atividade de mineração. No entanto, não se pode utilizar desta prerrogativa histórica para minimizar os impactos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão e se esquivar das implicações legais cabíveis aos responsáveis - empresas Samarco, Vale e BHP Billiton.

Desta maneira, amparados na exposição dos dados e resultados dos relatórios do PMBA, referentes ao ambiente dulcícola, concluímos que o nível de contaminação da foz do rio Doce e das lagoas “Areão” (Boa Vista) e Areal após a intrusão dos rejeitos é significativo e evidente. Mesmo após cinco anos do evento do rompimento da barragem de Fundão, estes ambientes encontram-se ainda em estágio de desequilíbrio biológico em decorrência da grave contaminação destes corpos hídricos



pelos rejeitos de mineração da Samarco (Vale/BHP). Esta situação, além de causar danos e mortandade aos seres que vivem nestes ambientes (microrganismos, peixes e crustáceos) põe em risco à saúde das populações humanas que se associam à foz do rio Doce e as lagoas por meio do lazer e da alimentação – como é o caso da Comunidade de Areal e Santa Maria, vila de Regência, Entre Rios e Povoação.

Outro aspecto a ser levado em consideração é relativo às ações de restrição e proibição do uso destes ambientes pelo poder público. A prática da pesca, por exemplo, está proibida no rio Doce e na faixa marinha entre Barra do Riacho (Aracruz) e Degredo (Linhares) desde 2016 pela Justiça. No entanto, a interdição não contemplou e ainda não contempla, as lagoas próximas à foz do rio Doce que foram contaminadas pelos rejeitos de mineração em 2016, que são os casos da Boa Vista, Areal e Monsarás. Entendemos que a não interdição destes ambientes comprovadamente contaminados, expõem as comunidades a um sério risco à saúde, pois pela falta de informações sobre o nível de contaminação destes ambientes, os moradores acabam eventualmente se expondo ao contato por meio do lazer e alimentação. De acordo com relatos de moradores de Areal e Santa Maria, a utilização da lagoa do Areal para pesca e lazer deixou de ocorrer por medo e precaução, não por orientações da Fundação Renova ou de outros órgãos competentes.

Entendendo que estas comunidades dependem e utilizam estes ambientes para a reprodução do seu modo de vida e alimentação, julga-se que seriam necessárias por parte do poder público e da Fundação Renova, ações mais efetivas na orientação, acompanhamento, suporte e indenizações destas comunidades.

No dia 30 de setembro de 2020, a Fundação Renova rescindiu unilateralmente o Acordo de Cooperação Técnico-Científica com Rede Rio Doce Mar (RRDM) para a execução do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA). A rescisão do contrato pela Fundação Renova, representada pelas empresas Samarco S.A, Vale S.A e BHP Billiton, foi desaprovada pela Câmara Técnica de Biodiversidade (CTBio), que recomendou que as atividades de pesquisa deveriam ser mantidas, até a revisão do Termo de Referência nº 4 (TR4), diretriz que orienta os trabalhos do PMBA (RRDM, 2020b).

Em 15 de setembro de 2020, a CTBio apresentou a Nota Técnica nº 15, reconhecendo a qualidade e credibilidade dos resultados obtidos pela RRDM através

de seus relatórios anuais, mostrando os impactos ambientais ocorridos ao longo do território monitorado e seus nexos causais entre o rompimento da barragem e os elevados e crescentes índices de contaminação da biodiversidade aquática. A rescisão do contrato por parte da Renova foi feita 15 dias após a publicação da Nota Técnica nº 15 da CTBIO (RRDM, 2020b; SÉCULO DIÁRIO, 2020).

O contrato de Acordo de Cooperação Técnico-Científica com a RRDM estava previsto até 2023, no entanto a iniciativa de rescisão unilateral ocorreu com apenas dois anos após assinatura do contrato. A Fundação Renova não apresentou justificativas com fundamentos técnicos para a motivação da rescisão e mesmo assim, estipulou um prazo de 30 dias para a desmobilização do PMBA, o que não ocorreu, por ordem da Justiça.

No dia 30 de outubro, o juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG decidiu que a Fundação Renova mantivesse o acordo de cooperação técnica com a RRDM, decretando que os trabalhos de pesquisa continuassem por mais 120 dias, até estabelecimento de novo acordo e revisão do TR4.

Em nota pública, a Rede Rio Doce Mar, declarou que:

A interrupção do programa terá como consequência o prejuízo direto nos estudos realizados pela RRDM, que são hoje a principal fonte de informação sobre os desdobramentos do impacto ambiental no território capixaba e no sul da Bahia e que subsidiam a tomada de decisão dos órgãos competentes. [...] Lamentamos profundamente que um trabalho desse porte seja interrompido de forma tão repentina. São estudos que têm conseguido mostrar a capacidade que a academia nacional possui de superar desafios complexos como identificar impactos dessa magnitude e abrangência, considerado um dos maiores desastres ambientais do mundo ocasionado pelo setor da mineração. A estruturação de uma rede colaborativa de universidades é um legado não só para a academia nacional, mas para o Estado do Espírito Santo como um todo (sociedade civil, especialmente as comunidades atingidas pelo desastre, poderes executivo, legislativo e judiciário). Infelizmente, essa decisão da Fundação Renova gera sérios impactos negativos nas tomadas de decisão dos poderes do Estado e dos órgãos ambientais, pois eles têm a Rede como instrumento de auxílio e base de referência na construção de um cenário claro e transparente de como o rompimento da barragem de Fundão pode ter interferido na qualidade ambiental e na biodiversidade das áreas estudadas e suas consequências. A academia preza por estudos imparciais, fidedignos, que acontecem de forma transparente, fortalecendo seu papel e, também, dos atores preocupados, de fato, com a causa pública, garantindo, assim, os direitos e deveres de toda a sociedade (RRDM, 2020b, n.p.).

Os relatórios do PMBA publicados pela RRDM se configuram como instrumento imprescindível na mensuração dos danos socioambientais causados pelos rejeitos de mineração e possíveis ações de reparação e compensação ao ambiente e comunidades atingidas. A interrupção da continuidade das pesquisas pela rescisão unilateral do contrato do Acordo de Cooperação Técnico-científica por parte da Fundação Renova, se configura como um descaso com a sociedade civil e aprofunda ainda mais os danos e conflitos junto aos atingidos. Até fevereiro de 2021, a situação de impasse ainda não havia chegado a um acordo entre as partes envolvidas.

#### *4.5.5.2 Escalas de impactos dos rejeitos de mineração na Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria*

Os primeiros registros diretos da presença dos rejeitos de mineração no cotidiano dos moradores da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria foram percebidos ao abrirem a torneira de suas casas. Os rejeitos, que se espalharam visivelmente ao longo da superfície das águas do rio Doce, também contaminaram as águas subterrâneas. Os moradores de Areal, que captam água para consumo, preparo de alimentos, higiene e irrigação através de poços, perceberam que a coloração da água começou a mudar após a chegada da pluma de rejeitos na foz do rio Doce (OCCA, 2017).

**Figura 63: Água contaminada por rejeitos de mineração da Samarco: poço da casa de moradora de Areal e Santa Maria - 2016**



Fotografia: Rômulo de Barcelos Rosa, janeiro de 2016.

**Figura 64: Amostras de água coletada da Lagoa do Areal e das moradias da Comunidade de Areal e Santa Maria - 2016**

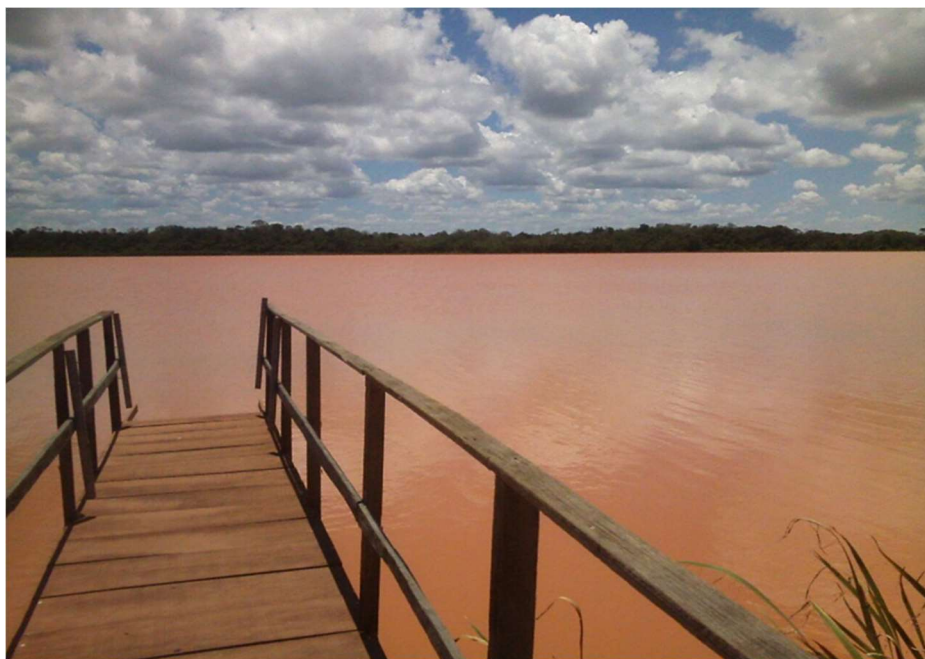


Fotografia: Rômulo de Barcelos Rosa, janeiro de 2016.

O aumento das chuvas no alto e médio curso da Bacia Hidrográfica do rio Doce em janeiro de 2016 contribuiu com a ressuspensão da parcela de rejeitos decantados e o aumento da sua dispersão pelo rio Doce. A elevação do volume de água na calha do Doce fez com que as águas contaminadas por rejeitos atingissem lagoas próximas à sua margem na foz, a exemplo das lagoas Boa Vista, Areal e Monsarás (Povoação). Segundo o OCCA (2017):

O processo natural das cheias do rio Doce sempre foi muito bem visto pelas comunidades tradicionais da região, pois renovava as águas, favorecia a reprodução dos peixes no rio e nas lagoas, além de depositar nutrientes orgânicos nas terras situadas em sua margem – o que aumentava sua fertilidade. Agora, este processo natural se torna um grande problema, pois espalha ainda mais a contaminação, interferindo diretamente nos espaços de produção de alimento – e também de higiene e lazer - dessas comunidades (p. 117).

**Figura 65: Lagoa Boa Vista contaminada com os rejeitos de mineração da Samarco (Vale/BHP) - 2016**



Fotografia: Eduardo Carlos Barcelos, janeiro de 2016.

A contaminação do rio Doce e das lagoas Boas Vista e Areal pelos rejeitos da mineração da empresa Samarco (Vale/BHP) acabou por aprofundar ainda mais a situação de expropriação territorial vivenciada há tempos pela Comunidade de Areal e Santa Maria, interferindo diretamente no seu modo de vida, com a perda de fontes de água doce (utilizada para consumo; higiene e irrigação); a diminuição da oferta de alimentos associados às lagoas e ao rio Doce; e a contaminação dos cultivos de cacau e hortas na margem do rio Doce, vinculados ao sistema *Cabruca* (OCCA, 2017).

Outros corpos hídricos presentes no território da foz do rio Doce que também foram contaminados pelos rejeitos de mineração da Samarco foram o rio Preto, cuja nascente deriva da Lagoa Areal, e o rio Comboios, que foi integrado ao sistema de canais de Drenagens do DNOS e ao Canal Caboclo Bernardo, que transpõe água do rio Doce para a bacia do rio Riacho - controlada pela Aracruz Celulose (atual Suzano S.A).

Como forma de mitigação e consolidação de políticas de reparação frente aos impactos relativos ao uso e acesso de água potável e para consumo em geral, a Fundação Renova, de acordo com o TTAC, ficou judicialmente responsável por fornecer periodicamente galões de água mineral para as famílias das comunidades

atingidas, inclusive as de Areal e Santa Maria que recebem média de 80 litros de água mineral por família semanalmente.

De acordo com relatos de moradores de Areal e Santa Maria, em entrevistas realizadas em junho de 2020, não são todos os moradores da comunidade que foram contemplados pelo Programa de Indenização Mediada (PIM) da Fundação Renova. Atualmente, cerca de 70% dos moradores são contemplados pelo PIM e recebem o auxílio financeiro como indenização aos danos sofridos.

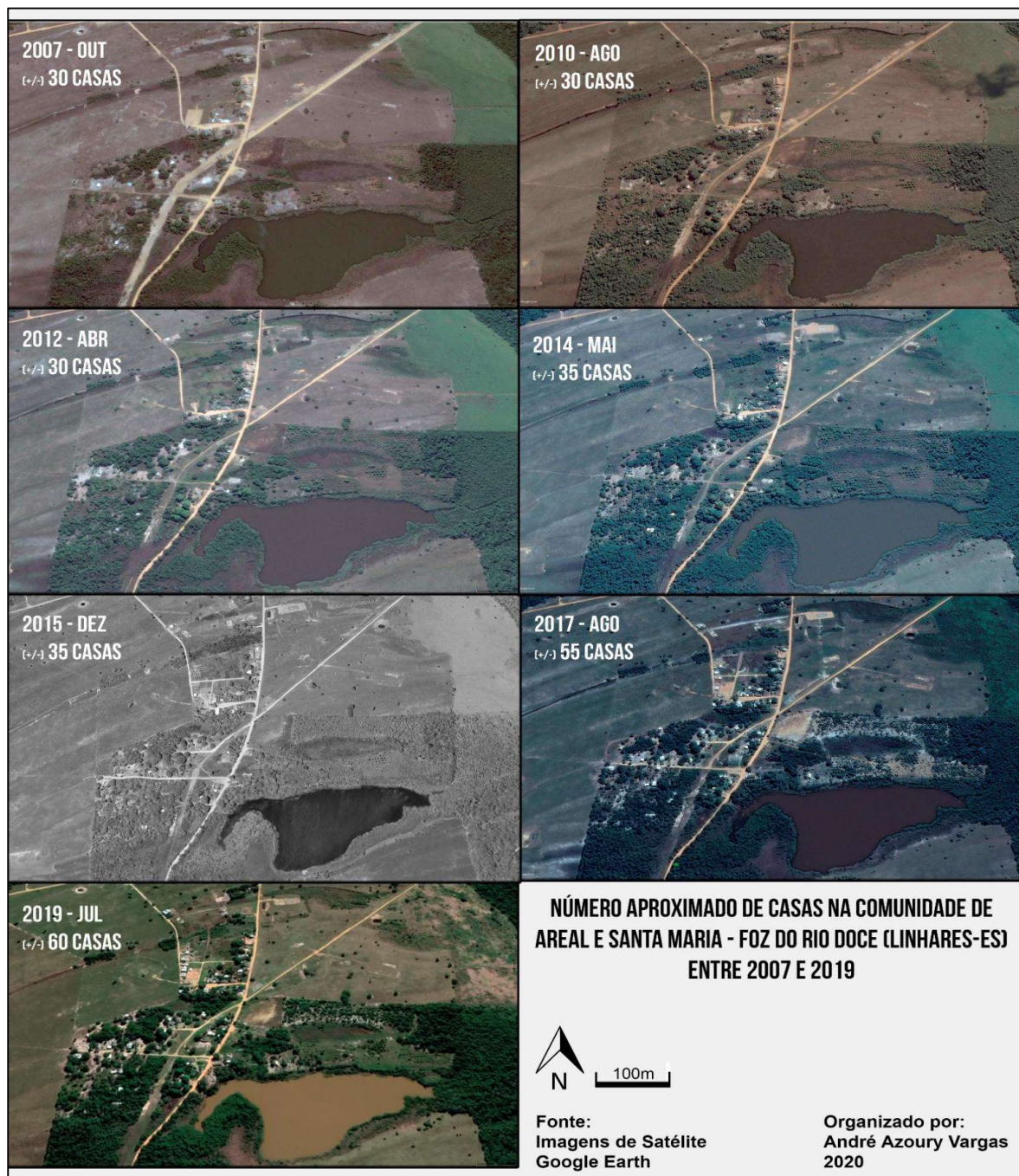
Como resultado das políticas de indenização, diversos moradores que conseguiram ser contemplados pelo PIM, investiram na construção de novas casas na própria comunidade. Após 2016, a comunidade se expandiu consideravelmente, com a duplicação do número de moradias (ver Figura 66), atualmente Areal e Santa Maria possuem cerca de 60 casas. Esse é um reflexo que demonstra o pertencimento territorial dos moradores, ao investirem em moradias fixas para se estabelecerem na própria comunidade, como afirma uma das lideranças entrevistadas:

- Areal cresceu bastante, como foi esse processo? Você acha que esse crescimento se deu mais antes da chegada da lama ou depois?
- Ó, o crescimento maior foi depois da chegada da lama. Que muita gente recebeu o cartão e construiu as casas.
- E aí, o pessoal era de qual região que chegou?
- Aqui mesmo de Areal. Que muita gente recebeu o cartão, aí fizeram casa né, investiram o dinheiro nas casinha deles.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 65 anos, realizada em 13 de julho de 2020).



**Figura 66: Número aproximado de casas na Comunidade de Areal e Santa Maria (Linhares-ES) 2007-2019**



Fonte: Imagens de Satélite Google Earth. Organização: Próprio autor.

Outra consequência do desastre-crime da Samarco sobre a Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria foi o aumento do desemprego local. Através de entrevistas feitas em 2020, lideranças da comunidade relataram que muitos moradores perderam seus empregos no setor cacauero e na prestação de serviços aos fazendeiros da região:

- No momento, você está trabalhando?
- Não. Desde quando começou o desastre de 2015, aqui ninguém arrumou mais trabalho, também não. Acabou o serviço, não tem mais serviço.
- Onde que o pessoal tava trabalhando antes do desastre da Samarco?
- Ah rapaz, na roça. O pessoal trabalhava, o forte aqui era a cacauieira, né? Acabou o cacau, acabou o serviço.
- E acabou o cacau por conta do que?
- Por conta da... primeiro, o aguaceiro que deu, né? E depois, o desastre da lama, né, matou muito cacau também, aí os fazendeiro dispensou o pessoal todo, que não dava renda mais, né?!
- As próprias fazendas, então, deixaram também de plantar cacau?
- Deixaram de plantar também. Porque se plantar o cacau aqui agora, rapaz, ele vai dar daqui a 10 anos, ou mais. Que se for bem tratado, dá por 10 anos. Então, o cacau também dá com 3, 4 anos, né. Mas agora, se ocê planta 100 pés de cacau, vai vingar 5, 10 pé. Aí nós num dá conta, que se ocê for vender, não compensa.
- Quais eram as fazendas aí que davam mais emprego?
- A fazenda que dava mais emprego aqui na minha época, na época que eu trabalhei é a fazenda Petrópolis, aqui vizinha. Porque eu, quando comecei a trabalhar na fazenda Petrópolis, foi em 1970, eu tinha 14 anos de idade. Eu saí da fazenda Petrópolis em 96, porque a fazenda foi vendida.
- A maior parte do pessoal de Areal trabalhava pra fazenda Petrópolis?
- Sim, trabalhava pra fazenda Petrópolis, pra fazenda do João Soeiro, fazenda Entre Rios, trabalhava... todo mundo trabalhava, rapaz, todo mundo. Mas depois disso aí, acabou tudo, ninguém tá conseguindo lugar pra trabalhar, mais não.
- Depois de 2015?
- Exatamente. E outra coisa, aqui muita gente tá vivendo aqui do cartão!
- Do cartão da Samarco?
- É, do cartão da Samarco. E a gente aqui já tá sabendo que diz que vai querer cortar os cartão...
- Vai cortar os cartão?
- É, nós tamo sabendo aqui. Eu mesmo não recebi nada até hoje. Nada, nada, nada.
- Antes você tava trabalhando na fazenda de cacau, né, e depois de 2015, você acabou tendo que ficar parado, é isso?,
- É, exatamente. E aí, agora acabou o serviço, tá difícil. Quem tá dando um serviçozinho aqui, salteado, é só o Pandolfi, é só ele, só. Aqui do cacau mesmo, aqui, escassez...



- E o serviço que o Pandolfi oferece é em qual área? Do cacau ou outra?

- É... É fazer cerca, na própria fazenda dele mesmo.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 65 anos, realizada em 13 de julho de 2020).

Atualmente, como apontam as lideranças da comunidade, a renda da maior parte dos moradores locais (70%), é derivada das indenizações da Samarco. As relações de trabalho na comunidade, historicamente vinculavam-se à venda de cacau e prestação de serviços para as fazendas cacauzeiras da região. Os moradores mais antigos e ainda vivos relatam que trabalhavam desde de muito jovens no cultivo e colheita de cacau, tanto na porção familiar, como prestando serviço aos fazendeiros. Com a chegada da carga de rejeitos de mineração no rio Doce, os moradores relataram que os plantios de cacau e outros cultivos foram diretamente impactados. Segundo o relato de dois moradores: “Rapaz, onde passou a lama da Samarco, o cacau não tá dando mais nada, o cacau tá morrendo. Acabou tudo”; “Não tem produção mais como antes. Parece que deu uma esterilizada nas plantas” (Entrevista realizada com moradores de Areal e Santa Maria, em junho e julho de 2020. Idade dos entrevistados: 30 e 65 anos).

Neste panorama, identifica-se que a contaminação do Rio Doce (suas águas superficiais e subterrâneas), dos rios Preto e Comboios; e das lagoas Boa Vista e Areal configura-se como mais um processo de expropriação territorial sofrido pelos moradores de Areal e Santa Maria, comprometendo diretamente a sua relação simbólica e material com os corpos hídricos aos quais se associam através do lazer e obtenção/produção de alimentos. Sob esta última perspectiva, observa-se que os impactos da contaminação dos corpos hídricos pelos rejeitos de mineração proporcionaram uma grave situação de insegurança alimentar e nutricional na comunidade de Areal e Santa Maria, pois criou fronteiras restritivas à prática da pesca, ao consumo de peixes e a inviabilização dos cultivos associados ao rio Doce (OCCA, 2017).

Desde a tragédia-crime ocorrida, Areal e Santa Maria, junto de outras comunidades, vêm se organizando no sentido de serem reconhecidas como *atingidas* e receberem processos efetivos de reparação dos danos e reconstrução das suas condições de vida. Esta articulação busca situar essas comunidades enquanto *sujeitos de direitos*. Sob o olhar dessas comunidades, a contaminação dos territórios

associados ao rio Doce significa a destruição de suas fontes de vida no plano simbólico e material. E isto é impagável, ou seja, qualquer medida que se adotar jamais cobrirá a escala dos danos provocados (OCCA, 2017).

#### 4.5.5.3. *A dimensão simbólica do impacto dos rejeitos de mineração da Samarco sobre o povo Botocudo (Borum) da Terra Indígena Krenak (MG)*

O povo da Terra Indígena Krenak, localizada em Resplendor-MG e banhada pelo rio Doce, estabelece com o rio uma relação peculiar. Para este povo, o rio é mais do que um recurso natural ou econômico. O rio Doce, chamado de *Watu* pelo povo Krenak, se configura como um ente sagrado, é parte da família, a personificação de seus deuses e ancestrais, como afirma Ailton Krenak:

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico (KRENAK, 2019, p. 40).

Considerando essa perspectiva, o impacto do desastre-crime da Samarco se estende em múltiplas escalas e em diferentes contextos. As formas de reparo e indenização pelos impactos causados, se fazem em muitos casos imensuráveis e inaplicáveis, pois perdas e impactos no campo simbólico, psicológico e cultural não são passíveis de serem compensados exclusivamente pela via financeira/ monetária. Os indígenas Krenak, relatam que:

Depois que a lama chegou, os índios foram proibidos de se aproximar da água sagrada do “Watu”, o rio Doce na linguagem Krenak. [...] Ninguém mais chega perto do rio. Os batismos e rituais sagrados realizados nas margens e pequenas ilhas do manancial foram extintos de uma hora para outra. [...] Os casos de depressão, alcoolismo e doenças se multiplicam à medida que o tempo passa, segundo os caciques e a Funai. [...] “A lama atingiu até o jeito de pensar do índio, o dia de amanhã. A gente vive um dia após o outro. O rio era um meio forte onde se praticava a cultura, e hoje não pode ser praticado mais. A gente fazia as caçadas, ritual sagrado com nossos velhos nas ilhas do Watu. Assim como o rio Doce morreu, nossa cultura vai morrendo” [...] (PUBLICA, 2017 n.p., apud OCCA, 2017, p. 115).

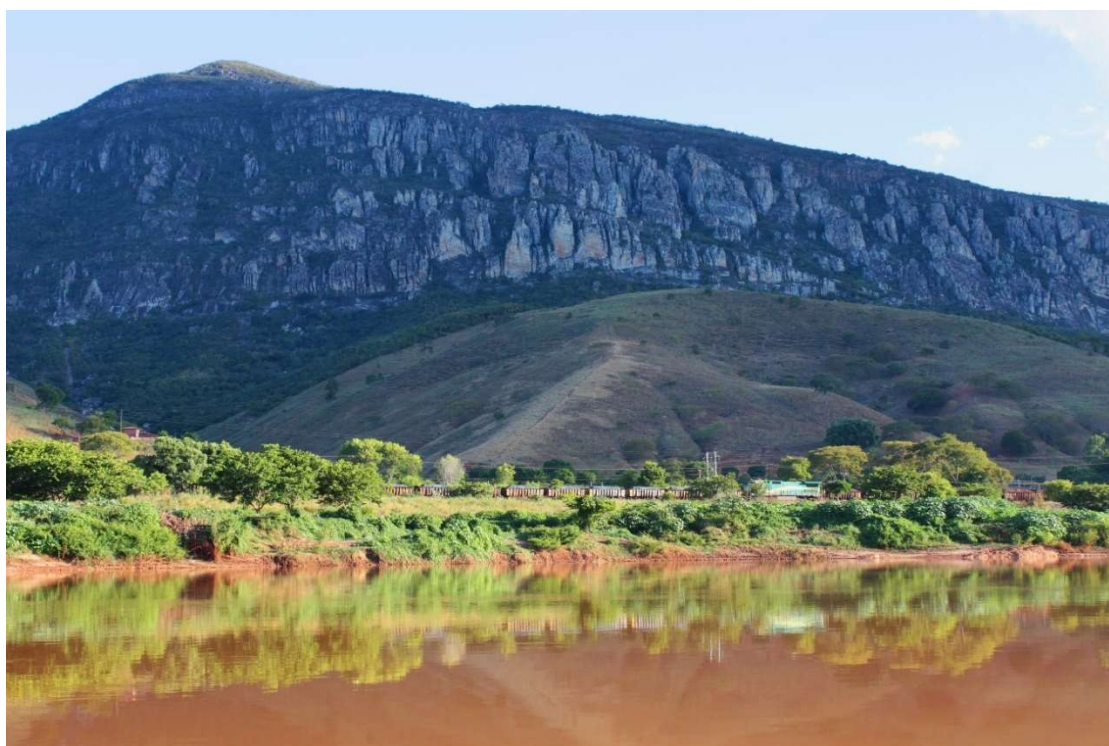
Confirma-se, através deste relato, que a escala de impactos do desastre-crime da Samarco se estende para além do âmbito material e econômico; ela abrange a perspectiva psicológica, afetiva, cultural, religiosa – o *modo de vida* de maneira geral,

âmbitos estes inerentes à condição humana, ao bem estar e ao equilíbrio emocional/ espiritual. Dito isto, como reparar essas escalas de danos sofridos? De acordo com a avaliação do povo Krenak: “ – Não tem casa, não tem dinheiro ou qualquer coisa que pague o que fizeram com o rio, o que fizeram com nossa gente. Se fosse para escolher qualquer coisa nesse mundo, a gente queria o rio de volta” (PUBLICA, 2017, n.p.).

O rio Doce sempre teve importância fundamental para a vida destas comunidades que se constituíram em suas margens. A perda dessa grande referência é sentida pelos Krenak: “ – Os antigos não admitem viver sem ele. É um dos nossos antepassados. Nos ensinaram que não existe vida sem ele. Vamos fazer silêncio, que o rio está morrendo” (SÉCULO DIÁRIO, 2015, n.p.).

A fotografia a seguir, feita durante a Caravana Territorial da Bacia do rio Doce em abril de 2016, apresenta elementos da paisagem que expõem a fragilidade ambiental e o conflito cotidiano enfrentado pelo povo Krenak. Localizada ao fundo na fotografia, observa-se a formação rochosa que dá nome ao Parque Estadual dos Sete Salões; em primeiro plano o rio Doce contaminado por rejeitos de mineração; e em sua margem oposta, os trens da Vale transportando minério de ferro pela Estrada de Ferro Vitória – Minas (EFVM).

**Figura 67: Perspectiva do Parque Estadual dos Sete Salões e rio Doce vista da Terra Indígena Krenak (Resplendor – Minas Gerais)**



Fotografia: Próprio autor, 14 de abril de 2016.

Ao analisarmos a fotografia acima, é possível fazer algumas reflexões sobre o histórico de expropriações territoriais sofridas pelo povo Krenak e os impactos ao modo de vida tradicional, causados pela exploração de minério de ferro em Minas Gerais. O rio Doce, ente sagrado para os Krenak, parte da família, conectava-os aos Sete Salões, reconhecido pelos Krenak como parte de seu território ancestral. Atualmente esse local faz parte de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que não permite o seu uso direto. Hoje, percebemos como o rio Doce, contaminado por rejeitos de mineração, muda a sua função e passa a estabelecer uma fronteira restritiva de acesso aos espaços sagrados pelos indígenas Krenak. De acordo com Ailton Krenak em entrevista ao Instituto Socioambiental:

– Eles botaram o rio em coma e eu quero ver quem é que vai conseguir sobreviver sem água. Se os Krenak aguentaram toda essa tortura ao longo de quase 100 anos, inaugurada na década de 1920, agora com o rio morto, como vai ficar? (ISA, 2016, n.p.).

O modelo de desenvolvimento moderno colonial arrancou dos Krenak o direito de se conectarem com o seu território de acordo com as tradições ancestrais. A presença dos trens da Vale cortando o território Krenak através da estrada de Ferro Vitória - Minas data de 1916, e desde então, uma diversidade de novos conflitos se desdobraram na região. De acordo com Shirley Krenak, Douglas Krenak e Tam Krenak:

– Nós chamávamos a máquina que percorria os trilhos de “Guapó”, que significa monstro que vomita fumaça. Relatos contam que muitos de nós morreram na linha férrea, pois não aceitávamos que o nosso território fosse invadido e atravessado pelo Guapó dos Kraí<sup>50</sup>. Havia quem tentasse parar o trem com as próprias mãos e acabava morrendo (ALVES, 2010, p. 15).

O povo Krenak estabelece uma luta histórica pela demarcação ampliada de seu território sagrado denominado Sete Salões, de forma a abranger as duas margens do rio Doce. A serra dos Sete Salões é um espaço sagrado para os Krenak e parte do território tradicionalmente ocupado; no entanto, o Estado de Minas Gerais transformou a área em Unidade de Conservação - Parque Estadual Sete Salões - em 1998, não contemplando as demandas de demarcação territorial ampliada dos Krenak na região. Em 2013, foi aberta uma portaria com solicitação de identificação da Terra Indígena Krenak de Sete Salões junto à Funai, mas o processo encontra-se ainda no estágio

---

<sup>50</sup> Kraí na língua materna Krenak (*Borum*): significa pessoas não-*Borum*, não-indígenas (ALVES, 2010).

inicial de estudo para identificação. Atualmente, cerca de 343 indígenas vivem na Terra Indígena Krenak, cujo território demarcado e homologado em 2001 possui 4.027,03 hectares (ISA, 2020).

#### *4.5.5.4 - Participação em trabalhos de pesquisa e articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais do rio Doce na luta por direitos frente aos rejeitos de mineração*

A **Caravana Territorial da Bacia do rio Doce**, anteriormente mencionada, foi realizada entre os dias 11 e 16 de abril de 2016 e se configurou como um instrumento político-pedagógico e como uma rede de ação organizativa por direitos e visibilidade aos povos atingidos pelo desastre-crime da Samarco (Vale/BHP). Realizada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares (NAGÔ); Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA); em conjunto com diversas outras entidades, redes, movimentos sociais (MST; MPA; MAB; MAM) e povos tradicionais (indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, camponeses e quilombolas). Seu objetivo foi realizar luta política, discussões, encontros e debates com a população sobre o desastre crime provocado pela Samarco (Vale/BHP) em 2015 no território da bacia do rio Doce.

Em culminância realizada em Governador Valadares (MG) entre os dias 14 e 16 de abril, diversos povos, coletivos e lideranças se juntaram para compartilhar experiências, demandas, esperanças e articulações para o enfrentamento do desastre-crime (CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE, 2016).

Figura 68: Ato público durante a Caravana Territorial da Bacia do rio Doce em abril de 2016 – Governador Valadares (MG)



Fotografia: Próprio autor, 16 de abril de 2016.

Antes da realização da Caravana, tivemos também a oportunidade de construir e participar, através do Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA), da realização da **Expedição UFES Rio Doce**, no final de 2015. A Expedição foi realizada em parceria com membros do ORGANON (Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais); GEPEDES (Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo), além de outros professores e alunos da UFES. Esta expedição teve como objetivo realizar pesquisas em comunidades atingidas pelos rejeitos de mineração da Samarco (Vale/BHP) nos municípios de Linhares, Colatina e Baixo Guandu, no Espírito Santo. O resultado desta expedição se transformou no relatório: **Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco**, publicado pelo ORGANON, em dezembro de 2015.



**Figura 69: Usina Hidrelétrica de Mascarenhas (Baixo Guandu-ES) - rio Doce contaminado por rejeitos de mineração – 2015 (Visita à campo pela Expedição UFES Rio Doce)**



Fotografia: Próprio autor, 02 de dezembro de 2015.

As experiências da Expedição do Rio Doce e da Caravana, como atividades de pesquisa e trabalhos de campo realizados através do OCCA nos anos de 2015 e 2016, foram importantes para uma melhor compreensão e análise do fenômeno e desdobramentos do desastre-crime da Samarco no contexto regional da bacia do rio Doce. Ambas experiências demonstraram que a perspectiva do desastre-crime, do sofrimento, da dor e da luta impulsionaram um movimento comum, o de articulação de povos atingidos pela mineração, em protesto e pela luta por direitos. Observamos que diferentes povos, grupos, coletivos e sujeitos se conectaram na posição de *atingidos* e se fortaleceram coletivamente. No entanto, no fundo é uma realidade cruel ter que se articular coletivamente em situação tão precária e injusta. Ao mesmo tempo que comunidades distantes estabeleceram vínculos na briga por justiça, o desastre-crime provocou, internamente, diversos casos de conflitos em comunidades, que se desarticularam e desentenderam-se na busca por indenizações financeiras da Samarco (Vale/BHP) através da Fundação Renova (CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE, 2016; ORGANON, 2015; LEONARDO et al., 2017; VIEIRA, 2019).

No contexto da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, a articulação coletiva, busca por visibilidade e redes de apoio, destacamos a realização do

**Encontro de Cultura Ancestral de Areal**, promovido nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. A organização e construção dos encontros contaram com o protagonismo dos moradores da comunidade, em parceria com os coletivos *Regenera Rio Doce* e *Aliança Rio Doce*, além do apoio de outras comunidades e organizações sociais. O objetivo dos encontros foi promover visibilidade étnica, intercâmbio cultural, luta por direitos e ações integrativas entre povos e comunidades atingidas pelos rejeitos de mineração da Samarco.

Ao longo das quatro edições, diversos povos e comunidades tradicionais estiveram presentes no encontro: Indígenas Krenak (MG); Tupinikim e Guarani (ES); Pataxós (BA); Quilombolas de Degredo (ES) e Córrego do Meio (MG); Pescadores Artesanais; Ribeirinhos; Camponeses; Marisqueiras; entre outros. Estiveram também presentes representantes dos movimentos sociais como o MAB; MAM; MST; MPA; grupos de folclore e cultura popular (Jongo, Congo, Congado); coletivos de práticas integrativas na área da saúde; jornalistas; estudantes e pesquisadores.

A programação dos encontros contou com diversas atividades nos eixos da Ancestralidade, Saúde Coletiva, Direitos da Natureza e dos Povos e Comunidades Tradicionais. Por meio de uma construção colaborativa entre participantes, os encontros contaram com espaços integradores; roda de partilha de saberes tradicionais; preparo coletivo de alimentos; oficinas de pintura corporal indígena; modelagem e queima de cerâmica; medicinais da terra; saúde holística; confecção de balaio e esteira de Taboa; destilação de óleo essencial; construção de Casacas; oficinas de percussão de tambores; imersão artística para crianças; dança; rodas do sagrado feminino e masculino; entre outras. Durante o período da noite, as programações focavam em apresentações culturais com grupos de Jongo, Congo, Coral Guarani, ritos Tupinikim, roda de tambores, diálogo entre religiões, mostra de filmes, entre outras (SÉCULO DIÁRIO, 2019).



**Figura 70: Apresentação da Banda de Congo Beatos de São Benedito (Vila Velha-ES) durante o 4º Encontro de Cultura Ancestral de Areal, em 2019.**



Fotografia: Próprio autor, novembro de 2019.

Na edição do ano de 2018, pesquisadores do OCCA foram convidados a participar do encontro, apresentando seus trabalhos de pesquisa sobre a região da foz do rio Doce. Na ocasião, rerepresentei minha monografia de Bacharelado **Mapeamento Participativo e processos de construção da identidade indígena da Comunidade de Areal e Santa Maria - rio Doce (Linhares-ES)** para os moradores da comunidade e demais participantes do encontro. Este momento se configurou como uma troca de saberes, um diálogo de aproximação entre a linguagem do conhecimento acadêmico com o conhecimento ancestral, buscando estabelecer paralelos mais horizontais e participativos entre pesquisadores e populações tradicionais.

Na esteira dos diálogos e conexões, entendemos que o Encontro de Cultura Ancestral de Areal contribuiu, enquanto espaço comum, território-rede, nas articulações, aproximações e parcerias entre povos e comunidades tradicionais. A Comunidade de Areal e Santa Maria, através do seu protagonismo, marcou uma posição no processo de sua visibilidade externa. Através da sua autoatribuição de identidade indígena Botocuda (*Borum*) e *Tupinikim*, passou a ser mais reconhecida por outros grupos étnicos e pelo próprio Estado neste processo.

Entendemos que o reconhecimento externo de Areal e Santa Maria enquanto uma comunidade indígena pelo povo Krenak, Tupinikim, Guarani e Pataxó é de suma

importância para a sua organização política e para o seu fortalecimento identitário. Este processo se configura como uma importante etapa na sua busca por direitos territoriais e no campo das políticas públicas, no diálogo com setores institucionais do Estado, como a Funai, Ministério Público, Governo do Estado e Prefeitura de Linhares.

É importante deixar claro que esse movimento de *R-existência* não deriva única e exclusivamente da realização do Encontro de Cultura Ancestral de Areal, apesar de ser um elemento importante neste processo. Entendemos que os moradores de Areal e Santa Maria, através do fenômeno da *etnogênese* (LUCIANO, 2006), vem cada vez mais se fortalecendo etnicamente, sem nunca perder de vista a sua relação histórica e ancestral com o território em que desenvolvem seu modo de vida e seu espaço de morada. Entendemos esse processo como um movimento de *reterritorialização* (HAESBAERT, 2004a) da comunidade através da sua *identidade étnica indígena* (Botocudo e Tupinikim) e por meio do reconhecimento da comunidade como *atingida* pelos rejeitos de mineração, e portanto, configurando-se mais do que nunca como *sujeitos coletivos de direito*.

#### **4.5.6. Mapeamento do histórico de impactos socioambientais na foz do rio Doce-ES**

Após a apresentação e detalhamento da formação territorial da bacia do rio Doce, com foco na região da sua foz, e a caracterização dos impactos socioambientais promovidos pelo modelo de desenvolvimento econômico e seus atores hegemônicos, sistematizamos essas informações em um mapeamento integrado da foz do rio Doce.

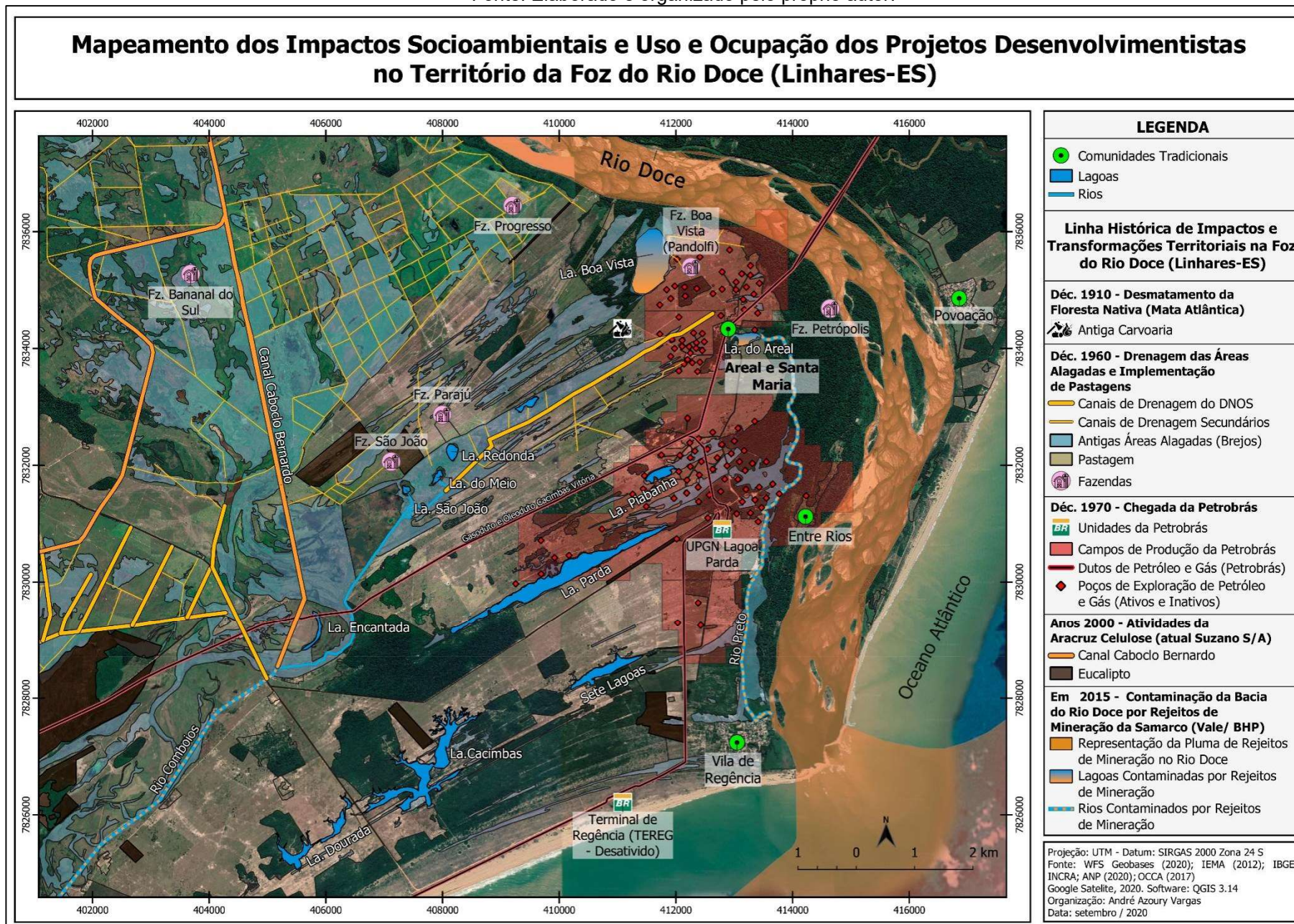
O Mapa 17, a seguir, representa a espacialização dos impactos dos projetos desenvolvimentistas na foz do rio Doce a partir do início do século XX, identificando os atores territoriais e suas formas de uso e ocupação do solo. Como forma de apresentar uma leitura integrada das formas de domínio e apropriação do espaço pelos agentes de desenvolvimento hegemônico, associadas aos impactos sobre as comunidades locais, direcionamos atenção para o processo de desterritorialização das comunidades tradicionais na região, identificando: a) a relação entre a localização das fazendas e os canais de drenagem do DNOS; b) a sobreposição dos territórios de exploração de petróleo e gás da Petrobrás ao espaço residencial da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria; c) os impactos diretos dos rejeitos de mineração da

Samarco (Vale/ BHP) presentes nos rios e lagoas sobre a territorialidade dos Povos e Comunidades Tradicionais da região. As informações referentes à presença destes elementos na composição da paisagem estão identificadas histórico-temporalmente na legenda do mapa.

A leitura das informações contidas no referido mapa permite que façamos reflexões sobre as *multiterritorialidades* (HAESBAERT, 2007) da foz do rio Doce e suas correlações com a escala global-local, evidenciando as transformações das relações com o *meio* a partir da chegada de novos atores e a *R-existência* (PORTO-GONÇALVES, 2006a) construída pelos Povos e Comunidades Tradicionais locais neste contexto. Percebe-se que a região se encontra saturada pelo uso e ocupação dos agentes econômicos, que põem em xeque o modo de vida tradicional das comunidades, sua soberania alimentar e a própria preservação das diferentes formas de vida da região (fauna, flora, seres vivos).



**Mapa 17: Mapeamento dos Impactos Socioambientais e Uso e ocupação dos projetos Desenvolventistas no Território da Foz do Rio Doce (Linhares-ES).**  
 Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.



Em uma perspectiva histórica de análise das *multiterritorialidades* da foz do rio Doce, observamos o quão conectada essa região está com o mundo globalizado (territórios-rede), através da dinâmica econômica capitalista. Ao analisar a linha histórica de impactos, territorialização e desterritorialização expostas no Mapa 17, percebe-se que todas as atividades de desenvolvimento macroeconômico presentes na região estão articuladas, em menor ou maior escala, com a dinâmica de exportação de produtos primários por atores capitalistas e empreendimentos multinacionais. Segundo Haesbaert (2004a):

A multiescalaridade e multidimensionalidade dos processos de desterritorialização estão associadas, antes de mais nada, aos sujeitos que os promovem, seja um indivíduo, um grupo ou classe social, ou ainda uma instituição (firma, entidade política, Igreja et.) A desterritorialização da sociedade é a conjunção desses múltiplos sujeitos, sendo imprescindível considerar a especificidade das ações de cada um deles (p. 341).

Desta forma, cabe caracterizar brevemente os impactos mapeados e a especificidade de cada ator promotor em um contexto globalizado. No início do século XX, o desmatamento da floresta nativa (Mata Atlântica) foi realizado, em grande parte, para a exportação de toras de madeiras de lei para o mercado externo (Europa e Estados Unidos principalmente). As parcelas não exportadas foram aproveitadas internamente na construção civil, ferrovias, indústria e outras atividades. Esse modelo econômico exportador de matérias primas de base florestal foi responsável para que grande parte da Mata Atlântica fosse derrubada no século XX, restando atualmente apenas 12,4% da floresta que existia originalmente no Espírito Santo (SOS MATA ATLÂNTICA, 2020).

Já na década de 1960, a instalação de Canais de Drenagem do DNOS permitiu que as áreas anteriormente alagadas fossem ocupadas e exploradas economicamente por fazendeiros. Muitas fazendas da região concentraram-se na criação de gado e produção de cacau. O cacau é o ingrediente base da produção de chocolate. A produção do cacau para exportação no Espírito Santo está concentrada no município de Linhares (80% da produção), onde as fazendas locais, junto com a produção do Bahia e do Pará, são responsáveis pela exportação da maior parte do cacau brasileiro. Atualmente, o Brasil é o 7º maior produtor de cacau do mundo e o Espírito Santo é o 3º estado em quantidade de produção no país (CEPLAC, 2020).

Em 1970, destaca-se a chegada da Petrobrás e a exploração de petróleo na região da foz do rio Doce. Centenas de poços de petróleo foram perfurados ao longo do território tradicional de Areal e Santa Maria e demais comunidades. O Brasil, atualmente, é o 8º maior produtor de petróleo do mundo, com 3,67 milhões barris por dia. Em 2019, o Brasil exportou cerca de 470 milhões de barris de petróleo, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2020).

No ano 2000, a empresa de produção de celulose, Aracruz Celulose (atual Suzano S.A), se apropriou dos antigos canais de drenagens do DNOS e passou a captar água do rio Doce através do Canal Caboclo Bernardo para abastecer a sua fábrica. A fábrica da Aracruz Celulose, localizada em Aracruz-ES, até 2014, quando controlada pela Fibria, era a maior do mundo em capacidade de produção de celulose (2,34 milhões de toneladas por ano). A Fibria foi incorporada pela Suzano em 2018, formando o grupo Suzano S.A, e a partir desta fusão, o grupo se transformou no líder mundial em produção de celulose. Em números gerais, o Brasil é hoje o país que mais exporta no ramo, sendo o Espírito Santo o segundo estado mais exportador do país, responsável por 11,1% do total. O grupo Suzano S.A produz 11 milhões de toneladas de celulose por ano, possui 11 fábricas no Brasil e está presente em 80 diferentes países (IBÁ, 2020). O que demonstra a sua atuação em larga escala no mundo e seu aspecto multiterritorial nas redes de relações de poder, através do agronegócio.

O rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG), controlada pela Samarco S.A (Vale/ BHP Billiton) em 2015, despejou 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na bacia do rio Doce, percorrendo a sua calha principal até chegar no Oceano Atlântico, no município de Linhares-ES, em novembro do mesmo ano (JUSTIÇA GLOBAL, 2016). A Vale S.A, juntamente com a australiana BHP Billiton Ltda., são acionistas paritárias da Samarco S.A. Em valor de mercado, as duas estão entre as maiores empresas de mineração do mundo (Vale - 3ª e BHP - 1ª). A multinacional Vale é a maior exportadora de *commodities* do Brasil e a principal exportadora de minério de ferro do mundo, e sua história está intimamente ligada com o rio Doce. A empresa surgiu em 1942, no município de Itabira (MG), durante o governo de Getúlio Vargas, fundada como uma empresa estatal, sob o nome de Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi leiloada à iniciativa privada por R\$ 3,3 bilhões, sendo que



atualmente seu valor de mercado é de aproximadamente R\$ 300 bilhões. Além da mineração, a Vale atua no setor de logística, energia e siderurgia, estando presente em cerca de 30 países. É a maior exportadora de minério de ferro em pelotas do mundo, e também explora níquel, carvão, cobre, manganês e outros minerais (VALE, 2020).

Constatamos, portanto, que o arranjo das territorialidades da região da foz do rio Doce e da própria comunidade de Areal e Santa Maria é mediado por relações multidimensionais de poder que extrapolam a escala local e são exercidas por atores, agentes econômicos e processos articulados a uma experiência integrada de territórios-rede, móveis, descontínuos, e espacialmente fragmentados em uma escala global – multiterritorial (HAESBAERT, 2004a).

Identificamos que o modelo de desenvolvimento hegemônico que historicamente atua na região se caracteriza pela exploração de recursos naturais, produção e exportação de matérias primas básicas, como: madeira; petróleo e gás; minério de ferro; celulose; carne bovina; cacau; entre outras. Essas matérias primas (*commodities*) são processadas por outros países e se transformam em mercadorias, revendidas e compradas pela população brasileira, formando um ciclo de mercado no qual o país encontra-se estrategicamente mal posicionado, pois é responsável pelo ônus da extração da matéria prima e paga altos preços pelos produtos transformados.

## 5. COMUNIDADE INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA: MODO DE VIDA TRADICIONAL, TERRITORIALIDADE E ALIMENTAÇÃO

Neste capítulo, abordaremos o modo de vida tradicional da comunidade indígena de Areal e Santa Maria no que se refere à sua territorialidade (material e simbólica). Evidenciaremos as formas de associação com o meio natural, sua relação com as lagoas, o rio Doce e a Cabruca, os territórios da pesca, caça, cultivos, moradias temporárias, a relação com os encantos, uso de ervas medicinais, plantios de mandioca e o preparo de farinha e beiju, buscando compreender os regimes alimentares adotados pelos moradores e os complexos produtivos com os quais se relacionavam.

### 5.1. MODO DE VIDA TRADICIONAL E TERRITORIALIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE ALIMENTAÇÃO E USO COMUM DOS RECURSOS DA NATUREZA

A Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria possui uma relação ancestral com seu território através dos usos e associações com o *meio* que efetivam a reprodução de seu *modo de vida tradicional*. As áreas cobertas por vegetação nativa, lagoas, rios e brejos proporcionavam aos moradores de Areal e Santa Maria o acesso à maior parte dos alimentos que consumiam, através da caça; pesca e plantios - associados à mata ciliar do rio Doce (*Cabruca*), às lagoas e próximo às moradias (OCCA, 2017).

As lagoas e suas proximidades eram muito utilizadas para a pesca, caça, cultivos, acesso à água para o consumo, vivências de lazer e estabelecimento de moradias temporárias. Onze lagoas são identificadas pela comunidade como aquelas que eram utilizadas diretamente na reprodução da vida, são elas: Areal, Boa Vista, São João, Redonda, do Meio, Encantada, Piabanha, Parda, Cacimbas, Dourada e Sete Lagoas.

Durante os trabalhos de campo realizados em 2015 conjuntamente com a equipe do OCCA, tivemos acesso a algumas das lagoas supracitadas. Através das fotografias panorâmicas a seguir, pode-se ter uma dimensão das características da paisagem e da diminuição do volume de água nas lagoas ao longo dos anos.



Segundo relato dos moradores de Areal, após a instalação dos canais de drenagem do DNOS e implementação de pastagens na região entre as décadas de 1960 e 1980, o volume de água nas lagoas diminuiu consideravelmente. Atualmente, quatro delas encontram-se parcial ou totalmente secas dependendo da época do ano, são elas: Lagoa São João, Lagoa do Meio, Lagoa Redonda e Lagoa Encantada. De acordo com o relato de uma moradora em entrevista realizada em 2015:

- Tem tanta lagoa por aí que virou terra, hoje tá assim, ó [mãos próximas ao chão]. Muito lugar de peixe, jacaré, capivara, né, que tinha demais nessas lagoas, lagoa Dourada, lagoa Parda, lagoa, São João... A lagoa da São João tá seca, a lagoa do Meio também, a lagoa da Redonda também, tá tudo seco. Meu sobrinho esses dias teve lá e falou que tem até capim nascendo dentro dela, secou tudo, lugar de peixe que a gente pegava.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de outubro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

**Figura 71: Lagoa Encantada**



Fotografia: Próprio autor, 15 de novembro de 2015.

**Figura 72: Lagoa Dourada**



Fotografia: Próprio autor, 15 de novembro de 2015.

**Figura 73: Lagoa Cacimbas**



Fotografia: Próprio autor, 15 de novembro de 2015.



**Figura 74: Lagoa Redonda**



Fotografia: Próprio autor, 15 de novembro de 2015.

**Figura 75: Lagoa Parda**



Fotografia: Próprio autor, 15 de novembro de 2015.

**Figura 76: Lagoa do Areal**



Fotografia: Próprio autor, 15 de novembro de 2015.

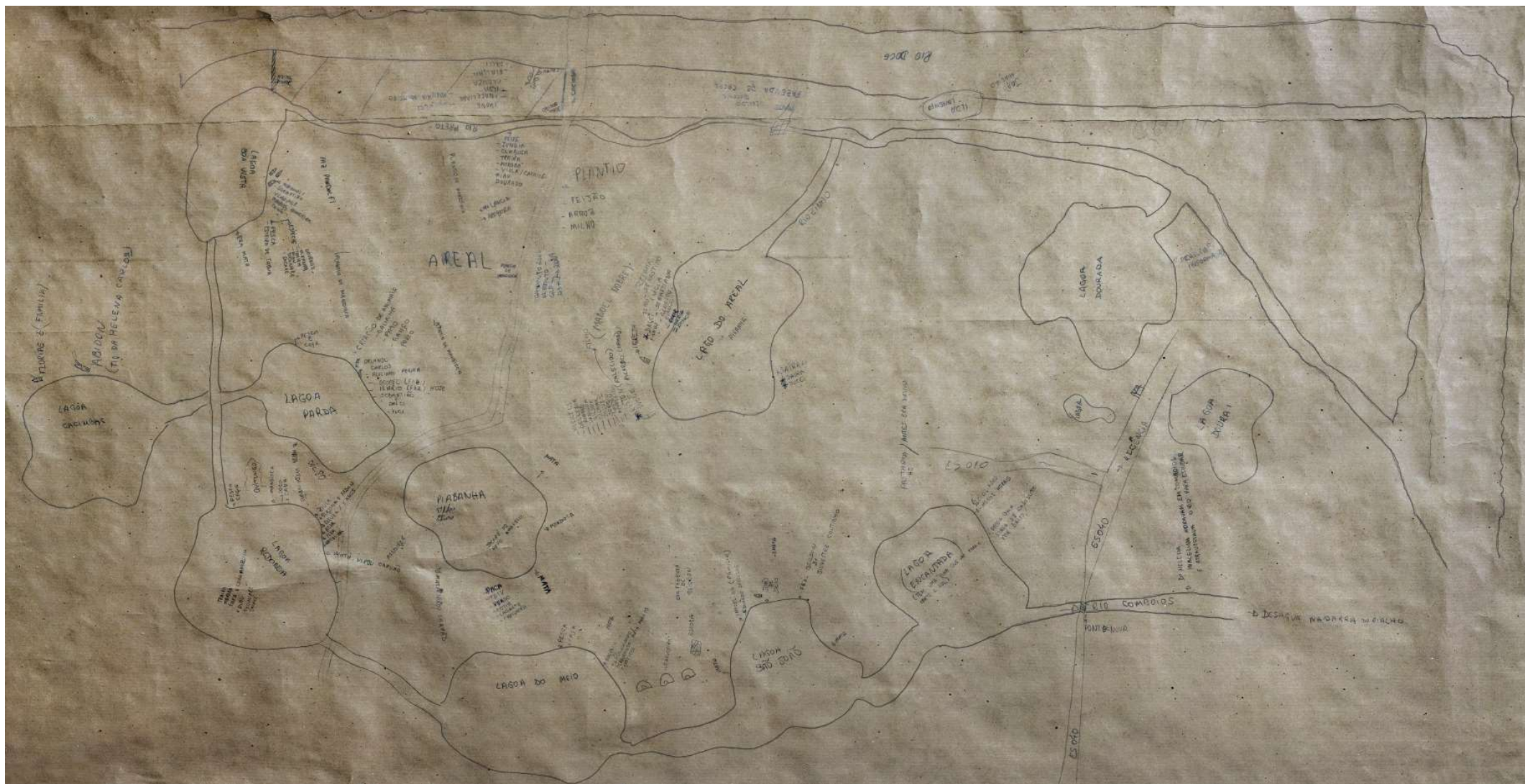
Observamos durante a Oficina de Cartografia Social e Mapeamento Participativo, realizada pelos moradores e equipe do OCCA em 2015, que as lagoas ocuparam um lugar de destaque no mapa (ver Figura 77) feito pela comunidade, vários elementos por eles elencados localizam-se próximo às lagoas e estavam diretamente vinculados a elas, como: a pesca e a caça, as plantações de mandioca, coco e cana; coleta de taboa e moradias temporárias (OCCA, 2017).

Através da leitura do mapa elaborado, é possível observar algumas características que evidenciam o conhecimento e a sabedoria, por parte dos moradores, acerca da dinâmica dos elementos da paisagem do *território tradicionalmente ocupado* (ALMEIDA, 2004). Nota-se que as lagoas foram mapeadas interligadas umas às outras, o que remete à uma imaginação espacial relativa ao tempo, em que a região da foz do rio Doce era predominada por áreas alagadas. Apesar de hoje muitas das lagoas estarem secas ou com seu nível abaixo do padrão, os moradores as desenharam de acordo com suas memórias - cheias, umas interligadas às outras - pois eles sabem que anteriormente elas se conectavam, principalmente nas épocas de cheia do rio Doce. Essa é uma das potencialidades da Cartografia Social: através dela, os moradores acessam memórias do passado e as trazem para o presente, problematizando a realidade atual a partir do seu *modo de vida tradicional* e sua *territorialidade* baseada no *uso comum* (DIEGUES, 2008) de recursos naturais presentes no *meio*. De acordo com Diegues (2001):

Os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum (comunitários) existentes no Brasil não são formas do passado, congeladas no tempo ou em total desorganização frente ao avanço da propriedade privada. Ainda que muitos desses sistemas tenham-se desestruturados frente à expansão capitalista, existem exemplos que mostram a capacidade dos “comunitários” não só em reagir, mas também em reorganizar-se, recriando modos de vida e territórios de uso comum (p. 97).



Figura 77: Mapa de Identificação Territorial elaborado pelos moradores de Areal e Santa Maria durante oficina de Mapeamento Participativo – 2015.



Fonte: OCCA, 2017.

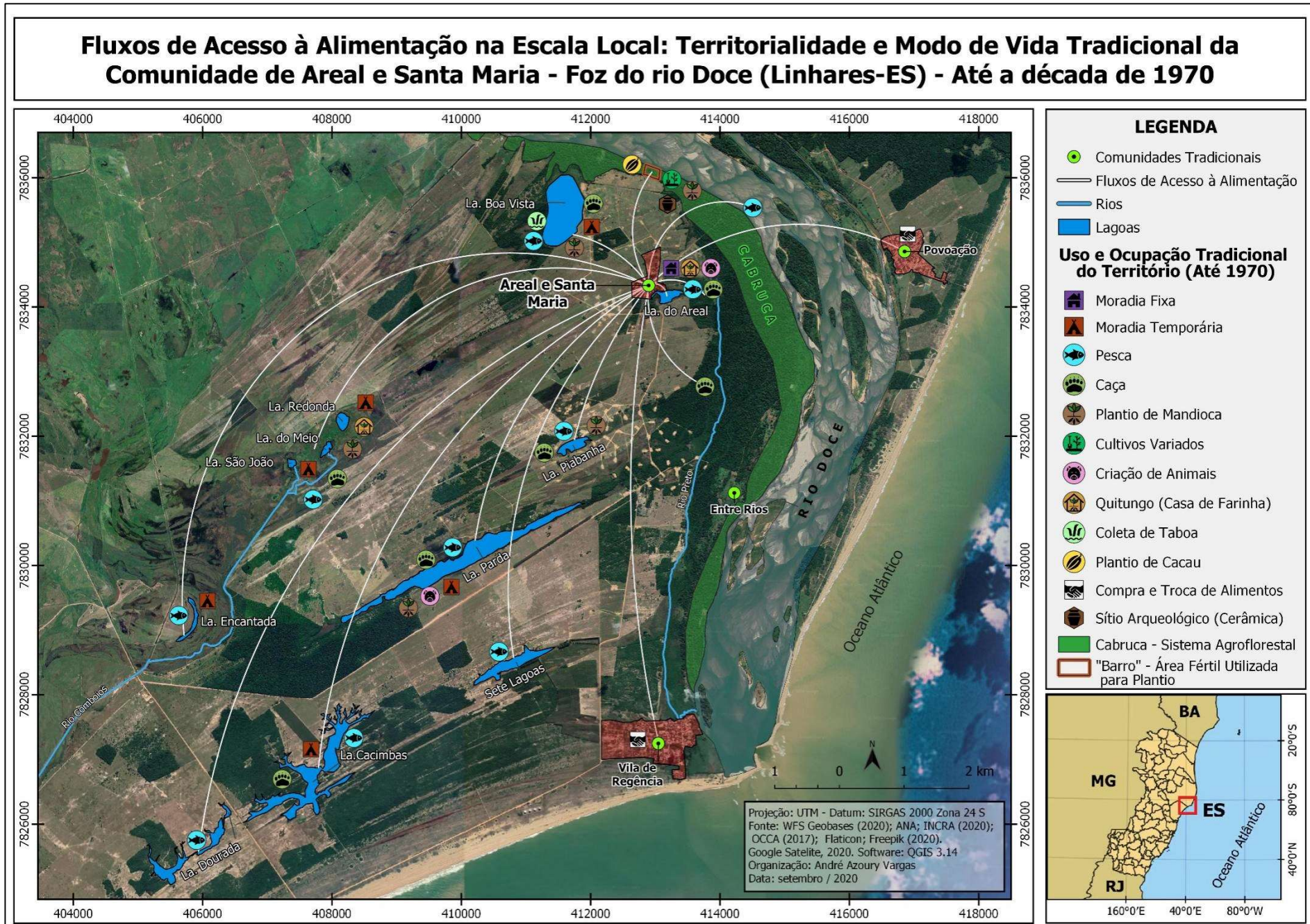
A participação enquanto *facilitador* da Oficina de Cartografia Social e Mapeamento Participativo, promovida pelo OCCA, contribuiu, sobretudo, para a compreensão da relação espacial e temporal da territorialidade e o modo de vida tradicional da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria. Como forma de apresentar essas informações que concernem o *modo de vida tradicional* e a *territorialidade* da comunidade referente ao tempo passado, organizamos o Mapa 18. O mesmo foi elaborado com base nas informações da Cartografia Social realizada pela comunidade em 2015 e partir das informações levantadas nas entrevistas e materiais de apoio, como os mapas presentes no relatório do OCCA (2017).

São apresentadas, no mapa a seguir, informações respectivas à *territorialidade* e ao *modo de vida tradicional* de Areal e Santa Maria até a década de 1970, focando nos fluxos de acesso à alimentação na escala local. A partir de sua leitura, é possível identificar as lagoas presentes no território e como que as práticas de plantio, coleta, atividades de pesca/caça estavam associadas com este *habitat*. Neste momento histórico, o regime de alimentação da população de Areal e Santa Maria estava majoritariamente vinculado a uma escala local, a partir da associação e uso comum dos recursos do *meio* (complexo vivo), como base dos hábitos tradicionais e complexos alimentares locais.



**Mapa 18: Fluxos de Acesso à Alimentação na Escala Local: Territorialidade e Modo de Vida Tradicional da Comunidade de Areal e Santa Maria – Foz do rio Doce (Linhares-ES) – Até a década de 1970**

Fonte: Informações levantadas nas Oficinas de Memória e Cartografia Social – OCCA, 2017. Elaboração e organização: Próprio autor.



A partir da leitura do mapa, pode-se perceber como o acesso aos alimentos por parte dos moradores de Areal e Santa Maria estava diretamente relacionado com os ambientes dulcícolas, que envolvem as lagoas e rios da região da foz do rio Doce. Nesse sentido, chama-se a atenção para a característica da *territorialidade* através da associação com diferentes *habitats* e elementos do *meio* na reprodução do *gênero/modo de vida* e garantia da soberania alimentar do grupo. Outro ponto a ser destacado é a rede de associações com comunidades vizinhas - vilas de Regência e Povoação - na troca e comércio de alimentos.

## 5.2. MEMÓRIAS DAS PRÁTICAS DE CAÇA E PESCA NAS LAGOAS, RIOS E MATAS

Os peixes e a carne de caça ocupavam um lugar de destaque na composição da dieta alimentar da população local. Era uma prática comum dos moradores de Areal e Santa Maria irem às matas, rios e lagoas, caçar e pescar.

Tinha muito mata, muita caça, muito peixe [...] a gente vivia de caça do mato, sabe? Caça do mato, peixe, era isso aí o que a gente comia aqui desse lugar, a gente não conhecia nem feijão, o feijão nosso era feijão de corda e fava que a gente plantava muito e dava muito aí, né?!

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Para a realização da pesca e da caça, os moradores utilizavam técnicas específicas como *espinhel* e o *mundéu*<sup>51</sup> (OCCA, 2017):

- Meu pai pescava no rio Doce com *espinhel* para poder pegar peixe, cação. E fazia *mundéu* para pegar tatu, paca, gambá, capivara, veado [...] O *mundéu*, tem que fazer uma cerca assim e outra cerca assim e botar o travessão no meio assim, em cima da trilha da caça. Aí botava o mourãozinho embaixo pra poder descer e pegar a caça. [...] Meu pai pegava caça, e nada disso acontecia como tá acontecendo hoje, porque ninguém hoje come uma carne de caça. [...] Hoje mudou foi tudo, ninguém come mais uma caça de tatu, ninguém come mais uma caça de paca, ninguém come mais uma caça de gambá, nada, nada, nada, piorô de capivara, ninguém come, ninguém mata, porque se matar, vai acontecer o que? Vão prender. Deus me livre. O que comem agora é frango, carne de boi, quem gosta de linguíça, vão comer

---

<sup>51</sup> *Espinhel* é um aparelho de pesca que consiste numa corda comprida ao longo da qual são fixadas linhas munidas de anzóis. *Mundéu* é armadilha de caça.



linguiça... Pois é, são essas coisa, mas caça do mato ninguém come mais.

- E vocês caçavam onde?

- Lá mesmo na “roça” tinha muita caça...

- E onde era a roça de vocês?

- A roça do “barro” era pra lá [aponta com a mão], é longe, na beira do rio Doce, a terra era da família toda [...] Lá é barro purim, tem tudo lá [...] tem cacau, tem banana, tem mangueira, tudo tem lá, todo ano nós colhe cacau.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

- Eu fui criada com carne de porco do mato, carne de veado, peixe, nós foi criado foi com isso, não fomos criado em cima da beleza não, nós foi criado lutando no cabo da enxada para ajudar a nossa mãe.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 78 anos. Fonte: OCCA, 2017).

O quadro a seguir apresenta os animais que eram caçados antigamente na região da foz do rio Doce pelos moradores de Areal e Santa Maria, conforme as informações das oficinas e entrevistas realizadas pelo OCCA.

**Quadro 7: Relação de animais de caça dos quais a Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria se alimentava no passado.**

<b>Animais de Caça</b>	<b>Nome Científico</b>
Cágado	<i>Chelidae</i>
Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>
Gambá	<i>Didelphis</i>
Jaboti	<i>Chelonoidis</i>
Jacaré do Papo Amarelo	<i>Caiman latirostris</i>
Lagarto (Teiú)	<i>Tupinambis merianae</i>
Paca	<i>Cuniculus paca</i>
Preá	<i>Cavia aperea</i>
Tatu	<i>Dasypodidae</i>
Veado	<i>Mazama gouazoubira</i>

Fonte: Oficinas de Memória / Cartografia Social e entrevistas realizadas em 2015 - OCCA, 2017. Adaptação: Próprio autor.

Uma das moradoras entrevistadas faz um contundente relato sobre seu pai e sua relação com a caça no mato:

Meu pai vivia muito no mato, ele era índio, meu pai era. A minha vó Claudina falava pra mim assim: “Minha fia, Severo já vem” Quando ele vinha dos mato ,né. Aí mandava nós cair no mato catar lenha, né?! “Vão catar lenha, vão catar lenha” [...] Quando meu pai chegava, ele chegava com porco do mato agachado na carcunda e um saqueiro de carne nas costa. Ele salgava as caça que ele matava no mato, ele moqueava né, e trazia pra casa. Ele moqueava no mato, assava no

mato. Ele chegava com porco do mato e minha vó caía em cima pra sapecar né?! Aí meu pai ficava por ali, quando no outro dia, já se afundava nesse mundo veio de Deus e ninguém nem via. Minha vó contava que meu pai vivia nos mato.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

A fala desta anciã da comunidade, já falecida, revela a íntima relação entre o modo de vida indígena e as técnicas de preparo e conservação das carnes de caça. O ato de moquear a caça refere-se à técnica de assar os alimentos sobre uma grelha de madeira suspensa do chão. O processo de moquear e salgar a carne no próprio local de caça era feito para conservá-la por tempo suficiente, até o retorno à comunidade.

Segundo os relatos dos moradores, os animais de caça foram desaparecendo à medida que o corte da vegetação nativa para fazer carvão avançava na região. Outra questão que fez com que os moradores parassem de caçar com o tempo foi a maior presença de fiscalização do Ibama, a partir da década de 1990. Segundo os moradores, o Ibama criou dificuldades para a reprodução do modo de vida local: “Antigamente, a gente comia peixe, caça, né, do mato, agora tá proibido, né? [...] Naquela época, era mais fácil peixe e caça; hoje não podemos botar uma espingarda nas costas e matar um passarinho, porque o Ibama vem e prende” (Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 78 anos. Fonte: OCCA, 2017).

- Se cortar até uma vara numa mata dessa aqui, o Ibama vem em cima da gente. O Ibama é que resolve as coisa aqui, num deixa cortar nada, não. Não pode cortar nadinha, nadinha. O Ibama não deixa cortar um pé de capim, não deixa cortar um pé de mato, não. Hoje em dia, tá assim, antigamente ocê entrava e fazia roça e ninguém embargava, né? Tinha de tudo com fartura e ninguém proibia nada; já hoje ninguém pode fazer mais isso. É onde a gente sofrendo mais por conta de uma coisa dessa. A culpa mais são deles, dos graúdo lá de fora, a gente é fraco, num pode bater de frente com eles, né? Que que a gente vai fazer?

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Além da caça, os moradores também consumiam carne derivada dos animais que criavam próximo a suas moradias. Atualmente, os moradores ainda criam alguns animais como galinha e porco, mas em uma escala bem reduzida, pois de acordo com eles, não dá mais para criar os animais soltos como antigamente, pois tem vizinho que

não respeita. Durante a oficina de Cartografia Social e entrevistas, diferentes espécies foram sendo citadas. No Quadro 8 a seguir é apresentada uma relação dos mesmos:

**Quadro 8: Relação de animais de criação domesticados pela Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria.**

<b>Animais de Criação</b>	<b>Nome Científico</b>
Galinha	<i>Gallus Gallus domesticus</i>
Ganso	<i>Anser anser</i>
Pato	<i>Cairina Moschata</i>
Porco	<i>Sus scrofa domesticus</i>

Fonte: Oficinas de Memória / Cartografia Social e entrevistas realizadas em 2015 - OCCA, 2017. Adaptação: Próprio autor.

A respeito da pesca, os moradores de Areal e Santa Maria relataram que a prática era cotidiana, realizada em diferentes *habitats* e em localizações distintas. As lagoas, poças (valas), rio Preto e rio Doce são citados pelos moradores como as principais referências na prática da pesca:

- A gente pescava, até hoje a gente pesca, mas mudou bastante, diminuiu. Era Morobá, Tucunaré, Traira, Corró que eles fala, Acará grande... Cada chulapa que a gente pegava, tudo peixe grande que a gente pescava! Pegava muito, não precisava botar rede, não, a gente pescava de anzol mesmo, [...] hoje a gente pesca, mas é muito mais difícil, tá muito difícil pegar peixe de anzol [...] a gente pescava na beira do rio todinho, qualquer ponto que parava, pegava; aqui na lagoa também, lagoa do Areal.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 48 anos. Fonte: OCCA, 2017).

- De primeiro, nós pescava, pescava de rede, no rio Preto, pescava de rede de “zóinho” miudinho, nós pescava de rede.

- E pescava quais tipos de peixe?

- Ó, nós pescava Morobá, Traira, Jundiá, cada cepa de Jundiá!

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

No quadro a seguir, é apresentada a variedade de peixes que eram pescados pelos moradores nas lagoas, várzeas e rios.

**Quadro 9: Relação de peixes que eram pescados pela Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria.**

Peixes/ Pesca	Nome Científico
Acará	<i>Geophagus brasiliensis</i>
Agulha	<i>Strongylura marina</i>
Bagre Africano*	<i>Clarias gariepinus</i>
Cação	<i>Carcharhinus</i>
Camarão Pitu	<i>Macrobrachium carcinus</i>
Cambute (Tambuatá)	<i>Callichthys callichthys</i>
Corró	<i>Geophagus spp.</i>
Corvina	<i>Plagioscion squamosissimus</i>
Curimatã	<i>Prochilodus lineatus.</i>
Dourado	<i>Salminus maxillosus</i>
Jundiá	<i>Rhamdia quelen</i>
Lobó/Traíra	<i>Hoplias spp.</i>
Morobá	<i>Erythrinus unitoeniatus</i>
Piaba	<i>Leporinus obtusidens</i>
Piau	<i>Leporinus obtusidens</i>
Piranha*	<i>Serrasalmus nattereri.</i>
Robalo	<i>Centropomus undecimalis</i>
Tucunaré*	<i>Cichla spp</i>

(\*) Espécies exóticas, introduzidas na região.

Fonte: Oficinas de Memória / Cartografia Social e entrevistas realizadas em 2015 - OCCA, 2017. Adaptação: Próprio autor.

Durante a Oficina de Cartografia Social (OCCA, 2017), os moradores relataram que pescavam em todas as lagoas mapeadas; alguns moradores tinham maior costume de pescar no rio Doce e rio Preto, outros concentravam-se mais na lagoa do Areal. Na época das cheias do rio Doce, as áreas inundáveis formavam grandes várzeas conectadas às lagoas, que segundo os moradores, proporcionavam grande fartura de peixes:

- Quando o rio enchia e pegava as lagoas, os peixes ficavam presos na lagoa e ali iam se reproduzindo [...] Antigamente, você botava uma rede e esperava duas horas, ela tava lotada de peixe. Hoje você põe e não pega nem uma Piaba. Naquela época tinha fartura, hoje não tem fartura nenhuma.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria realizada em 05 de junho de 2015, quando possuía 60 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Com o tempo, as práticas da pesca foram se tornando cada vez mais difíceis, devido à escassez dos peixes. Um motivo que é bastante relatado deriva da implementação dos canais ou “valas” de drenagem do DNOS na região na década de 1960-70, que drenaram as áreas naturalmente alagadas e diminuiu consideravelmente o volume das lagoas.

- Passa uma vala grande lá no Bananal, perto da Ponte Nova, ali pra dentro é um “pastaral”, é pura vala [...] Aquela vala da Ponte Nova que saiu de Aracruz, ela é que puxou mais água, tinha muita vala nesses pântanos aí, que fazendeiros fizeram vala pra secar para botar pasto, né, abriram as valas e acabou o peixe todinho, as lagoas secaram [...] A Lagoa do Meio era um lagoão, mas secou e agora virou pasto; até o Rio Preto, que não secava, agora já fica um tempo seco.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 78 anos. Fonte: OCCA, 2017).

- Bananal do Sul era ali onde hoje é a Ponte Nova, aquilo ali era um pântano puro, hoje é tudo fazenda. [...] Quando eles abriram as valas, foi puxando as águas dos brejos e foi indo tudo pra um lugar só [...] Depois sumiram e começou a entrar os fazendeiros

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de outubro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

A vala da Ponte Nova a que os moradores se referem trata-se do Canal Caboclo Bernardo, que transpõe água do rio Doce para a empresa Aracruz Celulose (atual Suzano S/A). Com a chegada mais expressiva dos fazendeiros de gado na região a partir da década de 1970, as lagoas que eram utilizadas de forma coletiva passaram a ser privatizadas pelos donos das fazendas. Nos últimos anos, os moradores passaram a não ter mais autorização de acesso a maior parte delas, restando apenas o acesso à lagoa do Areal, que se localiza na própria comunidade. No entanto, os moradores relatam que a lagoa possui muito peixe Piranha, o que inviabiliza as práticas de lazer e banho.

Soma-se a isso a contaminação do rio Doce, rio Preto e lagoas do Areal e Boa Vista pelos rejeitos de mineração da Samarco, após 2015. Desta forma, a prática da pesca foi sendo impactada e impossibilitada com o passar dos anos, refletindo em um contínuo processo de desterritorialização junto dos *habitats* aos quais os moradores associavam-se para a reprodução do seu modo de vida tradicional, fato que contribuiu com a mudanças dos hábitos alimentares da população local, que hoje não consomem como antigamente os peixes pescados na região, por medo da contaminação.

### 5.3. ATIVIDADES AGRÍCOLAS, MORADIAS E MANEJO COMUM DE RECURSOS DA NATUREZA

Um diálogo particular da associação que a comunidade estabelecia com o meio natural é através dos cultivos de alimentos e o plantio de cacau sombreado na área de mata ciliar do rio Doce - conhecida regionalmente como Cabruca - um exemplo de manejo agroflorestal (OCCA, 2017).

**Figura 78: Plantação de Cacau sombreado na mata ciliar do rio Doce (Cabruca).**



Fotografia: Enzo Zanotti, 20 de setembro de 2015.

Através do cultivo e coleta do cacau, a comunidade estabelecia relações de comércio com fazendeiros e negociantes de Linhares; uma parcela reduzida da produção era consumida internamente e a outra era negociada para venda. O Cacau representava historicamente a principal fonte de renda dos moradores da comunidade. No entanto, em decorrência da infestação da *vassoura-de-bruxa* nas plantações e da contaminação dos pés de cacau pelos rejeitos de mineração da Samarco, a produção caiu significativamente.

O *habitat* onde encontra-se a *Cabruca* é também denominado de “barro” pelos moradores da comunidade, “barro” porque é solo de aluvião, formado pelas deposições de sedimentos do rio Doce. É nesse *habitat* de solo mais fértil, com maior riqueza de matéria orgânica e biodiversidade, que os moradores realizavam a maior parte de seus cultivos para alimentação, para além da mandioca que era plantada na *areia*, próximo às moradias e *quitungos*.

O plantio, colheita e processamento da mandioca eram feitos de forma coletiva entre os moradores. Os quitungos são caracterizados como um espaço de uso comum e compartilhado entre os familiares; neles eram preparados a farinha de mandioca e beiju, que são exemplos de técnicas de transformação do alimento, permeadas por saberes tradicionais e ancestralidade (OCCA, 2017).

Através das entrevistas realizadas em 2015 e 2020, percebe-se que o plantio de mandioca tinha centralidade na comunidade. A partir dela, se produzia farinha para o consumo interno, para a troca e para a venda, como aponta uma moradora: “Todo mundo vinha fazer farinha cá na casa de farinha, cá em casa, era ali aonde mora o Zé [...] Tinha vez que vendia, fazia 10, 15, 20 sacos de farinha e vendia. Aí tinha vez que não, nós fazia mais, era pra casa mesmo, né?” (Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 80 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Outras moradoras reforçam esta memória:

- Eu fiz muita tapioca, fazia beiju, aquele cesto de beiju, beiju de coco, até hoje eu lembro e me pergunto: será que não vai voltar mais, não? Agora a gente não tem mais lugar pra plantar mandioca, no meu quintal ali eu plantei muita mandioca, de tirar cada mandiocona, desse tamanho, grandona, cesto de mandioca, né? E agora não estou fazendo farinha mais, não.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 76 anos. Fonte: OCCA, 2017).

- Minha mãe, quando não tinha nada, negócio de farinha assim pra dar pra nós, ela tinha uns pedacinho de bananeira plantada para lá; ela ia lá, chegava pra lá, ela tirava um cacho de banana prata verde, pegava e cozinhava, socava no pilão e dava pra nós comer no lugar de farinha. [...] Tinha feijão, tinha arroz, tinha tudo, mas se não fosse a farinha pra nós, não tava bom.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de novembro de 2015, quando possuía 78 anos. Fonte: OCCA, 2017).

A comunidade utilizava três quitungos: um deles ficava localizado próximo à casa de Talma Barcelos em Santa Maria; outro ficava próximo à casa de Manoel Nobre Barcelos, em Areal; e um terceiro ficava próximo à Lagoa Redonda, local de moradias temporárias relacionadas à pesca, caça e plantios. Os moradores utilizavam os quitungos de forma coletiva, as técnicas e processos de produção são explicados pelos moradores:



- O quitungo era de roda, não tinha motor, não, fazia farinhada de roda ou de molinete. Tinha dois quitungos, um lá em cima no Talma e outro aqui no Manoel Nobre. Era de todo mundo, todo mundo fazia farinha, não tinha dono, antigamente ninguém ligava para isso, não, plantava mandioca, fazia farinha para vender, para se manter. [...] Vendia em Regência, por quanto que eu não sei, acho que era mixaria, pra poder comprar o sabão e o pó de café. Tinha uns que vendia em Povoação, uns levavam de canoa para Povoação e outros levavam de lombo de animal para Regência, era assim que fazia antigamente.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

- Aqui existia roça de mandioca e tinha casa de farinha também [...] tinha roda, molinete, o forno, tudo tinha, fazia farinha, beiju, tapioca, tudo isso.

- E como vocês faziam tapioca, farinha, qual era técnica?

- Ó nós fazia tapioca, nós relava a mandioca, tirava a goma e depois coava, aí no outro dia, tirava aquela água, botava outra, limpava ela bem limpinha e jogava a água fora, aí botava pra enxugar, pra fazer tapioca, fazia aquela seca, tapioca seca, dava um beiju mole assim [...] e de coco, era bom...

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Através do plantio e processamento da mandioca, os moradores conseguiam estabelecer relações de troca com outras comunidades vizinhas, como Povoação e Regência, e também garantir fonte de renda com a produção excedente. Outro morador também traz a memória da produção da farinha de mandioca nos quitungos:

- Tinha farinheira, meu pai tinha, minha mãe, tinha farinheira, era de roda, era puxando na mão. Tinha a roda que você puxava na mão e lá tinha um molinete com uma serra; aí serrava a mandioca e dava aquela massa, né; aí você botava no *tipiti* ou numa prensa pra secar. Quando secava, aí você peneirava que ficava só aquela farinha mesmo. Aí já tinha aqueles forno que eles fala, né; aí você jogava ali, com uma hora ou uma hora e meia, ela já tava torrada, já tava como farinha.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015, quando possuía 60 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Além da farinha de mandioca, uma variedade de tipos de beiju também era produzida nos quitungos, tal como o “Beiju de Goma na Palha de Banana”, lembrado por uma moradora:

- Fazia muito beiju para tomar café, muito beiju de goma, beiju de massa, beiju de goma na palha de banana. Relava o coco, depois fazia o beiju de goma na palha de banana, botava a palha de banana no

fogo para ela murchar, aí espalhava aquele beiju em cima e espalhava o leite de coco por cima assim, enrolava ele na palha de banana para depois você cortar os pedacinhos. Que delícia, eih! Beiju com leite de coco, beiju com coco, era muito bom, o pão da gente era esse aí, beiju. Hoje é biscoito, é pão, comprado, tudo comprado.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Como mencionado nos capítulos anteriores, a mandioca é um símbolo da alimentação tradicional indígena, configurando-se até a contemporaneidade como elemento central da alimentação de culturas com aspectos regionais. A mandioca e o peixe eram tidos como as principais referências na alimentação da comunidade, seguida por outros cultivos que eram plantados no *barro*. É importante destacar essa diferenciação geográfica que os moradores de Areal e Santa Maria fazem em relação à *areia* e ao *barro*: a areia é o local das moradias e plantio de mandioca, melancia e abóbora, enquanto o barro - solo mais fértil - é o local dos plantios de cacau, dos cultivos diversos, coleta de frutos, da caça e da retirada de argila para se construir moradias. O *barro* é onde ainda hoje se encontra a *Cabruca* - área de mata ciliar do rio Doce. Lá era um dos locais onde se plantava variedades de alimentos, e hoje prevalece o cultivo do cacau; entretanto, desde 2015, o *barro* (solo de aluvião do rio Doce), está diretamente impactado pela contaminação por rejeitos de mineração, provenientes do rompimento da barragem controlada pela Samarco (OCCA, 2017).

**Figura 79: Moradora caminhando na Cabruca e abrindo a trilha com facão.**



Fotografia: Thamirys Schneider, 20 de setembro de 2015.

Nos quadros a seguir, podemos observar a variedade de alimentos que os moradores de Areal e Santa Maria cultivavam e coletavam antigamente.

**Quadro 10: Relação de agricultura e cultivos produzidos pela Comunidade de Areal e Santa Maria no passado**

<b>Agricultura/ Cultivos</b>	<b>Nome Científico</b>	<b>Origem</b>
Abóbora	<i>Cucurbita sp.</i>	Américas
Aipim Cacau	<i>Manihot esculenta</i>	Brasil
Aipim Rosa	<i>Manihot esculenta</i>	Brasil
Arroz	<i>Oryza sativa</i>	Ásia
Batata	<i>Solanum tuberosum</i>	Andes Americanos
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Amazônia
Cana-de-Açúcar	<i>Saccharum officinarum</i>	Índia e Sudeste Asiático
Fava	<i>Vicia faba</i>	África/Ásia
Feijão de Corda	<i>Vigna unguiculata</i>	África
Feijão Guandu	<i>Cajanus cajan L. Millsp</i>	África
Mandioca Doce (para Beiju)	<i>Manihot esculenta</i>	Brasil
Mandioca Prato Cheio	<i>Manihot esculenta</i>	Brasil
Mandioca Pretinha Rosa. (para Farinha)	<i>Manihot esculenta</i>	Brasil
Mandioca Roxa (Mandioca “Brava”, Água de Massa)	<i>Manihot esculenta</i>	Brasil
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>	África
Melancia	<i>Citrullus vulgaris</i>	África
Milho	<i>Zea mays</i>	Centro-americana

Fonte: Oficinas de Memória / Cartografia Social e entrevistas realizadas em 2015 - OCCA, 2017.  
Adaptação: Próprio autor.

**Quadro 11: Relação de frutas coletadas pela Comunidade de Areal e Santa Maria**

<b>Coleta/ Frutas</b>	<b>Nome Científico</b>	<b>Origem</b>
Abacate	<i>Persea americana</i>	América Central
Acerola	<i>Malpighia glabra</i>	ilhas do Caribe e das Américas Central e do Sul
Banana	<i>Musa spp.</i>	Sudoeste Asiático
Batinga	<i>Eugenia durissima</i>	América do Sul
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	centro-americana
Coco	<i>Cocos nucifera</i>	Asiática
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	América tropical
Graviola	<i>Annona muricata</i>	América tropical
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	Asiática
Limão	<i>Citrus limon</i>	Asiática
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Indiana
Mexerica	<i>Citrus reticulata</i>	Asiática
Tucum	<i>Bactris setosa</i>	Brasil

Fonte: Oficinas de Memória / Cartografia Social e entrevistas realizadas em 2015 - OCCA, 2017.  
Adaptação: Próprio autor.

No que se refere ao perfil de moradia, os moradores encontram-se hoje mais territorializados na área que corresponde à Comunidade de Areal e Santa Maria. Eles relatam que antigamente, existiam várias moradias fixas e temporárias próximas às lagoas e outros locais de obtenção e alimento ao longo do território; porém, com a

expropriação e privatização das terras por fazendeiros e pela Petrobras, as moradias passaram a se concentrar exclusivamente em Areal e Santa Maria, nas parcelas de terra requeridas pelos irmãos Talma e Manoel, ancestrais diretos da comunidade.

As moradias, antigamente, eram feitas de estuque - estrutura de treliças de madeira amarrada com cipó e preenchidas com barro - e algumas, principalmente as temporárias, de palha de sapê. O barro era retirado próximo ao rio Preto e rio Doce. Com o passar dos anos, as casas de estuque foram gradativamente sendo substituídas pelas de alvenaria e madeira. Atualmente, a maior parte das casas é de alvenaria, feitas de tijolos e cimento.

O modo de vida tradicional de Areal e Santa Maria é pautado pela relação com as dinâmicas da natureza, através do vínculo a diferentes *habitats* com formas e funções específicas. Através das lagoas, os moradores se associavam com o *meio*: pescando; caçando; plantando, coletando tucum para a fabricação de esteiras; lavando roupas e utensílios; se banhando; coletando água para o consumo e construindo moradias temporárias próximo às fontes de alimentação. O *barro* (área menor) é o *habitat* onde os moradores se conectam mais ao solo e à mata, em associações relacionadas ao plantio de cacau na Cabruca; à alimentação (cultivos e caça); coleta de plantas medicinais e de materiais para a construção de moradias (argila e madeira). Já a *areia* (área maior) é o *habitat* de maior fixação e enraizamento, onde os moradores estabelecem uma referência histórica de moradia; plantios de mandioca; abóbora e melancia; criação de animais, produção coletiva de farinha e beiju nos quitungos; festejos e outras associações coletivas. Desta maneira, a concepção de *território* e *territorialidade* em Areal e Santa Maria vai para além da noção de um lugar simplesmente habitado; se alinha com a ideia de relação social de apropriação do espaço em diferentes dimensões, tanto política, econômica, material, cultural como simbólica, estabelecendo redes de conexões entre atores sociais, *meio*, alimentação, moradia, trabalho, cultura e identidade a um *espaço comum*, a *terra tradicionalmente ocupada* (HAESBAERT, 2004a; DIEGUES, 2001; ALMEIDA, 2004).

#### 5.4. PLANTAS MEDICINAIS, SAÚDE, RELIGIOSIDADE E FESTEJOS

A relação entre saúde e práticas curativas na comunidade de Areal no passado remete à identidade, aos conhecimentos tradicionais junto à mata e sua

biodiversidade. Em entrevista realizada com moradoras mais antigas, perguntamos a elas como se fazia antigamente quando alguém adoecia:

- Qualquer coisa que a pessoa ficava meio lá e meio cá, não tinha pra onde ir, mas sabe pra onde que nós corria? Pro mato pegar remédio, pra fazer o remédio pra aquela pessoa poder tomar, Deus ajudava e ela levantava. [...] Eu sei os remédios tudinho, tá tudo aqui na minha mente, eu vou dizer em, olha: [...] Coentro do Maranhão é remédio, Salsa da Praia é remédio, Urucum é remédio. Cê já pensou, se ficar gripado e fazer um xarope de Hortelã Grande, Coentro do Maranhão, de Salsa da Praia e Jenipapo...fazia aquele xarope, mel de abeia, juntava aquilo tudo e fazia aquele xarope grosso e dava pra aquela pessoa tomar. Ensinava também o banho de remédio para desaparecer a febre, era: Sabugueira e Samambaia que era remédio de febre, pode fazer aquele banho e tomar o chá.

- E posto de saúde, vocês frequentavam?

- Tinha não, agora que tem em Regência, antigamente os moradores faziam remédio de mato, não existia posto de saúde, não.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

- Antigamente qual era o remédio de vocês?

- O remédio era remédio de mato, quando uma criança tinha coceira, uma micose assim, tinha um mato que a gente conzinhava, fazia banho de Carobinha, era muito bom, a criança sara na hora aquela coceira, o remédio era aquele.

- E onde é que vocês tiravam esses remédios?

- Era por aqui mesmo, na mata, naquela época tinha muita mata ainda, né?! [...]

- E chá, vocês tomavam também?

- Chá de Laranja, chá de Cidreira que até hoje nós bebe, né?! A cidreira, ela é medicina e ela é boa, é calmante. Tem o boldo também, ele é pra dor de barriga, né. E o remédio é esse e eu não deixo de plantar não esses remédios, de jeito nenhum.

- E hoje em dia, como que é?

- Hoje em dia, nós tem que comprar na farmácia. E tá caro o remédio na farmácia eihn!

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 76 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Através dos relatos, fica clara a relação entre saberes ancestrais, saúde e territorialidade. Um exemplo de sabedoria enraizada no território, onde destacam-se o conhecimento sobre a cura através das plantas, as técnicas de preparo e os locais onde encontrar os remédios (OCCA, 2017). No quadro a seguir, pode se observar a

sistematização das principais plantas medicinais utilizadas em práticas curativas e tratamento de enfermidades na comunidade.

**Quadro 12: Relação de Plantas Medicinais utilizadas pela Comunidade de Areal e Santa Maria em práticas de cura**

<b>Plantas Medicinais</b>	<b>Nome científico</b>
Almescla	<i>Protium Heptaphyllum</i>
Arnica	<i>Arnica montana</i>
Aroeira	<i>Schinus terebenthifolia</i>
Boldo	<i>Coleus barbatus</i>
Carobinha	<i>Jacaranda decurrens</i>
Cidreira	<i>Melissa officinali / Cymbopogon citratus</i>
Cipó Cravo	<i>Tynanthus elegans Miers</i>
Coentro do Maranhão	<i>Eryngium coronatum</i>
Flor de Mamão Macho	<i>Carica papaya</i>
Folha de Algodão	<i>Gossypium hirsutum</i>
Folha de Laranja Cravo	<i>Citrus nobilis lour</i>
Guaimbê	<i>Philodendron bipinnatifidum Schott</i>
Jenipapo	<i>Genipa americana L.</i>
Limão Miúdo	<i>Citrus Limonium.</i>
Macambira	<i>Bromelia laciniosa</i>
Milome	<i>Aristolochia triangularis</i>
Ponta-Livre	<i>Achillea millefolium</i>
Saião	<i>Bryophyllum calycinum, Kalanchoe pinnata Lam.</i>
Salsa da Praia	<i>Ipomea pes-caprae</i>
Urucum	<i>Bixa orellana L.</i>

Fonte: Oficina de Memória/ entrevistas realizadas em 2015 - OCCA, 2017. Adaptação: Próprio autor.

Nos anos mais recentes, os moradores observam que houve aumento no uso de medicamentos alopáticos na comunidade para tratamento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, complicações cardiovasculares. Os remédios comprados em farmácia foram sendo adotados com maior frequência e tornando-se referência, em comparação aos caseiros. Porém, ainda é comum o uso de chás, xaropes e banhos de ervas entre os moradores. Sobre as diferenças no acesso à saúde no passado e no presente, um morador comenta:

- Hoje tem médico em Regência, tem agente de saúde que vem visitar as famílias, né? Antigamente, a gente não ficava doente não, cara, não sei porquê, se a gente adoecesse, pegava remédio de raiz, a gente arrumava raiz e as avó da gente dava um chá daquilo ali, que a gente ficava bom; as avós era benzedeira, benzia a gente. Às vezes, ficava um com a barriga inchada, os menino baqueava, benzia a gente e a gente ficava bom. Eu vou falar a verdade: a primeira vez que eu passei no médico, foi com 22 anos de idade.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015. Atualmente é falecido. Fonte: OCCA, 2017).

Os relatos acima demonstram como o conhecimento tradicional está associado com a espiritualidade, saúde e religiosidade. O uso de plantas medicinais para a cura e prevenção de doenças se configura enquanto um saber tradicional que é transmitido por gerações via oralidade, de modo que quem detêm e carrega estes conhecimentos são principalmente as mulheres (GUSMÃO, 1995). Ao longo das entrevistas realizadas, diversas mulheres foram referenciadas como benzedeadas e parteiras. Sobre este tema, surgiram os seguintes relatos:

- Havia benzedeadas antigamente?

- Havia, a benzedeadas que benze sempre aqui sou eu, benzo aqui e em Regência, [...] eu sou benzedeadas, eu benzo, eu graças a Deus sou uma pessoa que sei conversar, sei entrar e sei sair.

- E a senhora também já fez partos?

- Vixi maria, se contar, eu acho que tenho 190 crianças que eu segurei. [...] É, cento e tantas criança, tanto de Regência, como Vila do Riacho, ai ai, toda parte segurei. E vou dizer, hein, segurei coisa de duas criança [gêmeos] que hoje em dia tão tudo homem formado...

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

- Eu era parteira, segurava criança [...] Sabe quando uma mulher tava assim pra ganhar menino, sabe o que é que nós fazia? Panhava folha de algodão, botava no fogo, conzinhava aquele banho de algodão e dava, era rapidinho, dava o banho da cintura pra baixo, dava mais força, o neném nascia mais rápido, rapidinho já tava ganhando filho. Mas hoje em dia, eu não vejo ninguém mais fazer isso, a mulher tá sentindo que vai ganhar criança, não cuida pra tomar nenhum remédio não, corre logo pro hospital. Eu falo: Deus te acompanhe, Deus te dá um bom parto, assim que eu falo. Mas antigamente era assim, tinha que fazer o banho de mato, né?! O Algodão é um santo remédio.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 76 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Naquela época, tinha-se como costume enterrar embaixo dos pés de árvores a placenta e o cordão umbilical das crianças recém nascidas – como ainda é típico em outras comunidades indígenas e tradicionais. De acordo com os moradores:

- Antigamente, os partos eram tudo dentro de casa, aqui. Eu mesmo, minha vó que ganhou eu, meu umbigo tá enterrado por aqui, não sei aonde, mas tá por aqui, tá entendendo? Porque eu nasci aqui, tá enterrado por aí meu umbigo

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015. Atualmente é falecido. Fonte: OCCA, 2017).

- Hoje tem ambulância para levar a mulher grávida pra Linhares. Eu não, eu ganhei meus 8 filhos tudo em casa. Minha mãe que fez meus



partos. [...] Os umbigos dos meus filhos estão enterrados ali no quintal da minha mãe

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 55 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Os entrevistados se mostraram orgulhosos ao falarem que seus umbigos foram enterrados onde nasceram e ainda vivem. Esse ritual simboliza uma relação de afeto e pertencimento com o lugar e com a terra. Entre o povo indígena Kaingang, no Paraná, também pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê assim como os Botocudos (*Borum*), essa prática também é comum. Tem-se como costume, após o nascimento, enterrar aos pés de uma grande árvore a placenta e o cordão umbilical do recém-nascido, junto a remédios de mato. Esse ritual está aliado também à espiritualidade, pois acredita-se que traz saúde e força para o recém-nascido (MOLITERNO et al., 2013). Atualmente, todos os partos das moradoras de Areal e Santa Maria são feitos no Hospital Geral de Linhares (OCCA, 2017).

Em relação à morte e seus rituais, antigamente os falecidos eram enterrados em Regência ou Povoação, as localidades mais próximas que possuíam cemitério. Na própria comunidade os moradores construía o caixão de tábua, o forravam de pano e posteriormente, o carregavam nas costas por uma trilha na mata até a vila de Regência, ou de canoa até Povoação, para realizar o enterro. Durante o transporte do caixão, as pessoas caminhavam em silêncio, e na chegada ao cemitério, os presentes realizavam ladainhas e velavam o corpo, bebendo cachaça. Atualmente, os corpos são velados em Regência, e o caixão e o transporte são cedidos pela Prefeitura de Linhares (ES) (OCCA, 2017).

No aspecto da religiosidade, antigamente o catolicismo era a principal referência entre os moradores da comunidade, e atualmente, observa-se uma maior relação com a religião evangélica. Localizada próxima à lagoa do Areal, a igreja evangélica Assembleia de Deus, é a única da comunidade.

A religiosidade é um elemento central na realização das festas tradicionais da região. Os moradores de Areal têm o costume de ir à Regência quando ocorrem as festas de São Benedito, Santa Catarina e Caboclo Bernardo. Internamente, os moradores realizam festas de São João, São Pedro, Dia das Crianças, Natal e Ano Novo; além do forró nos finais de semana, que não se alinha diretamente com a perspectiva religiosa. Antigamente, na época em que Talma Barcelos era vivo, era

comum que uma vez a cada ano, Areal recebesse grupos de Reis de Boi e Congo - de Regência; Povoação e São Mateus. Ao perguntar a uma entrevistada a relação entre a religiosidade e os festejos, ela respondeu:

- Antigamente a religião era outra né? Era dois tambor e dois... esse bicho que faz “reco-reco” assim. A Casaca.

- E qual era o nome das festas?

- Era festa de São Benedito e Santa Catarina, e agora a festa é de congo com Caboclo Bernardo, agora no dia 05 de Junho é festa de Caboclo Bernardo.

- E Era aonde essas festas?

- É em Regência.

- E em Areal existia alguma festa também?

- Em Areal só fazia só aquelas fogueira, dia 1º e festa de Forró [...] Festa pra comemorar a São João, [...] era festa religiosa também, era festa de São João, Natal e primeiro de janeiro. E Folia de Reis que apareceu aqui uma vez. [...] Festa de São Benedito e Santa Catarina era em novembro, em Regência. [...] Nas festa de São João, nós fazia fogueira e fazia ladainha.

- E ladainha seria o que?

- Ladainha é rezar, né, meu filho.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 09 de maio de 2015, quando possuía 75 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

A Casaca, citada pela moradora, é um instrumento típico do Congo capixaba. As bandas de Congo se apresentam em festas de santos, em procissões e cânticos em devoção a São Benedito, São Sebastião, São Pedro, Santa Catarina, Nossa Senhora da Penha, entre outros. Congo, ou banda de Congo, é uma expressão da cultura popular capixaba e deriva do contato das tradições culturais indígenas e afrobrasileiras. Existem no Espírito Santo aproximadamente 70 bandas de congo, que se apresentam principalmente em festas religiosas em homenagem aos santos protetores. Em cortejos, as bandas cantam guiadas pelo som percussivo da casaca, tambores, cuíca, chocalhos, ferrinho, caixa e apito. Suas apresentações são marcadas pela ancestralidade, reverência aos antigos mestres, religiosidade, vida comunitária e divertimento. Atualmente, são compostas por homens e mulheres e apresentam perfil multiétnico, com casos de forte identidade étnica quilombola e indígena. As bandas de Congo foram reconhecidas pelo Conselho Estadual de Cultura como o primeiro bem cultural imaterial do Espírito Santo (ATLAS DO FOLCLORE CAPIXABA, 2009).

Além das festas de santo, os moradores de Areal organizavam bailes e participavam de brincadeiras de carnaval. Ao perguntar a outra moradora como eram as festas antigamente, ela relatou:

- Se eu te contar as festas, rapaz... Eu já brinquei muito carnaval hein... (risos) o último carnaval que eu brinquei foi aqui em Santa Maria, carnaval de tocar Forró. [...] Eu comecei a brincar no carnaval de 58, é carnaval maravilhoso hein! Naquela época, fazia prazer, era tudo fantasiado, as fantasia tudo de guizo (pequeno sino de enfeite). [...] Era dois bloco, era o Sorriso e o Valete, o Valete é verde e amarelo e o Sorriso, azul e branco.

- Era daqui mesmo?

- Era em Regência, nós brincava em Regência, era maravilhoso, o pessoal mais velho que nós brinquemo tudo junto, a metade nem existe mais.

- Existia outras festas além do carnaval?

- Era festa de Santa Catarina, São Benedito, tinha baile também. Aqui no Areal tinha baile.

- Como eram os bailes?

- Era dia de sábado final, de mês. O finado Talma fazia *digitório*, né. [...] *Digitório* é mutirão, chamava uma purção de gente, aí a gente ia e plantava mandioca e aí ia todo mundo pra roça.

- E as pessoas vinham de onde para fazer o *digitório*?

- Comboios, pessoal ia daqui para os Comboios também, dançava lá, de lá vinha pra cá.

- Qual a relação que você tinham com outras comunidades, tinha outras comunidades que vocês visitavam?

- Só o Comboios mesmo. Comboios é aldeia de índio. O Toninho já teve aqui também, ele é lá da aldeia.

- E o Toninho é o que da senhora?

- Ele é meu irmão, ele é cacique lá.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 10 de maio de 2015, quando possuía 76 anos. Fonte: OCCA, 2017).

Destaca-se nesse relato a relação entre as festas, o plantio de alimentos, o trabalho coletivo e as relações sociais com outras comunidades, através do vínculo da identidade e parentesco. O *digitório* remete ao trabalho em conjunto na roça de uma pessoa, envolvendo a reunião de vizinhos e parentes para ajudar no preparo da terra e plantio na roça comum ou de uma pessoa específica. O *digitório* pode também ser feito para construção de casas e outros trabalhos comunitários. A utilização da expressão *digitório* também é comum nas comunidades Tupinikim de Aracruz. Em

outras comunidades pelo Brasil, são também utilizadas as expressões *dimão* e *ajuntamento*.

A expressão *digitório* aparece também em outra entrevista; no relato, a prática comunitária do trabalho nas plantações da mandioca se alinha com a perspectiva da comensalidade:

- Ai fazia *digitório* quando eles botavam um quadro de mata pra derrubar, aí eles chamavam as pessoa pra fazer digitório - “ó, tal dia tem um digitório!” – aí juntou aquele monte de gente pra ir plantar mandioca, mandiba que eles chama, sabe? Buscava duas, três carga de mandiba nas roça dos pessoal por aí e saía pra plantar; aí nós caía plantando mandiba, né? Aí nós matava um porco - “Vou matar um porco hoje, pra nós fazer um digitório” Matava aquele porco pra gente comer, né?! Aquela mesona assim e todo mundo sentava ali pra almoçar, né?! E a comida nossa era carne de porco, peixe de lagoa, né, caça do mato, isso aí que a gente vivia aqui.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

A partir dos relatos, as relações entre trabalho comunitário, festejos e comensalidade vão brotando nas falas. O alimento é permeado por meio dessa relação de trabalho e festa. O objetivo do *digitório* é o de ajudar um parente, um parceiro(a) na roça, ou alguém da comunidade que esteja incapacitado de trabalhar. O foco, neste caso específico do relato, é o plantio da mandioca, alimento fundamental para a dieta da população local e também utilizada como mercadoria de troca e venda em outras comunidades. Ao fim da atividade, celebra-se o trabalho e compartilha-se alimentos e bebidas em festa. Percebe-se que as categorias *trabalho* e *festa* estão imbricadas nesta relação, permeada sempre por algum alimento. O porco, por exemplo, recebe lugar de destaque nesse ritual: “vou matar um porco pra nós fazer um digitório”. Desta forma, o *digitório* é percebido internamente como um evento especial que merece ser regado à fartura e celebração.

A partilha do alimento, o ato de comer conjuntamente também é significativo nesta relação, pois fortalece os vínculos sociais entre comunitários e cria espaços para trocas afetivas no âmbito simbólico e material (CANESQUI; GARCIA, 2005). Assim como as festas que ocorrem como consequência deste ritual, tradicional em comunidades indígenas e rurais.

## 5.5. NARRATIVAS MÍTICAS, ENCANTAMENTOS E DESENCANTAMENTOS DO MUNDO

Os mitos e encantos fazem parte do imaginário social na comunidade de Areal e Santa Maria e estão articulados com os ambientes das lagoas do território. Além do alimento e da moradia, as lagoas eram lugar de morada dos mitos e encantados. Uma das anciãs entrevistadas conta histórias sobre alguns dos encantos presentes na região antigamente, tais como: a “Bola de Fogo”, conhecida em outras regiões como “Mãe do Ouro”; o “Vaqueiro de Branco”; o “Passarinho com corrente”; e o “Caboclinho D’água”. Sobre esse último, ela descreve com detalhes:

- Esse Areal, pra quem conheceu ele da maneira que ele era, tem muita história pra contar. [...] Tinha o tal do Caboclo D’água aqui também, ele era pretinho, esse aí eu cansei de ver. A gente ficava na beira da lagoa e ele boiava lá fora. Antes era uma lagoa bonita, [Lagoa do Areal], mas hoje ela já tá maltratada já, né. Então eles boiava ali no porto e saía nadando por cima d’água, dois, tinha vez que aparecia três. Aí ficavam olhando para gente assim e batendo a mão na boca assim: bobobobobo... aqueles bichinho pretinho assim, pulando assim, pa, pa, pa... pulando em cima d’água e brincando um com o outro na água, a gente cansou de ver ali. Agora, depois que a Petrobrás começou a entrar aí soltando bomba, eu acho que eles ficaram com medo, ou matou os bichinho ou eles saíram pra algum canto, né? Porque nunca mais ninguém viu, nunca mais apareceu. [...] Depois que a Petrobrás começou a entrar aqui e começou botando bomba aí nessas mata toda aí, botando bomba pra achar o petróleo, né, e as caça também afugentou acho que foi por isso também, né, muita bomba e os bichinho foram embora. Esses Caboclinho D’água, acho que sumiram por causa disso também, eles soltavam bomba dentro da lagoa. [...] Quem dera hoje encontrar um caboclinho lá, muito charmoso ele, muito charmoso...

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

O relato da moradora é envolvido por sentimentos e memórias, o que remete aos aspectos simbólicos e afetivos na relação com o território e com os mitos associados. Ela traz, com um rico nível de detalhes, as histórias sobre os encantos da região e como eles eram presentes no contexto cotidiano da comunidade. O relato sobre o Caboclinho D’água nos remete ao aspecto da identidade indígena, pela forma e semelhança como ela o descreve e sobre o aspecto da relação com as lagoas, bastante particular ao modo de vida indígena local. De acordo com Diegues (2008)

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também se constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico [...] Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio. [...] O imaginário popular dos povos da floresta, rios e lagos brasileiros está repleto de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (caipora/curupira, Mãe da Mata, Boitatá); os que maltratam os animais da mata (Anhangá); os que matam os animais em época de reprodução (Tapiora); os que pescam mais que o necessário (Mãe d'Água) (Câmara Cascudo, 1972) (p. 86-87).

O relato sobre a “*Bola de Fogo*” é permeado por conexões com a riqueza do *meio* e seus “recursos”. De acordo com a moradora entrevistada:

- Uma vez eu tava no porto ali da minha vó (referência à lagoa do Areal), eu era pequena, mas eu me lembro direitinho. Aí eu tô na beira do porto, assim, aí eu vi uma bola de fogo sair do porto do gado ali, desse porto que eu tô falando, beirando a lagoa, beirando a lagoa; quando chegou lá do lado, ela caiu assim, na beirinha da água. Quando caiu assim, meu fio de Deus, ó! Aquela tóchona, aquilo clareou tudinho assim, a água ficou cheia de ouro, tudo brilhou, brilhou. [...] passava assim por cima da água, clareando a água e caía lá do outro lado da lagoa. Aqui tudo isso tinha (referindo-se aos encantados).

- Vocês chamavam essa bola de fogo de algum nome?

- Não, a gente não sabia o que que era, né...

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Essa narrativa sobre o encanto da bola de fogo também é relatada em outras comunidades rurais pelo Brasil, recebendo o nome de “Mãe do Ouro”. Câmara Cascudo relata em seu livro **Geografia dos Mitos Brasileiros ([1947] 2012)** que os mitos presentes em Minas Gerais, por exemplo, são de tradição e maior influência indígena e europeia. Comenta que as expedições bandeirantes levaram consigo essa carga mitológica, que se misturou com os trabalhos na mineração. Dessa forma, afirma que o ciclo do ouro se confundiu com os mitos do fogo.

A Mãe do Ouro, mito com referência nos estados do sul do Brasil, São Paulo e Minas Gerais, estabelece uma relação direta entre o ouro e o fogo. No Paraná, o mito possui figura humana, uma mulher sem cabeça, com influências Tupi-Guarani. Em São Paulo, o mito infiltra-se no ciclo das mães d'água. A Mãe do Ouro, nesta região, reside numa gruta próximo a um rio, rodeada de peixes e atravessa os ares num cortejo de luzes vivas. Cascudo afirma que Mãe do Ouro tem uma finalidade protetiva na convergência dos mitos oriundos da memória coletiva. Em Minas Gerais, sua forma é uma serpente, uma cobra de fogo. A Mãe do Ouro tem a função de guardar as minas de ouro, e onde ela aparece, é sinal cabal que ali naquele solo existe ouro. “Quando a estrela corre e desaparece no além, [...] para quebrar o encanto, o feliz que a encontrar, se souber, cortará o seu dedo e com coragem deixará cair sobre ela um sangue virgem” (CÂMARA CASCUDO, [1947] 2012, p. 266).

A moradora entrevistada relata que os encantos da “Bola de Fogo”, Vaqueiro de Branco” “Passarinho com corrente” apareciam para indicar as riquezas que existiam no Areal. Nesta convergência, ela faz uma associação entre o ouro e o petróleo, dizendo que a Petrobrás foi mais esperta que eles, pois realizou estudos na região e tomou conta do petróleo, quebrando os encantos e se aproveitando das riquezas da terra. Em relato bastante semelhante ao ofertado por Câmara Cascudo ([1947] 2012), ela conta que para quebrar os encantos e usufruir das riquezas apontadas pelos encantamentos, era preciso cortar o dedo e deixar pingar sangue sobre o encanto. Sobre o encanto do vaqueiro, ela descreve:

- Quando eu me entendia como gente, morava um tio meu aqui do lado, a gente dormia no sótão, o colchão era esteira [...] Tinha um encanto aqui, vinha daqui do nativo, tinha vez que a gente estava dormindo e vinha aquele vaqueiro todo de branco, dois vaqueiros, cavalo branco e os bois tudo branco. Ali chama Porto do Gado, aí o homem campeava o gado e ia tudo na beira da lagoa beber água e depois deitava no terreiro [...] O gado remoendo comendo, comendo, ali estava a riqueza e ninguém sabia de nada, a riqueza estava na mão da gente e a gente sem saber, né? [...] Quando dava meia noite, eles pegavam e iam embora, quando chegava no outro dia, não tinha nem um rastro de boi [...] Esse gado vinha do nativo, é o lugar ocupado pelo fazendeiro hoje, Fazenda Progresso, Parajú...[...] Era só cortar o dedo e jogar o sangue em cima que o encanto era desfeito na hora, era a riqueza, o petróleo, e ninguém sabia de nada.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).



Essas memórias relatadas sobre os mitos populares e encantamentos na região demonstra a força da oralidade na transmissão de saberes ancestrais, fazendo viver a memória coletiva de simbologias ligadas à natureza e o território vivido. Em relação aos motivos do desaparecimento dos encantos, ela afirma que eles sumiram depois da Petrobras começar a soltar bombas para procurar o petróleo na região. Nesse sentido, a chegada dos empreendimentos desenvolvimentistas na região não promoveu só modificações na paisagem e a inacessibilidade dos moradores a alguns locais; promoveu também uma desterritorialização dos encantos e de sua dimensão simbólica aos moradores da comunidade. A anciã entrevistada conclui:

- Eu acho que quando eles (encantos) tava aqui, é porque aqui eles era feliz, né, ninguém aborrecia eles, ninguém perturbava eles, né, e tinha como viver aqui. Mas depois que abriram isso e começaram a mexer, eles ficaram com medo e eles se afastou, né. Acho que é isso aí, eles gostava de vir aqui, por aqui eu acho que era o lugar deles mesmo...

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria realizada em 14 de novembro de 2015, quando possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Percebemos através dos relatos, outras dimensões de pertencimento e relação com o território, dimensões essas que permitem a reverberação do campo da identidade, do vínculo afetivo e simbólico com o espaço de morada dos encantamentos, vivos na memória coletiva popular.

## 6. O MODO DE VIDA TRADICIONAL EM “XEQUE” E A MUDANÇA DOS HÁBITOS ALIMENTARES NA COMUNIDADE INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA (LINHARES-ES)

Neste capítulo, abordaremos as transformações dos hábitos alimentares da Comunidade de Areal e Santa Maria no contexto de sua relação com o mundo contemporâneo, referenciado no histórico dos impactos territoriais sofridos. Após a caracterização do modo de vida tradicional e da dieta alimentar da Comunidade de Areal e Santa Maria no passado, buscaremos aqui fazer uma discussão sobre a situação atual da comunidade, estabelecendo paralelos entre os hábitos alimentares dessa comunidade e os deslocamentos territoriais na sua relação com as escalas global e local.

### 6.1. MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES E DESLOCAMENTOS TERRITORIAIS EM AREAL E SANTA MARIA (LINHARES-ES)

Por um certo período, a alimentação da população de Areal era suprida pela sua própria relação com o meio, circunscrito à escala local, referenciado no modo de vida tradicional, na relação com o território ancestral. Como apresentado no capítulo anterior, os regimes alimentares (SORRE, 2018 [1951]) da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria eram compostos principalmente pela mandioca, peixes, carnes de caça e de animais de criação (porco, galinha); arroz, feijão (guandu, de corda e fava); cultivos variados de hortaliças/verduras e frutas. Os alimentos de origem vegetal eram cultivados em diferentes locais, no próprio território tradicional, assim como o acesso aos peixes e carnes de caça. Desta forma, a obtenção e acesso aos alimentos que compunham a sua dieta alimentar era determinada a uma escala local/ reduzida, de modo que os moradores participavam diretamente de todas as etapas e processos relativos à alimentação, desde o plantio, a coleta, pesca, caça e, enfim, o preparo e consumo.

Os hábitos alimentares de Areal e Santa Maria se fundam nas referências tradicionais do modo de vida indígena e também se entrecruzam a partir da *fricção interétnica* entre povos indígenas, portugueses e de matriz africana. Ao longo do trabalho de pesquisa junto aos moradores, foram citados diferentes preparos

culinários que derivam deste “caldeirão” étnico-cultural, como a moqueca, feijoada, galinhada, ente outros.

Os regimes de alimentação da comunidade foram sendo transformados ao longo do tempo e a alteração deriva de diferentes processos. Destacamos inicialmente como os impactos socioterritoriais na foz do rio Doce provocaram deslocamentos e transformações no modo de vida e na alimentação dos membros da Comunidade de Areal e Santa Maria.

No Quadro 13, a seguir, buscamos sistematizar essas informações no espaço e no tempo, através de uma linha geo-histórica dos impactos socioterritoriais e suas consequências sobre a alimentação tradicional de Areal e Santa Maria.

**Quadro 13: Sistematização geo-histórica dos impactos de atores territoriais da foz do rio Doce sobre a alimentação tradicional da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria (Linhares-ES)**

LINHA GEO-HISTÓRICA						
Séc XVI - XX	1910	1960	1970	1980	2000	2015
<i>Fricção Interétnica</i> ; políticas de <b>exterminio e aldeamento</b> das populações <b>Indígenas Tupinikim e “Botocudo” (Borum)</b>	<b>Desmatamento</b> da floresta nativa de Linhares (ES) para venda de <b>madeira</b> e produção de <b>carvão</b>	Implementação dos <b>canais de drenagem do DNOS</b> nas áreas alagadas da foz do rio Doce e ocupação desta região por <b>fazendas de gado</b>	Chegada da <b>Petrobrás</b> e exploração de <b>petróleo e gás</b> na região da foz do rio Doce	Criação da <b>REBIO</b> de Comboios, instalação do <b>Projeto Tamar</b> e atuação do <b>IBAMA</b> na região da foz do rio Doce	Abertura do <b>Canal Caboclo Bernardo</b> e captação de água do rio Doce pela <b>Aracruz Celulose</b>	<b>Contaminação</b> do rio Doce e lagoas por <b>rejeitos de mineração da Samarco (Vale/BHP)</b>
IMPACTOS NA ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL						
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contato com variedade de plantas, frutas e animais exóticos</li> <li>- Fricções interétnicas e misturas culturais referentes à alimentação</li> <li>- Novas receitas/ técnicas/ ingredientes</li> <li>- Alcoolismo entre os indígenas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição da biodiversidade</li> <li>- Diminuição da caça</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da oferta de peixes</li> <li>- Assoreamento das lagoas</li> <li>- Proibição do acesso às lagoas localizadas dentro de fazendas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da oferta de caça</li> <li>- Contaminação do solo/ lençol freático</li> <li>- Construção de estradas e maior contato com o modo de vida urbano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proibição da caça</li> <li>- Proibição do corte da mata para abertura de roça</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da oferta de peixes</li> <li>- Assoreamento das lagoas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contaminação da água do rio Doce; rio Preto; rio Comboios; lagoas Boa Vista e Areal; Oceano Atlântico</li> <li>- Contaminação e morte de peixes, crustáceos e microorganismos</li> <li>- Contaminação e perda de plantios</li> <li>- Proibição da pesca no rio Doce e Oceano Atlântico</li> <li>- Receio de consumir pescados locais; Moradores passaram a comprar peixe congelado no supermercado</li> <li>- Desemprego; Indenizações e monetarização das relações em torno da alimentação</li> </ul>

Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.

Partindo do pressuposto que o território é socialmente produzido no espaço e no tempo, ou seja, é historicamente construído por relações de poder, podemos pensar em marcos geo-históricos, onde a cada momento uma lógica territorial se fazia mais intensa e hegemônica na região da foz do rio Doce e em Areal e Santa Maria. Ao longo do trabalho, apresentamos informações a esse respeito, de modo que do início do século XX até a década de 1970 a relação com o meio era mais referenciada pela tradicionalidade, pelos *gêneros de vida*, pelo aspecto vital da agricultura, pesca, caça e coleta. A partir da década de 1960, observamos que os aspectos tradicionais do modo de vida foram se modificando pelos impactos, pelas tensões, sobreposições e conflitos com a maior presença do Estado, de fazendeiros, de empresas e firmas no território. A partir deste contexto, outras relações de poder foram colocadas em disputa, bem como outras lógicas de territorialidade.

A implementação dos canais de drenagem do DNOS na região a partir da década de 1960 trouxe consequências diretas para a dieta alimentar dos moradores de Areal e Santa Maria. A drenagem das áreas alagadas diminuiu consideravelmente a oferta de peixes nas lagoas e várzeas e possibilitou a ocupação do território por grandes fazendas de gado.

Após a década de 1970, marco temporal do estabelecimento de um maior número de fazendeiros e da chegada da Petrobrás na região, a relação com a alimentação começou a sofrer alterações mais significativas ainda. A chegada dos fazendeiros na região transformou o modo de vida tradicional dos moradores de diferentes maneiras.

Inicialmente, vale destacar que a relação dos moradores com os donos de fazenda naquela localidade é historicamente pautada pelo trabalho e prestação de serviços na lida com as plantações de cacau e criação de gado. Através desta relação, as atividades de sustento passaram gradativamente a se pautar pela dependência do dinheiro para a compra dos itens mais essenciais à sobrevivência no dia a dia, inclusive de parte dos gêneros alimentícios. Em um dos relatos colhidos em entrevistas, mãe e filha comentam que antigamente, o dinheiro não tinha tanta importância para a sobrevivência como nos anos mais recentes:

- [Mãe] Fatura tinha muita, mas não tinha capital. [...] A gente tinha riqueza de recurso, né, porque a gente plantava e colhia, mas não tinha o recurso de dinheiro, porque a gente num entendia direito como era isso aí.

- [Filha] De primeiro, a gente não precisava de dinheiro pra sobreviver, a gente precisava de dinheiro porque sempre precisa, né?! Mas por pouca coisa, por roupa pra vestir, um remédio, mas pra comida não, pra comida a gente tinha dali que nós colhia, que a gente plantava e tirava. Tinha muito pé de guandu, feijão de corda, essas coisas, minha mãe colhia era muito, é... urucum, dentro de casa a gente mesmo fazia o colorau dali. Feijão a gente colhia era bacia de feijão de corda, guandu, fava, essas coisas. Então, já tinha muito alimento pra gente, farinha também não precisava de comprar.

- [Mãe] O nosso pão de manhã era beiju! É, tomava café com beiju, aipim frito essas coisas. O pão hoje em dia é biscoito, é pão... antigamente não era assim não!

(Entrevista realizada com moradoras da comunidade (mãe e filha) em 14 de outubro de 2015, quando a mãe possuía 82 anos. Atualmente é falecida. Fonte: OCCA, 2017).

Outro aspecto a ser levado em consideração é o processo de expropriação territorial e inacessibilidade aos recursos do meio. Com o estabelecimento das fazendas, os *habitats* de uso comum, como as lagoas e parcelas da Cabruca foram privatizadas, de modo que paulatinamente, os moradores foram sendo impossibilitados de terem acesso a determinados *habitats* onde anteriormente desenvolviam atividades de pesca, coleta, caça e cultivos. Com a diminuição destas atividades, a população de Areal e Santa Maria foi se tornando cada vez mais dependente das relações de trabalho e do dinheiro para se alimentarem e garantir a reprodução das suas formas de vida na *terra tradicionalmente ocupada* (ALMEIDA, 2004).

A maior presença de órgãos do Estado a partir da década de 1980, como o IBAMA, Projeto Tamar, com a criação de unidades de conservação e maior vigilância e fiscalização sobre a conservação da biodiversidade local, também colocou novas tensões nas relações territoriais. Diversas práticas tradicionais que estavam incorporadas ao modo de vida da população local, como a caça e a derrubada de mata para fazer roça, foram proibidas, e certos modos de garantia da sobrevivência perderam protagonismo na comunidade.

A partir da chegada da Petrobrás, que interpretamos aqui como um exemplo de hibridismo entre Estado, capital público e privado, novas relações de

poder foram criadas na região da foz do rio Doce. A exploração de petróleo e gás na região modificou significativamente a paisagem, provocou conflitos, sobreposições e expropriações territoriais sobre a Comunidade de Areal e Santa Maria. O atravessamento da comunidade por gasodutos é significativo neste contexto. Além das centenas de cavalos mecânicos de extração de petróleo que foram instalados sobre o território, os gasodutos são mais simbólicos neste impacto, pelo fato de estarem mais próximos às moradias fixas e, portanto, cotidianamente presentes na vida dos moradores locais. Esse é um claro exemplo de sobreposição hierárquica de novos processos no território, sobrepondo o aspecto material, mas também simbólico, pois afeta as relações de pertencimento, de segurança, causam medo aos moradores, pelo risco de explosão e outros acidentes. O fato de os moradores declararem que não foram justamente indenizados pela instalação dos dutos e a apropriação territorial por parte da Petrobrás, revela essa disparidade e assimetria de poder nas relações socioterritoriais. Outros aspectos foram percebidos com a chegada da Petrobrás: a contaminação do subsolo e do lençol freático, o afastamento das caças e dos *encantos*, resultando em processos de conflitos internos e externos pelas disputas territoriais e busca de indenizações.

Como forma de criar infraestrutura para o desenvolvimento desta atividade econômica, a Petrobrás construiu uma rede de estradas de rodagem, que não existiam na região. A ampliação e melhoria da rede de estradas na foz do rio Doce pela Petrobrás também contribuiu com a dinâmica de novos fluxos territoriais. Através da construção das estradas, a mobilidade e o deslocamento de pessoas da Comunidade de Areal para a cidade de Linhares e vila Regência foi facilitado. Os moradores, inclusive, comentam que uma das únicas ações por parte da Petrobras que trouxe melhorias para a comunidade foi justamente a construção das estradas, que facilitou o acesso e deslocamento de pessoas na região. No entanto, vale ressaltar que as estradas também são vias de fluxos não só de pessoas, mas também de capital e mercadorias. Desta forma, o maior contato com a cidade de Linhares contribuiu sobremaneira com a mudança do modo de vida local, através do processo de maior intercâmbio com a sociedade de consumo urbana.



Não podemos interpretar esse maior contato com as áreas urbanas de modo exclusivamente negativo. O usufruto destas infraestruturas de fluxos e deslocamentos contribuiu consideravelmente para a melhoria do acesso à saúde e hospitais; para a chegada da energia elétrica na comunidade e o maior contato com outras comunidades e cidades para visitar parentes e concluir os estudos. O que se quer aqui demonstrar é que a presença da Petrobrás e do próprio Estado na região da foz do rio Doce acabou por criar uma base para as transformações do modo de vida da comunidade e conseqüentemente, dos seus hábitos alimentares tradicionais.

De acordo com relatos dos moradores, anteriormente à construção das estradas de rodagem pela Petrobrás, a principal referência de contato de Areal com outras comunidades era a vila de Povoação. O rio Doce desempenhava essa conexão, era em Povoação que se comprava utensílios, que se enterravam os mortos e que se vendia farinha de mandioca. As idas a Linhares eram bem mais raras, mas com a construção das estradas em 1970, Areal passou a estabelecer maior vínculo com Linhares, Regência e Vila do Riacho.

Max Sorre (1984 [1952]), mostra que a implementação de novos meios de circulação (estradas, ferrovias, rodovias) e a maior presença de ocupações industriais no meio rural contribuem com o crescimento urbano e a transformação dos gêneros de vida mais tradicionais, seja pela sua transformação em empregos sob a lógica urbana ou pela perda de autonomia dos modos de existência ligados à ruralidade. A presença da Petrobrás na foz do rio Doce insere novos modos de produção, amparados pela lógica moderna do meio técnico científico (SANTOS, 1985), criando dessa forma, tensões sobre o modo de vida tradicional da Comunidade de Areal e Santa Maria.

A chegada da Petrobrás acelera a conexão das comunidades rurais da foz do rio Doce com o modo de vida urbano, seja pelo aumento do fluxo de mercadorias pelas estradas ou pelo trânsito de sujeitos entre os centros urbanos e as comunidades. O período entre a década de 1970 e 1990 é determinante para as mudanças dos hábitos locais e a incorporação da região da foz do rio Doce a uma lógica globalizada, agora não só pelo escoamento de madeiras e cacau para o mercado externo, mas pela maior intensidade de entrada de mercadorias produzidas e distribuídas em escala global.

Os alimentos são significativos para interpretarmos as mudanças ocorridas neste novo contexto. Especialmente a partir da década de 1990, o deslocamento dos moradores de Areal para a cidade de Linhares passou a estar fortemente pautado pela necessidade de acesso e aquisição de alimentos que deixaram de ser produzidos localmente, em decorrência dos processos e impactos comentados anteriormente. Percebe-se, neste contexto, um progressivo aumento da dependência dos moradores de Areal, em relação aos centros urbanos, para a satisfação das suas necessidades básicas de sobrevivência, como a alimentação e compra de materiais, ferramentas e utensílios de uso cotidiano.

A chegada da carga de rejeitos de mineração da Samarco na foz do rio Doce e na comunidade em 2015, com o desastre-crime ocorrido em Mariana-MG, foi diferente dos demais impactos descritos anteriormente. Esse impacto chegou literalmente como uma onda, como um evento abrupto e destrutivo, desestabilizando de imediato as relações materiais e simbólicas com o meio vivo. A sua presença carrega um nível profundo de deslocamentos sobre as cosmologias e territorialidades tradicionais de Areal e Santa Maria. A contaminação do rio Doce, lagoas, *Cabruca* e lençol freático por metais pesados inviabilizou de forma imediata o acesso à água para consumo, a possibilidade de plantar e pescar, provocando um aprofundamento da crise do modo de vida tradicional, reduzindo drasticamente a autossuficiência, a liberdade e a soberania alimentar das populações locais.

Em entrevistas realizadas em 2020, perguntamos aos moradores quais foram as mudanças na alimentação, em decorrência da chegada dos rejeitos de mineração da Samarco, a partir de 2015, na comunidade. Uma das lideranças entrevistadas respondeu:

- Ó, da alimentação, uma horta a gente não pode plantar mais porque a água, né, não ajuda. Você planta as coisas pra colher o fruto, mas só que a água, ela bate em cima e ela mata, entendeu? Por causa dessa lama mesmo.

- A água que vocês irrigam é do lençol freático que vocês captam pelo poço ou é outra água?

- É, a gente tava usando pra beber antes da lama, mas agora a gente só usa mesmo pra lavar roupa e pra molhar as plantas. E ainda quando a planta consegue viver, né? Porque tem umas

plantas que a água bate em cima e mata. Porque antes a água que a gente usava, a gente usava pra tomar, pra cozinhar, pra molhar as plantas... e ficavam bonitas. Hoje essa água a gente não usa pra nada.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria, 37 anos, realizada em 22 de junho de 2020).

Sobre a irrigação das plantas e cultivos, outro morador entrevistado comentou sobre como a água do rio Doce e do lençol freático, após a chegada dos rejeitos de mineração, impactou os cultivos de Areal e Santa Maria, tanto na areia, quanto no barro.

- A gente não planta mais por causa da contaminação do terreno, né? Porque a água atingiu a parte onde tem a agricultura da minha avó.

- É lá no Barro que ficava essa área de plantio da sua família?

- Isso... é na calha do rio Doce. Nós não planta mais a cana, o amendoim que nós produzia a gente não produz mais, né? Então o que era de produção no terreno dela, a gente não produz mais por medo da contaminação. Então direta ou indiretamente foi afetado por isso. Porque onde passou a lama, tem essa parte da contaminação, por conta do minério, né?

- As plantações de cacau e demais foram todas paralisadas até o momento?

- Sim, sim. Não tem produção mais como antes. Parece que deu uma esterilizada nas plantas.

- Vocês perceberam imediatamente uma reação química que mudou?

- É, mudou todo o ciclo porque as pessoas tavam habituadas, por certo tempo do ano, colher tantas quantidade e frutos, então hoje deu uma desequilibrada total em todos os processos do ecossistema que regem a plantação do cacau.

- Certo. Além do cacau, da cana, do amendoim que você citou, existe algum outro tipo de alimento que vocês plantavam para consumo próprio, local?

- Ué, sim, aqui a gente plantava o que é de cultura, né? Abóbora, melancia, são frutas que geralmente eram plantadas até mesmo no quintal, que hoje em dia a gente não faz mais, com medo do solo estar contaminado.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 30 anos, realizada em 10 de junho de 2020).

Percebe-se que a chegada dos rejeitos de mineração da Samarco, provocaram impactos também subjetivos, os moradores passaram a ter receio

de consumir os alimentos locais (peixes e cultivos) devido ao risco de contaminação por metais pesados, como relatado por uma liderança local:

- Os moradores da comunidade têm pescado? se sim, onde pescam? o pescado é uma das fontes de sua alimentação?

- Antes da lama vim, era. Hoje não é mais não, porque tá proibido a gente comer, e as pessoas aqui de dentro fica com medo de pegar peixe na lagoa, no rio, entendeu? Não pesca não.

- O pessoal fica com medo de comer o peixe então por medo de se contaminar?

- Aham

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria, 37 anos, realizada em 22 de junho de 2020).

Esse é um novo dado da realidade que promove nítidas alterações nos hábitos alimentares locais, pois se não há confiança no consumo nos alimentos associados ao rio Doce, os moradores passam a buscar os alimentos em outras fontes, descoladas desse contexto geográfico, agora regido por uma espécie de complexo patogênico (SORRE, 1933), cujas implicações sobre a saúde ainda não são precisas. Essas transformações nas formas de acesso aos alimentos são presentes na fala dos moradores de Areal, segundo o entrevistado:

- Rapaz, depois da chegada da lama da Samarco, piorou. [...] Antes do desastre, nós pescava no rio, nós pegava peixe, era aquela fartura... faltava coisa dentro de casa, ia no rio e pegava o peixe, tava com a comida dentro de casa. Hoje em dia, você não pode pescar. Você vai comprar uma caixa de frango, é 140 reais. Pode ter o feijão e o arroz. Mas eu quero uma carne e um peixe, se não fica sem graça, né não?

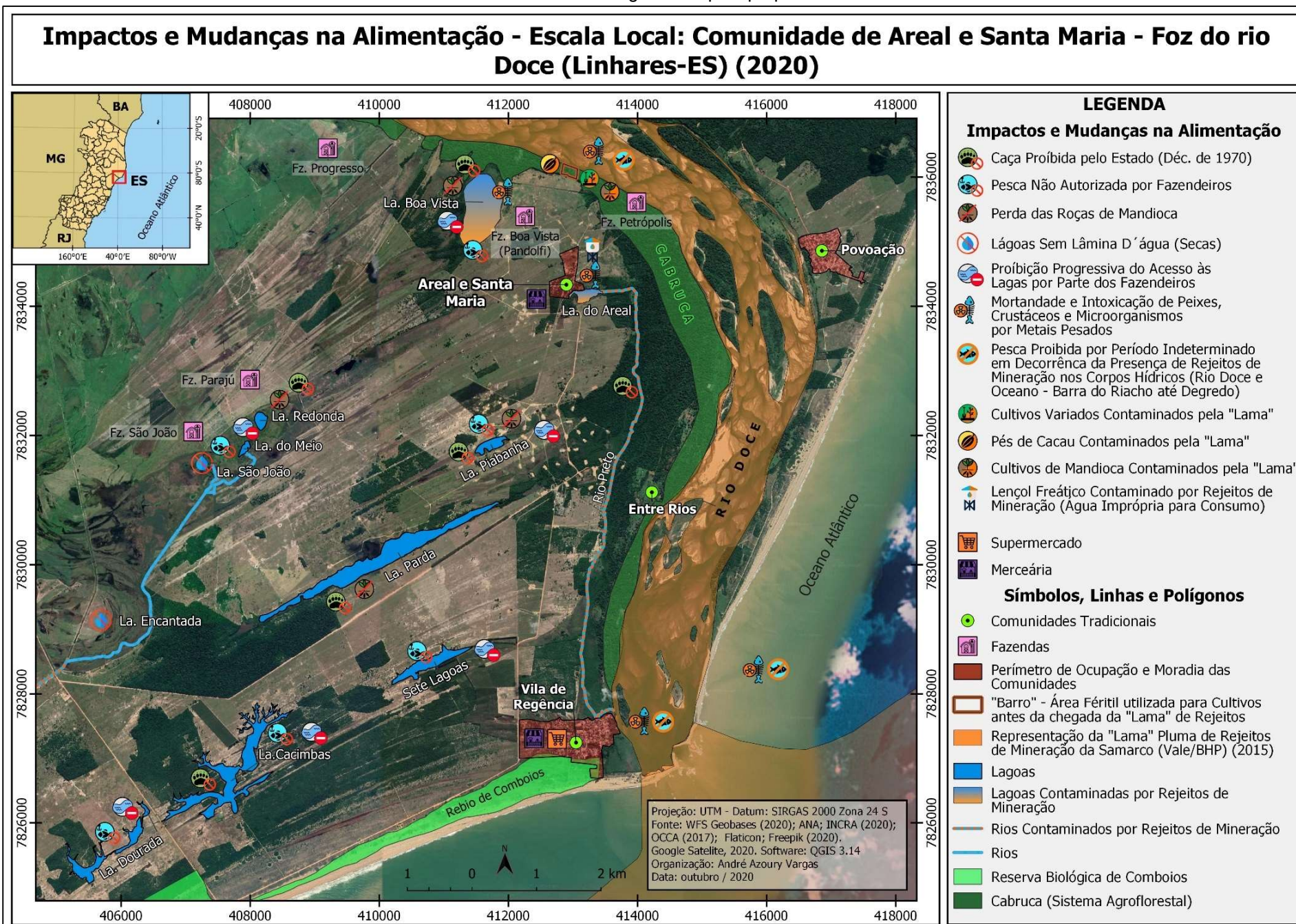
(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 65 anos, realizada em 13 de julho de 2020).

A cronologia entre a temporalidade dos projetos de desenvolvimento, os crimes sociambientais e a perturbação do arranjo tradicional estabelecido entre a comunidade e os *habitats* de uso comum, vão criando novas etapas e processos de modificação da *territorialidade*, com diminuição progressiva dos usos e acessos aos bens comuns ligados à alimentação. Como forma de demonstrar espacialmente esse arranjo de transformações, organizamos um mapa com os impactos na alimentação, ligados ao território tradicional de Areal e Santa Maria (ver Mapa 19 a seguir).



Mapa 19: Impactos e Mudanças na Alimentação – Escala Local: Comunidade de Areal e Santa Maria – Foz do rio Doce (LINHARES-ES) (2020).

Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.



A partir da leitura do Mapa 19, percebe-se como o arranjo das *territorialidades tradicionais* ligadas à alimentação foi deslocado e corrompido. Sabemos que as relações sociais que produzem o território e suas formas de territorialidade são dinâmicas e não ficam cristalizadas no tempo. No entanto, as mudanças drásticas nos costumes e no modo de vida dos moradores da Comunidade de Areal e Santa Maria, em decorrência dos impactos supracitados, destruíram a soberania hídrica e alimentar do grupo; e colocou sob risco a sua segurança alimentar, forçando-os a acessarem os alimentos, desde então, quase que exclusivamente através da compra. Transforma-se desse modo a relação com o meio, tornando os moradores dependentes da lógica capitalista de consumo, para suprirem uma necessidade básica fundamental para a sua sobrevivência, que é o ato de se alimentar. Esse processo transformou os moradores de *produtores de alimento* em especificamente *consumidores*.

Os vetores da modernização do território analisados sob a órbita de influência dos agentes locais e globais, vão se sincronizando com o tempo da modernidade, criando novas configurações territoriais que se sobrepõem e reorganizam o que antes havia. Neste contexto, é válido apresentar, com maior nível de detalhamento, como estão configuradas as relações entre oferta, consumo e acesso aos alimentos por parte dos habitantes de Areal e Santa Maria na contemporaneidade.

Atualmente, de modo geral, a comunidade cultiva hábitos de alimentação que se configuram como uma “dieta híbrida”, baseada em alimentos básicos da dieta brasileira (Cesta Básica), com a participação de elementos da alimentação regional, pautado pelas tradições e modos de preparo específicos. Ao perguntarmos se os moradores têm o costume de preparar algum prato típico na comunidade, eles responderam:

- A moqueca, né, que é praxe aqui as pessoas fazerem, a feijoada também. Um prato típico principal, carro chefe seria a moqueca mesmo.

- Com qual peixe vocês geralmente fazem a moqueca?

- As pessoas gostam muito de fazer aqui com Dourado, Traíra, Morobá, Tucunaré... Tucunaré é o principal [...] São os peixes, né, que dão no Rio Doce, nas lagoas e nas valas, né?!

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 30 anos, realizada em 10 de junho de 2020).

- Tem sim, o suco do cacau, né? Galinhada, e peixe quando a gente compra.
- O peixe vocês fazem moqueca?
- Isso
- E vocês compram peixe de onde?
- A gente compra congelado no supermercado.
- E você sabe de onde que vem esse peixe congelado?
- Não. [...] A gente, quando podia pescar, era só dar vontade de comer peixe que a gente ia lá na lagoa e pegava o peixe pra comer no final de semana, ou o dia que der vontade. Mas hoje a gente não pode fazer isso.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria, 37 anos, realizada em 22 de junho de 2020).

A partir dos relatos, percebemos a transição que está ocorrendo nos hábitos alimentares em Areal e Santa Maria. O mesmo prato típico exemplificado, a moqueca, que anteriormente era preparado com peixes pescados localmente pelos próprios moradores, atualmente é preparado com peixe congelado comprado no supermercado, do qual não se sabe sequer a sua procedência, a sua origem. Desta forma, para além do modo de vida tradicional, a soberania alimentar é também posta em “xeque”. Sendo assim, o acesso ao alimento, que anteriormente se encontrava, sobretudo, na relação com o meio, na escala do território tradicionalmente ocupado, foi deslocado para outras escalas. O consumo e compra de alimentos no supermercado em Linhares não apenas conecta Areal e Santa Maria com a urbanidade, mas também com o mundo globalizado, através do consumo do alimento enquanto mercadoria. Segundo Schor et al. (2015):

As diferentes “comidas” e seus ingredientes regionalizam os países e as regiões, trazem consigo elementos dos ecossistemas incorporados na cultura local. Perder os ecossistemas, e por conseguinte os ingredientes essenciais para a comida regional é um forte indicador de como a modernização, sob a égide do capital, se insere nas tramas da cultura padronizando hábitos, gostos e formas de acesso aos alimentos (p. 2).

É importante destacar que os moradores de Areal e Santa Maria não passaram a realizar compras nos supermercados em Linhares somente após o desastre-crime da Samarco, com o rompimento da barragem de rejeitos de

mineração em Mariana-MG. Anteriormente, os moradores já tinham o costume de comprar alguns alimentos em Linhares, como: grãos/cereais (farinhas; arroz; feijão) e carnes (bovina, suína e aves). Parte das hortaliças, algumas leguminosas e frutas eram produzidas localmente, bem como os peixes, pescados pelos próprios moradores e adquiridos com pescadores artesanais de Regência.

O que procuramos demonstrar é que, após o desastre-crime da Samarco em 2015, o acesso a toda variedade de alimentos consumidos foi deslocado para fora da comunidade, através da relação de compra nos comércios e supermercados.

O primeiro grande mercado varejista de alimentos a existir na cidade de Linhares foi o Supermercado Casagrande, fundado em 1979, figurando atualmente como a principal rede do município, com 08 diferentes unidades só no perímetro urbano de Linhares. Após os anos 2000, outras bandeiras de atuação nacional e estadual também passaram a compor a rede de lojas de varejo e atacados na cidade, como: Epa (DMA Distribuidora S/A); Ok Superatacado (Roncetti/ Arlon Group - EUA); SempreTem (Carone) e outras de escala local.

De acordo com Tatiana Schor et al. (2015), a monetização e urbanização são processos que implicam a transformação dos hábitos alimentares. Segundo os autores, os hábitos alimentares no Brasil encontram-se em movimento e em transição das formas de obtenção tradicional de alimentos (caça, pesca, coleta, plantio local) para uma “dieta de supermercado”, dinâmica diretamente vinculada ao processo de urbanização e globalização.

Moradores de Areal e Santa Maria comentam sobre a compra de alimentos em Linhares, ao perguntarmos onde eles têm acessado os alimentos atualmente:

- A gente compra. Porque antigamente a gente plantava um tomate. Um pé de alface, um pimentão, a gente colhia né, hoje a gente não pode fazer isso mais, entendeu? Não tem como fazer isso.
- Certo. E você percebe que não dá mais pra fazer isso por causa de que?



- É por causa da lama.
- E onde que vocês têm comprado atualmente?
- Em Linhares.
- Vocês fazem uma compra de quanto em quanto tempo?
- A gente faz compra por mês. A gente compra em fardo. Fica o mês todo.

(Entrevista com moradora de Areal e Santa Maria, 37 anos, realizada em 22 de junho de 2020).

- Onde você ou sua família tem acessado os alimentos que preparam no dia a dia?

- Através do comércio no município de Linhares. Então hoje, o que a gente antes produzia na área agrícola, a gente tem que comprar lá no centro de Linhares pra poder não perder o hábito de comer certos tipos de alimentos.

- A partir de quando vocês começaram a comprar em Linhares?

- Na verdade, sempre teve o hábito de fazer a compra dos cereais principais em Linhares, mas hortaliças, legumes e até mesmo frutas era cultivado aqui mesmo no interior, porque era uma coisa de praxe para as famílias daqui. Hoje não, depois que aconteceu isso aí, as pessoas tiveram que ter um gasto maior econômico e estar fazendo a compra diretamente ali no supermercado.

- Certo. Então você percebe que as famílias têm que ter um gasto maior no que se refere à alimentação após a chegada da lama.

- Aham, sem dúvidas.

- Você acha que a maior parte das famílias de Areal, todas elas compram seus alimentos em Linhares?

- Na verdade, todas, né?

- Em Regência não?

- Em Regência, às vezes compra algumas coisas que faltam, né, às vezes carne. Mas porque, na verdade, as pessoas do interior têm hábito de fazer compras mensalmente, né, com uma grande quantidade, mensalmente. Então assim, desde que eu conheço a maioria das pessoas aqui, todos têm esse hábito, entendeu, de ir pra Linhares e fazer a compra mensal.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 30 anos, realizada em 10 de junho de 2020).

Através das entrevistas, percebe-se que o ato de realizar compras mensais no supermercado é comum entre os moradores e que, com o desastre-crime da Samarco, os custos com alimentação aumentaram, pois a partir do

impacto, Areal deixou de produzir alimentos internamente. Os moradores relatam que os principais alimentos comprados em Linhares são aqueles que compõem a Cesta Básica: arroz; feijão; macarrão; óleo; farinhas; grãos diversos; sal; açúcar; pó de café; manteiga; leite; e as carnes (salsichas; linguiças; carne seca; de frango; de porco e bovina). Com relação às hortaliças e verduras, existe um feirante de Vila do Riacho que passa de carro semanalmente na comunidade, vendendo cebola, tempero verde, alho, tomate, batata, entre outros. Alguns moradores adquirem diretamente com essa pessoa, pois relatam que é mais barato do que em outros lugares. Para além das compras mensais em Linhares, os moradores eventualmente realizam compras nos supermercados e quitandas em Regência e Vila do Riacho, porém em menor quantidade e em casos específicos. As principais proteínas compradas pelos moradores são a carne de frango e de porco:

- É. Carne de porco, carne de frango, mas o que nós compra mais mesmo é frango, porque o frango tá mais barato que a carne [de boi]. O frango aqui nós compra a 140 reais a caixa, 20 kg. Eu fui na vendinha, 1kg de boi o cara vendia a 29 reais, não tem condições.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 65 anos, realizada em 13 de julho de 2020).

Sobre o consumo de proteínas, é importante ressaltar que o peixe, que historicamente é a principal fonte proteica do padrão alimentar da comunidade, passou a ser também comprado nos supermercados.

A geógrafa e cientista ambiental Tatiana Schor, professora vinculada ao departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em artigo produzido conjuntamente com Tavares-Pinto; Avelino e Ribeiro: *Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares* (2015), descreve processos semelhantes no contexto de urbanização da Amazônia, onde o perfil das dietas alimentares tradicionais foram sofrendo alterações e transformações em hábitos pautados pela indústria alimentar globalizada. Segundo os autores,

Entender a dinâmica urbana e as cidades na Amazônia é compreender os mecanismos com os quais o global e o local interagem, incluindo e excluindo processos e pessoas do movimento contraditório que é a modernidade. [...] As

transformações e permanências nos padrões alimentares são indicativos de mudanças sociais e ambientais complexas. A passagem de uma dieta tradicional, fortemente baseada em produtos coletados, pescados, caçados, plantados ou mesmo adquiridos localmente para uma dieta de supermercado, isto é, oriunda da agroindústria regional, nacional ou mesmo internacional, é um interessante indicativo do processo de modernização. A análise dessas mudanças permite entender processos diversificados, tais como a urbanização e seus reflexos na organização social e no indivíduo, em especial no tocante à saúde e aos hábitos alimentares, aqui compreendidos não somente com o que se come, mas também como se come e se adquire os alimentos (SCHOR et al., 2015, p. 2)

Ao longo do artigo, os autores fornecem exemplos que ilustram essa dinâmica de transformação dos hábitos alimentares, em decorrência da urbanização e escalas de interação com a globalização através da alimentação. Os autores apontam o crescimento exponencial no consumo de frango industrial congelado produzido pela agroindústria do sul do Brasil, na micro-rede urbana do alto curso do rio Solimões na Amazônia, próximo à tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia.

As atividades ligadas à avicultura na Amazônia até a metade do século XX estavam restritas à avicultura tradicional. A criação de frangos caipiras nas pequenas propriedades rurais desempenhava a função de abastecimento de carne e ovos para os mercados locais. Com o processo de expansão do agronegócio e da agroindústria ligados ao setor avícola, o frango industrial passou a desempenhar maior protagonismo na composição da cesta de consumo da população brasileira ao longo dos últimos 75 anos (SCHOR et al., 2015).

Atualmente, o Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo e o terceiro maior produtor, ficando atrás dos Estados Unidos e China. Os estados do sul do Brasil – Paraná (32,6%), Santa Catarina (14,5%) e Rio Grande do Sul (12,4%) - são os maiores produtores de frango industrial do país (EMBRAPA, 2020).

A produção industrial de frangos pelo polo agroindustrial avícola do sul do país para exportação e distribuição interna, rompeu barreiras geográficas e fez com que o frango industrial congelado chegasse, inclusive, até os solos amazônicos, causando mudanças diretas no perfil dos hábitos alimentares

locais. De acordo com os autores, amparados pelos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF (2008-2009), o consumo de peixes frescos e farinha de mandioca no estado do Amazonas caiu 50% neste período. Este processo deve-se não só por razões econômicas, mas também culturais, onde observa-se um constante processo de substituição de consumo de alimentos regionais por alimentos industrializados, promovendo um fortalecimento da cultura urbana nos hábitos alimentares (SCHOR et al., 2015). De acordo com os autores:

O Amazonas não é autossuficiente em termos de produção de ovos e frangos. [...] O frango industrializado e a salsicha de origem brasileira são encontrados nos mercados das vilas e pequenas cidades de toda a Amazônia, inclusive a peruana. A origem destes produtos, na sua totalidade, vem da agroindústria do Sul do Brasil, que viajando de caminhão e depois de barco, impacta os hábitos alimentares no interior do Amazonas (SCHOR et al., 2015, p. 11).

Esse exemplo destaca como a expansão da rede de distribuição da indústria alimentícia é capaz de alcançar diferentes localidades geográficas, produzindo mudanças nos hábitos alimentares regionais e criando uma lógica padronizada de consumo, pautada pela escala da modernidade capitalista global sobre a escala local. Outro ponto a ser destacado é a transformação na forma de acesso aos alimentos consumidos cotidianamente. Tatiana Schor e colaboradores comentam como o processo de urbanização e monetização da vida modificam a rede de relações na obtenção de alimentos e transformam os hábitos, fazendo com que o consumo de alimentos industrializados, processados e ultraprocessados cresça em relação aos *in natura* e minimamente processados:

Com o rápido processo de urbanização e monetização da economia, por meio da universalização das aposentadorias e das diversas bolsas de desenvolvimento social pautadas no programa Fome Zero, percebe-se, nos últimos 10 anos no Brasil e em especial no Amazonas, uma transformação nos hábitos alimentares (Nardoto et al. 2011; Cabral, 2013; Schor e Costa, 2013). O que se observa hoje no Brasil é que o consumo dos alimentos frescos produzidos localmente terem diminuído significativamente na dieta. Apesar do Brasil ser considerado um dos celeiros do mundo, o consumo de produtos frescos, não industrializados, vem diminuindo gradativamente, sendo substituído por outros alimentos menos saudáveis, pobres em fibras e ricos em gorduras, predominantemente saturadas (Schor e Costa, 2013). Produtos industrializados, mais fáceis de comer e em muitos casos mais baratos, entram em competição com a produção local de alimento, modificando gradativamente

os hábitos alimentares e culturais das regiões (SCHOR et al., 2015, p. 5).

Os dados do último POF 2017-2018, comparados ao POF 2008-2009, indicam que o perfil de consumo alimentar do brasileiro ainda é composto majoritariamente por alimentos *in natura* e minimamente processados (53,4% das calorias consumidas): arroz (11,1%); carne bovina (7,4%); feijão (6,6%); carne de aves (5,4%); frutas (3,1%); macarrão (2,8%); leite (2,5%). No entanto, observou-se a queda no consumo de arroz e feijão pela população brasileira, e o aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados. Segundo os dados do POF 2017-2018, os ingredientes culinários processados corresponderam a 15,6%; os alimentos processados a 11,3%; e os alimentos ultraprocessados, a 19,7% (IBGE, 2020a).

Apesar da dieta alimentar brasileira ainda ser composta, em maior parte calórica, por alimentos *in natura* ou minimamente processados, os dados do POF (2017-2018) apontam que o padrão dos hábitos alimentares está mudando progressivamente pela diminuição do consumo de alimentos *in natura* e o aumento dos processados e ultraprocessados. Essa mudança é observada com maior expressividade nas áreas urbanas, mas com crescente evolução nas áreas rurais, gerando preocupações nas esferas das políticas de saúde e nutrição, pois este perfil de consumo acaba por provocar o aumento da insegurança alimentar e do número de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial na população (IBGE, 2020a).

Voltando o foco sobre Areal e Santa Maria, o desastre-crime da Samarco trouxe consigo também a ampliação da situação de vulnerabilidade socioeconômica na comunidade, que hoje depende expressivamente dos programas governamentais de transferência de renda (Bolsa Família), aposentadorias, auxílios financeiros emergenciais (como no caso da pandemia de COVID-19), e indenizações da Samarco para sobreviverem. Após o desastre-crime de Mariana, Areal e Santa Maria deixou de produzir/ extrair localmente qualquer alimento para o consumo, salvo algumas famílias que cultivam pequenas hortas e criam animais no quintal de suas casas.

Tatiana Schor et al. (2015) pontuam que o processo de monetização, via aposentadoria e programas de transferência de renda, modifica o perfil de

consumo das famílias assistidas. À medida em que o dinheiro passa a controlar as relações de compra de alimentos, a necessidade de realizar plantios, pesca e caça diminuem, pois as famílias passam a comprar nos mercados a maior parte daquilo que consomem

Em Areal e Santa Maria, observamos situação semelhante. Segundo os relatos colhidos, os moradores que recebem o “Cartão da Samarco” e fazem parte dos programas de transferência de renda foram progressivamente deixando de plantar e pescar, para acessarem os alimentos através da compra. Ao perguntar se há casos de pessoas com fome na comunidade, uma das lideranças entrevistadas respondeu:

- Aqui não, porque André, na verdade, depois que veio esse auxílio emergencial e cartão da Samarco, muitas pessoas conseguiram até ter um conforto maior econômico e conseguiram ter uma alimentação mais rica em quantidade. Meio que, por um lado, atingiu muito essa lama, entendeu, atingiu muito. E por um lado, deu um fator negativo, porque muitas pessoas acabaram se acomodando com uma quantidade de dinheiro, que dá pra eles se alimentarem bem, então eu me arrisco até a dizer que as pessoas estão perdendo a cultura de cultivo, porque meio que “catequiza”, não tem?!, uma certa comunidade... Então meio que tá acontecendo isso aqui, as pessoas acabam perdendo até mesmo o interesse de cultivar o próprio alimento. Isso aí logicamente uma hora vão ter que acordar pra poder voltar às suas origens. Mas eu tô tendo essa percepção. Mas lógico, tem algumas pessoas, não são todas, tem algumas pessoas que continuam ainda trabalhando, tendo seus esforços, mas muitas pessoas se acomodaram com esse cartão. Então se eu disser que tem pessoas aqui passando fome, eu estaria mentindo. Porque tem pessoas que dá pra viver bem com esse salário, sabendo administrar.

(Entrevista com morador de Areal e Santa Maria, 30 anos, realizada em 10 de junho de 2020).

Diante deste cenário, as relações capitalistas se aprofundaram na comunidade a partir da maior circulação de dinheiro entre os moradores, através das políticas de assistência/ indenizações e conseqüentemente, a perda da autonomia se acentuou mais. Com o aumento do desemprego após o crime socioambiental da Samarco, a pandemia do COVID-19 e a impossibilidade do uso dos bens comuns da natureza, a comunidade vive, atualmente, sobretudo de políticas assistencialistas - seja pelo fornecimento de água mineral pela Renova, seja pelos auxílios supracitados - e as famílias que possuem alunos matriculados na escola pública de Areal (EUM), também pelo recebimento de

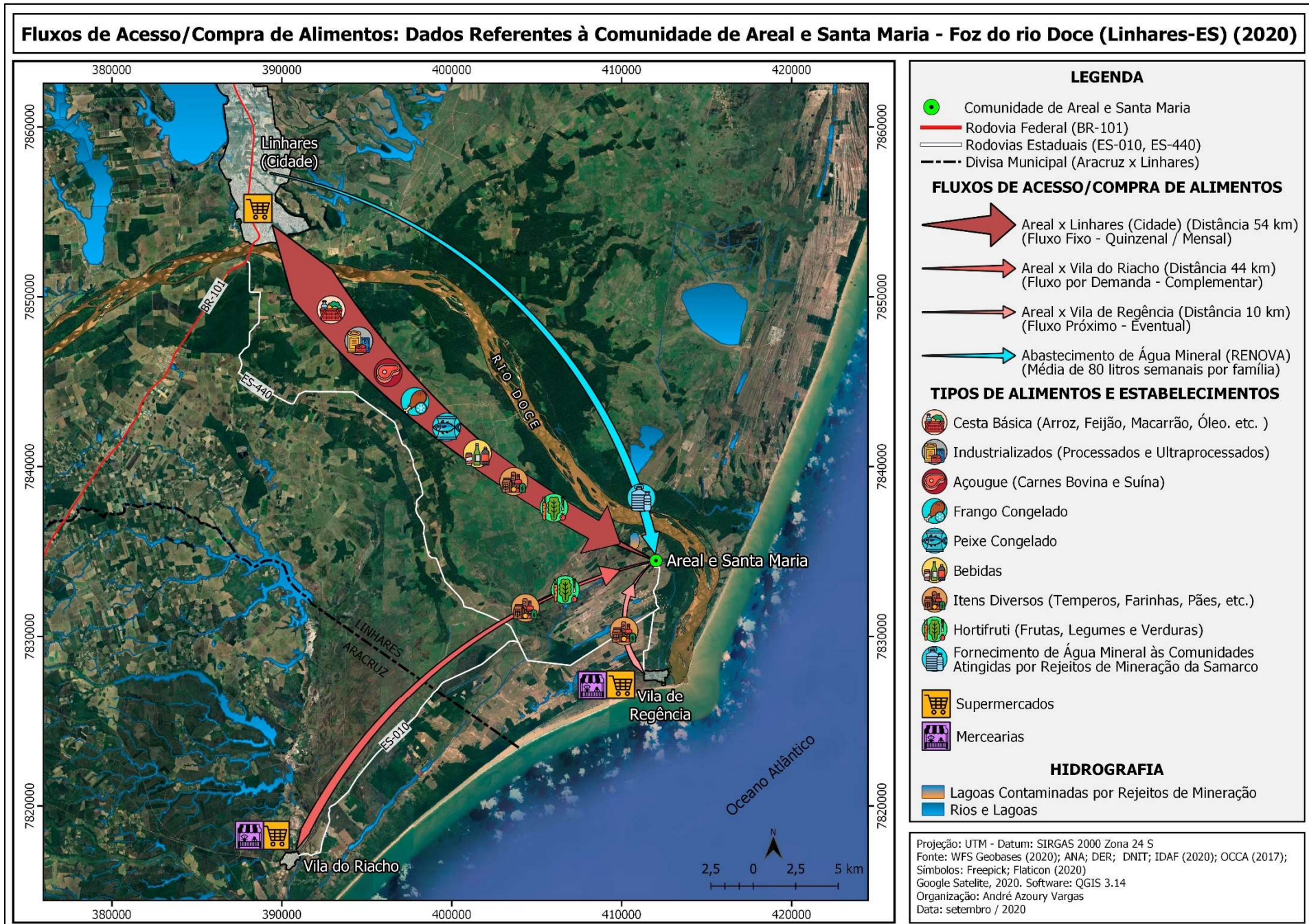
cestas básicas. Este processo incorpora os moradores a uma lógica de consumo urbanizada, com maior dependência do capital para a reprodução da vida, modificando substancialmente as formas de territorialidade e escalas de interação com os processos da globalização. O índice mais elevado de compra de alimentos nos supermercados da cidade de Linhares, nos anos recentes, aponta esse deslocamento do território tradicional e maior interação com as *multiterritorialidades* (HAESBAERT, 2004a).

O Mapa 20, a seguir, apresenta os processos de impermanência, deslocamentos e os novos fluxos de acesso aos alimentos por parte dos moradores de Areal e Santa Maria na contemporaneidade.



**Mapa 20: Fluxos de Acesso/ Compra de Alimentos: Dados Referentes à Comunidade de Areal e Santa Maria – Foz do rio Doce (Linhares-ES) (2020)**

Fonte: Elaborado e organizado pelo próprio autor.



Através da leitura do mapa, podemos perceber como os fluxos de acesso aos alimentos na atualidade concentram-se substancialmente na cidade de Linhares, através das compras nos supermercados. Ao comparar com o Mapa 18, presente no capítulo anterior, que apresenta os fluxos de acesso aos alimentos até a década de 1970, percebe-se uma desterritorialização da escala do território tradicional, em favor de uma reterritorialização em Linhares, Vila do Riacho e Regência, através da compra de alimentos nos supermercados.

O fato dos hábitos alimentares da população de Areal e Santa Maria estarem atualmente mais pautados pelo consumo de alimentos comprados nos supermercados em Linhares, e não mais pelos cultivos locais, pela pesca e caça, representa o comprometimento dos saberes vinculados à produção dos alimentos; a fragilização dos rituais e práticas coletivas de uso e apropriação comum da natureza; o maior consumo de alimentos industrializados; e o aumento da insegurança alimentar. Ou seja, diversas relações sociais que se encontravam vinculadas ao território tradicional na escala local, foram deslocadas para o espaço urbano, distante do convívio mais imediato e cotidiano, e ampliado em termos de escala.

Partindo dessa perspectiva, não se trata de querer aqui defender que a população da comunidade não possa e não deva exercer o seu livre direito de compra de bens materiais e alimentos em supermercados, mercearias e no comércio em geral. O que estamos problematizando é que a soberania alimentar e o modo de vida tradicional foram comprometidos em decorrência dos impactos historicamente sofridos, de modo que a sua forma de *territorialidade* foi modificada de maneira vertical e radical, em decorrência das relações de poder resultantes do modo de produção dos agentes hegemônicos que compõem a trama territorial interescalar da foz do rio Doce.

Esse processo pressupõe assumir que existem diferentes dimensões e escalas territoriais sobrepostas em Areal e Santa Maria, estabelecendo uma relação multiterritorial, hierárquica, fragmentada e conectada com a rede de relações de poder do mundo globalizado. A globalização transforma a cidade no espelho do mundo, com seus hábitos e costumes, a partir da sociedade de consumo. O consumo pautado pela lógica urbana dá um sentido cosmopolita ao regime alimentar, fazendo com que os

complexos alimentares se aproximem e tendam a se moldar num mesmo padrão (MOREIRA, 2015). De acordo com Ariovaldo Franco (2010),

Os meios rápidos de transporte e de distribuição, bem como as técnicas modernas de conservar e congelar alimentos, põem ao alcance dos consumidores dos países industrializados quase todos os produtos alimentícios do mundo (p. 256).

Os supermercados exercem contribuição significativa neste processo, mas apesar de apresentarem “o mundo” em suas prateleiras, pela variedade e diferentes origens dos alimentos, eles pautam um modelo de consumo idealizado pelo *marketing*, propaganda e fetichização da mercadoria (ESTEVE, 2017). Segundo Canesqui e Garcia (2005):

A comida foi e ainda é um capítulo vital na história do capitalismo. Muito antes dos dias de hoje, o capitalismo procurou por toda parte transformar os antigos desejos por novos meios. As comidas têm histórias sociais, econômicas e simbólicas complexas, diz Sidney Wilfred Mintz (2001), e o gosto do ser humano pelas substâncias não é inato, forjando-se no tempo e entre os interesses econômicos, os poderes políticos, as necessidades nutricionais e os significados culturais (p.10).

Segundo Jesús Contreras (2005), os comportamentos alimentares atualmente estão bastante atrelados às estratégias de *marketing* das empresas agroalimentares e menos conectados com as práticas e dietas tradicionais. As estratégias de *marketing* vinculam-se a uma dimensão multinacional e global, afetando não só os países industrializados, mas também os de “Terceiro Mundo” - utilizando a mesma expressão do autor. O nível de relação com essas estratégias depende, sobretudo, da escala de incorporação dos sujeitos à economia monetária e das mudanças nos modos de produção capitalista, que resultam em uma menor dedicação à terra para subsistência e uma maior dependência do âmbito comercial para a produção da vida, através do dinheiro-trabalho.

As transformações dos hábitos e regimes alimentares da comunidade Areal e Santa Maria, resultam, nesse contexto, de diferentes fatores. Inicialmente, vale destacar que o complexo alimentar tradicional da comunidade foi paulatinamente sendo transformado pelo processo de impactos e expropriações territoriais, identificadas anteriormente. Se o acesso ao alimento deixou de ser realizado na escala do território tradicional, no contato com o meio, através da caça, pesca e cultivos, ele se deslocou para outros espaços. Quais são estes espaços?

Através das entrevistas, identificamos nas falas dos moradores que atualmente, o consumo da maior parte dos alimentos encontra-se localizado no espaço urbano e em estabelecimentos específicos, com destaque ao supermercado. O supermercado é uma das representações do território-rede globalizado. Podemos interpretar o supermercado como um marco na história da alimentação mundial, configurando-se como uma das peças do complexo-rede do agronegócio e componente dos oligopólios da indústria alimentar.

O mercado de alimentos está cada vez mais concentrado em poucas empresas, e a globalização dos sistemas alimentares remete a essa tendência de expansão dos mercados e influência dos oligopólios das multinacionais sobre a produção, oferta e controle da cadeia alimentar mundial. O processo de modernização dos hábitos alimentares é um reflexo da globalização, acompanhada da industrialização, urbanização e ampliação das redes de comércio e consumo. O desenvolvimento da indústria alimentar e o crescimento dos supermercados contribuíram sobremaneira com as mudanças dos padrões e hábitos alimentares por meio da tecnologia, do desenvolvimento dos meios de comunicação, do aumento da diversidade/oferta de produtos, aliados à publicidade/ *marketing* de novos hábitos de consumo (ESTEVE, 2017; LUCI, 2013). Segundo Jesús Contreras (2005), a partir do processo da globalização:

A alimentação comum homogeneizou-se, progressivamente (Fischler, 1990), como consequência da passagem de ecossistemas muito diversificados para outros hiperespecializados e integrados em amplos sistemas de produção agroalimentar, em escala internacional. Desse modo, aumentou, consideravelmente, a produção mundial de alimentos, ao mesmo tempo que desapareceram numerosas variedades vegetais e animais, que constituíram a base da dieta, em âmbito mais localizado. Paralelamente, as tarefas da cozinha doméstica foram transferidas, em grande medida, para a indústria. Como consequência de todo esse processo, cada vez mais é consumida maior quantidade de alimentos processados industrialmente (p. 132).

A partir desta análise, cabe dizer que os hábitos alimentares da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria estão articulados a múltiplas escalas, porém mais do que isso, são produzidos por processos multiterritoriais (HAESBAERT, 2004a), com referências híbridas na identidade local e ao mesmo tempo, conectadas por redes de relações de poder globais.



De acordo com Milton Santos (2002), a globalização remete à maximização do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para o autor, a globalização envolve pelo menos três concepções de mundo incorporadas em si mesmo: a globalização enquanto fábula; perversidade e possibilidade. O mundo tal como ele é atualmente remete à globalização enquanto perversidade, fundada nos sistemas de tecnologia; na unicidade técnica da informação – cyberspaço; na fragmentação territorial; na competitividade; na violência estrutural; na sociedade de consumo; e no dinheiro como motor da vida econômica e social, onde o poder do mercado e das empresas sobrepõem-se hierarquicamente e se articulam com o Estado, diluindo fronteiras e construindo novos fluxos e redes (materiais e imateriais) para a circulação do capital-dinheiro. Segundo o autor:

O período atual tem como uma das suas bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado. Por conseguinte, trata-se de uma técnica e de uma ciência seletivas. Como frequentemente, a ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral, o progresso técnico e científico não é sempre um progresso moral (SANTOS, 2002, p. 65).

A interpretação da condição pós-moderna (HARVEY, 1992) e do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994) ajudam a compreender as bases desta dinâmica globalizada. Segundo Milton Santos, o meio técnico-científico informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. Seu início deriva do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, e sua afirmação e territorialização global nos países do Terceiro Mundo remetem aos anos 1970 (SANTOS, 1994; 2006).

Santos busca dividir o meio geográfico em três etapas, a partir da complexidade técnica: o meio natural; o meio técnico; e o meio técnico-científico informacional. O período contemporâneo abriga uma maior instrumentalização e artificialidade na relação entre sociedade e natureza, com uma perspectiva hegemônica da produção e comunicação informatizada como paradigma das relações econômicas, políticas e sociais. De acordo com Santos, anteriormente, no período da modernidade, as metrópoles urbanas é que carregavam a referência da instrumentalização científica. Mas devido ao desenvolvimento de técnicas sofisticadas, atualmente esse panorama

artificial, de transformação do meio pela técnica informatizada, também é presente no mundo rural (SANTOS, 2006).

A Revolução Verde, por exemplo, instalou no mundo rural um pacote técnico e científico que envolve a mecanização da agricultura, o uso de agrotóxicos, a irrigação automatizada, o uso de colheitadeiras, a modificação genética de espécies. O modelo do agronegócio atual é um desdobramento deste modo de produção que se reproduz como uma “agricultura científica globalizada” (SANTOS, 2002).

Desse modo, as remodelações que se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados: ciência, tecnologia e informação (M. Santos 1988). Isso traz, em consequência, mudanças importantes, de um lado na composição técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Isso se dá de forma paralela à cientificação do trabalho (SANTOS, 1994, p. 70).

Dessa forma, o meio técnico-científico-informacional passa a reger as relações espaço-tempo, criando territórios fragmentados, mas conectados por redes e fluxos que transformam as relações de poder interescares entre o mundo e os lugares (SANTOS, 1994; HAESBAERT, 2004a).

Graças aos progressos técnicos e às formas atuais de realização da vida econômica, cada vez mais as redes são globais: redes produtivas, de comércio, de transporte, de informação [...]. Mas a forma mais acabada e eficaz de rede é dada pela atividade financeira graças à desmaterialização do dinheiro e ao seu uso instantâneo e generalizado. A noção de rede global se impõe nesta fase da história. [...] As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte do Mundo, opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo (SANTOS, 2006, p. 182).

De acordo com Santos (2006), “a existência das redes é inseparável da questão do poder” (p. 183). Através delas, “há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros” (p. 189). As redes neste sentido são híbridas - global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, podendo se revelar pela sobreposição hierárquica de relações de poder, capitaneadas hegemonicamente pelas empresas e Estado, mas também como rizoma (não-hierárquico) de relações mais horizontais entre indivíduos, grupos sociais e comunitários (SANTOS, 2006; HAESBAERT, 2004a).

A partir da análise territorial de Areal e Santa Maria, identificamos processos híbridos de homogeneização e heterogeneidade. A presença dos atores desenvolvimentistas, representantes do capital financeiro multinacional - como por exemplo, a Petrobrás; a Samarco (VALE/ BHP); os setores da Indústria Agroalimentar (Supermercados) - produzem territórios homogêneos e hegemônicos através do modo de produção capitalista globalizado. A homogeneização está também presente nas relações de consumo da mercadoria-alimento nos supermercados por exemplo, que é semelhante em vários lugares no mundo. Desta forma, existe uma relação de padronização de identidades culturais e homogeneização dos hábitos, através da comercialização de mercadorias na escala global-local.

Ao mesmo tempo, não se pode negar que cada ato individual produz diferença, pois somos dotados de singularidades, subjetividades e relações com a produção do desejo, que não são completamente homogêneas em uma escala social. Dessa forma, o *território* é também heterogêneo através das relações sociais com o meio geográfico, a partir da identidade dos grupos sociais e aspectos subjetivos da individualidade, que produzem *alteridade* a partir das relações socioterritoriais.

Para compreender a realidade exposta, foi necessário mobilizar várias concepções de *território* que não fossem únicas, exclusivas e limitadoras. A teoria que julga-se necessária é aquela que fornece conceitos que ajudam a compreender a complexidade do real. Desta maneira, *o território de Areal e Santa Maria* são múltiplos territórios ao mesmo tempo, pois está atravessado por diversas escalas, intensidades e dimensões de relações de poder, por atores sociais plurais que constroem múltiplas trajetórias em um mesmo recorte territorial zonal e/ou fragmentado (rede). Devido a isso, as concepções de *território* em Ratzel, Sack, Raffestin, Haesbaert e Saquet não se anulam, mas se complementam e ajudam a entender a complexidade das relações no mundo contemporâneo, carregado de histórias, processos, formas, funções e estruturas em movimento.

Apesar de identificarmos que a condição pós moderna é influenciada sobretudo pela globalização capitalista, pela acumulação flexível do capital financeiro, pelo meio técnico-científico-informacional e pela influência hegemônica do modo de vida cultural urbano (HARVEY, 1992; SANTOS, 2002; 2006), ainda estamos conectados e somos dependentes das relações que estabelecemos com o meio natural. Desta maneira,

podemos identificar a relevância e pertinência no aporte de conceitos oriundos de uma Geografia ecológica/ cultural presente nos autores clássicos (Ratzel, La Blache; Brunhes; Sorre; entre outros), pois a produção territorial, apesar de tudo, não deixou de ser pautada completamente pela relação entre os seres vivos e o *meio*.

Buscamos demonstrar que esta questão é fundamental para a interpretação dos modos de vida das Sociedades Tradicionais, que dependem da associação com o *meio* para a reprodução dos seus modos de existência. Esta relação com o *meio vivo* é crucial para as Sociedades Tradicionais da foz do rio Doce e é esta relação que está em crise localmente, a partir do *Complexo Patológico* (SORRE, 1933) em que o ambiente da foz do rio Doce se transformou.

A medida em que o ambiente (*meio*) foi colapsado pelo desmatamento, drenagens, assoreamento e contaminação dos rios e lagoas, as condições para a reprodução do modo de vida tradicional da Comunidade de Areal e Santa Maria também foram material e simbolicamente impactadas. Isso coloca em “xeque” a base territorial tradicional da comunidade, tão fundamental para a reprodução dos modos de vida ligados à ocupação tradicional do território, o que acaba aprofundando especialmente a crise com a alimentação, no que se refere à perda da soberania da comunidade, devido à maior dependência monetária e à intensificação da relação com a cadeia de produção e oferta de alimentos mundializados.

Observamos, ao longo do presente trabalho, como a alimentação está enraizada na construção sociopolítica da sociedade, configurando-se como elemento fundamental na leitura das relações socioterritoriais, a partir dos modos de vida tradicionais e suas transformações no decorrer da história. Verificamos que, de maneira geral, as transformações dos hábitos e padrões alimentares no Brasil estão em grande parte relacionados com o “progresso” industrial, permeado pelo modo de produção capitalista. A homogeneização cultural dos hábitos alimentares, as dietas desequilibradas, a dispersão da fome e a desigualdade social são uma tendência do modelo de globalização neoliberal atual, cuja raiz histórica vincula-se ao período colonial. No entanto, notam-se movimentos de resistência pelo mundo, que apontam caminhos possíveis para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e que tenha a sua soberania garantida, seus modos de vida tradicionais respeitados, com foco na garantia dos direitos básicos para a reprodução da vida.



Areal e Santa Maria atualmente busca se ressignificar enquanto *sujeito de direitos* a partir da *etnogênese* e o fortalecimento da identidade étnica Botocuda (*Borum*) e *Tupinikim*, colocando-se de maneira ativa no diálogo com a sociedade, na busca por direitos e por reconhecimento político e territorial junto ao Estado. O processo de fortalecimento da identidade indígena pela comunidade foi fundamental para que a mesma estabelecesse redes de relações com atores de diferentes núcleos organizacionais, seja com o Ministério Público, órgãos institucionais como a Funai, grupos de pesquisa como o OCCA, coletivos e ativistas como o Regenera rio Doce e Aliança rio Doce, movimentos sociais como o MAB e MPA, bem como o contato e a aproximações política, afetiva e organizacional com outras comunidades tradicionais e povos originários, como os indígenas Krenak em Minas Gerais, Pataxó na Bahia, Tupinikim e Guarani Mbya em Aracruz (ES) e quilombolas do Espírito Santo e Minas Gerais. Percebemos que através dessas relações, a comunidade estabeleceu conexões multiescalares e multiterritoriais, conformando parceiras e redes de cooperação na luta por direitos, e por uma sociedade mais plural, pautada na diferença e na justiça. Muito dessa construção deve-se principalmente ao seu protagonismo e organização coletiva, que possibilitaram a realização de parcerias com diferentes atores sociais.

Desta forma, Areal e Santa Maria existe em seu território atual e também em seu território da memória através das práticas de territorialidade justapostas e conflitantes com a territorialidade hegemônica. As transformações sofridas na alimentação promoveram alterações no modo de vida da comunidade e suas formas de territorialidade, porém não significaram a perda ou desconexão total com seu território tradicional, pois entendemos que a territorialidade tradicional da comunidade é produzida também pelas relações de parentesco; moralidade; festejos; e sobretudo, pela *identidade* que está sendo constantemente construída, alimentando-lhes a certeza de serem os “donos da casa”. A mobilização pelo reconhecimento de sua identidade indígena Botocuda (*Borum*) com ramificação *Tupinikim* junto à Funai, demonstra essa perspectiva de pertencimento territorial. Neste contexto, Areal e Santa Maria protagoniza um processo diferenciado de entendimento do seu lugar social e político; através de sua identidade e organização política, Areal e Santa Maria se re-territorializa e se projeta para o mundo, lançando sua voz e suas narrativas de R-existência (HAESBAERT, 2004a; PORTO-GONÇALVES, 2006b).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscamos realizar um percurso teórico-discursivo bastante abrangente, para tratar das questões relacionadas com o tema da territorialidade e a alimentação, com foco específico no rebatimento das questões derivadas dessa discussão sobre a Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria (Linhares-ES). É importante notar que ao se abordar as relações entre territorialidade e alimentação, acabamos inevitavelmente contando um pouco da história da nossa sociedade, por meio de caminhos ramificados e ao mesmo tempo integrados.

Partir da Geografia e de seus autores clássicos para realizar a presente pesquisa, nos demonstrou o quão conectada a questão da alimentação está com os problemas fundamentais de que trata esta ciência, ao lidar com a relação estabelecida entre os seres vivos, sua produção material e simbólica e a construção dos seus territórios. O aporte dos conceitos de *meio*, *gêneros/ modo de vida*, *habitat*, *complexos alimentares e território* foram fundamentais para o entendimento das relações dos Povos Tradicionais com o seu lugar de pertencimento e a sua maneira particular de existir no mundo, conforme buscamos demonstrar no caso específico da comunidade indígena aqui investigada.

Através da discussão da alimentação, ao longo dos capítulos, foi possível estabelecer conexões interdisciplinares entre a Geografia, Sociologia, Antropologia, História e Nutrição, de modo a criar possibilidades de interpretação da alimentação em diversas escalas e dimensões, através da cultura, economia, política, tradições, identidades, saúde, hábitos, fome e comensalidade.

A partir desta abordagem, se pôde problematizar a relação da Comunidade de Areal e Santa Maria com seu território e os impactos decorrentes das mudanças de natureza estrutural nas relações de produção que afetaram e ainda afetam, de maneira direta, a relação que os moradores estabelecem com o *meio* e, conseqüentemente, a mudança que ocorreram nos seus hábitos alimentares.

Nos mapas produzidos no trabalho, buscamos demonstrar de modo mais claro o contexto de formação territorial da foz do rio Doce e suas repercussões nas relações de poder locais, estabelecendo paralelos visuais entre as dinâmicas que envolvem o

modo de vida de populações tradicionais e os conflitos protagonizados pelos atores do desenvolvimento hegemônico capitalista.

O exercício de investigação dos hábitos alimentares e relações territoriais da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, possibilitou identificar que a comunidade é atravessada por diversas relações de poder e reproduz não só uma lógica específica de relacionamento com a sua territorialidade, mas múltiplas maneiras produzidas pelo contexto local e global, promovendo des-territorializações e re-territorializações dos modos de vida mais tradicionais. Julgamos que eleger a alimentação como lente para olhar para essas relações se revelou como um caminho potente para entendimento destes processos e compreensão dos problemas que afetam de modo específico a Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria, historicamente impactada pelos sucessivos processos de exploração econômica dos recursos da natureza pelos agentes desenvolvimentistas.

O fenômeno da *etnogênese* a partir da autoatribuição de identidade indígena da Comunidade de Areal e Santa Maria é bastante significativo, pois a comunidade, mesmo em situação de fragilidade e impactada pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, busca se ressignificar evocando seu pertencimento ao território e reivindicando seus direitos junto ao Estado. Os indígenas Botocudos e Tupinikim de Areal e Santa Maria não deixaram de existir, a comunidade R-existe!

As questões postas em exame no percurso dissertativo deste trabalho serviram para amparar a discussão específica sobre a problemática que envolve a Comunidade de Areal e Santa Maria. No entanto, as formulações conceituais e os achados obtidos desta pesquisa, ao nosso ver, possuem também importância e podem ser aproveitados para o estudo de outras comunidades que igualmente se vêm na contemporaneidade atravessadas por problemas de natureza semelhante.

As discussões trazidas à tona neste trabalho colocaram em evidência uma série de reflexões que nos ajudam a entender certos processos particulares que dizem respeito a constituição dos territórios e suas múltiplas dimensões na relação com as dinâmicas globais de relação de poder. Ao tratar do problema das territorialidades e a alimentação, tomando como estudo de caso a Comunidade de Areal e Santa Maria, com certeza, não tivemos a pretensão de esgotar esta discussão. Desta forma, o tema

permanece aberto para maiores aprofundamentos, com novas investigações e outros aportes teóricos que se revelem pertinentes.

A realidade é dinâmica e faz parte do processo de conhecimento científico a permanente revisitação dos objetos de pesquisa e realidades estudadas, buscando atualização permanente do conhecimento dos fenômenos que envolvem os mesmos. Assim, no caso específico aqui focado seria bastante interessante, por exemplo, verificar os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a alimentação das populações tradicionais da foz do rio Doce. Não foi possível na presente pesquisa avaliar como esse novo contexto a que estamos inseridos vem afetando a comunidade estudada. Desta forma, outros estudos e novas pesquisas são necessárias, ficando posto este desafio para todos aqueles que se interessem pela temática e possam contribuir com novas reflexões sobre os problemas enfrentados pelos Povos e Comunidades Tradicionais na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A SIRENE. Edição Especial 3 anos / Para não esquecer. Ano 3 -Edição nº 32 – Novembro, 2018. (Jornal Impresso)
- ALBAGLI, S. Territórios e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume, p. 25-32. 2004.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *Terras Tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2004, v.6, n.1, p.9-32. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20140401182256pdf16.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- ALVES, Márcio Resende; ALVES, José Eustáquio Diniz. Civilização e barbárie: D. João vi e a conquista dos sertões do leste. **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**, CEDEPLAR/UFMG. Diamantina (MG), 2008. Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A124.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A124.pdf). Acesso em: 17 abr. 2020.
- ALVES, Maria Thereza. **Dicionário Krenak - Português/ Português - Krenak**. Design: Tam Krenak e Arne Kaiser. Maumaus, Lisboa, 2010. 127 p. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/LIVROS/MFN-43219.PDF>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- ANA - Agência Nacional das Águas (Brasil): **Plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce: relatório executivo**. Brasília: ANA, 2013.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos avançados**, São Paulo , v. 11, n. 29, p. 169-194, abr. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 jan. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL INDIGENISTA – ANAÍ. **Estudo Etnoambiental Tupinikim e Guarani**. Salvador: ANAÍ, 2010.
- ATLAS DO FOLCLORE CAPIXABA. Coordenação de Humberto Capai / Usina de Imagem – Espírito Santo, SEBRAE, 2009.
- AZEVEDO, Elaine de. Comer: ato político. **Piseagrama**, Belo Horizonte, seção Extra!, 17, abr. 2019b.
- AZEVEDO, Elaine de. *Lobbies Alimentares*. **Revista Ingesta**, v. 1. 2019a, p. 53-67. Disponível em: <https://piseagrama.org/comer-ato-politico/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

- AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**. vol.19, n.44. 2017, pp.276-307. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222017000100276&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222017000100276&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 26 jun. 2020.
- BARCELLOS, Gilsa Helena. **Desterritorialização e R-Existência Tupinikim: Mulheres Indígenas e o Complexo Agroindustrial da Aracruz Celulose**. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia (tese de doutorado), Belo Horizonte, 2008.
- BARCELOS, E. (Cartógrafo). O Rastro da Destruição. O Caminho da Lama... na Bacia do Rio Doce. 2015.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras** in: O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000 [1969].
- BECKER, Berta K. **O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação**. 1969. 130 f. Tese de concurso para livre-docência. Instituto de Geociências - UFRJ, 1969.
- BELIEVE.EARTH. Entrevista – Ailton Krenak: Os frutos do discurso que comoveu o país, 2018. Disponível em: <https://believe.earth/pt-br/ailton-krenak-os-frutos-do-discurso-que-comoveu-o-pais/>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- BELIK, Walter. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 94–110, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634614>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**/ Vincent Berdoulay: tradução Oswaldo Bueno Amorim Filho. – 1. ed. – São Paulo : Perspectiva, 2017.
- BICALHO, Charlene Sales. **Além da Superfície: Impactos do Desenvolvimento na Pesca Artesanal de Regência Augusta-ES**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)**. 2010. 464 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BLEIL, S. I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, ano 11, v. 6, p. 1-25, 1998
- BORGO, I.; ROSA, L.; PACHECO, R. J. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro de povoamento**. Vitória: Edufes, 1996. 178 p.
- BRASIL. Lei n. 11.346, 15 de set. 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -Sisan- com vista em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União,

- Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm). Acesso em: 22 dez. 2019.
- BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014a. 156 p. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf). Acesso em: 13 mai. 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**, n.1, 2014b. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2019.
- BRASIL. Ministério Público Federal. **Dúvidas sobre o TAC Governança?**. 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/duvidas-sobre-otac-governanca>. Acesso em: 27 mai. 2020.
- BRENA, Valentina. **De Boca em Boca: culinaria afrouruguaya**. Rumbo Editorial, Montevideo, 2017.
- BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- BV AMBIENTE - UERJ (Biblioteca Virtual do Meio Ambiente da Baixada Fluminense – Universidade federal do Rio de Janeiro). **DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento**. 2020. Disponível em: <https://www.bvambienteuerjfebf.com/copia-comissao-de-1930>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**. v. 17, n. 3, pp. 115-134, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300008>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros), 1964.
- CANESQUI, Ana Maria. *Comentários sobre os estudos antropológicos da alimentação*. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
- CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE. **Carta Política**. Coordenação Editorial: Morgana Masseli. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares (NAGÔ); Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) - Governador Valadares, 2016. 50p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Aculturação e "fricção interétnica"*. **América Latina**, v. 6, n. 3, p. 33-46, 1963.

CARDOSO, Jéssica Mendes, et al. **Sambaquis: uma história antes do Brasil : Guia Didático**. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. 2019. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/366>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível*. In: **Antropologia do Brasil: Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986[1979].

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania** – 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde** / Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação** –Rio de Janeiro : Elsevier, 2003.

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. **Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na baixada dos Goytacazes**. São Paulo: Annablume, Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 2003.

CARVALHO, Horacio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: dezembro, 2013.

CARVALHO, M. S. A Geografia da Alimentação em frente pioneira (Londrina-Paraná). **Terra Livre**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 95-110, 2005

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. 1ª edição digital, Global Editora, São Paulo, [1947] 2012. [Ebook]

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 1ª edição digital, Global Editora, São Paulo, [1986] 2016. [Ebook]

CASTILHO, Claudio Jorge de Moura. Jean Brunhes: a atualidade de um geógrafo do início do século XX. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 06, N. 01, pp. 253-272, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229926/24132>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CASTRO, Josué de. **A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana**. Livraria do Globo, Rio de Janeiro, 1937.



- CASTRO, Josué de. **Condições de vida das classes operárias do Recife**. Departamento de Saúde Pública, Recife, 1935.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro : pão ou aço**. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984 [1946].
- CEA - Centro de Estudos Ambientais. **Relatório de Impacto Ambiental da UTE Mundi Linhares**. Vitória, 2011. Disponível em: [http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA\\_UTE\\_MUNDI\\_LINHARE\\_S.PDF](http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA_UTE_MUNDI_LINHARE_S.PDF). Acesso em: 27 abr. 2020.
- CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Mbyá Guarani**. 352 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos de Pós – Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2001.
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário; Comissão de Articulação Tupinikim e Guarani. **Campanha Internacional pela Ampliação e Demarcação das Terras Indígenas Tupinikim e Guarani**. Aracruz: CIMI, 1996.
- COELHO, André L. N. **Alterações hidrogeomorfológicas no Médio-Baixo Rio Doce/ES** 2007. 227 f. Tese de Doutorado (Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia), Niterói, 2007.
- COELHO, André Luiz Nascentes. Bacia hidrográfica do Rio Doce(MG/ES):uma análise socioambiental integrada. **Geografares**, [S. l.], n. 7, 2009. DOI: 10.7147/GEO7.156. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/156>. Acesso em: 21 out. 2019.
- COELHO, M. A. T; KRENAK, A. Genocídio e resgate dos "Botocudo". **Estudos Avançados**., São Paulo, v. 23, n. 65, p. 193-204, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 abr. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce**. Brasília: CNDH, 2017.
- CONTRERAS, Jesús Hernández. *Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares*. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
- DaMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar / cozinhar**. trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endilich Orth. – Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1996.
- DEBLASIS, Paulo, et al. *Sambaquis e Paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil*. **Arqueologia Sul-Americana** 3,1, janeiro. 2007.

- DELEUZE, Gilles., PARNET, Claire. **Abecedário de Gilles Deleuze**. Éditions Montparnasse, Paris. Filmado em 1988-1989. Publicado em: 1995.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. DIEGUES, A. C; MOREIRA, C. A. (Orgs). **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPUAB, USP, 2001, p. 97-124.
- DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant' Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2008.
- DUARTE, Luiz Otávio Martins. *Políticas socioambientais e as comunidades da foz do Rio Doce: antigas questões regadas com lama*, p. 129-150. **Vidas de rio e mar : pesca, desenvolvimentismo e ambientalização** / Organizadoras, Eliana Santos Junqueira Creado, Aline Trigueiro, Clara Crizio de Araujo Torres. – 1. Ed. – Vitória : ProEx, 2018.
- EHRENHEICH, Paul. **Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX**. BENTIVOGLIO, J. (org.) Coleção Canaã v. 21. Vitória: APEES, [1887] 2014. Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MIOLO\\_LivroIndiosBotocudos\\_Jun2014\\_041214.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MIOLO_LivroIndiosBotocudos_Jun2014_041214.pdf). Acesso em: 26 mai. 2019.
- EMBRAPA. Mandioca: o produtor pergunta, a Embrapa responde / editores técnicos, Pedro Luiz Pires de Mattos, Alba Rejane Nunes Farias, José Raimundo Ferreira Filho. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 176 p.. : il. – (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).
- ESPINDOLA, Haruf S. **Sertão do Rio Doce**, Bauru – SP: EDUSC, 2005. 488 p.
- ESTEVE, Esther Vivas; **O Negócio da Comida: Quem controla nossa alimentação?/** - 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FAO. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Câmara Mundial da Alimentação. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- FAO. **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional – sistemas alimentares sustentáveis para acabar com a fome e a má nutrição**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Santiago, 2017.
- FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets**. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. Rome, 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agronegócio e Reforma Agrária*. In: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. In: **OSAL : Observatorio Social de América Latina**. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110312111042/34MFernandes.pdf> f. Acesso em: 03 out. 2019.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. *“Donos do Lugar”*: a geo-grafia negra e camponesa do Sapê do Norte – ES. **Geografares**, [S. l.], n. 8, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1298>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. Tese (Doutorado) em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, 2009.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.
- FLANDRIN, J. MONTANARI, M. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade. 1998.
- FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração final**. Havana, Cuba, set. 2001. Disponível em: [www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod-1562](http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod-1562)
- FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia** – 5ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010
- GARINE, I. **Alimentação, culturas e sociedades**. Correio da Unesco, v. 15, n. 7, jul. 1987.
- GIANELLA, Letícia de Carvalho. **Entre o mar e a metrópole: desenvolvimento, território e identidade da comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro**. 2009, 165 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 347 f. Tese (Doutorado) - Campus de Presidente Prudente. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, 2008.
- GOMES JUNIOR, N.N.; PINTO, H.S.; LEDA, L.C. *Alimento e comida: sistema de abastecimento e consumo alimentar urbano*. **Guaju**, Matinhos, v. 2, nº 1, jan./jun. 2016, p. 61-76.

- GONÇALVES, Felipe Pinto. *Distribuição da população no litoral de Linhares-ES. Geografares*, n°16, p.94-119, Janeiro-Junho, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/7119/0>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- GONÇALVES, Felipe Pinto. **A Atividade Energética e riscos no litoral de Linhares: problemas e perspectivas para a gestão do território**. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. *Terras de uso comum: oralidade e escrita em confronto. Afro-Ásia*. Nº 16 – 1995, p. 116 – 132.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004a.
- HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia*, 29, p. 11–24, jan. 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano IX, n.17, p.19-45, 2007.
- HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana Tramontani. *O mito da desterritorialização econômica. GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v.6, n.12, p.25-48, 2004b.
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Lauda técnico preliminar impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. Brasília, DF: DIPRO/ CGEMA, 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos** / - Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Características da população e dos domicílios** - Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.
- IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018 : análise do consumo alimentar pessoal no Brasil** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020a.
- IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010a.

- IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro : IBGE, 2020b.
- JUSTIÇA GLOBAL. **Vale de Lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão**. 2016. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi-aGlobal.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.
- KNOKE, William. *O Supermercado no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**. Vol. 3, n. 9, out-dez, 1963.
- KRAKOVICS, Fernanda. Drenagem cria deserto no Espírito Santo. Folha de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2906200128.htm>. Acesso em: 06 out. 2019.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** – 1ª ed. – São Paulo : Companhia das letras, 2019.
- LA BLACHE, Vidal de. Les genres de vie dans la Géographie humaine – Secon Article. *Annales de Géographie*, n. 112 t. 20, 1911. Tradução: Guilherme Ribeiro. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.
- LACTEC. **Diagnóstico Socioambiental do Rio Doce** – Relatório de Linha Base - Resumo Executivo. Curitiba: Lactec, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorio-lactec-1>. Acesso em: 02 mai. 2019.
- LANGFUR, Hal. **The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750–1830**. Stanford University Press. 2006, 432p.
- LANI, J. L.; DE REZENDE, S. B.; SARTAIN, J. D.; LANI, J. A. *Águas da região do delta do Rio Doce com ênfase no vale do Suruaca, Linhares-ES*. **Geografares**, [S. l.], n. 7, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/157>. Acesso em: 07 nov. 2019.
- LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. REVOLUÇÃO VERDE: IMPACTOS SOBRE OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS. **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- LEONARDO, F. A. M. **Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental: o caso da pesca artesanal em Regência Augusta-ES**. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - UFES: Vitória, 2014.

- LEONARDO, F. A. M; IZOTON, J. P. L. “*Nós não estamos lidando com lambaris, estamos lidando com tubarões*” *Sobre os efeitos e os desdobramentos institucionais do desastre da mineração na foz do Rio Doce.*, p. 153-179. **Vidas de rio e mar : pesca, desenvolvimentismo e ambientalização** / Organizadoras, Eliana Santos Junqueira Creado, Aline Trigueiro, Clara Crizio de Araujo Torres. – 1. Ed. – Vitória : ProEx, 2018.
- LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. Relatório de pesquisa. GEPEDES. 2017.
- LEONARDO, Maria. *Antropologia da Alimentação*. Revista **Antropos** – Volume 3, Ano 2, Dezembro, 2009.
- LEPSCH, P. **Precificação em supermercado: um estudo exploratório junto a vinte empresas brasileiras**. Piracicaba, 1999. Dissertação (Mestrado), Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. **Mitológicas 1**. São Paulo, Cosac Naify, 2004.
- LIMA, Deborah de Magalhães. *A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico*. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2. Nº 2 - março, 2009. p. 5-32. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107/161>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. *Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil*. **Revista Saúde Pública**. 2015, vol.49, 38. 1-11 p. Epub July 10, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/dm9XvfGy88W3WwQGBKrRnXh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- LUCCI, Pedro Henrique Gomide. **Geografia dos Alimentos no Espírito Santo**. Dissertação de mestrado, PPGGEO, UFES: Vitória, ES, 2013.
- LUCIANO, Gersem (Baniwa). **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: [http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12\\_Vias01WEB.pdf](http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf). Acesso em: 19 set. 2019.
- LUSTOSA, Marta Moeckel Amaral. **Humanidade, Desenvolvimento e Alimentação: Que futuro e esse?** Dissertação (mestrado) - UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.
- MAIA, Aristides Araújo. História da província de Minas Gerais. **Imprensa Oficial de Minas Gerais**. Vol. 7 – Belo Horizonte, 1902. p. 23-55.
- MALUF, Renato S; REIS, Márcio Carneiro dos. *Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional*. In: ROCHA, Cecília, et al. (Org.). **Segurança Alimentar**

**e Nutricional: Perspectivas, aprendizados e desafios para políticas públicas.** – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 15 – 42.

- MARACCI, Marilda Teles. **Progresso da Morte, Progresso da Vida: a Reterritorialização Conjunta dos Povos Tupiniquim e Guarani em Luta pela Retomada de seus Territórios (Espírito Santo - Brasil).** Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: Instituto de Geociências/Depto. Geografia/UFF, 2008, 288 pp
- MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios Imperiais: os Botocudos, os Militares e a Colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845).** Dissertação de Mestrado. UFES, 2007, p. 181.
- MARINATO, Francieli Aparecida. *Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso da pacificação no Primeiro Reinado.* Dimensões – **Revista de História da UFES**, Vitória, 2008, n. 21, p.41-62.
- MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. *Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes.* **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, V. 2, nº 17, p. 78-87. 2010.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo : Martins Fontes, 1998.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1989.
- MAZETTO, Francisco de Assis Penteado; MAIA, Haline Aparecida de Oliveira; SIMONCINI, João Batista Villas Boas. *Fome Oculta.* **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, Número especial EGAL, 2011, pp.1-17. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820554>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MPF - Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Linhares. Vara Federal de Linhares, Subseção Judiciária do Estado do Espírito Santo. Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). Ação Civil Pública com pedido de Antecipação de Tutela. 28 de março de 2016. Processo nº 0002571-13.2016.4.02.5004 (2016.50.04.002571-0).
- MITIDIERO JUNIOR, M, A; BARBOSA, H, J, N; SÁ, T, H de. *Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006.* **Revista Pegada**, v. 18, n. 3, pp. 7 -77, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540>. Acesso em: 10 nov. 2019.

- MOLITERNO, Aline Cardoso Machado et al. *Processo de gestar e parir entre as mulheres Kaingang. Texto & contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 293-301, Junho, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 ago. 2020.
- MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.**; tradução de Leticia Martins de Andrade.- 2ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Introdução*. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.). **Ratzel: Geografia**. São Paulo: Ática, 1990. p. 5-30.
- MOREIRA, Ruy. *Nossos Clássicos: Max Sorre. GEOgraphia*, v. 5 n. 10, pp. 135-136, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13460>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MOREL, Marco. *Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudos durante o Primeiro Reinado. Dimensões* – Revista de História da UFES, Vitória, 2002, n.º 14, p. 91-113. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2624/2109>. Acesso em: 09 jun. 2019.
- MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores. **Soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade**, 2016. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/artigos/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>
- NASCIMENTO, S.C. *Fontes para a história indígena no Espírito Santo no século XIX: Puris e Botocudos. Dimensões* – Revista de História da UFES, Vitória, 2001, v.13, p.229-242. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2394/1890>. Acesso em: 25 out. 2019.
- NOGUEIRA PINTO, M. D. **Mandioca e Farinha: subsistência e tradição cultural**. 2016. Disponível em: [www.mao.org.br/wp-content/uploads/pinto\\_01.pdf](http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/pinto_01.pdf). Acesso em: 21 nov. 2019.
- NOGUEIRA, Carlo Eugênio. *Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943), Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], v. 13, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/6133>. Acesso em: 25 out. 2020.
- OCCA. **Estudo territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, rio Doce - Linhares (ES)**. Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) / Vitória: UFES, 2017.
- OCCA. **Relatório de identificação do território tradicional ribeirinho da foz do rio Doce**. Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) / Vitória: UFES, 2014
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará - Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia



Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Os limites do novo censo agropecuário**. 2010. Disponível em: <http://www.revistamissoes.org.br/2010/02/os-limites-do-novo-censo-agropecuário/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

OLIVEIRA, Celso Lucas Fernandes. *A construção histórica do Agronegócio e a Questão Agrária*. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 20 – 35, Jul/Dez. 2015.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm). Acesso em: 21 set. 2019.

ORGANON - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. **Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco - Relatório preliminar**. Novembro / dezembro. Mimeo. 2015.

PERES F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. *Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema*. In PERES, F.; MOREIRA, J. C. (orgs.). **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 21-41

PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia norte Espírito-Santense. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do 4º ano, 1968-1969. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 15, p. 149-162, fev. 1971.

PERRONE, Adriano; MOREIRA, Thais Helena Leite. **História e Geografia do Espírito Santo**. Vitória, 2003.

POLLAN, Michael. **Cozinhar: uma história natural da transformação** / Michael Pollan; tradução Cláudio Figueiredo – 1. Ed. –Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da, PACHECO, Tania. *Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada*. In: CANUTO, Antônio Canuto; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto Andrade (Coord.). **Conflitos no Campo: Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. **GEOgrafia**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano VIII, N. 16, 2006b, p. 41-55.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

PORTUGUEZ, Anderson; NÉSPOLI, Guilherme Scarpì. *Incidência da cadeia produtiva dos hidrocarbonetos sobre o espaço turístico de Pontal do Ipiranga (Linhares-*

- ES). In: TORRES, F. T. P.; DAGNINO, R.S.; OLIVEIRA JR., A. (orgs.). **Contribuições geográficas**. Ubá: Editora Geographica, 2009, p. 425-450.
- POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 227-278.
- RAFFESTIN, Claude: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATTS, Alecsandro J. P, *A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados*. In:ALMEIDA, Maria G. de; RATTS, Alexsandro J.Prudêncio (Orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29- 48.
- RATZEL, Friedrich. **Geografia do Homem (Antropogeografia)**. In: MORAES, A. C. *Raztel*. São Paulo: Ática, 1990.
- RATZEL, Friedrich. *O espaço da vida [Lebensraum]: um estudo biogeográfico (parte II)*. **GEOgraphia**, v. 21, n. 46, pp. 120-130, 2019 [1903].
- REBELLO, Wanderson dos Santos. **O papel dos canais do DNOS nas várzeas do Riacho (ES) : estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Natureza, Técnica e Território) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- REDE RIO DOCE MAR (RRDM). **Relatório Anual: Anexo 1 – Monitoramento ecotoxicológico dos impactos causados pela lama oriunda do rompimento da barragem de Mariana (MG) em regiões dulcícolas, estuarinas e marinhas**. - Coord. BIANCHINI, A; BASTOS, A, C; TEIXEIRA, E, C; CASTRO, E, V; SANTOS, J, A, D dos. Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente (PMBA) : Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST) - Vitória, 2019a. 884p.
- REDE RIO DOCE MAR (RRDM). **Relatório Anual: Anexo 3 – Análise abiótica e biótica no Ambiente Dulcícola Discussão Integrada**. - Coord. BIANCHINI, A; BASTOS, A, C; TEIXEIRA, E, C; CASTRO, E, V; SANTOS, J, A, D dos. Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente (PMBA) : Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST) - Vitória, 2019b. 44p.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- RITZER, George. **The McDonaldization of Society: An Investigation Into the Changing Character of Contemporary Social Life**. 2. Ed, Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1996.
- RUSCHI, Augusto. *Grupos antropológicos indígenas do E. E. Santo. Causas de seu desaparecimento. Dados sobre a população e a área de floresta para sua sobrevivência*. In: **Boletim do Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão”**, Santa Teresa (ES), n. 18, jan. 1954.
- SÁ, Magali Romero. *A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização*. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 4, supl., p. 818-826, dez. 2008.
- SACK, Robert. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. São Paulo: Itatiaia, 1988.
- SALDANHA, Miguel Chaves. **Do sistema tripolar GTP à geografia transversal e de travessias : uma abordagem geográfica do distrito de Regência Augusta, Linhares-ES**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós Graduação e Geografia – Universidade federal do Espírito Santo. Vitória. 2018.
- SALDANHA, Miguel Chaves. **Territórios sobrepostos e paisagens entrelaçadas: a Cabruca na margem direita da foz rio Doce, Linhares – Espírito Santo**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.
- SANTILI, Juliana. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo, Petrópolis, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim das descobertas imperiais*. In Oliveira, I. B.; Sgarbi, P. (Orgs.) **Redes culturais: diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (orgs.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2018.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. - 4. ed. 2. reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. - São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. – 9ª Ed. – Rio De Janeiro: Record, 2002.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

- SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território** – 4.ed. – São Paulo, Outras Expressões, 2015a.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. -2. Ed. – Rio de Janeiro : Consequência, 2015b.
- SARMENTO-SOARES, Luiza Maria; MARTINS-PINHEIRO, Ronaldo Fernando. *A fauna de peixes na bacia do rio Barra Seca e na REBIO de Sooretama, Espírito Santo, Brasil*. **Boletim do Museu de Biologia “Prof. Mello Leitão”** n. 35, p.49-104, julho de 2014.
- SCHOR, Tatiana, et al. *Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares.*, **Confins**, n. 24, p. 1-23, julho, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/282971332\\_Do\\_peixe\\_com\\_farinha\\_a\\_macarronada\\_com\\_frango\\_uma\\_analise\\_das\\_transformacoes\\_na\\_rede\\_urbana\\_no\\_Alto\\_Solimoes\\_pela\\_perspectiva\\_dos\\_padroes\\_alimentares](https://www.researchgate.net/publication/282971332_Do_peixe_com_farinha_a_macarronada_com_frango_uma_analise_das_transformacoes_na_rede_urbana_no_Alto_Solimoes_pela_perspectiva_dos_padroes_alimentares). Acesso em: 25 ago. 2020.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão*. **Revista Psicologia Política**, 10(19), 2010. p. 41-55. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277271054\\_Racismo\\_e\\_Antirracismo\\_a\\_categoria\\_raca\\_em\\_questao](https://www.researchgate.net/publication/277271054_Racismo_e_Antirracismo_a_categoria_raca_em_questao). Acesso em: 09 mar. 2020.
- SEDRU - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e Gestão Metropolitana do Governo de Minas Gerais. **Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG**. Responsável: Grupo da Força-Tarefa. Belo Horizonte, 2016. 287p.
- SEAMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – ES. **Atlas da Mata atlântica do estado do Espírito Santo: 2007/2008 – 2012/2015**. Sossai, Marcos Franklin (coord.). Cariacica-ES – IEMA, 2018.
- SEEMANN, Jörn. *Friedrich Ratzel entre tradições e traduções*. **Terra Brasilis (Nova Série)**, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabilis/180>
- SEN, Amartya. **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press; 1981.
- SILVA, Alberto Carvalho da. *De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição*. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 9, n. 23, p. 87-107, Abr. 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 dez. 2019.
- SILVA, B.J; TORRES, C.C.A. *A alimentação enquanto relação visceral com o pescado na vila de Regência e algumas pontuações sobre os seus desvios pós-lama da Samarco*. In: CREADO, E, S, J; TRIGUEIRO, A; C, C, A, TORRES (Orgs.)

**Vidas de rio e mar : pesca, desenvolvimentismo e ambientalização.** – 1. Ed. – Vitória : ProEx, , pp. 181-208, 2018.

- SILVA, Henrique Ataíde da. **Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da Manihot esculenta em São Paulo.** 2008, 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de pós graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, Henrique Ataíde da; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. *Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da Manihot esculenta no estado de São Paulo.* **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 37-60, jan.-abr. 2014.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. *Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”.* **Revista Brasileira de História,** São Paulo , v. 35, n. 70, p. 87-107, Dec. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882015000200087&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000200087&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 jul. 2019.
- SILVA, Thaishi Leonardo da. **Metodologia aplicada ao uso e cobertura da terra de Regência (Linhares-ES), como ferramenta de planejamento municipal.** 2014. 73 f. Monografia (Graduação em Geografia – Bacharelado) Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito, Vitória, 2014.
- SORRE, Maximilien. *Complexes pathogènes et géographie médicale.* **Annales de Géographie,** Année v.42, n.235. p. 1-18, 1933.
- SORRE, Maximilien. *A noção de gênero de vida e sua evolução.* In: MEGALE, J. F. (Org.) **Max. Sorre: Geografia,** pp. 99-123, Rio de Janeiro: Editora Ática, 1984.
- SORRE, Maximilien. *Géographie des Régimes Alimentaires. Les fondements de la géographie humaine. Tome premier. Les Fondements Biologiques: essai d’une écologie de l’homme.* 3. ed. Paris: Armand Colin, 1951. Tradução, prefácio e notas de Ana Letícia Espolador Leitão e José Carlos Braz Machado Ramos. In: *Geografia dos regimes alimentares.* **Geografares.** Edição nº 25, pp. 7 – 59. 2018.
- SOUZA, C, A, S et al. **A vassoura-de-bruxa no estado do Espírito Santo: uma ameaça para a cacauicultura.** Documentos Incaper n. 153, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/handle/item/48>
- SOUZA, E.; SILVA, M.; SILVA, S. *A cadeia produtiva da mandiocultura no vale do Jequitinhonha (MG): Uma análise dos aspectos sócio produtivos, culturais e da geração de renda para a Agricultura familiar.* **Ação Coletiva em Revista.** Ano 1, vol. 1, n. 2, set. de 2011/fev. de 2012
- STEAINS, William John. *A exploração do rio Doce e seus afluentes da margem esquerda.* **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,** n.35, p.103-27, 1984. Disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/historia/a-exploracao-do-rio-doce-e-seus-afluentes-damargem-esquerda/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

- STEDILE, João Pedro. **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo**. João Pedro Stedile (org); Lucas Bezerra (assistente de pesquisa). 1ª ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2020.
- STRAUCH, Ney. **A Bacia do Rio Doce**. Rio de Janeiro: IBGE. 1955. 199 p.
- SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida. *Entre a dominação racional-legal e o carisma: o Projeto Tamar e sua intervenção em comunidades pesqueiras do litoral brasileiro*. **Sociedade e Estado**., Brasília , v. 20, n. 3, p. 521-539, Dec. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922005000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 abr. 2020.
- TEIXEIRA, João Luiz da Cunha. **A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso da planície litorânea do norte capixaba-Brasil**. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- TERRA, Ademir. *Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa*. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, p. 17 - 31. 2009.
- VALIM, Hauley Silva. **Religião e etnicidade- o herói Caboclo Bernardo e a construção étnica da vila de Regência Augusta, ES**. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Metodista de São Paulo – São Bernardo do Campo, 2008.
- VARGAS, André Azoury. **Mapeamento Participativo e Processos de Construção da Identidade Indígena da Comunidade de Areal e Santa Maria - rio Doce (Linhares-ES)**. 2016. 130 f. Monografia (Graduação em Geografia - Bacharelado). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2016.
- VARGAS, A, A; ARAÚJO, C, S; ALMEIDA, D, R; FREIRE, J, W; BARBARA, R, P. **O que (como) comem: geografando hábitos alimentares na Geração Z**. 2017. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia – Licenciatura). Departamento de Educação, Política e Sociedade, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES. 2017.
- VICENTE, Glediana Aparecida Dantas. **Território e Cultura: os Tupinikim de Caieiras Velhas-ES (2007-2014)**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- VIEIRA, Diovana Renoldi; **Discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo desastre-crime da barragem de mineração da Samarco**. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.
- VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança. Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina**. 2008. 220 f. Tese

(Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- VIEIRA, Luiz Henrique. **Os impactos socioambientais dos empreendimentos industriais na comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho – Aracruz/ES**. 2012. 109 f. Monografia (Graduação em Geografia - Bacharelado) Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito, Vitória, 2012.
- VILLAGRAN, Ximena Suarez et al. *Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas*. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 13, n. 3, p. 573-596, Dec. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222018000300573&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222018000300573&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 jan. 2020.
- VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *Da obrigação de alimentar os escravos no Brasil colonial*. **Estud. hist.** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 5-32, Apr. 2019.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. O que nos faz pensar*, [S.l.], v. 14, n. 18, p. 225-254, sep. 2004. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqfnf/article/view/197>. Acesso em: 17 mai. 2019.
- WALSH, Catherine; GARCÍA, Juan. *El pensar del emergente movimiento afroecuatoriano. Reflexiones (des)de un proceso*. En: Daniel Mato (coord.): **Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder**. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela. 2002, p. 317-326.
- WELCH, C; FERNANDES, B. M. *Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil*. In: PAULILO, E. T. e FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.161-190.
- WILDER, A. **Mudanças no setor supermercadista e a formação de associações de pequenos supermercados**. 2003. 189 f. (Dissertação de Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP. 2003.
- YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.
- ZANOTTO, Rita. **Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da via campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia**. 2017, Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.
- ZORZAL e SILVA, M., CAYRES, D. C., & SOUZA, L. A. M. *Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: O caso da barragem de Fundão, MG*. **Civitas**, Porto Alegre, 19(2), p. 464-488. 2019.
- ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ UFES, 2010.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama Histórico de Linhares**. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1941.

### **Sites Acessados:**

ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados. Setor supermercadista registra faturamento de R\$ 378,3 bilhões em 2019. 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/70790/setor-supermercadista-registra-faturamento-de-r-378-3-bilhoes-em-2019>. Acesso em: 19 nov. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas#:~:text=Desde%201988%2C%20o%20Estado%20j%C3%A1,das%20terras%20ocupadas%20por%20quilombolas>. Acesso em: 21 mar. 2020.

AGÊNCIA SENADO. Há 170 anos, lei de Terras oficializou a opção do Brasil pelos latifúndios. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Rio Doce- Saiba Mais. 2018. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sala-de-situacao/rio-doce/saiba-mais-inferior>. Acesso em: 07 mai. 2019.

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Dados Abertos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-abertos/dados-abertos>. Acesso em: 16 out. 2020.

BEEFPOINT. Quem exporta a carne bovina do Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/quem-exporta-a-carne-bovina-do-brasil/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 - Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006, Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CBHDOCE - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Disponível em: <http://www.riodoce.cbh.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. 37 anos de espera: Demarcação da terra indígena Cachoeirinha agora tem prazo para terminar. 2019. Disponível em:



- <https://cimi.org.br/2019/09/37-anos-de-espera-demarcacao-da-terra-indigena-cachoeirinha-agora-tem-prazo-para-terminar/>. Acesso em: 24 mai. 2020.
- EMBRAPA, Central de Inteligência de Aves e Suínos. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/suinos-e-aves/cias/estatisticas/frangos/mundo> e <https://www.embrapa.br/en/suinos-e-aves/cias/estatisticas/frangos/brasil>. Acesso em: 14 set. 2020.
- EPBR. EnP compra participações em campos e blocos no Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://epbr.com.br/enp-compra-participacao-em-campos-e-blocos-no-espírito-santo/>. Acesso em: 06 ago. 2020.
- ESBRASIL. Papel e celulose: nasce uma gigante do setor. 2020. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/papel-e-celulose-retrospectiva-2019/>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- FAO. FAO: reduzir desperdícios de alimentos contribui para combate às mudanças climáticas. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-reduzir-desperdicio-de-alimentos-contribui-para-combate-as-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- FAO. 30% de toda comida produzida no mundo vai parar no lixo. 2017b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-30-de-toda-a-comida-produzida-no-mundo-vai-parar-no-lixo/>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- FAO. Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e no Caribe. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/>. Acesso em: 09 fev. 2020.
- FUNAI, Fundação Nacional do Índio, 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- FUNAI, O Brasil Indígena. 2013. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.
- FUNDAÇÃO RENOVA. Conheça os Programas. 2020, Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- GAZETA DO NORTE. Frisa, de Colatina-ES, muda de dono: agora, é da Minerva (SP). 2016. Disponível em: <https://www.gazetadonorte.com/frisa-de-colatina-es-muda-de-dono-agora-e-da-minerva-sp/>. Acesso em: 02 abr. 2020
- GAZETA ONLINE. 2016. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/06/coutinho-uma-legitima-familia-de-empresarios-1013949948.html>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- GAZETA ONLINE. Coutinho: uma legítima família de empresários. 2016. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/06/coutinho-uma-legitima-familia-de-empresarios-1013949948.html>. Acesso em: 02 abr. 2020.

- IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores. Dados estatísticos. 2020. Disponível em: <https://iba.org/dados-estatisticos>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- IBGE CIDADES. Linhares-ES - Extração Vegetal e Silvicultura. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/linhares/pesquisa/16/12705?tipo=grafico&indicador=47331>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- IBGE, Produção Agropecuária. 2020c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- IBGE. Brasil Indígena – Estudos Especiais. 2016. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- IBGE. Cidades e Estados: Linhares (ES). 2020d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/linhares.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados Censo Escolar 2020. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 22 out. 2020.
- ISA - Instituto Socio Ambiental. “Não foi um acidente” diz Ailton krenak sobre a tragédia de Mariana. 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana>. Acesso em: 08 mai. 2020.
- ISA - Instituto Socio Ambiental. Terras Indígenas no Brasil. 2020. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- JUSBRASIL. TREG – Terminal de Regência (Petrobrás – Proprietária: Transpetro). 2014. Disponível em: <https://trf-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25210271/ag-agravo-de-instrumento-ag-201302010130046-trf2>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- ONU. Agricultores familiares são essenciais para subsistência global diz oficial da ONU. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agricultores-familiares-sao-essenciais-para-subsistencia-global-diz-oficial-da-onu/>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- PETROBRÁS. Bacia do Espírito Santo. 2020. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/bacia-do-espírito-santo.htm>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- PETROBRÁS. Inaugurada segunda fase da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas. 2009. Disponível em: [https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p\\_materia=6237](https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=6237). Acesso em: 05 ago. 2020.
- PETROBRÁS. Petrobrás assina contrato para venda do Polo Lagoa Parda. 2019. Disponível em: [https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p\\_materia=981306](https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=981306). Acesso em: 04 ago. 2020.

- PETROBRÁS. Petrobrás Completa 60 anos de atuação no Espírito Santo. 2017. Disponível em: [https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p\\_materia=979624](https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=979624). Acesso em: 02 ago. 2020.
- PML - Prefeitura Municipal de Linhares. História de Linhares. 2020. Disponível em: <https://linhares.es.gov.br/historia/>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- PROJETO TAMAR. Espírito Santo tem a maior concentração de desova de tartaruga gigante. 2011. Disponível em: <http://tamar.org.br/noticia1.php?cod=293>. Acesso em: 09 abr. 2020.
- PROJETO TAMAR. Tartaruga-de-couro ou Tartaruga-gigante. 2020. Disponível em: <https://www.tamar.org.br/tartaruga.php?cod=22>. Acesso em: 09 abr. 2020.
- PUBLICA - Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Watu morreu. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/04/watu-morreu/>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- RRDM - Rede Rio Doce Mar. Quem somos. 2020a. Disponível em: <http://rrdm.net.br/quem-somos/>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- RRDM - Rede Rio Doce Mar. Rede Rio Doce Mar lamenta rescisão de Acordo de Cooperação com Fundação Renova. 2020b. Disponível em: <http://rrdm.net.br/noticias/94/rede-rio-doce-mar-lamenta-rescisao-de-acordo-de-cooperacao-com-fundacao-renova-.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- SÉCULO DIÁRIO. Encontro de Cultura Ancestral reunirá diversas etnias na foz do rio Doce. 2018. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/encontro-de-cultura-ancestral-reunira-diversas-etnias-na-foz-do-rio-doce>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- SÉCULO DIÁRIO. Justiça determina continuidade do contrato da Renova com Fundação da Ufes. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/justica-determina-continuidade-do-contrato-da-renova-com-fundacao-da-ufes>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- SÉCULO DIÁRIO. Mais de 150 famílias ocupam fazenda que Aracruz Celulose utiliza para desviar rio Doce. 2015. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/mais-de-150-familias-ocupam-fazenda-que-aracruz-celulose-utiliza-para-desviar-o-rio-doce>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- SÉCULO DIÁRIO. Povo do Watu. 2015. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/26399/10/povo-do-watu>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- SÉCULO DIÁRIO. Sem terras ocupam área em posse da Aracruz (Fibria) em Linhares. 2016. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/sem-terras-ocupam-area-em-posse-da-aracruz-fibria-em-linhares>. Acesso em: 12 fev. 2020.


SINDIVEG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal. Mercado Total. 2020. Disponível em: <https://sindiveg.org.br/mercado-total/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SOS MATA ATLÂNTICA. Mata Atlântica. 2020. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

VALE. Sobre a Vale. 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 27 abr. 2020.

VIA CAMPESINA. 2020. Disponível em: <http://www.viacampesina.org>. Acesso em: 14 mai. 2020.

# ANEXOS


**Secretaria da Fazenda**  
**RECEBIMÉNTO**  
**IMPOSTO TERRITORIAL**

Coleta para as declarações de que trata o Regulamento baixado com o decreto n. 4.372 de 13 de Janeiro de 1934.

Denominação da propriedade..... *Areal*  
 Séde do imóvel.....  
 Distrito..... *Magalhães* Município *Palatino*  
 Nome do proprietário..... *Manoel Nobre P. B.*  
 Area total..... *Vinte e cinco* hectares, valor rs. .... *3.000,00*  
 Area cultivada..... *Dez* hectares, valor rs. .... *3.750,00*  
 Area inculca..... *Quinze* hectares, valor rs. .... *3.000,00*

OBSERVAÇÕES:

Norte..... *Para o Norte*  
 Este..... *Para o Leste* Oeste..... *Para o Oeste*  
 Valor das culturas Rs. .... *2.500,00* Valor das culturas em gmelha *100,00*  
 Observações..... *Não requerida*

Data..... *Magalhães de Abril de 1934*

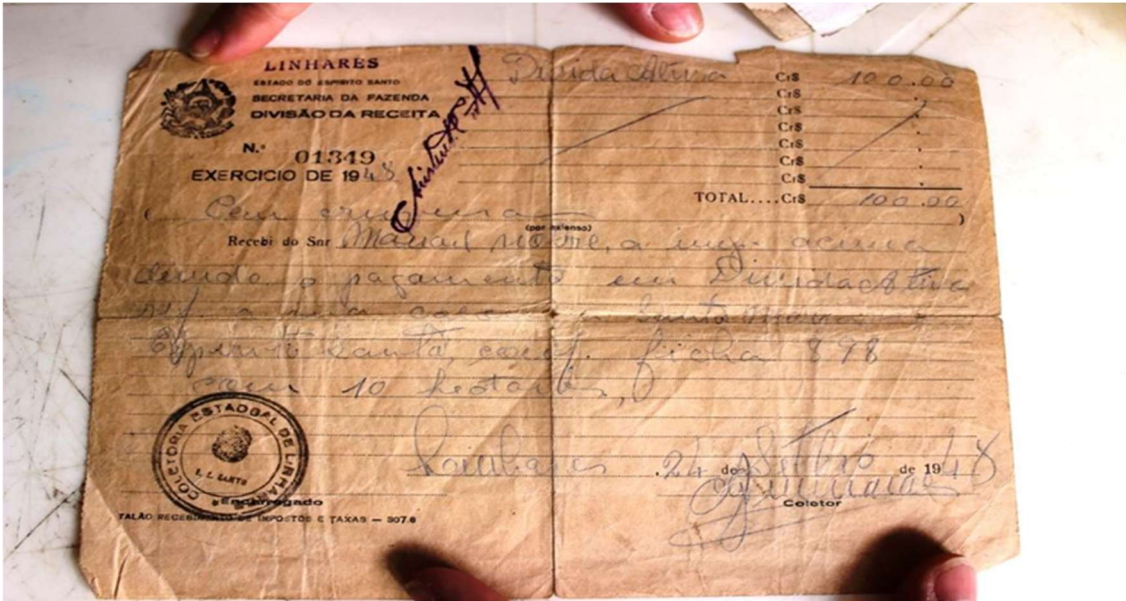
Assinatura sobre uma estampilha Estadual de 2\$000 (Na 1ª via) *Manoel Nobre P. B.*

PARA USO DA REPARTIÇÃO DA FAZENDA

*nao aprova este numero*  
 Registrado sob n. .... *190* ..... a cobrar rs. .... *10.000,00*  
 (..... *Dez mil* ..... ) (POR EXTENSÃO) .....  
 Em ..... *12 de Abril* ..... de 1934 .....  
 ..... *Manoel Nobre P. B.* .....  
 ..... SINATURADO .....

**Anexo 1** - Documento do Imposto Territorial pago por Manoel Nobre Pinto Barcelos à Secretaria da Fazenda no ano de 1934, referente a uma propriedade denominada Areal, com área de 25 hectares, dentre os quais 10 cultivados, que se encontrava “não requerida”. Fonte: OCCA, 2017.





**Anexo 2** - Recibo emitido pela Divisão da Receita da Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo, referente a pagamento em Dívida Ativa de uma área denominada Santa Maria, feito por Manoel Nobre em 1948. Fonte: OCCA, 2017.



**Anexo 3** - Aviso de Débito emitido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em 1966, referente ao Imposto Territorial Rural de uma área pertencente a Manoel Nobre Pinto de Barcelos. Fonte: OCCA, 2017.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
**INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA**  
IMPÓSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL  
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS E CONTRIBUIÇÃO AO INDA

EXERCÍCIO 1967 NÚMERO DO IMÓVEL 53-02-002-04100-93 ESTADO DO TERRITÓRIO ESP SANTO MUNICÍPIO LINHARES DISTRITO REGÊNCIA LOCALIZAÇÃO A 2 KM DISTANTE DE POVOAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS, EM HECTARES: ÁREA TOTAL 100,0; ÁREA EXPLORÁVEL 100,0; MÓDULO 108; FOLHA 0,9; FOLHA MÍN. PROCLAMADA 100,0. CLASSIFICAÇÃO: MINIFUNDIO.

DATA DE EMISSÃO: 27/07/67. CASISTRADO EM NOME DE: TALMA JOSÉ BARCELOS. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: CD.

COMPOSIÇÃO DA ALÍQUOTA DO IMPÓSTO: TAXA BARRICA 0,2%; ALÍQUOTA 1,0%; ALÍQUOTA 1,1%; ALÍQUOTA 0,4%; ALÍQUOTA 1,5%; ALÍQUOTA 0,132%. VALOR TRIBUTÁVEL DA TERRA RURAL: 2.200,00. IMPÓSTO SEM DEDUÇÃO: 2,90.

VALORES LANÇADOS NESTE EXERCÍCIO: IMP. O DEDUÇÃO 2,90; TAXA DE CADASTRO 0; CONTRIBUIÇÃO AO INDA 0. VALORES RELATIVOS AO EXERCÍCIO ANTERIOR: DÉBITO 0; CÉDULO 0; CÉDULO 0. CREDITO 0.

IMPORTÂNCIA TOTAL A PAGAR (com abatimento de multa): SEM MULTA 2,90; COM 5% DE MULTA 3,05; COM 10% DE MULTA 3,19. DATA FORMAL - 1º PRAZO: 31/10/67; DATA FORMAL - 2º PRAZO: 30/11/67; DATA FORMAL - 3º PRAZO: 30/12/67.

AGENTE ARRECADADOR: BCO CRED AGRIC ESP SANTO LOCAL AGENCIA LINHARES.

RECIBO - CERTIFICADO DE CADASTRO (VALOR A SE 31 DE DEZEMBRO DE 1967). Assinado por Adolpho Preimesny. Valor: 2.900.

---

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
**INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA**  
IMPÓSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL  
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS E CONTRIBUIÇÃO AO INDA

EXERCÍCIO 1967 NÚMERO DO IMÓVEL 35-02-002-04098-72 ESTADO DO TERRITÓRIO ESP SANTO MUNICÍPIO LINHARES DISTRITO REGÊNCIA LOCALIZAÇÃO A 2 KM DISTANTE DE POVOAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS, EM HECTARES: ÁREA TOTAL 37,0; ÁREA EXPLORÁVEL 37,0; MÓDULO 84; FOLHA 0,4; FOLHA MÍN. PROCLAMADA 37,0. CLASSIFICAÇÃO: MINIFUNDIO.

DATA DE EMISSÃO: 27/07/67. CASISTRADO EM NOME DE: TOLMO JOSÉ BARCELOS. ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: CD.

COMPOSIÇÃO DA ALÍQUOTA DO IMPÓSTO: TAXA BARRICA 0,2%; ALÍQUOTA 1,5%; ALÍQUOTA 1,1%; ALÍQUOTA 0,9%; ALÍQUOTA 1,3%; ALÍQUOTA 0,386%. VALOR TRIBUTÁVEL DA TERRA RURAL: 814,00. IMPÓSTO SEM DEDUÇÃO: 3,10.

VALORES LANÇADOS NESTE EXERCÍCIO: IMP. O DEDUÇÃO 3,10; TAXA DE CADASTRO 0; CONTRIBUIÇÃO AO INDA 0. VALORES RELATIVOS AO EXERCÍCIO ANTERIOR: DÉBITO 0; CÉDULO 0; CÉDULO 0. CREDITO 0.

IMPORTÂNCIA TOTAL A PAGAR (com abatimento de multa): SEM MULTA 3,10; COM 5% DE MULTA 3,26; COM 10% DE MULTA 3,41. DATA FORMAL - 1º PRAZO: 31/10/67; DATA FORMAL - 2º PRAZO: 30/11/67; DATA FORMAL - 3º PRAZO: 30/12/67.

AGENTE ARRECADADOR: BCO CRED AGRIC ESP SANTO LOCAL AGENCIA LINHARES.

RECIBO - CERTIFICADO DE CADASTRO (VALOR A SE 31 DE DEZEMBRO DE 1967). Assinado por Adolpho Preimesny. Valor: 310.

**Anexo 4:** Dois recibos emitidos em 1967 pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e referentes ao pagamento de Imposto Territorial Rural de duas áreas – uma com 100 hectares e uma com 37 hectares - feito por Talma José Barcelos. Fonte: OCCA, 2017.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AEROFOTOGRAMETRIA E FOTOINTERPRETAÇÃO

FICHA N.º 138/69		PROCESSO - D.T.C. N.º 86/CONI			
REGISTRO IMOBILIÁRIO					
DISTRITO	CART.	LV.	FLS.	N.º DE ORDEM	
CÓDIGO DP INCRA (CADASTRAMENTO)					
ESTADO	Z. N.	MUN.	U. M. C.	N.º IMÓVEL	
CÓDIGO DP INCRA (RECADASTRAMENTO)					
MUN.		N.º IMÓVEL		D. CHE.	
IPR - INCRA					
ÁREAS					
FOTO	DOCUM.	PLANTA	D.P.		
26,07					

LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:

Areial LOCAL	Sede DISTRITO	Linhares MUNICÍPIO	ES. ESTADO
--------------	---------------	--------------------	------------

PROPRIETÁRIO: Talma José Lourenço

C. P. F.:

C. G. C.:

ENDEREÇO: Reside na propriedade

RUA	N.º	BAIRRO
CIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO
Linhares	Linhares	E. Santo

CONFRONTAÇÕES

N- Izidoro Francisco Costa

L- Manoel Nobre de Barcelos

L- Izidoro Francisco Costa

O- Reserva dos Comboios

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

TÍTULO DE AQUISIÇÃO

PROPRIETÁRIO	DATA	TIP. DOC.	CART.	LV.	FLS.
Talma José Lourenço	1-9-69	Requerimento			
OBSERVAÇÕES					
Requerer uma área aproximada de 15,00ha.					P. A.
					<input checked="" type="checkbox"/>
					N. C.
					<input type="checkbox"/>

USO ATUAL		QUANT. DECL. (HA)	CONSTRUÇÕES	QUANT. DECL.
A	Anual	2,00	Casa de estoque	4
Cap	Capoeira	15,00		
Pa	Pasto	8,00		


Anexo 5: Ficha de Cadastro de Talma José Barcelos, referente ao fotocastro de 1970-IDAF. Fonte: OCCA, 2017.



### TITULO DE AQUISIÇÃO

PROPRIETÁRIO	DATA	TIP. DOC.	CART.	LV.	FLS.
Manoel Nobre de Barcelos este adquirindo do: Estado do Espírito Santo	20-10-69	Requerimento			
OBSERVAÇÕES					
Requerer uma área aproximada de 25,00ha.					P. A.
					<input checked="" type="checkbox"/>
					N. C.
					<input type="checkbox"/>

CÓDIGO	USO ATUAL	QUANT. DECL. (HA)	CONSTRUÇÕES	QUANT. DECL.
A	Anual	3,00	Casa de estuque	4
Can	Canoa	22,00		
P	Pasto	17,00		



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AEROFOTOGRAMETRIA E FOTOINTERPRETAÇÃO

FICHA N.º 139/39		PROCESSO - DTC N.º 108/69			
REGISTRO IMOBILIÁRIO					
DISTRITO	CART.	LV.	FLS.	N.º DE ORDEM	
CÓDIGO DP INCRA (CADASTRAMENTO)					
ESTADO	Z. N.	MUN.	U. M. C.	N.º IMÓVEL	
33	02	002	04	034-61	
CÓDIGO DP INCRA (RECADASTRAMENTO)					
MUN.		N.º IMÓVEL		D. CHE.	
503 045		016 732		2	
IPR - INCRA					
ÁREAS					
FOTO	DOCUM.	PLANTA	D. P.		
43,23					
LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:					
LB do Areial LOCAL	Sede DISTRITO	Linhares MUNICÍPIO	ES ESTADO		
PROPRIETÁRIO		C. P. F.	C. G. C.		
Manoel Nobre de Barcelos		262240867			
ENDEREÇO					
Reside na propriedade					
RUA	N.º	BAIRRO			
CIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO			
Linhares	Linhares	E. Santo			
CONFRONTAÇÕES					
N- Talma José Lourenço					
S- Izidoro Francisco Costa					
L- Geralda Penha, Julia Penha, João Mineiro Lima					
O- Reserva dos Cambios					
DESCRIÇÃO SUMÁRIA					

**Anexo 6:** Ficha de Cadastro de Manoel Nobre de Barcelos, referente ao fotocastro de 1970-IDAF. Fonte: OCCA, 2017.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO DE AEROFOTOGRAMETRIA E FOTOINTERPRETAÇÃO

FICHA N.º 133/99		PROCESSO - DTC N.º			
REGISTRO IMOBILIÁRIO					
DISTRITO	CART.	LV.	FLS.	N.º DE ORDEM	
CÓDIGO DP INCRA (CADASTRAMENTO)					
ESTADO	ZN.	MUN.	U. M. C.	N.º IMÓVEL	
CÓDIGO DP INCRA (RECADASTRAMENTO)					
MUN.		N.º IMÓVEL		D. CHR.	
IPR - INCRA					
ÁREAS					
FOTO	DOCUM	PLANTA	D P.		
7,26					

LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:

Beira Rio	Sede	Linhares	ES.
LOCAL	DISTRITO	MUNICÍPIO	ESTADO

PROPRIETÁRIO (Posseira)	C. P. F.	C. G. C.
Maria Souza Barcelos		
ENDEREÇO		
Reside em Areal Grande		
RUA	N.º	BAIRRO
CIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO
Linhares	Linhares	E. Santo

CONFRONTAÇÕES

N- Rio Doce  
S- Edmilson Fiorot  
L- João Caldino  
O- Adelina Martins da Silva

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

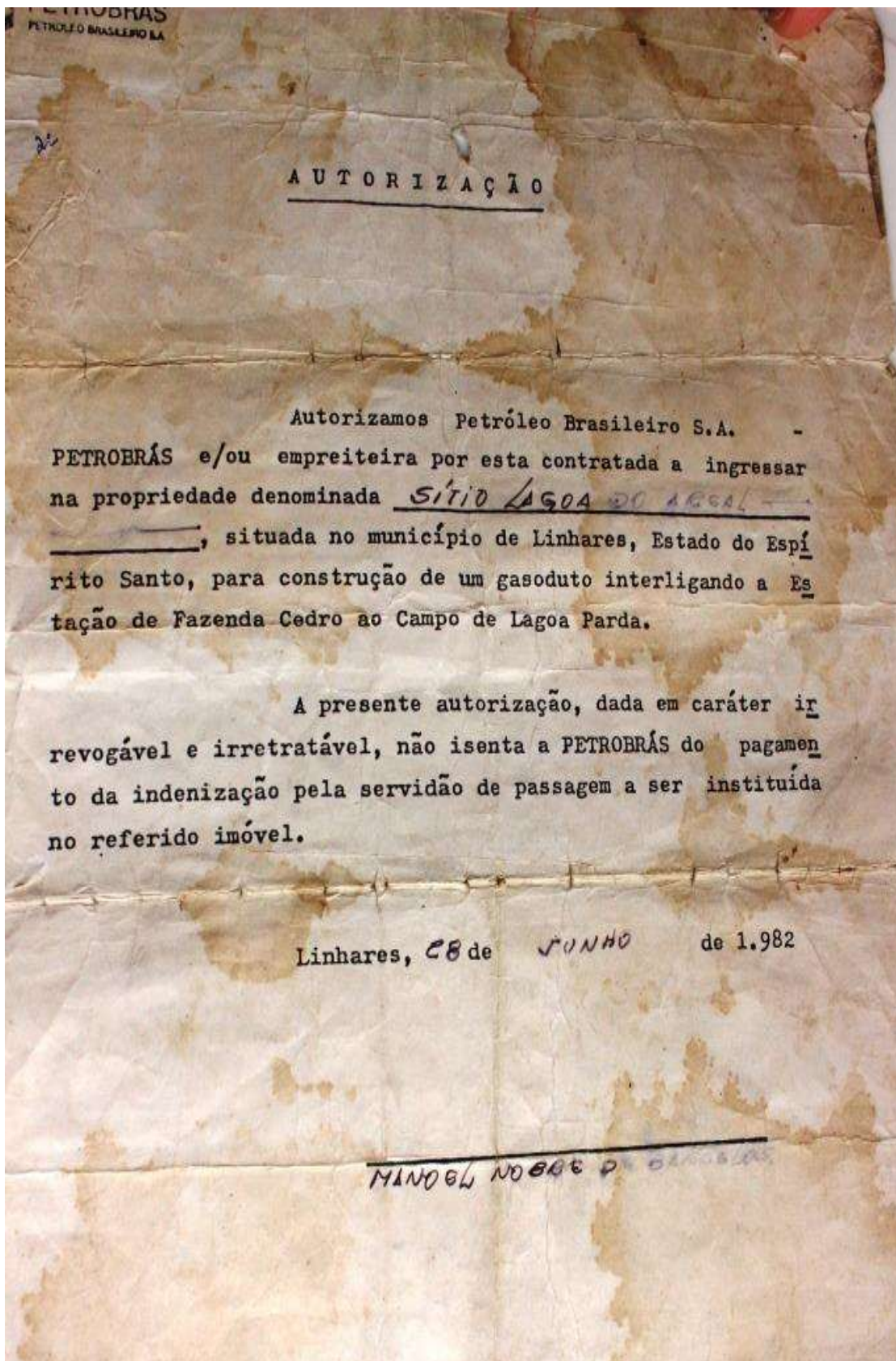
TÍTULO DE AQUISIÇÃO

PROPRIETÁRIO	DATA	TIP. DOC.	CART.	LV.	FLS.
Maria de Souza Barcelos					
OBSERVAÇÕES					
Posseira de uma área aproximada de 7,00ha, possui a propriedade há 36 anos.					
					P. A.
					<input type="checkbox"/>
					N. C.
					<input checked="" type="checkbox"/>

USO ATUAL			CONSTRUÇÕES	
CÓDIGO		QUANT. DECL. (HA)		QUANT. DECL.
Ce/Fn	Cacau sob Mata	3,00	Casa de estuque	1
N	Nativo	2,00		
Fa	Mata	3,00		

Anexo 7: Ficha de Cadastro de Maria Souza Barcelos, referente ao fotocastro de 1970-IDAF. Fonte: OCCA, 2017.





**Anexo 8:** Autorização que teria sido dada por Manoel Nobre Pinto Barcelos para a Petrobras ingressar no Sítio Lagoa do Areal para a construção de um gasoduto ligando a Fazenda Cedro ao Campo de Lagoa Parda, no ano de 1982. Fonte: OCCA, 2017.

# RECIBO

R\$ 693,15

Recebi da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, a importância de R\$ 693,15, correspondente a indenização plena pelos danos causados no imóvel denominado Sítio Areal, de minha propriedade, localizado no município de Linhares-ES, em decorrência dos trabalhos de prospecção sísmica realizados pela Equipe Sísmica ES 284, no programa sísmico 3D Lagoa Parda, conforme laudo de indenização número ES 284 /005, pelo que dou plena e geral quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, relativamente aos danos ora plenamente reparados. Informo ainda, que me foi devolvida a área utilizada, no imóvel citado, referente a esta pesquisa.

Linhares

, 13 de Maio de 2005

Darcy Pinto de Barcelos

CPF:

RG:

CGC:

Recebi através de:  Espécie

Cheque Nº

000551

Banco

Brasil

Testemunhas:

Pagador:

Darcy

**Anexo 9:** Recibo emitido em maio de 2005 pela Petrobras à Dona Darcy Pinto Barcelos (filha de Manoel Nobre), correspondente à indenização paga pelos danos causados ao Sítio Areal, em decorrência dos trabalhos de prospecção sísmica. Fonte: OCCA, 2017.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA POR TELEFONE COM MORADORES DA  
COMUNIDADE INDÍGENA DE AREAL E SANTA MARIA (LINHARES-ES)**

Entrevistas realizadas entre junho e julho de 2020

NOME COMPLETO:

IDADE:

LOCAL DE NASCIMENTO:

VOCÊ MORA COM QUANTAS PESSOAS?

NO MOMENTO VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO?

VOCÊ ESTÁ RECEBENDO O AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO  
FEDERAL?

RECEBEU OU RECEBE AUXÍLIO COMO ATINGIDO DA SAMARCO ATRAVÉS DA  
RENOVA?

VOCÊ MUDOU O SEU MODO DE VIDA DEPOIS DA CHEGADA DOS REJEITOS  
DE MINERAÇÃO DA SAMARCO NO RIO DOCE? SE SIM, QUAIS ESTÃO SENDO  
ESSAS MUDANÇAS?

NO QUE SE REFERE À SUA ALIMENTAÇÃO, HOVE ALGUMA MUDANÇA  
NESSE PERÍODO APÓS A CHEGADA DOS REJEITOS?

QUANTAS REFEIÇÕES VOCÊ FAZ POR DIA? QUE TIPO DE ALIMENTAÇÃO,  
QUAIS ALIMENTOS CONSOME?

COMO VOCÊ CONSIDERA SUA ALIMENTAÇÃO: EXCELENTE, BOA, MEDIANA,  
RUIM OU PÉSSIMA?

ONDE VOCÊ OU SUA FAMÍLIA TEM ACESSADO OS ALIMENTOS QUE  
PREPARAM NO DIA A DIA?

HÁ CASOS DE PESSOAS COM FOME NA COMUNIDADE?

OS MORADORES DA COMUNIDADE TÊM PESCADO? SE SIM, ONDE PESCAM?  
O PESCADO É UMA DAS FONTES DE SUA ALIMENTAÇÃO?

VOCÊ OU SUA FAMÍLIA PLANTAM ALGUM TIPO DE ALIMENTO PARA  
CONSUMO? QUAIS? ONDE?

DOS ESTABELECIMENTOS QUE VENDEM ALIMENTOS NA COMUNIDADE,  
QUAL O NÚMERO DE: MERCEARIAS ( ) BARES ( ) OUTROS (QUAIS? )

QUAIS DESTES ESTABELECIMENTOS OS DONOS SÃO MORADORES  
LOCAIS?

VOCÊS TÊM COSTUME DE PREPARAR ALGUM PRATO TÍPICO NA  
COMUNIDADE? QUAL?



A COMUNIDADE SE REÚNE PARA FAZER FESTAS? QUAL TIPO, COMO ORGANIZAM E COM QUE FREQUÊNCIA REALIZAM?
QUAIS SÃO AS ESTRUTURAS FÍSICAS DA COMUNIDADE? (IGREJAS, ESCOLAS, ETC.)
A POPULAÇÃO DE AREAL TEM ESTABELECIDO RELAÇÕES COM OUTRAS COMUNIDADES INDÍGENAS/ TRADICIONAIS RECENTEMENTE? QUAIS?
COMO SE ENCONTRA O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL PELA FUNAI?
A COMUNIDADE ESTÁ ENFRENTANDO ALGUM TIPO DE CONFLITO NESTE PERÍODO?
VOCÊ SE SENTE ASSISTIDO PELO PODER PÚBLICO NA GARANTIA DE SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E MORADIA?
A COMUNIDADE TEM RECEBIDO ALGUM TIPO DE APOIO DE ONG'S, OUTRAS COMUNIDADES, PARCEIROS OU DO PODER PÚBLICO ATUALMENTE?
QUAIS SÃO AS CARÊNCIAS E DEMANDAS ATUAIS DA COMUNIDADE?
O QUE PODE SER FEITO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES DE AREAL E SANTA MARIA?

**Anexo 10:** Roteiro de entrevistas feitas por telefone com moradores da Comunidade Indígena de Areal e Santa Maria. Fonte: Elaborado pelo próprio autor.